Instituto de pesquisa e extensão - IPEX
Centro Universitário Campo Real

CADERNO DE RESUMOS
XIV Encontro de Iniciação Científica 2021

CADERNO DE RESUMOS
2021

O CONTEÚDO E FORMA DOS TRABALHOS É DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES. O SUMÁRIO ESTÁ ORGANIZADO DE ACORDO COM SEQUÊNCIA DE APRESENTAÇÃO NO EVENTO, CONFORME EDITAL EDITAL 036/2021 – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO.

EXPEDIENTE

Instituto de pesquisa e extensão - IPEX – Centro Universitário Campo Real

Comissão Organizadora:
Professor Edson Aires da Silva;
Professora Moana Rodrigues França;
Professora Patricia Manente Melhem Rosas;
Professor Ayres Siqueira Silva.

Comissões Científicas:
Presidentes:
Professor Rafael Martini Pedroso;
Professor Sandro Roberto Mazurechen.

Administração
Professor Jonatã da Silva Mariani
Professora Maria Luiza Klein
Professor Pedro Paulo Papi

Arquitetura e Urbanismo
Professora Carolina Bassani
Professor Gabriel Carvalho Soares de Souza
Professora Hinaylen Both
Professora Iris Parada Soares de Souza

Biomedicina
Professora Adriane Lenhard Vidal
Professora Gheniffer Fornari
Professor Gonzalo Ogliari Dal Forno
Professora Larissa Aparecida Correa Matos

Ciências Contábeis
Professor Dhyogo Domingos Vilela dos Santos
Professor Fabio Vinicius da Silva Primak
Professor Ricardo Suave

Direito
Professora Ana Claudia da Silva Abreu
Professora Anna Flavia Camilli Oliveira
Professora Elizania Caldas Faria
Professor João Ricardo Ribas Teixeira
Professora Josiane Caldas
Professor Luiz Eduardo Horst
Professora Mirian Aparecida Caldas
Professor Raphael de Paula Ribas
Professor Rudy Heitor Rosas
Professora Tassia Teixeira de Freitas Bianco Erbano Cavalli
Professor Vinicius Platzgumer

Enfermagem
Professora Caroline Camargo Graça
Professor Durinezio José de Almeida
Professora Elida Kuchla
Professor Raul Henrique Oliveira Pinheiro

Engenharia Agronômica

Professor Giovanno Vargas
Professora Greice Daiane Rodrigues Gomes Redivo
Professora Rafaela Franqueto

Engenharia Civil
Professora Andreza Frare
Professora Carolina de Freitas

Engenharia de Produção
Professor Carlos Roberto Borsato
Professor Thiago Castro Bezerra

Engenharia de Software
Professor Giovane Galvão
Professora Isabelle Cordova Gomes
Professor Pedro Lealdino Filho

Engenharia Elétrica
Professor Fernando Henrique Gorski da Silva
Professor Thiago Prado de Campos

Engenharia Mecânica
Professor Ayres Siqueira Silva
Professor Fabio Souza
Professora Jessica Hipolito de Vasconcelos
Professor Thiago Castro Bezerra

Fisioterapia
Professora Camila Maria Pacheco
Professora Jociane de Lima Teixeira

Medicina
Professor Anderson Vinicius Kugler Fadel
Professor Basilio Techy
Professor Eros Uriel Rodrigues
Professor Guilherme Ribas Taques
Professora Rita de Cássia Ribeiro Penha Arruda
Professora Silvia Mara de Souza Halick
Professora Solange Cristina Costa Cotlinsky

Medicina Veterinária
Professor Helton Felipe Stremel
Professora Ludmila Mudri Hul
Professora Moana Rodrigues França
Patricia Terezinha Schram
Professor Rodrigo Dorneles Tortorella

Nutrição
Professora Emilaine Ferreira dos Santos
Professora Josieli Maria Kosak
Professora Patricia Amancio da Rosa
Professora Simone Carla Beninca

Psicologia
Professora Ana Bela dos Santos
Professora Debora Rickli Fiuza
Professora Maira Thatiane Pedroso Campos

Professor Marcelo de Oliveira

Publicidade e Propaganda
Professor André Luiz Justus Czovny
Professora Renata Caleffi
Professora Vanessa Lobato da Costa

Comissão Operacional:
Presidente: Professor Rafael Martini Pedroso;
Professora Adriana Cristina Loli;
Professor Luiz Eduardo Horst;
Professor Sandro Roberto Mazurechen;
Leonice Salateski;
Adriana Maria Juliani;
Briana do Prado Lopes;
Fabille da Silva Bastos;
Marcelo Kloczko;
Rejane de Fátima Cury Marcondes Maron;
Thaisa Cristina Fiuza;
Vilta Inês Quitéria de Souza.

Sumário

CORREÇÃO DA IDADE GESTACIONAL NA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS AO DESENVOLVIMENTO DO BEBÊ PREMATURO 12

INFLUÊNCIA DA ORIENTAÇÃO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO BEBÊ PREMATURO 17

A DOR CRÔNICA E A PANDEMIA COVID-19: O IMPACTO DO CONTEXTO DA PANDEMIA E FORMAS DE MANEJO DA DOR CRÔNICA 22

CORMOBIDADES EM INDIVÍDUOS DIABÉTICOS 27

FATORES DE RISCO DO COVID-19 EM PACIENTES COM DOENÇAS NEUROLÓGICAS 32

OCORRÊNCIA DE LESÕES FACIAIS EM INDIVÍDUOS INFECTADOS COM COVID-19 E SUBMETIDOS A POSIÇÃO PRONA: REVISÃO SISTEMÁTICA 37

PERFIL DOS ÓBITOS POR COVID-19 NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA 42

TRATAMENTOS PARA ACELERAÇÃO NO PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS EM INDIVÍDUOS DIABÉTICOS 47

DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO (DORT) 52

RADICAIS LIVRES E SUA RELAÇÃO COM ALIMENTOS ANTIOXIDANTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 57

A ATUAÇÃO DA NUTRIÇÃO NA REABILITAÇÃO DE PACIENTES ACOMETIDOS PELO COVID-19 62

ABORDAGEM DA NUTRIÇAO COMPORTAMENTAL EM TRANSTORNOS ALIMENTARES 66

A HIPERPALATABILIDADE E A OBESIDADE INFANTIL: 71

A INFLUÊNCIA DOS FAMILIARES PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE INFANTIL 75

DIVERTICULITE E NUTRIÇÃO - UM RELATO DE CASO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA 79

EVIDENCIAS CIENTIFICAS A RESPEITO DAS PROPRIEDADES FARMACOLÓGICAS DO *TARAXACUM OFFICINALE* – POPULARMENTE CONHECIDO COMO DENTE DE LEÃO 83

INTERVENÇÃO NUTRICIONAL NA DIABETES MELLITUS GESTACIONAL 87

NUTRIGENÔMICA: O POSSÍVEL "EMPLASTO BRÁS CUBAS " DO DESENVOLVIMENTO NÃO HEREDITÁRIO DE DIABETES MELLITUS TIPO 2 92

ENFOQUE A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO SOBRE O ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 97

ALTERAÇÕES DE FREIOS ORAIS E AMAMENTAÇÃO 101

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS DE 0-1 ANO E EM SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA BAIXA NO PARANÁ NO ANO DE 2008 104

DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL NA SÍNDROME DE ASPERGER 107

O IMPACTO DO USO DE TELAS DURANTE O DESENVOLVIMENTO NA INFÂNCIA ... 111
PACIENTES PEDIÁTRICOS FRENTE AOS PRINCIPAIS DESAFIOS IMPOSTOS PELO TDAH ... 116
RELATO DE CASO: ESTENOSE HIPERTRÓFICA DE PILORO EM PEDIATRIA ... 120
RELATO DE CASO: HIPERBILIRRUBINEMIA INDIRETA ... 124
RELATO DE CASO: SÍNDROME INFLAMATÓRIA ... 129
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR NO PERÍODO DE 2010 A 2019 ... 134
ESTRESSE OXIDATIVO: AS CONSEQUÊNCIAS NO ORGANISMO ... 139
BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NO CONTROLE DA ANSIEDADE ... 144
FEBRE REUMÁTICA: UMA ABORDAGEM GERAL ... 149
SÍNDROME DE BERNARD-SOULIER: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ... 154
DIABETES MELLITUS E O NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA, ESCOLARIDADE E RENDA SALARIAL ... 158
UTILIZAÇÃO DO CHECKLIST NO CENTRO CIRÚRGICO E A SEGURANÇA DO PACIENTE ... 163
AS PRINCIPAIS TEORIAS ACERCA DO ENVELHECIMENTO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. ... 167
CÉLULAS-TRONCO NO TRATAMENTO DE CARTILAGENS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. ... 172
PLANEJAMENTO FAMILIAR ASSOCIADO A ANTICONCEPÇÃO FEMININA ... 177
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE INCIDÊNCIA DE DEFEITOS NO TUBO NEURAL APÓS A SUPLEMENTAÇÃO DE ÁCIDO FÓLICO EM FARINHAS ... 182
A ESPIRITUALIDADE NA PRÁTICA MÉDICA ... 186
CUIDADOS PALIATIVOS ONCOPEDIÁTRICOS NA ATENÇÃO BÁSICA ... 189
A INTERVENÇÃO PSICOLOGICA EM CUIDADOS PALIATIVOS ... 194
O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO NA SOCIEDADE ILUSTRADO PELA OBRA “O CORINGA”: UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA ... 198
O TRABALHO DO LUTO INFANTIL ATRAVÉS DA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA ... 203
ESTUPRO, VIOLÊNCIA SEXUAL E O AGRAVAMENTO COM A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ... 208
DIREITO À PRIVACIDADE E HERMENÊUTICA JURÍDICA: EFICÁCIA DAS LEIS E IMPORTÂNCIA DA INTERPRETAÇÃO NORMATIVA ... 213
O RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE: A IMPORTÂNCIA DO PROCEDIMENTO PARA O DIREITO DE FAMÍLIA ... 218
GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS: ECAD E O PODER DE POLÍCIA ... 223
A NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA EM COMPORTAMENTOS DE MASCULINIDADE TÓXICA ... 227
ASSÉDIO MORAL E A ABORDAGEM DA JUSTIÇA RESTAURATIVA ... 233

A UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA EM CASOS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR 238

JUSTIÇA OU ÓDIO?: A CULTURA DO CANCELAMENTO E SEUS TRAÇOS CONTRAPOSTOS À JUSTIÇA RESTAURATIVA E A CULTURA DE PAZ 243

JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EMPODERAMENTO E REPARAÇÃO 248

JUSTIÇA RESTAURATIVA E A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA: AS PRÁTICAS DOS CÍRCULOS RESTAURATIVOS 253

PONDERAÇÕES NA APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA OS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 258

UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA: JUSTIÇA RESTAURATIVA E VIOLÊCIA DOMESTICA CONTRA A MULHER 263

VITIMAS: O QUE QUEREM? 268

A IMPORTÂNCIA DA CONCILIAÇÃO NO MEIO FAMILIAR 273

HOBBES E LOCKE: LIBERDADES INDIVIDUAIS 278

O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO DECORRENTE DA PANDEMIA DA COVID-19 283

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO NA LGPD 288

DIREITOS HUMANOS: DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS EM ESTADO DE AMEAÇA 293

O CICLO DA VIOLÊNCIA E A NEGAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS PARA PESSOAS TRANSEXUAIS: UM ESTUDO SOBRE A TRANSFOBIA 298

O IMPACTO DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO SOBRE AS FACÇÕES CRIMINOSAS 303

OS IMPACTOS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SOFRERAM VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E AS MEDIDAS PROTETIVAS E DE AMPARO ÀS VÍTIMAS 308

SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA: PRISÃO PROVISÓRIA 313

AS INTERFACES ENTRE O CONTROLE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MEIO A PANDEMIA COVID-19 BRASILEIRA 318

FALTA DE TEMPO? DE QUEM? 323

IBAMA NA AMAZÔNIA LEGAL – A VISÃO DOS SERVIDORES NO OFICIO N° 384/2019/SUPES – TO SOBRE O DESMATAMENTO E AUMENTO DAS QUEIMADAS. 328

A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE FRENTE À PANDEMIA COVID-19. 333

SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E A CONVENÇÃO DE HAIA NO BRASIL E CORÉIA DO SUL 338

TRATADOS INTERNACIONAIS 343

A NECESSIDADE OU NÃO DE PREQUESTIONAMENTO EXPRESSO PERANTE O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 348

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL 353
O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR 358
SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA: PRISÃO PROVISÓRIA 363
CRISE CARCERÁRIA BRASILEIRA. 368
DA PREVISÃO LEGAL DO VOTO 373
JUVENTUDE E POLÍTICA 378
VISÃO DOS GESTORES COM BASE NA VOLATILIDADE E INCERTEZA SOB A ÓTICA DO AMBIENTE VUCA NO MERCADO DE *COMMODITIES* EM GUARAPUAVA-PR EM PERÍODO PANDÊMICO 383
VISÃO DOS GESTORES E COLABORADORES COM BASE NA COMPLEXIDADE E AMBIGUIDADE SOB A ÓTICA DO AMBIENTE VUCA NO MERCADO DE *COMMODITIES* EM GUARAPUAVA-PR EM PERÍODO PANDÊMICO 388
O PAPEL DA PERÍCIA CONTÁBIL DURANTE A PANDEMIA 393
ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO PSICANÁLITICO 396
A HISTERIA NA CONTEMPORANEIDADE: 399
AMEAÇAS POLÍTICAS À PSICOLOGIA NO BRASIL 404
CONFIGURAÇÃO FAMILIAR COM ÊNFASE NA INFÂNCIA 408
INFLUÊNCIA SOCIAL EM CASOS DE SUICÍDIOS: UMA VISÃO SOCIOLÓGICA E PSICANALÍTICA 413
MATERNIDADE: UM CONCEITO AMBÍGUO 417
O HUMOR E O LUTO NA PSICANÁLISE: UM RECORTE DE SEMELHANÇAS 422
O LUTO NA PANDEMIA 427
SUBJETIVIDADE E PODER: AS INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO CORPO INFANTIL DO SÉCULO XXI 432
UMA ANÁLISE DO LUGAR DE FALA NA PSICOLOGIA FEMINISTA 437
A RELAÇÃO ENTRE ESPIRITUALIDADE, RELIGIOSIDADE E QUALIDADE DE VIDA SOB UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA 442
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A PERPETUAÇÃO DA CULTURA MACHISTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA 447
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: UMA VISÃO PSICANALÍTICA DA ADAPTAÇÃO ESCOLAR 452
NOMOFOBIA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 457
O CAMPO DOS AFETOS NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL 462
O DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL DA CRIANÇA DE 2 A 5 ANOS 467
O TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL (TDC) SOB O VIÉS DA PSICANÁLISE .. 472
ANÁLISE DE CUSTOS NA COMPOSIÇÃO DE ATIVIDADES DA CONSTRUÇÃO CIVIL UTILIZANDO AS TABELAS SINAPI E ORSE 477

OS SOLOS E AS FUNDAÇÕES NA ENGENHARIA CIVIL 483
SISTEMAS DE AMORTECIMENTO EM ESTRUTURAS PREDIAIS 488
RECICLAGEM DE MATERIAL UTILIZADO NA IMPRESSÃO 3D 492
ESTUDO DE CASO DE PATOLOGIA NA ENGENHARIA CIVIL 495
O ENSINO DA ENGENHARIA CIVIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID - 19 501
PERCEPÇÕES SOBRE ROBÓTICA EDUCACIONAL COMO METODOLOGIA DE ENSINO 508
ERGONOMIA E A ABERTURA DE NOVAS EMPRESAS NO PAIS 512
ESTUDO DOS PROCESSOS LOGÍSTICOS DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS EM UMA EMPRESA DE SANTA CATARINA 516
IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA PRODUÇÃO EM UMA INDÚSTRIA MADEIREIRA BASEADO NO ÍNDICE DE RENDIMENTO OPERACIONAL GLOBAL 521
IRRIGAÇÃO POR INUNDAÇÃO E DRENAGEM: A VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DA IRRIGAÇÃO EM VASOS DE FLORES E ERVAS AROMÁTICAS 526
MELHORIA NO FLUXO DE TRANSPORTE DE FARELO OBTENDO-SE REDUÇÃO DE CUSTOS PARA MANUTENÇÃO 531
ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO COMO GESTOR DE TRÁFEGO PAGO 537
PREVENÇÃO DE ACIDENTES NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 542
AVALIAÇÃO DA GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE *HORDEUM VULGARE* SUBMETIDAS AO ESTRESSE HÍDRICO 547
AVALIAÇÃO DOS DIAS DE EMERGÊNCIA NA CULTURA DO FEIJOEIRO SUBMETIDAS A DIFERENTES COBERTURAS DE SOLO 554
FARMACODERMIA- REAÇÕES DE HIPERSENSIBILIDADE A DROGAS 558
HIDROCEFALIA CANINA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 562
RELATO DE CASO: TRATAMENTO DE DISPLASIA COXOFEMORAL (DCF) EM BOXER COM FISIOTERAPIA E MEDICINA ALTERNATIVA 567
TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS (TAA) EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) 572
TERAPIA COM CÉLULAS-TRONCO NO TRATAMENTO DE SEQUELAS DE CINOMOSE 577
TRATAMENTO DE DOENÇA DO DISCO INTERVERTEBRAL EM CÃO 582
TUMOR VENÉREO TRANSMISSÍVEL (TVT) – RELATO DE CASO 587
A FERTILIZAÇÃO IN VITRO APLICADA A BOVINOCULTURA 592
PODODERMATITE CONTAGIOSA OVINA 597
USO DE ÓLEOS ESSENCIAIS NA AVICULTURA 602
CENTRO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PAIOL DE TELHA EM ENTRE RIOS, GUARAPUAVA-PR 606

CORREÇÃO DA IDADE GESTACIONAL NA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS AO DESENVOLVIMENTO DO BEBÊ PREMATURO

SILVA, Alana Maria[1]
PIOVEZANI, Joice Casagrande[2]

RESUMO: O nascimento prematuro pode afetar o desenvolvimento infantil, identificar precocemente atrasos sutis neste desenvolvimento é fundamental. A correção da idade gestacional é uma estratégia utilizada por profissionais da fisioterapia, em busca de assemelhar a sequência de desenvolvimento entre recém-nascidos a termo e prematuros. A pesquisa realizou uma breve revisão integrativa da literatura sobre estudos clínicos que analisaram a influência da correção da idade gestacional no desenvolvimento motor do recém-nascido pré-termo. Estudos recentes apontam a correção da idade gestacional como estratégia para avaliar adequadamente o desempenho destes bebês e iniciar precocemente a estimulação motora.

Palavras-chave: Desenvolvimento Motor. Prematuro. Escala Alberta.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como prematuro o nascimento antes da 37ª semana de gestação (BERTICELLI *et al*., 2015). O nascimento prematuro contribui consideravelmente na fragilidade biológica do recém-nascido, podendo ocasionar disfunções neurológicas, déficits na habilidade motora e aprendizagem (SANTOS *et al*., 2021).

Para a correção da idade gestacional pode ser utilizada a idade corrigida (ICo), na qual se ajusta a idade cronológica (IC) subtraindo as semanas que restam para a idade gestacional atingir 40 semanas (RIGHI *et al*., 2017).

A identificação de bebês com desvios sutis no desenvolvimento é fundamental e a avaliação do desenvolvimento neuro motor no recém-nascido prematuro (RNPT) é imprescindível em decorrência de maior probabilidade de comprometimento no desenvolvimento infantil neste público (COUTINHO; LEMOS; CALDEIRA, 2014).

O recém-nascido prematuro tem maior possibilidade de apresentar déficits motores (RIGHI et al., 2018), atraso na aquisição de habilidades motoras, cognitivas, psicossociais (SÁ *et al.,* 2017) e inclusive deficiências na motricidade (RIGHI et al., 2018) em decorrência da imaturidade de órgãos e sistemas (SANTOS; SAPUCAIA, 2021).

A correção da idade gestacional busca assemelhar as sequências do desenvolvimento infantil entre o recém-nascido prematuro (RNPT) e crianças nascidas a termo, com o intuito de aprimorar a avaliação e prevenir um diagnóstico

falso-negativo (RIGHI et al., 2017). Neste sentido, o presente estudo busca correlacionar dados de estudos que abordaram a correção da idade cronológica no desempenho motor de prematuros.

2 DESENVOLVIMENTO

O estudo objetivou desenvolver uma breve revisão integrativa da literatura referente a importância da correção da idade gestacional na avaliação do desenvolvimento infantil do recém-nascido prematuro.

A revisão integrativa se fundamenta na prática baseada em evidências e busca o aperfeiçoar e a contribuir com a prática clínica dos profissionais (SOUZA *et al*., 2017). O estudo visa responder ao seguinte questionamento: a correção da idade gestacional permite a avaliação adequada do recém-nascido prematuro?

A coleta de dados ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram incluídos estudos clínicos realizados entre 2017 a 2021, publicados na língua portuguesa, com texto disponível na íntegra. Para a pesquisa foram definidos os seguintes descritores: Desenvolvimento Motor; Prematuro; Escala Alberta. Foi realizada a leitura crítica dos títulos, resumos e caracterização em tabela dos trabalhos:

Quadro 1 - Caracterização dos artigos que analisaram a correção da idade na avaliação do desenvolvimento do RNPT.

Autores / Ano	Título / Ano	Método	Resultados
Righi, N. C.; Martins, F. K.; Hermes, L.; Rosa, K. M.; Bock, T. H..O.; Trevisan, C. M. 2018	Influência da correção da idade na detecção de riscos no desenvolvimento motor de prematuros	Estudo observacional retrospectivo. Amostra: 59 prematuros atendidos em hospital escola. Os prematuros foram divididos em dois grupos: quatro meses (38 casos) e oito meses (21 casos) de ICo. As crianças foram avaliadas a partir do Albert Infant Motor Scale (AIMS); O escore obtido pela criança em cada postura (prono, supino, sentado e em pé) foi somado para pontuação final e lançado em gráfico para a	Os autores relataram que ao se utilizar a idade corrigida, 39% dos prematuros avaliados aos quatro meses apresentaram alto risco para atraso, e ao se avaliar aos 8 meses 33% dos prematuros avaliados aos oito meses. A correção da idade gestacional se mostrou como a melhor forma de avaliar o desempenho real dos bebês nascidos pré-termo, sem superestimar riscos que não se configuram, de fato, em problemas no desenvolvimento das crianças

		classificação do percentil de acordo com a idade do bebê.	
Saccani, R.; Zanella, D.M.; Notari,V.S.; Valentini, N.C.; 2017	Importância da correção da idade gestacional na avaliação motora de prematuros no primeiro ano de vida	Estudo descritivo e observacional, de caráter comparativo e abordagem transversal. Amostra: 192 prematuros atendidos na na Unidade Básica de Saúde. Quatro avaliadores participaram do estudo (concordância 0,92). Para a avaliação do desenvolvimento motor foi utilizada Albert Infant Motor Scale (AIMS). A avaliação foi domiciliar, e após avaliadas as crianças foram categorizadas entre: idade cronológica e corrigida.	Os autores observaram que após a correção da idade gestacional houve redução de 122 para 38 bebês classificados como atraso. Os bebês com suspeita de atraso aumentaram de 52 para 69. O grupo de normalidade aumentou de 18 para 85 prematuros. Os resultados demonstram aumento significativo ao corrigir a idade gestacional para na amostra total. O mesmo ocorreu analisar o grau de prematuridade e as diferentes idades. Os autores apontam que a correção da idade demonstra importância em diferentes níveis de prematuridade.

Fonte: os Autores, 2021.

O RNPT apresenta maior probabilidade de comprometimento no desenvolvimento infantil (COUTINHO; LEMOS; CALDEIRA, 2014). Segundo SACCANI *et al*., (2017) quando comparados resultados entre a idade cronológica e corrigida, há diferença significativa no desempenho motor do RNPT e a termo.

Ao comparar o desenvolvimento de 192 bebês prematuros, 122 apresentaram atraso no desenvolvimento e após a correção da idade gestacional 38 permaneceram com atraso no desenvolvimento, havendo redução de 84 bebês na amostra de atraso no desenvolvimento infantil (SACCANI et al., 2017). O que vai de encontro a outro estudo que realizou a comparação do desenvolvimento entre IC e ICo. No estudo, o desempenho ICo houve classificação de alteração no desempenho em 36 a 48% da amostra, enquanto na IC, a porcentagem de alteração aumentou significativamente para 71 a 88% (FORMIGA; VIEIRA; LINHARES, 2015).

Autores enfatizam que crianças prematuras abaixo dos 18 meses de idade não corrigida, não apresentam habilidades motoras previstas para a sua faixa etária (SACCANI et al., 2017). Corroborando com a pesquisa realizada por Righi *et al*., (2018) que apontou a correção da idade gestacional como a maneira adequada de avaliar o desempenho funcional do RNPT em estudo realizado com 59 prematuros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a maior possibilidade de comprometimento no desenvolvimento motor apresentada pelo recém-nascido prematuro, identificar precocemente atrasos neste desenvolvimento é fundamental. Sendo a avaliação do desenvolvimento motor do bebê prematuro imprescindível neste contexto.

O desempenho motor do recém-nascido prematuro quando comparado ao desempenho de criança nascida a termo pode apresentar diferenças significativas. Neste contexto, a avaliação infantil pode ser mais precisa por intermédio da correção da idade gestacional. A pesquisa teve como limitação o número reduzido de estudos o que reforça a necessidade de abordagem do tema em estudos futuros para contribuir na prática clínica dos profissionais que atuam no atendimento do recém-nascido prematuro.

4 REFERÊNCIAS

RIGHI, Natiele Camponogara et al. Influência da correção da idade na detectação de riscos no desenvolvimento motor de prematuros. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 10, n. 3, p. 417-421, setembro/dezembro 2017.

Cibelle Kayenne Martins Roberto Formiga, Martina Estevam Brom Vieira, Maria Beatriz Martins Linhares. Avaliação do desenvolvimento de bebês nascidos pré-termo: a comparação entre idades cronológica e corrigida. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, 2015, v. 25, n.2, p. 230-236.

SOUZA, Francisco Alysson Costa; ARAÚJO, Jéssica Naiara Medeiros; SOARES, Rafaella Patrícia Silva; SANTOS, Marina Marisa Palhano; FERREIRA, Júnior Marcos Antônio; VITOR, Allyne Fortes. Fatores de risco para retinopatia da prematuridade: revisão integrativa. **Revista eletrônica de enfermagem.** Goiânia. v.20. 2018 [Internet] Disponível em: http://doi.org/10.5216/ree.v20.43943.

ROSA, Maria Izabel Zaniratti; OLIVEIRA, Renata Pianezzola; GERZSON, Laís RODRIGUES; Sbruzzi, Graciele; ALMEIDA, Carla Skilhan. Intervenção motora precoce em bebês prematuros: uma revisão sistemática. **Acta Fisiátrica**. São Paulo, 2019, v. 26, n.3, p.164-170

COUTINHO, Giselle Athayde Xavier, LEMOS, Daniela de Mattos and CALDEIRA, Antônio Prates. Impact of physiotherapy on neuromotor development of premature newborns. **Fisioterapia em Movimento [online]**. 2014, v. 27, n. 3, pp. 413-420.

SANTOS, Jaínne Silva et al. Habilidade motora grossa em lactentes prematuros segundo a Alberta Infant Motor Scale. **Fisioterapia Brasil,** Petrolina**,** 2021, v. 22, n. 1, p. 10-24.

SACCANI, Raquel; ZANELLA, Denise Emile; NOTARI, Viviane Sonaglio; VALENTINI, Nadia Cristina. Importância da correção da idade gestacional
na avaliação motora de prematuros no primeiro ano de vida. **Fisioterapia Brasil,** Petrolina, 2017, v.18, n.4, p. 409 - 416.

Gleizy Berticelli , Cinara Freitas Henker , Patrícia Oliveira Roveda , Valéria Neves Kroeff Mayer. Estudo do desenvolvimento neuropsicomotor de crianças nascidas prematuras. **Saúde (Santa Maria),** Santa Maria, 2015, v. 41, n. 2, Jul./Dez, p. 139-148.

SÁ, Fabiane Elpídio de et al. Intervenção parental melhora o desenvolvimento motor de lactentes de risco: série de casos**. Fisioterapia e Pesquisa [online].** 2017, v. 24, n. 1 p. 15-21. Jan/Mar 2017.

SANTOS, Ariana Prazeres; SAPUCAIA, Catharina Oliveira. A influência do Método Canguru no tempo de internação do recém-nascido prematuro em unidades hospitalares: uma revisão integrativa. **Revista de Pesquisa em Fisioterapia**. Salvador, 2021, v.11, n.1, p. 252-272.

INFLUÊNCIA DA ORIENTAÇÃO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO BEBÊ PREMATURO

SILVA, Jeovana Oliveira[1]
MARCONDES, Tauany Maria Rossato[2]
PIOVEZANI, Joice Casagrande[3]

RESUMO: O nascimento prematuro pode ocorrer por diversos fatores e afetar significativamente o desenvolvimento infantil, sendo o ambiente familiar e a estimulação do desenvolvimento fundamentais neste contexto. O estudo realizou uma breve revisão integrativa da literatura e sintetizou resultados de estudos clínicos que analisaram a influência da orientação familiar no desenvolvimento motor do recém-nascido prematuro. Estudos recentes apontam que protocolos que promovem intervenção precoce e orientação familiar, podem influenciar positivamente o desenvolvimento infantil. Sendo assim, pode-se afirmar que orientação familiar apresenta resultados favoráveis na prevenção do atraso neuro motor, trazendo para a prática clínica dos profissionais fisioterapeutas melhores prognósticos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Motor. Prematuro. Escala Alberta.

1 INTRODUÇÃO

A prematuridade é definida como o nascimento em idade gestacional inferior a 37 semanas, geralmente ocorre entre 22 e 37 semanas incompletas (SANTOS; SAPUCAIA, 2021). O nascimento pré-termo pode ocorrer por diversos fatores, como: condições socioeconômicas, tabagismo, gestações múltiplas, ruptura precoce da bolsa e má formação intrauterina (SANTOS *et al*., 2021),

Bebês prematuros apresentam maior fragilidade biológica em decorrência de sua saída precoce do útero, ainda com imaturidade de órgãos e sistemas (SANTOS; SAPUCAIA, 2021). O sistema nervoso imaturo pode apresentar disfunções neurológicas (SANTOS *et al*., 2021).

O nascimento pré-termo é considerado fator de risco ao desenvolvimento infantil e pode acarretar diversas alterações na aquisição de habilidades neuropsicomotoras (SÁ *et al.,* 2017). Nesse sentido, o início precoce do tratamento proporciona melhores resultados no desenvolvimento infantil, e minimiza os efeitos da prematuridade (SARI; MARCON, 2008).

A avaliação e estimulação do desenvolvimento neuro motor do recém-nascido prematuro (RNPT) é imprescindível (COUTINHO; LEMOS; CALDEIRA, 2014), e a

participação familiar é de extrema importância. A família deve conhecer as necessidades do RNPT e receber orientações para construir padrões de tomada de decisão adequados no que diz respeito ao desenvolvimento infantil e tratamento (GRAÇÃO; SANTOS, 2008).

Estudos recentes apontam que a orientação dos responsáveis e dos familiares de bebês prematuros influencia diretamente nos estímulos oferecidos. Estas orientações proporcionam preparo e tornam os responsáveis e o ambiente domiciliar propício ao desenvolvimento do RNPT (PEIXOTO *et al*., 2016).

Neste contexto, o presente estudo visa sintetizar resultados sobre a influência da orientação familiar no bebê prematuro, por intermédio da prática baseada em evidências.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa buscou desenvolver uma breve revisão integrativa da literatura sobre a importância da orientação familiar no desenvolvimento de bebês prematuros. A revisão integrativa é fundamentada na prática baseada em evidências e busca contribuir para a prática clínica dos profissionais (SOUZA *et al*., 2017). O estudo pretende responder ao seguinte questionamento: a orientação familiar influencia no desenvolvimento infantil do bebê prematuro?

A coleta ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram incluídos estudos clínicos realizados entre 2015 e 2021, publicados na língua portuguesa, com texto disponível na íntegra. Para a pesquisa foram definidos os seguintes descritores: Desenvolvimento Motor; Prematuro; Escala Alberta. Foi realizada a leitura crítica dos títulos e resumos e caracterização em tabela dos trabalhos:

Quadro 1 - Caracterização dos artigos que analisaram a influência da orientação familiar no desenvolvimento do RNPT.

Autores / Ano	Título / Ano	Método	Resultados
SÁ, F. E.; NUNES, N.P; GONDIM, E. J. L. 2017	Intervenção parental melhora o desenvolvimento motor de lactentes de	Estudo longitudinal e intervencionista, realizado com 100 crianças com idade entre 0 e 18 meses. Foram realizadas avaliação clínica (anamnese; fatores de risco; exames laboratoriais) e	A presença dos fatores de risco (72%) durante o pré e o perinatal não apresentou relação com o desenvolvimento motor. Quanto ao desenvolvimento, na primeira avaliação (n=100) 55 apresentaram atraso (8 altas); segunda avaliação

	risco: série de casos.	avaliação fisioterapêutica em 4 momentos com intervalos mensais (Escala Alberta). Quanto à intervenção, as crianças foram avaliadas e em seguida os responsáveis orientados com a finalidade de ofertar experiências nas diferentes posturas da Escala Alberta. A medida que o desenvolvimento motor estivesse adequado recebiam alta.	(n=55) 28 com atraso (9 altas); terceira avaliação (n=37) 9 apresentaram atraso; quarta avaliação (n=26) 8 apresentaram atraso. Apesar da perda amostral (n=46) ao longo do estudo, os autores constataram aumento na frequência de crianças com desenvolvimento motor típico e redução na frequência de crianças com atraso, demonstrando evolução positiva no desenvolvimento infantil após orientação parental nas posturas da escala Alberta.
ARAUJO, D. M.; RIBEIRO, M. F.; ESPÍNDULA, A. P.; 2015	Treino materno para estimulação domiciliar sugere melhora no desenvolvimento motor de prematuros	Pesquisa observacional exploratória, abordagem quantitativa e qualitativa, realizada com 6 crianças. Foi realizada anamnese para coleta de dados e Escala Alberta com realização no início, após 5 semanas e após 3 meses de idade corrigida do bebê. Quanto à intervenção foi oferecido treinamento materno em 5 encontros e orientações domiciliares com Cartilha Desenvolvimento motor: manuseios no primeiro ano de vida.	Houve diferença estatisticamente significativa entre a primeira e a segunda avaliação; entre a segunda e a terceira não houve diferença significativa, revelando estabilidade no ganho motor entre segunda e terceira avaliação. Os lactentes com a idade corrigida apresentaram melhor desempenho motor do que os lactentes sem a correção de idade. Os autores verificaram tendência à melhora do desempenho motor de lactentes prematuros cujas mães realizam a estimulação precoce domiciliar e sugerem como uma estratégia terapêutica eficaz.

Fonte: os Autores, 2021.

O conhecimento das necessidades do RNPT é fundamental no contexto familiar (GRAÇÃO; SANTOS, 2008), o bebê prematuro apresenta diversas especificidades de cuidado, e muitas vezes cuidado intenso em ambiente domiciliar por parte dos responsáveis (PEIXOTO *et al.,* 2016). Diversos autores na literatura reforçam que a atuação do profissional de fisioterapia aliado ao apoio familiar pode intervir de forma positiva na qualidade de vida do recém-nascido (COUTINHO; LEMOS; CALDEIRA, 2014).

Um estudo que abordou a orientação familiar, e acompanhou o desenvolvimento motor de prematuros por 4 meses notou redução na frequência de

crianças com atraso ao longo das avaliações mensais (SÁ; NUNES; GONDIM, 2017). Segundo Coutinho, Lemos e Caldeira (2014) ações fisioterapêuticas devem focar na coordenação dos movimentos e aquisição de habilidades e, para isto, faz-se necessário intervenções desenvolvidas com apoio e participação familiar. O que vai de encontro ao estudo realizado por Araújo, Ribeiro e Espíndula (2015) que após correção de idade gestacional e orientação aos responsáveis observaram melhora significativa no desempenho motor de RNPTs cujo as mães realizaram abordagens domiciliares de estimulação.

A participação familiar aliada ao encontro com profissionais pode proporcionar cuidado integral e plano terapêutico participativo do recém-nascido prematuro (COUTINHO; LEMOS; CALDEIRA, 2014). Alterações no desenvolvimento requerem identificação precoce e estimulação adequada, na qual os responsáveis têm papel fundamental. Ambos os estudos observaram evolução positiva na motricidade de RNPTs em que os responsáveis receberam orientação profissional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recém-nascido prematuro apresenta maior probabilidade de atraso no desenvolvimento motor, entretanto o prognóstico se torna mais favorável com início precoce de estimulação. Neste sentido, a orientação dos familiares e responsáveis pelos bebês prematuros se faz extremamente necessária para que haja estimulação adequada e constante em ambiente domiciliar, preparando melhor as mães para as especificidades dos cuidados e tratamento fisioterapêutico do bebê prematuro.

A avaliação pela escala Alberta faz-se de extrema importância para o acompanhamento fisioterapêutico, servindo de base para a elaboração de um plano terapêutico participativo que promove cuidado integral, visando prevenção de atrasos e promoção do desenvolvimento neuromotor. A pesquisa teve como limitação o número reduzido de estudos o que reforça a necessidade de abordagem do tema em estudos futuros devido a relevância e importância clínica dos profissionais que atuam no desenvolvimento motor do recém-nascido prematuro.

4 REFERÊNCIAS

SARI, Franciele Leiliane; MARCON, Sonia Silva. Participação da família no trabalho fisioterapêutico em crianças com paralisia cerebral. **Revista brasileira de**

crescimento e desenvolvimento humano, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 229-239, dez. 2008.

SÁ, Fabiane Elpídio de et al. Intervenção parental melhora o desenvolvimento motor de lactentes de risco: série de casos**. Fisioterapia e Pesquisa [online].** 2017, v. 24, n. 1 p. 15-21. Jan/Mar 2017.

COUTINHO, Giselle Athayde Xavier, LEMOS, Daniela de Mattos and CALDEIRA, Antônio Prates. Impact of physiotherapy on neuromotor development of premature newborns. **Fisioterapia em Movimento [online]**. 2014, v. 27, n. 3, pp. 413-420.

PEIXOTO, Janna Alves Britto; BOTÊLHO, Sumaya Medeiros; OLIVEIRA, Diana Andrade; SANTOS, Thamires Guede. Percepção das mães acerca do desenvolvimento do bebê prematuro no ambiente domiciliar. **Tempus, actas de saúde coletiva,** Brasília, 2016, v. 10, n. 1, p. 113-125.

SANTOS, Jaínne Silva et al. Habilidade motora grossa em lactentes prematuros segundo a Alberta Infant Motor Scale. **Fisioterapia Brasil,** Petrolina**,** 2021, v. 22, n. 1, p. 10-24.

ARAÚJO, Danielle Mendonça; RIBEIRO, Mariane Fernandes; ESPÍNDULA, Ana Paula. Treino materno para estimulação domiciliar sugere melhora no desenvolvimento motor de prematuros. **ConScientiae Saúde**, São Paulo, 2015, v.14, n. 3, p. 385-393.

SANTOS, Ariana Prazeres; SAPUCAIA, Catharina Oliveira. A influência do Método Canguru no tempo de internação do recém-nascido prematuro em unidades hospitalares: uma revisão integrativa. **Revista de Pesquisa em Fisioterapia**. Salvador, 2021, v.11, n.1, p. 252-272.

SOUZA, Francisco Alysson Costa; ARAÚJO, Jéssica Naiara Medeiros; SOARES, Rafaella Patrícia Silva; SANTOS, Marina Marisa Palhano; FERREIRA, Júnior Marcos Antônio; VITOR, Allyne Fortes. Fatores de risco para retinopatia da prematuridade: revisão integrativa. **Revista eletrônica de enfermagem.** Goiânia. v.20. 2018 [Internet] Disponível em: http://doi.org/10.5216/ree.v20.43943.

A DOR CRÔNICA E A PANDEMIA COVID-19: O IMPACTO DO CONTEXTO DA PANDEMIA E FORMAS DE MANEJO DA DOR CRÔNICA

PANATTO, Alini[1]
DOS SANTOS, Kauane Vandresen[2]
MOREIRA, Felipe Figueiredo[3]
BINI, Ana Carolina Dorigoni[4]

RESUMO: Realizar uma revisão sistemática sobre o manejo da dor crônica durante a pandemia. Elaborada com publicações sobre a dor crônica em meio à pandemia, através das bases de dados Science Direct, Pubmed, Medline, Lilacs, Scielo e Springer. O contexto da pandemia pode ter agravado os níveis de dor e as questões psicológicas envolvidas. A pandemia teve grande impacto sob os pacientes com dor crônica, visto que, tiveram seu tratamento interrompido e fatores psicológicos acentuado, sendo a telessaúde uma alternativa para minimizar estes danos.
Palavras-chave: Dor crônica. Covid-19. Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

O coronavírus (COVID-19) causado pelo SARS-CoV-2 é uma doença provocada pela variante dos coronavírus, de rápida replicação e transmissão que atingiu milhares de pessoas.

A dor crônica, dor persistente por mais de 3 meses, é uma doença multifatorial que afeta de 30 a 50% da população mundial, e que pode causar incapacidade física e emocional (PUNTILLO, 2020). Dentre os fatores que englobam a dor crônica estão: sedentarismo, estresse, relações familiares e no trabalho, fatores biológicos, psicológicos e sociais, desta maneira o tratamento e controle da dor crônica deve ser de acordo com o modelo biopsicossocial.

As condições dolorosas em longo prazo causam limitações físicas, sofrimento e desconforto diário. Diante disso, os indivíduos podem ingerir esteróides orais ou injeções de esteróides. Desta forma estes pacientes apresentam uma resposta do sistema imune alterada além de vários outros efeitos adversos (SHANTHANNA, 2020).

A partir do início da pandemia Covid-19, com o distanciamento e isolamento social, e com o estresse gerado por estes, os indivíduos com dor crônica se tornaram mais vulneráveis, visto que a intensidade e frequência da dor podem se tornar

[1]Graduanda de fisioterapia, 3° ano, Universidade Estadual do Centro Oeste.
[2]Graduanda de fisioterapia, 3° ano, Universidade Estadual do Centro Oeste.
[3]Graduando de fisioterapia, 5° ano, Universidade Estadual do Centro Oeste.
[4]Doutora, Docente de Fisioterapia do Centro Universitário Campo Real, e da Universidade Estadual do Centro Oeste.

exacerbadas. Nesse sentido, os pacientes com dor crônica necessitam de maneiras para controlar a condição durante este período que encontram-se desassistidos.

2 DESENVOLVIMENTO

A coleta de dados foi realizada no período de 29 a 30 de março de 2021 nas seguintes bases de dados: Pubmed, Lilacs, Springer, Scielo, Medline e Science Direct. Foram encontrados no total 5.002 artigos. Sendo que 4.984 foram excluídos por não estarem de acordo com o tema proposto ou por serem duplicatas. No total 18 artigos foram pré- selecionados após uma leitura superficial. Posteriormente a uma leitura mais profunda de cada artigo, 10 dos 18 artigos pré selecionados, foram excluídos por não se enquadrarem nos critérios de inclusão, totalizando 8 artigos selecionados para a realização da presente revisão sistemática.

Tabela 1: Descrição dos artigos da discussão

AUTOR/ ANO	**TIPO DO ESTUDO**	**RESULTADOS**	**CONCLUSÕES**
Hernado-Garijo, 2021	Ensaio clínico randomizado simples-cego	O grupo TP demonstrou melhorias no impacto da FM, catastrofização da dor e função física do MMSS.	O exercício aeróbico reduz a intensidade e a sensibilidade à dor e o sofrimento psicológico
Deer, 2020	Estudo da Sociedade Americana de Dor e Neurociências (ASPN)	O artigo expõe uma estratégia para centros intervencionistas de dor ressurgirem diante a pandemia COVID-19 e definir um curso para eventos futuros.	Recomenda-se uma emergência em estágios das limitações atuais do tratamento e propor um futuro roteiro para enfrentar desafios semelhantes.
Li, 2020	Artigo de Análise	O isolamento social pode levar solidão, gerando assim a um aumento nos transtornos de saúde mental, como ansiedade e depressão que é comumente associada à dor crônica.	O contexto da pandemia COVID-19 pode deixar os pacientes com dor crônica mais vulneráveis.
Shanthanna, 2020	Artigo Original	Durante pandemia assegura-se a continuidade de cuidados e medicamentos para a dor crônica.	Durante a pandemia COVID-19 existe o risco de os pacientes com dor crônica não receberem o devido tratamento.
Margolies, 2020	Artigo Original	A pandemia e isolamento social causou um aumento na atenção para a dor, notaram que o COVID-19 exacerbou o isolamento	Em meio a luta com a ameaça deste vírus, pacientes que vivem com dor crônica podem servir de modelo por desafiar nossas normas e desenvolver

		social pré-existente e aumentou sentimentos de solidão.	flexibilidade psicológica.
Luchting, 2020	Análise e relato de experiência	A implementação de uma terapia multimodal da dor também sob medidas de proteção e higiene rígidas são possíveis e eficazes.	A realocação de vários módulos de terapia ao ar livre acabou por ser como uma forma muito eficaz.
Viswanath, 2020	Artigo de Perspectiva	Com a tecnologia avançada diminuiu-se o consumo de opioides, internações hospitalares e o provável desenvolvimento da dor crônica.	Fornecer aos leitores informações atualizadas sobre a pandemia do coronavírus e seus impactos juntamente com diversos tópicos fundamentais da dor crônica.
Karayanni, 2021	Artigo Original	Os participantes com dor miofascial crônica relataram um nível de estresse e dor ao assistirem às notícias do COVID-19	Houve uma correlação significativa do aumento dos níveis de estresse e da dor miofascial crônica durante a pandemia do COVID-19.

Para o tratamento da dor crônica a prática de exercícios é essencial, porém as medidas de segurança contra o covid-19 comprometeram essas atividades. De acordo com Hernando-Garijo (2020), o exercício aeróbico reduz à intensidade e sensibilidade a dor em pacientes com fibromialgia, essas melhorias foram obtidas através de sessões online. Segundo Luchting (2020), uma alternativa seria realizar o tratamento multimodal ao ar livre, seguindo todos os protocolos de prevenção necessários em relação à pandemia, evitando que os pacientes fiquem desassistidos.

Outro fator observado no contexto da pandemia segundo Viswanath (2020) foi o medo do desconhecido e a desinformação em relação à pandemia e ao novo cenário. O que pode ter afetado ainda mais o psicológico dos pacientes. Shanthanna (2020) também observou que o cancelamento de procedimentos cirúrgicos e eletivos também podem ser fatores agravantes que levaram a esta condição.

Nesse sentido, Margolies (2021) e Li(2020), verificaram que durante a pandemia, esses pacientes passaram a estar mais vulneráveis, pois o isolamento social acarretou um aumento na solidão agravando transtornos de ansiedade e depressão. Karayanni (2021) também observou que houve uma correlação significativa do aumento dos níveis de estresse e dor.

O estudo de Deer (2020) demonstrou que o despreparo da comunidade médica global, frente os novos desafios da pandemia covid-19, pode ter causado o subtratamento da dor ao passo que os tratamentos e intervenções foram cancelados, e um aumento desses pacientes com dor crônica não tratada pode levar a uma nova sobrecarga nos sistemas de saúde.

Por esse motivo é importante que a dor crônica continue sendo tratada evitando maior sofrimento e para minimizar os efeitos imunossupressores, uma alternativa seria a telessaúde, sendo uma forma de tratamento desses pacientes devido ao impacto da pandemia (LI, 2020). Os fatores que envolvem a dor crônica tornam os pacientes amplamente mais vulneráveis no ambiente da pandemia, havendo uma necessidade urgente de implantar soluções para continuar fornecendo acesso aos cuidados e resolver a desinformação, em relação à dor crônica e a pandemia. Nesse sentido, a telessaúde é uma maneira digital de continuar fornecendo apoio e infraestrutura para o manejo da dor crônica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos artigos encontrados, conclui-se que a pandemia do coronavírus, teve influência na piora da dor crônica, bem como no aumento à atenção e sensibilidade a dor, o que se deve ao fato de que estes pacientes ficaram desassistidos durante este período e consequentemente houve um subtratamento da dor crônica, por esse motivo, a telemedicina fez-se tão necessária nesse momento de novos desafios, pois informar e educar os pacientes em relação a dor crônica e ao contexto da atual pandemia se faz necessário para melhor enfrentarmos a situação e não permitir o aumento da vulnerabilidade dos pacientes com dor crônica.

4 REFERÊNCIAS

PUNTILLO, Filomena. et al. Impact of COVID-19 pandemic on chronic pain management: Looking for the best way to deliver care. **Best Practice&ResearchClinicalAnaesthesiology**, v. 34, n. 3, p. 529–537, 2020.

SHANTHANNA, H. et al. Caring for patients with pain during the COVID-19 pandemic: consensus recommendations from an international expert panel. **Anaesthesia**, v. 75, n. 7, p. 935-944, 2020.

WANG, Chien-Chih et al. Care for patients with musculoskeletal pain during the COVID-19 pandemic: Physical therapy and rehabilitation suggestions for pain management. **Journal of the Chinese Medical Association**, v. 83, n. 9, p. 822, 2020.

LI, Lydia W.; CHEW, Alton MK; GUNASEKERAN, Dinesh V. Digital health for patients with chronic pain during the COVID-19 pandemic. **BJA: British Journal of Anaesthesia**, v. 125, n. 5, p. 657, 2020.

KARAYANNI, Hala et al. Exacerbation of chronic myofascial pain during COVID-19. **Advances in Oral and Maxillofacial Surgery**, v. 1, p. 100019, 2021.

HERNANDO-GARIJO, Ignacio et al. Immediate Effects of a Telerehabilitation Program Based on Aerobic Exercise in Women with Fibromyalgia. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 4, p. 2075, 2021.

LUCHTING, Benjamin. Interdisziplinäre multimodale Schmerztherapie unter den Schutzmaßnahmen der COVID-19-Pandemie. **Der Schmerz**, p. 1-4, 2020.

DEER, Timothy et al. Emergence from the coronavirus disease 2019 pandemic and the care of chronic pain: guidance for the interventionalist. **Anesthesia and analgesia**, 2020.

MARGOLIES, Skye Ochsner et al. Growth in crisis: A mixed methods study of lessons from our patients with chronic pain during the COVID-19 pandemic. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 19, p. 12-16, 2021.

VISWANATH, Omar; KAYE, Alan D. Navigating the complexities of treating COVID-19 during the pandemic and a multimodal approach to chronic pain. **Best Practice & Research. Clinical Anaesthesiology**, v. 34, n. 3, p. 353, 2020.

CORMOBIDADES EM INDIVÍDUOS DIABÉTICOS

MOREIRA, Felipe Figueiredo[5]
ABREU, Gabriela Cristina de[6]
BINI, Ana Carolina Dorigoni[7]

RESUMO: Este trabalho pretende investigar as comorbidades existentes nos indivíduos diabéticos, relacionando o gênero e o tempo de diagnóstico da doença. Trata-se de um estudo transversal que verificou dados como gênero, idade, altura e peso, tipo do Diabetes, tempo de diagnóstico e se possuía alguma outra doença. Constatou alta significância de um padrão de sobrepeso obesidade, e um notável índice de comorbidades. O desenvolvimento de comorbidades aumentam o risco para uma baixa qualidade de vida, fazendo-se necessária a mudança de hábitos de vida mais saudáveis.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Comorbidades. Diagnóstico.

1 INTRODUÇÃO

Aproximadamente 285 milhões (6,4%) de pessoas no mundo são afetados pelo diabetes mellitus tipo 1 (DM1), e a cada ano 65.000 crianças são diagnosticadas com DM1, sendo que essa taxa aumenta a cada ano em 3% (USHER-SMITH et al., 2015).

O diabetes mellitus tipo 2 é considerado uma epidemia e corresponde por aproximadamente 90% de todos os casos de diabetes (COSTA, 2017). Onde tanto o DM1 quanto o DM2 são doenças heterogêneas, nas quais apresentam a progressão da doença que podem variar consideravelmente, e se não tratada pode levar a várias doenças (REHMAN, 2017).

Para o diagnóstico da doença, os sintomas mais comuns incluem poliúria, polidipsia, perda de peso no tipo 1 e ganho de peso no tipo 2, e o cansaço (USHER-SMITH et al., 2015).

O tratamento do DM consiste na manutenção do valor de glicemia e de insulina normal. Esse controle é fundamental para a prevenção de complicações agudas e crônicas decorrentes da doença. A duração da doença e o seu controle

[5] Fisioterapia, 5° ano, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
[6] Fisioterapia, 5° ano, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
[7] Doutora, Docente CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

interagem com outros fatores de risco, denominados comorbidades, como hipertensão arterial sistêmica (HAS), obesidade (GARCIA, 2016).

Indivíduos com DM que não fazem o controle glicêmico podem apresentam maior morbidade e mortalidade em comparação com o indivíduo diabético (DE SANTI E ZOPPINI, 2017).

Tendo em vista o contexto apresentado, o presente estudo teve como objetivo investigar as comorbidades existentes nos indivíduos diabéticos, relacionando o gênero e o tempo de diagnóstico da doença.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, consistindo em população com 50 indivíduos diagnosticados com Diabetes Mellitus (DM), tanto do tipo I quanto do tipo II.

Os indivíduos responderam a um questionário online sócio-clínico elaborado pela equipe de pesquisa, contendo os dados pessoais como: gênero, idade, altura e peso, tipo do Diabetes, tempo de diagnóstico e se possuía alguma outra doença (podendo ter mais de uma).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, por meio do parecer nº 4.619.364, seguindo os padrões éticos de acordo com a resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, todos os participantes foram informados sobre os procedimentos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A amostra foi composta por indivíduos com idade entre 18 a 86 anos, sendo 25 (50%) do gênero feminino e 25 (50%) do gênero masculino. O estudo contou com a participação de mulheres (41,56 anos) com idade inferior à dos homens (42,4 anos), a média do índice de massa corporal foi de 25,51 kg/m² em homens e 30,89 kg/m² em mulheres, onde destaca os dois gêneros com sobrepeso, em que os homens apresentaram o IMC levemente maior do que as mulheres. O DM do tipo I foi de 64% e o tipo II foi de 36% em homens, já nas mulheres 44% foi do tipo I e 56% do tipo II (Tabela 1).

Tabela 1. Dados Antropométricos

Gênero	Anos	Kg/m2	Tipo de DM
Homens	42,4	25,51	Tipo I: 16 (64%) / Tipo II: 9 (36%)
Mulheres	41,56	30,89	Tipo I: 11 (44%) / Tipo II: 14 (56%)

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra demonstrou um alto padrão no índice de comorbidades, onde pressão alta, histórico familiar de câncer, depressão e alterações de sono, sendo mais significativos em mulheres (Gráfico 1).

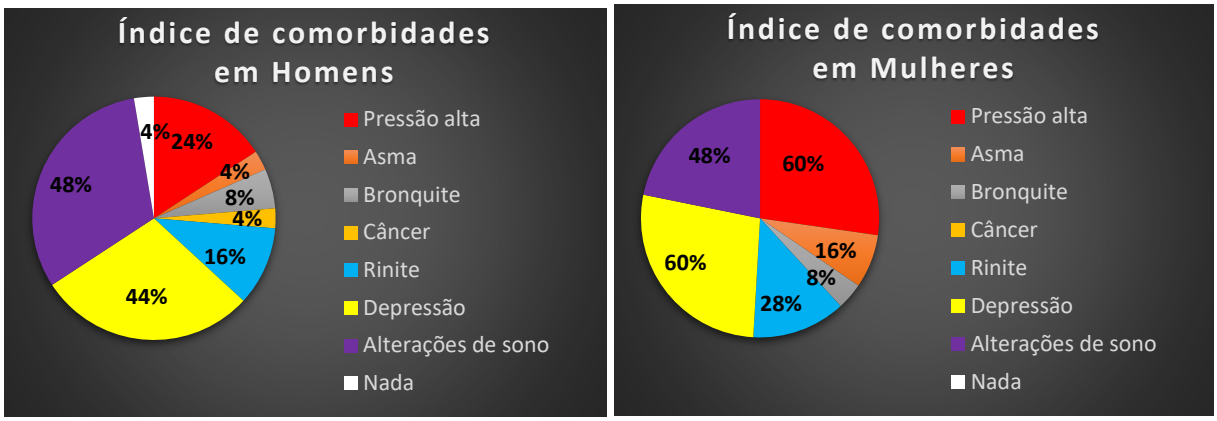


Gráfico 1 - Índice de comorbidades em Diabéticos (Homens x Mulheres).

Em relação ao tempo de diagnóstico da doença, houve um maior número de indivíduos com tempo de diagnóstico de DM de 0 a 5 anos (36% em mulheres, 40% em homens), e de 6 a 10 anos (28% em mulheres, 24% em homens), porém foi significativo o tempo com mais de 20 anos de diagnóstico (20% em mulheres, 16% em homens) (Gráfico 2).

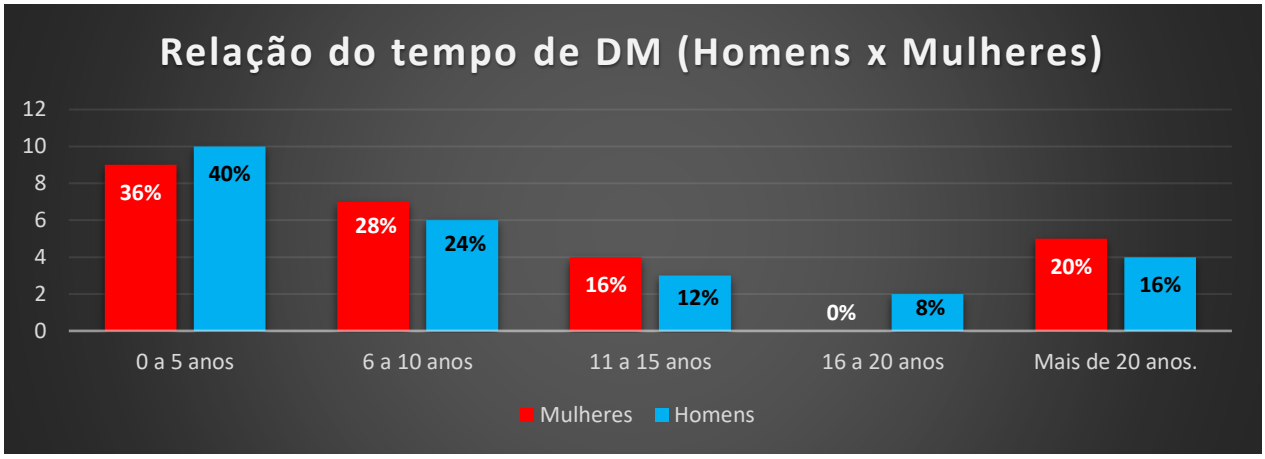


Gráfico 2 - Relação do tempo de DM (Homens x Mulheres)

Na amostra desse estudo, foi verificado um grande índice de comorbidades em indivíduos com DM sendo mais evidente em mulheres e tendo a pressão alta como a mais prevalente. Corroborando com estudos anteriores que afirmam, que indivíduos com DM tem maior probabilidade de desenvolverem alguma complicação do que em quem não tem diabetes, DM1 (Diabetes Mellitus tipo 1) tem um alto risco de desenvolver doenças cardiovasculares, e a cerca de 82,1% de pacientes com DM2 (Diabetes Mellitus tipo 2) possuem hipertensão (IGLAY, 2016, KATSAROU, 2017).

Um ponto que deve ser levando em consideração são os fatores biológicos e psicossociais, que são responsáveis pelas diferenças nos riscos e resultados do diabetes quanto ao gênero. Em geral, o estresse psicossocial, desequilíbrios endócrinos, obesidade, aumento de risco cardiovascular, parecem ter maior impacto nas mulheres do que nos homens. (KAUTZKY-WILLER, 2016, KOO, 2016)

O padrão encontrado na amostra em relação ao tempo de diagnóstico de DM foi de 0 a 10 anos. O DM é uma doença progressiva na qual os indivíduos tendem a deteriorar seu estado de saúde com o passar do tempo, principalmente após os 5 anos de convívio com a doença, quando começam a aparecer as complicações derivadas do mau controle glicêmico (LIMA, 2018). Oque comprova a prevalência de doenças instauradas nos indivíduos do presente estudo.

3 CONCLUSÃO

Tendo em vista o frequente quadro analisado neste estudo, grande parte dos pacientes com Diabetes Mellitus apresentou um padrão de sobrepeso e obesidade, e um notável índice de comorbidades.

O desenvolvimento de comorbidades aumentam o risco para uma baixa qualidade de vida, fazendo-se necessária a análise das melhores formas de orientar e conscientizar esses indivíduos para as mudanças de hábitos de vida mais saudáveis.

4 REFERÊNCIAS

USHER-SMITH, Juliet A. et al. The pathway to diagnosis of type 1 diabetes in children: a questionnaire study. **BMJ open**, v. 5, n. 3, p. e006470, 2015.

COSTA, Amine Farias et al. Carga do diabetes mellitus tipo 2 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00197915, 2017.

REHMAN, Syed Shakil Ur. Effects of supervised structured aerobic exercise training programme on level of Exertion, dyspnoea, VO2 max and Body Mass Index in patients with type 2 diabetes mellitus. **J. Pak. Med. Assoc**, v. 67, p. 1670-1673, 2017.

GARCIA, Carina; DE QUEIROZ FISCHER, Maiara; POLL, Fabiana Assmann. Estado nutricional e as comorbidades associadas ao diabetes mellitus tipo 2 no idoso. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 21, n. 1, 2016.

DE SANTI, F. Type 2 diabetes is associated with an increased prevalence of respiratory symptoms as compared to the general population. **BMC pulmonary medicine**, v. 17, n. 1, p. 1-8, 2017.

IGLAY, Kristy. Prevalência e co-prevalência de comorbidades em pacientes com diabetes mellitus tipo 2. **Pesquisa e opinião médica atual** , v. 32, n. 7, pág. 1243-1252, 2016.

KATSAROU, Anastasia et al. Type 1 diabetes mellitus. **Nature reviews Disease primers**, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2017.

KAUTZKY-WILLER, Alexandra; HARREITER, Jürgen; PACINI, Giovanni. Sex and gender differences in risk, pathophysiology and complications of type 2 diabetes mellitus. **Endocrine reviews**, v. 37, n. 3, p. 278-316, 2016.

HUANG, Elbert S. Management of diabetes mellitus in older people with comorbidities. **Bmj**, v. 353, 2016.

KOO, Bo Kyung; MOON, Min Kyong. Are we in the same risk of diabetes mellitus? Gender-and age-specific epidemiology of diabetes in 2001 to 2014 in the Korean population. **Diabetes & metabolism journal**, v. 40, n. 3, p. 175-181, 2016.

LIMA, Luciano Ramos de et al. Qualidade de vida e o tempo do diagnóstico do diabetes mellitus em idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 21, p. 176-185, 2018.

FATORES DE RISCO DO COVID-19 EM PACIENTES COM DOENÇAS NEUROLÓGICAS

RIBEIRO, Dayana Carolina[8]
QUEIROZ, Erika Fernanda[9]
MOREIRA, Felipe Figueiredo[10]
BINI, Ana Carolina Dorigoni[4]

RESUMO: Verificar quais são os fatores de risco do COVID-19 em pacientes neurológicos. Trata-se de revisão sistemática elaborada através do protocolo PRISMA sobre a identificação dos principais fatores de risco em pacientes neurológicos associados a COVID-19 através das bases de dados Medline, Pubmed, Scielo, Science Direct, Springer e Lilacs. Foram selecionados 11 artigos que evidenciaram os fatores de risco do COVID-19 em pacientes neurológicos. o COVID-19 agravou o quadro clínico de pacientes neurológicos, principalmente a doença de Parkinson e a doença de Alzheimer.

Palavras-chaves: Doenças neurológicas, COVID-19, Fatores de risco, doença de Alzheimer, doença de Parkinson

1 INTRODUÇÃO

Um grande número de casos de pneumonia com origem desconhecida surgiu em Wuhan, na China, no final de 2019. A explicação desses casos veio em janeiro de 2020 onde um novo coronavírus foi detectado em amostras (ZHU et al., 2019). Por ser altamente contagioso, o agente etiológico se espalhou por vários países, se tornando uma pandemia global (CAROD-ARTAL et al., 2020).

O Covid-19 pode gerar uma série de complicações ao paciente infectado e, em casos mais graves, pode levar à Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo (SDRA) (ROCHA et al., 2020). Existem fatores de risco que podem aumentar a chance do indivíduo ficar mais suscetível ao coronavírus, alguns deles são: pessoas com doenças cardiovasculares, doenças pulmonares, obesidade e doenças neurológicas (SERRANO-CASTRO et al, 2020). A neuroinflamação crônica associada a altos níveis de citocinas estão relacionadas a algumas doenças neurodegenerativas como esclerose múltipla, doença de Parkinson, doença de Alzheimer, doença de

[8] Discente de Fisioterapia, 7º periodo. Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO.
[9] Discente de Fisioterapia, 7º periodo. Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO.
[10] Discente de Fisioterapia, 9º periodo. Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO.
[4] Doutora, Docente de Fisioterapia, Centro Universitário Campo Real, Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO

Huntington, fazendo com que sejam mais vulneráveis a COVID-19. (SERRANO-CASTRO et al, 2020).

Tendo em vista o contexto apresentado, o objetivo desta revisão sistemática foi verificar quais são os fatores de risco do COVID-19 em pacientes neurológicos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de revisão sistemática elaborada através do protocolo PRISMA, referente as publicações de 2020, através das bases de dados Medline, Pubmed, Scielo, Science Direct, Springer, e Lilacs de forma totalmente independente. O tema baseou-se na identificação dos principais fatores de risco em pacientes neurológicos associados a COVID-19. Foram usadas as palavras chave: COVID-19, pacientes neurológios, fatores de risco e seus respectivos em inglês. Houve indicação dos estudos pré-selecionados e selecionados, sendo excluídos trabalhos em que não houve manifestações sintomatológicas do COVID-19 em pacientes neurológicos. Foram encontrados 6.209 artigos. De acordo com os critérios de inclusão, 11 artigos foram selecionados.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Autor (es) /ANO	**Metodologia da pesquisa**	**Resultados**	**Conclusões**
Hwang J, et al. 2020	Estudo de coorte retrospectivo onde foram avaliados os fatores que aumentam a taxa de mortalidade, incluindo doenças neurológicas, de pacientes com COVID-19.	Os dados significativos encontrados para prever a morte por COVID-19 foram: a idade, a presença de doença pulmonar crônica e Alzheimer e demências.	Concluiu-se que os profissionais da área da saúde devem estar mais atentos a estes pacientes, visto que idade, presença de doença pulmonar crônica ou DA aumentam os riscos de morte por COVID-19.
Louapre C, et al. 2020	Estudo de coorte observacional, retrospectivo e multicêntrico que incluiu pacientes com EM apresentando um diagnóstico confirmado ou altamente suspeito de COVID-19.	Neste estudo, foram incluídos 347 pacientes com EM, sendo a deficiência neurológica, idade e obesidade os fatores de risco para as formas graves de COVID-19.	A identificação desses fatores de risco pode fornecer uma justificativa para a estratégia individual de cuidado em pacientes com EM durante a pandemia de COVID-19.

Parrotta E, et al. 2020	Estudo observacional acerca de pacientes com Esclerose Multipla e distúrbios relacionados com a doença do COVID-19.	Dos 76 pacientes com EM incluídos, 37 testaram positivo para o coronavirus. De todo o grupo 64 estavam em terapia com DMDs. As características mais comuns encontradas foram: idade avançada, presença de comorbidades, doença progressiva e estado de não locomoção.	Apesar dos resultados encontrados, nenhum foi considerado um preditor de morte nesta amostra.
Zhai H, et al. 2020.	Trata-se de um estudo unicêntrico, retrospectivo e observacional de análise das características clínicas, resultados e fatores de risco que afetam o prognóstico de 10 pacientes em doença de Parkinson com infecção COVID-19 grave.	Foram comparados pacientes com e sem histórico de DP e pacientes. Pacientes com DP com idade avançada, maior duração da DP e estágio avançado de DP parecem ter um pior prognóstico após contrair COVID-19 grave.	Os pacientes com DP com distúrbios de consciência e complicações que progrediram rapidamente têm maior risco de morte.
Bianchetti A et al, 2020.	Um estudo restrospectivo, que avaliou a prevalência, a apresentação clínica e os resultados da demência em indivíduos hospitalizados por infecção por COVID19.	Demência foi diagnosticada em 82 pacientes 13,1% dos pacientes apresentaram demência, e a taxa de mortalidade foi de 62,2% entre os pacientes afetados por demência em comparação com 26,2% em indivíduos sem demência	Este estudo mostrou que O diagnóstico de demência, principalmente nos estágios mais avançados, representa um importante fator de risco para mortalidade em pacientes com COVID-19.
Cilia R et al, 2020.	Trata de um estudo de caso-controle sobre os efeitos de COVID-19 na doença de Parkinson em 12 pacientes.	Foram comparados o grupo de DP e COVID-19 e o grupo controle.Os sintomas motores e não motores pioraram significativamente nos indivíduos com COVID-10.	A conclusão foi de que os pacientes com DP podem apresentar piora dos sintomas motores e não motores durante a doença COVID-19.
Antonini A et al, 2020.	Um estudo de caso com pacientes com Doença de Parkinson afetadas por COVID-19.	Pacientes idosos com DP avançado podem representar uma população vulnerável, além de rigidez dos músculos respiratórios e também o comprometimento da reação de tosse pode levar ao aumento da gravidade de COVID-19.	os pacientes com DP de idade mais avançada são particularmente suscetíveis a COVID-19 com uma taxa de mortalidadade alta.

Embora SARS-CoV-2 seja principalmente um vírus respiratório, ele também é um vírus neuroinvasivo capaz de desencadear uma tempestade de citocinas, com efeitos persistentes em populações específicas (SERRANO-CASTROA et al, 2020).

Achados encontrados nos estudos de Antonini (2020) e Zhai (2021) sugerem que os pacientes com DP, com idade mais avançada e com maior duração da doença são particularmente mais suscetíveis a COVID-19, tendo assim uma alta taxa de mortalidade. Essa vulnerabilidade pode ser explicada por conta da rigidez dos

músculos respiratórios, comprometimento da tosse ao lado da dispneia preexistente nos indivíduos com DP (Wamelen et al, 2020).

Além disso, Cilia (2020) demonstrou que, pacientes com DP com COVID-19, tiveram uma piora significativa em sintomas motores e não motores. Foi analisado o fator de risco para mortalidade em pacientes afetados por COVID-19 com demência no estudo de Bianchetti (2020), de 82 pacientes, a taxa de mortalidade foi de 62,2% (51/82) entre os pacientes afetados por demência em comparação com 26,2% (143/545) em indivíduos sem demência. Pacientes com idade superior a 70 anos com presença de doença pulmonar crônica e predição de demência, têm maior probabilidade de morrer de COVID-19 (HWANG et al, 2020).

Louapre (2020) ao analisar 347 pacientes com Esclerose Múltipla (EM), em que 73 destes obtiveram pontuação de gravidade de COVID-19, e 12 morreram, concluiu que a EM associada a deficiência, idade avançada e obesidade, é um fator de risco para COVID-19. Esses dados foram similares aos de Parrotta (2020), que explica que a maioria dos pacientes com EM com COVID-19 não requer hospitalização, apenas aqueles que tinham idade avançada, presença de comorbidades, doença progressiva e estado de não locomoção.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As doenças neurológicas preexistentes, na maioria das vezes interferem no prognóstico do paciente com COVID-19. É importante que os profissionais da saúde estejam sempre se atualizando, para orientar essa população e seus responsáveis sobre a prevenção e os cuidados no caso de infecção.

4 REFERÊNCIAS

ANTONINI Angelo et al. Outcome of Parkinson's Disease Patients Affected by COVID-19**. Mov Disord**. 2020;35(6):905-908.

BIANCHETTI Angelo, et al. Clinical Presentation of COVID19 in Dementia Patients. **J Nutr Health Aging**. 2020;24(6):560-562.

CAROD-ARTAL FJ. Neurological complications of coronavirus and COVID-19. Complicaciones neurológicas por coronavirus y COVID-19. **Rev Neurol**. 2020;70(9):311-322.

CILIA Roberto, et al. (2020) Effects of COVID-19 on Parkinson's disease clinical features: a community-based case-control study. **Movement Disorders**, 35(8), 1287-1292.

HWANG Jong-Moom, et al. Neurological diseases as mortality predictive factors for patients with COVID-19. **Neurol Sci**. 2020 Sep;41(9):2317-2324.

LOUAPRE Céline, et al. Clinical Characteristics and Outcomes in Patients With Coronavirus Disease 2019 and Multiple Sclerosis. **JAMA Neurol**. 2020 Sep 1;77(9):1079-1088.

PARROTTA Erica, et al. COVID-19 outcomes in MS: Observational study of early experience from NYU Multiple Sclerosis Comprehensive Care Center. **Neurol Neuroimmunol Neuroinflamm.** 2020 Jul 9;7(5):e835.

ROCHA Fernanda Emanuelle Viomar, et al. (2020). O uso da posição prona em pacientes com diagnóstico de COVID-19: uma revisão sistemática. **Revista FisiSenectus**, 8(1), 133-142.

SERRANO-CASTRO PJ et al. Impact of SARS-CoV-2 infection on neurodegenerative and neuropsychiatric diseases: a delayed pandemic? **Neurologia**. 2020 May;35(4):245-251

WAMELEN Daniel J Van, et al. Drooling in Parkinson's disease: prevalence and progression from the Non-motor International Longitudinal Study. **Dysphagia** Mar. 2020.

ZHAI Heng, et al. Characteristic of Parkinson's disease with severe COVID-19: a study of 10 cases from Wuhan. **J Neural Transm** (Vienna). 2021 Jan;128(1):37-48.

ZHU Na, et al. A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China, 2019. **N Engl J Med**. 2020;382(8):727-733.

OCORRÊNCIA DE LESÕES FACIAIS EM INDIVÍDUOS INFECTADOS COM COVID-19 E SUBMETIDOS A POSIÇÃO PRONA: REVISÃO SISTEMÁTICA

MOREIRA, Felipe Figueiredo[11]
LIMA, Natalli de[12]
BINI, Ana Carolina Dorigoni[13]

RESUMO: Analisar estudos sobre lesões por pressões faciais na posição prona em pacientes infectados pelo COVID-19. Trata-se de uma revisão sistemática elaborada através do protocolo prisma referentes a 2020/2021. A identificação do tema baseou-se em pacientes diagnosticados com COVID-19 que foram submetidos à posição prona e desenvolveram úlceras de pressão. Foram encontrados seis artigos, estudados e discutidos, entre eles artigos originais e relatos de casos. O protocolo da posição prona é um grande aliado no tratamento de pacientes com SDRA, visa melhorar quadros mais agudos, porém pode gerar complicações significativas, ocasionando acometimento principalmente da face.

Palavras-chave: Edema Facial. Pronação, Coronavírus. Síndrome Respiratória Aguda.

INTRODUÇÃO

O coronavírus acomete principalmente o trato respiratório, causando inflamação generalizada nos pulmões em casos graves. Aproximadamente 14% de todas os indivíduos infectados com COVID-19 manifestaram doenças respiratórias graves e mais 5% se tornarão pacientes críticos que apresentam condições clínicas graves (NICHOLSON, 2020).

A posição prona tem se destacado por trazer benefícios a situações de pacientes hipoxêmicos internados com casos confirmados de coronavírus. (MANFREDINI, 2013). Ela melhora a mecânica pulmonar e da parede torácica auxiliando em uma melhor distribuição do estresse e da tensão aplicados sobre o pulmão. Por tempos prolongados pode acarretar em lesões como a úlcera de pressão (ARAÚJO, 2021, ROCHA, 2020).

O tratamento da úlcera de pressão consiste em diminuir a pressão no ponto da ferida, realizando o desbridamento do tecido necrótico, e uma melhor cicatrização dessas feridas que são tratadas com curativos (PERRILLAT, 2020, PEKO, 2020).

[11] Fisioterapia, 5° ano, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
[12] Graduada em Fisioterapia, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
[13] Doutora, Docente CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Diante de tais conhecimentos, o objetivo desta pesquisa foi de analisar os estudos que descreviam sobre as lesões por pressões faciais na posição prona em pacientes infectados com COVID-19.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática elaborada através do protocolo PRISMA.

Os trabalhos analisados foram referentes de 2020/2021 através das bases de dados Lilacs, Medline, PubMed, Scielo, Science Direct e Springer, usando as palavras-chaves: Pressão Facial, Posição Prona, COVID-19 e seus respectivos em inglês. Trabalhos que não relatavam **Erro! Fonte de referência não encontrada.** s obre pacientes com COVID-19 que utilizaram a posição prona e desenvolveram úlcera de pressão facial foram excluídos, utilizando apenas tratamento em humanos, artigos originais ou relatos de casos.

Foram encontrados 156 artigos. De acordo com os seguintes critérios de inclusão, 6 artigos foram selecionados (3 artigos originais e 3 relatos de caso).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Autor (a) / ano	Desenho do estudo	Metodologia	Resultados	Conclusão
Peko, 2020	Artigo original	O Artigo utiliza modelos de cabeças em 3D e realiza um comparativo entre as que usaram curativos de espumas de silicone e as que não utilizaram.	As cabeças em 3D que não utilizaram os curativos demonstraram o aumento do pico de estresse sobre as áreas.	A aplicação do curativo de espuma de silicone protege o rosto de pacientes expostos a posição prona.
Zingarelli, 2020	Artigo relato de caso	Uma paciente apresentando úlceras faciais após 15 dias de intubação e manobra de pronação.	Ocorreu a aplicação de sulfadizina de prata cobrindo as feridas com gazes estéreis. Houve melhora nas úlceras de pressão.	A intubação reduz a mortalidade entre pacientes com SDRA grave, porém aumenta o risco de úlceras de pressão na área facial.
Shearer, 2021	Artigo original	Revisão de 263 prontuários de pacientes com COVID-19 que necessitaram de intubação e pronação.	143 pacientes foram pronados, desses pronados 68 tiveram lesão por pressão facial pios ficaram mais tempo em pronação	A duração mais longa da pronação confere no maior risco de úlceras de pressão.

Perrillat, 2020	Artigo relato de caso	Dois pacientes intubados e em posição prona ambos apresentaram úlcera de pressão na região facial, tendo diferença no número de sessões de pronação 6 e 9 sessões ambos por 12 horas.	Um paciente apresentou melhora no quadro de úlcera de pressão e ventilação mecânica e outro paciente apresentou piora nos quadros.	O uso de terapia de posição prona pode levar proporções significativas de úlcera de pressão.
Ibarra, 2020	Artigo original	74 pacientes foram submetidos a posição prona.	131 foram registrados como posicionamento propenso a úlcera de pressão sendo o rosto a região mais acometida.	Protocolos devem ser melhorados no atendimento ao paciente crítico evitando lesões por úlceras de pressão.
Mashettiwar, 2021	Artigo relato de caso	Paciente idosa internada com infecção aguda por COVID-19 intubada e pronada gerando úlceras no lado esquerdo do rosto, parede torácica esquerda e axila.	As lesões melhoraram lentamente durante sua permanência na clínica de reabilitação.	Equipes multidisciplinares devem ser treinados para melhorarem o reposicionamento de pacientes pronados afim de evitar lesões.

A prevalência e as características de úlceras de pressão de posicionamento propenso e análise dos fatores de risco relacionados realizado por Ibarra (2020). Onde pacientes com COVID-19 em UTI's com com VMI foram tratados com pronação. Entre as áreas mais afetadas pelas úlceras de pressão destacou-se a bochecha, ala nasal e o queixo.

Zingarelli (2020) elaborou um estudo de caso com uma idosa de 50 anos que foi intubada e submetida a posição de pronação, onde foi sugerido um protocolo como tratamento de feridas com a aplicação de sulfadizina de prata cobrindo as feridas com gazes estéreis de hialurônico ácido e sal de sódio promovendo a melhora dessas úlceras de pressão. Já Shearer (2021), foi utilizado como prevenção de feridas um curativo espuma Mepilex, que foi colocado sob o fixador de tubo orotraqueal, relatando ainda que pacientes que tiveram lesão por pressão facial, permaneceram por mais tempo em posição de prona comparados aos que não obtiveram lesões por pressão.

Peko (2020) avaliou as exposições dos tecidos moles faciais à cargas mecânicas em uma posição inclinada sem o uso de curativo comparada a exposição com curativos de espuma aplicados como protetores de tecido na testa e queixo, utilizando um modelo anatomicamente realista da cabeça de um adulto para

determinar a contribuição dos curativos para o alívio de cargas de tecido sustentadas, esse estudo também utilizou o curativo Mepilex por ser considerado de alta flexibilidade e extensibilidade realizando cortes padronizados em Y e sendo espalhado em camadas, protegendo assim o rosto desses pacientes expostos à posição prona.

Mashettiwar (2021) sugeriu uma pronação prolongada de até 36 horas como uma opção viável e segura. Perrillat (2020) relatou que para ser eficaz a posição prona deve ser mantida por 10 a 12h. Já Peko (2020) traz que dependendo da prática em diferentes instalações e condições do paciente o protocolo utilizado foi de aproximadamente 9 a 24 horas de sessões de ventilação prona.

A posição em pronação apresenta resultados satisfatórios na melhora da ventilação pulmonar seguindo todos os protocolos como o uso de coxins, curativos de proteção, tempo na posição e as mudanças de posicionamento de MMSS's e cabeça podendo evitar as lesões faciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método da posição prona é um grande aliado no tratamento de pacientes com SDRA melhorando quadros mais agudos, porém podendo gerar complicações significativas, gerando acometimento principalmente da face.

Vale ressaltar que com o avanço do COVID-19 profissionais estão vivendo em constante adaptação e sempre buscando novos estudos e protocolos para a melhor recuperação do paciente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marília Souto de. **Posição prona como ferramenta emergente na assistência ao paciente acometido por COVID-19: scoping review.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, p. 1/12, 2021.

IBARRA, Gorka. **Prone position pressure sores in the COVID-19 pandemic: The Madrid experience**. JPRAS- An International journal of surgical reconstruction, p. 18, 26 dez. 2020.

MANFREDINI, Geruza Maria Silva Gonçalves. **Prone position in acute respiratory distress syndrome: nursing care posición prona en la síndrome de dificultad respiratoria aguda: cuidados de enfermería.** Revol, p. 1/10, 1 ago. 2013.

MASHETTIWAR, Javi. **Unilateral Pressure Ulcers and Upper Extremity Paresthesia e the Importance of Addressing Repositioning in Proned SARS COV-2 Patients**. Jornal da American Medical Directors Association, p. 1/2, 16 jan. 2021.

NICHOLSON, Thomas W. **Respiratory failure and non-invasive respiratory support during the covid-19 pandemic: an update for re-deployed hospital doctors and primary care physicians.** PRACTICE, 30 abr. 2020.

PEKO, Lea. **Protecting prone positioned patients from facial pressure ulcers using prophylactic dressings: A timely biomechanical analysis in the context of the COVID-19 pandemic**. WILEY, Sydney, Australia., p. 1/12, 8 jun. 2020.

PERRILLAT, Ambre. **Facial pressure ulcers in COVID-19 patients undergoing prone positioning: How to prevent an underestimated epidemic ?.** Journal of Stomatology oral and Maxillofacial Surgery. p. 1/13, 15 jun. 2020.

ROCHA, Fernanda Emanuelle Viomar. **O uso da posição prona em pacientes com diagnóstico de COVID-19: uma revisão sistemática**, Fisisenectus, p. 1/10, Jan./Dez. 2020

SHEARER, Sarah C. **Facial Pressure Injuries from Prone Positioning in the COVID-19 Era.** WILEY, p. 1/5, 1 abr. 2021.

ZINGARELLI, Enrico M. **Facial Pressure Ulcers in a COVID-19 50-year-old Female Intubated Patient.** Thieme Open access, p. 1/3, 25 abr. 2020.

PERFIL DOS ÓBITOS POR COVID-19 NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

FERREIRA, Isadora Coelho de Souza[14]
GALLON, Bruna Camilla[15]
CLEMENTE, Pedro Augusto[16]
MARTINS, Hilana Rickli Fiuza[4]

RESUMO: Trata-se de um estudo descritivo caracterizando o perfil dos óbitos por COVID-19 no município de Guarapuava, entre janeiro e maio (2021), utilizando postagens do perfil oficial da Prefeitura no Instagram. Identificou-se 374 óbitos, sendo o mês de maio o período com maior número de registros. A maior proporção dos óbitos foi de homens, idosos, com comorbidades, principalmente hipertensão. O tempo dos primeiros sintomas ao internamento, e o tempo da hospitalização ao óbito levaram em média 6-10 dias. O perfil das vítimas de COVID-19 apresenta a influência da idade, sexo e comorbidade e período 6-10 dias da hospitalização ao óbito.

Palavras-chave: COVID-19. Óbito. Comorbidade. Hospitalização.

1 INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019 uma nova cepa de coronavírus, denominada SARS-CoV-2, conhecida por provocar a doença COVID-19, começou a circular inicialmente na China. Essa doença se inicia como uma pneumonia podendo rapidamente evoluir para uma síndrome respiratória aguda grave (LIMA, 2020). No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou caso de emergência de saúde pública internacional, ou seja, pandemia global (HABAS et al., 2020), devido à alta transmissibilidade entre os países.

No Brasil o primeiro caso surgiu no final de fevereiro no estado de São Paulo (SANTOS et al., 2020). No Paraná o primeiro caso foi registrado em março de 2020 e dez dias após o registro, constatou-se o primeiro óbito do estado (FREDRICH et al., 2020). De acordo com as Secretarias Estaduais de Saúde, até maio de 2021, o Brasil totalizava mais de 20 milhões de casos confirmados e mais de 580 mil mortos pelo vírus. No estado do Paraná estes dados superaram um milhão de casos confirmados e 37 mil óbitos, alcançando a relação de 303,3 mortos a cada 100 mil habitantes. Frederich *et al*. (2020) demonstra que o perfil dos óbitos no estado do Paraná até maio de 2020, acometem homens (67%), idosos (70%), portadores de condições prévias (69%).

[14] Fisioterapia; 4° ano; Universidade Estadual do Centro Oeste.
[15] Fisioterapia; 4° ano; Universidade Estadual do Centro Oeste.
[16] Fisioterapia; 4° ano; Universidade Estadual do Centro Oeste.
[4] Docente do Departamento de Fisioterapia. Universidade Estadual do Centro Oeste.

No atual cenário, tornam-se primordiais a divulgação e análise das estatísticas de mortalidade da COVID-19, possibilitando o acompanhamento da pandemia. Desta forma, objetiva-se delinear o perfil dos óbitos de janeiro a maio (2021) registrados no município de Guarapuava-PR.

2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo descritivo realizado para caracterizar o perfil dos óbitos por COVID-19 no município de Guarapuava, no período de janeiro a maio de 2021, utilizando postagens do perfil oficial da Prefeitura no Instagram. Foram incluídos todos os óbitos registrados pela prefeitura, inclusive aqueles registrados em outras cidades. Obteve-se informações como: idade; sexo; data dos primeiros sintomas; data da internação; data do óbito; e a presença de comorbidades/ doenças associadas. Para a tabulação e análise de dados utilizou-se a plataforma *Microsoft Office Excel*.

O presente estudo avaliou as características dos óbitos de indivíduos acometidos pelo COVID-19, descritos na tabela 01. Os resultados mostraram que de 374 óbitos coletados entre janeiro a maio de 2021, destaca-se que a em sua maioria, amostra formada por homens (55,9%), sendo a faixa etária mais acometida os idosos (57,2%), com idade média 79,0±13,4 anos.

Tabela 01. Caracterização da amostra

Característica (n=374)	**Valor observado(%)**
Sexo	
Masculino	209(55,9)
Feminino	165(44,1)
Idade (em anos), média ± DP	79,0±13,4
Faixa etária, n (%)	
Jovens (≤ 19 anos)	01(0,3)
Adultos (20 – 59 anos)	159(42,5)
Idoso (≥ 60 anos)	214(57,2)

Além disso, 85,8% da amostra apresentou alguma doença associada, descritas na tabela 02. Uma meta-análise abordou o impacto da obesidade e presença de doenças associadas na COVID-19, e as associou à um maior risco de complicação e

mortalidade, sendo este o perfil dos indivíduos registrados neste estudo (HUSSAIN et al 2020).

Dentre as doenças associadas mais apresentadas, as mais prevalentes foram hipertensão (62,8%), seguida de diabetes mellitus (33,1%), doenças cardíacas (11,9%) e obesidade (11%), sendo estas as comorbidades que apresentam maior fator de risco para mortalidade por COVID-19, além de serem mais prevalentes na população (EJAZ et al., 2020).

Tabela 02. Relação das doenças associadas

Variável (n=344)	**N(%)**
Doença associada	
Nenhuma	50(14,5)
HAS	216(62,8)
Diabetes mellitus	114(33,1)
Doenças respiratórias	24(7)
Doenças cardíacas	41(11,9)
Doenças renais	18(5,2)
Doenças reumáticas	86(25)
Obesidade	38(11)
Distúrbios da tireóide	8(2,3)

Os indivíduos que procuraram um serviço de saúde e foram hospitalizados, levaram em média 6 a 10 dias (48,7%) para procurar um serviço de saúde após a data do primeiro sintoma. Quanto ao óbito, também levaram em média 6 a 10 dias após o internamento (tabela 3 e 4, respectivamente). Os resultados obtidos foram de encontro ao mapeamento realizado por pesquisadores da Fiocruz, em que o tempo de internação variou em 6,9 (± 6,5) dias até o óbito, sendo a maioria homens com presença de comorbidades (ANDRADE et. al., 2020). O mês que apresentou maior número de óbitos entre os mapeados foi o mês de maio, totalizando 145 (38,7%) dos 374 registrados durante cinco meses no município, um mês após o pico da mortalidade no país, sendo o mês de abril responsável pelo maior número de óbitos no Estado (Fiocruz, 2021).

Tabela 03. Dias do primeiro sintoma até a hospitalização

Variável (n=281)	**N(%)**
0-5	78(27,7)
6-10	137(48,7)

11-15	49(17,4)
16-20	13(4,6)
21-25	1(0,3)
26-30	1(0,3)
31-35	0
36-40	0
41-45	1(0,3)
46-50	0
50+	1(0,3)

Tabela 04. Dias da hospitalização ao óbito

Variável (n=285)	**N(%)**
0-5	71(24,9)
6-10	76(26,7)
11-15	58(20,3)
16-20	48(16,8)
21-25	18(6,3)
26-30	7(2,4)
31-35	2(0,7)
36-40	2(0,7)
41-45	0
46-50	1(0,3)
50+	2(0,7)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas publicações no Instagram foi possível conhecer o perfil das vítimas por COVID-19, residentes no município de Guarapuava. Em 5 meses, 374 óbitos foram registrados, sendo o mês de maio o período com maior número de registros. O perfil das vítimas foi homens, idosos, com presença de comorbidade principalmente doenças cardíacas (incluindo hipertensão), diabetes mellitus e obesidade. O tempo dos primeiros sintomas ao internamento e o tempo do internamento ao óbito levaram em média 6 a 10 dias, demonstrando a quão rápida pode ser a transição entre sintomas de pneumonia leve até uma síndrome respiratória

aguda grave. Sendo a COVID-19 uma doença que trouxe muitos desafios aos profissionais e gestores de saúde, conhecer o perfil dos pacientes que vieram a óbito, permitirá traçar estratégias de prevenção a fim de reduzir a morbi-mortalidade.

4 REFERÊNCIAS

HABAS, Khaled *et al*. Resolution of coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Expert Review Of Anti-Infective Therapy**, [S.L.], v. 18, n. 12, p. 1201-1211, 4 ago. 2020.

LIMA, Cláudio Márcio Amaral de Oliveira. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Radiol Bras**. 2020 Mar/Abr;53(2):V–VI

SANTOS, Gabriela Romão de Almeida Carvalho *et al*. Perfil epidemiológico dos casos e óbitos por COVID-19 nos estados da região nordeste. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. 2020. | Vol.12(12) | e4251

FREDRICH, Vanessa Cristiane Ribeiro *et al.* Perfil de óbitos por Covid-19 no Estado do Paraná no início da pandemia: estudo transversal. **R. Saúde Públ**. Paraná. 2020 Dez.;3(Supl 1):62-74

HUSSAIN A, MAHAWAR K, XIA Z, YANG W, EL-HASANI S. Obesity and mortality of COVID-19. Meta-analysis. **Obes Res Clin Pract**. 2020 Jul-Aug;14(4):295-300.

EJAZ, Hasan *et al.* COVID-19 and comorbidities: deleterious impact on infected patients. **Journal Of Infection And Public Health**, [S.L.], v. 13, n. 12, p. 1833-1839, dez. 2020. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.jiph.2020.07.014

ANDRADE, Carla Lourenço Tavares *et al*. **Internações por COVID-19 no Sistema Único de Saúde (SUS)**.PLoS ONE 15(12): e0243126.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. **Monitora COVID-19**. Disponível em: https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

TRATAMENTOS PARA ACELERAÇÃO NO PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS EM INDIVÍDUOS DIABÉTICOS

LAPUINKA, Thaismara Beatriz[17]
MOREIRA, Felipe Figueiredo[18]
TARTARI, Ana Paula Santos[19]
BINI, Ana Carolina Dorigoni [4]

RESUMO: Revisar e identificar principais tratamentos cicatriciais em diabéticos. Levantamento bibliográfico publicados nos últimos dez anos sobre tratamentos cicatriciais em diabéticos com úlcera em membros inferiores, utilizando bases de dados. Os estudos selecionados foram eficazes na cicatrização da úlcera em portadores de diabetes, nenhum sendo superior ao outro.

Palavras-chave: Diabetes. Cicatrização. Úlcera. Tratamento.

1 INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus (DM) ocorre quando o pâncreas não produz insulina suficiente ou quando o organismo não utiliza efetivamente a insulina produzida. O DM é classificado em tipo I ou insulinodependente e tipo II ou não insulinodependente. É uma doença metabólica multifacetada afetando mais de 340 milhões de indivíduos sendo que cerca de 20% desenvolvem feridas diabéticas (FERREIRA, 2010, PATEL, 2019). Essa doença a longo prazo pode causar danos graves no coração, vasos sanguíneos, olhos, rins e nervos. O mais comum é o diabetes tipo II, geralmente em adultos, ocorrendo quando o corpo se torna resistente à insulina ou não produz insulina suficiente (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2019).

Uma das mais debilitantes causas de mortalidade e morbidade associadas ao diabetes decorre de úlceras em pé diabético. Em particular, uma úlcera diabética do pé não cicatrizada representa um fator de risco importante para infecção, deformidade do pé ou amputação de membro inferior. Aproximadamente 50% a 70% de todas as amputações de membros são por causa de feridas diabéticas (MELO, 2011, VIJAYAKUMAR, 2019, LOYOLA, 2018).

O surgimento de uma ferida no organismo gera uma cascata de reações celulares e bioquímicas com objetivo de prevenir a infecção e reparar a ferida.

[17] Fisioterapia, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[18] Fisioterapia, 5° ano, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
[19] Mestranda em Nanociências e Biociências, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
[4] Doutora, Docente CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Pacientes diabéticos apresentam comprometimento das respostas reparadoras durante os principais estágios da inflamação, devido a vários fatores contribuintes do diabetes (OZDEMIR, 2009, PATEL, 2019).

A deficiência na cicatrização de feridas diabéticas envolve fatores como a produção excessiva de Espécies Reativas de Oxigênio (ROS), a diminuição do Óxido Nítrico (NO), da reposta aos Fatores de Crescimento (GFs) e das proteínas da via de sinalização da insulina estão alteradas no paciente portador de diabetes (OZDEMIR, 2009, LIMA, 2013). A capacidade de metabolizar glicose fica diminuída, resultando em condições hiperglicêmicas que complicam ainda mais a processo de cicatrização de feridas, tornando-as crônicas (PATEL, 2019).

Os custos dos tratamentos desta deficiência cicatricial aumentam a importância de estudos em busca de tratamentos capazes de acelerar o processo cicatricial.

2 DESENVOLVIMENTO

Foi realizado um levantamento bibliográfico de estudos publicados entre 2010 a 2020 sobre tratamentos cicatriciais em diabéticos com úlcera em membros inferiores, utilizando bases de dados PubMed e Science Direct e das palavras chaves citadas acima e seus respectivos em inglês.

A partir dos artigos escolhidos, analisados e discutidos foi realizada a síntese do conteúdo abordado. Foram encontrados 35 artigos, Os artigos foram analisados criteriosamente, selecionando somente 5 que atenderam aos critérios dessa revisão (Tabela 1).

Tabela 1: Descrição dos artigos originais da discussão

Autor (es) / ANO	Amostra	Resultados	Conclusões
Sousa, 2015	Revisão de literatura sobre a aplicação laser de baixa intensidade na cicatrização de feridas por diabetes mellitus.	Bons resultados na cicatrização em densidades de energia de 3-5 J / cm2, densidades de potência iguais ou inferiores a 0,2 W / cm2 e emissão contínua.	O laser foi muito eficaz no tratamento de feridas diabéticas com as densidades indicadas.

Cardoso, 2010	Caso clínico de uma paciente diabética, incompatível com cicatrização, utilizando assim ozônio(O^3) como tratamento.	Redução do exsudato purulento, formação rápida de tecido de granulação, reparação de grande área da ferida e alívio da dor.	A ozonoterapia associada à terapia convencional favoreceu a cicatrização da úlcera em pé diabético.
Andrade, 2019	Estudo quantitativo em ambulatório de um hospital, 56 pacientes com dados de caracterização e tratamento das úlceras do pé diabético	34,6% pacientes apresentavam a lesão na fáscia plantar; 35,7% apresentavam esfacelo no leito da ferida; 80,3% das lesões foi utilizado ácidos graxos essenciais	Os resultados reforçam a importância da caracterização/avaliação das lesões para escolha de um tratamento eficaz, reduzindo a gravidade de complicações.
Marques, 2016	Revisão sistemática de 14 estudos em feridas diabéticas com tratamento das correntes TENS.	Positivos na taxa de cicatrização na aplicação do TENS (transcutaneous electrical nerve stimulation).	O TENS foi efetivo no processo de cicatrização de feridas crónicas, junto ao calor.
Aguiar, 2020	Estudo de caso com indivíduos portadores de diabetes e úlceras em MMII. Tratamento com uso de bota de unna associado ao shiatsu.	Na avaliação dos membros inferiores, observou-se: área média inicial da ferida: 73 cm2 área média final 24 cm2. PUSH inicial 14,8 e final 8,8. Dor inicial 2,7 e final 0,14.	Redução na área das feridas, na intensidade da dor, e no número de feridas, indicando que o tratamento do uso de bota de unna associado ao uso de shiatsu pode ser benéfico.

Com base na revisão de Sousa (2015), os melhores resultados na cicatrização de feridas diabéticas aplicaram densidades de energia na faixa de 3-5 J / cm2, densidades de potência ≤0,2 W / cm2 e emissão contínua. Provando que o laser é um tratamento cicatrizante eficaz se modulado corretamente.

Em um caso clínico de uma mulher de 79 anos, com diabetes do tipo 2 e úlcera no pé direito, Cardoso (2010) utilizou a ozonoterapia (O^3), que associada à terapia convencional favoreceu a cicatrização do pé diabético, por conta da ozonioterapia apresentar fortes propriedades antissépticas, causar oxigenação local e, devido à neovascularização induzida, acelerando assim a reparação tecidual.

Andrade (2019) identificou que mudanças do estilo de vida são necessárias para controlar o DM assim como o autocuidado com os pés para prevenir e melhorar

a qualidade da cicatrização. Em indivíduos com idade mais avançada, observou que o processo de cicatrização era mais lento, por conta do declínio nas funções fisiológicas e da diminuição na capacidade da homeostase do organismo. A pesquisa também mostrou que um baixo nível de escolaridade influencia a capacidade do indivíduo para assimilar o conhecimento sobre a doença e a importância dada ao seu controle, sendo outro fator de risco apresentado no estudo.

Marques (2016) não pode comprovar efetivamente a eficácia do TENS na cicatrização de feridas diabéticas pois não foi possível determinar se os efeitos analisados se devem única e exclusivamente às correntes TENS ou se, por sua vez, se devem à combinação desta corrente com outras intervenções terapêuticas (tratamento convencional e calor). Embora todos os estudos analisados reportem resultados positivos na cicatrização quando da utilizado o TENS.

Aguiar (2020) usou essa base para estudar o uso da bota unna, associado ao shiatsu, na úlcera nos membros inferiores de portadores de diabetes. Foram um total de 181 aplicações da bota com o maior tempo de tratamento de 14 meses. Tendo uma redução da área das úlceras e consequentemente da dor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos mostram que todos os métodos aumentaram a reparação tecidual e reduziram sinais e sintomas, como edema e dor. Os tratamentos apresentados mostram-se eficazes para cicatrização de lesões em indivíduos diabéticos. Entretanto, a alimentação saudável, o bom controle da glicemia e atividades físicas frequentes, ainda são necessárias, evitando ou minimizando o aparecimento de úlceras.

4 REFERÊNCIAS

FERREIRA, Fernanda Kellem da Silva et al. Factors and difficulties that interfere with patient adherence to treatment of diabetic foot. **Rev enferm UFPE online**. 2010.

PATEL, Satish et al. Mechanistic insight into diabetic wounds: Pathogenesis, molecular targets and treatment strategies to pace wound healing. **Biomedicine & Pharmacotherapy.** 2019.

OMS - Organização mundial de saúde, 2019.

MELO, Mesquita et al. Avaliação dos fatores interferentes na adesão ao tratamento do cliente portador de pé diabético. **Revista de Enfermagem Referência** III n.° 5. 2011.

VIJAYAKUMAR, Veena et al. Recent advancements in biopolymer and metal nanoparticle-based materials in diabetic wound healing management. **Internac Jour of Biolog Macrom.** 2019.

LOYOLA, León et al. Enfermedad arterial periférica como factor de riesgo para amputación mayor por úlcera en pie de pacientes diabéticos. 2018.

OZDEMIR, Denizhan; FEINBERG, Mark W. MicroRNAs in diabetic wound healing: pathophysiology and therapeutic opportunities. **Trends in cardiovascular medicine**, v. 29, n. 3, p. 131-137, 2019.

DE MELO LIMA, Maria Helena; ARAUJO, Eliana Pereira. Diabetes mellitus e o processo de cicatrização cutânea. **Cogitare Enfermagem**, v. 18, n. 1, 2013.

SOUSA, Raquel Gomes de; BATISTA, Keila de Nazaré Madureira. Laser therapy in wound healing associated with diabetes mellitus-Review. **Anais brasileiros de dermatologia**, v. 91, p. 489-493, 2016.

CARDOSO, Claudia Catelani et al. Ozonoterapia como tratamento adjuvante na ferida de pé diabético. **Rev Méd Minas Gerais**. 2010.

ANDRADE, Lidiane Lima de et al. Characteristics and treatment of diabetic foot ulcers in anambulatory care. **J. res.: fundam.care. Online**, 2019.

MARQUES, Ana et al. Efetividade das correntes tens (*transcutaneous electrical nerve stimulation*) na promoção do processo de cicatrização de feridas crónicas: revisão sistemática. **Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Saúde de Leiria. Licenciatura em Fisioterapia.**TL4,2016.

AGUIAR, Jane Karlla de et al. Evolução da cicatrização de úlceras nos membros inferiores de pacientes em uso de bota de Unna associado ao uso de shiatsu. **Rev Fun Care Online**. 2020.

DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO (DORT)

ZANOVELLO, Clarissa[20]
OLIVEIRA, Fátima[21]
MIERJAM, Pedro Augusto[22]

RESUMO: Muitos estudos alegam que os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao trabalho (DORT) vem de uma atividade excessiva ou repetitiva, podendo comprometer a capacidade funcional dos trabalhadores e os levando ao adoecimento. Os distúrbios osteomusculares ocupacionais mais frequentes são as, tendinites, lombalgias e as mialgias que podem se dar em qualquer local do corpo. A fisioterapia tem papel benéfico diante das DORTs, pois ela atua de forma preventiva auxiliando os trabalhadores a se adaptarem a novos hábitos e maneiras baseando-se em uma concepção curativa e reabilitadora. Este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica qualitativa em artigos científicos, afim de abordar questões relacionadas com distúrbios e lesões osteomusculares relacionadas ao trabalho e a atuação do fisioterapeuta.

Palavras-chave: DORT. Trabalho. Fisioterapia.

1. INTRODUÇÃO

Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) estão ligados diretamente comas atividades ocupacionais e condições de trabalho dentro de uma organização. A DORT pode também estar relacionada com alguns fatores psicossociais em que o trabalhador pode estar enfrentando e assim, existir a possibilidade de ocasionar o surgimento de outras doenças, tal como a depressão. Além das atividades ocupacionais, outro fator que deve ser levado em consideração quando se fala em DORT, é o emprego demasiado e descuidado da tecnologia. O grande desenvolvimento tecnológico auxilia na realização de determinadas atividades, porém, a longa exposição dos trabalhadores á posturas desconfortáveis e repetição excessiva de movimentos acabam por levar ao desenvolvimento das DORTs. A fisioterapia exerce um papel muito importante diante dos casos osteomusculares,pois ajuda o paciente no alívio das dores e tensões musculares,proporcionando uma melhora mais eficácia ao paciente portador de DORT.

---

[20] Acadêmicos de Fisioterapia.
[21] Fisioterapia, 2° período, Centro Universitário Campo Real.
[22] Professor orientador Marcos Vinicius Ruski, Centro Universitário Campo Real.

Deste modo essa revisão bibliográfica pretende demonstrar as principais causas de DORT e o papel da fisioterapia neste tipo de distúrbio osteomuscular, visando sempre a saúde do trabalhador.

2. DESENVOLVIMENTO

Os tópicos a seguir abordam a metodologia do trabalho e os resultados alcançados até o momento para o estudo realizado.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, e as fontes de consulta foram artigos científicos disponíveis no Google Acadêmico, os quais foram filtrados a partir dos títulos que continham as seguintes palavras chaves: DORT, trabalhadores, trabalho, distúrbio, doenças, saúde, fisioterapia. Outra forma de pesquisa foi a utilização de livros disponibilizados na biblioteca universitária. A seguir serão abordados os resultados obtidos através da pesquisa, inicialmente serão apresentados alguns dos fatores que de alguma forma podem influenciar os trabalhadores a serem portadores de DORT. Também será abordado questões relacionadas a saúde dos trabalhadores no Brasil e por fim o papel do fisioterapeuta em portadores de DORT.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 DORT

DORT é um termo utilizado para associar algumas doenças que são ocasionadas através do trabalho. Essas lesões ou distúrbios osteomusculares podem ocorrer nos músculos, nervos, tendões, articulações e cartilagens, no entanto, essas doenças podem ser geradas através de um esforço físico, postura inadequada e alguns movimentos repentinos ou repetitivos que podem ser considerados também como lesão por esforço repetitivo(LER)(SILVA, MORSH, 2019).

Um dos primeiros sintomas da doença é o desconforto resultante do trabalho, porém muitas das vezes, esses sinais não são tratados com devida atenção e com o passar do tempo pode-se surgir crises de dores mais intensas e se tornar parte de um quadro crônico. Os sintomas podem piorar devido ao trabalho excessivo, podendo chegar ao caso de comprometer a capacidade funcional (SANTOS; GALLEGUILLOS; TRAJANO, 2019).

O DORT pode estar relacionado também com alguns fatores psicossociais, onde muitos trabalhadores sofrem com situações de alto nível de stress, sendo capaz de ocasionar uma grande tensão muscular, assim como pode gerar empecilhos e dificuldade com o relacionamento interpessoal com os seus colegas de trabalho (SANTOS; GALLEGUILLOS; TRAJANO, 2019). De acordo com Santos; Galleguillos e Trajano (2019):

> [...] Também soma-se aos fatores psicossociais a desorganização do método de trabalho, a falta de reconhecimento profissional, as insatisfações, a ansiedade e a depressão. Frente às condições que podem agravar as manifestações de LER e DORT, é preciso adotar posturas, mudanças organizacionais ou métodos de trabalho que promovam a saúde do trabalhador. (2019, p.85)

A partir do exposto, compreende-se que os fatores psicossociais podem afetar os trabalhadores e assim podendo anteceder o seu adoecimento ou ainda agravar casos de pacientes que já são portadores desses distúrbios. Nesses casos seria necessária uma adaptação às limitações físicas e algumas mudanças nas funções de trabalho, visando sempre a saúde do trabalhador.

4.2 SITUAÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES NO BRASIL

No Brasil e no mundo o avanço das tecnologias, vem facilitado a vida dos trabalhadores, mas têm os colocado em situações de desconforto e de risco, que por vezes é ignorado.Os acidentes de trabalho podem ser classificados em acidentes típicos e acidentes de trajeto, que podem resultar em perca de capacidade parcial ou total as quais podem ser temporárias ou permanentes, assim como também os acidentes que levam a perca da vida (BRASIL, 2001).

Além das doenças, a modernização e a implementação de grandes centros de produção automatizados acarretam em outros problemas como o desemprego, pois

muitas máquinas estão suprindo o trabalho realizado pelos trabalhadores. Toda essa situação ocasiona muitas complicações,tais como a violência, podendo citar a violência ligada às relações de gêneros como o assédio sexual, considerando também o acometimentos de crimes, assim como furtos ou roubos em comércios e indústrias.Desse modo podemos considerar que os perfis de morbimortalidade dos trabalhadores brasileiros são ocasionados tanto por acidentes típicos de trabalho e as doenças relacionadas ao trabalho LER/DORT, quanto á doenças comuns da população que não são ocasionadas através do trabalho. (BRASIL, 2001)

4.3 O PAPEL DO FISIOTERAPEUTA NAS DORTs

O tratamento fisioterapêutico para LER/DORT exige um profissional qualificado. O tratamento não requer apenas o aspecto clinico, mas inclui também compreender o âmbito de trabalho do paciente para um melhor resultado. O paciente portador da LER/DORT deve der submetido a um exame físico para que seja compreendido a sua patologia, bem como a relação da mesma com a sua profissão (SILVA, LESSA, 2014).

Segundo Moreira e Carvalho (2001, apudSILVA, LESSA,2014)

> O tratamento fisioterapêutico consiste em: termoterapia (calor profundo como ondas curtas ou ultra-som), eletroterapia, massoterapia, cinesioterapia, hidroterapia utilização de órteses, RPG e outras técnicas. O fisioterapeuta deve levar em consideração tanto o estágio evolutivo da doença, como as respostas do paciente a tratamentos anteriores

A realização da fisioterapia no tratamento para DORT é de extrema eficácia e proporciona uma melhora significativa, desde que seguindo as sessões recomendadas pelo fisioterapeuta, pois ele é o profissional mais capacitado para definir a quantidade sessões. Os benefícios da fisioterapia com o tratamento dos distúrbios osteomusculares são controlar a dor e a tensão muscular para proporcionar assim uma melhora na qualidade de vida do paciente, e também fazer orientações para a prevenção com ensinamentos de exercícios para que o paciente consiga realizar sozinho.(SILVA, MORSH, 2019)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das buscas realizadas, conclui-se que os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, são ocasionados na maioria das vezes pela grande

demanda de um trabalho excessivo, assim como local de trabalho insalubre com infra estrutura precária que força o trabalhador a adotar posturas e rotinas de trabalho inadequadas e prejudiciais. Com isso pode ocorrer o comprometimento dos limites fisiológicos dos músculos e tendões assim como também pode estar relacionado com fatores psicossociais, levando o trabalhador ao adoecimento. É de grande importância garantir a saúde do trabalhador dentro do ambiente ocupacional, com isso é recomendado principalmente para trabalhadores portadores de DORT a utilização de alguns recursos físicos, á principio a fisioterapia, pois irá auxiliar na melhora e alivio das dores e na qualidade de vida do trabalhador. E aos trabalhadores que não são portadores de DORT é recomendado alguns exercícios laborais para evitar que a doença se manifeste. Por fim, com esse trabalho foi possível conhecer a literatura existente sobre DORT, seus sintomas, tratamentos e a importância da fisioterapia para pacientes acometidos por estas patologias.

6. REFERÊNCIAS

SILVA, Lhorrana Priscila dos Santos, MORSH, Patricia. Os benefícios da fisioterapia nas doenças osteomusculares associadas ao trabalho. **Revista Científica FAEMA**, Ariquemes, v.10, p. 182-190, jan-jun. 2019.

SANTOS, S.V.M. D.; GALEGUILLOS, P.E. A.; TRAJANO, J.D. S. **Saúde do trabalhador.** Porto Alegre: SAGAH, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029514/. Acesso em: 2021 set. 07.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. No. 114. Editora MS, 2001.

SILVA, Lucíolla Moreira da, LESSA, Melquíades Rebouças. Lesão por Esforços Repetitivos (LER) / Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) como principal influenciador no aumento do absenteísmo. Itabuna, **REAMS**, v. 23, p. 1-15, 2014.

RADICAIS LIVRES E SUA RELAÇÃO COM ALIMENTOS ANTIOXIDANTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

MORI, Ricardo Ribeiro[23]
BENINCÁ, Simone Carla[24]

RESUMO: o presente trabalho tem como objetivo demonstrar o conhecimento atual acerca dos radicais livres, dos antioxidantes, bem como dos alimentos que contem estes últimos, por meio da pesquisa de trabalhos científicos nos bancos de dados do website Pubmed, sendo que há rápida expansão das pesquisas sobre o tema. Os resultados da pesquisa ora realizada indicam que demonstram que radicais livres são espécies químicas altamente reativas, com capacidade de danificar estruturas moleculares, e os alimentos antioxidantes contém substâncias capazes de inibir tais efeitos danosos, citando-se como exemplos o sumagre, cravo e o sorgo.

Palavras-chave: Radicais livres. Alimentos. Antioxidantes.

1 INTRODUÇÃO

Radicais livres se tratam de espécies químicas altamente reativas, em razão de terem elétrons não pareados, capazes de danificar estruturas celulares, inclusive DNA (JAMESON *et al*., 2020). Já os antioxidantes são espécies químicas com habilidade de inibir o efeito dos radicais livres, prevenindo danos celulares que estes causam Sharma, Gupta, Sharma (2018).

Este trabalho se justifica em razão do potencial dos antioxidantes em retardar o envelhecimento, processo pelo qual toda pessoa passa, do que decorre o interesse em conhecer os alimentos que contém tais substâncias químicas. Assim, os objetivos deste trabalho são: demonstrar o que se entende atualmente sobre radicais livres, antioxidantes, bem como os principais alimentos que contêm os últimos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da presente revisão bibliográfica, foi feito pesquisa bibliográfica, com leitura e análise qualitativa de trabalhos científicos constantes da

[23] Acadêmico de Medicina, oitavo período, Centro Universitário Campo Real.
[24] Graduação em Nutrição pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2009). Mestre (2013), e Doutora (2017) em Ciências, com ênfase em Gastroenterologia Clínica pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

base de dados do website Pubmed, tendo sido utilizadas, para a pesquisa, as palavras chave: free radicals, antioxidant, foods.

2.2 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Segundo (JAMESON *et al*., 2020), radicais livres são espécies químicas altamente reativas, em razão de terem elétrons não pareados. Os oxidantes são radicais livres baseados em oxigênio, abrangendo o hidroxil, superóxido e peróxido de hidrogênio – denominadas “espécies reativas de oxigênio” ou EROs. A maior parte dos oxidantes celulares é resíduo gerado pelas mitocôndrias durante a produção de adenosina trifosfato (ATP) a partir do oxigênio, e são capazes de gerar reações em cadeia levando a um dano disseminado a moléculas biológicas (JAMESON *et al*., 2020).

Conforme aduzem Sharma, Gupta, Sharma (2018), os radicais livres geralmente são formados por: (1) clivagem homolítica de uma ligação covalente de uma molécula normal, (2) perda de um único elétron de uma molécula normal, e (3) adição de um único elétron a uma molécula normal.

Os mesmos autores explicam que os radicais livres podem ser classificados como espécies reativas de oxigênio (EROs), tais como o superóxido, hidroxila, peroxil, hidroperoxil; como espécies reativas de nitrogênio (ERNs), como o óxido nítrico, dióxido de nitrogênio; e uma miscelânea de espécies como o hidrogênio, metil, halogênios, CCl3, FeOO2 (SHARMA; GUPTA; SHARMA, 2018).

Segundo Peluso *et al.* (2017), os oxidantes são capazes de causar “estresse oxidativo”, o qual é definido como o desequilíbrio entre a produção de espécies reativas de oxigênio e defesa por antioxidantes enzimáticos e não enzimáticos, favorecendo os EROs.

Assim, muitos componentes celulares estão suscetíveis aos radicais livres. Estes podem causar seus efeitos deletérios pela peroxidação dos lipídeos das membranas celulares, causando uma alteração na integridade estrutural das membranas, bem como mudanças no microambiente das proteínas das membranas, podendo também causar danos ao DNA, ressaltando-se que os radicais livres rompem o equilíbrio de sistemas biológicos ao danificar suas moléculas constituintes, levando à morte celular (SHARMA; GUPTA; SHARMA, 2018).

Quanto aos antioxidantes, estes são espécies químicas capazes de inibir a ação dos radicais livres, atuando das seguintes formas: (1) anulação do radical livre

por meio da doação de elétron, (2) seqüestro do radical livre por meio de enzimas anti-radicais livres, (3) aumento da defesa antioxidante endógena, quelação dos catalizadores de metais de transição, (4) supressão da formação de radicais livres, (5) reparação de danos a membranas, (6) regeneração de outros antioxidantes, e (7) inibição ou ativação de enzimas (SHARMA; GUPTA; SHARMA, 2018).

NIKI (2016) ressalta a capacidade dos antioxidantes provenientes da dieta em sequestrar radicais livres e inibir a oxidação lipídica.

Sharma, Gupta, Sharma (2018) dividem os antioxidantes em dois tipos. Os primeiros são os antioxidantes enzimáticos: superóxido dismutase (remove o radical de superóxido pela reação com prótons para formar peróxido de hidrogênio e oxigênio); catalase, a qual se trata de uma enzima presente nas células das plantas, animais e bactérias aeróbicas. Age pela catalização da decomposição do peróxido de hidrogênio em água e oxigênio; glutationa peroxidase, a qual remove peróxido de hidrogênio por meio da conversão de glutationa reduzida em glutationa oxidada.

Os segundos são os antioxidantes não-enzimáticos. Abrangem: vitamina E, a qual inibe a formação de radicais livres e a ativação de endonucleases, de forma a ter efeito protetor contra a peroxidação lipídica; Vitamina E, que inibe a formação de radicais livres e a ativação de endonucleases, de forma a ter efeito protetor contra a peroxidação lipídica; vitamina A, cuja ação antioxidante decorre de sua habilidade de seqüestrar radicais livres e de proteger os lipídeos da membrana plasmática da degradação oxidativa; vitamina C, a qual está presente em frutas cítricas, batatas, tomates, folhas verdes, sendo capaz de reagir com o oxigênio molecular superóxido, nitrato, hidroxila, hidroperoxidase lipídica, bem como citocromo A e C; glutationa, que interage com o peróxido de hidrogênio, superóxido, oxigênio e hidroxila; ácido úrico, o qual age pelo seqüestro de radicais livres endógenos e pela formação de complexos com metais de transição como o ferro e o cobre; Ceruloplasmina, que cataliza a oxidação do íon ferro e complexos ferrosos para o estado férrico, promovendo a ligação com transferrina; albumina, capaz de promover forte ligação do íon cobre com o heme, e fraca ligação do heme com o ferro, bem como sequestra o ácido hipoclorídrico e protege a enzima alfa-antiproteinase contra este; flavonóides, os quais são efetivos contra a peroxidação lipídica por radicais livres (SHARMA; GUPTA; SHARMA, 2018); Resveratrol, com efeitos benéficos relacionados a inflamação e parâmetros cardiometabólicos (JAMESON *et al*., 2020).

A respeito dos alimentos que contém antioxidantes, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA), segue um sistema de pontuação denominado ORAC (Oxygen Radical Absorption Capacity), o qual mede o grau de inibição da oxidação induzida por radicais de peróxido pelos alimentos, sendo capaz de mensurar a sua atividade antioxidante (HAYTOWITZ; BHAGWAT, 2010). Este sistema mensura tanto o tempo de inibição quanto a extensão da inibição da oxidação.

Dentre os alimentos contidos nessa lista, seguem os vinte e cinco com maior pontuação: sumagre: 312400; cravo: 290283; sorgo: 240000; orégano (ressecado): 175295; alecrim: 165280; pimenta szechuan: 118400; tomilho (ressecado): 157380; açafrão: 127068; grão de baunilha: 122400; açaí (polpa): 102700; rosa mosqueta: 96150; salsinha: 73670; noz-moscada: 69640; manjericão (seco): 61063; cacau (pó seco): 55653; cominho (semente) 50372; curry (pó): 48504; pimenta branca: 40700; gengibre: 39041; pimenta preta: 34053; mostarda (semente): 29257; manjerona (fresca): 27297; arroz (farelo): 24287; páprica: 21932; framboesa:19220 (HAYTOWITZ; BHAGWAT, 2010).

É notável que, de forma geral, os alimentos com níveis mais altos de antioxidantes são da classe dos temperos e especiarias.

Aune (2019) afirma que dietas ricas em frutas, vegetais, grãos integrais e legumes são de grande importância para a saúde pública devido às reduções do risco de doenças crônicas e morte prematura, bem como aduz que os resultados de pesquisas atuais sugerem a ingestão de 600 gramas/dia de frutas e vegetais, bem como de 225 gramas/dia de grãos integrais e 15-20 gramas/dia de nozes. Ainda, conclui que dietas ricas nestes alimentos mencionados podem prevenir milhões de mortes a cada ano se forem adotadas a nível global (AUNE, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os radicais livres têm um papel muito importante contra o envelhecimento e os danos celulares. Diante disso, torna-se fundamental que, por meio da dieta, se obtenha um aporte de antioxidantes suficiente a fim de inibir os efeitos prejudiciais daqueles.

O estudo dos antioxidantes é uma área em promissora expansão, e futuros estudos irão progressivamente propiciar o aumento do conhecimento científico sobre o tema.

4 REFERÊNCIAS

AUNE, Dagfinn. Plant Foods, Antioxidant Biomarkers, and the Risk of Cardiovascular Disease, Cancer, and Mortality: A Review of the Evidence. **Advances in nutrition (Bethesda, Md.)**, v. 10, n. 4, p. 404-421, nov. 2019.

HAYTOWITZ, D. B.; BHAGWAT, S. **USDA Database for the Oxygen Radical Absorbance Capacity (ORAC) of Selected Foods, Release 2**. USDA. 2010.

JAMESON, J. L. *et al.* **Medicina Interna de Harrison**. 20.ed - 2 Volumes. Porto Alegre: AMGH, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580556346/>. Acesso em: 12 set. 2021.

NIKI, Etsuo. Antioxidant capacity of foods for scavenging reactive oxidants and inhibition of plasma lipid oxidation induced by multiple oxidants. **Food & function**, v. 7, n. 5, p. 2156-2168, abr. 2016.

PELUSO, I.; MAGRONE, T.; VALENCIA, D. V.; CHEN C. Y. O.; PALMERY, M. Antioxidant, Anti-Inflammatory, and Microbial-Modulating Activities of Nutraceuticals and Functional Foods. **Oxidative medicine and cellular longevity**, v. 2017, n. 7658617, set. 2017.

SHARMA, G. N.; GUPTA, G.; SHARMA, P. A Comprehensive Review of Free Radicals, Antioxidants, and Their Relationship with Human Ailments. **Critical Review in Eukaryotic Gene Expression**, v. 28, n. 2, p. 139-154, 2018.

A ATUAÇÃO DA NUTRIÇÃO NA REABILITAÇÃO DE PACIENTES ACOMETIDOS PELO COVID-19

NEUMANN, Bianka Cristina Veiga[25]
SMANIOTTO, Bruna Tainara[26]
SANTOS, Emilaine Ferreira dos[27]

RESUMO:
As complicações pós COVID-19 têm se tornado cada vez mais evidentes em pacientes que estão em estado de recuperação, o que leva pesquisadores e profissionais a uma busca constante por tratamentos. A nutrição atua de forma fundamental com ação multidisciplinar, auxiliando na reabilitação, prevenção e tratamento da doença. Os sintomas clínicos relacionados ao trato gastrointestinal podem persistir por um longo período, mesmo após o encerramento do período de incubação do vírus. Portanto, é fundamental propor condutas nutricionais clinicas que favoreçam a recuperação ou manutenção do estado nutricional do paciente.

Palavras-chave: COVID-19, nutrição, reabilitação;

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual que vivemos, em meio a uma pandemia, diante da velocidade alarmante do número de casos registrados no mundo e do comportamento obscuro do novo coronavírus no organismo humano, a comunidade científica tem se debruçado em pesquisas sobre a doença COVID-19, haja vista as inúmeras publicações que têm sido diariamente veiculadas (LIMA, 2020).

Para LIMA (2020) o estado nutricional adequado representa um aspecto fundamental no enfrentamento da COVID-19, requerendo dos nutricionistas a realização de intervenções, por meio de prescrições dietéticas e orientações sobre alimentação saudável na perspectiva de prevenção, tratamento e reabilitação de pessoas acometidas por essa enfermidade.

A pandemia do novo coronavírus resultou em uma população crescente de indivíduos se recuperando da infecção aguda de SARS-CoV-2. Embora a base de evidências seja limitada, o acúmulo de dados observacionais sugere que esses pacientes podem apresentar uma ampla gama de sintomas após a recuperação da

[25] Dicente do 8º período de Nutrição do Centro Universitário Campo Real;
[26] Dicente do 8º período de Nutrição do Centro Universitário Campo Real;
[27] Profª. Mestre. Do Centro Universitário Campo Real;

doença aguda, referidos por vários termos, incluindo "COVID longo" e sequelas pós-agudas de infecção por SARS-CoV-2. (ORSINI, 2020);

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo apresentar as sequelas decorrentes do Covid-19, bem como descrever a forma da nutrição na atuação da recuperação e reabilitação desses pacientes.

2 DESENVOLVIMENTO

Diante da realidade de um determinado tipo de deficiência associada ao COVID-19, a ação imediata dos profissionais de saúde é essencial para ajudar a reconstruir a condição e a melhora do quadro clínico.

Mudanças clínicas como ansiedade, distúrbios do sono, estomatite, peso e alterações sensoriais estão relacionadas às mudanças em termos de estado nutricional. Essas mudanças têm efeitos nutricionais em pessoas sintomáticas e assintomáticas para COVID-19. Indivíduos que contraem a doença acabam sofrendo com alterações no estado nutricional, a falta de apetite, de paladar e de olfato o que acarreta a redução da ingestão alimentar, o que por consequências afeta o estado nutricional do mesmo. Já em pacientes que desenvolveram quadros mais graves, necessitando de intubação por longos períodos em UTI pode levar a dificuldade de deglutição devido à intubação e sofrerem mais danos nutricionais.

Entendendo a importância dos alimentos e nutrientes no processo de recuperação, as sugestões são de receitas específicas, com o objetivo de proporcionar preparações nutritivas, saborosas, e estimular a prática de uma alimentação saudável e adequada para grandes alterações clínicas no impacto nutricional após COVID-19. A seguir são descritas, condutas nutricionais utilizadas para enfretamento de alguns sintomas pós COVID-19.

Conduta nutricional: Ansiedade

- Pratica de algumas atividades físicas;
- Aconselhar a ingestão de chás calmantes (camomila, melissa, mulungu passiflora e valeriana - com moderação);
- A redução do consumo de café, bebidas estimulantes, chá verde e preto;
- Redução do consumo de doces e carboidratos refinados;
- Redução do consumo de gordura saturada;
- Manter o sono regular diariamente.

Distúrbios de sono:

- Estimular o consumo de alimentos que contenham triptofano no jantar, que irá remover a síntese de serotonina e melatonina: vegetais, oleaginosas e sementes, banana, cereja, aveia, chocolate amargo leite e iogurte naturais com baixo teor de gordura;
- Aconselhar a ingestão de chás calmantes (camomila, melissa, mulungu passiflora e valeriana – com moderação);
- A redução do consumo de café, bebidas estimulantes, chá verde e preto.

Aliterações do peso corporal:

- Mostrar ao paciente a importância da alimentação;
- Estimular a ingestão de alimentos mais prazerosos;
- Aumentar o fracionamento da dieta e reduzir o volume por refeição, oferecendo de 6 a 8 refeições por dia;
- Oferecer alimentos com sabores mais fortes;
- Estimular o consumo de alimentos fontes de zinco em todas as refeições: aves, carnes vermelhas, frutos do mar, nozes, semente de abóbora e semente de gergelim.

Estomatite e/ ou fissuras orais:

- Conscientizar o paciente da necessidade da alimentação;
- Modificar a consciência da dieta de acordo com a tolerância do paciente;
- Evitar a oferta de alimentos duros, secos e picantes;
- Utilizar alimentos em temperatura ambiente, fria ou gelada;
- Diminuir o sal das preparações;
- Estimular o consumo de alimentos mais macios e pastosos;
- Não ofertar líquidos e temperos abrasivos.

Cansaço respiratório:

- Adaptar a consistência da dieta para branda, pastosa ou liquida pastosa;
- Aumentar o fracionamento da dieta e reduzir o volume por refeições;
- Aumentar a densidade nutricional das refeições;
- Prescrever chás de limão, gengibre, canela, cúrcuma e hortelã que podem auxiliar no alivio da congestão nasal.

Disfagia pós intubação orotraquial

- Modificar a consistência da dieta conforme a aceitação de acordo com as orientações do fonoaudiólogo e a capacidade do paciente;
- Em caso de disfagia a líquidos, líquidos pastosos e pastosos indicar o uso de espessantes;
- Em caso de disfagia a alimentos sólidos, orientar o paciente a ingerir pequenos volumes de líquidos junto às refeições para facilitar a mastigação e a deglutição;
- Evitar alimentos secos como bolacha, pães, farofas, casca de frutas e vegetais;
- Dar preferência a alimentos umedecidos;
- Usar preparações de fácil mastigação/ deglutição, conforme tolerância;
- Estimular a mastigação em caso de disfagia para sólidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento atual não existem terapias especificas para o COVID-19. As condições em que os enfermos passam, exigem intervenções e cuidados de reabilitação com abordagem multidisciplinar em longo prazo. Diante da realidade de um determinado tipo de deficiência associada ao COVID-19, a ação imediata dos profissionais de saúde é essencial para ajudar a reconstruir a condição e a melhora do prognóstico clínico. Diante disso, as medidas implementadas ainda se limitam ao tratamento, medidas preventivas e de suporte destinadas a evitar complicações adicionais e possíveis danos aos pacientes em etapa de recuperação.

4 REFERÊNCIAS

Terapia nutricional para prevenção, tratamento e reabilitação de indivíduos com COVID-19 [recurso eletrônico] / Severina Carla Vieira Cunha Lima (Organizadora). – Natal, RN : EDUFRN, 2020.

ORSINI, Marcos. “**ANARQUIA DO PALADAR” E ANOSMIA PÓS-COVID19: SERIAM DANOS PERMANENTES?** RELATO DE CASOS. REVISTA DA FACULDADE DE CIENCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE NOVA IGUAÇU / Universidade Iguaçu, v.4 nº1 (set/dez-2020). Nova Iguaçu - Rio de Janeiro: Gráfica Universitária, 2020.

ABORDAGEM DA NUTRIÇAO COMPORTAMENTAL EM TRANSTORNOS ALIMENTARES

TRENTIN, Ana Paula Bittar[28]
NASCIMENTO, Elen Ratuchnei do[29]
KOSAK, Josieli Maria[30]

RESUMO: Entende-se por transtornos alimentares uma alteração persistente no comportamento alimentar que pode gerar problemas físicos de saúde e também no funcionamento psicossocial. Sua etiologia é multifatorial e seu tratamento requer uma equipe multiprofissional. O tratamento com base na nutrição comportamental leva em consideração o indivíduo como um todo, ou seja, estuda o comportamento, quais as suas motivações para se alimentar e não o que ele ingere exclusivamente.

Palavras-chave: Nutrição Comportamental. Transtornos Alimentares. Compulsão Alimentar. Anorexia. Bulimia.

1 INTRODUÇÃO

Transtornos alimentares podem ser entendidos por alterações significativas no comportamento alimentar do indivíduo, assim como disfunção na forma corporal e no controle do peso, tudo isso caracterizando quadros psiquiátricos que podem levar a sérios problemas no convívio social, aspectos psicológicos e clínicos (NEPOMUSCENO; QUEIRÓS, 2017).

Sua causa é multidimensional, uma interação de fatores culturais, fatores biológicos, fisiológicos e emocionais. Podem ser caracterizados por preocupação exacerbada com o peso, consumo e atitudes alimentares distorcidas, e até mesmo alteração na absorção de nutrientes (DUCHESNE; ALMEIDA, 2002).

Os transtornos alimentares mais conhecidos são a anorexia nervosa, bulimia nervosa, transtorno de compulsão alimentar, pica, transtorno de ruminação, transtorno alimentar restritivo evitativo, dentre outros. Essa classificação foi estabelecida pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APPOLINÁRIO; CLAUDINO, 2000).

O tratamento deve ser com intervenções multiprofissionais, ou seja, com auxilio de nutricionistas, psicólogos, enfermeiros, dentistas, médicos clínicos e nutricionistas

[28] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[29] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[30] Professora Orientadora. Centro Universitário Campo Real.

para que atuando em conjunto possam restabelecer a saúde física e mental do paciente (PIRES; LAPORT, 2019).

A nutrição comportamental possui uma abordagem diferente da tradicional, nesse segmento da nutrição os comportamentos do indivíduo também são englobados no tratamento nutricional. Estudos demonstram que tem-se obtido uma melhora significativa no tratamento desses transtornos, assim como uma taxa de recidivas menor do que quando o tratamento é feito com base na metodologia convencional (ALVARENGA *et al.*, 2019).

O presente trabalho teve como objetivo explanar sobre os transtornos alimentares, explicando quais são eles e suas principais características, assim como explanar e compilar as técnicas utilizadas pela nutrição comportamental para o tratamento desses transtornos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura baseada em livros, teses e artigos científicos. Para a obtenção de dados foram utilizadas as plataformas de base de dedos SciElo e LILACS, para a busca foram utilizados descritores como: nutrição comportamental, transtornos alimentares, entrevista motivacional, terapia cognitivo-comportamental, comer intuitivo, entre outros.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos transtornos alimentares mais conhecidos é a anorexia nervosa, que é vista como um transtorno da imagem corporal e um temor intenso de engordar, caracterizada pela grande perda de peso resultante de dieta restrita. Este transtorno ocorre principalmente em adolescentes e mulheres jovens. Sua etiologia é multifatorial, podendo ser até mesmo a pressão da sociedade para que se tenha uma aparência do padrão cultural (MÜLLER, 2019).

Outro transtorno bem conhecido é a bulimia nervosa, representada por episódios de grande ingestão de alimentos, com a sensação de perda de controle, e sequencialmente a utilização de métodos compensatórios inadequados com o objetivo de neutralizar o grande consumo de calorias. Esses métodos consistem em vômitos

induzidos, uso de diuréticos, inibidores de apetite, laxantes, dietas restritivas e exercícios físicos (DUCHESNE; ALMEIDA, 2002).

Tem-se também o transtorno da compulsão alimentar, sendo caracterizado por episódios constantes de ingestão de grandes quantidades de alimentos com ausência de sensação física de fome, sentimento de vergonha, alimentar-se sozinho e rapidamente, ingerir alimentos até sentir-se desconfortavelmente cheio e também sentir-se deprimido ou culpado posteriormente (APPOLINÁRIO; CLAUDINO, 2000).

Um transtorno que não é muito conhecido é a pica, sua principal característica é a ingestão de substâncias que não são consideradas alimentícias ou nutritivas, durante um determinado período. As substâncias ingeridas incluem papel, tecido, fios, cabelo, giz, terra, talco, cola, metal, detergente, gelo, dentre outros (APPOLINÁRIO; CLAUDINO, 2000).

Outro transtorno que também não é muito conhecido é o transtorno de ruminação que decorre da regurgitação do alimento depois de ser ingerido. O alimento deglutido é levado novamente a boca, podendo então ser remastigado e jogado da boca ou engolido novamente. A regurgitação se difere do vômito por poder ser voluntário e não é causado por doença (APPOLINÁRIO; CLAUDINO, 2000).

O transtorno restritivo/evitativo tem como principal característica a restrição da ingestão alimentar ou esquiva. O indivíduo pode recusar os alimentos pela cor ou ter preferências específicas do aspecto sensorial dos alimentos, podendo preferir somente alimentos bem crocantes ou bem macios, bem quentes ou bem gelados. Em alguns casos há exclusão de grupos alimentares por inteiro, pode ocorrer perda de peso aparente, deficiência nutricional significativa, dependência de alimentação enteral ou suplementos nutricionais orais e interferência marcante no funcionamento psicossocial (ALVARENGA *et al.*, 2019).

Para a nutrição comportamental para se obter sucesso no tratamento dos transtornos alimentares, deve-se trabalhar a mudança do comportamento alimentar, que consiste na disfunção das cognições e afetos relacionados ao alimento (MANOCHIO *et* al., 2018).

Para mudar o comportamento deve ser trabalhado as crenças e os sentimentos relacionados a comida. O profissional nutricionista que atua na área comportamental é chamado de terapeuta nutricional e deve ter conhecimento de psiquiatria, psicologia, técnicas de mudança de comportamento, habilidades de comunicação, auxiliar o

paciente a ter uma boa relação com a comida e com o corpo (ALVARENGA *et al.*, 2019).

Métodos e estratégias devem ser utilizados, como por exemplo, a terapia cognitivo-comportamental, entrevista motivacional, comer com o paciente, oficina sensorial dentre outros (CATÃO; TAVARES, 2017).

A terapia cognitivo-comportamental é bastante recomendada, pois se mostra eficaz na melhora dos quadros clínicos. É utilizado o modelo específico para os transtornos alimentares, chamado Cognitive Behavioral Therapy-Enhanced, que é voltado para lidar com os hábitos alimentares e questões que não envolvem somente o alimento, busca minimizar e tolerar pensamentos negativos sobre a imagem corporal (WILHELM; FORTES; PERGHER, 2015).

Outro método utilizado é a entrevista motivacional que auxilia na mudança do comportamento explorando padrões de dieta e alimentação, levando em consideração os pontos positivos e negativos, discutindo com o paciente como ele se sente em relação à mudança (CATÃO; TAVARES, 2017).

Existe também a intervenção prática de comer com o paciente, onde a confiança e o vínculo entre terapeuta nutricional e paciente podem ser aumentados, possibilitando o paciente de conhecer mais sobre os aspectos sensoriais dos alimentos, como texturas e sabores diferentes (CATÃO; TAVARES, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os transtornos alimentares são caracterizados por alterações significativas no comportamento alimentar do indivíduo, podendo culminar em graves problemas de saúde e também psicossocial.

Com a abordagem da nutrição comportamental é possível tratar desses transtornos com menores índices de recidivas, pois como o indivíduo é tratado tanto no aspecto clínico como no comportamental tende a se manter mais motivado durante e posteriormente ao tratamento.

4 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Marle *et al*. **Nutrição Comportamental**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2019. 596 p.

APPOLINÁRIO, José Carlos; Claudino, Angélica M. Transtornos Alimentares. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.22, p. 28 -31, 2000.

CATÃO, Larissa Gomes; TAVARES, Renata Leite. Técnicas da Nutrição Comportamental no Tratamento dos Transtornos Alimentares. **Revista Campo do Saber,** Morada Nova, v.3, n.1, p. 244- 259, jan/jun. 2017.

DUCHESNE, Mônica; ALMEIDA, Paola Espósito de Moraes. Terapia cognitivo-comportamental dos transtornos alimentares. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.24, p. 49- 53, 2002.

MANOCHIO, Marina Garcia *et al.* Tratamento dos transtornos alimentares: perfil dos pacientes e desfecho do seguimento. **Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n.1, p. 32- 40, jan/mar. 2018.

MÜLLER, Lilian. **Contribuições da Terapia Cognitivo Comportamental no Tratamento da Anorexia Nervosa.** 2019. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

NEPOMUSCENO, Gabrielle Rodrigues; QUEIRÓS, Ana Paula Oliveira. Transtorno da Compulsão Alimentar e seu Manejo Nutricional: relato de caso. **III Simpósio de Pesquisa em Ciências Médicas**, Fortaleza, 27 de outubro, 2017.

PIRES, Juliene Avila; LAPORT, Tamires Jordão. Transtornos Alimentares e as Contribuições da Terapia Cognitivo- Comportamental para o tratamento. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 116- 123, jul/dez. 2019.

WILHELM, Alice Rodrigues; FORTES, Paula Madeira; PERGHER, Giovanni Kuckartz. Perspectivas Atuais da Terapia Cognitivo- Comportamental no Tratamento dos Transtornos Alimentares: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 17, n.2, p. 52- 65, 2015.

A HIPERPALATABILIDADE E A OBESIDADE INFANTIL: UM NOVO TERMO E UM ANTIGO PROBLEMA

ALENCAR, Maria Vitória Ferreira Agra de[31]
CARVALHO, Guilherme da Silva de[32]
BENINCÁ, Simone Carla[33]

RESUMO: Apesar de não haver uma padronização da definição dos alimentos hiperpalatáveis, pesquisas os consideram como uma sinergia entre componentes de alimentos saborosos como gordura, açúcar e carboidratos. Tais componentes interferem no mecanismo de recompensa, fator que pode estar relacionado com a propensão das crianças à ingestão excessiva de comida, com subsequente ganho de peso e de obesidade. O objetivo deste estudo foi compreender como a hiperpalatabilidade pode influenciar a obesidade infantil, encontrando como resultado a interferência de sinais de recompensa estimulados pelos alimentos com alta palatabilidade, cuja ação pode explicar uma das etiologias da obesidade.

Palavras-chave: comportamento alimentar. crianças. nutrição.

1 INTRODUÇÃO

Os hábitos contemporâneos trouxeram muitas vantagens na facilidade de acesso a produtos para alimentação. Não obstante, esses alimentos passaram a conter combinações de substâncias que estimulam o consumismo hedônico por meio da hiperpalatabilidade. Esse comportamento alimentar pode trazer como consequência a indução ao ganho de peso, e subsequentemente a obesidade (ADISE, 2018, p.17)

Visto isso, o presente estudo busca alertar e delimitar os mecanismos pelo qual a hiperpalatabilidade influencia na crescente expansão da obesidade. Para isso, foi possível contar com pesquisas consistentes que avaliaram a resposta neuropsicológica de crianças defronte aos alimentos com as características citadas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

[31] Medicina, 2º período, Centro Universitário Campo Real
[32] Medicina, 2º período, Centro Universitário Campo Real
[33] Docente, Centro Universitário Campo real

A presente revisão bibliográfica se deu pela inserção das palavras-chave “hyper palatable”, “child” e “food introduction”, com a combinação que gerasse o maior número de resultados na língua inglesa através plataforma NCBI Pubmed com filtragem dos artigos mais recentes dos últimos 5 anos dos diferentes métodos de estudo, ainda sendo desconsideradas publicações que envolvessem pesquisas em animais.

Por fim, após leitura seletiva para melhor escolha do que nos era necessário com base no objetivo do estudo, foi considerado os materiais referenciados.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na literatura, não há uma definição padronizada para os alimentos hiperpalatáveis. Grande parte dos estudos publicados fazem referência a estes como alimentos saborosos que contém alto teor energético e composições que aumentam a palatabilidade. Assim, esses alimentos podem conter arranjos de ingredientes indutores de palatabilidade, podendo ser classificados em três grupos: (1) gordura e sódio, (2) gordura e açúcares simples, e (3) carboidratos e sódio, os quais variam e se concentraram em categorias de alimentos como fast-food, doces, frituras, sobremesas ou ultraprocessados (FAZZINO, 2019, p.1)

Estudos científicos salientam que crianças alimentam-se de comidas saborosas por razões hedônicas ou estimulados por recompensas. Este último, possui mecanismo fisiológico atuante através do mecanismo de saciedade sensorial-específica (SSS), que regula a suspensão da ingestão de comidas agradáveis durante o seu consumo. Assim, verificou-se que alimentos que contêm vários componentes geradores de palatabilidade, à exemplo das gorduras e dos carboidratos, com consequente menor disposição de nutrientes, interferem negativamente nesse mecanismo, causando um atraso na cessação alimentar. Essa interferência gera uma experiência alimentar que pode facilitar o consumo alimentar excessivo, embora haja saciedade (FAZZINO, 2019, p.2).

Análises de neuroimagem ligadas à ativação do circuito neural de recompensa do cérebro infantil mostraram que visualizar a comida pode gerar o desejo e a

motivação para comer. No estudo (LUO, 2018, p.3) foram investigados padrões de resposta a impulsos alimentares no cérebro de crianças pré-púberes saudáveis, com idades entre sete a onze anos, fazendo uso de fotografias de alimentos pré-selecionados por sua classificação como agradável e familiar. A estimativa era de que a visualização destas imagens estaria relacionada à elevação da atuação cerebral em locais comprometidos com o mecanismo de recompensa no paladar, na responsividade dos alimentos, na atividade visual e a relação destes com a adiposidade. Os resultado encontrados através das pesquisas de imagens foram:

> A visualização de imagens foi associada com aumento da mudança de sinal BOLD no estriado ventral bilateral, putâmen/pálido, caudado, ínsula, amígdala, hipocampo, córtex occipital, córtex parietal, tálamo, hipotálamo, giro pré-central, giro pós-central, OFC, ACC, córtex cingulado posterior, córtex pré-frontal medial (mPFC), tronco encefálico e pólo frontal esquerdo (LUO, 2018, p. 5).

Desse modo, verificou-se que há uma hipo-responsividade aos estímulos alimentares nos locais de bloqueio pré-frontal, os quais podem ser indicadores precoces sensíveis de obesidade (LUO, 2018, p.6).

Outra pesquisa relevante sobre a ativação do circuito neural de recompensa em crianças, cujos locais também implicaram o controle inibitório, foi realizada estimando-se sua influência diante da ingestão excessiva de comidas, e sua relação com o ganho de peso. Neste estudo, crianças saudáveis ingeriram três diferentes refeições que atendiam a distintos comportamentos alimentares, sendo a segunda uma refeição buffet com alimentos hiperpalatáveis, incluindo alimentos doces, gordurosos e salgados. A intenção era de que as crianças ingerissem uma quantidade excessiva de alimentos palatáveis, para posterior análise da associação destes com o peso e a adiposidade delas (ADISE, 2018, p.1).

As regiões designadas para avaliar o circuito incluíam a amígdala, caudado, córtex insular, córtex pré-frontal medial, nucleus accumbens, córtex orbitofrontal, estriado e córtex pré-frontal ventromedial e aqueles implicado no controle inibitório (ADISE, 2018, p.9). Assim como na pesquisa anteriormente mencionada, a resposta obtida possuiu igual aumento do sinal BOLD, apontando que as crianças possuíam elevada resposta cerebral para ganhar comida, mesmo localizada na região que implicaria no mecanismo de saciedade sensorial-específica, ingerindo alimentos hiperpalatáveis ainda que houvesse a sensação de saciedade, desse modo, validando

a sua contribuição para o consequente ganho de peso infantil e esclarecendo a etiologia da obesidade (ADISE, 2018, p.15-17).

Um ponto ressaltado pelas pesquisas, foi o fato de que as regiões cerebrais analisadas também apresentam outras funções além do mecanismo de recompensa, levando-se em consideração o não descarte de outras ações mediadas pelo cérebro na conduta alimentar com a ingestão ou visualização de comidas com alta palatabilidade, enfatizando a necessidade de estudos adicionais que refinem suas pesquisas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado, existem relações consistentes da influência da hiperpalatabilidade no desenvolvimento da obesidade infantil, isso demonstra a necessidade de uma inserção alimentar de qualidade, voltada para alimentos integrais e pouco processados. Outro aspecto de grande relevância, elucidado também pelos autores, trata-se da necessidade da defesa dos estudos que melhor definem o termo “hiperpalatabilidade”, assim como seu emprego científico, visto que essa funcionalidade pode trazer grandes vantagens para o desenvolvimento de pesquisas da sociedade hodierna.

4 REFERÊNCIAS

ADISE, S. *et a*l. Is brain response to food rewards related to overeating? A test of the reward surfeit model of overeating in children. **Appetite**, v. 128, p. 167-179, 2018.

LUO, S. *et al*. Neural processing of food cues in pre-pubertal children. **Pediatric Obesity**, v. 14, n. 2, 17 jul. 2018.

FAZZINO, T. L.; ROHDE, K.; SULLIVAN, D. K. Hyper-palatable foods: development of a quantitative definition and application to the US food system database. **Obesity**, v. 27, n. 11, p. 1761-1768, 2019.

A INFLUÊNCIA DOS FAMILIARES PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE INFANTIL

PAULA, Isadora de[1]
SIMÃO, Tainá de Lima[2]
SANTOS, Emilaine Ferreira dos[3]

RESUMO: A obesidade infantil se agrava cada dia mais. Os fatores são principalmente fisiológicos, genéticos, metabólicos e hábitos saudáveis. Com isso, o objetivo deste trabalho é discutir os perigos da obesidade infantil, problemas sociais e de saúde, além da influência do comportamento familiar para o combate e prevenção da doença. Conclui-se que a obesidade na infância vai afetar consideravelmente a saúde e vida social da criança. Incentivar uma conscientização para a mudança de uma vida saudável, para que todos possam intervir e viver uma vida com mais qualidade de vida, principalmente na infância.

Palavras-chave: Obesidade Infantil. Influência familiar. Prevenção.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a obesidade está sendo considerada uma doença que cresce cada dia mais e assume um caráter epidemiológico, considerada um grande problema de saúde pública na sociedade moderna (SABIA; SANTOS; RIBEIRO, 2004). Numerosos são os fatores que podem ocasionar a dentre eles estão os fisiológicos, genéticos e metabólicos. No entanto, com o aumento de indivíduos obesos, os fatores que podem estar relacionados são os hábitos alimentares e estilo de vida. Destaca-se o consumo maior de refeições ricas em açúcares simples e gordura, com muita densidade energética e a falta da prática de atividade física (OLIVEIRA; FISBERG, 2003).

A obesidade infantil é uma doença atual que acarreta diversas complicações na saúde futura do indivíduo, aumentando a probabilidade do desenvolvimento de patologias, que prejudicará sua qualidade de vida (AMARAL & PEREIRA, 2008, p. 320).

A família é um importante pilar para a prevenção ou manutenção da obesidade na infância e exerce um papel fundamental na educação nutricional através da formação de hábitos e comportamentos alimentares (OLIVEIRA ET AL., 2003). Portanto, este trabalho pretende contribuir para a importância desta temática, pois visa discutir os perigos da obesidade infantil, problemas sociais e de saúde nessa faixa

etária e discutir a influência do comportamento familiar para o combate e prevenção da doença.

2 DESENVOLVIMENTO

A Obesidade Infantil é um termo muito comentado, por ser um dos maiores agravos à saúde da criança. Para alcance do objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos indexados nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, além de livros físicos disponíveis na biblioteca do Centro Universitário Campo Real.

A obesidade é considerada uma questão de saúde pública, pelo motivo do aumento da sua prevalência, sendo assim a obesidade infantil assume particular relevância por seu crescimento nacional e internacional. No Brasil, a obesidade e o excesso de peso vêm sendo registrados a partir dos cinco anos de idade, indiferente das diferentes rendas e regiões, sendo os maiores casos na área urbana I (WHO, 2014). A infância é uma fase muito preocupante porque, além das doenças associadas com a obesidade, o risco pode aumentar na idade adulta gerando assim consequências econômicas e de saúde, que envolvem o indivíduo e a sociedade. Além disso, o estigma e a depressão podem prejudicar o desenvolvimento da criança, especialmente nas atividades escolares e de lazer. (WHO, 2016)

A influência da família tem um grande impacto no desenvolvimento de comportamentos alimentares saudáveis na primeira infância e também na prática de atividade física e consequentemente na adequação do peso da criança. Uma vez que muitos pais não possuem a percepção do excesso de peso dos seus filhos, estabelece-se uma barreira para a criança manter-se saudável.

Na infância, é possível abster-se de um consenso sobre o critério de diagnóstico de obesidade. São utilizados os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), onde as crianças são consideradas pré-obesas quando apresentam Índice de Massa Corporal (IMC) para a idade superior a z-score +1 e obesas quando z-score +2 (WHO; 2007). A obesidade infantil é considerada como um dos maiores desafios de saúde pública nos dias atuais (WHO;1997).

A falta de percepção dos pais de reconhecerem o excesso de peso em seus filhos, tem sido apontada como um dos motivos para o aumento da obesidade infantil. Se os pais não reconhecem que as crianças estão com peso a mais para a idade ou

se não reconhecem os riscos para a saúde associados ao excesso de peso, então os programas de prevenção e de tratamento da obesidade infantil provavelmente não terão sucesso nem adesão (PEDIATRICS, 2003).

Torna-se necessário conhecer e compreender os estilos parentais, especificamente algumas práticas e estratégias parentais utilizadas na educação alimentar dos filhos. As estratégias que têm por base o controle excessivo da alimentação das crianças, estão associadas a uma ingestão alimentar desregulada que é considerada responsável pelo aumento de peso (OB RES. 2004).

Os pais podem utilizar a combinação de várias estratégias, adaptadas de acordo com as situações. Práticas parentais para a alimentação infantil, como a restrição de alimentos de elevada palatabilidade, a pressão para a ingestão de determinados alimentos e a oferta de alimentos como recompensa têm sido apontadas como potenciais determinantes do peso das crianças (SCAGLIONI, 2008). Outras práticas parentais, como a disponibilidade de alimentos saudáveis, os conhecimentos sobre nutrição e alimentação e a modelagem parental constituem fatores que têm influência no comportamento alimentar, hábitos de exercício físico e adequação do peso da criança. (SKOUTERIS, 2010).

A família é a primeira influência para a referência, proteção e socialização da criança. (CARVALHO, 2002). É através de refeições à mesa com a família que a criança começa a ter costumes nos rituais presentes na alimentação, a forma como se serve, como utilizar os utensílios e as relações interpessoais. Que ensinam a convivência pois a criança percebe que o alimento possui um significado social.

A pessoa obesa pode ser submetida a possíveis questões relacionadas a preconceitos sociais, bem como a falta de autoestima e isolamento que podem acarretar problemas psicológicos. (CATTANEO et al.2005)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a obesidade na infância é algo que precisa ser evitado e resolvido, pois pode acarretar muitas doenças na vida adulta. Além de impossibilitar uma adequada qualidade de vida. Por isso é extremamente necessário, a prevenção da obesidade por meio dos familiares, além de ensinarem hábitos saudáveis, também

sirvam de espelho para as crianças. Portanto, devem consumir alimentos saudáveis e evitar ter alimentos e bebidas industrializadas em casa e procurar o correto conhecimento para que haja educação nutricional desde o início da alimentação complementar.

A intervenção deve ocorrer por meio da mudança de hábitos de vida e alimentação. Situações que envolvam a família, profissionais da saúde, escolas e serviço de educação, para que toda a sociedade possa intervir e viver uma vida com mais qualidade de vida, principalmente na infância.

4 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, P. (2001). **Práticas educativas parentais como forma de prevenção de problemas de comportamento**. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P., Madi, P. P. Queiroz, M. C. Scoz (Org.). Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade. (pp. 54-60). Santo André: Esetec.

FAITH M, SCANLON K, BIRCHL, FRANCIS L, SHERRY B. **Parent-child feeding strategies and their relationships to child eating and weight status**. Ob Res. 2004; 12(11):1711-22.

MAYNARD L, GALUSKA D, BLANCK H, Serdula M. Maternal perceptions of weight status of children. **Pediatrics**. 2003; 111(5):1226.

ONIS M, Onyango A, Borghi E, Siyam A, Nishida C, Siekmann J. **Development of a WHO growth reference for school-aged children and adolescents.** Bulletin of the World Health Organization. 2007; 85:660-67.

SCAGLIONI S, SALVIONI M, GALIMBERTI C. Influence of parental attitudes in the development of children eating behaviour. **British Journal of Nutrition**. 2008; 99(S1):22-25.

SKOUTERIS H, MCCABE M, SWINBURN B, NEWGREEN V, SACHER P, CHADWICK P. Parental influence and obesity prevention in pre-schoolers: a systematic review of interventions. **Obesity reviews**. 2010;

WHO O, Obesity N. **Preventing and managing the global epidemic**. Report of a WHO Consultation on Obesity Geneva: WHO. 1997:17-40

WHO, **Plan of action for the prevention of obesity in children and adolescents. Washington:** WHO; 2014. [53rd Directing Council. 66 th session of the regional committee of WHO for the Americas].

WHO, **Report of the commission on ending childhood obesity**. Washington: WHO; 2016.

DIVERTICULITE E NUTRIÇÃO - UM RELATO DE CASO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

GEMBRO, Sanndy[34]
NEUMANN, Bianka Cristina Veiga[35]
SANTOS, Emilaine Ferreira dos[36]

RESUMO: A diverticulite consiste na inflamação de pequenas herniações assintomáticas do intestino grosso, é uma complicação bastante encontrada na atenção primária, no entanto seu tratamento tem um custo mais elevado. Dessa forma, através do relato de caso, nota-se a atuação da nutrição na atenção primária e em doenças gastrointestinais.

Palavras-chave: Diverticulite, nutrição, atenção primária, serviço de saúde.

1 INTRODUÇÃO

A diverticulite é considerada uma complicação da diverticulose, a qual caracteriza-se pela formação de pequenas herniações assintomáticas do intestino grosso, mais comumente do sigmoide, que formam bolsas, e a diverticulite consiste na inflamação e/ou infecção dessas herniações.(SÍRIO-LIBANÊS,2018). As lesões podem estar distribuídas por todo o intestino, mas são mais frequentes no sigmoide. A diverticulite pode ter complicações potencialmente fatais, inclusive obstrução, sangramento, abscesso, fístula e perfuração intestinal (WIDTH, REINHARD, 2018).

Estima-se que 30% da população com mais de 60 anos e 60% dos indivíduos com mais de 80 anos sejam afetados. Com a evolução global, espera-se que a doença diverticular e suas complicações representem uma porcentagem cada vez maior do atendimento do cirurgião, tanto em consultórios como em emergências (DIAS, et. al., 2009).

Atualmente, além da escassez de estudos sobre a patologia, ainda existe pouco acesso a informações da sociedade e de pacientes com diverticulite, pois os mesmos não possuem fácil aquisição a medicamentos, consultas e exames, e por se tratar de uma patologia complexa, o tratamento possui alto custo. Desta forma, diante do exposto o presente trabalho vem por meio de relato, destacar a importância da

[34] Dicente do 8º período de Nutrição do Centro Universitário Campo Real;
[35] Dicente do 8º período de Nutrição do Centro Universitário Campo Real;
[36] Professora Mestre do Centro Universitário Campo Real;

nutrição e da atenção primária para o atendimento a pacientes portadores de doenças gastrointestinais.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente estudo caracteriza-se de forma transversal e descritiva. Todas as informações contidas foram obtidas em visita domiciliar, realizada durante o período de março a maio de 2021, no estágio de nutrição e saúde pública que possui como campo Unidades Básicas de Saúde (UBS) da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Para discussão e embasamento técnico sobre a enfermidade, foi realizada uma revisão de literatura com busca em bases de dados da área da saúde sobre a mesma bem como a dietoterapia indicada.

Paciente do sexo feminino, 69 anos, aposentada, residente no município de Guarapuava, peso 89kg a altura 1,65m classificada como obesidade grau I, portadora de diverticulite diagnosticada à 10 anos, sem intervenção cirúrgica. A paciente faz uso via oral de laxante fitoterápico e glicocorticoide para o controle dos sintomas causados pela doença. É portadora de hipertensão arterial sistêmica e faz uso de anti-hipertensivo duas vezes ao dia. Relata sentir muita dor, inchaço e náuseas, além de dificuldade para evacuação e com frequência de 2 a 3x na semana. Identificou na escala de Bristol, que suas fezes são classificadas como tipo V e VI, apresentando muco e sangue devido a presença de inflamação dos divertículos e hemorroidas internas.

A paciente já realizou por diversas vezes tratamento com antibióticos indicados para o tratamento da diverticulite desde o início do seu diagnóstico. Sem auxílio financeiro, a paciente sempre que apresenta uma piora da doença procura atendimento na UBS próxima a sua residência, pois ainda está na espera para consulta com o médico especialista a mais de 2 anos. Sua alimentação é baseada em carboidratos refinados, pobre em fibras e água.

É bem conhecido que certos fatores podem levar ao desenvolvimento de diverticulite, como baixa ingestão de fibras, uma dieta contendo uma variedade de alimentos processados, pouco exercício, obesidade, má hidratação, tabagismo, entre outros (TURSI; PAPA; DANESE, 2015).

A dietoterapia correta tem um papel fundamental e que pode auxiliar protelando o avanço da doença. Algumas orientações podem ser seguidas tais como, ter uma

alimentação rica em fibras, para ajudar a formar bolos de fezes como frutas, especialmente alimentos com bagaço (como laranjas) ou alimentos que podem ser consumidos com a pele (como uvas), e vegetais (como rúcula, alface e espinafre) também são classificados como alimentos ricos em fibras manter um peso adequado, beber em média dois litros de água por dia associada a prática de exercício físico com orientação adequada. Alguns alimentos devem ser evitados, dentre eles estão, leite e derivados, chá preto, café, álcool, carnes gordurosas, frituras, alimentos industrializados, pimenta, entre outras (MA et al., 2019).

A diverticulite é uma doença prevalente com mortalidade e custos com cuidados da saúde significativos, cerca de 20% dos pacientes apresentam recorrência (STRATE; MORRIS, 2019). Nos casos de diverticulite não complicada o tratamento se baseia em cuidados clínicos e ambulatoriais com orientações nutricionais para o consumo de fibras e farmacológicos, incluindo antibióticos de amplo espectro (ANDRÉ et al., 2009). A atenção primária possui papel fundamental para diagnóstico e tratamento da diverticulite, visto que o sucesso no tratamento clínico desses pacientes é de 80%. Cirurgias são recomendadas apenas para casos agudos complicados da doença.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma doença que acomete o trato gastrointestinal, a abordagem nutricional é fundamental e efetiva na redução do desconforto, aumento da qualidade de vida e redução do avanço da doença. Devido à complexidade do processo patológico, a abordagem do tratamento deve ser feita de modo multiprofissional, entretanto, a falta do nutricionista bem como de outros profissionais na Atenção Primária pode interferir no tratamento proposto e nas orientações especificas. A capacitação permanente de equipes de atenção primária pode ser uma estratégia para enfretamento de patologias como essa, além da oferta e inclusão de maior número de profissionais como nutricionistas, médicos, enfermeiros, farmacêutico nas RAS pode levar a uma cobertura maior e redução da espera por atendimento. Estratégias como essas, proporcionam agilidade, efetividade além de um atendimento integral, específico e humanizado.

4 REFERÊNCIAS

ANDRÉ, R. et al. **Atualização no Tratamento da Diverticulite Aguda do Cólon Recent Evidences in the Management of Acute Diverticulitis**. [s.l.] , 2009. Disponível em: <http://production.latec.ufms.br/new_pmm/res/complementares/u2_r3.pdf>.

Dias, André Roncon, Gondim, Ana Cecília Neiva e Nahas, Sérgio Carlos Atualização no tratamento da diverticulite aguda do cólon. **Revista Brasileira de Coloproctologia** [online]. 2009, v. 29, n. 3 [Acessado 7 Setembro 2021], pp. 363-371. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-98802009000300011>. Epub 08 Dez 2009. ISSN 0101-9880. https://doi.org/10.1590/S0101-98802009000300011.

MARY, W.; TONIA, R. **Nutrição Clínica** - Manual de Sobrevivência, 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. 9788527733670. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527733670/. Acesso em: 07 Set 2021.

SÍRIO-LIBANES. **Diverticulite**: o mal do intestino. Publicado em 11/09/2018. Disponível em Diverticulite: o mal do intestino (hospitalsiriolibanes.org.br).

TURSI, A.; PAPA, A.; DANESE, S. Review article: the pathophysiology and medical management of diverticulosis and diverticular disease of the colon. **Alimentary Pharmacology & Therapeutics,** v. 42, n. 6, p. 664–684, 22 jul. 2015.

EVIDENCIAS CIENTIFICAS A RESPEITO DAS PROPRIEDADES FARMACOLÓGICAS DO *TARAXACUM OFFICINALE* – POPULARMENTE CONHECIDO COMO DENTE DE LEÃO

GEMBRO, Sanndy[37]
NEUMANN, Bianka Cristina Veiga [38]
SANTOS, Emilaine Ferreira dos[39]

RESUMO: O Dente-de-Leão gênero *Taraxacum Officinale* é reconhecido desde a antiguidade por suas propriedades terapêuticas e curativas. Em sua composição estão presentes diversos compostos bioativos com atividades anti-inflamatórias, antioxidantes, hepato protetor e antiplaquetária. O uso de *Taraxacum Officinale* pode beneficiar o tratamento de doenças que demandam de medicamentos controlados. As evidências mostram que seu consumo é seguro e efetivo.

Palavras-chave: Taraxacum Officinale, compostos farmacológicos, atividades biológicas.

1 INTRODUÇÃO

A fitoterapia é a ciência que se dedica à pesquisas de plantas medicinais, as quais também estão relacionadas a sabedoria popular, e embora seja uma alternativa pouco utilizada comparada a outras, algumas plantas possuem grandes fontes de aplicação e estudos. Destaca-se o *Taraxacum officinale* F.H. Wigg., popularmente conhecido como dente-de-Leão, pertence à família *Asteraceae* e apresenta grande importância em relação à ação farmacológica e como alimento, sendo fonte de vários princípios ativos e substâncias de valor alimentício, como vitaminas e sais minerais (ROQUE e BAUTISTA, 2008).

O dente-de-leão apresenta inúmeros benefícios em relação às propriedades nutricionais, possuindo em sua composição uma grande quantidade de água, flavonoides, minerais e vitaminas, auxiliando e prevenindo possíveis patologias (GUIRACOCHA JCM, 2014). Suas propriedades fitoterápicas aumentaram depois da origem dos novos conhecimentos, além de ser rica em ferro obtendo função de proteger células hepáticas, auxilia no tratamento de problemas dermatológicos e possui atividade anti-inflamatória (RIGOBERTO JVH, 2017).

[37] Dicente do 8º período de Nutrição do Centro Universitário Campo Real;
[38] Dicente do 8º período de Nutrição do Centro Universitário Campo Real;
[39] Profª. Mestre. Do Centro Universitário Campo Real;

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo apresentar as propriedades fitoterápicas do *Taraxacum officinale* F.H. Wigg., bem como apresentar o mecanismo de atuação em diferentes patologias.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliografia com artigos recentes publicados nos últimos 10 anos, a busca foi realizada nos bancos de dados *Pubmed, Medline* e *Google Acadêmico*, nos idiomas português e inglês. Os descritores usados foram “Taraxacum Officinale” “Farmacologia” “Taraxacum Officinale” “Pharmacology”. Foram incluídos estudos in vitro e excluídos estudos que focavam na associação de *Taraxacum* e medicamentos.

O dente de leão é do gênero *Taraxacum* da família Asteracea é amplamente conhecido e utilizado principalmente nas zonas quentes do hemisfério norte. A erva é conhecida desde a antiguidade por suas propriedades terapêuticas, e tem sido usada para tratar doenças como dispepsia, azia, hepatite, problemas do baço e hepatopatias. Os compostos farmacológicos chamam atenção por seus efeitos diuréticos, coletéricos, anti-inflamatório, anticancerígeno, analgésico, anticoagulante, prebiótico, antiperglicêmicoe analgésico (SCHÜTZ; CARLE; SCHIEBER, 2006).

Os estudos a respeito da *T. officinale* nas últimas décadas tem demostrado potencial no tratamento de diversas patologias, isso se deve aos compostos bioativos encontrados abundantemente na sua composição, como a presença de flavonóides, compostos fenólicos, ácido clorogênico, lactonas sesquiterpênicas, terpenóides, inulina, vitamina A, C, colina, inositol, lecitinas e minerais (GONZÁLEZ-CASTEJÓN; VISIOLI; RODRIGUEZ-CASADO, 2012) (LIS et al., 2020).

Em um estudo realizado por Lis et al. (2020) foram quantificados substâncias presentes no *T. officinale* com potencial antioxidade e antiplaquetário, isso se deve a presença de biflavonóide-filonotisflavona e luteolina 3′- *O*-glucosídeo que pode estar associada a inibição da expressão do receptor GPIIb/IIIa e a inibição de do metabolismo do ácido araquidônico.

Flores-ocelotl et al. (2018) em seu estudo *in vitro* quantificou e identificou o composto HPLC-DAD-ESI / MSn com atividade anti dengue, a substância apresenta atividade na inibição da replicação do vírus em camundongos infectados pelo vírus.

Os efeitos anti-inflamatórios do *T. Officinale* em modelos in vitro demonstram inibir a produção de TNFainduzida por lipossacarideos (LPS), inibindo a produção de IL-1. Estes resultados indicam os benefícios clínicos para prevenção de inflamação vascular e aterosclerose (JEON; KIM; KIM, 2017).

DE-T1 é um componente eficaz presente no *T. Officinale* ele pode sintetizar hormônios esteroides promovendo a proliferação de células granulosas ovarianas e regulando a expressão desses receptores, melhorando assim a função ovariana(WANG et al., 2018).

O extrato de *T. officinale* possui efeito protetor sobre os hepatócitos e efeito antiviral contra o vírus da hepatite B, a atividade antiviral contribui para bloquear as etapas de síntese de proteínas e replicação do DNA, já o efeito protetor pode ser explicado por sua capacidade de melhorar o estresse oxidativo. Esses dados fornecem evidência científica que apoiam o uso de *T. officinale* no tratamento de hepatite (JIA et al., 2014).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *taraxacum Officinale* é amplamente conhecido por suas propriedades curativas, com fácil acesso e manejo terapêutico, bem inserido no conhecimento popular, porém com baixa aplicabilidade comercial. Os ensaios clínicos em humanos seriam fundamentais, afim de provar sua eficácia e segurança, posicionando o *T. Officinale* como um importante fitoterápico para tratamento e prevenção de doenças.

4 REFERÊNCIAS

FLORES-OCELOTL, M. R. et al. Taraxacum officinale and Urtica dioica extracts inhibit dengue virus serotype 2 replication in vitro. BMC **Complementary and Alternative Medicine,** v. 18, n. 1, 16 mar. 2018.

GONZÁLEZ-CASTEJÓN, M.; VISIOLI, F.; RODRIGUEZ-CASADO, A. Diverse biological activities of dandelion. **Nutrition Reviews**, v. 70, n. 9, p. 534–547, 17 ago. 2012.

GUIRACOCHA JCM. **Estudio Bibliográfico de las Propiedades Medicinales y Nutricionales del Diente de León**., Universidad Católica de Cuenca, Cuenca (2014) p. 34- 42.

JEON, D.; KIM, S. J.; KIM, H. S. Anti-inflammatory evaluation of the methanolic extract of Taraxacum officinale in LPS-stimulated human umbilical vein endothelial cells. BMC **Complementary and Alternative Medicine**, v. 17, n. 1, 29 nov. 2017.

LIS, B. et al. Flavonoid Preparations from Taraxacum officinale L. Fruits—A Phytochemical, Antioxidant and Hemostasis Studies. **Molecules**, v. 25, n. 22, p. 5402, 18 nov. 2020.

RIGOBERTO JVH. **Efecto del Extracto de Diente de León (Taraxacum officinale), Sobre el Comportamiento Productivo y Enzimas Hepáticas Séricas en Pollos de Engorde.**, Universidad Técnica de Ambato, Ambato (2017) p. 2-18.

ROQUE N, BAUTISTA H. **Asteraceae Caracterização e Morfologia Floral**., Universidade Federal da Bahia, Salvador (2008) p. 11-19.

SCHÜTZ, K.; CARLE, R.; SCHIEBER, A. Taraxacum—A review on its phytochemical and pharmacological profile. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 107, n. 3, p. 313–323, out. 2006.

WANG, T. et al. Effect of Dandelion Extracts on the Proliferation of Ovarian Granulosa Cells and Expression of Hormone Receptors. **Chinese Medical Journal**, v. 131, n. 14, p. 1694–1701, 20 jul. 2018.

JIA, Y.-Y. et al. Taraxacum mongolicum extract exhibits a protective effect on hepatocytes and an antiviral effect against hepatitis B virus in animal and human cells. **Molecular Medicine Reports**, v. 9, n. 4, p. 1381–1387, 29 jan. 2014.

INTERVENÇÃO NUTRICIONAL NA DIABETES MELLITUS GESTACIONAL

GONÇALVES, Mayara [40]
SOCHODOLAK, Isabela [41]
SANTOS, Emilaine Ferreira dos[3]

RESUMO: O presente trabalho é uma revisão bibliográfica sobre o diabetes mellitus gestacional (DMG). O objetivo foi demonstrar os efeitos que a doença pode causar no período gestacional e possíveis intervenções nutricionais como tratamento. Observou-se que o DMG pode ser referido como uma intolerância a glicose que tenha iniciado na gestação atual. O diagnóstico do DMG é fortemente ligado com o aumento do risco de complicações tanto para genitora quanto para o feto durante a gestação e no período pós-parto. Os resultados desses riscos adversos associados à doença incluem anomalias fetais, macrossomia fetal, sofrimento fetal, desequilíbrio no crescimento e outras complicações, incluindo obesidade e danos ao desenvolvimento neuropsicomotor. O tratamento da gestante com diagnóstico de DMG é de extrema importância para diminuir os possíveis riscos de complicações que esta doença traz.

Palavras-chave: Diabetes, Gestação, Feto, Macrossomia, Intervenção nutricional.

1 INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus gestacional (DMG) pode ser referido como uma intolerância a qualquer quantidade de glicose que tenha iniciado na gestação atual, podendo variar seu grau de intensidade e perdurar após o parto ou não. A prevalência de DMG no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil é de 7,6%, sendo que 94% dos casos apresentam tolerância diminuída à glicose e apenas 6% deles, atingem os critérios diagnósticos para o diabetes não gestacional (BALONGANI *et al.*, 2011). O seu diagnóstico é identificado através do exame de tolerância com sobrecarga oral de glicose, sendo que o valor de 110 mg/dl após jejum de 2 horas, já é considerado positivo para a doença.

Dentre os fatores de risco relacionados com o diabetes gestacional, podemos citar o índice de massa corporal (IMC) e ganho de peso, onde vários estudos apontam que a obesidade ou sobrepeso estão diretamente ligados ao DMG e normalmente estes aparecem já no primeiro trimestre de gestação. A síndrome do

[40] Qualificação. Nutrição, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[41] Qualificação. Nutrição, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[3]Qualificação. Nutricionista, Mestre. Docente do Centro Universitário Campo Real.

ovário policístico e o uso de drogas hiperglicêmicas também podem influenciar no aparecimento da DMG (BOLOGNANI, *et al.,* 2011*).*

A estatura, idade e etnia também são consideradas fatores de risco para as gestantes, Rudra *et al* (2007), afirma no Estudo Brasileiro de Diabetes Gestacional, que mulheres com estatura ≤ 151 cm tiveram aumento de 60% no risco de desenvolver DMG, comparadas com aquelas de estatura de maiores quartis, independentemente de outros fatores. No critério de idade, normalmente a diabetes gestacional aparece em mulheres com mais de 25 anos, aumentando em quatro vezes em mulheres entre 35 e 39 anos e em seis vezes em mulheres acima de 40 anos.

Os riscos durante o parto e o desenvolvimento fetal aumentam consideravelmente com a elevação da glicemia materna, sendo as complicações mais frequentes a cesariana e a pré-eclâmpsia. Para o bebê, possui uma grande chance de prematuridade, macrossomia fetal, distorcia de ombro, hipoglicemia e em casos mais graves até uma possível morte fetal (BOLOGNANI, *et al.,* 2011).

O estado nutricional da mulher é essencial para uma gestação favorável a ambos e a má alimentação está diretamente relacionada com quase todos os fatores de risco (Padilha et al., 2010):

> O cuidado nutricional no DMG tem como principal desafio equilibrar as necessidades de uma gravidez saudável e o excelente controle glicêmico. Para tanto deve contemplar os objetivos para prover adequada nutrição materno-fetal e ganho ponderal recomendado, assim como atingir e manter o controle glicêmico, perfil lipídico e níveis pressóricos adequados. Deve ainda prover energia e nutrientes suficientes, evitar a produção de cetonas, e prevenir o desenvolvimento de DM tipo 2 pós-parto (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2014).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda uma alimentação adequada e a prática de exercícios físicos para que as gestantes se mantenham saudáveis e evitem o ganho de peso excessivo. Logo, o objetivo desse estudo será ressaltar a importância da alimentação antes e durante a gestação a fim de evitar situações desfavoráveis ao binômio mãe e filho.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. METODOLOGIA

Para a elaboração do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica do referido tema em estudo. As fontes bibliográficas se deram por meio de dados e

informações coletadas de artigos científicos dentro da plataforma online *Scientific Electronic Library Online* (*Scielo)*. A escolha do material ocorreu de forma seletiva, após uma leitura integral dos textos selecionados, identificando ideias mais importantes e colhendo informações mais relevantes para temática do trabalho, levando em consideração aspectos mais explorados pelos autores. Em seguida foram selecionados os principais aspectos relacionados aos efeitos que a DMG pode causar na gestação e as possíveis intervenções a serem feitas no caso.

2.2 RESULTADOS

Para a revisão foram selecionados oito artigos científicos e um manual da OMS, quais foram separados em duas temáticas centrais: Complicações Materno Infantis e Intervenções Nutricionais.

2.3 DISCUSSÕES

2.3.1. Complicações Materno Infantis

O diagnóstico do DMG é fortemente ligado com o aumento do risco de complicações tanto para genitora quanto para o feto durante a gestação e no período pós-parto. Os resultados desses riscos adversos associados à doença incluem anomalias fetais, recém-nascidos grandes e acima do peso que é o caso da macrossomia, sofrimento fetal, desequilíbrio no crescimento e outras complicações, incluindo obesidade e danos ao desenvolvimento neuropsicomotor. Além disso, gestantes portadoras de DMG possuem maior risco de prognósticos negativos durante a gestação, como parto prematuro e distúrbios hipertensivos (Ministério da Saúde, 2010).

Segundo Bandarra (2014), a complicação mais comum na DMG é a macrossomia fetal, que é uma condição em que há um excesso de peso do recém-nascido >4.000g. Esta condição ocorre devido ao aumento glicêmico da genitora que acarreta em hiperglicemia fetal e hiperinsulinemia aumentando assim as condições para que haja um crescimento celular elevado e acúmulo de gordura fetal, fazendo assim com que haja um aumento excessivo de peso.

A Revista da Associação Médica Brasileira (2008) alerta que nas complicações maternas podem ocorrer problemas no assoalho pélvico como defeitos perineais persistentes e disfunção anal. As gestantes que desenvolvem DMG também

têm mais chances de obesidade e de síndromes metabólicas, e a gestação de um feto macrossômico aumenta as chances de um parto cesárea.

As mulheres em período gestacional portadoras de DMG que não recebem o devido tratamento tem maior risco de sofrer pré-eclâmpsia, uma doença que causa a elevação da pressão arterial materna que pode provocar convulsões, acidente vascular cerebral, hemorragia, dano renal, insuficiência hepática e até morte tanto da mãe quanto do recém-nascido (MELO *et al*., 2013).

2.3.2. Intervenção nutricional

O tratamento da gestante com diagnóstico de DMG é muito importante para diminuir as possíveis complicações. Devem ser ofertadas orientação nutricional, controle metabólico, insulinoterapia, prática de atividade física, assistência pré-natal e avaliação do bem-estar fetal. O tratamento deve começar com controle dietético adequado, para prover uma nutrição completa e adequada tanto para o feto quanto para a mãe, e assim atingir e manter o controle metabólico adequado (PADILHA *et al.*, 2010).

A nutrição durante a gestação é de suma importância para o seu desfecho. Durante o primeiro trimestre da gestação, é muito importante para o desenvolvimento e diferenciação celular dos diversos órgãos fetais que a dieta seja equilibrada. Já nos próximos trimestres, a dieta está ligada com o melhoramento do crescimento e do desenvolvimento cerebral do feto (FREITAS, 2017).

A dieta prescrita para a gestante portadora de DMG deve alcançar os níveis de glicemia na faixa de normalidade, isto é, glicemia de jejum inferior a 95 mg/dL e a pós-prandial (2h) inferior a 120 mg/dL. Deve-se priorizar na conduta dietética uma distribuição equilibrada dos macronutrientes, o recomendado é que os carboidratos devam corresponder de 45 a 65% do valor energético total (VET), as proteínas de 15 a 20% e os lipídios de 20% a 35% (PADILHA *et al*, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DMG pode aumentar o risco de macrossomia fetal, distorcia de ombro, pré-eclâmpsia e parto cesárea. Para seu tratamento a orientação nutricional, controle metabólico, insulinoterapia, prática de atividade física, assistência pré-natal e

avaliação do bem-estar fetal devem ser ofertadas. O tratamento deve começar com controle dietético adequado, o mais breve possível após o diagnóstico positivo, afim de prover uma nutrição completa e adequada tanto para o feto quanto para a mãe, e assim atingir e manter o controle metabólico adequado, reduzindo risco, complicações e prognósticos desfavoráveis.

REFERÊNCIAS

BANDARRA. R. macrossomia na diabetes gestacional artigo de revisão, **FMUC**, 2014.

BECKER, P.C. et.al O consumo alimentar da gestante pode sofrer influência de sua condição clínica durante a gestação? **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, p.525-534, 2020

BOLOGNANI C. V. Diabetes mellitus gestacional - enfoque nos novos critérios diagnósticos. **Com. Ciências Saúde** - 22 Sup 1: p31-42, 2011

COELHO N. L. **Alternativas para tratamento clínico e nutricional para diabéticas gestantes,** 2011, p.23 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE CURSO DE NUTRIÇÃO)

CYSNEIROS G. F. et.al. Estado nutricional e consumo alimentar de gestantes diabéticas atendidas em hospital de referência em Recife- PE. **Brazilian Journal of Development** v. 6, n. 7, p.46320-46335, jul. 2020.
Diabetes mellitus gestacional. Revista da Associação Médica Brasileira [online]. 2008, v. 54, n. 6 [Acessado 15 Setembro 2021] , pp. 477-480. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302008000600006>..

MELO A. Diabetes gestacional perfil clínico e riscos associados, **FAEMA**, 2013.
PADILHA, Patricia de C; SENA, Ana Beatriz; NOGUEIRA, Jamile Lima; ARAÚJO, Roberta P. da Silva; ALVES, Priscila Dutra; ACCIOLY, Elizabeth; SAUNDERS, Cláudia. Terapia nutricional no diabetes gestacional. Revista de Nutrição. Campinas: [online], 2010. v. 23, n. 1, p.95-105.

RUDRA CB, SORENSEN TK, LEISENRING WM, DASHOW E, WILLIAMS MA. Weight characteristics and height in relation to risk of gestational diabetes mellitus. **Am J Epidemiol.** 2007 Feb 1;165(3):302-8. doi: 10.1093/aje/kwk007. Epub 2006 Oct 30. PMID: 17074967.

NUTRIGENÔMICA: O POSSÍVEL "EMPLASTO BRÁS CUBAS " DO DESENVOLVIMENTO NÃO HEREDITÁRIO DE DIABETES MELLITUS TIPO 2

CARVALHO, Guilherme da Silva de[42]
ALENCAR, Maria Vitória Ferreira Agra de[43]
BENINCÁ, Simone Carla[44]

RESUMO: A nutrigenômica vem mostrando sua relevância no entendimento de diferentes doenças, isso se aplica também na patogênese do Diabetes mellitus tipo 2. Essa revisão busca instigar e elucidar como as relações entre dieta e expressão genética podem se dar no desenvolvimento dessa crescente enfermidade, servindo como meio de conscientização da importância da alimentação em eventos mais sutis no metabolismo corporal. Os resultados, ainda que em estágios iniciais obtidos de testes *in vitro,* testes em animais e alguns estudos com pessoas, asseguram existir relevante influência dos fatores extrínsecos na expressão de genes relacionados com o metabolismo energético do corpo humano.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus tipo 2; Nutrigenômica; Nutrição.

1 INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) é uma doença que afeta cerca de 463 milhões de pessoas no mundo (IDF, 2019). Esse desarranjo metabólico está relacionado com a deficiência de produção e, ou com a resistência à insulina, o que pode desencadear com o seu descontrole uma série de outras patologias sistêmicas, ou até mesmo a morte (IDF, 2019).

Dessa forma, nesta revisão objetiva-se elucidar sobre quais as possíveis interações de mecanismos genéticos com a alimentação e como eles podem agir na patogênese do DM2. Assim, evidenciando a importância de uma alimentação equilibrada e saudável seja em pacientes com, ou sem precedentes familiares dessa doença.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

[42] Medicina, 2º período, Centro Universitário Campo Real
[43] Medicina, 2º período, Centro Universitário Campo Real
[44] Docente, Centro Universitário Campo real

A pesquisa foi desenvolvida a partir da revisão de artigos selecionados pela aplicação de palavras-chave, na língua inglesa, por meio da plataforma PubMed e a subsequente filtragem considerando diversos tipos de pesquisa realizadas nos últimos 5 anos, por fim ainda foram realizadas análises qualitativas para a seleção dos artigos aqui mencionados com a finalidade de tanger os assuntos abordados em nossa revisão e seus objetivos de estudo.

Além disso, dados epidemiológicos e informações sobre o diabetes mellitus tipo 2 foram utilizados do último atlas (2019) da International Diabetes Federation (IDF).

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Diabetes Mellitus (DM) se mostra como uma doença em expansão quanto ao número de pessoas por ele acometidas, foi estimado pelo International Diabetes Federation (IDF) no atlas do ano de 2015 que 415 milhões de adultos possuíam a doença, já no estudo mais recente, em 2019, 463 milhões de pessoas possuem essa enfermidade no mundo (IDF, 2019).

O DM pode se apresentar de 3 formas mais recorrentes: O diabetes mellitus tipo 1 (DM1), caracterizado pela não produção de insulina devido uma reação autoimune das células beta pancreáticas; O diabetes mellitus tipo 2 (DM2) que é a forma mais comum que acomete cerca de 90% do contingente total da doença, que se dá pela resistência à insulina, ou sua produção insuficiente; E o diabetes mellitus gestacional, que se dá pela apresentação de hiperglicemia durante o período da gravidez (IDF, 2019).

O estado de hiperglicemia crônica no DM2 está associado também com complicações metabólicas resultantes do desequilíbrio fisiológico que a doença pode causar, que principalmente está envolvido nas vias de metabolismo de sacarídeos, lipídeos e proteínas, podendo essas falhas resultarem em interferências nos processos de regulações genéticas pela deficiência ou inconsistências na produção de proteínas, mas também pode gerar espécies de oxigênio e nitrogênio reativos que podem facilmente atuar na degradação de compostos celulares (ORTEGA et al., 2017), além da produção de corpos cetônicos que desencadeiam o processo de acidose sistêmica de respectiva desordem homeostásica (IDF, 2019).

Especificamente sobre o DM2, seu desenvolvimento genético pode variar de duas principais formas (I) a partir da suscetibilidade hereditária e (II) a partir de modificações epigenéticas que resultam do hábito de vida e de fatores ambientais que cada pessoa é submetida (ORTEGA *et al.*, 2017).

Por sua vez, a nutrigenômica busca entender os mecanismos pelo qual a dieta pode interferir no processo de desenvolvimento de DM2, mas também na diminuição de agravos causada por essa doença. Não obstante, um dos principais limitantes deste estudo é também compreender que grande parte dos processos que originam o DM 2 são oriundos de variações genéticas já pré-estabelecidas, mas não diminuindo a influência de bons hábitos alimentares que podem ser utilizados para evitar o desenvolvimento de outras doenças associadas ao DM 2. Dessa forma, pode-se listar 3 meios pelos quais a dieta pode interferir na regulação e expressão gênica, sendo eles: (I) variações genéticas que afetam o estímulo de secreção de insulina; (II) variações genéticas relacionadas com a sensibilidade à insulina; e (III) outras variações que podem interferir indiretamente no metabolismo energético (ORTEGA *et al.*, 2017).

Em pesquisas preliminares com células *in vitro* e em animais foi visto a ação promissora de flavonóides na ação de preservação de tecidos como as ilhotas pancreáticas e os endotélios dos capilares, assim como agentes de suporte contra hiperglicemia. Além delas, as vitaminas C, biotina, riboflavina e nicotinamida se mostraram eficientes no aumento da sensibilidade da insulina e na proteção das células beta-pancreáticas contra a apoptose e processos inflamatórios (ORTEGA *et al.*, 2017). Já em outro em ensaio clínico com 7052 indivíduos, que relaciona a adesão da dieta do meditarrâneo (rica em folato e fibras) com a expressão de genes que participam do metabolismo energético e regulação do apetite no desenvolvimento de obesidade e assim na consequente resistência à insulina, mostrou como a ingestão desses elementos pode auxiliar na supressão desses genes e assim evitar esses problemas (ORTEGA-AZORÍN, 2012).

Outras características interessantes foram observadas em relação aos macronutrientes, sendo que foi visto que a ingestão de proteínas por diabéticos aumentou o nível de insulina pós-prandial, mas com a ressalva de que esse resultado dependeu também do tipo de proteína ingerida, assim como o acompanhamento dessa alimentação (GANNON *et al.*, 2001).

Nessa perspectiva se faz interessante entender que essas intercorrências oriundas de mecanismos epigenéticos como metilação, modificação por histonas pós-transcrição e interferência no mecanismo de interação entre microRNA e RNA não codificante, desencadeiam outro mecanismo de magna importância para a detecção de morte de células beta pancreáticas que ao iniciarem ou sofrerem o processo de apoptose acabam aumentando a quantidade de microRNA circulante no plasma sanguíneo, sendo isso uma das formas de detecção do processo de risco de desenvolvimento de DM2 (ORTEGA *et al.*, 2017).

Visto isso, conclui-se que a nutrição é fator indispensável na regulação genética de grande parte do metabolismo energético, pois é responsável por toda a captação de subsídios moleculares que atuam como sinalizadores e reguladores metabólicos, mas também como matéria prima dos produtos desse metabolismo. Essa importância fica cada vez mais evidente com a aplicabilidade de estudos das dietas de precisão que avaliam as sequências gênicas dos indivíduos através de estudos de associação genômica ampla e assim podendo inter-relacionar com os hábitos alimentares de cada população, assim identificando as necessidades suplementares e os fatores de risco para cada pessoa com base em bancos de dados que cruzam informações genômicas (WANG; WU, 2018).

Com o abordado, vê-se que com o desenvolvimento de novas tecnologias e novas visões sobre o corpo humano fica evidente como o que ingerimos pode nos afetar de diversas formas e mais intimamente do que podemos imaginar, por isso é importante a manutenção de uma dieta equilibrada e saudável.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, como o “Emplasto Brás Cubas” poderia solucionar um pouco da melancolia humana, essa análise buscou abordar um pouco sobre esse vasto e recente assunto da nutrigenômica e ela por sua vez mostrou nos resultados encontrados que diversas vias de interação podem não só estimular geneticamente pessoas que já possuem algum grau de risco ao desenvolvimento do DM2, mas também expressar em indivíduos sem riscos precedentes genes que culminam no desencadeamento da doença, assim como seus respectivos agravos sistêmicos.

Mas, se faz necessária, como indicado também pelos autores analisados, o aprimoramento de estudos envolvendo humanos, assim como a necessidade de maior adesão de colaboradores de pesquisa para criação de bancos de dados que possam ser fidedignos às relações metabólicas existentes e assim garantam uma aplicabilidade segura dos conhecimentos adquiridos, com isso melhorando a qualidade de vida do portador de DM2 e também podendo possivelmente prevenir o desenvolvimento em futuros portadores.

4 REFERÊNCIAS

ORTEGA, Ángeles et al. Gene-diet interactions in type 2 diabetes: the chicken and egg debate. **International journal of molecular sciences**, v. 18, n. 6, p. 1188, 2017.

International Diabetes Federation (IDF). **IDF Diabetes Atlas, 9th edn**. Brussels, Belgium: 2019. Available at: https://www.diabetesatlas.org

WANG, D. D.; HU, F. B. Precision nutrition for prevention and management of type 2 diabetes. **The Lancet Diabetes & endocrinology,** v. 6, n. 5, p. 416-426, 2018.

GANNON, M. C. et al. Effect of Protein Ingestion on the Glucose Appearance Rate in People with Type 2 Diabetes1. **The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, v. 86, n. 3, p. 1040–1047, mar. 2001.

ORTEGA-AZORÍN, C. et al. Associations of the FTO rs9939609 and the MC4R rs17782313 polymorphisms with type 2 diabetes are modulated by diet, being higher when adherence to the Mediterranean diet pattern is low. **Cardiovascular Diabetology**, v. 11, n. 1, 6 nov. 2012.

ENFOQUE A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO SOBRE O ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

SIQUEIRA, Andreia de
SIMÃO, Tainá de Lima
SANTOS, Emilaine Ferreira dos

RESUMO: Nas últimas décadas os movimentos em prol da amamentação materna têm aumentado e valorizando cada vez mais este ato, por meio de pesquisas que aprovam seus benefícios. A prática do aleitamento materno está relacionada a fatores de ordem física, psicológica e social, que envolve o bebê, a mãe, a família e a sociedade. Neste sentido, o objetivo do estudo foi de identificar através da análise de estudos sobre a importância do conhecimento das puérperas sobre aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida do lactente e o desmame precoce. Para tanto será utilizada a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: aleitamento materno; desmame precoce; puérperas.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que o leite materno seja ofertado de forma exclusiva até os seis meses de idade, a partir daí pode-se iniciar a introdução da alimentação complementares, visto que o leite materno sozinho já não supre as necessidades nutricionais totais. Neste sentido, o debate que norteia essa pesquisa é: as puérperas possuem conhecimento correto sobre a importância do aleitamento materno?

Vários mitos permeiam a amamentação, a mais comum é a definição da existência de leite fraco e leite forte. Sendo assim a hipótese do estudo é: supõe-se que as puérperas não possuam o conhecimento correto sobre a importância do aleitamento materno.

O estudo teve como objetivo principal, identificar através da análise de estudos por meio da revisão bibliográfica, sobre a importância do conhecimento das puérperas sobre aleitamento materno exclusivo (AME) durante os seis primeiros meses de vida do lactente e sobre as taxas de desmame precoce.

2 DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, têm se observado inúmeras reuniões e debates referentes à alimentação de crianças nos primeiros meses, principalmente sobre o AME. Alguns autores indicam a importância do leite materno como fonte nutricional adequada ao

trato gastrointestinal (TGI) do lactente, (SANTOS; SOLER; AZOUBEL, 2005). Além de possuir em sua composição imunoglobulinas, enzimas, água, vitaminas e sais minerais e outros fatores que ajudam a proteger a criança contra infecções; incluindo anticorpos, hormônios e outros componentes não presentes em fórmulas infantis industrializadas (SANTOS; SOLER; AZOUBEL, 2005).

Portanto, instituições, sociedades e profissionais recomendam firmemente o AME até o sexto mês de vida do bebê, complementando após esse período com outros alimentos. São reconhecidos os benefícios da amamentação onde podemos citar: benefícios imunológicos, econômicos, nutricionais, cognitivos e sociais; onde os mesmos podem ser aproveitados se amamentação for fornecida até os dois anos de vida, sendo até o sexto mês de forma exclusiva (CHAVES et al., 2011).

O aleitamento materno de maneira geral contribui para o crescimento e desenvolvimento da criança, proporcionam proteção contra diarreia, morbidades e atuam como fator protetor contra o diabetes mellitus insulinodependente (LONGO et al., 2005).

Entretanto, a falta de informação e de uma rede de apoio para a oferta do AME, acaba por desestimular mães a prosseguirem com esse desafio. Com isso, ocorre o desmame precoce, que está inserido num contexto educacional, social e sob as responsabilidades dos serviços de saúde, que devem priorizar o desenvolvimento de ações pró-amamentação para fortalecer e sustentar a prática do AME. A forma de abordagem do profissional de saúde, como informações incorretas, incompletas pode também influenciar negativamente a prática do aleitamento materno (FONSECA-MACHADO, 2012).

O ato de amamentar envolve crenças, tabus e experiências que contribuem de forma negativa para sua aceitação, surgindo então à necessidade da atuação do profissional de saúde (BATISTA; FARIAS; MELO, 2013). A baixa prevalência do aleitamento materno está relacionada à falta de conhecimento das mães referente às vantagens e continuidade do aleitamento; a indisponibilidade dos profissionais da saúde, para fornecer orientações, principalmente sobre o manejo adequado sobre técnicas e cuidados (NARCHI, 2005).

Diversos fatores estão associados ao desmame precoce como: introdução de alimentos complementares antes do tempo recomendado, atuação ineficaz do serviço

de saúde, escolaridade materna, classe socioeconômica, uso de chupeta, ausência do pai, gravidez precoce, cesarianas eletivas, introdução de outros leites ou fórmulas infantis, baixo peso ao nascer, crenças culturais, entre outros (BRECAILO, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que é preciso investir em campanhas que atinjam todas as mães e famílias, considerando idade, grau de escolaridade, renda, estado civil e grupo específico, principalmente entre as mães adolescentes, primíparas, com baixa escolaridade, entre outros. A realização de estratégias com essas especificidades pode ser bem aceitas, além de criarem uma rede de fortalecimento e proteção do AME e do aleitamento materno complementado.

Os serviços de saúde devem desenvolver ações e programas de caráter educativo, com abordagens específicas e multiprofissionais em aleitamento para nutricionistas, enfermeiros e médicos que atuam com esse público. A educação permanente de profissionais proporciona o acesso à informação e apoio para mães e familiares acerca das vantagens e importância do aleitamento sempre que possível, bem como o manejo adequado para manutenção por maior tempo e consequentemente aumento dos índices de aleitamento. ,.

4 REFERÊNCIAS

BATISTA, K. R A. FARIAS, M. C. A. D. MELO, W. S. N. Influência da assistência de enfermagem na prática da amamentação no puerpério imediato. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 130-138, 2013.

BRECAILO, M. K. et al . Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo em Guarapuava, Paraná. **Rev. Nutr**., Campinas, v. 23, n. 4, p. 553-563, 2010.

CHAVES, M. M. N. et al . Amamentação: a prática do enfermeiro na perspectiva da Classificação Internacional de Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva. **Rev. Esc. Enferm.USP**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 199-205, 2011.

FONSECA-MACHADO, M. O. et al . Aleitamento materno: conhecimento e prática. **Rev. Esc. Enferm.** USP, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 809-815, 2012.

LONGO, G. Z. et al . Crescimento de crianças até seis meses de idade, segundo categorias de aleitamento. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.,** Recife , v. 5, n. 1, p. 109-118, 2005.

NARCHI, N. Z. et al . Análise da efetividade de um programa de incentivo ao aleitamento materno exclusivo em comunidade carente na cidade de São Paulo. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** Recife, v. 5, n. 1, p. 87-92, 2005.

SANTOS, V. L. F; SOLER, Z. A. S. G; AZOUBEL, R. Alimentação de crianças no primeiro semestre de vida: enfoque no aleitamento materno exclusivo. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant**. Recife, v. 5, n. 3, p. 283-291, 2005.

ALTERAÇÕES DE FREIOS ORAIS E AMAMENTAÇÃO

HOFMANN, Eduarda Caroline [45]
GODOFREDO, Iara [46]
COTLINSKI, Solange Cristina Costa [47]

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo analisar evidencias literárias acerca das alterações de freios orais e o seu impacto na amamentação. A metodologia utilizada foi baseada em revisão bibliográfica. Além disso, foi relatado os efeitos negativos das alterações anatômicas-funcionais, importância da avaliação precoce dos freios orais na amamentação e tratamento em crianças com anquiloglossia.

Palavras-chave: Amamentação. Aleitamento Materno. Anquiloglossia. Frênulo Lingual. Freios Orais.

1 INTRODUÇÃO

O frênulo lingual pode ser definido como uma prega conjuntiva fibrodensa, constituída por fibras superiores do músculo genioglosso, que se inserem no ventre lingual, entre o ápice e o terço médio, e no assoalho da boca, podendo essa inserção estar entre as carúnculas linguais ou deslocada anteriormente até a crista alveolar inferior (POMPEIA, 2017).

A anquiloglossia é definida como uma condição anatômica caracterizada pela restrição de movimento da língua, o que pode ter forte impacto sobre sua função, interferindo também na forma dos arcos dentários e na sua conseguinte oclusão (POMPEIA, 2017).

Um dos principais problemas de um frênulo lingual é a necessidade de adaptação à amamentação. Durante o aleitamento natural, alguns músculos mastigatórios iniciam sua maturação e posicionamento, como o temporal (ativado na retrusão da mandíbula), o pterigoideo lateral (solicitado na propulsão), o milo-hióideo (principal responsável pela deglutição) e os masseteres (ativados na mecânica de sucção), enquanto os orbiculares dos lábios superior e inferior orientam o crescimento e o desenvolvimento da região anterior do sistema estomatognático, que deverá funcionar em pleno equilíbrio neuromotor para que as mecânicas da mastigação e deglutição sejam eficientes (POMPEIA, 2017).

[45] Acadêmica de Medicina, sexto período, do Centro Universitário Campo Real.
[46] Acadêmica de Medicina, oitavo período, do Centro Universitário Campo Real.
[47] Orientadora, docente do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo elucidar a importância da identificação das alterações nos freios orais durante a lactação e suas repercussões no aleitamento materno.

2 DESENVOLVIMENTO

A amamentação é a maneira mais eficaz de alimentar uma criança uma vez que proporciona a ela nutrição, imunidade, desenvolvimento da musculatura da boca e aspectos psicológicos positivos ao aumentar o vínculo com a mãe. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que a amamentação seja exclusiva até os seis meses, visto que ela supre todas as necessidades do recém-nascido nesta fase, e aleitamento materno associado a introdução alimentar até os dois anos de idade. Contudo, os índices do aleitamento materno exclusivo (AME) estão longe do esperado, isso devido a diversos fatores, mas o que se destaca é a dificuldade no manejo da amamentação. (BRASIL, 2015)

Alterações anatômico-funcionais na cavidade oral, frênulo oral, da criança muitas vezes possuem influências negativas na amamentação. Isso porque o aleitamento relaciona-se diretamente com a sucção e deglutição, funcionando de acordo com a respiração, se houver qualquer alteração que dificulte a movimentação da língua poderá contribuir para o desmame precoce, baixo peso, diminuição da função mastigatória e crescimento e desenvolvimento da face. Além de dificuldades maternas como a dor persiste nos mamilos e fissuras mamilares. (BRASIL, 2017)

A anquiloglossia se origina pelo controle celular e migração incompleta das células do frênulo causando um encurtamento lingual que trará impactos na movimentação da língua da criança. Devido a altos índices de dificuldade na amamentação relacionados ao frênulo lingual em neonatos foi sancionada a lei que obriga a aplicação do protocolo de avaliação no frênulo lingual em recém-nascidos de todo o Brasil nascidos em hospitais públicos e particulares. Essa lei auxilia na intervenção precoce prevenindo intercorrências da AME (POMPEIA, 2017).

Diante da importância da identificação precoce de problemas apresentados pela mãe e bebê na amamentação se destaca o incentivo ao profissional de saúde assistir a primeira mamada após o parto identificando alterações nesta fase inicial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que as alterações nos frênulos orais, durante a primeira infância, estão intimamente ligadas com as dificuldades na amamentação. É responsabilidade do profissional de saúde assistir e avaliar a primeira mamada após do parto. Dessa forma, o desmame precoce, baixo peso, diminuição da função mastigatória e crescimento poderão ser evitados no desenvolvimento infantil, além de driblar algumas complicações para as mães como a dor persiste nos mamilos e fissuras mamilares.

4 REFERÊNCIAS

POMPEIA, Livia Eisler. A influência da anquiloglossia no crescimento e desenvolvimento do sistema estomatognático. **Revista Paulista de Pediatria [online]**. 2017, v. 35, n. 02, pp. 216-221. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/;2017;35;2;00016>. Acesso em 13 Agosto 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**, Brasília, 2.ed.

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS DE 0-1 ANO E EM SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA BAIXA NO PARANÁ NO ANO DE 2008

VENSKE, Ana Clara de Melo[48]
PATRUNI, Bruna Caroline Patruni[49]
COTLINSKY, Solange Costa[50]

RESUMO: O trabalho traz a relação de crianças em situação vulnerável com seu estado nutricional a partir de dados coletados da plataforma online DATASUS. Assim como, expõe uma das possíveis causas dos distúrbios relacionados a má nutrição, a amamentação incorreta. Mostrando que 29% das crianças que constam no estudo não estão no peso adequado. Com objetivo de conscientizar a população da importância do aleitamento.

Palavras-chave: Pediatria; Nutrição; Amamentação;

1 INTRODUÇÃO

Ao avaliar o estado nutricional infantil, principalmente quando ainda na primeira infância é muito importante lembrar da conscientização e orientação as mães sobre a amamentação e a forma correta de realizar, para garantir o crescimento e desenvolvimento do bebê (Tratado de pediatria, 2017).

A importância vista na amamentação engloba o bom desenvolvimento da criança nos aspectos físicos, mentais e psicológicos. Uma vez que ajuda no crescimento adequado dos ossos, no desenvolvimento neuropsicomotor, auxiliando na evolução de movimentos da criança em relação a idade, conseguindo até os seis meses com aleitamento exclusivo ser suficiente. Da mesma forma, após introdução alimentar, o leite materno continua sendo fonte de nutrientes suplementar até os dois anos de idade. Além do contato materno com a criança que ajuda no vínculo (Tratado de pediatria, 2017).

Quando realizada a avaliação nutricional, é dividida em peso adequado para idade, (eutrófico) que apresenta percentil (P) maior ou igual a 10 e menor que 97; risco de sobrepeso maior ou igual a P97; risco nutricional maior ou igual a P3 e menor que P10; baixo peso maior ou igual a P0,1 e menor que P3; e peso muito baixo menor que P0,1 (SBP, 2020).

[48] Acadêmica do curso de Medicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[49] Acadêmica do curso de Medicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[50] Docente do curso de medicina do Centro Universitário Campo Real.

Relacionado ao objetivo do trabalho, a literatura traz dados que justificam a importância da amamentação. Entre bebês que tiveram efetivo o aleitamento materno, a longo prazo, pode-se notar que houve 22% a menos de chance de apresentarem sobrepeso ou obesidade. Além de a amamentação contribuir para menores taxas de morbimortalidade infantil. E condizendo com o tema do trabalho, o aleitamento é uma forma econômica (Tratado de pediatria, 2017).

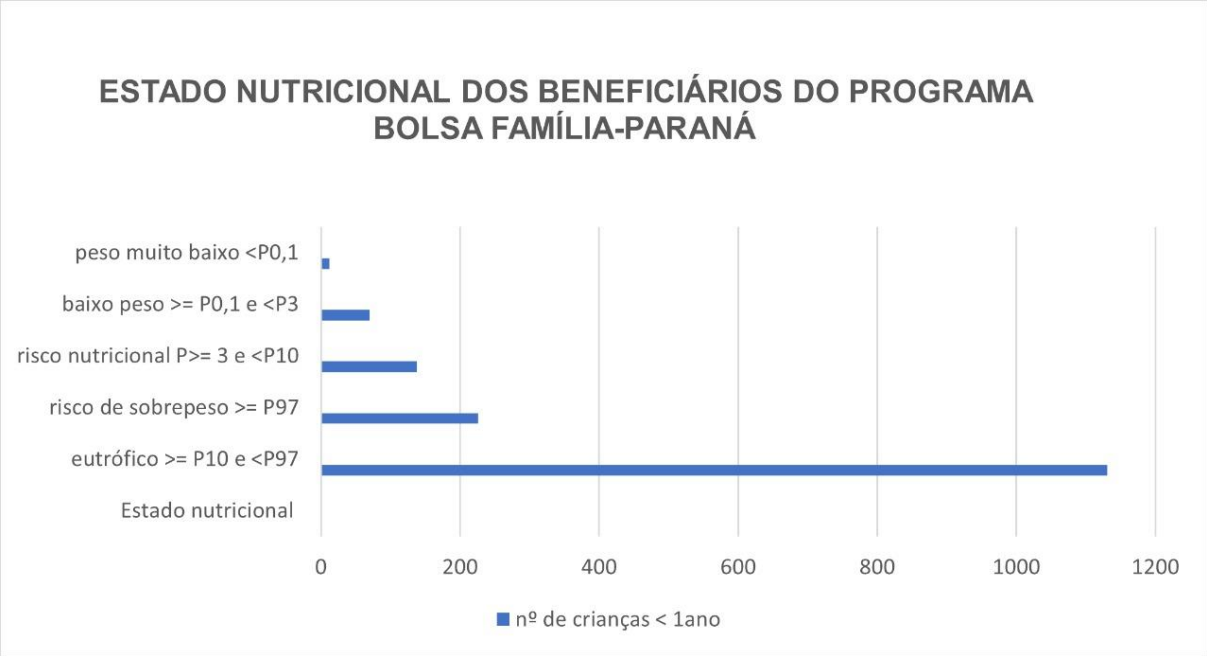
Desta forma, temos como objetivo ressaltar o estado nutricional encontrado nas crianças abaixo de 1 ano e que são beneficiários do programa Bolsa Família no paraná em 2008. Isso será demonstrado a partir de dados coletados no DATASUS.

2 DESENVOLVIMENTO

Utilizados dados retirados do site DATASUS, em relação ao estado nutricional dos beneficiários do programa Bolsa Família no Paraná, em dezembro de 2008.

Os dados coletados foram relacionados a bebês abaixo de 1 ano de idade, que foram classificados em eutrófico, sobre peso, risco nutricional, baixo peso e peso muito baixo. Os quais foram analisados em tabelas pelo programa Excel, e expostos no trabalho de forma descritiva.

O n da pesquisa é de 1.577 bebês. Onde 1.131 estão classificadas como eutróficas, ou seja, peso adequado. Em risco de sobrepeso 226. Em risco nutricional 138. Em baixo peso 70. E em peso muito baixo 12 (DATASUS, 2021).



Analisando os dados, é possível perceber que, 71% dos bebês estão dentro do estado nutricional esperado para idade, no entanto não podemos ignorar o fato de que quase 30% das crianças nesta faixa etária estão com peso inadequado. Isto pode ser devido má alimentação. Seja esta por falta do aleitamento materno ou falta de adequada introdução alimentar após os 6 meses levando a um quadro de desnutrição. Assim como pode ser pelo excesso ou introdução precoce de alimentos, ou por alimentos inadequados, que contenham carboidratos e lipídeos não recomendados para idade, como açúcar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho foi possível perceber a necessidade de maiores cuidados e orientações com relação a criança na faixa etária proposta, visto que, não somente o peso será acometido. Na verdade, o peso é apenas um parâmetro que chamará atenção, pois o distúrbio tem potencial a acometer a criança a longo prazo em aspecto neuropsicomotor. Sendo assim de grande importância a orientação sobre o aleitamento materno, por ser uma forma disponível de fonte nutricional a todas as classes sociais.

4 REFERÊNCIAS

BURNS, Dennis, A. R.; JÚNIOR**,** Dioclécio, C.... [et al.]]. **Tratado de pediatria: Sociedade Brasileira de** Pediatria.4. ed. -- Barueri, SP: Manole, 2017.

DATASUS. **Informações de Saúde (TABNET)**. Disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/>. Acesso em 07 ago. 2021

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). **Manual de Suporte Nutricional da Sociedade Brasileira de Pediatria.** -- 2ed. - Rio de Janeiro: Departamento Científico de Suporte Nutricional da Sociedade Brasileira de Pediatria. – 2020.

DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL NA SÍNDROME DE ASPERGER

REHBEIN, Lais Zimmermann[51]
KASSIES, Pâmella Thayse de Quadros[52]
COTLINSKY, Solange Costa[53]
MUNARI, Wilhan Wiznieski[54]

RESUMO: A síndrome de Asperger (SA) trata-se de um transtorno oriundo de uma desordem genética que possui grande similaridade com o autismo, podendo ser considerada uma subcategoria autista. Suas características apresentam um conjunto de peculiaridades comunicativas e interativas. Esta revisão tem por objetivo demonstrar os aspectos vividos pelos portadores da SA em seu desenvolvimento psicossocial. Foram coletadas informações por meio de consulta as bases de dados. Indícios apontam o estresse e a ansiedade como fatores determinantes na dificuldade de socialização vividas por acometidos pela síndrome. Um diagnóstico precoce é indispensável, podendo atenuar os efeitos e comprometimentos sociais.

Palavras-chave: Impacto Psicossocial. Síndrome de Asperger. Transtornos das Habilidades Motoras.

1 INTRODUÇÃO

A capacidade de sentir e entender o outro, são bases fortes na interação e convívio social, portadores da Síndrome de Asperger (SA) possuem esta habilidade afetada, a compreensão das emoções e da empatia ao próximo são vistas com uma menor expressividade, afetando o processo de socialização (VALENCIA, 2018).

Características como dificuldade na interação interpessoal, interpretação de expressões e sentimentos, comunicação retroativa, entonação vocal inadequada, repetição de palavras e gestos, representam aspectos comprometidos no portador de SA (ALVAREZ, 2016).

Atualmente o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) decidiu incorporar a síndrome de Asperger como uma categoria do transtorno do espectro do autismo (TEA), gerando grande debate devido sua diferença ou não, com o autismo de alto funcionamento. (VASQUEZ,2017)

[51] Acadêmica do curso de Medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[52] Acadêmica do curso de Medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[53] Docente do curso de medicina do Centro Universitário Campo Real.
[54] Acadêmica do curso de Medicina, 4º período, Centro Universitário Campo Real.

Um diagnóstico tardio e impreciso, pode gerar quadros depressivos e comprometedores no decorrer da vida, acarretando problemáticas como estresse, ansiedade ou transtornos obsessivos compulsivos, os quais aparecem como consequência evolutiva da SA, sendo descrito por profissionais como sinais e sintomas da própria doença. (GONZALEZ, 2019)

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar os aspectos vividos pelos portadores da SA em seu desenvolvimento psicossocial, assim como evidenciar a importância de um diagnóstico precoce.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta revisão bibliográfica foi desenvolvida através de consulta as bases de dados Scielo, Pubmed, NCBI, as palavras chaves utilizadas seguem critérios dos descritores em ciência da saúde (DeCS) sendo elas: impacto psicossocial, síndrome de Asperger, transtornos das habilidades motoras, descritas em português e ordem alfabética, limitando a datados de 5 anos (2016-2021), descritos em qualquer idioma.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As três denominações que classificam a SA baseiam-se na tríade de Wing sendo elas: 1 – capacidade de relação social, 2 – competências de comunicação, 3 – flexibilidade mental e comportamental. Seguindo estes parâmetros, foi descoberto que a primeira expressão comportamental na relação social, exibe alterações no processo de cognição social ou raciocínio pueril, nos quais os aspectos de ingenuidade predominam, comprometendo a interação coletiva e a expressividade comunicativa (ALONSO,2019).

As respostas sensoriais de interpretação, alerta e orientação são mais lentas em portadores da SA, diminuindo sua capacidade de raciocínio imediato e tornando o diálogo uma difícil tarefa. Devido seu comprometimento de distinção e processamento, estudos demonstram que tanto portadores do autismo como da síndrome de Asperger possuem uma suscetibilidade ao desenvolvimento de déficit de atenção, ou seja, dificuldade de concentração em uma tarefa específica, seja no início

ou durante a execução da mesma, impossibilitando a eliminação de distratores do ambiente, alterando seu hiper foco (ALVAREZ,2016).

Pesquisas apresentam um desenvolvimento neuro anatômico com aspectos particulares na SA, variando de acordo com a idade, grau de incidência genética e podendo apresentar-se dinâmica na idade adulta (VASQUEZ,2017). Imagens de ressonância magnética exibem que homens com idades de 10 a 18 anos possuem uma quantidade de substância cinzenta diminuída, sendo um princípio da fisiopatologia do autismo e consequentemente da SA, estando evolvidos na estimulação visual e informações afetivas (GONZALEZ,2019).

A teoria da mente refere-se à capacidade do ser humano de formar e distinguir emoções, sejam elas próprias ou de outras pessoas, uma pontuação baixa nos testes relacionados a esta conduta, podem ser utilizadas como fatores relacionados ao transtorno do espectro do autismo, de modo que toda a categoria que envolve similaridade com este malefício como é o caso da SA, tendem a apresentar dificuldades na distinção e interpretação emocional, seja do seu próprio estado mental ou de outro (VALENCIA,2018).

Um comprometimento na aprendizagem também é evidenciado, compreender o estilo de aprendizado de cada aluno, em sua forma particular e única, pode trazer benefícios inigualáveis no campo de inclusão e desenvolvimento social, pessoas com a SA possuem uma preferência por informações visuais, compreendendo assim as bases de aprendizado por meios expositivos, utilizando das mais diversas ferramentas disponíveis para estimular o desenvolvimento do aluno com algum TEA, gerando um conexão mental entre o conhecimento e a sua forma de assimilação (GARCIA, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visa demonstrar o árduo caminho trilhado por um portador da síndrome de Asperger, desde suas complicações na interação social como sua particularidade de expressão e entendimento pessoal.

Observou-se que a captação de informações pelo cérebro do indivíduo acometido pela SA, atua de forma diferente, sendo suas centrais de recepção aos estímulos internos e externo bastante especificas, com compactações de conhecimentos e expressividades lentas, demonstrando que a autonomia e a

estimulação sensorial são de suma importância. Uma correta identificação da síndrome é de suma importância, podendo levar a uma intervenção e acompanhamento precoce, assim desenvolvendo dinâmicas as quais irão ajudar o desenvolvimento psicossocial do indivíduo.

4 REFERÊNCIAS

ZULUAGA VALENCIA, Juan Bernardo; MARIN CORREA, Lizeth Yamil; BECERRA ESPINOSA, Ana María. Teoría de la mente y empatía en niños y niñas con diagnóstico de Síndrome de Asperger. **Psicogente**, Barranquilla , v. 21, n. 39, p. 88-101, June 2018

BRAVO-ALVAREZ, María-Ángeles; FRONTERA-SANCHO, María. Entrenamiento para la mejora de disfunciones atencionales en niños y adolescentes con Síndrome de Asperger a través de estimulación cognitiva directa. **Anal. Psicol., Murcia** , v. 32, n. 2, p. 366-373, mayo 2016 .

VASQUEZ, Bélgica; DEL SOL, Mariano. Características Neuroanatómicas del Síndrome de Asperger. **Int. J. Morphol., Temuco** , v. 35, n. 1, p. 376-385, marzo 2017 .

GONZALEZ-ALBA, Blas; CORTES-GONZALEZ, Pablo; MANAS-OLMO, Moisés. EL DIAGNÓSTICO DEL SÍNDROME DE ASPERGER EN EL DSM-5. **Ajayu**, La Paz , v. 17, n. 2, p. 332-353, agosto 2019 .

ALONSO, Felipe Trillo; GANETE, Ana Parada; BERNARDEZ-GOMEZ, Abraham. Juan, uma Criança com Síndrome de Asperger: Estudo de Caso de uma Boa Prática de Inclusão Educacional por meio da Aprendizagem Cooperativa. **Rev. bras. educ. espec.,** Bauru , v. 25, n. 1, p. 85-100, Mar. 2019 .

ECHEVERRIA GARCIA, Sulma. TIC para fortalecer la competencia comunicativa lectora de adolescentes con Síndrome de Asperger. Edu. Sup. **Rev. Cient. Cepies**, La Paz , v. 4, n. 1, p. 19-21, 2018 .

O IMPACTO DO USO DE TELAS DURANTE O DESENVOLVIMENTO NA INFÂNCIA

SILVESTRI, Bárbara Corso[55]
KARASINSKI, Fernanda Melhem[56]
COTLINSKY, Solange Costa[57]

RESUMO: O presente estudo mostra como o uso de telas impacta no desenvolvimento infantil de lactentes e pré-escolares sendo os objetivos do uso destas telas para diferentes finalidades. A linguagem digital tem se tornado capaz de modificar a maneira de pensar e o comportamento destas crianças, podendo desencadear patologias como obesidade, elevação da pressão arterial, ansiedade, entre outras. A pesquisa foi realizada através da leitura de artigos científicos na plataforma Scielo e da Sociedade Brasileira de Pediatria, do ano de 2016 a 2021. Foi concluído que o impacto do uso de telas na infância tem ação direta no desenvolvimento destas crianças.

Palavras-chave: Infantil. Comportamento. Desenvolvimento. Uso de telas.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem se verificado um aumento significativo do uso de aparelhos eletrônicos móveis por lactentes e pré-escolares. Estudos demonstram que aproximadamente 90% das crianças inseridas na faixa etária entre 0 a 4 anos de idade utilizam tais objetos e 75% apresentam o seu próprio aparelho, como smartphones e tablets. A falta de limites e supervisão dos pais e cuidadores expõem os pequenos a riscos que implicam diretamente no desenvolvimento infantil (SBP, 2016).

O “tempo de tela” vem sendo uma das principais preocupações entre os pediatras. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) o período que a criança fica em contato com as telas deve ser proporcional a sua idade e a etapa do seu desenvolvimento. Para as crianças de até dois anos o uso de aparelhos eletrônicos não é aconselhável. (ABRANTES, F.G.B., 2018). Alteração da qualidade do sono e as

---

[55]Graduanda em Medicina, 6º período do Centro Universitário Campo Real.

[56] Graduanda em Medicina, 6º período do Centro Universitário Campo Real.

[57] Mestre e docente do Centro Universitário Campo Real.

dificuldades para dormir levam a uma diminuição do rendimento escolar, associados com sintomas dos Transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) (SBP, 2020).

Tem se observado que quanto maior o nível socioeconômico da família, maior é a chance da criança ter contato com diferentes mídias. Este tempo tem sido reconhecido como fator de risco para o desenvolvimento de certas condições clínicas na pediatria como a obesidade, elevação da pressão arterial, problemas psicológicos e também menor interação social e familiar (NOBRE, J.N.P, 2021).

Este estudo transversal tem como objetivo apresentar uma revisão sistemática sobre como o uso de telas por lactentes e pré-escolares impacta no desenvolvimento infantil, com consequências físicas e psicológicas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Foi realizado com base em uma busca científica a partir da leitura de artigos de revisão no sistema Scielo, de língua portuguesa, e por materiais da Sociedade Brasileira de Pediatria, entre os anos de 2016 a 2021. As palavras-chave usadas foram infância, tecnologia, relação, desenvolvimento e uso de telas. Neste artigo foi utilizado como critério a análise de artigos que relatam pesquisas com seres humanos, incluindo crianças na faixa etária compreendida entre 0 a 4 anos. Excluiu-se dados com experiências realizadas com animais. Foram 16 artigos selecionados para a elaboração deste estudo.

2.2 DISCUSSÃO

Estima-se que o desenvolvimento mundial da internet tenha iniciado há 20 anos e desde então a tecnologia vem se aperfeiçoando cada vez mais. Hoje em dia as crianças já demonstram uma certa facilidade em manusear aparelhos eletrônicos, pois elas já nascem em um ambiente tecnológico. A tecnologia se prolifera em alta velocidade nos ambientes familiares e é utilizada para diversas finalidades, desde profissionais até entretenimento. Devido a isso, as crianças crescem familiarizadas

com smartphones, tablets, computadores, videogames, entre outros. Sendo assim, a chamada linguagem digital faz parte da vida dessas crianças e são capazes de alterar suas formas de pensamento e de aprendizagem (SANTANA MI, 2021).

A infância é marcada por modificações biológicas e psicossociais que permitem o aperfeiçoamento de domínios motores, afetivo-social e cognitivo que são pontos fundamentais no desenvolvimento das crianças. Aos 24 meses é atingido o ápice de transformação, mielinização e organização sináptica do sistema nervoso central (SNC) que influencia na aprendizagem. (NOBRE, J.N.P, 2021). A produção dos neurotransmissores e das sinapses são diretamente influenciadas pelos circuitos sensoriais como o toque representando prazer e apego, tato e aconchego, luz, sons e olfato. Sendo assim, a exposição às telas e tecnologias não podem substituir o contato da criança com a mãe, pai e familiares que são consideradas as principais fontes destes estímulos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2021)

Estudos demonstraram que o tempo de tela utilizado pelas crianças vem aumentando (BERNARD JY, 2017). A Academia Americana de Pediatria indica um tempo de exposição máximo destas crianças por dia de duas horas, sendo que a convivência destas crianças em ambientes com várias telas, pode incentivá-las ao uso precoce durante a primeira infância (CRISTAKISCA, 2014). O tempo de tela pode ser entendido como o tempo em que esta criança permanece exposta às mesmas, sendo que estas levam a criança a exposição a riscos, para comportamentos sedentários, levando a problemas como a obesidade, problemas de saúde mental e até mesmo elevação da pressão arterial (BENTO, 2016).

Atualmente a alfabetização digital surge antes mesmo do processo tradicional de alfabetização destas crianças, onde elas memorizam cada vez mais com facilidade os gestos, sons e recursos utilizados na tecnologia, assim garantindo uma maior interação entre elas e as telas (SOUSA, 2017).

O uso de smartphones e tablets aumentou nos últimos anos entre as crianças da primeira infância. Um estudo de 2015 mostrou que 96% das crianças de 0 a 4 anos usavam dispositivos em uma sala de espera de um consultório pediátrico. A faixa de onda de luz azul emitida pelo brilho dessas telas pode contribuir para o bloqueio da melatonina aumentando a prevalência das dificuldades para dormir e da qualidade do

sono. Além disso, leva ao aumento da sonolência diurna, problemas de memória e concentração refletindo na diminuição do rendimento escolar. Os sintomas associados como Déficit de atenção e hiperatividade existem devido ao aumento do estresse causados pelos volumes acima do tolerado associados a telas (SBP, 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos utilizados para este estudo e com base neste elaborado há uma percepção de como o uso de telas leva a consequências físicas e psicológicas nos lactentes e pré-escolares. A infância é marcada por fenômenos de desenvolvimentos motores, afetivo-social e cognitivo. Infelizmente nos últimos anos tem se observado que o uso excessivo das telas tem substituído o contato da criança com os seus familiares, sendo que essas são as principais fontes de estímulo para tais mudanças. A luz que é emitida pelas telas facilita o bloqueio da melatonina e interfere na qualidade do sono da criança principalmente com relação ao sono profundo.

Foi observado que o descuido dos cuidadores, aliado ao uso irregular das telas, leva ao desenvolvimento de patologias que preocupam os pediatras. Dentre elas foi citado a obesidade infantil, elevação da pressão arterial, sinais do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e ansiedade. Sendo assim, ressalta-se a importância da orientação quanto ao tempo do uso de telas pelos familiares e profissionais médicos.

4 REFERÊNCIAS

NOBRE, Juliana Nogueira Pontes et al. Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 26, n. 3, Março, 2021 [Acessado 3 Agosto 2021], pp. 1127-1136. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.00602019>.

DEPARTAMENTO CIENTÍFICO DE ADOLESCÊNCIA DA SBP. **Manual de Orientação da SBP: Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital**, 2016.

Nobre JN, Vinolas Prat B, Santos JN, Santos LR, Pereira L, Guedes SD, et al. Quality of interactive media use in early childhood and child development: a multicriteria analysis. J Pediatr (Rio J). 2020;96:310-7.

ABRANTES, Flávia Gava Bandeira; ALMEIDA, Karla Nascimento. **Tecnologias digitais e educação infantil: impactos do uso excessivo na primeira infância**. UNIVALE, 2018.

Hadders-Algra, MijnaInteractive media use and early childhood development☆ ☆ Please cite this article as: Hadders-Algra M. Interactive media use and early childhood development. J Pediatr (Rio J). 2020;96:273-5. ,☆☆ ☆☆ See paper by Nobre et al. in pages 310-7. . Jornal de Pediatria [online]. 2020, v. 96, n. 3 [Acessado 3 Agosto 2021] , pp. 273-275. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jped.2019.05.001>. Epub 29 Jun 2020. ISSN 1678-4782. https://doi.org/10.1016/j.jped.2019.05.001.

DEPARTAMENTO CIENTÍFICO DE ADOLESCÊNCIA DA SBP. **Manual de Orientação da SBP: Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital**, 2016.

Nobre JN, Vinolas Prat B, Santos JN, Santos LR, Pereira L, Guedes SD, et al. Quality of interactive media use in early childhood and child development: a multicriteria analysis. J Pediatr (Rio J). 2020;96:310-7.

ABRANTES, Flávia Gava Bandeira; ALMEIDA, Karla Nascimento. **Tecnologias digitais e educação infantil: impactos do uso excessivo na primeira infância**. UNIVALE, 2018.

CURY, Augusto. O assassinato da Infância. In: Cury, Augusto. **Ansiedade: como enfrentar o mal do século**. São Paulo: Saraiva, 2014. .

Bernard JY, Padmapriya N, Chen B, Cai S, Tan KH, Yap F, Shek L, Chong YS, Gluckman PD, Godfrey KM, Kramer MS, Saw SM. **Predictors of screen viewing time in young Singaporean children**: the GUSTO cohort. *IJBNPA* 2017; 14(1):112.

Bento GG, Silva FC, Gonçalves E, Santos PD, Silva R. **Revisão sistemática sobre nível de atividade física e estado nutricional de crianças brasileiras.** *Revista Salud Pública* 2016; 18(4):630-642.

FERNANDES, Claudia Mascarenhas; EISENSTEIN, Evelyn; SILVA, Eduardo Jorge Custódio. **A criança de 0 a 3 anos e o mundo digital**. Sociedade Brasileira de édiatria, 2020.

SOUSA Maria Marta Silva. **A importância do uso da tecnologia no processo de ensino: aprendizagem na educação infantil na era digital**. Universidade Federal Rural da Amazônia, Novo Repartimento, PA, 2017. Disponível em: Acesso em: 24 de junho de 2020.

Sociedade Brasileira de Pediatria. **Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital**. Manual de Orientação. Departamento de Adolescência. no.1, outubro de 2016. 13p. Acesso em 12 out 2020.

PACIENTES PEDIÁTRICOS FRENTE AOS PRINCIPAIS DESAFIOS IMPOSTOS PELO TDAH

DOS ANJOS,Carla Lucilene Tomalack[58]
LEITE,Laniele Cristina Oliveira[59]
COTLINSKY,Solange Costa[60]

RESUMO: O transtorno de déficit de atenção (TDAH) é uma doença crônica que acomete em maioria crianças do sexo masculino. Possui alta prevalência de comorbidades psiquiátricas, podendo comprometer gravemente o desempenho do paciente pediátrico em vários âmbitos de sua vida.Dessa forma, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica acerca dos principais desafios enfrentados pelos pacientes pediátricos diagnosticados com TDAH. Para tanto, serão realizadas buscas nas literaturas vigentes e em artigos. Os artigos serão buscados em plataformas de grande confiabilidade como scielo e pubmed. Assim, este estudo permitirá uma abordagem ampla das principais adversidades enfrentadas por esse grupo.

Palavras-chave: Transtorno de déficit de atenção**.** TDAH. Transtornos mentais. Pediátrico.

1 INTRODUÇÃO

O TDAH é um conjunto de sinais e sintomas que tipicamente começam a manifestar-se na fase da infância e perdura até a vida adulta desse indivíduo. O paciente portador dessa síndrome, possui um transtorno resultante no déficit de atenção, possuindo dificuldades de manter a atenção, conjuntamente à hiperatividade que é a forma típica. Porém, pode ocorrer do indivíduo possuir de forma isolada apenas uma das características supracitadas. Sendo ela uma doença associada ao desenvolvimento do indivíduo a mesma não possui uma origem traumática ou metabólica, tipicamente ela é de origem genética e possui um espectro que pode ocorrer de forma leve ou até mesmo severa, que resulta em grandes prejuízos na vida escolar, acadêmica e social do portador.

(POLANCZYK,2012)

Estudos demonstram que o sexo masculino é o mais acomentido comparado ao sexo feminino. A criança ou adolescente portador do TDAH necessita de uma maior

[58] Graduanda de medicina, sexto período, do Centro Universitário Campo Real

[59] Graduanda de medicina, sexto período do Centro Universitário Campo Real

[60] Docente do curso de medicina do Centro Universitário Campo Real

atenção, tanto em casa como no ambiente escolar, pois pelo caráter apresentado pode acarretar em um comprometimento clinicamente importante no desenvolvimento pessoal, social e acadêmico do portador (CARVALHO,2012).

2 DESENVOLVIMENTO

Como já foi citado, uma das características que o portador de TDAH possui é a desatenção, isso pode ser notado no paciente pediátrico quando o mesmo, não consegue se atentar em detalhes, possui certa dificuldade continuar atento em algumas atividades lúdicas ou tarefas; não termina seus afazeres tanto do âmbito doméstico quanto escolar; quando se deparam com tarefas que demandam esforço mental geralmente evitam; estímulos alheios lhes distraem facilmente. Quanto à hiperatividade, é possível perceber que a criança possui enorme dificuldade em se manter parado em apenas uma posição por muito tempo, geralmente na escola esse paciente não consegue ficar sentado na sua carteira, não se envolve em atividades mais calmas ou silenciosas, e com frequência possui certa agitação dos pés ou mãos. (REAIS, 2008).

Os problemas psicossociais, como o TDAH tem sido mais identificados ultimamente, isto pode estar associado ao aumento de conhecimento que os profissionais da saúde e da educação vêm adquirindo ao longo dos anos acerca destes distúrbios. Existe uma grande variabilidade na forma e no comportamento individual de crianças que possuem TDAH, embora elas possuam características bem comuns, as crianças portadoras deste transtorno acabam sendo considerada a “ovelha negra” da família por ter comportamentos diferentes dos irmãos e primos da mesma idade.(DESIDERIO,2007).

A criança com TDAH requer uma atenção especial em inúmeros contextos, como na sua casa, na escola e em seu convívio social. O caráter repulsivo que a impulsividade, desatenção e hiperatividade possuem sobre os pais, amigos e até professores sendo, desta forma, importante a intervenção para o problema. Além disso, esses impasses podem acarretar em um comprometimento clinicamente importante para o desempenho no âmbito pessoal, social e acadêmico. (DESIDERIO,2007).

Mais de 5% das crianças em idade escolar irão desenvolver o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, desta forma é correto dizer que ao menos uma criança de uma sala de aula poderá ser afetada. Com relação ao tratamento, a abordagem não medicamentosa está vinculada à educação da criança, da família e dos educadores, por intermédio da explicação da natureza do problema e sua provável evolução. Paralelo a isso, é de grande importância o suporte social, acesso à informações fidedignas e até mesmo acompanhamento psicológico familiar, visto que, esta realidade afeta a todos. Uma maior aproximação entre a escola e os pais torna-se necessária, pois, deverá ser feito adequações no âmbito escolar, sendo, atenção especial e assistência na sala de aula, algumas das intervenções possíveis de serem realizadas. (MONTEIRO, 2012).

Existem variadas formas de intervenções no âmbito educacional para crianças portadoras do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade e que por conseguinte venham a apresentar distúrbios de aprendizagem, essas mudanças incluem alterações no local de assento dentro da sala de aula e terapias para modificar o comportamento da criança, estes programas podem ser alternados no nível de intensidade conforme o grau de dificuldade do aluno. A disponibilidade de serviços especializados focados em crianças com TDAH ainda é escassa, desta forma, esses aprendizes geralmente são educados em sala de ensino comuns.
(GOMES, 1999).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, fica explícito que atualmente, apesar dos estudos em relação ao assunto abordado estarem evoluindo, os pacientes pediátricos portadores de TDAH, ainda são pré-julgados pela sociedade em si devido às dificuldades que o paciente enfrenta, associadas ao transtorno. É notório que, sem tratamento, essa criança poderá sofrer inúmeros déficits em sua socialização e educação, isso porque os sintomas apresentados ainda são estigmatizados pelos leigos no assunto. Desta forma, é de suma importância que, apesar de ser um grande desafio, essa criança seja diagnosticada o quanto antes, para que se inicie o tratamento, além da educação familiar acerca do problema e as melhores condutas a serem seguidas. Além disso é importante salientar que, o tratamento desta doença crônica é multiprofissional,sendo

indispensável a compreensão das ações tomadas por esses profissionais em relação a esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

DESIDERIO, Rosimeire C. S.; MIYAZAKI, Maria Cristina de O. S.. Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade (TDAH): orientações para a família. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas , v. 11, n. 1, p. 165-176, jun. 2007.

PEIXOTO, Ana Lúcia Balbino; RODRIGUES, Maria Margarida Pereira. Diagnóstico e tratamento de TDAH em crianças escolares, segundo profissionais da saúde mental. **Aletheia**, Canoas , n. 28, p. 91-103, dez. 2008.

GOMES, M. & VILANOVA, L.C.P. Transtorno de Déficit de Atenção-Hiperatividade na Criança e no Adolescente: Diagnóstico e Tratamento**. Rev.Neurociências** 7(3): 140-144, 1999.

POLANCZYK, Guilherme V. et al. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: Uma perspectiva científica.** Clinics, v. 67, n. 10, p. 1125-1126, 2012.

DE CARVALHO, Jair Antonio et al. **TDAH: Considerações sobre o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade.** Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v. 5, n. 3, 2012.

RELATO DE CASO: ESTENOSE HIPERTRÓFICA DE PILORO EM PEDIATRIA

GODOFREDO, Iara[61]
WIELICZKO, Leticia Gabrielli[62]
ZANINI, Waniellem[63]
COTLINSKY, Solange Cristina Costa[4]

RESUMO: O presente relato apresenta um caso de Estenose Hipertrófica do Piloro (EHP) que é caracterizada pela hipertrofia progressiva da musculatura pilórica, causando alongamento e estreitamento persistentes do canal pilórico. Durante o período neonatal, a EHP representa a principal causa de obstrução gastrointestinal superior e de vômitos não biliosos no lactente. O diagnóstico muitas vezes é clínico através da palpação de uma massa, decorrente da hipertrofia dos músculos do piloro. O tratamento da EHP é cirúrgico através da piloromiotomia de Fredet-Ramstedt.

Palavras-chave: Estenose Hipertrófica do Piloro. Pediatria. Vômitos.

1 INTRODUÇÃO

A estenose hipertrófica do piloro (EHP) consiste em uma apresentação atípica da musculatura do piloro, causada por uma hipertrofia e que gera obstáculos ao esvaziamento gástrico. A sintomatologia típica começa geralmente na terceira semana de vida, com predomínio de vômitos não-bilosos em jato, cuja frequência aumenta progressivamente . Quando o diagnóstico é tardio, há dilatação gástrica, edema e irritação da mucosa gástrica, responsáveis por eventuais ulcerações e sangramentos. O melhor tratamento é o cirúrgico, realizando uma piloromiotomia de Fredet Ramstedt.

O presente relato de caso apresenta um paciente do sexo masculino com vômitos não-bilosos no seu terceiro mês de vida. Inicialmente foi diagnosticado com refluxo, fazendo uso de Domperidona e Sucrafilm, porém sem melhora. Realizou-se uma ultrassonografia abdominal total e a partir deste exame foi concluído o diagnóstico de EHP. O paciente foi submetido a piloromiotomia e apresentou boa evolução pós-cirurgia.

[61] Acadêmica de Medicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[62] Acadêmica de Medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[63] Acadêmica de Medicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[4] Médica pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná (FEMPAR) e Pediatra pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

2 RELATO DE CASO

Paciente lactente, sexo masculino, nascido em 26/11/2020, via parto vaginal com 40 semanas de gestação, realiza primeira consulta de puericultura no dia 10/12/2020 por enfermeiro da estratégia de saude da familia. Apgar 8 no primeiro minuto e 9 no quinto minuto, peso, altura e perímetro cefálico adequados para idade gestacional, teste do olhinho, coraçãozinho e orelhinha sem alterações.

Mãe relatou que houve fratura da clavícula direita no momento do parto, paciente encontra-se com o membro superior direito imobilizado desde o nascimento. Mãe relata alimentação por leite materno somado a suplementação com “Aptamil 1”. Outros sistemas sem particularidades, orientações quanto a pega correta, esgotamento do leite das mamas e aumento da frequência da amamentação até tornar-se exclusiva. Foi encaminhado para o pediatra da rede para avaliação da fratura e encaminhamento adequado. No dia 15/12/2020, em consulta com o pediatra, foi feito orientações sobre o aleitamento materno, prescrição de vit A e D, retorno à puericultura e encaminhamento ao ortopedista.

Na consulta com o ortopedista, após 45 dias do nascimento, foi solicitado uma radiografia para avaliação da fratura, o médico relata que a mobilidade de membro superior direita foi preservada.

No dia 08/02/2021, a mãe retorna a consulta com diagnóstico de Refluxo Gastroesofágico (RGE) prévio por outro médico, já em uso de domperidona e sucrafilm, porém a principal queixa era a persistência dos vômitos.

Exame físico: desnutrido, depletado, hipoativo e reativo. Alças intestinais visíveis, pele enrugada e face com dermatite. Encontrado alteração de frênulo lingual. Foi realizado hidratação venosa e solicitado ecografia de abdome total, além do retorno o mais rápido possível para análise dos exames.

No mesmo dia, a mãe voltou à unidade com o laudo de USG abdome total com conclusões de sinais ecográficos de hipertrofia do piloro, chegando ao diagnóstico de estenose hipertrófica do piloro. O paciente foi encaminhado para internação no hospital e submetido a cirurgia de Piloromiotomia a Fredet-Ramstedt no dia 11/02/2021. Paciente apresentou boa evolução com melhora dos sintomas nas demais consultas de rotina.

2.1 DISCUSSÃO

A Estenose Hipertrófica de Piloro (EHP) é caracterizada como uma obstrução, quase em sua totalidade, do canal pilórico, canal que liga o estômago ao duodeno, devido a hipertrofia progressiva da musculatura pilórica, causando o estreitamento e alongamento deste canal. A etiologia desta patologia ainda permanece desconhecida, contudo, acredita-se que há relação com a deficiência da produção de óxido nítrico, que seria uma substância relaxadora da musculatura lisa do trato gastrointestinal e uma maior atividade neural local, resultando em uma alteração no ciclo do dor-espasmo-dor, obstrução e hipertrofia pilórica; fatores ainda em estudo (FIGUEIREDO, 2003; KLIEGMAN, 2011).

Epidemiologicamente, esta afecção tem maior incidência no sexo masculino (4:1), é comum em lactentes abaixo de 4 meses de idade (<12 semanas), sendo este o período que é diagnosticada, há uma predileção por primogênitos e por filhos de pais que também tiveram a EHP. Para diagnóstico clínico, observa-se no caso do paciente, o sintoma clássico de êmese volumosa, não-biliosa, em jato ou não, ocorrendo após alimentação, somados aos achados no exame físico, que consiste na palpação da “oliva hipertrófica”, local onde a musculatura pilórica desvia ântero-medial ao rim esquerdo e adjacente à vesícula biliar devido ao seu estreitamento e alongamento, além de distensão gástrica somado a hiperperistalse gástrica (FIGUEIREDO, 2003; RODRIGUES, 2014).

Quando palpada a “oliva hipertrófica” considera-se diagnóstico fechado para EHP, não necessitando de exames adicionais, contudo, se não palpável, pode-se utilizar radiografia e ultrassonografia para auxílio e diagnósticos diferenciais. A ultrassonografia que foi solicitada pela médica do caso, é o método de escolha para confirmação diagnóstica, onde visualiza-se a espessura (3-4 mm), diâmetro (10-14 mm) e comprimento (15-19 mm) do piloro, sinal do alvo (musculatura hipertrofiada), sinal do duplo trilho e cordão (retenção de líquido nas dobras gástricas), entre outros sinais e achados (RODRIGUES, 2014; KLIEGMAN, 2011).

Como diagnósticos diferenciais do caso, encontram-se principalmente os quais foram apontados pela médica que consultou o paciente, que seria alergia à proteína do leite da vaca (APLV) e refluxo gastroesofágico (RGE), podendo ser descartados por exames físico e/ou laboratoriais, e como diagnóstico complementar à EHP, foi identificada a anquilogossia por exame físico. Previamente ao tratamento definitivo da doença, deve-se realizar correção dos distúrbios hidroeletrolíticos

(alcalose metabólica hipoclorêmica e hipocalemia compensatória), que ocorrem devido aos episódios de vômito. E como padrão ouro de tratamento para a EHP, o qual foi realizado neste caso, é a piloromiotomia de Fredet Ramstedt, que consiste em excisão longitudinal extramucosa do músculo pilórico, realizada por meio da incisão abdominal (RODRIGUES, 2014; KLIEGMAN, 2011).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estenose Hipertrófica de Piloro é uma afecção cirúrgica frequente na pediatria. O diagnóstico pode ser efetuado por meio achados na anamnese e no exame físico que atente para sinais como desidratação e perda de peso associados à vômitos em jato não biliosos após as mamadas, que podem levar à perda ponderal. A precocidade de tal diagnóstico determina um tratamento em tempo hábil a fim de que haja adequada prevenção do desenvolvimento de complicações clínicas que porventura possam se instalar.

4 REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Sizenildo da Silva et al. **Estenose hipertrófica do piloro: caracterização clínica, radiológica e ecográfica.** Radiologia Brasileira [online]. 2003, v. 36, n. 2, pp. 111-116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-39842003000200010>.

KLIEGMAN, Stanton, St Geme. SECHOR, Behrman Nelson. Tratado de Pediatria. 19 edição. Editora Elsevier, 2011.

RODRIGUES, Francisco Higor Ribeiro et al. **Estenose hipertrófica de piloro: artigo de revisão.** Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research - BJSCR. v.6, n.3, pp.57-59 (Mar 2014 – Mai 2014). Disponível em <https://www.mastereditora.com.br/periodico/20140501_180918.pdf>.

RELATO DE CASO: HIPERBILIRRUBINEMIA INDIRETA E INCOMPATIBILIDADE ABO EM RECÉM-NASCIDO

HOFMANN, Eduarda Caroline[64]
RECCO, Giuliana Chaves[65]
COTLINSKY, Solange Costa[66]
LACERDA, Leticia Domingos de[4]

RESUMO: O presente projeto tem como objetivo analisar um relato de caso acerca da hiperbilirrubinemia indireta em um recém-nascido de incompatibilidade ABO com a mãe. A metodologia utilizada foi baseada em um relato de caso. Além disso, foi relatado manifestações clínicas da icterícia, possíveis causas e importância do exame físico detalhado e exames laboratoriais para realizar a conduta terapêutica correta em neonatos com hiperbilirrubinemia.

Palavras-chave: Icterícia Neonatal. Hiperbilirrubinemia Indireta. Recém-nascido. Incompatibilidade ABO.

1 INTRODUÇÃO

A icterícia neonatal, manifestação comum no período neonatal, define-se como a coloração amarelada da pele e mucosas devido a hiperbilirrubinemia total (maior que 5mg/dL), em decorrência do aumento das frações de bilirrubina direta e/ou indireta (maior que 1,5mg/dL). Apesar de benigna na maioria das vezes, em concentrações elevadas a bilirrubina se torna tóxica, capaz de agravar rapidamente para um quadro clínico mais crítico e até mesmo com sequelas neurológicas permanentes, antigamente conhecida como kernicterus, atualmente é denominada encefalopatia bilirubínica (LOPES, 2017). A icterícia pode ser classificada como hiperbilirrubinemia indireta, podendo ser esta, fisiológica ou patológica, e também direta (menos comum).

A icterícia indireta fisiológica, trata-se de um quadro comum, benigno e autolimitado, que pode acontecer em 60 a 80% dos recém nascidos devido a uma adaptação do neonato ao metabolismo da bilirrubina. Já a icterícia indireta patológica, pode apresentar diversas causas, como: sobrecarga de bilirrubina ao hepatócito, doenças hemolíticas, causas adquiridas e deficiência ou inibição da conjugação da bilirrubina. Ainda, alguns fatores de risco podem ser associados aos casos de

[64] Acadêmica de Medicina, sexto período, do Centro Universitário Campo Real
[65] Acadêmica de Medicina, sexto período, do Centro Universitário Campo Real.
[66] Orientadora, Médica Pediatra.
[4] Orientadora, Médica Pediatra.

bilirrubinemia indireta, sendo eles: mãe de tipagem O, e/ou Rh negativo, irmão prévio que apresentou icterícia, mãe diabética, sexo masculino, baixo aporte de leite materno na primeira semana de vida, baixo peso e prematuro. Entretanto, o maior fator de risco apresenta-se como o surgimento de icterícia dentro das primeiras 24 horas de vida (LOPES, 2017).

Ademais, a hiperbilirrubinemia direta (menos comum), pode ser causada por distúrbios hepáticos ou doenças sistêmicas potencialmente graves. A investigação da etiologia da hiperbilirrubinemia, deve ser avaliada a partir do exame físico detalhado do recém nascido, associado a exames laboratoriais e também por dosagem de bilirrubina sérica ou transcutânea, dependendo do caso (DRAQUE, 2011).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo elucidar a importância da identificação das alterações da icterícia durante o período neonatal, suas causas e a correto tratamento do caso.

2 RELATO DE CASO

Recém-nascido no dia 15/06/21, sexo feminino, apresentou quadro de icterícia neonatal precoce no dia 16/06/21, com 24 horas de vida, nascida a termo, ausência de complicações no parto. Ao realizar a anamnese com os familiares foi relatado que a RN apresenta histórico familiar positivo visto que seu irmão de 5 anos fez icterícia neonatal e teve como conduta fototerapia por 5 dias, sabe-se que a mãe é O+ e ambos os filhos são A+ levando a hipótese diagnóstica de incompatibilidade ABO.

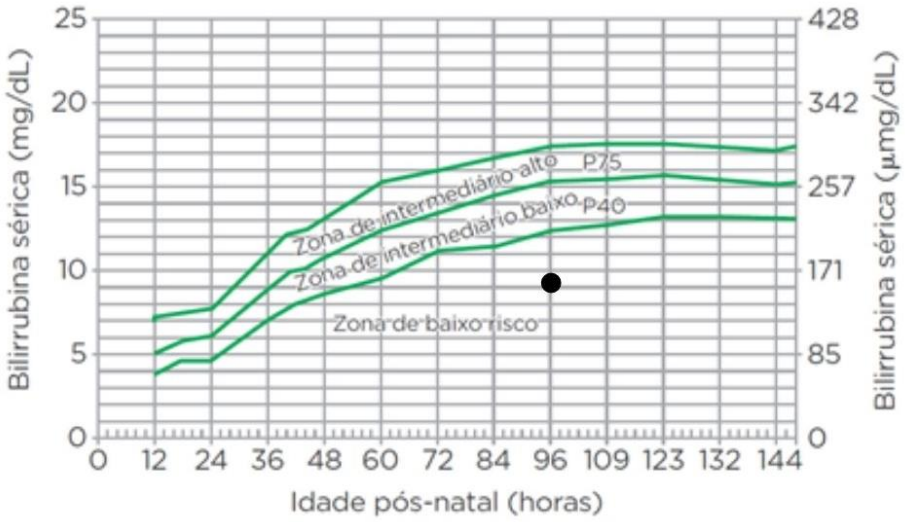
Ao exame físico de admissão a paciente apresentava icterícia zona 4, pressão arterial e temperatura em valores normais. Foram solicitados exames complementares que resultaram em bilirrubina total de 12mg/dL e reticulócitos 16,5%. Além disso, foram realizados testes de triagem neonatal que se apresentam normais.

Já na Maternidade Mater Dei Guarapuava-PR foi encaminhada ao internamento dia 17/06/2021 e a fototerapia contínua com proteção ocular onde permaneceu por três dias.

No segundo dia de internamento, dia 18/06/2021, a bilirrubina total estava em 11,54mg/dL e reticulócitos em 16,4% mantendo-se ictérico. Durante o exame físico a paciente apresentou sinais vitais normais, ganho de peso (2780 gramas) e sucção adequada durante a amamentação. Desta forma, ao ser colocado os valores de BT

conforme as horas de vida no normograma de Brutani foi mantida a conduta com fototerapia contínua.

Dia 19/06/2021 os exames complementares demonstram diminuição da bilirrubina para 9,19mg/dl e reticulócitos para 14,1%. Apresentou exames vitais normais, ganho de peso (2800 gramas) e boa sucção. Ao analisar os valores da bilirrubina conforme as horas de vida da RN no normograma de Bhutani tem como resultado zona de baixo risco.



Fonte: Adaptação Sociedade Brasileira de Pediatria, 4ª edição, Barueri, SP: Manole,2017.

Conforme esta redução e melhora do quadro a paciente recebeu previsão de alta para o próximo dia. Assim, dia 20/06/2021 as 17 horas deixou a maternidade em bom estado geral anictérica com retorno ambulatorial agendado para dia 22/06/2021.

No retorno foram solicitados exames de controle que apresentaram bilirrubina total de 11,49%, reticulócitos 2,7% e coombs direto negativo. Na consulta a paciente apresenta no exame físico BEG, icterícia zona quatro, ativa, ausência de VCM, fezes de transição, ganho de peso de 115 gramas tendo 2925 gramas na consulta.

2.1 DISCUSSÃO

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria a hiperbilirrubinemia indireta geralmente se manifesta com valores de BT superiores a 5mg/dl. Quando esta ocorre em até 24 horas após o nascimento é considerada icterícia neonatal precoce patológica.

Neste caso, pelo aumento de reticulócitos e BT tem como hipótese diagnóstica a sobrecarga de bilirrubina ao hepatócito por incompatibilidade ABO. Este diagnóstico se reforça devido ao histórico familiar positivo coletado na anamnese. A imaturidade hepática do RN leva a sobrecarga de bilirrubina, menor capacidade de captação, conjugação e excreção hepática associando a hemólise leva ao quadro clínico da paciente.

Neste caso o recém-nascido apresentava icterícia em zona 4, ou seja, havia o acumulo de bilirrubina na esclera e pele até os tornozelos e antebraço. Assim, seguindo os protocolos da Sociedade Brasileira de Pediatria a conduta adequada seria a fototerapia contínua, com alta a paciente apenas quando os exames apresentassem queda da BT levando a zona de baixo risco e bom estado geral. Tal conduta foi realizada pelos profissionais direcionando ao bom prognóstico do paciente.

3 CONCLUSÃO

A icterícia neonatal representa um problema frequente em neonatologia que pode ter uma evolução benigna, como na maioria dos casos, ou evoluir a quadros clínicos relacionados principalmente a encefalopatias. Assim, o exame físico torna-se fundamental para avaliação do paciente pelo pediatra levando a condutas como internamento para fototerapia que diminuem os riscos de complicações e levam a evolução positiva do quadro clínico avaliado pelos níveis de BT e reticulócitos encaminhando para alta hospitalar.

4 REFERÊNCIAS

LOPES FA, CAMPOS JR. D. **Tratado de pediatria: Sociedade Brasileira de Pediatria** / [organizadores Dennis Alexander Rabelo Burns... [et al.]]. -- 4. ed. -- Barueri, SP: Manole, 2017.

DRAQUE CM, SAÑUDO A, DE ARAUJO PERES C, DE ALMEIDA MF. **Bilirrubina transcutânea em recém-nascidos a termo saudáveis amamentados exclusivamente com leite materno até 12 dias de vida.** Pediatria. 2011;128:e565-71.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção à saúde do recém-nascido: guia para**

os profissionais de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

RELATO DE CASO: SÍNDROME INFLAMATÓRIA MULTISSISTÊMICA PÓS COVID-19 EM PEDIATRIA

WIELICZKO, Letícia Gabrielli[67]
ZBIERSKI, Millena de Lima[68]
LACERDA, Letícia Domingos de[69]

RESUMO: Recentemente, diversos estudos estão trazendo relatos sobre uma manifestação grave e aguda após a infecção pelo COVID-19, em crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade, a Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), que se caracteriza resumidamente por provas inflamatórias elevadas e acometimento de 2 ou mais sistemas. No presente trabalho, foi descrito um relato de caso sobre uma lactente, de 1 ano e 8 meses, que apresentou todos os critérios para SIM-P, e teve um desfecho favorável de seu quadro. A importância de abordar esse tema, se deve à SIM-P ser uma condição recém-documentada, ajudando a melhor compreendê-la.

Palavras-chave: Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica. Infecção por SARS-Cov-2. Pediatria.

1 INTRODUÇÃO

A COVID-19, doença causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV 2), que em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia, apresenta, em sua maioria, sintomatologia de leve a moderados sintomas gripais e sintomas mais graves somados a alta mortalidade, na população de risco que engloba idosos, imunodeprimidos, diabéticos, cardiopatas e hipertensos (XAVIER, 2020).

Sabe-se que há comprovação estatística de que na pediatria, a maior incidência de casos após a infecção pelo SARS-CoV 2 é de sintomatologia leve ou até mesmo assintomática. Contudo, recentemente, foram descritos na literatura, casos de crianças e adolescentes que, em média 2 semanas após testarem positivo para o SARS-CoV 2, evoluíram com uma síndrome inflamatória aguda e grave pós infecciosa, sendo esta denominada Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) associada à COVID-19, levando a disfunção de múltiplos sistemas e provas inflamatórias elevadas (SBP, 2020).

---

[67] Acadêmica de Medicina, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[68] Acadêmica de Medicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[69] Médica pela Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná (FEMPAR) e Pediatra pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica, como o próprio nome explicita, consiste em uma doença multissistêmica que acomete pelo menos dois órgãos e sistemas, podendo ser cardíaco, renal, respiratório, hematológico, dermatológico ou neurológico. A clínica desta doença, assemelha-se a síndrome de Kawasaki, síndrome de ativação macrofágica e síndrome do choque tóxico, sendo estes seus diagnósticos diferenciais (SBP, 2020).

2 RELATO DE CASO

Lactente, 1 ano e 8 meses, sexo feminino, apresentou quadro febril com temperatura aferida em 39ºC de inicio na sexta-feira (07/05/2021), sendo solicitado um exame parcial de urina sem anormalidades, com início de tratamento sintomático com dipirona e paracetamol sob orientação médica pediátrica. O quadro de febre prolongada que não cessava com medicação, somado ao aparecimento de petéquias difusas no corpo da criança, resultou em uma consulta com a pediatra da paciente na terça-feira (11/05/2021), onde foram solicitados exames laboratoriais para avaliação, que em sua maioria estavam dentro dos valores de referência, apenas com um leve aumento da velocidade de hemossedimentação (VHS) de 30mm (VR: 0 a 20 mm) e aumento de linfócitos típicos de 4.455/mm³ (VR: 900 a 3.900/mm³), sendo solicitada também uma testagem de RT-PCR para SARS-CoV-2 COVID-19, com resultado negativo.

No dia 12/05, a febre persistiu mesmo com medicamento a cada 3 horas, cursando também com vômitos, e então o quadro evoluiu com piora considerável de estado geral apresentando hiporexia, adinamia, prostração exacerbada e a criança referiu dores abdominais, motivo que levou a realização de uma ultrassonografia de abdome total, porém o exame retornou sem alterações. Ainda neste dia, criança foi internada com indício de desidratação para reposição de líquidos com soro fisiológico e medicação intravenosa combinando um antiemético (ondansetrona) e um antitérmico (dipirona), o que resultou em uma melhora de estado geral e não foi necessário o pernoite na internação. A alta seguiu-se com orientação de medicação domiciliar de Azitromicina 900 mg com dosagem de 2,7 ml uma vez ao dia por 5 dias, Nitazoxanida pediátrico com dosagem de 4 ml de 12 em 12 horas por 3 dias e Imunoflan xarope com dosagem de 2 ml uma vez ao dia por 30 dias.

Mesmo após essa melhora no quadro e o início dos medicamentos, no dia 13/05, o quadro voltou a apresentar complicações, dessa forma os exames laboratoriais foram repetidos incluindo uma série de testagens sorológicas, para exclusão de possíveis diagnósticos diferenciais do caso (Mononucleose IgM e IgG, Rubéola IgM e IgG, Citomegalovírus IgM e IgG) com resultados não reagentes para infecção ativa (IgM), além de um aumento dos segmentados com 10.336/mm³ (VR: 1.500 a 8.500/mm³), aumento no VSH de 75mm (VR: 0 a 20mm), aumento na proteína C reativa com 48 mg/L (VR: inferior a 6 mg/L), aumento no D-dímero com 2.773 ng FEU/mL (VR: inferior a 500 ng FEU/mL) e aumento no fibrinogênio com 547 mg/dL (VR: 200 a 393 mg/dL). Devido aos resultados, foi tomada a medida de início de um tratamento combinando o anticoagulante Enoxaparina (Clexane 10 mg ao dia por 4 dias) e corticóide (Prednisolona gotas 2mg/kg/dia por 5 dias). Houve boa evolução do quadro com melhora clínica e laboratorial (normalização dos exames após 5 dias). A criança atualmente está saudável, sem sequelas e não está em uso de nenhuma medicação.

2.1 DISCUSSÃO

De acordo com critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela OMS, a paciente do caso se enquadra no diagnóstico da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica potencialmente associada a COVID-19, uma vez que possui os critérios diagnósticos para a mesma, sendo eles descritos na Tabela 1.

Tabela 1: Critérios diagnósticos para Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica potencialmente associada a COVID-19.

	Caso que foi hospitalizado ou óbito com:
	• Presença de febre elevada (considerar o mínimo de 38,0° C) e persistente (≥ 3 dias) em crianças e adolescentes de 0 a 19 anos.
E	• Pelo menos dois dos seguintes sinais e sintomas: -Conjuntivite não purulenta ou erupção cutânea bilateral ou sinais de inflamação muco cutânea (oral, mãos e pés); - Hipotensão arterial ou choque; -Manifestação de disfunção miocárdica, valvulite ou anormalidades coronárias (incluindo achados do ecocardiograma ou elevação de Troponina/NT-proBNP); -Evidência de Coagulopatia (por TP, TTPa, D-dímero elevados); -Manifestações gastrointestinais agudas (diarréia, vômito ou dor abdominal).

E	• Marcadores inflamatórios elevados, VHS, PCR ou procalcitonina, entre outros.
E	• Afastadas quaisquer outras causas de origem infecciosa óbvia de inflamação, incluindo sepse bacteriana, síndrome de choque estafilocócica, ou estreptocócica.
E	• Evidência de COVID-19 (biologia molecular, teste antigênico ou sorológico positivos) ou história de contato com caso de COVID-19.

Fonte: Adaptado pelo Ministério da Saúde, com base na definição de caso da OPAS/OMS, validada pela Sociedade Brasileira de Pediatria, Sociedade Brasileira de Cardiologia e Instituto Evandro Chagas (SBP, 2020).

O quadro apresentado no presente artigo, é descrito como Síndrome Inflamatória Pós-COVID pois enquadra-se em sua totalidade nos critérios de definição desta síndrome, tendo a presença da febre persistente (39ºC por cerca de 8 dias), sinais mucocutâneos (petéquias), evidência de coagulopatia (aumento no D-dímero), manifestações gastrointestinais agudas (vômitos e dor abdominal), marcadores inflamatórios elevados (aumento de PCR e VHS), além de serem afastadas outras causas e a criança teve contato com o pai que positivou para COVID-19 há 20 dias dos primeiros sintomas dela.

Existem algumas possibilidades para explicar o possível motivo de um resultado negativo do teste da paciente, sendo elas, a sensibilidade e especificidade do teste RT-PCR, segundo estudos, não ser de 100%, variando conforme a empresa produtora, podendo ter a chance de ter ocorrido um falso negativo (BRASIL, 2020), além disso, o teste pode ter sido realizado fora da janela de detecção do material genético do vírus (RNA viral), tendo uma fase específica para ser realizado entre 4 a 21 dias do início dos sintomas de infecção por COVID-19, sendo realizado antes do prazo e resultando também em falso negativo. O ideal neste cenário seria realizar um teste sorológico (IgM e IgG), que identifica se ocorreu o contágio da criança com o vírus, pois ele detecta anticorpos específicos contra a COVID-19 produzidos em resposta à infecção viral e deve ser realizado 14 dias após uma possível infecção. Contudo, a mãe optou por não realizar o exame, o que possibilitou apenas o diagnóstico clínico-epidemiológico pelos sinais e sintomas descritos somados fortemente ao contexto de pandemia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infecção por COVID 19 trata-se de uma doença que surgiu recentemente, dessa forma há poucas evidências científicas de sua fisiopatologia comprovadas, existindo diversos mecanismos que tentam elucidar suas variadas manifestações clínicas e suas diferentes formas de tratamento dos sintomas e complicações adjacentes. Na pediatria é observada em inúmeros relatos a associação da doença com a ocorrência de síndrome inflamatória multissistêmica, portanto são necessários novos estudos direcionados para esclarecer tanto a respeito da nova doença, o COVID 19 e suas manifestações em crianças, quanto da associação das duas condições patológicas abordadas nesse relato, visando facilitar o diagnóstico de maneira precoce e estipular um tratamento efetivo e comprovado cientificamente que alcance com êxito o manejo da doença e suas repercussões.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acurácia dos testes diagnósticos registrados na ANVISA para a COVID-19.** Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde – DGITS/SCTIE. Maio, 2020. Disponível em <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/June/02/AcuraciaDiagnostico-COVID19-atualizacaoC.pdf>.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Infectologia, de Reumatologia, de Cardiologia, de Terapia Intensiva, e de Emergência: Nota de alerta. **Notificação obrigatória no Ministério da Saúde dos casos de síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica (SIM-P) potencialmente associada à COVID-19**. Rio de Janeiro: SBP; 2020 [publicado em Ago 2020]. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22682b-NA_-_NotificacaoObrigatoria_no_MS_dos_SIM-Covid19.pdf >.

XAVIER, Analucia R. et al. **COVID-19: clinical and laboratory manifestations in novel coronavirus infection**. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial [online]. 2020, v. 56 [Acessado 14 Junho 2021] , e3232020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1676-2444.20200049 >.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR NO PERÍODO DE 2010 A 2019

FRANCESCHINI, Ana Claudia Ilivinski[70]
HASEGAWA, Julia[71]
DE LACERDA, Letícia Domingos[72]

RESUMO: A mortalidade infantil representa um problema de saúde pública mundial, além de ser um indicador de desenvolvimento. O objetivo da pesquisa é revelar a taxa de mortalidade infantil atualizada do município de Guarapuava de 2010 a 2019, e estabelecer um comparativo entre este, o estado do Paraná e o Brasil. Trata-se de um estudo descritivo transversal, retrospectivo realizado através da coleta de dados do DATASUS e pelo Sistema de Informações de Mortalidade, sendo analisada por tabelas criadas no Microsoft Excel.

Palavras-chave: Mortalidades Infantil; Pediatria; Estatísticas Vitais.

1 INTRODUÇÃO

A mortalidade infantil (óbito em crianças com menos de um ano de vida), é um sério problema de saúde pública mundial. Apesar de grandes movimentos já terem surgido como forma de tentar estimular a sua redução, essa questão ainda é um desafio para os serviços de saúde e para a sociedade como um todo. (BRASIL, 2019b) Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) é conceituada como o “número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico”. A taxa é calculada, de acordo com o Ministério da Saúde, por meio da seguinte fórmula: (número de óbitos de residentes com menos de um ano de idade / número total de nascidos vivos de mães residentes) x 1.000. (BRASIL, 2009)

A TMI, portanto, estima o risco que os nascidos vivos têm de morrer durante seu primeiro ano de vida e é considerada como importante indicador do nível de desenvolvimento social, econômico e de infraestrutura de um país. Dessa forma, altas taxas refletem, de maneira geral, níveis precários de saúde e fragilidades em relação às condições de vida e ao desenvolvimento socioeconômico de uma população. (BRASIL, 2019a) (DATASUS, 2021) Com base nessa análise, torna-se possível o planejamento e execução de políticas e ações mais efetivas, voltados para a melhora da atenção à saúde, com base em dados concretos. (BRASIL, 2009) (BRASIL, 2019b)

---

[70] Acadêmica do curso de Medicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[71] Acadêmica do curso de Medicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[72] Médica pediatra (medicina FEMPAR e pediatria HC UFPR).

Pela análise das causas de morte, sabe-se que as causas evitáveis são responsáveis por mais da metade dos óbitos, ou seja, aquelas que se enquadram como sendo preveníveis por meio de ações efetivas de saúde do SUS, como ações de imunização, adequada atenção à mulher na gestação e no parto, adequada atenção ao recém-nascido e ações de diagnóstico e tratamento. (BRASIL, 2019b)

A alta ocorrência de mortalidade infantil nos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, é preocupante, principalmente pelo fato de grande parte desses óbitos serem evitáveis. O estudo da TMI na cidade de Guarapuava justifica-se como forma de buscar entender como o município está situado nesse quadro, principalmente pelo fato de haver uma escassez de estudos publicados sobre esse tema no município. Portanto, este trabalho tem com objetivo estabelecer a TMI nos últimos 10 anos no município de Guarapuava, analisar outros dados relevantes da mortalidade infantil (como classificação do período do óbito e do sexo da criança), além de realizar uma comparação com os dados encontrados do estado do Paraná e Brasil com informações presentem em literatura especializada sobre o assunto.

2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo descritivo, transversal e retrospectivo sobre a mortalidade infantil entre os anos de 2010 a 2019 no município de Guarapuava, com o intuito de realizar análises e comparativos da TMI entre a cidade, o estado do Paraná e o Brasil durante o período. Foi realizado o cálculo da TMI, além do cálculo dos percentuais de acordo com a classificação nas categorias neonatal precoce (0 a 6 dias), neonatal tardio (7 a 27 dias) e pós-neonatal (28 a 364 dias), e por sexo. Também foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos da plataforma Scielo e de manuais e boletins emitidos pelo Ministério da Saúde.

As TMIs calculadas da cidade de Guarapuava, do estado do Paraná e do Brasil, para o período de 2010 a 2019, estão contidas na Tabela 1. Observa-se que a TMI em Guarapuava entre os anos de 2010 e 2017 revelam-se acima das taxas do Paraná, enquanto nos anos de 2018 e 2019, as mesmas foram inferiores ao apresentado no estado. Em contrapartida, a partir do ano de 2016 pode-se observar que as taxas de Guarapuava apresentam-se menores que as nacionais. Isso demonstra uma maior eficiência do município no objetivo de redução da TMI, possivelmente pela adoção de melhores políticas de saúde.

Tabela 1 - TMI de Guarapuava, do Paraná e do Brasil - 2010 a 2019

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Guarapuava	17,88	19,06	19,38	12,88	13,68	13,40	12,64	11,73	9,47	8,96
Paraná	12,10	11,65	11,67	10,96	11,20	10,92	10,51	10,35	10,32	10,31
Brasil	13,93	13,63	13,46	13,41	12,90	12,43	12,71	12,39	12,17	12,38

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados de Tabnet (2010 a 2019)

Quanto à classificação nos componentes neonatal precoce (NP), neonatal tardio (NT) e pós-neonatal (PN), dados coletados e analisados por diversas fontes apontam que o componente neonatal precoce representa mais de 50% dos óbitos infantis. (BRASIL, 2019a) (BRASIL, 2019b)

O processamento dos dados de mortalidade de Guarapuava demonstra que, nos anos de 2010 a 2014, e 2016 houve uma progressiva redução das mortes no período NP, embora o mesmo fosse responsável por mais da metade dos óbitos. Já em 2015, o NP caiu para menos de 50%, tendência que se manteve nos anos de 2017 a 2019 conforme a Tabela 2. Já o estado do Paraná segue a tendência de mais de 50% dos óbitos serem referentes ao NP em todos os anos.

Pode-se inferir que a maior incidência de mortalidade no período neonatal precoce está diretamente relacionada com as principais causas de óbito registradas, sendo que as “afecções originárias no período neonatal”, como “feto e recém-nascido afetados por fatores maternos e por complicações na gravidez, do trabalho de parto e do parto” (CID-10, capítulo XVI, P093) e “transtornos respiratórios e cardiovasculares específicos do período neonatal” (CID-10, capítulo XVI, P096) são apresentadas como as mais prevalentes.

Apesar dos dados do presente trabalho não serem suficientes para concluir o motivo das taxas do município divergirem do padrão do país e do estado, dados na bibliografia sugerem que a tendência da mortalidade pós-natal ainda persistir, mesmo em regiões com melhor nível socioeconômico do país, ocorre devido a maioria das causas serem potencialmente evitáveis e relacionadas à doenças infecciosas e desnutrição. (BRASIL,2009)

Tabela 2 - Porcentagem da mortalidade de acordo com faixa etária (2010-2019)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019

	Neon. precoce	61%	61%	57%	56%	55%	40%	56%	46%	48%	44%
Guarapuava	Neon. tardio	14%	17%	25%	25%	15%	35%	8%	31%	21%	22%
	Pós-neon.	24%	22%	19%	19%	30%	25%	36%	23%	31%	33%
	Neon. precoce	56%	52%	53%	52%	54%	54%	51%	53%	54%	53%
Paraná	Neon. tardio	17%	18%	17%	18%	18%	18%	19%	19%	19%	18%
	Pós-neon.	27%	29%	30%	31%	29%	28%	30%	27%	26%	29%

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados de Tabnet (2010 a 2019)

Outro ponto relevante na análise da mortalidade infantil é de acordo com o sexo, sendo que estudos publicados, como o de Alves (2021) e Brasil (2019b), demonstram que o sexo masculino apresenta maior número de óbitos, indicando uma maior fragilidade deste. Analisando os dados de Guarapuava, viu-se que essa tendência é mantida dos anos de 2010 a 2018, sendo que em 2019 houve maior número de mortes no sexo feminino. No Paraná, em todo o período estudado a mortalidade foi maior no sexo masculino, conforme pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3 - Porcentagem da mortalidade de acordo com o sexo (2010-2019)

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Guarapuava	Masc	59%	63%	58%	67%	60%	58%	58%	57%	55%	41%
	Fem	41%	37%	42%	33%	40%	43%	42%	43%	45%	59%
Paraná	Masc	56%	56%	55%	54%	55%	54%	55%	57%	55%	55%
	Fem	44%	43%	44%	46%	45%	46%	45%	43%	45%	45%

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados de Tabnet (2010 a 2019)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises, pode-se inferir que a maioria dos dados da cidade de Guarapuava são semelhantes aos do estado do Paraná, além de apresentar resultados positivos em relação aos dados obtidos no Brasil. Entretanto, uma limitação do estudo é a existência de um problema nacional referente a subnotificação, uma vez que os dados foram obtidos do DATASUS e do Sistema de Informação de Mortalidade

(BRASIL, 2009). Além disso, outra limitação encontrada foi que a pura análise de índices é capaz de demonstrar uma mudança nos padrões, mas não a razão desses desvios, assunto que poderá ser abordado em estudos posteriores. Por fim, outro viés da análise é com relação ao sexo dos óbitos, visto que a maior prevalência de morte no sexo masculino pode ocorrer por uma maior taxa de nascimento destes, o que poderá também ser abordado em pesquisas posteriores.

Mesmo assim, a pesquisa tem como forma de demonstrar um parâmetro e novas possibilidades de abordagem no sistema de saúde público e enfatizar a importância da notificação como forma de avaliar a saúde para toda a população, principalmente através de uma marcador tão relevante quanto a mortalidade infantil.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Taytiellen Fernandes; COELHO, Alexandre Bragança. **Mortalidade infantil e gênero no Brasil: uma investigação usando dados em painel.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2021, v. 26, n. 4, pp. 1259-1264. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.04022019>. Epub 19 Abr 2021. Acesso em 27 jul. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância em saúde no Brasil 2003|2019**: da criação da Secretaria de Vigilância em Saúde aos dias atuais. Bol Epidemiol. 2019a. Disponível em <http://www.saude.gov.br/ boletins-epidemiologicos>. Acesso em 28 jul. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal**. 2. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. **Saúde Brasil 2019 uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019b.

DATASUS. **Informações de Saúde (TABNET)**. Disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/>. Acesso em 01 ago. 2021

ESTRESSE OXIDATIVO: AS CONSEQUÊNCIAS NO ORGANISMO

KAMINSKI, Maria Eduarda Pacheco[73]
MATOS, Larissa Aparecida Corrêa[74]

RESUMO: O estresse oxidativo caracteriza-se por uma consequência no desequilíbrio entre os mecanismos de ação oxidante e antioxidante. Uma vez que há uma produção excessiva de moléculas oxidantes e uma deficiência nas antioxidantes, são desencadeadas patologias de natureza crônica e inflamatória no organismo advindas do excesso de radicais livres. Dado o exposto, o foco do trabalho é esclarecer o tema e demonstrar as ações dos radicais livres no organismo oriundos do estresse oxidativo.

Palavras-chave: Espécies reativas de oxigênio. Radicais livres. Antioxidantes. DNA.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se um aumento na incidência de doenças crônicas e inflamatórias nos últimos anos, sendo apontadas e relacionadas com o desequilíbrio do sistema redox e as espécies reativas de oxigênio. Estas espécies, também denominadas radicais livres, são originadas naturalmente através do metabolismo de respiração e, desempenham seu papel na célula auxiliando “na fagocitose, regulação do crescimento celular, sinalização intercelular e síntese de substâncias biológicas importantes” (SILVA, et. al, 2011). Entretanto, esses radicais livres em excesso, estão relacionados também com danos às estruturas fundamentais da célula, como por exemplo danos à membrana, as proteínas e ao DNA e, consequentemente, processos patológicos são desencadeados através dessa alteração da homeostase celular (SILVA, et. al, 2011).

Os radicais livres estão intimamente ligados com o processo de óxido-redução, pois necessitam ceder ou ganhar elétrons para se tornarem instáveis (FERREIRA, MATSUBARA 1997). Porém, tais compostos geram danos ao organismo apenas quando encontram-se em desequilíbrio, ou seja, quando a sua produção excede sua eliminação. Deste processo, são desencadeadas consequências de oxidação de biomoléculas e danos aos tecidos. Sendo assim, dentre as patologias resultantes

[73] Biomedicina, 4° período, Centro Universitário Campo Real.
[74] Docente, Centro Universitário Campo Real.

estão a “aterosclerose, diabetes, obesidade, transtornos neurodegenerativos e câncer” (BARBOSA, et. al, 2010).

Diante do exposto, objetivou-se apresentar através de uma revisão bibliográfica, de forma objetiva e clara, as ações dos radicais livres no organismo humano e os danos celulares desencadeados, bem como os mecanismos de combate do organismo para reestruturação da saúde do indivíduo. Para tanto, foram utilizadas informações advindas de plataformas como Scielo e Google acadêmico.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica a respeito dos efeitos dos radicais livres no organismo através do estresse oxidativo. As informações são advindas de artigos provenientes de plataformas digitais como a Scielo e Google acadêmico, além de livros físicos da biblioteca do Centro Universitário Campo Real. Foram utilizadas como palavras chave: estresse oxidativo, espécies reativas de oxigênio, radicais livres, antioxidantes. A pesquisa foi realizada nos meses de julho e agosto de 2021.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de estresse oxidativo ocorre quando há um desequilíbrio entre moléculas oxidantes e antioxidantes (SILVA, et. al, 2011). Este processo desencadeia-se prevalentemente na mitocôndria, onde há a formação dos radicais livres, que a partir do desvio da via metabólica do citocromo oxidase, faz com que o oxigênio sofra uma redução univalente e sendo assim, sejam geradas espécies altamente reativas (BARBOSA, et. al, 2010).

Dentre as configurações que os radicais livres apresentam, encontram-se as EROs (espécies reativas de oxigênio), que podem se manifestar de diferentes formas estruturais e química. Um exemplo é o óxido nítrico que é um radical livre muito volátil, instável e possui a capacidade de reagir rapidamente com outros radicais do organismo, e, assim desencadear por exemplo a interação com a membrana plasmática da célula, lesionando-a. Este radical livre também reage com metais de

transição e pode interagir com o ferro presente nas hemácias, impedindo o correto transporte de oxigênio pela célula (SILVA, et. al, 2011).

A molécula NO• é um radical livre, que utiliza-se da sua capacidade redox para atuar. Dentre os processos em que participa, o principal é no endotélio vascular, através da vasoconstrição ou vasodilatação onde o radical ativa a enzima Guanilato ciclase solúvel (sGC) . Estes processos podem ser observados em diversas reações fisiológicas como na atuação do sistema imunológico através da infecção, regulação da pressão sanguínea, construção de memória, atuação em células tumorais, contração da musculatura lisa, entre outros. Entretanto, um desequilíbrio nos níveis de NO• pode ser gerado em consequência de processos patológicos “dentre os quais estão hipertensão, diabetes e hipercolesterolemia” (SILVA, et. al, 2011).

Dos processos patológicos desencadeados a partir dos radicais livres pode-se citar a diabetes do tipo 1, na qual a hipertensão gerada pela patologia, culmina em uma maior formação de radicais livres, que, somado ao fato de uma desregulação no sistema antioxidante endógeno, torna difícil a eliminação desses radicais e consequente dano ao endotélio vascular (REIS, et. al, 2008).

Além da diabetes, outra patologia muito temida, que pode ser desencadeada em detrimento das EROs, é o câncer. A molécula que sofre alteração neste caso é o DNA da célula, pois sua estrutura e seu sistema de reparo são danificados (SILVA, JASIULIONIS, 2014). Ocorrem danos às purinas e pirimidinas, além da estrutura conformacional da molécula de DNA (FERREIRA, ABREU, 2007). Dessa forma, ocorrem as mutações celulares que podem gerar o câncer (BARBOSA, et. al, 2010).

Ademais destas citadas, o estresse oxidativo está relacionado também com “ o desenvolvimento de outras doenças crônicas, como resistência à insulina e síndrome metabólica” (SILVA, JASIULIONIS, 2014).

É importante notar que apesar de em sua maioria as EROs serem a causa de algumas patologias humanas, elas também podem assumir o papel de consequência desses processos (SILVA, et. al, 2011). Neste contexto, cita-se a obesidade como um fator e uma consequência do estresse oxidativo, uma vez que as EROs em excesso predispõe a obesidade, e, os efeitos inflamatórios no organismo iniciados pela doença, são responsáveis por aumentar o nível das EROs (SILVA, JASIULIONIS, 2014).

2.2.1 Antioxidantes e defesa do organismo

Perante as adversidades das formações de radicais livres, o organismo desenvolveu duas vias de defesa, sendo elas de natureza enzimática ou não enzimática. Entre as defesas enzimáticas encontram-se os antioxidantes endógenos dos quais pode-se citar o superóxido dismutase (SOD), catalase (CAT), glutationa peroxidase (GPH-Px), que em conjunto atuam na redução e transformação dos radicais livres em substâncias de relevância biológica para o organismo. Um exemplo dessa transformação é a conversão do superóxido em peróxido de hidrogênio e posteriormente em água, que enfrenta as ações da SOD, CAT e GPH-Px respetivamente (FERREIRA, ABREU, 2007).

O princípio desta ação enzimática é orientado pela utilização da enzima glutationa (GSH), que pode agir de forma direta ou auxiliando como co-fator no combate aos radicais livres. Sua via de atuação ocorre devido a sua doação de elétrons, que a transforma em um radical GS· que prontamente reage com outro radical GS·, formando assim um composto não oxidável, que é reduzido pela enzima GPH-R para GSH novamente. Sendo assim, este ciclo se completa e as ações destrutivas dos radicais livres são estabilizadas (FERREIRA, ABREU, 2007).

Esta engenharia biológica, porém, necessita de nutrientes e mecanismos de ativação advindos de vias exógenas, ou seja, advindas da alimentação. Neste contexto, a enzima glutationa peroxidase, por exemplo, utiliza-se do mineral selênio para atuar, além de também os nutrientes auxiliarem como antioxidantes propriamente ditos. Um exemplo são as vitaminas tanto hidrossolúveis quanto lipossolúveis, os oligoelementos, e os bioflavonóides (KUSS, 2005).

Todas estas classes de nutrientes têm em comum a presença de fitoquímicos, que “são classificados como compostos bioactivos provenientes de diferentes partes das plantas, tais como, sementes, cereais, vegetais, frutos, folhas, raízes, especiarias e ervas” (FERREIRA, ABREU, 2007).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, são evidentes as consequências do desequilíbrio relacionado ao sistema oxi-redução, uma vez que doenças crônicas e de difícil convivência estão relacionadas com tal fator. Para tanto é importante notar que práticas como uma alimentação adequada e hábitos saudáveis possuem importante relevância para o controle e combate destes efeitos destrutivos do estresse oxidativo.

Dessa forma, a correta compreensão do tema também faz-se necessária com o objetivo de esclarecer a relevância e reforçar a importância da prática de bons hábitos associados à saúde.

4 REFERÊNCIAS

SILVA, Danielle da Costa; CERCHIARO, Giselle; HONÓRIO, Káthia M. Relações patofisiológicas entre estresse oxidativo e arteriosclerose. **Quim. Nova,** vol. 34, n. 02, p. 300-305, nov. 2011. DOI https://doi.org/10.1590/S0100-40422011000200024.Acesso em jul. 2021.

KUSS, Fernando. Agentes oxidantes e antioxidantes. **Seminário na disciplina de bioquímica do tecido animal.** 2005. Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: https://www.ufrgs.br/lacvet/restrito/pdf/ag_oxid_antioxid.pdf

FERREIRA, A.L.A; MATSUBARA, L. S. Radicais Livres: conceitos, doenças relacionadas, sistema de defesa e estresse oxidativo. **Rev. Assoc. Med. Bras.** vol. 43, n. 01, p. 61-68, mar. 1997. DOI https://doi.org/10.1590/S0104-42301997000100014. Acesso em jul. 2021.

FERREIRA, Isabel CFR; ABREU, RUI MV. Stress oxidativo, antioxidantes e fitoquímicos. **Biblioteca digital ipb. Bioanálise,** n. 02, p. 32-39, jul/dez 2007. ISSN 1646-1266. DOI http://hdl.handle.net/10198/2711. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/2711. Acesso em jul. 2021.

REIS, Janice Sepúlveda; VELOSO, Clara Araújo; MATTOS, Rafael Teixeira; PURISH, Saulo; MACHADO, José Augusto Nogueira. Estresse oxidativo: Revisão da sinalização metabólica no diabetes tipo 1. **Arq. Bras. Endocrinol. Metab.** vol. 57, n. 07, p. 1096-1105, jul. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abem/a/CwVWysjFPY8vzZPxzKMtxHq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em jul. 2021.

BARBOSA, Kiriaque Barra Ferreira; COSTA, Neuza Maria Brunoro; ALFENAS, Rita de Cássia Gonçalves; PAULA, Sérgio Oliveira de; MINIM, Valéria de Paula Rodrigues; BRESSAN, Josefina. Estresse oxidativo: Conceito, implicações e fatores modulatórios. **Rev. Nutr.** vol. 23, n. 04, p. 629-643, jul/ago 2010. DOI https://doi.org/10.1590/S1415-52732010000400013. Acesso em jul. 2021

SILVA, Camila Thaina da; JASIULIONIS, Miriam Galvonas. Relações entre o estresse oxidativo, alterações epigenéticas e câncer. **Cien. cult.** São Paulo, vol. 66, n. 1, p. 38-42, 2014. DOI http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000100015. Acesso em jul. 2021.

BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NO CONTROLE DA ANSIEDADE

ARTUSO, Eliane.[1]

RODRIGUES, Nathalia.[2]

RESUMO: A ansiedade é um dos transtornos mais prevalentes dentro da psiquiatria. Este trabalho teve como propósito entender os benefícios da prática regular de exercícios físicos na prevenção e no tratamento da ansiedade e da TAG (Transtorno de Ansiedade Generalizada). O objetivo foi encontrar na literatura evidências que comprovem essa relação direta. Foi feito embasado em artigos do PubMed, e os estudos demonstraram que a prática de atividade física regular contribui positivamente para o controle e alivio dos sintomas ansiosos.

Palavras-Chave: Ansiedade. Exercício Físico. Prevenção. Psiquiatria

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, cuja temática aborda a relação da prática de atividade física regular como fator protetivo contra ansiedade, visa compreender, através de revisão de literaturas, como o exercício físico altera a química cerebral, modulando os neurotransmissores – principalmente a serotonina – bem como, apresentar dados epidemiológicos que evidenciem que a prática regular de atividade física possa reduzir os níveis de ansiedade.

O transtorno de ansiedade é o mais prevalente transtorno dentro da psiquiatria, acometendo 7,3% da população mundial. (THIBAUT. F, 2017). Sabe-se, no entanto, que várias são as causas da ansiedade: a biológica (pré-disposição genética, neurobiológica); o histórico biopsicossocial; as ambientais (o excesso de informações, a influência das redes sociais, do trabalho, e dos relacionamentos); e os hábitos de vida que potencializam ou reduzem os sintomas (a prática de exercícios físicos, alimentação saudável e equilibrada, meditação *mindfulness*, tempo de descanso, lazer e contato com a natureza), de acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5. ed, American Psychiatric Association, 2014). Dessa maneira, observa-se que o estilo de vida pode contribuir positiva ou negativamente para o desenvolvimento dos transtornos ansiosos, sendo que o exercício físico aeróbico, se inserido como prática regular na rotina revela grande potencial tanto preventivo como atenuadores dos sintomas ansiosos.

2. DESENVOLVIMENTO

A metodologia aplicada foi a de revisão bibliográfica, e teve como fonte de consulta 14 artigos científicos retirados do PubMed. Foram utilizados termos de buscas como: "*anxiety*", *"control*", "*exercice*", e, utilizados como critérios para a seleção dos artigos a obtenção de informações acerca dos benefícios da prática regular de exercícios físicos no controle da ansiedade. Foi encontrada relação direta entre a prática de exercício físico na prevenção e controle da ansiedade.

Ansiedade é um sentimento vago e desagradável de medo, apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho. (CASTILO, A. R. G. L *et al,* 2000). Os principais sintomas do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), de acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5. ed, American Psychiatric Association, 2014), são: preocupações excessivas sobre algumas atividades ou alguns eventos; agitação ou sensação de nervosismo ou tensão; cansaço fácil, dificuldade de concentração; irritabilidade; tensão muscular; alterações do sono. No Brasil essa prevalência é de 19,9% (principalmente região sudeste e sul) e chega a 28% na região metropolitana de São Paulo, tendo aumento de 0,71% no último ano. (MANGOLINI, V. I; ANDRADE, L. H, WANG, Y. P, 2019)

Estudos têm demonstrado a importância de exercícios físicos como fator preventivo contra os sintomas da ansiedade, servindo como coadjuvantes no tratamento dos transtornos ansiosos junto com a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) e o uso de medicação ansiolítica.

Em 2006, Larun e sua equipe (LARUN. *et al.* 2006) chegaram a conclusão de que de exercício físico reduz e previne da ansiedade, sendo coadjuvante no tratamento dos transtornos ansiosos. Além disso, de acordo com Salmon (SALMON, P. 2001), a prática regular de exercícios físicos aeróbios produz efeitos antidepressivos e ansiolíticos o que protegem o organismo dos efeitos prejudiciais do estresse na mente.

Mello e sua equipe realizaram um trabalho em 2013 que avaliou a frequência de sintomas de ansiedade em uma população adulta de 1042 pessoas em São Paulo e sua relação com a prática regular de atividades físicas, e encontraram alta prevalência de ansiedade em indivíduos sedentários e obesos – 63% dos voluntários. Dessa maneira, os resultados indicam que pessoas que não praticam nenhuma

atividade física têm maiores chances de apresentar sintomas de ansiedade quando comparadas àquelas que praticam atividade física regularmente. (MELLO, M. T *et. al.* 2013)

No entanto, qual tipo de exercício é melhor no combate à ansiedade? Aeróbico ou anaeróbico? Estudos de metanálise feitos por Petruzzello e sua equipe (PRETUZZELLO, S. J *et al.* 1991) concluíram que exercícios aeróbicos reduzem a ansiedade, e esse tipo de exercício é superior aos anaeróbicos, o que foi confirmado em um estudo realizado por Altchiler e Motta que avaliaram dois grupos de indivíduos em um programa de oito semanas de exercícios. (ALTCHILER, L; MOTTA, R. 1994). Ademais, Brown e sua equipe, após estudos baseados em componentes fisiológicos, utilizando cicloerganometria em pacientes normotensos e hipertensos, concluíram que os exercícios físicos aeróbicos produziram redução da ansiedade com resultados similares às estratégias de meditação e relaxamento (BROWN, D. R; MORGAN, W. P; REGLIN, J. S. 1993). Em suma, esses estudos sugerem que atividade aeróbica (mais intensa) seja superior a anaeróbica (menos intensa) no controle da ansiedade. E foi baseado nisso, que Harvey, em 2010, (HARVEY, S. B. 2010) dirigiu um estudo que examinou essa diferença em 40401 indivíduos, e concluiu que atividade física intensa tem maior efeito ansiolítico que atividade física leve.

Outrossim, um estudo com mais de oito mil adultos realizado por Goodwin, em 2003, concluiu que indivíduos que se exercitam regularmente apresentam um risco reduzido de apresentarem TAG em comparação com pessoas sedentários (GOODWIN, R. D. 2003). Em outro estudo realizado por De MOOR e sua equipe, em 2006, no Netherlands Twin Registry, analisaram mais de 19 mil voluntários que praticavam 240 minutos por semana de exercício moderado e relataram menos ansiedade em comparação com os que não praticavam nenhum tipo de exercício físico. (De MOOR, M. H. M. *et. al.* 2006).

Mas final, o que o exercício físico gera no organismo que tem esse poder ansiolítico? De acordo com Morgan, durante a prática de atividade física há aumento dos níveis de opióides endógenos no sangue, que são neurotransmissores de grande concentração no sistema límbico, o que deflagra efeitos de euforia, controla o humor, e ativa o sistema de recompensa (MORGAN, W. P. 1995). Há também, durante a realização da atividade física, a liberação de endorfinas e dopaminas pelo organismo, o que gera um efeito analgésico e tranquilizante na praticante regular (MARIN-NETO, J. A. *et al*. 1995), além de aumentar os níveis de noradrenalina e serotonina –

neurotransmissor essencial no controle da ansiedade) – no organismo. (MEEUSEN, R; DEMEIRLEIR, K. 1995). Além disso, de acordo com Cortil, durante o exercício há liberação de ácido graxo no sangue, devido a lipólise, o que desloca a albumina do triptofano, o qual é precursor da serotonina, aumentando sua concentração. Bem como, diminui a concentração dos aminoácidos de cadeia ramificada, que foram oxidados pelo músculo em exercício na gliconeogênese, o que também aumenta a concentração de serotonina no organismo, logo, há maior chance dela ser deslocada para o SNC. (COSTIL, D. L.; BOWERS, R.; BRAUNAM, G. 1971)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após diversas análises de literatura, verificou-se que a prática regular de atividade física aeróbica tem o potencial tanto preventivo como também auxilia no controle da ansiedade. Visto que atua a nível celular e cerebral, interferindo na síntese e liberação de neurotransmissores envolvidos na ansiedade. Dessa maneira, ter o hábito de praticar algum exercício físico é essencial para diminuir os sintomas ansiosos que a rotina do dia-dia nos proporciona.

4. REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association: **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 5th ed. Arlington, VA: American Psychiatric Association. 2014.

ALTCHILER, L; MOTTA, R. Effects of aerobic and nonaerobic exercise onJ Clin Psychol.anxiety, absenteeism, and job satisfaction. **National Library of Medicine**, v. 50, n. 6, p. 40-829, Nov 1994. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7896916/>. Acesso em: 5 set. 2021.

CASTILLO, A. R. G. L *et a*l.Transtornos de ansiedade. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, n. 2, p. 20-23, 24 Jan 2001, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600006>. Acesso em: 5 set. 2021.

COSTIL, D.L.; BOWERS, R.; BRAUNAM, G. 1971. MuscleGlicognen utilization during prolonged exercise on successive days. **J Appl Physiol**, v. 31, n. 6, p. 834-838. Dez 1981. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/5123660/>. Acesso em: 5 set. 2021.

De MOOR, M. H. M.*et a*l. Regular exercise, anxiety, depression and personality: a population-based study. **Prev Med**, v. 42, n. 6, p. 273-279, 4 Jan 2006. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16439008/>. Acesso em: 5 set. 2021.

GALLO JUNIOR, L; MARIN NETO, J A; MACIEL, B C; et al. Atividades físicas: remédio cientificamente comprovado? A Terceira Idade. **Jornal da USP**, v. 6, n. 10,

p. 1, 1996. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/000900209>. Acesso em: 5 set. 2021.

GOODWIN, R. D. Association between physical activity and mental disorders among adults in the United States. **Preventive Medicine,** v 36, n. 6, p. 698-7-3. Jun 2003. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0091743503000422>. Acesso em: 5 set. 2021.

HARVEY, S. B. *et al.* Physical activity andcommon mental disorders. **British Journal of Psychiatry**, v. 197, n. 5, p. 357-364, 2010. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/the-british-journal-of-psychiatry/article/physical-activity-and-common-mentaldisorders/267C0AD202EBE8170BA0A5AE4E7446A6>. Acesso em: 5 set. 2021.

MANGOLINI, V. I.; ANDRADE, L. H.; WANG, Y.-P. Epidemiologia dos transtornos de ansiedade em regiões do Brasil: uma revisão de literatura. **Revista de Medicina,** v. 98, n. 6, p 415-422, 27 Nov 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/144226>. Acesso em: 5 set. 2021.

MEEUSEN, R; DEMEIRLEIR, K. 1995. Exercise and brain neurotransmission. **Sports Med,** v. 20, n. 3, p. 160-188. Set 1995. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8571000/>. Acesso em: 5 set. 2021.

MELLO, M.T *et al*. Relationship between physical activity and depression and anxietysymptoms: A population study. **Journal of Affective Disorders**, v. 149, n. 1-3, p. 241-246, Jul 2013. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23489405/>. Acesso em: 5 set. 2021.

MORGAN, W.P. Affective beneficence of vigorous physical activity. **Med Sci Sports Exerc**, v. 17, n. 1, p. 94-100, Fev 1985. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/3157040/>. Acesso em: 5 set. 2021.

PETRUZZELO, S. J *et. al.* A meta-analysis on the anxiety reducting effects of acute and chronic exercise. Outcomes and mechanisms. **Sport Med**, v. 11, n. 3, p. 143-182, Mar 1991. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/1828608/>. Acesso em: 5 set. 2021.

THIBAUT, F. Anxiety disorders: a review of current literature. **Dialogues in clinical neuroscience,** v. 19, n. 6, p. 87-88, Jun 2017. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28867933/>. Acesso em: 5 set. 2021.

SALMON, P. Effects of physical exercise on anxiety, depression, and sentitivity to stress: a unifying theory. **Clin psychol,** v. 21, n. 1, p. 33-61, Fev 2001. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11148895//>. Acesso em: 5 set. 2021.

FEBRE REUMÁTICA: UMA ABORDAGEM GERAL

MOREIRA, Bruna Souza [75]
PACHECO, Eduarda Krebs[76]
MAZON, Mirella Lau[77]
ARRUDA, Rita de Cássia Ribeiro Penha[78]

RESUMO: A febre reumática é uma complicação da infecção por *Streptococcus* em indivíduos predispostos geneticamente e possui prevalência considerável nos dias atuais. Assim, essa revisão bibliográfica aborda os aspectos de diagnóstico, manifestações, orientações e tratamento da febre reumática. O estudo baseia-se em pesquisas realizadas na literatura, em artigos e publicações de revistas científicas encontradas em plataformas digitais. Sobre o quadro clínico, destacam-se cardite, coreia de Sydenham, artrite, eritema nodoso e nódulo subcutâneo. Logo, infere-se a importância do diagnóstico precoce e do registro do CID dessa doença para melhor confiabilidade de dados estatísticos e manejo terapêutico adequado.

Palavras-chave: Febre reumática. Critérios de Jones. Cardite. Coreia de Sydenham. Artrite.

1 INTRODUÇÃO

A febre reumática (FR) é uma doença sistêmica, inflamatória, proveniente de uma complicação da infecção pelo agente infeccioso *Streptococcus* β-hemolítico do grupo A que ocorre em uma população geneticamente propensa (PEIXOTO et al, 2011). Essa patologia ainda tem prevalência considerável nos dias atuais, em especial nos países subdesenvolvidos (PEREIRA et al, 2017).

Embora o Brasil possua uma escassez de dados estatísticos confiáveis, estima-se que a incidência dessa doença aguda é de 0,3 a 3% da população suscetível, constituindo a principal causa de cardiopatia adquirida em crianças e adultos jovens (MARTINS et al, 2016, BARBOSA et al, 2009).

O diagnóstico da febre reumática é majoritariamente clínico, salvo algumas vezes confirmada por exames laboratoriais, de imagem e eletrocardiograma

[75] Acadêmica do curso de Medicina, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[76] Acadêmica do curso de Medicina, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[3] Acadêmica do curso de Medicina, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[4] Docente do curso de Medicina, Centro Universitário Campo Real.

(PEIXOTO et al, 2011). Diante disso, as manifestações mais comuns do quadro clínico são: cardite, artrite, nódulos subcutâneos, eritema marginado, coreia de Sydenham, sendo esses componentes importantes para os critérios diagnósticos maiores de Jones e febre, artralgia, intervalo PR prolongado em eletrocardiograma, elevação de proteína C reativa - PCR e velocidade de hemossedimentação - VHS são os critérios menores (PEREIRA et al, 2017). Dentre os sinais e sintomas, a cardite pode levar a uma cardiopatia reumática crônica, condição grave e responsável por 7,5% de mortes em pacientes internados no SUS em 2007 e por altos gastos com seu tratamento (MARTINS et al, 2016). Sendo assim, essa revisão bibliográfica é de extrema importância perante a considerável incidência e mortalidade pelas complicações da febre reumática.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Para a presente revisão bibliográfica utilizou-se como metodologia a análise crítica de literaturas, com consulta em bibliografia e em bases de dados online SciELO e Google Acadêmico aplicando-se à pesquisa os termos “febre reumática” para artigos científicos e publicações de revistas com alta relevância publicados na língua portuguesa, além de consultas na literatura disponibilizada pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Pediatria e Sociedade Brasileira de Reumatologia que abordaram sobre o assunto.

2.2 DISCUSSÃO

A febre reumática (FR) pode ser definida como uma complicação não supurativa da faringoamigdalite causada pelo estreptococo beta-hemolítico do grupo A (*Streptococcus pyogenes*) e decorrem de resposta imune tardia a esta infecção em populações geneticamente predispostas por suscetibilidade do antígeno HLA de classe II (BARBOSA et al, 2009).

Quanto à fisiopatologia da FR, sabe-se que tem íntima relação com o mecanismo de hipersensibilidade, decorrente de uma reação cruzada de anticorpos que passaram pelo processo de mimetização molecular, isto é, anticorpos que tinham a função originalmente de combater os estreptococos, mas passaram a atacar as

células do hospedeiro (KASPER et al, 2020; PEIXOTO et al, 2011). Diante disso, a resposta imunológica envolve produção de citocinas, direcionando para uma reação humoral (Th2), responsável pelos quadros de artrite e coreia de Sydenham, e para uma reação celular (Th1), causando quadros de cardite, com consequentes sequelas valvares (BARBOSA et al, 2009).

Geralmente a FR acomete crianças e adolescentes de 5 a 15 anos, podendo ocorrer em uma sucessão de eventos, sendo o primeiro deles a infecção estreptocócica da orofaringe apresentando edema, dor, hiperemia da orofaringe, mal estar geral, disfagia, gânglios cervicais palpáveis e dolorosos e febre elevada, seguidos por um período de latência de 1 a 3 semanas (BARBOSA et al, 2009). Sucedidos pelo período de atividade clínica da FR aguda que pode variar entre indivíduos, apresentando com maior frequência em crianças febre e cardite, enquanto em adolescentes e adultos, artrite. Em determinados casos, pode evoluir para cardiopatia valvar crônica (MARTINS et al, 2016).

Não há nenhum sinal patognomônico ou exame específico da febre reumática, sendo assim, seu diagnóstico é clínico, abrangendo constatação de infecção estreptocócica anterior, evidenciado pela elevação dos títulos da antiestreptolisina O (ASLO), estando associados a presença de ao menos dois critérios maiores ou um critério maior e dois menores dos critérios de Jones modificados pela *American Heart Association (AHA)* em 2015 (PEREIRA et al, 2017).

Em relação aos critérios maiores, a artrite acomete as grandes articulações, com padrão migratório e totalmente resolutivo, possui boa resposta ao uso de inflamatórios não hormonais, como o ácido acetilsalicílico (AAS), ibuprofeno e naproxeno, com remissão dos sintomas em 48-72 horas, mantendo o tratamento por 4 - 6 semanas (BARBOSA et al, 2009; PEREIRA et al, 2017). A coreia de Sydenham, consiste na tríade de movimentos involuntários, labilidade emocional e hipotonia, indica-se tratamento nos casos graves com haloperidol, ácido valpróico ou carbamazepina (MARTINS et al, 2016; BARBOSA et al, 2009).

Os casos que apresentam eritema marginado (lesão macular com halo hiperemiado e centro opaco) e nódulos subcutâneos (indolores e estão localizados nas superfícies extensoras das articulações e ao longo dos tendões) são raros, porém,

são muito específicos de febre reumática (PEREIRA et al, 2017; KASPER et al, 2020).

A cardite pode acometer todos os folhetos cardíacos, o que chamamos de pericardite, sendo que o endocárdio é o mais atingido, com acometimento valvar resultando em insuficiência mitral, a qual manifesta-se como sopro sistólico apical. Pode acometer também a valva aórtica, repercutindo em sopro diastólico basal, decorrente de insuficiência aórtica (PEREIRA et al, 2017). Para o tratamento da cardite leve as recomendações são bastante controversas, englobando tanto o não uso terapia anti-inflamatória, o uso AAS e até o uso de corticóide em doses e duração menores (PEIXOTO et al, 2011). Enquanto na cardite moderada a grave utiliza-se o esquema de corticoterapia, para controle do processo inflamatório, preconizando o uso de prednisona (BARBOSA et al, 2009).

A profilaxia primária objetiva a erradicação precoce da infecção de orofaringe por estreptococos, prevenindo o aparecimento da FR, para isso, o antibiótico de eleição é a penicilina G benzatina via intramuscular em dose única de 600.000 UI para crianças de até 25 kg e 1.200.000 UI para pacientes acima desse peso (MARTINS et al, 2016).

Já para pacientes com o diagnóstico de febre reumática, é indicada a profilaxia secundária a fim de prevenir novos surtos de febre reumática. A droga de escolha também é a penicilina G benzatina, nas mesmas doses de 600.000 UI para crianças com até 25 kg e 1.200.000 UI acima desse peso, sendo que deve ser administrada a cada 21 dias (LINS et al, 2021). O tempo de profilaxia depende da gravidade, sendo que deve ser realizada por 5 anos ou até os 21 anos em casos sem cardite prévia, por 10 anos ou até os 25 anos em casos com cardite sem sequelas valvares, até os 40 anos ou por toda a vida quando há lesão valvar residual moderada a severa (BARBOSA et al, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificado na literatura, a febre reumática é uma doença proveniente de uma complicação da infecção pelo agente infeccioso *Streptococcus* β-hemolítico do grupo A, que ocorre em uma população geneticamente propensa.

Apresenta prevalência considerável em países subdesenvolvidos, no entanto, no Brasil há escassez de dados estatísticos confiáveis, muito devido a casos subdiagnosticados. Diante disso, mostra-se essencial a conscientização da comunidade médica em relação ao registro dos CIDs das doenças para que a comunidade científica tenha acesso ao número real de casos e estabelecer padrões epidemiológicos para o desenvolvimento de medidas assertivas em relação a essas patologias de grande relevância, como a febre reumática.

Por conta dos altos índices de complicações graves, como a cardiopatia reumática crônica, faz-se necessário o diagnóstico médico precoce com instituição profilática primária efetiva, sendo a anamnese fundamental, uma vez que seu diagnóstico é majoritariamente clínico, baseando-se no Critérios de Jones.

4 REFERÊNCIAS

BARBOSA Paulo José Bastos; MULLER Regina Elizabeth; LATADO, Adriana Lopes; et al. Diretrizes Brasileiras para Diagnóstico, Tratamento e Prevenção da Febre Reumática da Sociedade Brasileira de Cardiologia, da Sociedade Brasileira de Pediatria e da Sociedade Brasileira de Reumatologia. **Arq Bras Cardiol,** v. 93, n. 3, supl.4, p. 1-18, 2009.

KASPER, Dennis L.; HAUSER, Stephen L., JAMESON, J. Larry, et al. **Medicina interna de Harrison**. Volume 1. 20 ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2020.

LINS, Andrey Modesto Velasquez, LAGINESTRA, Anna Júlia de Contte; RAMOS, Clara Alvarenga Moreira Carvalho; et al. Prevenção de febre reumática: perspectivas atuais e futuras. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 64060-64071, 2021.

MARTINS, Milton de Arruda; CARRILHO, Flair José; ALVES, Venâncio Avancini , et al. **Clínica Médica**, Volume 5: Doenças Endócrinas e Metabólicas, Doenças Osteometabólicas; Doenças Reumatológicas. São Paulo: Editora Manole, 2016.

PEIXOTO, Annelyse; LINHARES, Luiza; SCHERR, Pedro; et al. Febre reumática: revisão sistemática. **Rev Soc Bras Clin Med**, v. 9, n. 3, p. 234-8, 2011.

PEREIRA, Breno Álvares de Faria; BELO, Alinne Rodrigues; SILVA, Nilzio Antônio da. Febre reumática: atualização dos critérios de Jones à luz da revisão da American Heart Association-2015. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 57, p. 364-368, 2017.

SÍNDROME DE BERNARD-SOULIER: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

PACHECO, Eduarda Krebs[79]
MELO, Laryssa Heduarda Maia de[80]
MAZON, Mirella Lau[81]
FILHO, Celso Didoné[82]

RESUMO: A síndrome de Bernard-Soulier (SBS) é uma rara desordem hereditária de traço autossômico recessivo caracterizada por plaquetopenia, plaquetas gigantes e anormalidades da glicoproteína Ib da superfície plaquetária. Clinicamente, caracteriza-se por hemorragias moderadas a severas e tempo de sangramento prolongado, tendo como manifestações comuns equimoses, epistaxe e hemorragia gengival. O estudo baseia-se em pesquisas realizadas na literatura, em artigos e em publicações de revistas científicas encontradas em plataformas digitais. Infere-se a importância do diagnóstico precoce, mesmo que de difícil realização, para que o indivíduo acometido receba as medidas de suporte multidisciplinar necessárias.

Palavras-chave: Síndrome de Bernard-Soulier. Transtornos plaquetários. Epistaxe.

1 INTRODUÇÃO

A síndrome de Bernard-Soulier (SBS), primeiramente descrita por Bernard *et al.* em 1948, é uma patologia hereditária rara, de característica autossômica recessiva, com relatos de consanguinidade, que se manifesta por plaquetopenia, tempo de sangramento prolongado, presença não habitual de plaquetas gigantes e ausência de agregação pela ristocetina (QUADROS, 2006).

Como essa síndrome afeta a hemostasia primária da coagulação, é observado defeito ou ausência da glicoproteína Ib na membrana das plaquetas, no entanto, a atividade do fator de Von Willebrand e do fator VIII da hemostasia secundária é normal (BARCELOS, 2005). Clinicamente, a SBS é representada por hematomas espontâneos, púrpuras, petéquias, epistaxe e hipermenorragia (ARAÚJO, 2002).

Alguns diagnósticos diferenciais da SBS incluem a Púrpura Trombocitopênica Imunológica (autoimune), a Doença de Von Willebrand e a Trombastenia de Glanzmann e Naegeli (REZENDE, 2010). Não há tratamento curativo para a síndrome, porém opções terapêuticas incluem a restauração do equilíbrio hemodinâmico, por meio de transfusão sanguínea ou infusão de plaquetas e, em casos de epistaxe, o tamponamento nasal (BARCELOS,2005).

[79] Acadêmica do curso de Medicina, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[80] Acadêmica do curso de Medicina, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[81] Acadêmica do curso de Medicina, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[82] Docente do curso de Medicina, Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Para a presente revisão bibliográfica, utilizou-se como metodologia a análise crítica de literaturas, com consulta em bibliografia e em bases de dados online SciELO e Google Acadêmico aplicando-se à pesquisa os termos “Bernard-Soulier”, “epistaxe”, “distúrbios plaquetários” para artigos científicos e publicações de revistas com alta relevância publicados na língua portuguesa, além de consultas na literatura que abordam sobre o assunto.

2.2 DISCUSSÃO

A Síndrome de Bernard-Soulier (SBS) é uma rara doença hereditária autossômica recessiva, mais predominante em casais consanguíneos, cuja prevalência é menor que um em um milhão de nascidos vivos (QUADROS, 2006).

Sabe-se que a principal causa da SBS deve-se a mutações que alteram a leitura estrutural da região que decodifica a glicoproteína (GP), repercutindo na síntese de proteínas alteradas, as quais possuem papel fundamental na conformação e estabilidade da expressão do complexo GP Ib IX-V, presente na membrana plaquetária e que é responsável pela eficácia funcional das plaquetas, mostrando-se deficiente ou defeituoso nos pacientes com SBS (QUADROS, 2006).

O diagnóstico da SBS leva em consideração o quadro clínico associado a exames laboratoriais e mais recentemente a testes genéticos moleculares que identificam qual o gene mutado (ARAÚJO, 2002; QUADROS, 2006). Suas manifestações incluem epistaxe recorrente, hemorragia gengival, equimoses, hipermenorragia, facilidade de formar hematomas, púrpuras e petéquias (ARAÚJO, 2002; MARTINS, 2016; QUADROS, 2006).

Os achados laboratoriais da SBS compreendem: trombocitopenia leve a moderada, tempo de sangramento prolongado e exame microscópico que determina a presença de plaquetas anormalmente grandes e de formato irregular (MARTINS, 2016). Além disso, inclui-se a citometria de fluxo para evidenciar a ausência de agregação pela ristocetina, a qual não é corrigida com a adição de plasma normal, e a ausência ou o defeito do complexo de GP Ib na membrana plaquetária, responsável pela agregação plaquetária da trombina e do fator de Von Willebrand (ARAÚJO,

2002; BARCELOS, 2005). Outro exame que pode ser realizado é o imunoblotting de plaquetas lisadas, que utiliza anticorpos específicos de glicoproteínas plaquetárias (QUADROS, 2006).

Dentre os diagnósticos diferenciais da SBS destacam-se a Púrpura Trombocitopênica Imunológica (doença autoimune caracterizada pela produção de anticorpos contra antígenos plaquetários estruturais), a Doença de Von Willebrand (uma coagulopatia hereditária expressada pela redução e/ou disfunção do fator von Willebrand) e a Trombastenia de Glanzmann e Naegeli (trombocitopatia com defeitos plaquetários de membrana retratada pela mutação dos genes GPIIB/IIIa com ausência da agregação plaquetária e discrasia hemorrágica crônica) (MARTINS, 2016; REZENDE, 2010).

A terapêutica baseia-se em medidas multidisciplinares de educação dos pacientes sobre a origem de seus sangramentos e a importância de evitar traumas, e ao aconselhamento do não uso de medicações antiplaquetárias (QUADROS, 2006). Além de dar suporte e tratamento específico quando esses episódios ocorrem, com uso de agentes antifibrinolíticos (para o controle de eventos hemorrágicos ou em pequenas cirurgias) e transfusão de plaquetas (em cirurgias maiores ou em maior suscetibilidade de hemorragia com risco de vida) (QUADROS, 2006; BARCELOS, 2005). Recomenda-se, também, o aconselhamento genético para pessoas com síndrome de Bernard-Soulier e suas famílias (ARAÚJO, 2002; BARCELOS, 2005; QUADROS, 2006).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise bibliográfica é válido concluir que a Síndrome de Bernard-Soulier é uma doença autossômica recessiva, transmitida hereditariamente. Por ser uma doença rara e de difícil diagnóstico, pode ser confundida com a doença de Von Willebrand e a Púrpura Trombocitopênica Imunológica, especialmente por suas características clínicas. Os pacientes que possuem a síndrome de Bernard-Soulier apresentam tempo de sangramento aumentado, epistaxes e sangramentos, o que dificulta a sua qualidade de vida. Dessa forma, torna-se necessário um diagnóstico precoce para instituição do tratamento multidisciplinar, uma vez que o paciente tem de ter a compreensão de sua patologia, a fim de evitar focos de sangramentos. Além das medidas intervencionistas, o paciente deve ter a

compreensão de que certos medicamentos ou alimentos não podem ser ingeridos, como aqueles que são antiplaquetários.

4 REFERÊNCIAS

ARAUJO, S. A et al. Epistaxe como manifestação frequente da síndrome de Bernard-Soulier. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.** São Paulo, v.68, n.2, p.284-286, Mar, 2002.

BARCELOS, Carlos E. M. CARCHIARI, Dafne P. MORICZ, et al. Síndrome de Bernard-Soulier como causa de epistaxe recorrente na infância. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology.** v.71 n.5. Set/Out, 2005.

MARTINS, Mílton de Arruda, et al. **Clínica Médica, Volume 3: Doenças Hematológicas, Oncologia, Doenças Renais.** São Paulo: Editora Manole, 2016. [Minha Biblioteca].

QUADROS, Daniela Espindula de. Síndrome de Bernard-Soulier. **Rev. bras. anal. clin**, p. 11-14, 2006.

REZENDE, Suely Meireles.Distúrbios da hemostasia: doenças hemorrágicas**. Rev Med Minas Gerais**, v. 20, n.4, p. 534-553, 2010.

DIABETES MELLITUS E O NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA, ESCOLARIDADE E RENDA SALARIAL

GALLON, Bruna Camilla[83]
FERREIRA, Isadora Coelho de Souza[84]
MOREIRA, Felipe Figueiredo[85]
BINI, Ana Carolina Dorigoni[4]

RESUMO: Trata-se de um estudo transversal, consistindo em população com 100 indivíduos diagnosticados com Diabetes Mellitus (DM), tanto do tipo I quanto do tipo II. Foi possível observar uma prevalência de mulheres, com obesidade tipo I, sedentárias, diagnosticadas com diabetes tipo II, tempo de diagnóstico superior a 5 anos. Maioria com pelo menos 8 anos ou mais de estudos e recebem até um salário mínimo. A educação em saúde, criação de estratégias para combate da doença, organização das redes de apoios e cuidados são necessárias para empregar a prevenção e evitação de danos à saúde.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Exercício físico. Escolaridade.

1 INTRODUÇÃO

A Diabetes Mellitus é uma doença metabólica crônica não transmissível, na qual os pacientes possuem altos níveis de glicose no sangue, pois o corpo não produz quantidades adequadas de insulina para estabilizar estes níveis na corrente sanguínea. A diabetes pode ser classificada em três tipos: Tipo I; Tipo II; e gestacional (KHAN, 2019). Neste estudo daremos ênfase às duas primeiras citadas.

A Diabetes Mellitus Tipo I é resultante de uma destruição autoimune de células beta localizadas no pâncreas, ocasionando a falta completa da produção de insulina (DESHPANDE, 2008). Já a Diabetes Mellitus Tipo II é consequência de uma produção insuficiente ou resistência à ação da insulina (BERTONHI, 2018).

Neste contexto, o estilo de vida é um fator impactante para os índices de Diabetes Tipo II, um dos fatores de risco para esta patologia é a obesidade e o sedentarismo (MCLELLAN, 2007). Além disso, alguns estudos relacionam o grau de escolaridade com o conhecimento e atitude quanto a Diabetes Mellitus tipo II (RODRIGUES, 2012). Desta forma, o presente estudo objetiva relacionar dados de Diabetes Mellitus, hábitos de vida quanto à atividade física e grau de escolaridade desses indivíduos.

[83] Fisioterapia; 4° ano; Universidade Estadual do Centro Oeste
[84] Fisioterapia; 4° ano; Universidade Estadual do Centro Oeste
[85] Fisioterapia; 5° ano; Universidade Estadual do Centro Oeste
[4] Docente do Departamento de Fisioterapia. Universidade Estadual do Centro Oeste

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, consistindo em população com 100 indivíduos diagnosticados com Diabetes Mellitus (DM), tanto do tipo I quanto do tipo II. Os indivíduos responderam a um questionário online elaborado pela equipe de pesquisa, contendo os dados pessoais como: gênero; idade; altura e peso; tipo do Diabetes; escolaridade e tempo de atividade física. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, por meio do parecer nº 4.619.364, seguindo os padrões. Os participantes foram informados sobre os procedimentos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que o aumento da incidência e prevalência em todo mundo, torna a diabetes um problema grave de saúde pública, já que expõe o sujeito a riscos de complicações antes mesmo do diagnóstico.

De acordo com Welfer (2005), a diabetes mellitus tipo II é a mais assídua entre os tipos e é predominante na população adulta, ao encontro, o estudo totalizou 56% dos indivíduos com diabetes tipo II, embora possa ocorrer em qualquer período da vida e a prevalência aumenta conforme o avançar de idade (FRANCISCO, 2019).

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS-2019), as mulheres apresentaram maior proporção de diagnóstico quanto comparadas com os homens. Assim como neste estudo onde 71% dos voluntários são do gênero feminino. Esses resultados podem ser reflexo do maior cuidado e presença nos serviços de atenção à saúde por parte das mulheres, o que favorece a detecção precoce de doenças.

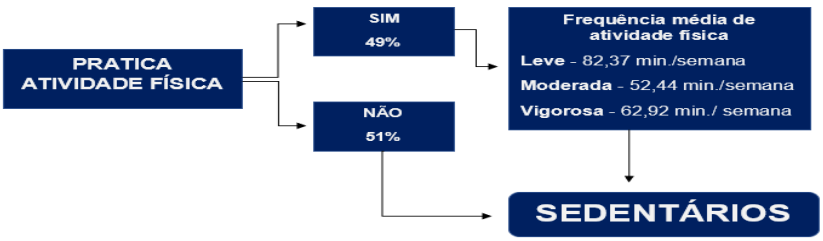
Quanto a escolaridade, Iser (2014) descrevem associação entre baixa escolaridade e maior prevalência de diabetes, assim como Lyra (2010) que detectou prevalência mais alta de diabetes em regiões brasileiras com baixa escolaridade e baixa renda entre adultos.

Entretanto, neste estudo observa-se que a maioria dos indivíduos possui pelo menos 8 anos ou mais de estudos, e apenas 15% declaram fundamental incompleto. No que se refere a renda salarial, 47% dos participantes recebem até um salário mínimo, 26% entre um e dois e 27% mais do que dois salários. Contudo, baixa renda e baixa escolaridade independe de prevalência de diabetes neste estudo, a maioria dos entrevistados tem pelo menos cinco anos para mais de diagnóstico. Rodrigues (2012) relaciona a escolaridade e tempo de diagnóstico, concluindo que influenciam o entendimento e hábitos dos diabéticos.

Segundo International Diabetes Federation (2013), as principais causas dirigentes pelo aumento da incidência e prevalência da diabetes encontram-se a progressiva prevalência da obesidade e sedentarismo, envelhecimento populacional e urbanização.

Neste contexto, há correlação entre a diabetes e a obesidades, visto que de acordo com Ferreira (2020) o excesso de peso tem forte relação causal com a resistência insulínica. Na pesquisa foi utilizado o índice de massa corporal (IMC), observando que a maioria dos homens estão com “sobrepeso” e as mulheres “obesidade I”. Escobar (2009) afirma que 80 a 90% dos diabéticos têm excesso de peso e o elevado IMC contribui para complicações mais graves da doença.

Apesar disso, é delicado propor relação de causa e efeito entre o IMC e a atividade física, porém compreende-se que a redução de atividade físicas possam afetar determinada ou indeterminadamente o gasto calórico diário.



Neste estudo, 51% são sedentários representando a maior parte da amostra, o restante 49% declaram praticar alguma atividade física. Contudo, segundo as diretrizes da OMS (2020) para atividade física e comportamento sedentário, a

média do estudo mostra que todos são sedentários, pois não atingem mais de 150 minutos semanais de atividade leve ou moderada e nem 75 minutos de atividades vigorosas.

Segundo Flor (2017), os vários fatores associados a diabetes são evitáveis, porém ressalta-se a imprescindibilidade das mudanças comportamentais e estilo de vida. Diante disso, vale ressaltar que atividade física pode proporcionar melhora do controle glicêmico e dosagem de insulina (Silva, 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste estudo é possível concluir que existe uma prevalência de mulheres, com obesidade tipo I, sedentárias, diagnosticadas com diabetes tipo II, com tempo de diagnóstico superior a 5 anos.

A maioria dos indivíduos possui pelo menos 8 anos ou mais de estudos. Quanto a renda salarial, 47% dos participantes recebem até um salário mínimo. Com isso, se faz necessário que profissionais da saúde criem estratégias para prevenção e promoção da saúde, visando uma melhor qualidade de vida destes pacientes .

4 REFERÊNCIAS

KHAN, Radia Marium Modhumi *et al*. From Pre-Diabetes to Diabetes: Diagnosis, Treatments and Translational Research. **Medicina** (Kaunas, Lithuania) vol. 55,9 546. 29 Aug. 2019.

BERTONHI, Laura Gonçalves; DIAS, Juliana Chioda Ribeiro. Diabetes mellitus tipo 2: aspectos clínicos, tratamento e conduta dietoterápica. **Revista Ciências Nutricionais Online**, v.2, n.2, p.1-10, 2018.

DESHPANDE, Anjali; HARRIS-HAYES, Marcie; SCHOOTMAN, Mario. Epidemiology of diabetes and diabetes-related complications. **Physical therapy** vol. 88,11 (2008).

MCLELLAN, Kátia Cristina Portero *et al.* Diabetes mellitus do tipo 2, síndrome metabólica e modificação no estilo de vida. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 5, p. 515-524, out. 2007.

RODRIGUES, Flávia Fernanda Luchetti *et al*. Relação entre conhecimento, atitude, escolaridade e tempo de doença em indivíduos com diabetes mellitus. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 284-290, 2012.

WELFER, Márcia; LEITE, Marinês Tambara. Ser portador de diabetes tipo 2: cuidando-se para continuar vivendo. **Scientia medica**, v.15, n.3, Porto Alegre, p.148-155, jul/set. 2005.

FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo *et al*. Prevalência de diabetes em adultos e idosos, uso de medicamentos e fontes de obtenção: uma análise comparativa de 2012 e 2016. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online], v.22, p. e190061, dez. 2019.

Pesquisa nacional de saúde: 2019 : informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde : Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020.

ISER, Betine Pinto Moehlecke *et al.* Prevalence, correlates, and description of self-reported diabetes in brazilian capitals - results from a telephone survey**. PloS One,** vol. 9, n.9, p. e108044, set. 2014.

LYRA, Ruy *et al.* Prevalence of diabetes and associated factors in an urban adult population of low educational level and income from the Brazilian Northeast wilderness. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia,** vol. 54, n.6, p. 560-6, ago. 2010.

International Diabetes Federation. IDF Diabetes Atlas. 6th ed. Bruxelas, Bélgica: International Diabetes Federation; 2013.

FERREIRA, Alice de Sá *et al*. Resistência insulínica e sua relação com excesso de peso em adolescentes de uma capital do Nordeste brasileiro. **Adolescência & Saúde,** v. 17, n. 2, Rio de Janeiro, p. 51-57, abr/jun 2020.

ESCOBAR, Fernanda de Almeida. Relação entre obesidade e diabete mellitus tipo II em adultos. **Cadernos UniFOA,** v. 4, n. 11, 2009.

WHO - World Health Organization. **Obesity preventing and managing the global epidemic.** Geneva: Report of a WHO Consultation on Obesity, **1998.**

WHO. **Guidelines on physical activity and sedentary behaviour**. Geneva: World Health Organization; 2020.

SILVA, Catarina Gomes da; PACHECO, Gabriel Scofield; PAIXÃO, Janis José Almeida. Benefits of physical activity for type i diabetes. **Revista Saúde dos Vales,** p. 1-16, 2020.

FLOR, Luisa Sorio; CAMPOS, Monica Rodrigues. Prevalência de diabetes mellitus e fatores associados na população adulta brasileira: evidências de um inquérito de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online], v. 20, n. 01, pp. 16-29, 2017.

UTILIZAÇÃO DO CHECKLIST NO CENTRO CIRÚRGICO E A SEGURANÇA DO PACIENTE

CORREA, Elenice[1]
FERREIRA, Dioniele[2]
TEIXEIRA, Shaiane[3]

RESUMO:
Trata-se de uma revisão bibliográfica que teve por objetivo enfatizar a importância do uso de checklist para cirurgia segura na qualificação da assistência cirúrgica. Esta ferramenta possibilita a segurança ao paciente durante o procedimento e ao mesmo tempo traz segurança ao profissional que o realiza. Para o bom funcionamento do Centro Cirúrgico, os profissionais devem saber realizar a aplicação do checklist corretamente, buscando oferecer uma assistência cirúrgica qualificada evitando a ocorrência de falhas.

Palavras-chave: Centro cirúrgico. Segurança do paciente. Checklist. Enfermagem.

1. INTRODUÇÃO

A segurança do paciente é o foco para determinar a qualidade da assistência oferecida pela equipe de enfermagem, pois por meio de algumas etapas é possível direcionar o cuidado adequado e evitar danos maiores e irreparáveis (SILVA et al, 2017).

Centros cirúrgicos são considerados setores de alto risco, suscetíveis a eventos adversos. Tal fato, chamou a atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS), que lançou a campanha “Cirurgias Seguras Salvam Vidas” com o objetivo de conquistar melhorias à segurança do paciente e qualidade de assistência. Na intenção de minimizar os danos, evitar eventos adversos. A OMS preconiza adoção de padrões de segurança cirúrgica por meio da checagem verbal das etapas da realização da cirurgia, conferindo dados do paciente, equipamentos e estimulando a comunicação da equipe multidisciplinar (VASCONCELOS, 2018).

Segundo Abreu (2019) Os objetivos da OMS com a campanha Cirurgia Segura incluem diminuir a morbimortalidade de pacientes cirúrgicos, dando, às equipes cirúrgicas e aos administradores hospitalares orientações sobre a função de cada indivíduo e o padrão de uma cirurgia segura, além de oferecer um instrumento de avaliação uniforme do serviço para vigilância nacional e internacional. As normas a serem seguidas podem ser utilizadas em qualquer parte do mundo e devem ser adaptadas de acordo com a realidade institucional.

Esta campanha, criada no ano de 2009, preconiza a utilização de uma lista de checagem que determina pequenas pausas durante o período perioperatório para a verificação dos itens de segurança relacionados com a cirurgia proposta, buscando a redução de óbitos relacionados as cirurgias em todo o mundo. Tal lista pode ser empregada em qualquer hospital, por qualquer membro do setor, independente do grau de complexidade com a finalidade de auxiliar as equipes a seguirem de forma sistemática passos críticos de segurança e exercer a comunicação entre os mesmos (SANTOS, 2017).

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo enfatizar a importância da aplicação correta do checklist pela equipe cirúrgica, visando a diminuição de erros e danos ao paciente e aumentando a qualidade da assistência.

2. DESENVOLVIMENTO

O estudo se desenvolveu por meio de uma revisão bibliográfica que aborda a segurança do paciente em centro cirúrgico e aplicação do checklist para cirurgia segura. Foram utilizadas para a pesquisa dos artigos científicos as bases de dados Scielo, BDENF e Google Acadêmico.

De acordo com Abreu (2019) se realizada de maneira correta, a verificação das etapas críticas dos procedimentos cirúrgicos reduz complicações, infecções e óbitos.

A lista de verificação dividiu o procedimento cirúrgico em três etapas, sendo a primeira composta pela Identificação ou *sign in* (antes da indução anestésica), na qual realiza-se conferência do paciente, autorização, procedimento e o local da cirurgia. Nesta etapa se verifica vias áreas, risco de sangramento, vaga de UTI e se tem reação alérgica (ALPENDRE, 2017).

O mesmo autor ainda refere que a confirmação Cirúrgica ou Timeout, antecede a incisão da pele. Este momento é destinado à apresentação da equipe que irá participar do procedimento, onde cada profissional se apresenta nome e função. Repete-se a identificação do paciente, local a ser operado e vistoria de equipamentos a serem utilizados naquele momento. Este processo de conferência deve ser feito em voz alta para que todos possam ouvir (ALPENDRE, 2017).

A terceira fase, denominada Registro ou Sign out ocorre antes do paciente deixar a sala operatória, compreende na verificação do instrumental cirúrgico, quantidade de compressas, checagem de peças anatômicas, membros amputados,

materiais especiais, equipamentos que apresentam problemas devem ser notificados, pois a equipe deve estar ciente caso seja utilizado no procedimento a seguir. Identificar juntamente com a equipe médica quais orientações será oferecido na sala de recuperação (ALPENDRE, 2017).

A implementação do checklist é de baixo custo. Estima-se que seja necessário o tempo médio de três minutos para aplicação das três fases do processo de verificação e orienta-se que um único profissional, que participa do procedimento cirúrgico, seja responsável por essa aplicação, que é chamado de coordenador da lista. Esse profissional deve ter conhecimento sobre o processo anestésico-cirúrgico, estando apto a interromper o procedimento ou impedir seu avanço, se julgar insatisfatório um item necessário (GARCIA, 2018).

Conforme Silva (2020), é necessário conseguir envolver toda a equipe durante a checagem, para que todos respeitem cada um dos itens da lista e tenham a consciência de que, para sua realização, é necessário fazer e não apenas fingir que se faz.

Segundo Gomes (2016), quando se trata do Centro Cirúrgico, a equipe precisa trabalhar conjuntamente, de forma eficaz, e utilizar o que tem de melhor nos seus conhecimentos e capacidades em prol do paciente para evitar danos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa pode-se concluir que o protocolo do checklist no centro cirúrgico traz benefícios imensuráveis ao paciente. Por mais que seja uma ação de rotina e por inúmeras vezes ser realizado o mesmo procedimento cirúrgico, em diferentes pacientes, nenhuma cirurgia é igual à outra.

É indispensável à colaboração de toda a equipe para que o checklist seja realizado com eficácia, visando assegurar que seja realizado o procedimento correto, no paciente correto e no local correto, de modo a proporcionar um cuidado seguro e de alta qualidade.

4. REFERÊNCIAS

Abreu IM, Rocha RC, Avelino FVSD, Guimarães DBO, Nogueira LT, Madeira MZA. Cultura de segurança do paciente em centro cirúrgico: visão da enfermagem. **Rev. Gaúcha Enferm**. 2019;

Alpendre FT, Cruz EDA, Dyniewicz AM, Mantovani MF, Silva AEBC, Santos GS. Cirurgia segura: validação de checklist pré e pós-operatório. **Rev. Latino-Am Enferm**. 2017.

Garcia TF, Oliveira, AC. Índice autorreferido pela equipe de cirurgia ortopédica sobre o protocolo e checklist de cirurgia segura. **Cogitare Enferm**. 2018.

Gomes, C.D.P.P.; Santos, A.A.; Machado M.E.; Treviso, P. Percepção de uma equipe de enfermagem sobre a utilização do checklist cirúrgico. **Rev. SOBECC, São Paulo**. Jul/set. 2016.

Santos, Paula Karolline Viana Moreira. "Cirurgias seguras salvam vidas": a importância da aplicabilidade do checklist no centro cirúrgico sob a ótica da enfermagem**. Mossoró**, 2017.

Silva, Eusiene Furtado Mota et.al. Conhecimento dos profissionais da saúde sobre checklist de cirurgia segura. **Arquivos de Ciências de Saúde**, V.24, n 3, p. 71-78, 2017.

Silva, O. M. et al. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 8, n. 1, p. 074-084, 2020.

Vasconcelos MGV, Migoto MT. O enfermeiro na execução do checklist em centro cirúrgico**: uma revisão integrativa**. RGS. 2018.

AS PRINCIPAIS TEORIAS ACERCA DO ENVELHECIMENTO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

MORI, Ricardo Ribeiro[86]
BENINCÁ, Simone Carla[87]

RESUMO: o presente trabalho tem como objetivo demonstrar algumas teorias sobre o processo de envelhecimento, mediante pesquisa de trabalhos científicos no banco de dados do website Pubmed, bem como em obras da área, incluindo publicações a partir de 2012. Muitos estudos estão em desenvolvimento acerca de várias vias que levam à senescência, sendo os principais aqueles que envolvem o encurtamento dos telômeros e o envelhecimento devido aos radicais livres mitocondriais, de forma que há um futuro instigante e promissor nesta área, conquanto sejam necessários mais pesquisas para que seja formado um entendimento científico sólido sobre o assunto.

Palavras-chave: Envelhecimento. Radicais livres. Telômeros.

1 INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento é um exemplo dos efeitos da deterioração na homeostase, tendo em vista que é acompanhado por um desequilíbrio entre os sistemas fisiológicos, incluindo os homeostáticos, tais como o sistema imunológico, vascular, bem como o sistema de excreção hepática (JAMESON *et al*., 2020). Atualmente, existem muitas teorias que procuram explicar o porquê e como ocorre o envelhecimento. Tais proposições abrangem uma ampla gama de sistemas fisiológicos, e são complementares, de forma que todas as vias potencialmente contribuem para a senescência. Este trabalho se justifica pelo fato de que o envelhecimento é um processo pelo qual todo ser humano passa, e ao se entender mais sobre como ele ocorre, é possível a compreensão e adoção de hábitos de vida que aumentem a longevidade, bem como é potencialmente viável o desenvolvimento de técnicas com o intuito de retardar a senescência, aspiração esta que é uma das mais antigas e primordiais do ser humano.

Assim, os objetivos desta revisão bibliográfica integrativa é demonstrar as principais teorias e pesquisas acerca do envelhecimento, bem como promover o crescimento do conhecimento científico sobre este tema.

---

[86] Acadêmico de Medicina, oitavo período, Centro Universitário Campo Real.
[87] Graduação em Nutrição pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2009). Mestre (2013), e Doutora (2017) em Ciências, com ênfase em Gastroenterologia Clínica pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da presente revisão bibliográfica integrativa, foi feito pesquisa da literatura científica, com leitura e análise qualitativa de trabalhos científicos constantes da base de dados do website PUBMED bem como em obras da área, tendo sido utilizadas, para a pesquisa, as palavras-chave: aging (envelhecimento), theories (teorias), telomeres (telômeros), oxygen reactive species (espécies reativas de oxigênio – EROs). Foram incluídas pesquisas publicadas a partir de 2012, nos idiomas inglês e português.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conhecimento atual sobre o envelhecimento sugere que é o resultado de diversas vias de danificação dos tecidos. Virtualmente, a degradação de quaisquer dos sistemas pode contribuir para o envelhecimento, bem como este processo pode contribuir para a degradação de quaisquer sistemas, tratando-se de uma via de mão dupla.

Uma das teorias mais aceitas e estudadas é a do envelhecimento devido aos radicais livres mitocondriais.

Radicais livres são espécies químicas altamente reativas, em razão de terem elétrons não pareados. Os oxidantes são radicais livres baseados em oxigênio, abrangendo o hidroxil, superóxido e peróxido de hidrogênio. A maior parte dos oxidantes celulares é resíduo gerado pelas mitocôndrias durante a produção de adenosina trifosfato (ATP) a partir do oxigênio, e são capazes de gerar reações em cadeia levando a um dano disseminado a moléculas biológicas. Por esta proposta teórica, também denominada “Disfunção Mitocondrial”, o envelhecimento é caracterizado pela alteração na produção de ATP e de radicais livres de oxigênio (espécies reativas de oxigênio - EROs) na mitocôndria, levando a um ciclo vicioso pelo acúmulo de lesões oxidativas às proteínas mitocondriais e ao DNA (JAMESON *et al*., 2020).

Conforme o avanço da idade diminui-se o número de mitocôndrias nas células com aumento de seu tamanho, além de mudanças estruturais, como a vacuolização e ruptura da crista. Tais alterações se relacionam à redução na atividade dos complexos mitocondriais I, II e IV, com diminuição da produção de ATP. Essa

redução se liga à geração de peróxido de hidrogênio e radicais superóxido, acarretando em lesão oxidativo do DNA mitocondrial e ao acúmulo de proteínas mitocondriais carboniladas, além de lipoperóxidos mitocondriais. Dessa forma, síndromes geriátricas comuns, como a sarcopenia, fragilidade e comprometimento cognitivo estão associadas à disfunção mitocondrial (JAMESON *et al*., 2020).

No mesmo sentido, Barja (2013) aduz que espécies de animais longevos, incluindo mamíferos e aves possuem baixas taxas de produção de espécies reativas de oxigênio e dano oxidativo ao seu DNA mitocondrial; e ainda que há três manipulações dietéticas que aumentam a longevidade, a saber, restrição dietética, restrição proteica e restrição de metionina, sendo que todas estas são capazes de diminuir a geração de EROs mitocondrial, bem como reduzir o dano oxidativo ao DNA mitocondrial. Porém a produção de EROs não é necessariamente proporcional ao consumo de oxigênio mitocondrial, podendo ocorrer o contrário, inclusive durante a prática de exercícios aeróbicos. Dessa forma, a teoria do envelhecimento relativo aos radicais livres radicais é apoiada pela maioria dos dados científicos disponíveis e provê uma explicação mecanística para o envelhecimento e longevidade.

Outra teoria importante acerca do envelhecimento é a do encurtamento dos telômeros. Estes se tratam de complexos protetores na porção marginal ou terminal de cromossomos eucarióticos. O desgaste de telômeros é potencialmente capaz de levar a mudanças celulares mal-adaptativas, bloquear a divisão celular, e interferir na reposição tecidual (BLACKBURN; EPEL; LIN, 2015)

Blackburn, Epel, Lin (2015) afirmam também que maiores desgastes de telômeros se associam a maior mortalidade e maior acometimento por doenças relacionadas ao envelhecimento em pacientes com síndromes teloméricas herdadas.

Os mesmos autores concluem que o encurtamento dos telômeros podem estar associados a comorbidades ligadas ao envelhecimento, tais como o diabetes e doenças cardiovasculares, bem como estudos em humanos indica que hábitos de saúde podem agravar os efeitos do estresse e da depressão no comprimento do telômero encurtando-o, e que intervenções comportamentais podem aprimorar a manutenção telomérica. Ainda assim, afirmam que novas pesquisas irão aumentar o entendimento acerca da plasticidade da manutenção dos telômeros, e identificação de quando e como intervenções podem ser efetivas para afetar a saúde e a doença (BLACKBURN; EPEL; LIN, 2015).

O encurtamento do telômero está associado à denominada “senescência replicativa”, fenômeno segundo o qual as células que são isoladas dos tecidos animais e crescem em cultura podem apenas se dividir determinado número de vezes antes de entrar em uma fase senescente. Tal número de divisões é chamado limite de Hayflick, sendo mais elevado em células isoladas de animais mais velhos comparado com animais mais jovens. Diante disso, foi proposto que o envelhecimento *in vivo* pode ser relacionado à cessação da divisão de algumas células que tenham atingido o seu limite de Hayflick. Dessa forma, a relação deste processo é a de que os telômeros se encurtam em torno de 50 a 200 pares de base durante cada mitose. Assim, quando os telômeros se tornam suficientemente curtos, fica impossibilitada a divisão celular (JAMESON *et al*., 2020).

Há também forte relação das alterações vasculares com o envelhecimento. As alterações em vasos sanguíneos se sobrepõem com os estágios iniciais da hipertensão e da aterosclerose, acarretando em crescente rigidez arterial e resistência das artérias. Tal fenômeno provoca aumento de risco de isquemia miocárdica e acidente vascular encefálico, bem como está associado a condições geriátricas como sarcopenia, demência e osteoporose. Assim, as trocas comprometidas entre o sangue e os tecidos são um fator patogênico comum, intimamente ligado às alterações vasculares (JAMESON *et al*., 2020).

O risco de doença de Alzheimer e demência é maior em pacientes com fatores de risco para doença vascular, e que há evidências patológicas para alterações microvasculares em estudos pós-óbito de cérebros de pessoas com Alzheimer. Inclusive, é ressaltado por Harman em sua exposição original da teoria dos radicais livres do envelhecimento, que o alvo primário do estresse oxidativo eram os vasos sanguíneos e que muitas alterações do envelhecimento eram secundárias ao comprometimento das trocas pela vasculatura lesionada (JAMESON *et al*., 2020).

Em consonância com o entendimento acerca da relevância do dano ao DNA para o envelhecimento, Moskalev *et al*. (2013) acrescenta outros fatores contributivos para a senescência, tais como o acúmulo de agregados protéicos insolúveis, acúmulo de proteínas modificadas, oxidação dos lipídios de membranas celulares, autofagia despareada e muitos outros fenômenos que podem prejudicar as funções normais das células e torná-las perigosas para outras células próximas, bem como para todo o organismo. O mesmo autor aduz que é importante enfatizar o estudo sobre como preservar uma quantidade saudável de células-tronco próprias dos

tecidos, para que possam atuar no reparo tecidual, servindo assim como uma boa estratégia antienvelhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos estudos realizados, constata-se que o processo de envelhecimento ainda não é entendido com exatidão. Atualmente há diversas teorias, com graus variados comprovação, abrangendo vários sistemas e vias metabólicas diferentes, as quais se complementam para o fim de explicar a senescência. Reiterando o fato de que se teoriza há várias vias que levam ao envelhecimento, conforme as pesquisas sobre cada uma destas forem avançando, a tendência é de que cada progresso contribua de forma paulatina e gradual para a longevidade humana. Todo caso, a Ciência ainda se encontra em uma fase precoce sobre o entendimento do envelhecimento, sendo necessário que haja mais pesquisas nesta área, a qual tem um futuro promissor.

4 REFERÊNCIAS

BARJA, Gustavo. Updating the mitochondrial free radical theory of aging: an integrated view, key aspects, and confounding concepts. **Antioxidants & Redox Signaling**, v. 19, n. 12, p. 1420-1445, out. 2013.

BLACKBURN, E. H.; EPEL, E. S.; LIN, J. Human telomere biology: A contributory and interactive factor in aging, disease risks, and protection. **Science**, New York, v. 350, n. 6265, p. 1193-1198, dez. 2015.

JAMESON, J. L. *et al.* **Medicina Interna de Harrison**. 20.ed - 2 Volumes. Porto Alegre: AMGH, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580556346/>. Acesso em: 12 set. 2021.

MOSKALEV, A. A. *et al.* The role of DNA damage and repair in aging through the prism of Koch-like criteria. **Ageing Research Review**, v. 12, n. 2, p. 661-684, mar. 2013.

CÉLULAS-TRONCO NO TRATAMENTO DE CARTILAGENS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

MORI, Ricardo Ribeiro[88]
FORNARI, Gheniffer[89]

RESUMO: o presente trabalho tem como objetivo demonstrar o estado atual do uso células-tronco para o fim de recuperação de cartilagens, por meio da pesquisa de trabalhos científicos nos bancos de dados Pubmed e Scielo, sendo que há resultados promissores destes tecidos, especialmente pelo uso de células-tronco mesenquimais, conquanto sejam necessários mais estudos para fortalecer a confiabilidade e eficácia deste método terapêutico.

Palavras-chave: Células-tronco. Cartilagens. Articulações. Tratamento.

1 INTRODUÇÃO

Células-tronco são células indiferenciadas, capazes de auto-renovação e diferenciação para uma linhagem específica de células. Segundo Kalamegam *et al.* (2018), as células-tronco possuem capacidade variável de potencial de diferenciação, e conforme o grau desta capacidade, são classificadas como pluripotente (células-tronco embrionárias, células-tronco pluripotentes induzidas -iPSCs) eis que essas células podem originar quase todos os tecidos do corpo humano, ou multipotentes (como as células-tronco mesenquimais adultas ou fetais), eis que podem se diferenciar somente em linhagens específicas de células.

Para Kalamegam *et al.* (2018), as células-tronco mesenquimais (MSC – *mesenchymal stem cells*) são as progenitoras hipotéticas comuns originadas de vários tecidos mesenquimais – mesodérmicas, não-epiteliais, não hematopoiéticas – e foram registradas como tendo sido isoladas de vários tecidos, incluindo a medula óssea, cérebro, osso, fígado, retina, pâncreas, tecido adiposo, epiderme, fluido sinovial, fluido amniótico, cordão umbilical e placenta.

Estas são as células mais utilizadas atualmente em estudos sobre tratamentos de cartilagem com células-tronco. Este trabalho se justifica pela grande dificuldade atual de entendimento acerca da regeneração de cartilagens articulares.

---

[88] Acadêmico do curso de Medicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[89] Doutora (2017) em Microbiologia, Parasitologia e Patologia, área de concentração em Microbiologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), docente no curso de Medicina, Centro Universitário Campo Real.

Apesar de ser um tecido relativamente simples, sua regeneração é dificultosa devido ao fato de ser pouco vascularizado, de forma que é pouco suprido por componentes para propiciar a sua recuperação. Diante desta situação, as terapias com células-tronco advieram para promover a evolução para a efetiva recuperação de cartilagens articulares, as quais, em muitos casos, pouco ou nada se regeneram.

Assim, os objetivos deste trabalho são: demonstrar as pesquisas atuais sobre o resultado do tratamento de cartilagens articulares com células-tronco, bem como promover o crescimento do conhecimento científico sobre este assunto.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da presente revisão bibliográfica, foi feito pesquisa bibliográfica, com leitura e análise qualitativa de trabalhos científicos constantes da base de dados dos websites Pubmed e Scielo, tendo sido utilizadas, para a pesquisa, as palavras chave: stem cells, articulation, joint, treatment.

2.2 DISCUSSÃO

Cartilagem é um tecido conectivo avascular, aneural, alinfático, encontrado em articulações sinoviais, espinha dorsal, costelas, orelhas externas, nariz e vias aéreas, e nas placas de crescimento de crianças e adolescentes (KRISHNAN; GRODZINSKY, 2018). Há três principais tipos de cartilagens em humanos: hialina, fibrosa e elástica. Todos estes três tipos possuem uma baixa densidade de células, denominadas condrócitos, as quais sintetizam e secretam os principais componentes da matriz extracelular. Para o fim de realizar as suas funções biomecânicas de prover suporte estrutural e resistência à deformação, a matriz extracelular da cartilagem contém uma família única de proteoglicanos imersos em uma rede de colágeno fibrilar altamente hidratada (KRISHNAN; GRODZINSKY, 2018).

Segundo Kalamegam *et al.* (2018), as cartilagens, por natureza, possuem baixa capacidade de regeneração. Estes autores afirmam que os tecidos cartilaginosos, sendo avasculares, não incitam uma resposta inflamatória imediata quando há uma lesão, diferentemente do que ocorre em outros tecidos com suprimento vascular. Sendo os componentes chave para a regeneração tecidual, as células-tronco não são recrutadas ao local da lesão, e assim, torna-se uma

necessidade usar células-tronco isoladas de outras fontes para ajudar na regeneração da cartilagem. Estes pesquisadores aduzem que, nos últimos anos, o uso de célula-tronco em ortopedia tem ganhado atenção significativa como uma potencial aplicação para reparo de cartilagem. Para atingir regeneração eficiente da cartilagem, tipos diferentes de células-tronco foram explorados usando tanto estudos *in vitro* quanto *in vivo*.

Kalamegam *et al.* (2018) aduzem que células-tronco embrionárias indiferenciadas embebidas em cola de fibrina foram transplantadas para um modelo de articulação de joelho de ovino com defeito osteocondral, o que resultou em frutífera regeneração e integração de cartilagem hialina. Os autores supra mencionados afirmam que corpos embrioides foram gerados de iPSCs e as células filhas resultantes dos corpos embrioides foram usados em um sistema de cultura para diferenciação de cartilagem, e que as células diferenciadas expressaram genes associados a cartilagem e matriz extracelular indicando diferenciação eficiente de cartilagem. No estudo dos Autores ora mencionados, foi utilizada injeção intra-articular de células-tronco mesenquimais derivadas da medula óssea em ovelhas, que resultou em regeneração de cartilagem com arquitetura histológica normal, especialmente quando suplementadas com fatores de crescimento tais como TGF-beta3 e fator de crescimento *insulin like.*

A pesquisa dos autores citados nos últimos dois parágrafos conclui, quanto à terapia com células-tronco, que esta ainda não propicia efetiva regeneração articular e mais alterações fibrosas ou hiperplásicas tendem a ocorrer com o tempo. Ainda, a colheita de células multinucleadas do interior da medula óssea, seguida de injeção direta na área de cartilagem lesionada tem ganhado proeminência entre os clínicos, em razão de que por este método fica eliminada a fase intensiva, laboriosa e custosa do protocolo de cultura destas células. Além disso, a interação das células transplantadas com o tecido hospedeiro, bem como a sua diferenciação e benefícios a longo prazo continuam sendo processos desconhecidos, os quais demandam mais estudos.

Por sua vez, Mcconagle, Baboolal, Jones (2017), em um estudo sobre o uso de células-tronco nativas e residentes em articulações para o reparo de osteoartrite, concluíram que tais tipos de células são relativamente abundantes na cavidade da articulação, e são capazes de promover efetivo reparo de cartilagem, com a ressalva da necessidade de se remover a carga mecânica e as forças destrutivas

agindo na cartilagem danificada, para que assim as células-tronco residentes na articulação possam restabelecer a homeostase deste local. Estes pesquisadores pontuam que o estresse biomecânico anormal da articulação pode tornar o ambiente hostil, de forma que a consideração cuidadosa da biomecânica, especialmente na fase precoce da doença, é vital para possibilitar que as estratégias de reparo pelas células-tronco mesenquimais nativas funcionem de forma ótima.

Em estudo sobre o estado atual e futuras perspectivas a respeito do uso de células-tronco mesenquimais para a regeneração de cartilagens, Huang *et al.* (2017) destacam uma pesquisa na qual uma população de células-tronco mesenquimais derivadas de cartilagem articular foram obtidas de um meio de condrócitos articulares humanos totalmente diferenciados, e foi avaliada a capacidade de reparo de sua implantação em áreas grandes de defeitos de cartilagem em 15 pacientes. Os resultados clínicos obtidos foram promissores.

Além disso, estes autores salientam os desafios para esse tipo de terapia, a saber: (1) obter um número de células clinicamente relevante é uma premissa importante para a terapia a base de células; (2) é necessário desenvolver novos métodos que possam induzir formação estável de cartilagem *in vivo*, eis que a habilidade das células-tronco de manter um fenótipo de condrócito e então de produzir matriz extracelular hialina cartilagem-específica é crítica para o reparo da cartilagem articular; (3) muitas questões devem ser respondidas na fase pré-clínica, especialmente a segurança e eficiência dessa abordagem de terapia a base de células.

Por sua vez, Cruz *et al.* (2016), em seu estudo sobre o potencial regenerativo de tecido cartilaginoso ligado às células-tronco mesenquimais, também mencionou a necessidade de mais estudos, tendo ressaltado que estão sendo conduzidas investigações aprofundadas, no sentido de aprimorar a eficiência na diferenciação de células-tronco mesenquimais em condrócitos por meio da análise da suplementação do meio de cultura com várias moléculas regulatórias, tais como TGF-beta1-3, BMP-2,-4, -6, -7, FGF-2 e IGF-1, entre outros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual acerca do uso de células-tronco para regeneração de cartilagens é de intensa pesquisa. O uso de células-tronco para fins terapêuticos é um

dos nichos mais promissores da Ortopedia, com perspectivas de surgimento de uma revolução em terapias ortopédicas, bem como na Medicina em geral. Não há estudos suficientes comprovando uma sólida e robusta eficácia deste método de tratamento, mas estão sendo desenvolvidos métodos de coleta de células, preparação com fatores de crescimento, implantação e transplante, com progressos encorajadores.

Conforme os métodos de tratamento forem se aprimorando, haverá grande impacto positivo na longevidade das pessoas, na medida em que, com articulações mais saudáveis, as pessoas estarão melhor capacitadas a realizar atividades físicas, com melhorias positivas na saúde e longevidade. Todo caso, deve ser reiterado a necessidade do progresso nas pesquisas, para otimização da terapia de cartilagens com células-tronco.

4 REFERÊNCIAS

KRISHNAN, Y.; GRODZINSKY, A. Cartilage diseases. **Matrix Biology: journal of the international Society for Matrix Biology**, v. 71, n. 72, p. 51-69, mai. 2018.

KALAMEGAM, G.; MEMIC, A.; BUDD, E.; ABBAS, M.; MOBASHERI, A. A Comprehensive Review of Stem Cells for Cartilage Regeneration in Osteoarthritis. **Advances in experimental medicine and biology**, v. 1089, p. 23-36, 2018.

MCGONAGLE, D.; BABOOLAL, T. G.; JONES, E. Native joint-resident mesenchymal stem cells for cartilage repair in osteoarthritis. ***Nature Reviews Rheumatology***, v. 13, n. 12, p. 719-730, nov. 2017.

HUANG, Y. Z.; XIE, H. Q.; SILINI, A.; PAROLINI, O.; ZHANG, Y.; DENG, L. *et al.* Mesenchymal Stem/Progenitor Cells Derived from Articular Cartilage, Synovial Membrane and Synovial Fluid for Cartilage Regeneration: Current Status and Future Perspectives. **Stem cell review and reports**, v. 13, n. 5, p. 575-586, out. 2017.

CRUZ, I. B. M.; SEVERO, A. L.; AZZOLIN, V. F.; GARCIA, L.F.M.; KUHN, A.; LECH, O. Regenerative Potential of the Cartilaginous Tissue in Mesenchymal Stem Cells: Update, Limitations, and Challenges. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v. 52, n. 1, p. 2-10, dez. 2016.

PLANEJAMENTO FAMILIAR ASSOCIADO A ANTICONCEPÇÃO FEMININA

MOURA, Natalia[90]
CONTI, Antonio[91]

RESUMO: O planejamento familiar é uma estratégia que visa oferecer orientações e métodos contraceptivos, assegurando e preservando os direitos sexuais e reprodutivos. Porém, esta estratégia é nova na vida das mulheres, cabendo aos profissionais de saúde auxiliarem essas decisões. Com isso, o artigo busca analisar as estratégias oferecidas, bem como dar detalhes técnicos sobre os métodos. Por meio de uma revisão sistemática da literatura de alguns dos melhores periódicos, é possível esclarecer lacunas. Concluindo que a participação crescente e ativa da mulher é o melhor para as politicas publicas e para a paciente.

Palavras-chave: Anticoncepção. Mulheres. Planejamento familiar.

1 INTRODUÇÃO

Desde o século passado a saúde da mulher tem tomado espaço nas políticas públicas. Com a mudança do papel social, de uma mulher destinada aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos, a uma mulher que adentra o mercado de trabalho, lutando pelos seus direitos e pedindo pela sua igualdade social (COSTA; GUILHERM; SILVER, 2006).

Essas mudanças colocaram a mulher no controle de sua fecundidade, de sua vivência sexual, de sua anticoncepção, desmistificando o sexo e obrigando o governo brasileiro a criar políticas de saúde pública, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (FONSECA, 1993). Esse programa englobou ações de educação, prevenção e diagnóstico ginecológico, com ênfase no planejamento familiar e no uso de métodos contraceptivos. Serviu de base para elaboração da lei número 9.263 de 12 de janeiro de 1996, que assegura o planejamento como um direito da mulher (BRASIL, 1996).

O planejamento familiar é a organização do número de filhos e do momento certo para gerá-los. Para assegurar esse planejamento são utilizados métodos contraceptivos, a fim de evitar uma gravidez indesejada. Diante disso, o Ministério da saúde trouxe para escolha nove tipos diferentes de métodos contraceptivos sendo eles: Dispositivo intrauterino, diafragma, anticoncepcional injetáveis mensais e

[90] Graduanda, Medicina, Sexto período, Centro Universitário Campo Real
[91] Docente, Centro Universitário Campo Real.

trimestrais, preservativos masculinos e femininos, pílula e minipílula, pílula de emergência, procedimentos cirúrgicos como a vasectomia e a laqueadura (MINISTERIO DA SAÚDE, 2020).

2 DESENVOLVIMENTO

Com as mudanças sociais e os programas interagindo junto as estratégias de saúde da família foi possível diminuir a mortalidade materna e infantil. Fato este possível após as mulheres conhecerem mais sobre qualidade de vida e cuidados de saúde, visualizaram perspectivas diferentes de vida, com consequente diminuição da gravidez não desejada (BRASIL, 2004).

A preocupação então em planejar uma gestação é frequente, refletindo nos índices de crescimento populacional, nos aspectos socioeconômicos de um país e nas regionais (SANTO; FREITAS, 2004). Por isso, faz-se necessário a atuação do médico de saúde da família e do ginecologista para, não só diminuir as possibilidades de gestações indesejadas, mas também reduzir abortos não seguros, infecções sexualmente transmissíveis e auxiliar a paciente ou o casal na escolha dentre os métodos disponíveis, pautando na indicação, nas comorbidades, nos hábitos e nas vontades (GARCIA, 2013).

Contudo, sabe-se que a escolha de um método contraceptivo pela mulher, passa por fatores de interferência, como o parceiro ou as questões financeiras. O parceiro, por muitas vezes, vem desnutrido de informação dos métodos, não acompanha as consultas e etapas importantes da vida da mulher e faz imposições retrógradas relacionadas ao gênero (MORIS; CRUZ; PINTO, 2014). Desse modo, a mulher, por vezes, se limita pela opinião do parceiro, pela dependência financeira, pela dificuldade de adquirir os métodos ou por medo de haver uma briga conjugal (RODRIGUES; ROCHA; SILVA, 2014).

Outro ponto de dificuldade na anticoncepção conjugal é a resistência por parte dos parceiros ao uso do preservativo masculino, pois segundo eles, diminui a sensibilidade, machuca o pênis e tem influência direta no prazer. Também a não aderência do homem para a vasectomia, que segundo ele, este procedimento prejudica sua masculinidade e pode levar a impotência sexual. (PRATES; ABIB; PÇIVEIRA, 2008).

Essa divergência de opiniões com o parceiro, faz a mulher buscar ainda mais a anticoncepção, por que a pressão masculina com relação a contracepção fica por conta da mulher, para justificar a sua não aceitação de métodos. No início, a anticoncepção era mais relacionada a anticoncepção oral. Contudo, houve uma mudança notória nos padrões, desde o feminismo e o projeto de planejamento familiar, a mulher passou buscar métodos contraceptivos não hormonais, mais naturais e/ou de longa duração, como o DIU, que passou a ser ofertado com um acesso facilitado (LEAL; BAKKER, 2017).

No entanto, a falta de dialogo muitas vezes não é referente as relações conjugais, mas também as relações de mãe e filha. Isto restringe a troca de conhecimentos, causando repressão e vergonha a assuntos relacionados ao inicio da vida sexual. Cabe ao médico da família e ao ginecologista ser importante aliado na hora de expor à mãe e à adolescente o assunto abertamente, buscando informar sobre as infecções sexualmente transmissíveis e a possível gravidez indesejada (CRAVEIRO; FERRINHO, 2011).

Novamente, reforça-se a importância do planejamento familiar na atenção primária, pois é neste momento que temos um maior contato com a paciente, incluindo sua família, seu ambiente, sua moradia, suas relações, seus valores, suas crenças e suas tradições (CAMIÁ; MARIN; BARBIERI, 2001). Colocando no planejamento não só a decisão, mas sim o planejamento de cuidados, de saúde, de orçamento, de educação, de aspectos afetivos e do desenvolvimento de uma família (SANTOS; FREITAS, 2011).

Contudo, não só na atenção primaria, mas em todos os níveis de atenção à saúde, é importante desenvolver atividades que identifiquem e atendam as necessidades das mulheres (MOURA, 2003); atentando para o modo de uso, a eficácia, os efeitos colaterais, as implicações para vida sexual e a disponibilidade dos métodos e, orientando sobre as taxas de falhas de métodos contraceptivos menos indicados pelos serviços de saúde como: tabelinha, muco cervical, coito interrompido e aleitamento materno exclusivo (PIERRE, CLAPIS, 2010).

Por isso, é fundamental que a escolha do método seja individual, acompanhada de um profissional de saúde, com informações técnicas e condutas diferenciadas a paciente, mostrando os benefícios e malefícios, discutindo a escolha, trazendo consequentemente confiança e respeito (BRANDT, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática acerca do tema planejamento familiar associado a anticoncepção feminina, pode constatar que a mulher cada vez mais busca informações e métodos, a fim de evitar uma gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, a luta contra os paradigmas de um posicionamento dominante por parte do parceiro e de uma sociedade retrograda sem educação sexual ainda é desigual.

Portanto, conclui-se que a participação crescente e ativa da mulher é o melhor para as políticas públicas e para a paciente. Através destas ações de educação em saúde poderemos mudar gradativamente o olhar cultural, fazendo uma melhor adequação às políticas preventivas, politicas contraceptivas, ao relacionamento conjugal e ao relacionamento familiar.

4 REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde (BR). Política de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Brasil. Presidência da República. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, 1996.

COSTA, ANA MARIA, GUILHEM, DIRCE E SILVER, LYNN DEE. Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online]. 2006, v. 6, n. 1 [Acessado 12 Agosto 2021] , pp. 75-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292006000100009>. Epub 25 Out 2006. ISSN 1806-9304. https://doi.org/10.1590/S1519-38292006000100009.

FONSECA SOBRINHO D. **Estado e população**: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: CEDEPLAR; 1993.

GARCIA, PT. **Saúde da Mulher Geral**. São Luís, 2013.

MORAIS, ACB; CRUZ, RSBLC; PINTO, S.L; et al. Participação masculina no planejamento familiar: o que pensam as mulheres? **Cogitare Enferm**., 2014

PRATES, CS; ABIB, GMC; OLIVEIRA, DLLC. Poder de gênero, pobreza e anticoncepção: vivência de multíparas. **Rev. Gaúcha de enferm**: Porto Alegre, 2008.

PRINCIPAIS AÇÕES EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA. **APS SAÚDE GOV**, 2020. Disponível em: < https://aps.saude.gov.br/noticia/7196#:~:text=S%C3%A3o%20eles%3A%20anticoncepcional%20injet%C3%A1vel%20mensal,preservativo%20feminino%20e%20preservativo%20masculino.>. Acesso em: 12 de agost. De 2021.

RODRIGUES, LSA; ROCHA, RO; SILVA, MS. Planejamento familiar: percepção de mulheres heterossexuais sobre o papel do casal. **Revista de enfermagem UFPE online**, 2014.

SANTOS, CJ; FREITAS, PM. **Planejamento Familiar na perspectiva do desenvolvimento.** Bahia, 2004.

LEAL, T; BAKKER, B. A mulher bioquímica: invenções do feminino a partir de discursos sobre a pílula anticoncepcional. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, 2017.

CRAVEIRO, I; FERRINHO, E. Representações de mulheres em idade fértil e profi ssionais de saúde sobre utilização de cuidados de saúde reprodutiva. **Revista de Salud Pública**, 2011.

BRANDT GP, ET al. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar.**RGS** 2018;18(1):54-62.

CAMIÁ GEK, MARIN HF, BARBIERI M. Diagnósticos de enfermagem em mulheres que frequentam serviço de planejamento familiar. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** 2001; 9(2):26-34.

SANTOS, JÚLIO CÉSAR DOS E FREITAS, PATRÍCIA MARTINS DE Planejamento familiar na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva [online**]. 2011, v. 16, n. 3 [Acessado 25 agosto 2021], pp. 1813-1820. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000300017>. Epub 15 Abr 2011. ISSN 1678-4561. https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000300017.

MOURA ERF. **Assistência ao Planejamento Familiar na perspectiva de clientes e enfermeiros do programa de saúde da família**. [tese de doutorado]. Fortaleza (CE): Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará; 2003. 136 p.

PIERRE LAS, CLAPIS MJ. Planejamento familiar em Unidade de Saúde da Família. **Rev. Latino-Am.** Enfermagem [Internet]. nov-dez 2010 [acesso em: 25 agosto 2021];18(6):[08 telas]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/yPy8RpvPbTHgGSGFDtNyj9F/?lang=pt&format=pdf

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE INCIDÊNCIA DE DEFEITOS NO TUBO NEURAL APÓS A SUPLEMENTAÇÃO DE ÁCIDO FÓLICO EM FARINHAS

PIETRAS, Juliane[92]
KRISIAKI, Kaoany[93]
RIBEIRO, Cristina Lopes[94]
COTLINSKY, Solange Costa[95]

RESUMO: Os defeitos no tubo neural são anomalias de alta prevalência pelo mundo. Logo para que ocorra uma redução dessas anormalidades, políticas públicas sobre fortificação de farinhas foram empregadas para que ocorra uma futura redução. Dessa maneira, esse presente trabalho tem por objetivo identificar se realmente houve uma menor incidência após a fortificação das farinhas, através de uma análise bibliográfica, realizada pelas plataformas do Google Acadêmico e SciElo. Como resultado, há uma divergência, pelo fato que alguns estudos observaram redução e outros não. Concluindo então, que esse processo é multifatorial e intrínseco a cada gestação.

Palavras-chave: Ácido fólico. Defeitos do tubo neural. Espinha bífida. Suplementação de farinhas de trigo.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Embriologia, o tubo neural se divide da dobradura neural, localizada na linha média, onde uma pequena placa de células é fechada da região cervical de forma inconstante entre a terceira e quarta semana após a fertilização (MOORE, 2008).

Caso ocorra uma falha no mecanismo de fechamento, a mesma pode resultar em malformações cranianas, como anencefalia, onde ocorre uma atrofia do encéfalo, ou pode ocasionar malformações na parte caudal, resultando em casos de espinha bífida e mielomeningocele (FEBRASGO, 2020).

Estudos evidenciam que inúmeras são as etiologias para os defeitos no tubo neural, entretanto, ao menos uma parte ocorre devido a nutrição ineficaz de ácido

[92] Medicina, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[93] Medicina, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[94] Médica, Ginecologista e Obstetra especializada em Medicina Fetal, docente e preceptora do Centro Universitário Campo Real.
[95] Médica, Pediatra, Neonatologista, docente e preceptora do Centro Universitário Campo Real.

fólico, causas hereditárias, além do uso de substâncias teratogênicas como drogas ilícitas.

O ácido fólico, também conhecido como folacina, devido ser pertencente ao complexo B (vitamina B9), presente em verduras e vegetais de cor verde-escura, é encontrado na forma sintética, sendo usado para a suplementação nutricional. Durante o período gestacional, a absorção desta vitamina se torna reduzida, ocasionando uma deficiência devido à má absorção. O ácido fólico apresenta como principal função a formação de ácidos nucleicos (DNA e RNA), atuando no processo de proliferação celular, construção de proteínas e metabolização de aminoácidos (SANTOS, 2007).

Durante a gravidez, essa necessidade se torna mais aumentada devido ao maior consumo da vitamina pelo organismo, dessa forma foi implementada a resolução nº 344/2002 a qual estabelece a necessidade de suplementação de ácido fólico e ferro em farinhas de trigo e milho com nível mínimo (140mcg/100g) e máximo (220mcg/100g) de adição de ácido fólico (FEBRASGO, 2020).

Dessa forma, tem-se como objetivo para o estudo analisar a incidência de casos de malformações do tubo neural após a suplementação de ácido fólico estabelecida por lei, de forma a verificar se houve redução no número de casos.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente estudo constitui-se de uma revisão bibliográfica através de artigos em português, selecionados por meio da plataforma SciElo e Google Acadêmico. Dessa forma, para a busca foram utilizadas as palavras-chaves “ácido fólico”, “defeitos do tubo neural”, “espinha bífida” e “suplementação de farinhas de trigo”, do período de 2007 a 2020, em um total de 10 trabalhos, os quais foram escolhidos após a leitura do resumo um total de 4 obras.

De acordo com o trabalho de Mara Lúcia Pacheco Lemos dos Santos (2015), o qual fez uma análise, que comparava a relação da prevalência após a fortificação dos alimentos, ela visualizou uma mudança de 3,44 para 2,85 para 1.000 nascimentos. Logo, concluiu-se que essa redução não foi tão significativa quanto esperado.

Em contrapartida, o estudo feito por Elizabeth Fujimori et al (2012), mostra que a prevalência estimada de defeitos no tubo neural, na América do Sul, é de 1,5 por mil nascimentos, sendo que essa taxa é representativa do Brasil. Destarte, após um estudo feito no estado de São Paulo, o qual compara a prevalência dos defeitos após a fortificação da farinha de trigo, ele passou de 0,57 para 0,37 por mil nascidos vivos, ou seja, com uma significativa redução de 35%. No entanto, em alguns municípios, ela mostrou-se maior, o que indica uma necessidade de mais políticas preventivas.

Para os autores Sâmya Silva Pacheco et al (2009) os quais estudaram 161.341 nascidos vivos entre 2000 à 2006 no município de Recife, PE. Onde verificaram que no período antecedente à suplementação alimentar com ácido fólico, o predomínio de defeitos no fechamento do tubo neural foi 0,72 para cada 1.000 nascidos vivos, enquanto que posteriormente à suplementação ocorreu uma predominância de 0,51 a cada 1.000 nascidos vivo, não havendo mudança estatística significativa.

Para a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), a suplementação de ácido fólico em farinhas de trigo e outros grãos procedeu uma diminuição de 19% de defeitos do fechamento do tubo neural, especificamente reduziu cerca de 11% no número de casos de anencefalia e 23% casos de espinha bífida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a revisão mostra em sua maior parte que houve diminuição da incidência dos defeitos no tubo neural, porém não de forma satisfatória como esperado, e ainda, esse fato não é unânime. Destarte, entende-se que o desenvolvimento do distúrbio é multifatorial e intrínseco a cada gestação, não dependendo somente da suplementação do ácido fólico.

4 REFERÊNCIAS

FUJIMORI, Elisabeth; BALDINO, Camila florido; SATO, Ana Paula Sayuri; BORGES, Ana Luiza Vilela. Prevalência e distribuição espacial de defeitos do tubo neural no Estado de São Paulo, Brasil, antes e após a fortificação de farinhas com ácido fólico. **Cad. Saúde Pública** 29 (1), Jan 2013.

MARIANI, Neto C. **Prevenção dos defeitos abertos do tubo neural** – DTN. 2a ed. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; 2020. [Orientações e Recomendações FEBRASGO, no.1/Comissão Nacional Especializada em Medicina Fetal; Comissão Nacional Especializada em Perinatologia; Comissão Nacional Especializada em Assistência Pré-natal].

MOORE, Keith L; PERSAUD, Mark G Torchia. **Embriologia Clínica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PACHECO, Sâmya Silva; BRAGA, Cynthia; SOUZA, Ariani Impieri de; FIGUEIROA, José Natal. "Efeito da fortificação alimentar com ácido fólico na prevalência de defeitos do tubo neural". **Revista de Saúde Pública** , vol. 43, n º 4, agosto de 2009, p. 565–71.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco; PEREIRA, Michelle Zanon; Efeito da fortificação com ácido fólico na redução dos defeitos do tubo neural. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(1):17-24, jan, 2007.

SANTOS, Mara. **Impacto do enriquecimento de alimentos com ácido fólico na ocorrência de defeitos do tubo neural**. Universidade Federal de Uberlândia, 27 de fevereiro de 2015.

A ESPIRITUALIDADE NA PRÁTICA MÉDICA

HOFMANN, Eduarda Caroline [96]
GODOFREDO, Iara[97]
SILVA, Pedro Henrique Petrecoski Pires da [98]
COTLINSKY, Solange Cristina Costa[4]
JUNIOR, João Dias[5]

RESUMO: O presente resumo expandido tem como objetivo primordial elucidar sobre como pode ser abordada a presença da espiritualidade na prática médica. Além disso, apresenta também um questionário com as principais perguntas que um clínico deve realizar durante a anamnese para abordar o tema. Para isso, a metodologia utilizada foi baseada em revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Espiritualidade. Bem-estar. Clínica médica.

1 INTRODUÇÃO

A espiritualidade e religiosidade são conceitos que caminham juntos e muitas vezes são abordados com significado equivalente, todavia, a espiritualidade está ligada à filosofia que indicaram escolhas pessoais, já a religiosidade trará conceitos como crença no divino, sobrenatural e sagrado. Por mais que a espiritualidade cause algum desconforto em profissionais da área da saúde, devido à implantação histórica da medicina de maneira fisiopatológica, sabe-se que ela traz diversos benefícios ao cuidar do ser humano com integralidade e conexão (CERVELIN, 2013; BACKES, 2012)

Os benefícios obtidos pela espiritualidade na medicina contemplam efeitos positivos sobre a saúde mental e física do paciente. Neste contexto, se sabe que a força espiritual do ser humano é integradora e unitária, sendo esta vital para a vida em diferentes situações, causando conforto e esperança. Tudo isso independente da religiosidade e condição que o paciente ou familiar carrega (BACKES, 2012)

Ao trazer a espiritualidade para a vivência médica, há relatos, em estudos, que a maioria dos pacientes se sentem mais confiantes e empáticos com o tratamento e com o médico. Ao associar a espiritualidade com visão holística, percebe-se resultados benéficos na relação médico-paciente. Neste viés, trazer esta prática no ambiente clínico poderá afetar positivamente no relacionamento e cuidado

[96] Acadêmica de Medicina, sexto período, do Centro Universitário Campo Real.
[97] Acadêmica de Medicina, oitavo período, do Centro Universitário Campo Real.
[98] Acadêmico de Medicina, sexto período, do Centro Universitário Campo Real
[4] Orientadora, docente do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.
[5] Orientador, docente do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.

acrescentando uma nova perspectiva de ver o universo (MANCHOLA, Camilo et al; REGINATO, 2016).

2 DESENVOLVIMENTO

O cuidado ao ser humano deve considerar as diferentes dimensões que o compõem. Dentre as dimensões, portanto, encontramos a espiritualidade. Há diversas evidências científicas que apresentam essa abordagem médica como uma aliada para a melhor avaliação do paciente, sobretudo, das que se encontram com alguma enfermidade aguda ou crônica. Contudo, ainda são colocadas algumas barreiras para não abordar esse tema. Pode-se citar, por exemplo, a falta de conhecimento sobre o assunto, falta de treinamento, falta de tempo, desconforto com o tema, medo de impor pontos de vista religiosos ao paciente, pensamento de que o conhecimento da religião não é relevante ao tratamento médico e a opinião de que isso não faz parte do papel do médico. Essas barreiras são quebradas à medida que o médico se aprofunda no tema e desvencilha-se de seus próprios medos e preconceitos (LUCCHETTI et al., 2010).

São diversas as formas para se abordar a espiritualidade durante uma consulta médica e, muitas vezes, a sua abordagem se faz de forma natural e tranquila, o que depende das próprias heranças culturais de cada médico. Todavia, falar sobre tal tema ainda é motivo de grande desconforto para os profissionais de saúde. Dessa forma, se faz necessária a criação de cenários didáticos que propiciem a discussão de temas que ampliem a visão dos estudantes de medicina para além do modelo biomecânico, o que inclui o campo da espiritualidade (LUCCHETTI et al., 2010).

Pesquisadores têm criado formas de facilitar a abordagem da espiritualidade para os médicos que ainda possuem dificuldades com o tema, entretanto, os protocolos utilizados (Questionário FICA, Questionário HOPE, História espiritual do ACP e CSI—MEMO) necessitam de um grande espaço de tempo durante a consulta para serem realizados. Logo, foi realizada uma análise de todos os protocolos e, consequentemente, selecionadas as perguntas de maior valor para complementar a anamnese. Tais perguntas estão expostas na tabela a seguir.

1.	Você tem crenças espirituais ou religiosas que te ajudam a lidar com problemas? (Se não: o que te dá significado na vida?)

2.	Suas crenças religiosas/espirituais lhe dão conforto ou são fontes de estresse?
3.	Você tem alguma crença específica que pode afetar decisões médicas ou o seu tratamento?
4.	Você faz parte de alguma comunidade religiosa ou espiritual? (Se sim: ela te dá suporte, como?)
5.	Você possui alguma outra necessidade espiritual que gostaria de conversar com alguém?

A metodologia utilizada foi baseada em revisão bibliográfica de artigos e sobre espiritualidade associada à medicina.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que o clínico deve estar atento à dimensão espiritual do paciente, pois esta engloba as necessidades humanas e possibilita ao médico e paciente uma nova perspectiva além de trazer benefícios à saúde física e mental do paciente e melhorias da relação médico-paciente.

4 REFERÊNCIAS

CERVELIN, Aline Fantin et al. Espiritualidade e religiosidade nos cuidados paliativos: conhecer para governar. **Esc. Anna Nery** , Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, pág. 136-142, março de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000100136&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de setembro de 2020. https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140020 .

LUCCHETTI, Giancarlo et al. Espiritualidade na prática clínica: o que o clínico deve saber? **Rev Bras Clin**, São Paulo, v. 8, n. 2, pág. 154-158, agosto de 2010. Disponível em < http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2010/v8n2/a012.pdf>. acesso em 23 de setembro de 2020.

MANCHOLA, Camilo et al. Cuidados paliativos, espiritualidade e bioética narrativa em unidade de saúde especializada. **Rev. Bioét.**, Brasília , v. 24, n. 1, p. 165-175, Apr. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422016000100165&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Sept. 2020. https://doi.org/10.1590/1983-80422016241118.

CUIDADOS PALIATIVOS ONCOPEDIÁTRICOS NA ATENÇÃO BÁSICA

PACHECO, Eduarda Krebs[99]
MARTINI, Kauana Maschio[100]
TECHY, Basílio[101]

RESUMO: A presente revisão bibliográfica tem por objetivo dar enfoque ao público infantil no contexto de cuidados paliativos na prática, podendo até mesmo ter a estratégia vinculada ao atendimento domiciliar em muitos casos, de acordo com a legislação e recursos disponíveis pela Atenção Básica de Saúde. A metodologia inclui pesquisa em plataformas *online* nacionais, contemplando artigos relacionados ao tema. Conclui-se que a assistência dispensada aos pacientes visa auxiliar o doente e sua família a encarar tanto o processo de enfrentamento da doença quanto do luto, contemplando as particularidades inerentes à própria faixa etária com o auxílio da equipe multiprofissional.

Palavras-chave: Atenção primária. Cuidado paliativo. Equipe multidisciplinar. Pediatria.

1 INTRODUÇÃO

A definição de Cuidados Paliativos, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), baseia-se na assistência a pacientes e famílias que passam por processos de adoecimento, com objetivo de prevenção e alívio de sofrimento, dor, consequências de internamento e limitações impostas por uma entidade patológica, além de efeitos psicossociais e espirituais envolvidos com a situação (HERMES; LAMARCA, 2013). Nesse sentido, a morte deve ser considerada como um processo, o qual não deve ser nem acelerado nem prolongado (ortotanásia), visando a importância da vida, integração espiritual e psicológica durante a assistência, bem como o auxílio à família a vivenciar esse processo, tanto de doença como de luto. (HERMES; LAMARCA, 2013).

A fim de lidar com doenças terminais e outras situações nas quais os cuidados paliativos sejam imperativos, a equipe multiprofissional necessita possuir conhecimento e experiência no manejo de complicações (da própria doença ou impostas pelo tratamento), na conduta frente à dor e demais sintomas, no acolhimento

[99] Acadêmica do curso de Medicina, 6º Período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Acadêmica do curso de Medicina, 6º Período, Centro Universitário Campo Real.
[3] Docente do Centro Universitário Campo Real.

do paciente e de sua família de forma humanizada e completa, e na integralidade da composição do indivíduo (PEREIRA; VASCONCELOS; PEREIRA, 2018).

Os cuidados paliativos pediátricos possuem enfoque no cuidado da criança em sua totalidade, na esfera biopsicossocial e espiritual, aliviando todo o tipo de sofrimento a partir do diagnóstico. Esses cuidados são responsáveis também por abranger o suporte necessário à família dos pacientes, desde como lidar com prognósticos incertos até os momentos de negação e fim de possibilidades terapêuticas curativas. Sendo assim, a qualidade de vida e de morte devem ser igualmente consideradas pela atenção primária de saúde no Brasil, contando com a equipe multiprofissional durante a aplicação dos cuidados paliativos nos pacientes que possuam indicação, em especial de etiologia oncopediátrica (SANCHES; NASCIMENTO; LIMA, 2014).

2 DESENVOLVIMENTO

Crianças e adolescentes com indicações para iniciar os cuidados paliativos geralmente encontram-se em situações de fragilidade e dependem de atenção quase que total de seu cuidador-familiar, o que transforma a rotina de toda a família do enfermo, gerando sofrimento e solidão para todos os envolvidos. Essa carga emocional necessita ser compartilhada para alívio de angústias e tristezas, contando principalmente com o apoio e suporte da equipe multiprofissional de saúde. Nesse sentido, a importância da equipe é essencial, visto que o apoio embasado na escuta e comunicação sensíveis auxiliam a família a lidar com a problemática vivenciada, visando suas principais necessidades, sejam elas emocionais ou terapêuticas (SANCHES; NASCIMENTO; LIMA, 2014).

Outro papel essencial da equipe multiprofissional no contexto dos cuidados paliativos é a comunicação clara e adequada. Entender o momento difícil da família, da criança ou adolescente enfermo, ajuda a escolher as palavras e gestos mais empáticos e a mostrar o apoio que a equipe de saúde pode oferecer, tanto na inclusão aos cuidados paliativos, quanto durante a preparação para a perda do ente querido. A comunicação das más notícias precisa se basear nas estratégias corretas, visto que a família, no contexto paliativo, está enfrentando impasses físicos, psicológicos e

financeiros impostos pela doença, sendo imperativo o atendimento individualizado e compreensivo (SANCHES; NASCIMENTO; LIMA, 2014).

Os cuidados paliativos pediátricos, na maioria das vezes, não são reconhecidos como uma abordagem coexistente com a terapêutica curativa, sendo vistos apenas como uma medida alternativa. Dessa maneira, acabam não sendo valorizados da forma adequada por muitas instituições, serviços e profissionais e também pacientes e suas famílias. Todavia, o objetivo central é a qualidade de vida, por isso, preconiza-se, além do início precoce, a importância da inclusão dos pacientes ativamente durante o processo (SANCHES; NASCIMENTO; LIMA, 2014).

Ainda sobre o contexto dos cuidados paliativos, o aspecto espiritual possui elevada importância como ponto de apoio psicológico e social na adaptação dos familiares a essa nova situação, em especial a fé e a crença religiosa. A religiosidade consiste em uma fonte de conforto, responsável por auxiliar no enfrentamento dos obstáculos e da própria condição do doente, amenizando, por consequência, os sentimentos depressivos presentes e contribuindo em muitos casos para melhor adesão ao tratamento (FERREIRA; LOPES; MELO, 2011).

A conjuntura da criança doente no âmbito físico e emocional é ampla e engloba alguns sintomas característicos, dentre eles dor, distúrbios no trato gastrointestinal, dispneia, alterações no sono e humor, mudanças neurológicas e hormonais, podendo evoluir a condições de caquexia, anorexia, depressão e crises de ansiedade. Esses sinais e sintomas podem estar diretamente relacionados à enfermidade ou podem ser consequências de tratamentos rádio/quimioterápicos e do próprio internamento e quebra de rotina da criança (FERREIRA; LOPES; MELO, 2011). Levando o que foi exposto em consideração, entende-se que o padrão-ouro para a compreensão da situação em que o paciente está submetido é sempre o seu relato próprio, tendo o relato dos seus pais e responsáveis uma grande importância, porém de forma secundária (VALADARES; MOTA; OLIVEIRA, 2013).

A atenção domiciliar consiste em uma ferramenta de tratamento com o intuito de promover a desospitalização, modificar o mínimo possível a rotina da criança e seus familiares e fornecer cuidados de forma individualizada a depender das necessidades presentes (HERMES; LAMARCA, 2013). O Sistema Único de Saúde (SUS) tem como diretriz da saúde básica a Lei nº 10.424/ 2002 a qual preconiza a internação domiciliar, uma vez que esta é capaz de criar um ambiente de maior

conforto e liberdade para o paciente oncológico, seus familiares e cuidadores (RABELLO; RODRIGUES, 2010).

Há vantagens de manter o paciente em cuidados paliativos fora do âmbito hospitalar, e um exemplo de programa capaz de fornecer tal suporte é conhecido por Promoção e Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil (PADI). O programa foi criado com intuito de oferecer cuidados paliativos infantis na rede pública de saúde, por meio da equipe multidisciplinar. Contudo, a equipe de atendimento não é exclusiva do programa e ainda há a necessidade de alguns pré-requisitos para a inclusão do paciente, tais como condições de moradia e a necessidade de equipamentos e insumos. Uma vez que a atenção domiciliar é fornecida, a própria família também pode ser considerada membro da equipe de cuidados paliativos, já que também são essenciais na prestação de cuidados (RABELLO; RODRIGUES, 2010).

Com relação à equipe de cuidados, além da própria família já mencionada, a equipe de saúde em si é composta de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, psicólogo, fisioterapeuta e assistente social compõem a equipe básica. Outros profissionais podem complementar o atendimento, sendo eles acupunturistas, massagistas e musicoterapeutas (VASCONCELOS; PEREIRA, 2018).

O melhor manejo da criança em cuidados paliativos é uma parceria entre equipe de saúde e família, fazendo uso de técnicas farmacológicas e não farmacológicas, como musicoterapia, meditação, acupuntura, contação de histórias e brincadeiras. Todos esses elementos constituem a estratégia de contemplação do paciente como um todo, tendo em vista que ele é um ser biopsicossocial. Além do alívio físico de seus sintomas, é papel da equipe multiprofissional o cuidado com as esferas emocionais, sociais e até mesmo espirituais, no enfrentamento da doença e suas consequências, bem como no reencontro do sentido da vida, entendimento da morte e processo de luto (VALADARES; MOTA; OLIVEIRA, 2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cuidados paliativos são responsáveis pelo alívio do sofrimento e da dor no âmbito físico e emocional de pacientes diagnosticados com doenças terminais. Nesse sentido, a assistência dispensada visa auxiliar o doente e sua família a encarar tanto o processo de enfrentamento da doença quanto do luto. A equipe multiprofissional é encarregada dessa função, necessitando de treinamento para

promover um acolhimento adequado, orientação e conforto em toda a integralidade do paciente, por meio de atendimento hospitalar ou domiciliar. Dentre os maiores beneficiados dessa abordagem terapêutica encontram-se os pacientes pediátricos, que por possuírem maior fragilidade e estarem vivenciando uma fase de crescimento e mudanças (corporais e mentais), bem como a dependência familiar por conta da inerente maturidade, necessitam de uma assistência qualificada, que os atendam de maneira adequada. Sendo assim, a preconização dos cuidados paliativos oncopediátricos é de suma importância, enquadrando-se como responsabilidade da equipe multiprofissional, da atenção básica e da própria família.

4 REFERÊNCIAS

FERREIRA, Ana Paula de Queiroz; LOPES, Leany Queiroz Ferreira; MELO, Mônica Cristina Batista de. O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer. **Revista da SBPH**, v. 14, n. 2, p. 85-98, 2011.

RABELLO, Cláudia Azevedo Ferreira Guimarães; RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida. Saúde da família e cuidados paliativos infantis: ouvindo os familiares de crianças dependentes de tecnologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 379-388, 2010.

SANCHES, Mariana Vendrami Parra; NASCIMENTO, Lucila Castanheira; LIMA, Regina Aparecida Garcia de. Crianças e adolescentes com câncer em cuidados paliativos: experiência de familiares. **Rev. bras. enferm**., Brasília , v. 67, n. 1, p. 28-35, Feb. 2014 .

VALADARES, Maria Thereza Macedo; MOTA, Joaquim Antônio César; OLIVEIRA, Benigna Maria de. Cuidados paliativos em pediatria: uma revisão. **Revista Bioética**, v. 21, p. 486-493, 2013.

VASCONCELOS, Gabriella Belém; PEREIRA, Patrícia Mora. Cuidados paliativos em atenção domiciliar: uma revisão bibliográfica. **Revista de Administração em Saúde**, v. 18, n. 70, 2018.

HERMES, Hélida Ribeiro; LAMARCA, Isabel Cristina Arruda. Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2577-2588, 2013.

A INTERVENÇÃO PSICOLOGICA EM CUIDADOS PALIATIVOS

LALA,Solange dos Santos Martins de[1]
ALVES, Sonia Abreu[2]
FIUZA, Debora Rickli[3]

RESUMO: Cuidados paliativos são processos que correspondem ao cuidado de pacientes diante da doença que não apresentam evolução ao tratamento, é a fase da vida em que ocorrem mudanças físicas e psicológicas, é um período da doença onde há dor e sofrimento ao paciente e aos seus familiares. Este artigo tem como finalidade mostrar a importância da intervenção psicológica em cuidados paliativos. A análise contribuiu para entender o papel do psicólogo diante aos cuidados paliativos. Para desenvolver esse artigo foram revisados diversos autores referentes ao tema, disponíveis nas plataformas acadêmicas da Scielo.

Palavras-chave: Cuidados paliativos; Intervenção Psicológica; Familiares.

1 INTRODUÇÃO

Os cuidados paliativos referem-se aos cuidados dados a pacientes e familiares que recebem diagnóstico de doença incurável, são pacientes que passam por dor física, emocional e espiritual. Os cuidados paliativos se originaram do latim *palliun* que significa manto, proteção, ou seja, os cuidados paliativos acontecem com um grupo de profissionais de diferentes áreas que são treinados para proteger aqueles em que a medicina curativa já não consegue acolher (LUSTOSA, 2010).

Esta pesquisa será norteada por um problema central: Como promover qualidade de vida diante da dor e da morte? Este trabalho é relevante, pois as pessoas tem medo de falar e experenciar o processo da morte, trazendo assim uma angustia grande tanto aos pacientes como aos seus afetos (HERMES; LAMARCA;2013, REZENDE; GOMES; MACHADO; 2014, PORTO; LUSTOSA; 2010, FERREIRA; LOPES; MELO; 2011).

Para a (OMS) Organização Mundial da Saúde, 40 milhões de pessoas pelo mundo precisam dos cuidados paliativos, e esse número cresce de acordo com a população que está envelhecendo e do aumento de doenças crônicas.

O objetivo geral procura entender o conceito de cuidados paliativos e a partir de qual momento os pacientes poderão receber esses cuidados. O objetivo principal se desdobra em alguns objetivos específicos:1) Compreender como se faz cuidados paliativos e qual é o papel do psicólogo paliativista ante ao paciente. 2) Observar se

os cuidados paliativos são só para o paciente ou os familiares poderão ser acolhidos dentro programa. 3) Analisar se o paciente de fato consegue ter qualidade de vida em seu leito de morte.

Este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica que pretende identificar como acontece os cuidados paliativos e de que maneira a psicologia pode auxiliar os pacientes e seus familiares diante do fim da sua vida.

2 DESENVOLVIMENTO

Para a (OMS) os cuidados paliativos visa a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares, que passam por problemas de doenças que levam a morte. Também se objetiva o enfrentamento através identificação, tratamento precoce da dor e de outros problemas psicossociais, físicos e espirituais.

Para Rezende; Gomes; Machado (2014) existe uma busca para humanizar o atendimento de pacientes que não encontram mais na medicina tradicional a possibilidade de cura. Não só pacientes e familiares podem e devem receber cuidados paliativos, mas a equipe também, pois todos foram treinados para curar, e quando a morte chega a equipe também sofre, Matsumoto (2012) explica:

> Esse conceito se aplica, de fato, ao paciente e seu entorno, que adoece e sofre junto - familiares, cuidadores e também a equipe de saúde. (MATSUMOTO, 2012)

Para ser denominado cuidados paliativos, a equipe precisa ser multidisciplinar, ou seja, ela é composta de vários profissionais da área da saúde, que tem como objetivo ajudar os pacientes no enfrentamento diante de um diagnóstico de uma doença incurável. Ferreira at al (2011) diz que:

> A equipe multiprofissional deve unir esforços para oferecer um cuidado o mais abrangente possível, utilizando todos os recursos diagnósticos necessários para a melhor compreensão e manejo dos sintomas e tendo sempre em foco que a melhora da qualidade de vida pode influenciar positivamente no modo como o paciente lida com as questões relacionadas ao processo de adoecer. (FERREIRA, 2011)

Dentro da equipe multidisciplinar está a atuação do psicólogo, Rezende et al (2014) reforçam que o papel do psicólogo hospitalar dentro da equipe paliativista, é facilitar a consciência dos pacientes diante de sua nova condição de vida e proporcionar conforto para suas angústias de forma a atenuar as dores emocionais

dos sujeitos envolvidos, sem deixar de respeitar a subjetividade de cada um e o tempo de aceitação diante da finitude da vida.

Faz-se necessário entender que os cuidados paliativos, não é desistir de viver, ou não lutar, nem tão pouco suicídio assistido ou eutanásia, os cuidados paliativos não antecipam e nem prolonga a vida, simplesmente deixa-se que o percurso natural da vida aconteça, Arantes (2020). Pacientes que chegam para ser acolhidos dentro dos cuidados paliativos, muitas vezes estão debilitados com dores fortes, sem perspectiva. Mas Arantes (2020) no livro “Histórias Lindas de Morrer” diz que muitos pacientes depois de alguns dias dentro do programa de cuidados paliativos, passam a ter vida que beira a normalidade, muitos começam a fazer coisas que a muito tempo não fazia mais. Assim podemos ver que pacientes que estão em cuidados paliativos não só tem um ganho na sua qualidade de vida como também passam ser protagonistas da sua própria vida.

> Apenas 24 horas depois da internação, graças ao tratamento adequado, P. não sentia mais dor. Ele nos olhava intrigado. P: Disseram que eu vim aqui pra morrer, mas estou me sentindo muito melhor. (ARANTES 2020, p. 23).

Arantes (2020) em seu livro, dá vários exemplos de pacientes até mesmo com demência que surpreendeu tendo lucidez para se despedir da família. Outros levantavam do seu leito, alguns voltavam a falar, ou até mesmo se expressar de alguma forma, mesmo quando que pra medicina curativa fosse impossível que acontecesse.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa foi possível concluir que mesmo com a tecnologia avançada e medicamentos de ponta, à casos que infelizmente a medicina não poderá resolver, e que é importante encaramos de frente há existência do fim da vida. Faz-se necessário falar sobre o assunto morte, para que se possa viver até o fim com consciência ou que pelo menos aja qualidade de vida diante do medo e da dor. Além disso, acredita-se que todos que estão ao redor do paciente paliativo também passam pelo processo da dor, e que há necessidade de que essas pessoas também possam ser cuidadas.

Portanto, entende-se que a equipe paliativista, precisam estar bem treinados, para que possam fazer seu trabalho buscando a humanidade, respeitando a dor e a

história das pessoas que estão enfrentando a fase mais difícil de suas vidas. Logo o psicólogo deverá estar atento a vontade do paciente, e garantir que suas necessidades possam ser supridas.

4 REFERÊNCIAS

ARANTES, Ana Claudia Quintana. **Histórias Lindas de Morrer**. Sextante. Rio de Janeiro:GMT Editores Ltda, 2020

FERREIRA, Ana Paula de Queiroz; LOPES, Leany Queiroz Ferreira; MELO, Mônica Cristina Batista de. O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer*. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 85-98, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2021

LAMRCA, Cristina Arruda. **Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde Palliative care**: an approach based on the professional health categories. Disponível em https://www.scielo.br/j/csc/a/6RByxM8wLfBBVXhYmPY7RRB/?lang=pt> acessos em 19 set. 2021

MATSUMOTO, D. Y. Cuidados **Paliativos**: conceito, fundamentos e princípios. In: CARVALHO, R. T.; PARSONS, H. A. (Org.) Manual de Cuidados Paliativos São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), 2012. p.23-30.

PORTO, Gláucia; LUSTOSA, Maria Alice. Psicologia Hospitalar e Cuidados Paliativos. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 76-93, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582010000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2021

REZENDE, Laura Cristina Silva; GOMES, Cristina Sansoni; MACHADO, Maria Eugênia da Costa. A finitude da vida e o papel do psicólogo: perspectivas em cuidados paliativos. **Rev. Psicol. Saúde,** Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 28-36, junho, 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2021.

Cuidados paliativos segundo OPS(Organização panamericano de saúde) e OMS (Organização Mundial da Saúde). Disponível em <https://www.paho.org/es/temas/cuidados-paliativos> acessos em 19 set. 2021

O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO NA SOCIEDADE ILUSTRADO PELA OBRA "O CORINGA": UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

ARAÚJO, Mariana Forekevicz de[102]
BORGES, Maria Eduarda Dominico[103]
LIMA, Guilherme Almeida de[3]
OLIVEIRA, Marcelo de[4]
SILVA, Andréia Garcias da[5]

RESUMO: O sujeito se constitui pelas práticas em sociedade, essencialmente o meio que está inserido, a qual se refere a um processo de subjetivação. Dessa forma, neste contexto contemporâneo, traz-se a ideia de se olhar para sua própria subjetividade, por segregando o ambiente social e cultural, possibilitando a levar ao adoecimento. O presente estudo possui como objetivo investigar os aspectos que prejudiquem a saúde mental, partindo do princípio da individualização em correlação com a viés do filme Coringa (2019). Ainda assim, possui um caráter bibliográfico fundamentado na teoria psicanalítica por Sigmund Freud.

Palavras-chave: Subjetivação. Psicanálise. Coringa.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática da subjetivação na sociedade e as consequências que esse movimento acarreta para a psique do sujeito pela perspectiva do filme "Coringa" (2019), baseando-se na teoria psicanalítica.

As acadêmicas propõem a relação da teoria psicanalítica estudada a uma obra que, pela perspectiva das mesmas, ilustra de forma clara e visível o fenômeno apresentado, assim sendo, facilita a compreensão do tema pelos indivíduos e desenvolve o conhecimento das estudantes nesse campo.

O filme Coringa (2019) é recente e expressa uma realidade que se faz presente, onde a sociedade é individualista e valoriza essa condição, dessa forma, causando um adoecimento psicológico. De modo que torna-se necessária a discussão do tema bem como a elucidação dos termos e teorias a fim de promover visibilidade ao assunto.

---

[102] Acadêmica de Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[103] Acadêmica de Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[3] Professor no Centro Universitário Campo Real. Psicólogo e Pedagogo. Mestrando em Filosofia - PUCPR.
[4] Professor no Centro Universitário Campo Real. Psicólogo. Mestre em Filosofia – PUCPR.
[5] Acadêmica de Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real.

Dessa forma, por meio de diferentes estudos e tendo um olhar crítico ao filme, como pergunta norteadora da pesquisa foi eleito: “De que forma o processo de isolamento da sociedade interfere no psiquismo do sujeito?”

Por meio dessa problemática, discorre como objetivo geral da pesquisa investigar os aspectos da sociedade que prejudiquem a saúde mental, partindo do princípio da individualização. Assim, como objetivos específicos: correlacionar os conceitos de subjetivação com o filme Coringa, de forma a aplicar a teoria psicanalítica acerca da relação entre indivíduo e sociedade.

De cunho metodológico, será realizada através de uma análise sobre o filme associado com a pesquisa bibliográfica, trazendo a referência principal em Sigmund Freud.

2. ASPECTOS PRINCIPAIS: A ELUCIDAÇÃO DO CONTEXTO DO FILME

A obra Coringa foi lançada no ano de 2019, trazendo aos telespectadores o personagem Arthur Fleck, o qual trabalha como palhaço para uma agência de talentos e comparece toda semana a uma sessão com uma agente social, devido seus conhecidos transtornos mentais. Entretanto, neste contexto temos a cidade fictícia de Gotham, a qual é representada por ser majoritariamente dominada pela marginalização, o que demonstra o descaso do governo e seus agentes com a cidade e seus habitantes.

É perceptível que a estrutura dos transtornos do personagem possui um fator biológico, entretanto, o aspecto social tampouco se exclui da piora do seu quadro. Além de viver em uma cidade violenta, Arthur não possui condições de melhora no contexto inserido, sua nutrição é precária, já que o pouco que adquire por meio do seu trabalho é utilizado para que sustente sua mãe.

Não obstante, o personagem é constantemente ridicularizado, visto que possui um transtorno não nomeado pelo filme, o qual o leva a dar gargalhadas em situação de nervosismo ou estresse, desta forma, acaba por ser mal interpretado pelas pessoas ao seu redor, por mais que o mesmo tente explicá-las sobre isso através de cartões o qual possui justamente para uso neste tipo de situação - entretanto, a saúde mental não é uma pauta abordada na sociedade representada pelo filme, sendo assim, as pessoas tendem a pensar que aquilo não passa de uma desculpa.

Vale observar que, por mais que Arthur faça sessões semanais com sua agente social, o acolhimento é feito de forma precária. Seus relatos e angústias não são de fato ouvidos, o que passa a impressão que a profissional lhe apresentada está ali apenas para concluir parte de seu trabalho ao invés de, de fato, oferecer ajuda; ao analisar, a probabilidade disso ocorrer pode ser colocada em torno do sistema público não ter a assistência correta a fim de favorecer o privado, sendo assim, o ambiente passa a não ser adequado e a remuneração dos profissionais que ali trabalham certamente não cobre todas as suas necessidades, levando-os, então, a sentir descontentamento com a própria profissão e trazendo o descaso com seus pacientes.

Apesar do filme ser realizado em uma sociedade norte-americana e abordar uma cidade fictícia, o mesmo traz o reflexo perfeito do contexto brasileiro, onde a psicoterapia não acontece da forma devida, deixando a população ao abandono social.

2. 1. A SUBJETIVAÇÃO DO SOCIAL ENTENDIDA PELA TEORIA PSICANALÍTICA

O surgimento das primeiras indústrias e ascensão do liberalismo, traz a concepção de que o indivíduo pode trilhar o seu caminho e fazer sucesso por mérito próprio, sendo um ser autônomo e que mantém independência (RESENDE, 2007), pois acredita que exerce sua função social designando pelo seu emprego e não há necessidade de auxílio de terceiros, essencialmente as instituições governamentais.

Segregar o fenômeno individual e coletivo é uma falha, ambos estão em relação desde os modos de subjetivação, onde define-se como as práticas do constituição do eu, o sujeito passa pelas experiências vivenciadas pelo meio social inserido (FOUCAULT, 1984), ou seja, constituem uma relação de interdependência.

Ao nascimento de uma criança, o responsável pelos cuidados e também transitando pelo seu processo de subjetivação vivenciou o mesmo pela sociedade em que estava inserida e com os costumes que teve. No filme O Coringa, a cidade fictícia é extremamente violenta, ao passo que a mãe de Arthur, foi abusada pelo patrão e dessa situação, juntamente com a negligência social, surge o personagem principal e para encobrir o escarcéu, a mãe dele é tida como louca, internada em um manicômio e seu filho, fruto da relação, tido como adotado. Posteriormente, a mãe de fato passou a perder suas faculdades mentais e Arthur também, vide a negligência anteriormente apontada.

Ainda vale ressaltar que durante o processo em sociedade é apontado por Freud (1974) em suas obras, que os sujeitos renunciam sua pulsão, já que precisam cumprir ordens e satisfazer necessidade de outra pessoa como no trabalho, por exemplo, todos os regulamentos, dessa forma, a libido é direcionada para atividades nobres, a qual sociedade julga, consistindo no processo de sublimação.

> Na teoria de Freud (1974a), a civilização é fundada na base de uma renúncia à satisfação pulsional, uma constante repressão das pulsões. O desenvolvimento da civilização pode ser compreendido como um processo peculiar experimentado pela humanidade, caracterizado pelas modificações que ele ocasiona nas habituais disposições pulsionais dos seres humanos, resultando numa certa economia da libido, que para Freud constituiria a "tarefa econômica de nossas vidas". (FREUD, 1996, p. 103 apud LIMA, 2010, p. 63-64)

Nesse sentido, Arthur trabalha justamente sublimando sua condição psíquica, anteriormente citada, a qual o fazia rir em situações inapropriadas, e atua como palhaço. Sem dúvida, pela análise psicanalítica, pode-se relacionar que sua condição é um “auxílio” para a profissão que exerce e de forma ser aceito naquele ambiente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, mesmo que o indivíduo acredite que não necessita do social, possui interações com os diferentes e uma responsabilidade social de eleger pessoas que governem em prol das minorias e, desse modo, daqueles que não podem usufruir dos serviços privados.

No filme Coringa, Arthur acaba recebendo uma arma de um colega para que ele se proteja da sociedade violenta de Gotham, não deveria ser problema de Arthur garantir sua própria segurança, e sim do Estado por meio de políticas públicas. Colocar sua própria segurança e de outros indivíduos que convivem dentro da cidade a sua responsabilidade é mais um agravante na violência e na sua condição mental.

4. REFERÊNCIAS

CORINGA. Direção: Todd Phillips. Produção: Bradley Cooper. Roteiro: Scott Silver. Fotografia de Lawrence Sher. Nova York: Warner Boss, 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

LIMA, B. M. O mal estar na civilização: um diálogo entre Freud e Marcuse. **Mal estar e subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 61-68, 2010. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000100004. Acesso em: 02 ago. 2021.

RESENDE, A. C. A. Da relação indivíduo e sociedade. **Educativa,** Goiânia, v. 10, n. 1, p. 29-45, 2007. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/173/136. Acesso em: 30 ago. 2021.

O TRABALHO DO LUTO INFANTIL ATRAVÉS DA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

BELIN, Fabiola Bini[104]
NUNES, Asaf Silas[2]
FIUZA, Debora Rickli[3]

RESUMO: Esta breve pesquisa trata acerca do luto infantil através da perspectiva psicanalítica, tendo como objetivo mencionar as contribuições de alguns autores sobre o tema e abordar a importância da psicoterapia nesse contexto. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida de forma bibliográfica, tendo como resultado o fato de que o luto é um fenômeno natural tanto para o sujeito adulto quanto para a criança, passível de sentimentos negativos relacionados à perda, entretanto, o espaço psicoterapêutico é um lugar que permite à criança vivenciar e ressignificar esse processo tão complexo.

Palavras-chave: Luto. Infância. Psicanálise.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como tema o luto infantil e tem como intuito identificar qual é a compreensão da psicanálise acerca desse tema. Sabe-se que atualmente devido a pandemia mundial da COVID-19 o luto está presente constantemente em nossas vidas e rotinas, tratando-se de um fenômeno que causa sofrimento, dor e angústia. Ao abordar sobre as crianças, entende-se que elas possuem um modo particular de enfrentamento e manejo do sofrer, com isso, evidencia-se a necessidade de pesquisa sobre o tema, tendo em vista a quantidade de crianças que perderam entes queridos e estão necessitando de acolhimento e acompanhamento psicológico.

Em relação aos objetivos deste trabalho, pretende-se apontar algumas contribuições psicanalíticas sobre o luto infantil, bem como salientar a importância que o espaço psicoterapêutico possui para a ressignificação desse processo na infância. Como metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica com ênfase em estudos de artigos e livros desenvolvidos sobre a temática de autores como: Arminda Aberastury (1992), Donald Woods Winnicott (2015), Ferreira J., Silva S., Oliveira P., e Carvalho E. (2011), Laplanche e Pontalis (2016), Maria Helene Pereira Franco e Luciana Mazorra (2007), Melanie Klein (1997) e Sigmund Freud (1915).

[104] Acadêmica do curso de Psicologia, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Acadêmico do curso de Psicologia, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[3] Professora do Colegiado de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

Conforme Laplanche e Pontalis (2016, p. 509-510) o trabalho de luto pode ser definido como um “processo intrapsíquico, consecutivo à perda de um objeto de afeição, e pelo qual o sujeito consegue progressivamente desapegar-se dele”.

O luto é considerado, portanto, a reação à perda de algo ou alguém e caracteriza-se por comportamentos e sentimentos de desânimo, perda do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar e a possibilidade de bloqueio de toda e qualquer atividade que não estejam ligadas a pensamentos sobre o objeto perdido. Nos termos freudianos, o chamado “teste da realidade” exige do paciente uma retirada da libido investida nas ligações com o objeto perdido, causando assim uma “oposição compreensível”, no sentido de que é “fato notório” que o paciente não abandona de “bom grado” o sentimento que tinha pelo ente perdido (FREUD, 1996, p, 250).

Mais especificamente sobre o luto infantil, conforme Domingos e Maluf (2003, apud Ferreira et. al 2011, p. 4) estudos psicanalíticos apontam que as crianças, mesmo sem verbalizar o sofrimento diante de uma morte devido as suas questões cognitivas, percebem a perda e sofrem com isso.

Bowlby (2006, apud Ferreira et. al 2011, p. 5) declara que as crianças assim como os adultos quando passam por alguma perda sentem pesar, vivenciam o luto e são permeadas por alguns sentimentos como o medo de ser abandonado, o sentimento de culpa, a saudade e raiva da pessoa perdida por não a reencontrar.

Para Bowlby (2006), a razão pela qual a criança não expressa emoção diante da morte de uma pessoa amada está associada com o fato de que os adultos não se comunicam com a criança em relação à perda, impedindo que ela expresse aquilo que sente (apud Ferreira et. al 2011, p. 6-7).

No entanto, sabe-se que o luto é um processo natural da vida humana e que assim como outros fenômenos necessitam ser falados e expressados para que seja possível ao sujeito compreender e reorganizar com mais facilidade aquilo que está sendo vivenciado, prevenindo assim que o luto se torne patológico, tal qual Freud descreve ao tratar da melancolia (1996).

O luto infantil, devido ao período de desenvolvimento cognitivo e emocional que a criança vive, acarreta mais dificuldades no processo de significação da perda e por este motivo a elaboração do luto é feito ao longo da formação psíquica da criança,

à medida que ela compreende e significa à perda que vivenciou (Sekaer, 1987; Scalozub, 1998; Worden, 1998 (apud Franco e Mazorra 2007).

Com isso, torna-se notória a compreensão de que as crianças assim como os adultos vivenciam momentos de luto diante de uma perda e que também sofrem com isso. Entretanto, foi possível observar que, devido as suas peculiaridades de desenvolvimento, a criança possui uma forma particular de experienciar o luto e por isso salienta-se a importância do acolhimento, considerando que esse é um fenômeno complexo pelo fato de envolver a dor e o sofrimento humano, além de ser uma experiência pouco valorizada e falada na infância.

Nesse sentido, alguns autores da psicanálise reconhecem que diante de uma perda a orientação franca e honesta para a criança permitirá que ela tenha um desenvolvimento mental benéfico em seu processo de elaboração, evidenciando a importância de comunicação diante do fato (FERREIRA et. al, 2011).

Fundamentado nisso, compreende-se a importância do espaço psicoterapêutico para criança que vivencia o luto, sendo possível observar a partir da teoria de Freud que esse processo exige do sujeito energia, destacando a partir disso a fala como uma forma do sujeito liberar essa energia que lhe prende a atenção, para que possa dar espaço a outros vínculos, permitindo a liberdade e desinibição novamente do ego (FREUD, 1996).

Além disso, evidencia-se também a relevância da ludicidade e da criatividade neste processo, a qual pode ser vivenciada pela criança em um espaço psicoterapêutico adequado e pensado especialmente para ela e para o contexto em que vive. Conforme aponta Aberastury (1992), ao brincar a criança vence o medo, cria experiências que a tranquilizam, simboliza um objeto perdido e experimenta o controle de poder recuperar algo que ama.

Ademais, de acordo com Winnicott (2015) a brincadeira é considerada parte significativa da vida, pois representa experiências ricas e férteis, bem como auxilia no desenvolvimento da personalidade e das relações sociais e emocionais da criança. Também, a brincadeira tem como intuito conectar e interligar a realidade interna com a realidade externa da criança, compreendo deste modo como um meio facilitador para a ressignificação do luto, servindo à “função de autorrevelação e de comunicação com o nível profundo” como traz Winnicott (2015, p. 165), associando o brincar ao ato de falar do adulto.

De acordo com a teoria da autora Melanie Klein, sobre a análise através do brincar, “a criança expressa suas fantasias, seus desejos e suas experiências reais de um modo simbólico, através de brincadeiras e jogos” (KLEIN, 1997, p. 27). Nesse sentido nota-se a importância do atendimento infantil para a compreensão dos processos psíquicos da criança, considerando a brincadeira, portanto, como uma forma de linguagem. No entanto, a autora menciona que para que seja possível ao analista inferir e interpretar o significado do brincar, é necessário considerar a situação analítica em qual a criança está inserida (KLEIN, 1997).

Por fim, evidencia-se o ato de brincar no espaço psicoterapêutico como meio relevante de expressão da criança, o qual permite a ela evocar conteúdos reprimidos, ao passo que transfere para brincadeira experiências reais e com isso tem a possibilidade de elaborar aquilo que viveu, além da oportunidade de regulação da ansiedade, enquanto que para o analista permite a observação de conteúdos latentes da criança, como também a capacidade de exercer influência sobre o seu desenvolvimento (KLEIN, 1997).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados foi possível concluir o objetivo deste trabalho, na medida em que pôde-se apontar algumas das principais contribuições da teoria psicanalítica acerca do luto infantil e analisar a importância que o espaço psicoterapêutico tem no acolhimento de crianças que vivenciam esse processo.

Tendo em vista que o luto trata-se de um fenômeno complexo, o qual envolve sentimentos negativos bem como a dificuldade de reorganização e de manifestação do sofrimento, o espaço psicoterapêutico é notado como um meio de possibilitar a criança a diminuição de possíveis sintomas e a capacidade de compreender e significar conteúdos reprimidos relacionados à perda, considerando que o analista é um profissional adequado para possibilitar as condições necessárias para a realização e experimentação deste espaço, salientado desse modo a relevância do estudo do tema em questão no meio acadêmico.

4 REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda. **A criança e seus jogos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1992. Disponível em: <https://blog.psiqueasy.com.br/wp-content/uploads/2018/05/A-Crian%C3%A7a-e-seus-Jogos.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

FERREIRA, J. B. A.; SILVA, S.A.; OLIVEIRA, P. A.; CARVALHO, E. L. L. **Perda e luto na infância: o desvínculo e suas consequências na formação do psiquismo**. 2011. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2011/PDF/Psicologia/PERDA%20E%20LUTO%20NA%20INFANCIA.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

FRANCO, M.H.P.; MAZZORA, L. **Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor**. São Paulo. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/yhbQfWtKqLhF7g5m8pyjP4G/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia** (1917 [1915]). In: _____. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIV, p. 246-263.

KLEIN, Melanie. **A psicanálise de crianças**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

LAPLANCHE, J. **Vocábulo de Psicanálise** / Laplanche e Pontalis. 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2016, p. 509-511.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

ESTUPRO, VIOLÊNCIA SEXUAL E O AGRAVAMENTO COM A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

FACHINELLO, Alana Cristina Vieira[1]
RODRIGUES, Eros Uriel[2]

RESUMO: A violência sexual caracteriza-se pelo ato sexual, tentativa sem consentimento, ou por intimidações. O estupro define-se pelo constrangimento a um indivíduo, por violência ou ameaça, com ou sem conjunção carnal. A pandemia do coronavírus corroborou para a elevação do número de casos de violência. A presente revisão sistemática tem enfoque no estupro e violência sexual e no seu aumento com a pandemia, e finaliza com o entendimento da necessidade de ampliar o conhecimento da população, dos profissionais de saúde e das vítimas, visando melhor atendimento e segurança, além de se pensar em medidas de prevenção contra essa problemática.

Palavras-chave: Coronavírus. Estupro. Violência. Violência contra a mulher.

1 INTRODUÇÃO

A violência está presente desde a origem da espécie humana. Ao utilizar-se da força física ou da autoridade, sendo por meio de ameaça ou mesmo praticando o ato violento, seja contra si, contra outro, ou contra uma comunidade, que gere lesão, óbito, problemas psicológicos, prejuízo de desenvolvimento ou privação, comete-se violência, consoante a Organização Mundial da Saúde (OMS) (GEDRAT; SILVEIRA; ALMEIDA, 2020).

Já o ato sexual, tentativa de obtê-lo sem consentimento ou com alguém incapaz de assentir ou não (ARAUJO et al., 2019), comentários incovenientes, ou mesmo atos que visam o tráfico sexual, caracterizam a violência sexual. Esse tipo de violência também se dá pela intimidação realizada por qualquer indivíduo, seja em casa, no trabalho ou em outros locais (NUNES; LIMA; MORAIS, 2017).

As mulheres vítimas de violência sexual podem ser expostas à infecções sexualmente transmissívis (ISTs), gravidez indesejada, disfunções sexuais, problemas mentais, podendo desenvolver depressão e até mesmo cometer suicídio (SANTAREM et al., 2020) (ARAUJO et al., 2019). Nos homens, ISTs, problemas psicológicos, disfunções sexuais, transtorno de sintoma somático, insônia, problemas em assumir relacionamentos, abuso de álcool e drogas, comportamento agressivo e

pensamentos suicidas, podem ser uma consequência da violência sexual sofrida. Na criança, pode-se somar o sentimento de culpabilidade, vergonha, desencadear transtornos alimentares, distorções cognitivas, problemas psicológicos, sexuais e de relacionamento, bem como a ausência recorrente no ambiente escolar (ARAUJO et al., 2019).

A pandemia do coronavírus gerou um problema de saúde pública globalizado após ter seu primeiro caso oficial notificado na China. No dia 30 de janeiro de 2020 a doença assumiu o status de Emergência de Saúde Pública de importância internacional. Devido a grande capacidade de contágio do vírus, foram adotadas medidas de distanciamento social, inclusive a quarentena. Nesse contexto, o ambiente doméstico é mais seguro em relação ao coronavírus, contudo, menos seguro quando a questão é violência doméstica, pois é prioritariamente no ambiente privado que essa violência mais acontece. A mídia e relatórios de organizações internacionais indicam aumento globalizado no número de casos durante a pandemia. (SILVA et al., 2020).

O objetivo do presente estudo é demonstrar a necessidade de ampliação do conhecimento da população, dos profissionais de saúde e das vítimas de estupro e violência sexual, tendo em vista uma aprimoração no atendimento e segurança de tais pacientes, além de corroborar para medidas de prevenção contra essa problemática, principalmente no período pandêmico.

2 DESENVOLVIMENTO

Este estudo trata-se de um artigo de revisão bibliográfica sistemática sobre estupro e violência sexual e seu aumento com a pandemia do coronavírus. A pesquisa dos artigos foi realizada nas plataformas SciELO, BVS, PUBMED e Google Acadêmico, sendo utilizados para a busca bibliográfica os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e suas combinações em inglês e português: Coronavírus, Estupro, Violência, Violência contra mulher. Utilizou-se os operadores booleanos “AND”, “OR” e “NOT”. Selecionou-se os artigos publicados a partir de 2016, que abordavam a violência contra as mulheres, a violência sexual, o estupro, e aqueles que correlacionavam tais assuntos com o coronavírus. Excluiu-se os artigos sem citação,

que não abordavam as questões já citadas, que foram publicados antes de 2016 e que não estavam disponíveis de forma gratuita.

Segundo estudo feito em 56 nações, afere-se que 1 em cada 14 mulheres no mundo já sofreu violência sexual por homens que não conheciam. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, baseado em seus registros de 2014, afirma que um indivíduo foi estuprado a cada 11 minutos. O Código Penal Brasileiro define o crime de estupro como coagir um indivíduo, seja por meio de violência, ameaça, relação sexual com penetração ou a prática de outro ato libidinoso (LIMA; LAROCCA; NASCIMENTO, 2019).

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014) 0,26% das mulheres já sofreu estupro, resultando um total de 527 mil vítimas de violência sexual em 2013. Crianças e adolescentes correspondem a um percentual de 70%. O índice de abuso sexual é de 1,5 a 3 vezes maior em meninas do que em meninos. Os agressores foram em sua maioria homens, 93%. Em 32,2% dos casos, os agressores são conhecidos ou fazem parte do ciclo de amizade da vítima e em 24,1% tratam-se de pais ou padastros. Agressores desconhecidos geralmente são observados na vítima adulta, correspondendo a um percentual de 60,5%. Quando o violentador é conhecido, a violência tende a se repetir em aproximadamente 48% dos casos em crianças e adolescentes, diferente dos casos praticados por desconhecidos, em que a repetição acontece raramente (CAMPOS et al., 2017) (TRABBOLD et al., 2016).

De acordo com dados coletados no ano de 2015 em 84 municípios brasileros com 100 mil idivíduos, chegou-se a conclusão de que 67% da população sente medo de sofrer agressão sexual. No sexo masculino, 42% têm medo de ser estuprado, e no sexo feminino esse percentual sobe para 90%. Segundo o Ministério da Saúde, o abuso sexual ocupa o segundo lugar no ranking entre os maiores tipos de violência cometida no país, todavia, muito provavelmente os dados estejam subestimados (MASSARO et al., 2019).

No período de pandemia, o acesso aos serviços de assistência social, saúde, segurança pública e justiça está diminuído. Além da oferta reduzida, também há uma redução na procura, uma vez que as vítimas podem deixar de buscar apoio devido ao receio do contágio (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020). Dessa forma, é importante se atentar a menor visibilidade das agressões (Marques et al., 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual é mais comum no sexo feminino, sendo que crianças e adolescentes são a faixa etária mais atingida. Os agressores geralmente são homens e fazem parte do ciclo de convívio da vítima, sendo em grande parte pais ou padrastos. Quando o agressor é do convívio familiar, há recorrência da violência em quase metade dos casos envolvendo crianças e adolescentes.

O abuso sexual é um problema de saúde pública, ocupando o segundo lugar no ranking nacional entre os maiores tipos de violência, mesmo com seus dados estando possivelmente subestimados.

O número de casos, já exorbitantes, foram agravados com a pandemia do coronavírus, uma vez que a vítima em ambiente domiciliar fica mais exposta a esse tipo de agressão e há maior relutância em procurar os serviços de ajuda pelo medo do contágio.

Fica evidente, portanto, que o estupro e a violência sexual ainda são temas que merecem mais atenção para ampliar o conhecimento da população em geral, dos profissionais de saúde e das vítimas, visando um melhor atendimento, bem como maior seguridade da pessoa que sofreu abuso em revelar, denunciar e buscar ajuda. Está claro, também, a necessidade de se pensar em estratégias para combater o aumento do número de casos provocados pela pandemia.

4 REFERÊNCIAS

ARAUJO, JULIANA DE OLIVEIRA et al. Prevalence of sexual violence among refugees: a systematic review. **Revista de Saúde Pública**. v. 53. Acesso: 20 Jun 2021, 78.

CAMPOS, CARMEN HEIN de et al. Cultura do estupro ou cultura antiestupro?. **Revista Direito GV**. 2017, v. 13, n. 3. Acesso: 20 Jun 2021, pp. 981-1006.

GEDRAT, DÓRIS CRISTINA, SILVEIRA, ELIANE FRAGA DA E ALMEIDA, Honor de Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. 2020, n. 138. Acesso: 13 de Jun 2021, pp. 342-358.

LIMA, MARIA CRISTINA DIAS DE, LAROCCA, LILIANA MULLER E NASCIMENTO, DÊNIS JOSÉ. Abortamento legal após estupro: histórias reais, diálogos necessários. **Saúde em Debate**. v. 43, n. 121. Acesso: 13 de Jun 2021, pp. 417-428.

MARQUES, EMANUELE SOUZA et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 36, n. 4. Acesso: 20 Jun 2021, e00074420.

MASSARO, LUCIANA TEIXEIRA DOS SANTOS et al. Estupros no Brasil e relações com o consumo de álcool: estimativas baseadas em autorrelato sigiloso. **Cadernos de Saúde Pública**. 2019, v. 35, n. 2. Acesso: 13 Jun 2021, e00022118.

NUNES, MYKAELLA CRISTINA ANTUNES, LIMA, REBECA FERNANDES FERREIRA E MORAIS, NORMANDA ARAUJO DE Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2017, v. 37, n. 04. Acesso: 13 Jun 2021, pp. 956-969.

SANTAREM, MICHELLE DORNELLES et al. Epidemiological Profile of the Victims of Sexual Violence Treated at a Referral Center in Southern Brazil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. 2020, v. 42, n. 09. Acesso: 12 Jun 2021, pp. 547-554.

SILVA, ANDREY FERREIRA DA et al. Elementos precipitadores/intensificadores da violência conjugal em tempo da Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2020, v. 25, n. 9. Acesso: 12 Jun 2021, pp. 3475-3480.

TRABBOLD, VERA LUCIA MENDES et al. Concepções sobre adolescentes em situação de violência sexual. **Psicologia & Sociedade**. 2016, v. 28, n. 1. Acesso: 20 Jun 2021, pp. 74-83.

VIEIRA, PÂMELA ROCHA, GARCIA, LEILA POSENATO E MACIEL, ETHEL LEONOR NOIA. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v. 23. Acesso: 20 Jun 2021, e200033.

DIREITO À PRIVACIDADE E HERMENÊUTICA JURÍDICA: EFICÁCIA DAS LEIS E IMPORTÂNCIA DA INTERPRETAÇÃO NORMATIVA

DOLINSKI, Kamila Camargo[105]
RIBAS, Raphael de Paula[106]

RESUMO O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise do desenvolvimento da conceituação do termo "privacidade" ao longo dos anos, com foco no conceito concebido na Era Digital, assim como a existência de normas reguladoras de tal assunto. Esta pesquisa irá abordar a importância da hermenêutica para a aplicação das leis jurídicas, momento em que será expresso a necessidade de uma hermenêutica prática pelo jurista aplicador da norma, em vista da hermenêutica tradicional. Quanto as leis referentes ao Direito à privacidade, poderá ser entendido que estas não são novidades no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Privacidade. Era Digital. Hermenêutica. Interpretação. Leis.

1 INTRODUÇÃO

Área que apresenta um crescimento constante, e vem sendo cada vez mais explorada no cenário brasileiro, o Direito Digital, possui múltiplas questões e no momento atual a questão da privacidade é uma das que mais tem sido foco de discussões, visto a sua relevância no dia a dia de cada cidadão brasileiro. Nota-se as amplas teorias que aqui tentam conceituar tal direito, mas que de alguma forma possuem imprecisão, o que deixa vago a efetiva aplicação do direito.

No decorrer do trabalho a hermenêutica será analisada, buscando dar maior eficácia e precisão ao direito à privacidade, deixando de lado a maneira tradicional de interpretação e partindo para uma interpretação considerada "ideal" na sociedade atual.

Com enfoque nisso, este artigo tem como objetivo analisar a privacidade no ordenamento jurídico brasileiro, observando se existem normas referentes ao assunto e se possuem a eficácia desejada, com embasamento em profissionais desta área jurídica, será possível a realização de uma breve explicação referente as leis

[105] Acadêmica do 4° período do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava – Paraná.
[106] Advogado, mestrando em Ciências Sociais aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professor do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava - Paraná

existentes sobre o assunto, em especial a Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho trata-se de um resumo de assunto, pois efetuou-se uma pesquisa fundamentada em trabalhos mais avançados, publicados por especialistas no assunto, valendo-se então de objeto bibliográfico e de uma abordagem qualitativa referente ao tratamento de dados.

Partindo disso, é percebido que o termo “privacidade” muito evoluiu em sua conceituação, no ano de 1890, Samuel Warren e Louis Brandeis publicaram um artigo referente a questão da privacidade, artigo esse denominado de “*The Right to Privacy*”. Nesse artigo, a privacidade é definida como o direito de estar, ficar ou ser deixado só, para esses autores a existência desse direito era em virtude da possível violação da privacidade que foi acarretada pelas novas tecnologias à época.

Por outro lado, E.L Godkin (1890) afirmava que o direito à privacidade é o direito que cada pessoa possui para decidir o quanto de sua vida pode ser exposta ao público, sendo este conceito entendido como o direito de limitado acesso a personalidade. Em uma terceira conceituação, a privacidade é entendida como o direito ao sigilo, ao segredo. O pesquisador Brandão (2013) nos informa que Richard Posner (1981), atribuía duas implicações a privacidade sendo elas: o direito de ser deixado sozinho e o direito de esconder certas informações, dessa maneira, entende-se que o direito a esconder informações ligado ao sigilo está completamente ligado à privacidade.

De outra maneira é a conceituação dada por Arthur Miller (1971), este define a privacidade como o controle sobre informações pessoais, sendo que o direito à privacidade seria bem-sucedido devido a habilidade individual de cada ser humano em controlar a circulação de informações relacionadas a si mesmo. Em uma quinta teoria, de acordo com Brandão (2013), esse direito é tratado como o direito de fazer decisões sobre a própria vida sem interferência externa, sendo então, a privacidade uma decisão individual sobre o compartilhamento de informações.

Quando se fala em privacidade na Era Digital, tal direito é entendido como o “direito à autodeterminação informativa” em que os indivíduos possuem poderes para controlar suas informações. Bessa (2020) comunica que:

> O direito à autodeterminação informativa se constitui na faculdade que toda pessoa tem de exercer, de algum modo, controle sobre seus dados pessoais, garantindo-lhe, em determinadas circunstâncias, decidir-se a informação pode ser objeto de tratamento (coleta, uso, transferência) por terceiros, bem como acessar bancos de dados para exigir correção ou cancelamento de informações

Com isso, e de acordo com autores até aqui apresentados, pode-se afirmar que o atual conceito do direito à privacidade está pautado na liberdade que cada indivíduo possui de escolher qual de suas informações será compartilhada ou não. Importante ressaltar que o direito à privacidade não é novidade no ordenamento jurídico brasileiro, conforme aduz a professora Patrícia Peck (2016), basta que se recorra a Constituição Federal brasileira, em seu art. 5°, X, em que se diz “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988). Sendo a problemática fortemente ligada ao modo em que a hermenêutica jurídica é utilizada pelo jurista.

Nesse sentido, nos cabe o questionamento da eficácia das leis existentes. Apesar de existentes, cumprem realmente com a sua função? Primeiramente, cumpre-nos informar que apesar do esclarecimento feito pela professora Patrícia Peck (2016), atualmente está em vigor a Lei n° 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), que regulamenta e protege de forma mais assertiva os direitos fundamentais regulamentados pelo artigo 5°, inciso X da CF.

Conforme o artigo 17 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): “toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.” (BRASIL, 2018). Sendo assim, de maneira explícita, a LGPD dá a cada pessoa o direito de autodeterminação informativa, em que se pode escolher quais dados serão compartilhados ou não, entretanto esse direito de regular o que pode ser compartilhado ou não, não abarca as atividades domésticas de fins não econômicos, pois como mencionado pela professora Patrícia Peck (2020) “um dos focos de ação do dispositivo é regular as atividades cujo objetivo seja a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços”.

Visto isso, tem-se que a LGPD tem sua atuação limitada aos serviços de oferta ou fornecimento de bens ou serviços, sendo então uma garantia pertencente

ao consumidor que acessa, faz compras e navega digitalmente, em que este poderá controlar todos os dados pessoais compartilhados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo evidencia-se que foi discutido sobre o tema privacidade na era digital e sua interpretação hermenêutica, o leitor pôde entender sobre as variadas teorias referentes ao direito à privacidade, o qual inicialmente era tratado como o direito de estar, ficar ou ser deixado só e, posteriormente, com a imensa evolução do mundo digital começou a ser entendido como o direito à autodeterminação informativa.

Observa-se que todos os objetivos apresentados na introdução deste artigo foram cumpridos, visto que os assuntos abordados partiram desde as primícias da conceituação do termo privacidade, passando pelas principais teorias conceituadoras do tema, assim como, a importância de uma hermenêutica jurídica prática e não apenas teórica como tradicionalmente pensada, finalizando então com a abordagem da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua proteção aos direitos fundamentais contidos na Constituição Federal brasileira.

Neste trabalho foram apresentadas as principais problemáticas da interpretação hermenêutica, desde a concepção filosófica de Gadamer (1999) até a concepção jurídica partindo da maneira tradicionalmente utilizada pelos juristas, que é a interpretação teórica, para a interpretação considerada a “ideal” pelos estudiosos da hermenêutica, que seria o modo interpretativo global, prático feito pelo profissional do direito.

Com a abordagem das normas referentes a este assunto tornou-se evidente que no cenário brasileiro a previsão de tal direito não é novidade, visto que nos termos do artigo 5°, inciso X da CF é concebido como um direito fundamental, além da sua previsão no Código de Defesa do Consumidor de 1990, e mais recentemente a regulamentação existente na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que passou a regulamentar de maneira mais fundamentada o exercício de tal direito.

4 REFERÊNCIAS

ASSIS, M. C. **Metodologia do Trabalho Científico**. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_1360073105.pdf> Acesso em 22 de maio de 2020.

BESSA, L. R. A LGPD e o direito à autodeterminação informativa. **GenJurídico**. Disponível em: http://genjuridico.com.br/2020/10/26/lgpd-direito-autodeterminacao-informativa/. Acesso em: 08 de julho de 2021.

BRANDÃO, A. M. Interpretação Jurídica e Direito à Privacidade na Era da Informação: uma abordagem da Hermenêutica Filosófica. **Revista Paradigma**. ISSN 2318-8650 v. 18, 2013.

BRASIL. Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 20 de julho de 2021.

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 de julho de 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de julho de 2021.

MACHADO, J. M. S. A expansão do conceito de privacidade e a evolução na Tecnologia de Informação com o surgimento dos bancos de dados. **Revista da AJURIS**, v.41,2014.

PECK, P. P. Direito Digital. **Editora Saraiva**, 6. Ed. 2016

_____. Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n.13.709/2018 (LGPD), **SaraivaJur**, 2. Ed. 2020.

O RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE: A IMPORTÂNCIA DO PROCEDIMENTO PARA O DIREITO DE FAMÍLIA

SOUZA, Rafaela Cieslak de[107]
MORELES, Ana Cristiane de Mello[108]

RESUMO: O seguinte resumo possui o objetivo de expandir o conhecimento sobre o Direito de Família. Especificamente, ao abordar a temática do reconhecimento da paternidade, este artigo explica como ocorre o procedimento. Propondo questionamentos diante da família monoparental, o incentivo da participação paterna na vida familiar e a questão do duplo reconhecimento. De fato, reconhecer não resulta somente no aspecto afetivo, também gera o dever de cuidado e obrigações do genitor para com a paternidade declarada.

Palavras-chave: Reconhecimento. Paternidade. Famílias. Procedimento. Filiação.

1 INTRODUÇÃO

O procedimento de reconhecimento de paternidade é um tema presente na sociedade brasileira, desde o concebimento dos filhos. O nascituro - indivíduo concebido no ventre materno - é detentor de diversos direitos além das expectativas desses, assegurados pela Constituição Federal e demais Institutos que prevêem tais garantias. Dentre esses direitos que o protegem, um deles diz respeito ao direito à paternidade.

A Lei n° 10.406/2002, introduz a parte especial sobre o procedimento de reconhecimento. Reconhecer, resume-se no dever de cuidado decorrentes dos direitos e deveres na relação entre pais e filhos. Deste modo, descreve Soares (2015) “O reconhecimento da paternidade é o ato utilizado para declarar a filiação extramatrimonial, estabelecendo a relação pai e filho e dando origem aos efeitos jurídicos dessa relação”.

Dessa forma, o desenvolvimento do seguinte trabalho é sustentado pelo debate para com o Direito de Família, destacando a importância da alegação da paternidade na vida familiar e questionamentos à diversidade de famílias. Todavia,

---

[107] Acadêmica de Direito, 4° período, Centro Universitário Campo Real, Guarapuava-PR.

[108] Professora de Direito de Família e Direito das Sucessões do Centro Universitário Campo Real. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família e das Sucessões - IBDFAM.

também é um dos pilares de estudo da apresentação do artigo, a contextualização histórica das famílias tradicionais brasileiras em contraposição aos tempos modernos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PROCEDIMENTO

O conceito de filiação sofreu diversas alterações no ordenamento jurídico. Desde as primeiras versões do Código Civil em 1916, a filiação de caráter legítimo era advinda unicamente da relação matrimonial. Com essa distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, e fora da relação matrimonial a paternidade era incerta quanto à maternidade sempre presumida.

Atentando-se às mudanças na vigência da lei, houve a possibilidade de reconhecer os filhos não havidos do casamento civil. “Art. 1.596 Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.” (BRASIL, Código Civil, 2015).

Todavia, quanto ao procedimento de reconhecimento da paternidade, pode ser de maneira voluntária pelo registro civil do nascituro, escritura pública ou particular em cartório, e nos casos de testamento deixados pelo espólio, por meio da declaração no Poder Judiciário.

Nao havendo o reconhecimento voluntário pelo genitor, a parte interessada poderá se socorrer da ação de reconhecimento de paternidade pode ser ajuizada pelo Ministério Público, pelo filho maior de idade, e os filhos incapazes ou nascituros serão representados ou legalmente assistidos pela genitora.

Para a autora, Maria Helena Diniz afirma (2012, p. 516 apud SOARES, 2019), o reconhecimento não gera a paternidade, daí entender-se que o ato é declaratório e que todos os efeitos legais decorrem desse ato.

> É, por isso, declaratório e não constitutivo. Esse ato declaratório, ao estabelecer a relação de parentesco entre os genitores e a prole, origina efeitos jurídicos. Desde o instante do reconhecimento válido, proclama-se a filiação, dela decorrendo consequências jurídicas, já que antes do reconhecimento, na órbita do direito, não há qualquer parentesco.(DINIZ, Maria Helena, 2012)

O procedimento de reconhecimento voluntário de paternidade é um ato puramente espontâneo, público e solene. Com base nos artigos 1.609 e 1.610 do Código Civil (Lei 10.406), em regra, o reconhecimento é irrevogável. Segundo Zeni (p. 75, 2009), mesmo irrevogável, a ação de impugnação anulando a paternidade, pretende comprovar a inexistência de filiação. Com a decisão do STJ, a Terceira Turma Recursal garante que essa exceção é prevista diante de casos em que o suposto pai apresenta um vício de consentimento, quando induzido a erro.

2.2 IMPORTÂNCIA E INCENTIVO PELO PROGRAMA "PAI PRESENTE" DO CNJ

Com a busca pela efetivação na paternidade, independente dos fins biológicos, a socioafetividade gera efeitos positivos para a vida familiar. Na valorização do princípio da dignidade humana, o afeto é elemento importantíssimo e equiparado a uma base para a constituição de família. A relação cotidiana que surge entre pais e filhos, dão seguimento a formação de laços familiares, o carinho e o dever de cuidado da filiação.

Em 2010, o Conselho Nacional de Justiça estimulou a criação do Programa Pai Presente na ausência de paternidade. Com o objetivo de efetivar a averbação no registro civil tardio, cerca de 14,6 mil brasileiros até então não possuíam o registro de paternidade. Tal demanda resultou no auxílio pelo Provimento n. 16 da Corregedoria Nacional de Justiça, para propor a regulamentação e responsabilização do genitor. Agindo de acordo com o princípio do melhor interesse da criança e se necessário, na condição de incapacidade do filho, auxiliar em alimentos, regularização de guarda e visitas e questões patrimoniais, assim são efeitos dessas variadas relações.

2.3 A POSSIBILIDADE DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

Atualmente não há quaisquer restrições quanto à dupla possibilidade parental, ou seja, tanto afetiva como biológica, podendo a criança ou adolescente permanecer com dois registros paternos.

Com a hipótese de modificação na averbação civil, surge uma perspectiva ao direito de família, em oportunizar ambos os reconhecimentos: "São gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente". (BRASIL, 2016, Art. 102 § 6°).

Sobre o tema já se pronunciou o CNJ através do Provimento n.63 com alterações do Provimento n.83, deixando claro que tal forma de reconhecimento de paternidade poderá ser realizada inclusive extrajudicialmente. Assim, o registrador atestando o vínculo socioafetivo através da produção probatória e obtendo o parecer favorável do Ministério Público, assentará o registro da paternidade na Certidão de Nascimento respectiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Direito de Família, a diversidade no contexto atual configura uma descentralização do patriarcalismo para valorização das diversas formas familiares. Cabe salientar que, nessas famílias pode ocorrer o não reconhecimento da filiação por parte dos genitores, ora por questões pessoais de escolha da mãe ou pelo abandono paterno. Embora haja contratempos, todo indivíduo tem o direito de que conste os nomes de seus genitores em seu assento de nascimento, de modo que é mister que eles se desincumbam da educação e participação efetiva na vida do filho.

A conclusão do presente artigo encerra ao incentivar o reconhecimento de paternidade, por mais que nem sempre o acompanhamento do pai e a sua inclusão na vida do(a) filho(a), resulte em uma boa convivência. Independentemente, se houver vínculo afetivo ou não, o reconhecimento da paternidade deverá contribuir para o exercício pleno da filiação, gerenciando que o mesmo receba a proteção jurídica e uma vida digna assegurada pelos princípios fundamentais da Constituição Federal.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 set. 2021.

SOARES, Ana Paula Paixão. **O reconhecimento de paternidade na legislação brasileira vigente**. Disponível em:

https://anapaulapaixao.jusbrasil.com.br/artigos/214674021/o-reconhecimento-de-paternidade-na-legislacao-brasileira-vigente. Acesso em: 22 ago. 2021.

G1 GLOBO. **Tribunal de Justiça reconhece multiparentalidade em SP e autoriza registro de criança com dois pais, o biológico e o afetivo**. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/16/tribunal-de-justica-reconhece-multiparentalidade-em-sp-e-autoriza-registro-de-crianca-com-dois-pais-o-biologico-e-o-afetivo.ghtml. Acesso em: 29 ago. 2021.

ZENI, B. S. A Evolução Histórico - Legal da Filiação no Brasil. **Revista Direito em Debate**, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 31, 2013. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/641. Acesso em: 6 set. 2021.

GOMES, L. F. **Para STJ, não é possível anular o reconhecimento de paternidade realizado de forma espontânea e sem vícios de consentimento.** Disponível em: https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/150917/para-stj-nao-e-possivel-anular-o-reconhecimento-de-paternidade-realizado-de-forma-espontanea-e-sem-vicios-de-consentimento. Acesso em: 6 set. 2021.

BARAUNA, D. S. **A Importância do Reconhecimento da Paternidade Socioafetiva nas Relações familiares para desenvolvimento infantojuvenil frente à dignidade da pessoa humana.** Disponível em: https://seminario2016.ccsa.ufrn.br/anais. Acesso em: 6 set. 2021.

BRASIL. Pai Presente - o reconhecimento que todo filho espera. **Conselho Nacional de Justiça**, 2ª edição, 2015. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pai-presente/https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfbf7c07f13ea.pdf . Acesso em: 6 set. 2021

ROCHA, Maria Luiza Barbosa *et al*. **O reconhecimento da paternidade à luz da Constituição Federal de 1988**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 30, nº 1565. Disponível em: https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-civil-familia-e-sucessoes/4185/o-reconhecimento-paternidade-luz-constituicao-federal-1988. Acesso em; 7 de set. 2021.

GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS: ECAD E O PODER DE POLÍCIA

ANTONIO, Thiago Vinicius Poli (CUCR) [109]
ROSAS, Rudy Heitor [110]

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a eficiência e eficácia das ações da gestão coletiva de direitos autorais atuantes conforme legislação vigente no Brasil. Fundamentado na evidência de anomalia jurídica na forma de cobrança realizada pelo ECAD, que em seu regulamento autoriza um poder de polícia para seus fiscais impor cobranças compulsória de valores relativos ao direito autoral patrimonial, assim como de penalidades que não são dispostas em lei, substituindo o poder público na função do Estado de forma arbitrária e monopolista, na qualidade de instituição privada, exercendo uma soberania de Estado, e desrespeitando os princípios da isonomia, eficiência e transparência.

Palavras-chave: Direito Autoral. Gestão Coletiva. ECAD. Música. Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a aplicação do direito em face às necessidades protetivas do Direito Autoral, é constitucional em princípios e específica na Lei vigente 9610, de 19 fevereiro de 1998.

O ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) é responsável pela representação de diferentes classes da cadeia produtiva da música e define os critérios de cobrança e de distribuição dos valores arrecadados relativos ao direito autoral no Brasil relativos às obras lítero-musicais.

O objetivo deste trabalho é analisar a eficiência e eficácia das ações da gestão coletiva de direitos autorais atuantes conforme legislação vigente no Brasil, em relação à proteção do direito autoral específico das obras intelectuais relacionadas ao objeto música, justificadas pelos conflitos de direito existentes na sociedade envolvida diretamente no sistema organizacional mercadológico, considerando o aspecto social da matéria.

2 LEGISLAÇÃO AUTORAL NO BRASIL

[109] Graduando de Direito, 4° semestre, Centro Universitário Campo Real. (dir-thiagoantoino@camporeal.edu.br)

[110] Orientador. Advogado. Doutor em Direito (UFPR). Mestre e Doutorando em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Professor de Direito do Centro Universitário Campo Real.

As peculiaridades que envolvem a área de direitos autorais estão previstas no artigo 5° e inciso XXVII da Constituição Federal Brasileira de 1988.

As definições do Direito Autoral são dispostas de forma geral na Lei nº 9.610 de fevereiro de 1998, e nela estão descritas as normativas vinculadas aos direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos.

Segundo Rodrigues (2010), o artigo 3º da Lei 9610/98 discorre sobre a materialidade do Direito Autoral, em que direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, em bens móveis, e no artigo 4º Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais, na determinação de limites com fins de proteção do autor quando da celebração dos negócios jurídicos relativos à obra, enquanto no artigo 7º da própria lei são especificados os diversos objetos relativos a proteção do Direito Autoral, dentre eles as composições musicais, tenham ou não letra, que são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro. (BRASIL, 1998).

3 GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS

A gestão coletiva é definida pela Lei 9610/1998 e Lei 12853/2013 , e incorpora as demandas das Associações representativas da música pré-existentes no Brasil, e determina a unificação de um escritório central para fins de cobrança, arrecadação e representação jurídica.

A administração do ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) é formada por sete associações de gestão coletiva, que representam diferentes classes da cadeia produtiva da música e definem os critérios de cobrança e de distribuição dos valores arrecadados, por um regulamento próprio, e tem a função de por meio de sistema e cadastro de artistas e repertórios, compartilhar de dados de identificação de músicas executadas nos locais em que a música é propagada publicamente, para que possa enfim cobrar, arrecadar e distribuir aos autores titulares e conexos das obras. As atividades do ECAD são definidas pelas leis 9610/1998 e 12853/2013.

4 METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho conta com a metodologia proposta por Flick (2009), de contribuição ao desenvolvimento geral da interpretação como método. A interpretação desta matéria no intuito metodológico da contribuição ao tema analisa as discrepâncias existentes entre as normativas previstas e suas aplicações práticas no método de gestão coletiva entre as associações, autores e reprodutores das obras lítero-musicais conforme a aplicação de cobrança, arrecadação e distribuição dos direitos autorais.

5 DESENVOLVIMENTO

A partir da análise teórica do regulamento do ECAD, que determina o método de cobrança, para arrecadação e distribuição de rendimentos de direito autoral patrimonial, é possível notar à existência de elementos que geram recorrente questionamento jurídico de direito privado, pela própria autonomia disposta ao escritório.

Segundo Machado (2013) dentre os problemas apresentados pelas determinações do ECAD enquanto representantes jurídicos de titulares de direito autorais, dois são relevantes, sendo o primeiro os sistema de fiscalização, controle e repasse das verbas arrecadadas, pois não existe supervisão nem garantias aos artistas e aos cofres públicos, de que os recolhimentos devidos pela utilização das obras musicais estejam sendo aplicados de forma legal. E em um segundo momento, a eficiência de repasse dos valores arrecadados aos compositores, editores musicais, intérpretes, músicos executantes e produtores fonográficos.

> [...] o ECAD é uma instituição privada e, nessa qualidade, seus fiscais não gozam de fé pública ou poder de polícia, razão pela qual não se pode impor presunção de veracidade aos atos que são por eles lavrados e elaborados unilateralmente. Da mesma forma, tratando-se de entidade privada, o ECAD não tem legitimidade para regulamentar a Lei dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98), pois a regulamentação é ato de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 84, inciso IV[2], da Constituição Federal, sendo inadmissível aceitar como válidos os “Termos de Verificação” produzidos por este órgão, pois seus agentes, evidentemente, não gozam de fé pública, em evidente afronta ao sistema jurídico Brasileiro. (MACHADO, 2013)

A configuração do ECAD como entidade representativa não é o problema, mas sim a autoridade que o escritório exerce acima dos limites de dispositivos jurídicos, e de forma unilateral na determinação de seu regulamento de cobrança, para dessa forma sobrepor suas normas de direito privado em detrimento do direito público, a partir da delegação de responsabilidade pública, por omissão de ação do estado ao longo da história do direito autoral no Brasil, mas não por incompetência.

Para Machado (2013) a razão do poder de polícia é o interesse social, e ele está fundamentado na supremacia do Estado que exerce em seu território e sobre as pessoas, bens e atividades, na imposição do condicionamento e restrição dos direitos individuais em favor da coletividade, sendo o Poder Público responsável pela execução do policiamento administrativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração do modelo de gestão coletiva de direitos autorais exercido pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD é ineficaz perante a responsabilidade de direito do escritório ao não aplicar em sua metodologia os princípios da isonomia, eficiência e transparência e exercer ações de autonomia que geram conflitos jurídicos.

A estrutura organizacional relativa à gestão coletiva dos direitos autorais é necessária e legítima, portanto, deve-se buscar o equilíbrio de funcionamento de sistema entre os envolvidos no setor da música, como forma de manutenção e eficiência, para que se desenvolvam as relações de direito autoral com a eficiência e a eficácia previstas por constituição e que sua função seja cumprida na adequação de gestão coletiva no exercício do direito.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Brasília, DF, fev 1998. Disponivel em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243240/L9610.1998.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 10 set. 2021.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 334.

MACHADO, Cristiane Prestes. A ilegalidade das cobranças do ECAD. **Jus**, 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24020/a-ilegalidade-das-cobrancas-do-ecad#:~:text=A%20ilegalidade%20das%20cobran%C3%A7as%20do%20ECAD,-Cristiane%20Prestes%20Machado&text=A%20Lei%209.610%2F98%2C%20apesar,e%20%E2%80%9Cregulamentar%E2%80%9D%20a%20lei.> Acesso em: 10 set. 2021.

PERGUNTAS Frequentes. **ECAD**, 2021. Disponível em: <https://www3.ecad.org.br/faq/Paginas/default.aspx> Acesso em: 10 set. 2021.

RODRIGUES, Luis Paulo Fagundes da Fraga. Limites dos negócios jurídicos sobre direitos autorais: A licença de exploração comercial de obra audiovisual e as novas tecnologias. **Jus**, 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17306/limites-dos-negocios-juridicos-sobre-direitos-autorais> Acesso em: 10 set. 2021.

A NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA EM COMPORTAMENTOS DE MASCULINIDADE TÓXICA

PLETSCH, Fabio Augusto[111]
ROSAS, Patrícia Manente Melhem[112]

RESUMO: A presente pesquisa destina-se a aplicar a comunicação não-violenta sobre os comportamentos masculinos "tóxicos", onde, utilizando-se dos meios propostos pela CNV objetiva-se uma mudança de comportamento e uma nova visão frente a algumas atitudes. A pesquisa respalda-se em análise bibliográfica, fazendo uso de livros e artigos pertinentes a área estudada.

Palavras-chave: masculinidade. Comunicação não-violenta. Comportamento.

1 INTRODUÇÃO

O comportamento de superioridade masculina presente na sociedade traz uma amplitude de debates. Em comportamentos como este faz-se presente a prática da dominação masculina e a vitimização e inferiorização das mulheres. Há a presença constante de uma concepção onde a aparelhagem física do homem tornaria a diferença entre os sexos inquestionável e com isso, os homens seriam superiores.

Partindo de uma perspectiva inovadora, a comunicação não-violenta, pretende-se desmanchar conceitos de masculinidade presentes na sociedade atual, aplicando as técnicas propostas pela CNV.

Buscando-se assim, tornar mais comum alguns comportamentos masculinos sem a necessidade de haver uma rotulação por outros homens por seus semelhantes agirem de tal forma.

2 DESENVOLVIMENTO

Tendo como base uma concepção de personalidade masculina relacionada a conceitos estabelecidos por doutrinas sociais, ideológicas, religiosas e culturais, se estabelece um conceito sobre masculinidade que, aos olhos da maioria da população,

---

[111] Fabio Augusto Pletsch, discente do décimo período do curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[112] Patrícia Manente Melhem Rosas, professora e pró-reitora acadêmica do Centro Universitário Campo Real.

passa despercebida por haver uma influência dominante de tal fato na sociedade. Muitos sujeitos, pelo senso comum, entendem que o sexo biológico determina quem será dominante e quem será dominado em uma relação social, neste caso os homens seriam os dominantes e as mulheres as dominadas.

A expressão masculinidade tóxica passou a ser utilizada para nomear o conjunto de comportamentos associados a crença de superioridade masculina, onde é presente a agressividade que alcança não só os próprios homens, mas todas as pessoas de seu círculo social. (Mesquita, 2021, p. 02)

> A própria noção de masculinidade passou por diversas mudanças em sua forma de ser vivenciada durante a história da humanidade, enquanto a virilidade se manteve como aspecto indissociável à condição de ser homem e foi naturalizada como sua principal característica (Virgili, 2013). Isto fez com que imperasse um modelo ideal permeado por regras específicas apresentadas aos garotos desde muito cedo: não pode chorar, não deve demonstrar sentimentos ou sinalizar fraquezas e deve se afastar o máximo possível de características consideradas femininas. No entanto a busca por essa imagem ideal acabou por apresentar grande influência no adoecimento psíquico dos homens – de acordo com dados do Ministério da Saúde (2017), de 2011 a 2016, os homens correspondiam a 79% das mortes por suicídio. (Mesquita, 2021, p. 02)

Há uma ideia de que a natureza faz do homem o detentor do poder de se colocar acima das mulheres, com isso, criou-se uma necessidade de controlar o sexo oposto com imposição de regras, ou seja, há uma necessidade de se “provar homem”. Atualmente é necessário compreender que constituíram diversos modelos de masculinidade, formatados conforme o meio social em que o sujeito é inserido, e com isso as atitudes e as formas de representação da masculinidade apresentam-se de diferentes formas.

Soraya Barreto Januário, citando Connel, aduz que “*A masculinidade não cai do céu; ela é constituída por práticas masculinizantes, que estão sujeitas a provocar resistência [...] que são sempre incertas quanto a seu resultado. É por isso, afinal, que se tem que por tanto esforço nelas*”. (Connel apud Januário, 2016, p. 94)

O homem, por influência dos costumes, vê a necessidade de desenvolver e repassar características bem demarcadas, atribuindo a si características como liderança, força física, destreza, competitividade, pouca afetividade e virilidade acarretando assim, o aprisionamento de muitos homens a um modelo de masculinidade pré-estabelecido afetando diretamente o bem-estar do homem, pois, o mesmo sempre recebeu estímulos para expressar emoções negativas e com isso

desenvolve as características já citadas e sente-se satisfeito quando alcança o algo que almejava ou quando sua masculinidade é reafirmada.

Essa satisfação se dá quando, sobretudo, há a possibilidade de se reafirmar como o macho dominador, “o machão da história”, porém em boa parte desses momentos esse sentimento se deu à custa do sofrimento de alguém. É assim que a masculinidade tóxica se inicia, com a inferiorização de alguém para a superestimação do homem sendo assim, nota-se que grande parte dos homens mantém sintomas de uma masculinidade tóxica que, os impede de abandonar determinados comportamentos e aceitar novas possibilidades de existência.

Muitos desses comportamentos oriundos da masculinidade afetam diretamente a vida de terceiros, ou seja, determinados comportamentos podem acarretar prejuízos, traumas ou até mesmo insegurança quanto a comunicação, convivência e relacionamento o que atualmente é chamado de masculinidade tóxica.

Diante do exposto, entende-se que há uma necessidade de travar uma conversa mais direta com aqueles que se comportam dessa maneira e, com isso, traz-se a tona o uso dos componentes da Comunicação Não-violenta.

Rosenberg explica que:

> A CNV nos ajuda a nos ligarmos uns aos outros e a nós mesmos, possibilitando que nossa compaixão natural floresça. Ela nos guia no processo de reformular a maneira pela qual nos expressamos e escutamos os outros, mediante a concentração em quatro áreas: o que observamos, o que sentimos, do que necessitamos, e o que pedimos para enriquecer nossa vida. A CNV promove maior profundidade no escutar, fomenta o respeito e a empatia e provoca o desejo mútuo de nos entregarmos de coração. Algumas pessoas usam a CNV para responder compassivamente a si mesmas; outras, para estabelecer maior profundidade em suas relações pessoais; e outras, ainda, para gerar relacionamentos eficazes no trabalho ou na política. No mundo inteiro, utiliza-se a CNV para mediar disputas e conflitos em todos os níveis. (2006, p.30-31)

A comunicação não-violenta possui quatro componentes em seu modelo, sendo eles a observação, sentimento, necessidade e pedido. Ou seja, primeiro observa-se o fato que está acontecendo sem fazer qualquer julgamento ou avaliação; em seguida, identifica-se como é o sentimento através da observação, ou seja, como nos sentimentos a respeito do tema; posteriormente identifica-se quais necessidades estão ligadas aos sentimentos identificados. E por fim, constata-se o componente mais específico, o pedido, que traz um enfoque das características que se espera da pessoa com a finalidade de proporcionar uma melhor forma de convivência.

O processo da CNV, se se concentra em: “ações concretas que estamos observando e que afetam nosso bem estar; Como nos sentimos em relação ao que estamos observando; As necessidades, valores, desejos etc. que estão gerando nossos sentimentos; As ações concretas que pedimos para enriquecer nossa vida.” (ROSENBERG, 2006, p.27)

Diante disso, observado o comportamento abusivo da parte masculina, não estando presente violência física ou moral, deve-se analisar o comportamento, no qual deve haver um questionamento, o comportamento está relacionado com alguma situação que esteja presente um ruído na comunicação? em seguida, valida-se o sentimento, onde, observa-se se essas atitudes são uma negação de responsabilidade ou uma revolta por haver um afronte aos conceitos de masculinidade. Visto isso, percebe-se quais as necessidades a partir das análises anteriores. É algo em que há a possibilidade de investir e obter uma mudança? É algo idealizado que se torne difícil de mudar? Ou, a pessoa está disposta a mudar esse comportamento? E por fim, oque pode-se pedir em relação a tudo isso?

Exemplificando, traz-se a repreensão dos sentimentos, onde, tem-se a famosa frase, ‘homens não choram”, também, a presença da agressividade frente a resolução de conflitos entre homens, a predominância da cor azul como sendo a cor masculina, o gosto por futebol e a “proibição” de brincar com determinados brinquedos, como bonecas, e a rotulação como “bicha, marica” e até mesmo gay, como se isso fosse ofensa. Outro detalhe é que há uma ideia de que o homem deva ser uma máquina quando se trata de relações sexuais, onde deve estar sempre disposto a praticar o ato. E, por fim, a negação de responsabilidade usando os termos “homem é assim mesmo” e “nem todos os homens”.

> É de nossa natureza gostarmos de dar e receber com compaixão. Entretanto, aprendemos muitas formas de “comunicação alienante da vida” que nos levam a falar e a nos comportar de maneiras que ferem aos outros e a nós mesmos. Uma forma de comunicação alienante da vida é o uso de julgamentos moralizadores que implicam que aqueles que não agem em consonância com nossos valores estão errados ou são maus. (ROSENBERG, 2006, p. 49)

Observado o comportamento masculino, usando como exemplo neste caso o pai que permite o filho menino brincar com a irmã na casinha de bonecas, não se deve avaliá-lo pois, quando observado e avaliado as pessoas tendem a considerar isso com critica. Feita a observação, deve-se identificar os sentimentos e expressá-

los, ou seja, no caso a mãe da criança, em diálogo com o pai, expressa os seus sentimentos em relação a atitude, o que ela sente e o que ela pensa. Posteriormente, deve-se reconhecer as necessidades em relação as brincadeiras das crianças, onde a mãe expressa o que ela acredita ser viável no crescimento das crianças. Em seguida, far-se-á o pedido, em linguagem clara, positiva e, que revele de forma concreta o que realmente se quer. No caso exemplificado, a mãe pede que o pai não interfira com quais brinquedos as crianças brincarão. Rosenberg explica que, quanto mais claros formos, a probabilidade de obter aquilo que se quer é maior.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, deve-se entender que alguns conceitos de masculinidade são oriundos da criação do sujeito e, são suscetíveis de mudanças, cabendo em situações como essas a aplicação da comunicação não-violenta, objetivando a mudança nos comportamentos machistas e criando comportamentos que, em escala crescente, estarão em evolução na sociedade.

Dessa forma, torna-se essencial a aplicação dos componentes da CNV observando os fatos sem avaliação e julgamento, identificando os sentimentos, reconhecendo as necessidades ligadas a esse sentimento e a elaboração de pedidos concretos acerca do comportamento observado, ou seja, observa-se o comportamento masculino tóxico, identifica onde está o problema no comportamento, analisa-se as necessidades que a pessoa que teve tal comportamento precisa e com isso pede-se, expondo o que foi observado, para que o sujeito se comporte de uma maneira melhor não causando assim sofrimento aqueles que receberem seus comentários e posicionamentos.

4 REFERÊNCIAS

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Masculinidades em (re)construção**: Gênero, Corpo e Publicidade. Covilhã: Labcom.ifp, 2016.

MESQUITA, Y. M., & CORRÊA, H. C. S. (2021). A “Masculinidade Tóxica” em Questão: Uma Perspectiva Psicanalítica. **Revista Subjetividades**, 21(1), e10936. http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e10936

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006

ASSÉDIO MORAL E A ABORDAGEM DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

DUARTE, Maria Carolina Neves[113]

REVAY, Gabriel Luís Neves[114]

ROSAS, Patricia Manente Melhem[115]

RESUMO: No seguinte resumo, a partir do Grupo de Estudos do Projeto Restaurar, tem-se em foco o assédio moral e a abordagem restaurativa. No transcorrer do texto, foram trazidas explicações advindas de diferentes autores sobre os meios, formas e a abordagem da recorrência de tal tema. Foram adotados como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e qualitativa com o intuito de um melhor aprofundamento acerca do tema, verificando-se que a pratica do assédio moral, entre as relações e nos meios de trabalho tem se intensificando e tomando certa proporção nas discussões sobre assédio e também nas questões da justiça restaurativa.

Palavras-chave: JUSTIÇA RESTAURATIVA.ASSÉDIO MORAL. CONFLITOS.

1 INTRODUÇÃO

Foram necessários, muitos milênios na história da humanidade para superar conceitos e atos grotescos para com a intimidade e a psique das pessoas como um todo, que até pouco tempo eram tomadas como normais e de presente atuação na sociedade. Tal percepção pode ser considerada imatura e proveniente de sociedades que demonstram precariedade na evolução social, não dando escuta à voz dos que sofrem com tal problemática. Desse modo, a partir de tais concepções desenvolveu-se de forma mais consolidada a definição e conceituação do assédio, uma prática de violações voltadas à personalidade, ainda muito corriqueira na sociedade, desenvolvida de diversas maneiras, sendo o assédio moral aqui tratado.

Com isso, aliado a uma busca por pacificação, surge a justiça restaurativa a fim de sugerir uma metodologia diferente da justiça retributiva já instalada no sistema.

2 DESENVOLVIMENTO

[113] Acadêmica do Curso de Direito, 2 período, Centro Universitário Campo Real

[114] Acadêmico do Curso de Direito, 2 período, Centro Universitário Campo Real

[115] Pró-Reitora Acadêmica do Centro Universitário Campo Real e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do Projeto Jr Lab.

2. 1. O ASSÉDIO MORAL

Desde os primórdios das sociedades desenvolvidas, até mesmo posteriores às revoluções, a prática do assédio não só sexual, mas moral é muito percebido. Por esse viés, o assédio moral teve um alto ganho de proporção, quando passou a ser mais relatado nos meios midiáticos, mais comentado por especialistas e leis passaram a abordar tal temática

A prática do assédio moral, tanto nas relações de trabalho quanto nas relações interpessoais, partindo de uma visão social que viabiliza uma maior afronta às questões morais, notamos, que se estabelece uma razão de desenvolvimento e evolução social voltado a uma visão de ascensão e sucesso no meio.

Por assédio moral, pode ser definido como a prática contínua e intencional, de ferir a dignidade da pessoa humana, seja ela física, psíquica ou moral, a partir de, no âmbito de trabalho, sobrecargas, excesso na carga horária, difamação, autoritarismo entre outros. Já, num meio mais genérico, podemos caracterizar como aqueles de calúnia, difamação, discriminação, calúnia, injuria, e etc.

2.3 A DISCUSSÃO DO ASSÉDIO NO BRASIL

Historicamente, acerca da discussão do assédio no Brasil, a cultura e a prática do assédio moral advém dos períodos ainda de escravatura, no qual, aos escravos eram impostos formas de trabalho degradantes e humilhantes, e além disso, muitas vezes acompanhados de repressão, perseguição e castigos.

Segundo o que relata Aguiar (2006) no período da evolução industrial no Brasil era comum as formas precárias de trabalho. Desde os princípios da industrialização brasileira, atravessando seu segundo e terceiro ciclo de desenvolvimento crises, doenças, indireta e diretamente causadas pelos processos de trabalho, encontram-se resistências para serem reconhecidas pelo patrono e pelo Estado.

Hodiernamente, nas relações contemporâneas no Brasil, tal questão se apresenta ainda mais fundamentada entre questões psíquicas jurídicas, e apesar de

ainda não se possuir nada vigente acerca da temática, nota-se um crescente tramite nos projetos afim de encaixar legislativamente o assédio moral.

2. 4. A JUSTIÇA RESTAURATIVA

Primeiramente, vale ressaltar que o termo justiça restaurativa, não há especificamente uma definição. De modo geral, pode-se dizer que tal asserção é uma alternativa no meio penal, visando uma nova forma de analisar o contexto e agir acerca do fenômeno do crime, buscando uma conscientização tanto do autor do crime quanto da vítima.

> A justiça restaurativa é uma aproximação que privilegia toda a forma de ação, individual ou coletiva, visando corrigir as consequências vivenciadas por ocasião de uma infração, a resolução de um conflito ou a reconciliação das partes ligadas a um conflito. (JACCOUD, 2005, p. 169)

A JR, de acordo com Fernanda Rosenblatt, seria o conjunto de valores princípios e práticas para serem usados em resposta ao crime (ROSENBLATT, 2015). E para a autora Raffaella Pallamolla, pode ser dito como a relação de práticas restaurativas para com sistema de Justiça, no qual, fica nítido a consonância das definições com a aplicabilidade da justiça restaurativa.(RAFFAELLA PALLAMOLLA, 2017).

2. 5. A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ASSÉDIO MORAL

Como já exposto, a justiça restaurativa além de buscar mecanismos para tratar de algum problema, ela promove também, a prática cumulativa de atos, então para termos uma boa abordagem dela dentro do assédio é necessário abandonarmos a prerrogativa da JR como sendo forma restaurativa no meio criminal e abordar sua assessoria as vítimas e também a instauração de meios preventivos.

Primeiramente, a JR vem com a intenção de anteceder aos atos, buscando introduzir na realidade das pessoas, práticas restaurativas, sendo, os atos de ajuda e reciprocidade, de elogios, da buscar resolver as problemáticas em grupo a fim não expor ninguém, estimulando iniciativas dentro do ambiente de trabalho, e o de empatia, bons exemplos a elencar.

A visão restaurativa de dupla dimensão, tanto como precedente, quanto subsequente, vem com o intuito de pacificar e melhorar o dinamismo das relações entre os indivíduos.

> Os conflitos interpessoais, se tratados ao seu início, são como pequenas rupturas musculares. A justiça restaurativa oferece a oportunidade de treinamento para fortalecer as relações interpessoais, aumentando a confiança e a saúde delas. (KIDDER, 2007 p. 16)

Isto posto, a justiça restaurativa seguindo o viés subsequente, intervém com o intuito de reparo do dano, quando o fato já consumado, vem por resultar em alguém dano seja para a vítima ou para o ambiente que está inserida. Por conseguinte, buscam-se a partir da percepção do fato uma forma de resolver tal conflito.

Em alguns casos, são aplicados métodos dialéticos, a fim de que haja uma resolução pacífica e posteriormente, se necessário o amparo ao mártir. Em outros, quando mais brando, o caminho do pedido de desculpas e reconciliação é também muito aplicado. Entretanto, mesmo com a busca por pacificação, a JR procura esclarecer que mesmo com a problemática restaurada, o agressor precisa compreender e corrigir seus atos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência à personalidade, em apresentação o assédio moral, configurado como fenômeno social, é um tipo de violência que acontece em decorrência das relações de poder e hegemonia. Enquanto a cultura do assédio estiver enraizada, práticas de assédio irão continuar, já que modificar padrões culturais é uma tarefa lenta e gradativa, que exige esforço. Porém, pode-se, desde já, começarmos a reconhecer esses acontecimentos como uma forma de violação pessoal, e, com isso, buscar medidas para prevenir tais fenômenos, e também passar a buscar formas de resolução.

Com isso, surge a JR, que apresenta uma proposta de dinamismo às prerrogativas e de assessoria às vítimas a fim de uma conclusão que visa evitar possíveis agravamentos decorrentes da seguinte problemática. Buscando, a reconciliação das vítimas com elas mesmas e possivelmente com seu assediante, e a procura da reintegração social e o desenvolvimento do assediado. Visto que, tal temática merece uma maior atenção devido à sua crescente.

4 REFERÊNCIAS

PEREIRA, Gabrielle Tatith. **Assédio moral e sexual.** Senado Federal. 2011 Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual>. Acesso em: 13/09/2021.

ROLIM, Marcos. **Justiça restaurativa e assédio moral.** NEJ (novos estudos jurídicos. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/17750/10116>. Acesso em: 16/09/2021.

DE ALMEIDA, Rodrigo Sena; SILVA, Leane Moutinho; COELHO, Mariara Costa Oliveira; SANTOS, Mariana Xavier dos; SANTOS, Yasmin Souza; VIANA, Camilla Ferreira; CORDEIRO, Tatiana Levinne Carneiro; CASAIS, Lucyane de Aguiar. . **Justiça Restaurativa: a vítima notadamente nos crimes sexuais merece uma melhor atenção no contexto criminal?** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/60981/justica-restaurativa-a-vitima-notadamente-nos-crimes-sexuais-merece-uma-maior-atencao-no-contexto-criminal> Acesso em: 16/09/2021

MELO, Raul Henrique Bezerra; MELO, Ruana Bezerra; ISAIAS, Stefani Linhares. **A evolução histórica do assédio moral nas relações de trabalho no Brasil e no mundo**. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/57476/a-evolucao-historica-do-assedio-moral-nas-relacoes-de-trabalho-no-brasil-e-no-mundo> Acesso em: 20/09/2021.

ROSENBLATT, Fernanda Fonseca. **Em busca das respostas perdidas: uma perspectiva crítica sobre a justiça restaurativa.** 2015. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=adc4b51b49fc307a> Acesso em: 20/09/2021

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **Justiça Restaurativa: da teoria à prática.** São Paulo: IBCCRIM, 2009.

A UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA EM CASOS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR

ANNIES, Eduarda Carolina[116]
ROSAS, Patrícia Manente Melhem[117]

RESUMO: O presente trabalho é resultado do Projeto JR LAB. O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um crime brutal e muito recorrente na sociedade. Sua principal característica é a "muralha de silêncio" que se instaura entre a vítima e o ofensor, além da relação de poder que existe entre eles. Quando há denúncia, na maioria das vezes, acontece uma revitimização da parte ofendida, pela forma como é tratada dentro das instituições e por não ter voz ativa dentro do processo. Nesse sentido, a partir de pesquisa bibliográfica, o presente trabalho tem como objetivo verificar a possibilidade de aplicação da Justiça Restaurativa em casos de abuso sexual infantil intrafamiliar.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Abuso sexual infantil. Vítima. Processo Criminal.

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil é um ato extremamente violento e que deixa muitas marcas na vítima, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais e sociais. Estes aspectos variam de pessoa para pessoa por motivos distintos, inclusive pela forma como a criança ou adolescente é acolhido ao denunciar.

Apesar das preocupações, o processo criminal tradicional não abarca todas as necessidades da vítima. O enfoque da Justiça Retributiva é a resposta estatal para o crime, sendo suas partes principais o ofensor e o Estado.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar em novos procedimentos como a Justiça Restaurativa que tem como enfoque a vítima e seus traumas, além de reforçar a auto responsabilidade do abusador. Esse método de resolução de conflitos sempre parte da autonomia de vontade de todas as partes envolvidas, tal qual a vítima, o ofensor e também a comunidade. (ZEHR, 2015).

Assim, a Justiça Restaurativa vem como uma alternativa para minimizar as consequências para a criança ou adolescente vítima, a fim de quebrar a muralha de

---

[116] Graduanda em Direito. 10º período. Centro Universitário Campo Real.

[117] Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do Projeto JR LAB do Centro Universitário Campo Real.

silêncio formada pelo abuso, mas também encerrar o ciclo vicioso da violência ali existente. Contudo, por ser um crime muito violento e com características muito próprias como, por exemplo, o desequilíbrio de poder, depende de cuidados específicos durante as práticas restaurativas, para evitar a mesma revitimização ocorrida dentro do procedimento comum.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de utilização da técnica de solução de conflito chamada Justiça Restaurativa em casos de abuso sexual infantil. Para tanto, foi utilizada revisão de literatura, baseando-se em obras de relevância sobre tal tema.

2 A UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA EM CASOS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

O abuso sexual infantil é caracterizado por ser uma ação de natureza sexual de um adulto imposta a uma criança ou adolescente para prazer do abusador, podendo ou não haver toque. Uma das principais características do abuso sexual infantil é a “muralha de silêncio” que existe entre a vítima e o agressor, especialmente quando o ofensor é alguém próximo da criança ou adolescente como, por exemplo, pai, avô, irmão.

A partir disso, percebe-se que o abuso sexual intrafamiliar, tem como base o amedrontamento e silêncio da criança, especialmente por vir de alguém que conhece e tem como protetor. Nas palavras de Furniss (1993, p. 30-31):

> As crianças que sofreram abuso frequentemente são obrigadas a não revelar para ninguém dentro da família ou fora dela. Pode ser dito à criança, especialmente às crianças pequenas, que aquilo que acontece durante o abuso é um segredo entre a criança e a pessoa que abusa. O segredo geralmente é reforçado pela violência, ameaça de violência ou castigo.

Dessa forma, o ambiente familiar, local que deveria proporcionar carinho, cuidado e acolhimento, torna-se um lugar de medo e de violência, reforçando a o poder que o adulto exerce sobre a vítima.

Outro agravante das consequências do abuso é a revitimização e vulnerabilidade que a criança ou adolescente passa ao denunciar o abuso. Isso acontece porque quando se pensa no processo criminal comum, o grande foco é descobrir o responsável pelo crime e o punir da forma como prevê a lei. Dessa forma, como todo o poder de punição fica nas mãos do Estado, a vítima, mesmo sendo uma

parte essencial, acaba ganhando um papel. Para Santana e Santos (2018, p. 230), o Estado, ao retirar das partes o poder da resolução de conflitos, os condena a diversas frustrações "causadas pela sensação de impotência experimentada diante da insuficiência do modelo adotado".

Para algumas vítimas, apenas a condenação já se faz suficiente, uma vez que entende isso como um reconhecimento da sua dor. Todavia, nem sempre é assim. O relato presente na obra "Justiça Restaurativa em casos de abuso sexual" demonstra isso: "Eu (Judah) escutei uma sobrevivente de abuso sexual descrever sua experiência no tribunal da seguinte forma: Somos mentirosas até que se prove a verdade"" (AMSTUTZ; JACKETT; OUDSHOORN, 2019, p. 50). Isso se deve ao fato de que a Justiça Retributiva se baseia na negação do ato cometido como forma de defesa da possível punição.

Essas circunstâncias intensificam a necessidade de mudanças no processo criminal, a fim de evitar vulnerabilizar ainda mais a vítima, visto que as consequências do abuso são imensas. Dessa forma, entende-se que é imprescindível pensar modos de diminuir o impacto do abuso na vida da vítima. Uma forma de resolução de conflitos e que possui uma abordagem diferente é a Justiça Restaurativa:

> A Justiça Restaurativa requer, no mínimo, que cuidemos dos danos sofridos pela vítima e de suas necessidades, que seja atribuída ao ofensor a responsabilidade de corrigir aqueles danos, e que vítimas, ofensores e a comunidade sejam envolvidos nesse processo. (ZEHR, 2015, p.41).

Assim, a vítima se torna parte essencial do processo de restauração do crime cometido. Ainda, quando se trata de casos de abuso sexual, o princípio número um das práticas restaurativas deve ser colocar a segurança e as necessidades do ofendido em primeiro lugar. Essa é uma forma de empoderar a vítima, quebrar a "muralha de silêncio" ali existente e ajudá-la a se colocar novamente no controle de sua vida. Nesse sentido, muito se engana ao acreditar que crianças ou adolescentes vítimas não têm discernimento para desabafar sobre esse ato violento que as violou. Eles também possuem suas necessidades a serem atendidas e precisam ganhar voz para retornar ao domínio dos seus próprios sentimentos.

Todavia, é necessário que exista algum adulto acompanhando todo esse processo, a fim de auxiliar a criança, mas sem retirar o poder advindo dos princípios da Justiça Restaurativa.

Além disso, não se espera que tudo se resolva dentro das práticas restaurativas. Assim sendo, muitas vezes pode ser necessária a utilização do

procedimento comum criminal para punir corretamente o ofensor e também é importante todo o acompanhamento psicológico da vítima e de seus familiares.

Apesar da vítima ser o foco principal quando se trata de casos de abuso sexual, o ofensor também é parte integrante do processo de restauração. É a partir do trabalho com o abusador que efetivamente se tem um encerramento do ciclo da violência, uma vez que o principal objetivo é evitar que o abuso sexual seja cometido novamente. Para isso, é necessário um ambiente saudável e que veja o ofensor como um ser humano:

> Quando as pessoas são lembradas pela pior coisa que fizeram na vida, ao invés de pela sua maior contribuição, é difícil manter a esperança. [...] Como criar otimismo naqueles que continuamente isolamos e degradamos? Se de fato acreditamos que nosso objetivo é não ter mais vítimas, então precisamos não apenas esperar que as pessoas mudem de comportamento, mas também criar vias para aumentar a esperança daqueles que cometeram crimes. (AMSTUTZ; JACKETT; OUDSHOORN, 2019, p. 60).

Essa forma de enxergar o abusador não é um modo de evitar sua responsabilização, ao contrário, essa é uma maneira de ajudar o ofensor a entender sua responsabilidade. Em outros termos, ele se auto responsabiliza pelo ato criminoso cometido, ao invés de negá-lo como no processo criminal comum, além também assumir suas obrigações perante a vítima e a comunidade.

> A estrutura da justiça restaurativa vê a responsabilidade como algo mais do que simplesmente "cumprir a pena". Alguns ofensores devem ser encarcerados. Contudo, se a punição for a única ferramenta para lidar com as pessoas que causaram o abuso sexual, então estaremos diminuindo a sua responsabilidade. (AMSTUTZ; JACKETT; OUDSHOORN, 2019, p. 64).

Outro papel importante da Justiça Restaurativa é a questão da segurança. Se não usarmos as práticas e valores restaurativos, o processo criminal correrá normalmente, o ofensor será punido de acordo com o que diz a lei, será preso, cumprirá sua pena e, em algum momento, voltará para a comunidade (AMSTUTZ; JACKETT; OUDSHOORN, 2019). Precisa-se pensar, então, métodos de recolocar o abusador em meio social, sem colocar em risco as outras pessoas de sua convivência.

É a partir das questões de reintegração do abusador que se percebe a importância desse modelo de gestão de conflitos e o motivo de ser necessário que até mesmo membros da comunidade participem das práticas. Todos estão ligados de alguma forma e todos sofrem os efeitos do crime cometido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo criminal comum não é o lugar mais seguro para a vítima, uma vez que ela se vê revitimizada, sem voz, apenas como uma consequência e não uma parte ativa do procedimento, apesar de todo o sofrimento ter acontecido com ela e seja sua vida a ser afetada. Dessa forma, surge a Justiça Restaurativa como recurso a ser utilizado em casos graves, como o abuso sexual infantil.

Ainda há um trajeto árduo pela frente a fim de entender qual o melhor método e prática para utilizar a Justiça Restaurativa em casos de abuso sexual infantil. Não há até o presente momento uma resposta correta sobre o tema, mas é uma possibilidade que objetiva um tratamento mais eficaz quando se trata de um assunto tão difícil e de um crime que causa tantos traumas. Todavia, buscou-se com o presente trabalho trazer reflexões capazes de contribuir para que haja a interrupção do ciclo desse tipo de violência, a partir de um ponto de vista restaurativo.

4 REFERÊNCIAS

AMSTUTZ, Lorraine Stutzman; JACKETT, Michelle; OUDSHOORN, Judah. **Justiça Restaurativa em casos de abuso sexual**. São Paulo: Palas Athena, 2019.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérgamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**. Niterói, v. 27, n. 2, p. 139-144, mai./ago. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-0292/805. Acesso em 04 mai. 2021.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança:** uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SANTANA, Selma Pereira de; SANTOS, Carlos Alberto Miranda. A justiça restaurativa como política pública alternativa ao encarceramento em massa. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 8, n. 1, p. 228-242, abr. 2018. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/issue/view/239/showToc. Acesso em: 27 abr. 2021.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2015

JUSTIÇA OU ÓDIO?: A CULTURA DO CANCELAMENTO E SEUS TRAÇOS CONTRAPOSTOS À JUSTIÇA RESTAURATIVA E A CULTURA DE PAZ

ANDREKOWICZ, Gisele do Belem [118]
ROSAS, Patricia Manente Melhem [119]

RESUMO: O objeto de pesquisa desse resumo, fruto do grupo de estudos Jr Lab, aborda conceitos da Cultura do Cancelamento, considerando a Justiça Restaurativa como "alternativa meio" entre a Cultura do Cancelamento nas redes sociais com resultados no mundo real e a Cultura de Paz. Através de uma metodologia de revisão de literatura, aborda o entendimento de pesquisadores que enxergam na Justiça Restaurativa um caminho para a promoção da Cultura de Paz.

Palavras-chave: Cultura do Cancelamento. Justiça Restaurativa. Cultura de Paz

1 INTRODUÇÃO

O termo "Cultura do Cancelamento" é relativamente recente e está presente, principalmente, entre os mais jovens nas redes sociais. Referida expressão é comumente utilizada para definir um comportamento que visa, inicialmente, a busca por justiça social, mas gera uma espécie de linchamento virtual em desfavor dos indivíduos que proferem declarações consideradas politicamente incorretas.

A Justiça Restaurativa, por sua vez, visa a abertura ao diálogo, promovendo a responsabilização, mediante a tolerância e respeito à diversidade, conceitos intimamente relacionados aos buscados pela Cultura de Paz. Destarte, a proposta desse resumo é constituir, por meio da revisão bibliográfica, parâmetros entre a Cultura do Cancelamento e a Cultura de Paz, a partir dos métodos restaurativos.

2 DESENVOLVIMENTO

[118] Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Campo Real, pós-graduada em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Verbo Jurídico, pós-graduanda em Direito Processual Civil na Escola da Magistratura do Estado do Paraná (giseleandrekowicz@gmail.com)
[119] Professora do Centro Universitário Campo Real, Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A intolerância é um dos pontos que marcam a Cultura do Cancelamento, pois não há favorecimento ao diálogo e circulação de opiniões diversas, interferindo no debate democrático, ou seja, uma cultura punitivista vestida de modernidade. Tais condutas foram acentuadas nas redes sociais e o termo ganhou destaque entre os jovens, especialmente nos anos de 2020 e 2021 com a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), diante do livre acesso à informações e troca de experiências entre os usuários.

A série televisiva "*Control Z*", produzida pela plataforma de *streaming* Netflix, em 2020, exibiu a história de adolescentes que tiveram seus segredos pessoais expostos nas redes sociais e foram rejeitados pelos colegas do colégio. O grupo foi "cancelado"[120] pelos colegas e suas relações sociais foram diretamente afetadas.

Assim, a Cultura do Cancelamento tomou proporção e força no mundo virtual, de modo que a sua prática propicia a ocorrência dos chamados "crimes *cybernéticos*", que possuem reflexo no mundo real. O fato de "cancelar alguém em rede social" parte da lógica de que se uma pessoa errou, precisa ser punida através do sofrimento, sendo associada à mesma da cultura punitivista do sistema criminal atual. Desta forma, a pessoa não é vista mais como alguém que errou e pode errar, mas alguém que é definido, única e exclusivamente, pelo erro.

De acordo com Yoder (2018), "quando eventos traumáticos acontecem, nos vemos em uma encruzilhada", de modo que, a violência acaba sendo um dos sintomas dos ferimentos internos, ou seja, o "cancelamento" é resultado de "encruzilhadas" internas não resolvidas adequadamente ou sob o prisma do ódio disfarçado de justiça.

Assim, embora a violência seja associada como doença ou presença da natureza, assim como a paz, não é um fenômeno natural, tendo em vista que assim como é colocada pelos humanos pode ser retirada e trabalhada pelos mesmos humanos que a constituíram (GUIMARÃES, 2011, p. 271).

De acordo com a Noleto (2010, p. 11), a Cultura de Paz está relacionada à prevenção e à resolução não violenta de conflitos, de modo que seus princípios norteadores são relacionados à tolerância, solidariedade, respeito à vida, aos direitos

[120] Termo popularmente utilizado nas redes sociais para definir o indivíduo que foi alvo da cultura do cancelamento.

individuais e ao pluralismo, bem como a prevenção de conflitos por meio do diálogo, negociação e mediação.

Neste momento, percebemos a JR como alternativa, por reconhecer a necessidade de cuidado individual e coletivo através de vias que permitam que as partes curem a dor e não a passem adiante.

Pois bem, temos que o surgimento da Justiça Restaurativa está atrelado diretamente à insatisfação da cultura punitivista. Seus princípios, valores e práticas foram construídas ao longo do tempo e de acordo com a insatisfação com o sistema criminal punitivista.

No sistema de justiça convencional, o crime é visto como uma violação aos interesses do Estado, sendo que as respostas a aquele crime são dadas pelo próprio estado através da aplicação da pena. Contudo, a Justiça Restaurativa foca suas práticas (nos círculos de construção de paz, mediação vítima-ofensor, conferências familiares, dentre outros) em decisões para atender os afetados pelo crime: ofensores, vítimas, famílias, comunidade, habitualmente excluídos ou ouvidos no processo judicial como meio de prova judicial, de modo que no processo restaurativo são convidados a expressar seus pontos de vista, sentimentos e necessidades e propor soluções para dali em diante, não focando exatamente no crime ocorrido, mas o que pode ser feito a partir dali (MORRIS, 2005, p. 441).

Em que pese as práticas restaurativas não objetivem substituir o modelo de justiça convencional, compreende-se que seu tratamento vai muito além, uma vez que há expressivo movimento social aconselhando que sejam aplicadas em locais distintos ao fórum, prevenindo a judicialização dos casos mais simples que podem se tornar complexos se não bem acompanhados (SILVA, 2011, p. 100).

Destarte, a busca por uma construção de Cultura de Paz em contrapartida à uma Cultura do Cancelamento, acaba sendo um desafio, sobretudo, por se tratar de um problema social e que vem sendo enraizado nas redes sociais. Assim, seu caminho deve ser trilhado por mecanismos diversos, cultivo de valores como tolerância e respeito à diversidade, pela construção de uma comunicação não violenta e transformação dos conflitos.

A compreensão da JR envolve a Cultura de Paz pois envolve a interdependência dos seres humanos e sentido de comunidade. Desta forma, conforme Pelizzoli (2016, p. 23) elas se relacionam da seguinte forma:

> (...) como um grande guarda-chuva paradigmático e de inteligências sistêmicas para abrigar uma gama de ideias e práticas para a reconstrução da cultura e das relações sociais, humanização, efetivação da Justiça, entre outros, o que implica automaticamente o conceito de Direitos Humanos. Praticamente, não há como fugir de certos reducionismos que atingem o conceito de Justiça Restaurativa, na medida em que ela vai entrando na vida institucional; o que nos cabe é construir os espaços teórica e metodologicamente da forma mais lúcida, profunda e fiel às práticas e inteligências sistêmicas que lhe dão origem. É preciso dizer, em bom tom, que não se pode ter uma percepção profunda ou fiel da Justiça Restaurativa, sem fazer a experiência (prática), sem sentir a energia circulante no sistema criando, e sem conhecer de fato do que se trata.

A Justiça Restaurativa possui uma grande conexão com a Cultura de Paz, pois ambas tratam sobre a responsabilidade compartilhada, na medida que seus atores sociais se sintam parte do processo e não meros espectadores de seus problemas. O conflito é tratado a partir de uma perspectiva de solução, mediante o empoderamento e autonomia sociais. (PENIDO; MUMME; ROCHA, 2016).

Vale ressaltar que a Cultura do Cancelamento é o oposto da Cultura de Paz e para que seja atingida, a JR se apresenta como um caminho a ser promovido entre os pontos controvertidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O punitivismo está presente na base cultural da sociedade e encontra uma de suas facetas na cultura do cancelamento. A Cultura do Cancelamento acaba sendo vista como uma maneira de “fazer justiça” e está diretamente relacionada às redes sociais.

Assim, cabe compreender e garantir que esses linchamentos não gerem mais ressentimentos do que conscientização através dos pesos desiguais utilizados em meio à agressividade e impactos negativos aos cancelados, ou seja, a partir de um trabalho focado em todo um contexto cultural.

Para tanto, a Justiça Restaurativa é vista como uma “alternativa meio” entre a cultura do cancelamento nas redes sociais com resultados no mundo real e a cultura de paz, fazendo com que as pessoas identifiquem comportamentos de reprodução dessa cultura do cancelamento. Ademais, saliente-se os valores semelhantes aos da Cultura de Paz, que favorece o diálogo, tolerância e respeito à diversidade, sendo contrapostas ao sistema punitivista.

4 REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

MORRIS, Alisson – Criticando os críticos. Uma breve resposta aos críticos da Justiça Restaurativa. In SLAKMON, Catherine.; VITTO, Renato Campos Pinto de; PINTO, Renato Sócrates Gomes (Org) **Justiça Restaurativa**. v.1. Florianópolis: [s.n.], p. 439, 2005.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. Construção da Cultura de Paz: dez anos de história. In: **Cultura de paz: da reflexão à ação**. Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010, p. 11-16. Disponível em: Acesso em: 13 set. 2021

PELIZZOLI, Marcelo. Cultura de paz restaurativa: da sombra social às inteligências sistêmicas dos conflitos. In: Pelizzoli, M. L. (org.). **Justiça Restaurativa: Caminhos para a pacificação social**. Caxias do Sul/RS: EDUCS; Recife/PE: UFPE, 2016, p. 13-45.

PENIDO, Egberto de Almeida; MUMME, Monica Maria Ribeiro; ROCHA, Vanessa Aufiero da. Justiça restaurativa e sua humanidade profunda diálogos com a resolução 225/2016 do CNJ. In: Fabrício Bittencourt da Cruz (org.). **Justiça restaurativa: horizontes a partir da resolução CNJ 225**. Brasília: CNJ, 2016, p. 163-215. Disponível em: Acesso em 13 set. 2021.

SILVA, Linara da. **O (re)estabelecimento da comunicação entre os atores da comunidade local a partir da justiça restaurativa: a possibilidade de superação da violência estrutural e da alienação social para o exercício da cidadania solidária**. 2011. 205 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado) Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2011.

YODER, Carolyn. **A cura do trauma: quando a violência ataca e a segurança comunitária é ameaçada**. Tradução de Luís Fernando Bravo de Barros. Paulo: Palas Athena, 2018.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa: teoria e prática – série da reflexão à ação**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EMPODERAMENTO E REPARAÇÃO

COITINHO, Jaqueline A.[121]
ROSAS, Patrícia M. Melhem [122]

RESUMO: O presente trabalho, fruto do grupo de estudos sobre justiça restaurativa do Centro Universitário Campo Real, baseou-se em obras relevantes através de pesquisa bibliográfica. De forma objetiva, é apresentada a justiça restaurativa aplicada à violência doméstica e familiar. Objetivou-se demonstrar a importância da referida nesses casos como meio de mudar as perspectivas sociais e culturais, não sendo o ideal decidir pela vítima, sendo necessário empoderar e dar voz as mesmas. Ademais, aludida prática não busca reconciliar, mas sim reparar os danos, sejam físicos, psicológicos ou morais, do mesmo modo que não substitui o modelo tradicional de justiça.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Violência doméstica. Reparação.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar a justiça restaurativa aplicada a violência doméstica familiar contra a mulher. Tal prática trata de um movimento social que está crescendo no Brasil, trabalhando junto ao Poder Judiciário, encontrando no sistema penal brasileiro aprimoramento da prestação jurisdicional, bem como promovendo justiça aos envolvidos.

Aludida prática se baseia na reparação do dano, seja ele físico, moral, patrimonial, etc., isso através de seus métodos que consistem em diálogos e perguntas que geram uma reflexão e consequentemente uma responsabilização.

Quanto à violência doméstica, são delitos que não podem ser tratados apenas pelo direito, pois trata-se de questões culturais, psicológicas e cognitivas. Para que sejam observadas essas questões é importante que seja restabelecido o diálogo e escuta entre os envolvidos.

Apesar do juizado ter sido criticado, serviu para que vítimas tivessem o conhecimento de que existia ajuda acessível. Ademais, nem todas as vítimas desejam a punição de seus ofensores, muitas querem e precisam de diferentes formas de intervenção.

---

[121] Acadêmica do Curso de Direito, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
122 Orientador, Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Coordenadora do Projeto Jr Lab.

Deste modo, a justiça restaurativa traz voz as vítimas, dando-as empoderamento, bem como responsabilidade ao ofensor. Tendo em vista que não é o ideal decidir pelas vítimas, deve-se oportunizar que estas decidam sobre o rumo do conflito ao qual estão envolvidas diretamente, trazendo a sociedade uma mudança de perspectiva.

2 DESENVOLVIMENTO

O termo “justiça restaurativa” foi atribuído por Albert Eglash, em seu artigo “Beyond Restituition: Creative Restituition”, em 1977, onde o mesmo argumentou que referida prática se baseia na reparação (PINTO, 2015 apud MIRANDA; LOPES, 2019). Para o tratamento do conflito no âmbito da justiça restaurativa, a Resolução é clara:

> Artigo 2°, § 1º Para que o conflito seja trabalhado no âmbito da Justiça Restaurativa, é necessário que as partes reconheçam, ainda que em ambiente confidencial incomunicável com a instrução penal, como verdadeiros os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial (CNJ, 2016, Art. 2°, parágrafo 1°).

Ademais, as práticas restaurativas, já eram utilizadas em tempos antigos (ROLIM, 2006 apud MIRANDA; LOPES, 2019). Apesar disso, ela ainda está sendo implementada (MIRANDA; LOPES, 2019) sendo inclusive, o modelo recomendado pela ONU (Organização das Nações Unidas) (BIANCHINI, 2017).

A aludida não substitui o modelo tradicional de justiça. Pelo contrário, é no Poder Judiciário que encontra recursos para aprimorar a prestação jurisdicional. Diferente dos outros países, ela veio para constituir uma opção aos envolvidos para a promoção da justiça (MIRANDA; LOPES, 2019).

Segundo Miranda e Lopes (2019), a técnica consiste num diálogo que trabalha a discussão em um espaço seguro, e a atividade principal se dá por perguntas norteadoras, que proporcionam uma reflexão para chegar a uma solução do conflito:

> [...] ocorre o relato dos fatos e de suas consequências materiais e psicológicas para os envolvidos, a expressão das necessidades dos participantes em relação ao conflito e a discussão das possibilidades e formas de responder a elas. Essa segunda etapa divide-se em três fases, quais sejam, compreensão mútua entre o autor e o receptor do fato, com foco nas necessidades atuais em relação ao fato ocorrido; autorresponsabilidade, voltada para as necessidades ao tempo do fato; e acordo, com o foco em

> atender as necessidades individuais e coletivas das partes e a reintegração social da vítima e do infrator (BAZO & PAULO, 2015 apud BIANCHINI, 2017).

Para o processo de reintegração social, é necessário buscá-lo apesar da pena. Este deve ser voltado a proteger os condenados contra os aspectos negativos do sistema prisional, para que retornem de forma harmônica à sociedade, não sendo inseridos em um ciclo criminógeno (MIRANDA; LOPES, 2019).

O fenômeno da violência doméstica e familiar, abrange questões psicológicas e cognitivas das partes que estão envolvidas no conflito. Nestes, é perceptível a ausência de uma intervenção diferenciada e eficaz, pois a criminalização da conduta não traz à vítima segurança, dignidade, autorrespeito, etc., nem mesmo traz a crença de que o agressor chegue a corrigir sua conduta (GIONGO, 2010).

Portanto, é importante observar as questões emocionais e afetivas ali presentes, de modo que seja restaurada a relação harmoniosa, restabelecido o diálogo e a escuta (GIONGO, 2010):

> Exige-se do facilitador restaurativo uma série de conhecimentos especiais, tendo em vista que esse tipo de violência é marcado por uma série de especificidades, gerando a necessidade de se estabelecer normas de caráter preventivo, assistencial e repressivo com características próprias e abrangentes (BIANCHINI, 2017, p.188).

Ocorre que, para Santos (2015), o modelo abordado, traz uma ideia de mediação e conciliação, logo, ele pode nos remeter há alguns anos, quando a violência doméstica era competência dos juizados criminais. Deste modo, para alguns, seria certa a reconciliação de casais em prejuízo ao direito das mulheres:

> Por outro lado, se algo de positivo houve para as mulheres com a criação dos Juizados foi o fato de que os crimes praticados contra as mulheres corresponderam cerca de 70% dos processos julgados tornando claro evidente os inúmeros casos de violência doméstica, conjugal e familiar contra a mulher, até então desconhecidos, ou melhor, ignorados, na sociedade brasileira (MEDEIROS; MELO, 2006 apud MENDES; SANTOS, 2017).

Cabe ressaltar que nem todas as vítimas possuem a mesma pretensão, de que seu agressor seja punido penalmente. Pelo contrário, as mulheres podem querer ou precisar de diferentes formas de intervenção, sendo de extrema relevância sua opinião e seu contexto particular. Elas são livres para formular e reivindicar seus interesses, possibilitando-as escolher acerca de sua relação (GIONGO, 2010).

Desta forma, a aludida prática inclui a vítima e a comunidade no processo, com o objetivo de empoderar a vítima e responsabilizar o ofensor (GRAF, 2019). Empoderar, refere-se à “capacidade do indivíduo realizar, por si mesmo, as mudanças necessárias para evoluir e se fortalecer” (VALOURA, 2005 apud GRAF, 2019).

O autor Braithwaite (apud GRAF, 2019), afirma que a voz das mulheres nos procedimentos restaurativos é mais ouvida, diferente dos processos judiciais, em que as mesmas são meras informantes. Logo, o empoderamento é uma forma de evitar a revitimização desta, não só em um meio individual, mas também coletivo.

Quanto ao ofensor, o papel da justiça restaurativa é o daquilo que este irá fazer após o experimento da prática. Consequentemente, é trabalhado o desenvolvimento de uma responsabilização no mesmo (GRAF, 2019).

Ademais, existem situações em que não se recomenda a justiça restaurativa nesses delitos, pois a dimensão da vulnerabilidade da vítima é exorbitante, isso dificultaria o diálogo entre os envolvidos. Assim, seria necessário o fortalecimento da vítima antes da prática (BIANCHINI, 2017).

Decidir pelas mulheres vítimas não é o ideal, é necessária uma mudança de perspectiva para lidar com essas questões culturais. É necessário oportunizar que ela, mulher, tome o rumo da sua vida (CORREIA, 2017).

Deste modo, a prática restaurativa pode ser considerada um movimento social e uma política pública de prevenção criminal, pois, se constituída com o atual modelo existente, pode ser base para uma cultura social não violenta (GRAF, 2019).

Diante o exposto, a prática restaurativa não busca uma mediação ou um acordo entre as partes, e sim uma reparação, seja física, psicológica, moral ou patrimonial. Esta faz gerar responsabilidade ativa no ofensor (GRAF, 2019), restando evidente a importância de aplicar este método à violência doméstica, delito contumaz contra as mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente, restou clara a relevância da justiça restaurativa nos casos de violência doméstica, pois, esta tenta reinserir ofensor e vítima de forma harmônica na comunidade. Além disso, as mulheres são inseridas em seu processo, tendo voz para expressar sua vontade, que nem sempre é a de que seu ofensor seja punido penalmente. Já no ofensor, a prática restaurativa busca desenvolver uma

responsabilização ativa para a reparação do(s) dano(s) causado(s). Notou-se que, a justiça restaurativa não busca reconciliar as partes no referido delito, mas restabelecer o diálogo nesses casos em que muitas vezes se mantém a convivência entre os envolvidos após a prática delitiva. Portanto, se utilizada junto ao sistema punitivo, a justiça restaurativa pode ser base para uma cultura social não violenta.

4 REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice. Aplicação da justiça restaurativa para crimes que envolvem violência de gênero contra a mulher? **Justiça Restaurativa,** Belo Horizonte, Editora D'Plácido, 2017, p. 173-195.

CNJ. **Resolução Nº 225 de 31/05/2016, Capítulo I – DA JUSTIÇA RESTAURATIVA**. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf. Acesso em: 26 de ago. 2021.

CORREIA, Thaize de Carvalho. A Justiça Restaurativa Aplicada a Violência Contra A Mulher. **Justiça Restaurativa,** Belo Horizonte, Editora D'Plácido, 2017, p. 77-104.

GIONGO, Renata Cristina Pontalti. **Justiça Restaurativa e Violência Doméstica Conjugal: aspectos da resolução do conflito através de mediação penal.** Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Programa de Ciências Criminais, PUCRS. Porto Alegre, 2009.

GRAF, Paloma Machado. **Circulando Relacionamentos: A Justiça Restaurativa Como Instrumento De Empoderamento Da Mulher E Responsabilização Do Homem No Enfrentamento Da Violência Doméstica E Familiar.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais aplicadas) – Programa De Pós-graduação Em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG. Ponta Grossa, 2019.

MENDES, Soraia da Rosa; SANTOS, Michelle Karen Batista dos. De Vítima a sujeito da Própria História: Possibilidades de Aplicação da Justiça Restaurativa no Brasil em Casos de Violência Contra a Mulher. **Justiça Restaurativa,** Belo Horizonte, Editora D'Plácido, 2017, p. 215-233.

MIRANDA, Bartira Macedo de, Carmen Hein de; LOPES, Decildo Ferreira. Do Ciclo Do Crime Ao Círculo De Paz: A Aplicabilidade Dos Círculos Restaurativos Em Unidades Prisionais. **Vertentes do Direito**, Tocantins, v. 6, n. 1, p. 203-231, abr./jun. 2019.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA: AS PRÁTICAS DOS CÍRCULOS RESTAURATIVOS

COELHO, Lucimara de Fatima Quintiliano Ferreira[123]
ROSAS, Patricia Manente Melhem[2]

RESUMO: O presente trabalho é fruto das discussões realizadas no Grupo de Estudos sobre Justiça Restaurativa do Centro Universitário Campo Real. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica em obras e artigos científicos pertinentes ao assunto, para apresentar os conceitos de justiça restaurativa e de comunicação não-violenta. Aborda-se a correlação entre ambos os temas, a partir da análise das práticas utilizadas nos círculos restaurativos, que possibilitam a materialização da Cultura de Paz.

Palavras-chave: Justiça restaurativa. Comunicação não-violenta. Círculos restaurativos.

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo tem por objetivo apresentar a justiça restaurativa, como uma prática que contempla a comunicação não-violenta. As práticas restaurativas são uma ferramenta para a resolução de conflitos, o que torna de extrema importância o diálogo durante seu desenvolvimento, considerando o envolvimento das partes interessadas no intuito da reparação do dano causado.

A justiça restaurativa consiste em uma forma de resolução de conflito, que vai além do território do judiciário, seu objetivo maior é valorizar a autonomia das pessoas e engrandecer a importância do diálogo.

O crescente número dos vários tipos de violência assusta e inquieta, no sentido da necessidade de se buscar uma solução pacificadora. Assim, este trabalho justifica-se pela temática da Justiça Restaurativa ter sido amplamente discutida na atualidade como uma nova forma de resolução de conflitos, tendo como alicerce a comunicação não-violenta.

Neste sentido, as práticas restaurativas compreendem a formação de Círculos Restaurativos, estes visam a participação ativa das partes envolvidas em um conflito, por meio do diálogo produtivo e ressocializador.

---

[123] Acadêmica do 4º período do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Campo Real. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Campo Real. Pós-graduada em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná.
[2] Orientadora. Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do Projeto Jr Lab do Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

O termo justiça restaurativa originou-se em 1977 a partir de um artigo escrito por Albert Eglash, intitulado *Beyond Restitution: Creative Restitution*, publicado na obra de Joe Hudson e Burt Gallaway, denominada "*Restitution in Criminal Justice*". Segundo Eglash há três formas possíveis de respostas ao crime: a retributiva, fundada na punição; a distributiva, que visa a reeducação; e a restaurativa, com foco na reparação (GOMES PINTO, 2011, p. 15).

Embora o termo justiça restaurativa seja recente, observa-se características no desenvolvimento de práticas restaurativas por comunidades tribais. Os índios costumavam sentar em círculos debatendo os problemas das aldeias em busca de soluções para as lides. Assim, têm-se como marco no movimento restaurativo a incorporação de práticas da justiça ancestral dos aborígines Maoris, na Nova Zelândia (BRANCHER, 2007 *apud* TRINDADE, 2014, p. 481).

A conceituação da justiça restaurativa é complexa, considerando que definições poderiam limitar o caráter de contínuo desenvolvimento de tal prática. Destacar-se o conceito apresentado por Marshall (*apud* ACHUTTI, 2014, p. 63): "justiça restaurativa é um processo pelo qual as partes envolvidas em uma específica ofensa resolvem, coletivamente, como lidar com as consequências da ofensa e as suas implicações para o futuro".

Este conceito enfatiza a necessidade de abordar conflitos de forma coletiva, trazendo as consequências do que aconteceu, refletindo os reflexos do conflito na vida das partes envolvidas e da comunidade onde estão inseridas.

Neste sentido, Vincenzo Ruggiero (*apud* ACHUTTI, 2014, p. 59) afirma:

> A justiça restaurativa é um processo que traz os atores e a comunidade afetada por uma situação problemática de volta à condição na qual o problema surgiu, e refere que este modelo de justiça funciona a partir do envolvimento direto das partes, de modo que estas serão as responsáveis por encontrar uma solução para o caso.

Assim, observa-se que um dos objetivos da justiça restaurativa é atribuir aos indivíduos diretamente envolvidos no conflito uma participação ativa, além de trazer a comunidade para o diálogo a fim de contribuir para a resolução do mesmo.

A justiça restaurativa não olha para o passado, o seu olhar é direcionado ao futuro, pois trata de restaurar os relacionamentos, ao invés de abster-se ao e à

culpa. Enquanto a justiça convencional foca no que infrator fez e estabelece um castigo, a justiça restaurativa pergunta o que é possível fazer para restaurar o que foi atingido (GOMES PINTO, 2005, p. 22).

A respeito da origem da comunicação não-violenta:

> A comunicação não-violenta foi desenvolvida pelo psicólogo americano Marshall Rosenberg que vivenciou a segregação racial dos anos 60, inclusive sofrendo agressões por ser judeu. Rosenberg se questionava porquê algumas pessoas são mais violentas e outras, diante de circunstâncias praticamente insuportáveis, mantem-se em estados compassivos. A comunicação não violenta (CNV) é uma ferramenta que estimula o despertar da compaixão natural humana (ALMEIDA *et al*., 2019).

A Comunicação não-violenta é uma forma de vislumbrar uma das formas de expressão do ser humano, especialmente sobre como ele ouve o outro. Para o desenvolvimento da comunicação não-violenta é necessário a presença de quatro elementos: a observação, o sentimento, a necessidade e o pedido. O primeiro componente consiste em observar sem julgar, ao passo que quando há julgamento e avaliação pode transmitir a ideia de crítica, podendo resultar em resistência, atitudes defensivas ou agressivas. Estas reações são justamente o contrário dos objetivos da comunicação não-violenta, que visa essencialmente a aproximação (ALMEIDA *et al*., 2019).

O procedimento restaurativo, visto como uma forma de comunicação não-violenta, realiza-se a partir da comunicação, sendo um espaço que prima pelo diálogo, por isso o uso da linguagem é importante durante suas dinâmicas. O procedimento é realizado em três etapas: o Pré-círculo Restaurativo, o Círculo Restaurativo e o Pós-círculo Restaurativo.

O Pré-círculo consiste em encontros conduzidos pelo coordenador da prática restaurativa, ele se reúne com as partes e a comunidade conversando com cada um sobre: o fato ocorrido, suas consequências, o restante do procedimento restaurativo, os outros participantes que serão convidados e a vontade genuína de prosseguirem nas etapas seguintes. Neste momento, estabelece-se um vínculo de confiança entre os participantes e facilitador (BRANCHER *et al*., 2008, p. 11).

O próximo passo é o Círculo Restaurativo, momento no qual o coordenador prepara o ambiente e acolhe os participantes, apresenta-se e esclarece a intenção do encontro, sempre fazendo uso de algumas de suas forças internas – inteligência, intuição, empatia, sabedoria e espiritualidade. Em seguida, o facilitar permite a

apresentação dos participantes e explica os procedimentos que seguirão. (BRANCHER *et al*., 2008, p. 13).

A essência da prática restaurativa acontece durante o círculo, pois cada pessoa terá garantido o direito de ser ouvida, com respeito, esclarecendo todos os anseios que circundam o conflito. Destarte, “a denominação “Círculo” foi escolhida porque exprime tanto a disposição espacial das pessoas no encontro restaurativo, quanto comunica os princípios da igualdade e da horizontalidade objetivados nesses encontros” (BRANCHER *et al*., 2008, p. 23).

Durante o círculo restaurativo não há distinção de pessoas ou julgamentos, pois, “o Círculo não se destina a apontar culpados ou vítimas, nem a buscar o perdão e a reconciliação, mas a percepção de que nossas ações nos afetam e afetam aos outros, e que somos responsáveis por seus efeitos” (BRANCHER *et al*., 2008, p. 8).

O último momento do procedimento restaurativo é o Pós-círculo, nele permite-se aos participantes e colaboradores da ação avaliarem o círculo, e, na hipótese de terem constituído um acordo, verificar se o acordo foi cumprido e se foi satisfatório (BRANCHER *et al*., 2008, p. 17).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando ocorre um conflito muitas emoções estão presentes na situação, embora a vítima de algum tipo de violências seja colocada no papel ofendida, há que se pensar em todas as partes envolvidas, bem como na comunidade onde estes indivíduos estão inseridos. Justifica-se tal preocupação porque há coisas escondidas no conflito que podem vir à tona por meio do diálogo, o que contribui de forma efetiva para a restauração do dano vivenciado.

A realização do círculo restaurativo permite devolver o conflito aos seus verdadeiros donos, ou seja, as próprias pessoas envolvidas nele. Assim, ao mesmo tempo em que expressam suas emoções podem encontrar a melhor forma de reparar os danos, restaurando a dignidade, a segurança e reintegrando toda a comunidade.

A conversa na prática do círculo restaurativo não é somente um bate papo, pois é organizada, segue-se um roteiro, as pessoas são conduzidas utilizando de seu direito de fala com empatia e responsabilidade, podendo chegar a um acordo que será cumprido por todos.

A busca por soluções pacíficas, faz com que as práticas restaurativas sejam reconhecidas como forma de comunicação não-violenta, a participação comunitária, por sua vez, colabora com a diminuição das tensões sociais originadas dos conflitos. Proporciona-se às pessoas a oportunidade de assumirem suas responsabilidades, reparar os danos e educar para uma prática da não violência.

4 REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel Silva. **Justiça restaurativa e abolicionismo penal.** São Paulo: Saraiva, 2014.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; OLIVEIRA, Simone Barros; BRUM, Letícia Souza. Comunicação Não-Violenta à Cultura de Paz: círculos, narrativas e contribuições. **Revista Observatório**, v. 5, n. 4, p. 463-480, 1 jul. 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/6775>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRANCHER, Leoberto; TODESCHINI, Tânia Benedetto; MACHADO, Cláudia. (orgs). Justiça para o Século 21: instituindo práticas restaurativas. **Manual de Práticas Restaurativas**. Porto Alegre: Ajuris, 2008.

GOMES PINTO, Renato Sócrates. Justiça restaurativa é possível no Brasil? In: SLAKMON, Catherine; DE VITTO, Renato Campos Pinto; GOMES PINTO, Renato Sócrates (Org.) **Justiça Restaurativa**. Brasília/DF: Ministério da Justiça, PNUD, 2005.

_____. A construção da justiça restaurativa no Brasil. **Revista Paradigma**, v. 1, n. 19, 4 nov. 2011. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/65>. Acesso em: 14 set. 2021.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 7. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

PONDERAÇÕES NA APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA OS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

BUCO, Thalyta Forquim[124]

ROSAS, Patricia Manente Melhem[125]

Resumo: A presente pesquisa, fruto das reflexões junto ao Projeto JR LAB do Centro Universitário Campo Real pretende apontar ponderações importantes sobre a aplicação da Justiça Restaurativa - JR aos casos de violência doméstica, mais especificamente nos casos que ocorrem dentro de relações íntimas de afeto. Por se tratar de um fenômeno complexo, exige-se que se tenha certos cuidados para colocar os envolvidos no fato da violência frente-a-frente.

Palavras-chaves: Violência. Mulheres. Relações íntimas de afeto. Justiça Restaurativa.

1 INTRODUÇÃO

As masculinidades e feminilidades, socialmente construídas, estão envoltas em relações desiguais de poder e, em muitos casos, resultam na violência sobre o corpo das mulheres. Salienta-se que estas relações de poder são culturalmente constituídas e, deste modo, naturalizadas. “Dentre essas “naturalizações”, é bastante comum o sentimento de posse e propriedade do homem em relação à mulher. Também é característica recorrente o silêncio prolongado da vítima.” (BIANCHINI 2017, p. 179)

Considerando que a violência contra as mulheres é um fenômeno complexo, deve ser analisado caso a caso e criadas estratégias bem estruturadas, baseadas em estudos científicos para o tratamento da questão dentro da Justiça Restaurativa.

Os índices elevados de violência doméstica são legitimados pela construção social de gênero, que concebe as mulheres como propriedade e autoriza o homem a agir com violência para manutenção de controle sobre a mesma. A autorização à violência, a que nos referimos, acontece de forma velada, por meio de concepções que tiram das mulheres o direito de escolhas que se referem as suas vontades e que justificam a violência como uma reação a uma ação por ela praticada.

De acordo com Eva Faleiros:

---

[124] Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO; mestre em Desenvolvimento Comunitário UNICENTRO.

[125] Orientadora. Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do Projeto JR LAB.

> A violência de gênero estrutura-se – social, cultural, econômica e politicamente – a partir da concepção de que os seres humanos estão divididos entre machos e fêmeas, correspondendo a cada sexo lugares, papéis, status e poderes desiguais na vida privada e na pública, na família, no trabalho e na política (FALEIROS, 2007, p. 62).

A partir da compreensão da violência de gênero como fruto de uma construção social de relações assimétricas de poder, na qual as mulheres são concebidas como seres de menor valor em relação aos homens e, em consequência disso, sofrem discriminação, preconceito e violências sobre os seus corpos, de diversas formas e em várias esferas de suas vidas, faz-se necessária a constituição de políticas públicas específicas para o enfrentamento a estas desigualdades e o reconhecimento destas como questão pública e não individualizada.

Para tanto, pretende-se visualizar a Justiça Restaurativa como uma forma possível de provocar micro fissuras neste fenômeno cultural que é considerado, pela Organização Mundial da Saúde, como uma epidemia mundial. Sendo assim, objetiva-se provocar reflexões sobre as possibilidades e os cuidados necessários para aplicação da JR nas situações de violência que envolvem parceiros íntimos de afeto.

2 DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento das reflexões que se propõem, realizou-se análise qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema.

É recorrente, nos casos que envolvem este tipo de violência, as mulheres darem início a um processo criminal e, posteriormente, voltar atrás em sua decisão. Pois, muitas vezes, elas almejam que a violência cesse, que haja uma mudança do comportamento do autor da violência, mas não desejam a prisão dele. Neste sentido:

> O que se pretende é ampliar os espaços democráticos, também na seara penal, especialmente quando o conflito ocorre entre pessoas que já se relacionam e, provavelmente, continuarão a conviver após o processo e a intervenção penal.
> Essa forma de enfrentamento é ainda mais adequada nestes casos, pois a resposta aos conflitos penais precisa apresentar opções diferentes das atuais, a fim de que as partes convivam harmoniosamente depois do delito, oportunizando o diálogo entre os envolvidos, para que o problema seja, enfim, estancado. (CORREIA, p. 83, 2017)

Atualmente, tem-se a Lei 11.340 de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que representa importantes avanços para proteção das mulheres, bem como aponta para a necessidade de elaboração de políticas públicas de prevenção à violência doméstica e o trabalho com os autores de violência. Considerando que o foco voltado apenas para punição não tem sido tão efetivo, faz-se necessário utilizar novas formas de tratar a questão da violência contra as mulheres, vislumbrando mudanças concretas em nossa sociedade.

> Quem defende a possibilidade de conscientização e o refazimento de elos entre pessoas envolvidas em situações problemáticas (não necessariamente o retorno de uma relação amorosa, no caos de violência envolvendo cônjuges ou companheiros, mas algum convívio harmônico) acredita que, na essência, existem homens que podem optar por atuar de maneira diferente, devendo se oportunizar a conscientização através do enfrentamento (CORREIA, p. 84, 2017)

É fundamental destacar que o objetivo da Justiça Restaurativa não é de reconciliação, de retomada da relação afetiva, não que esta não possa ocorrer, a depender do desejo dos envolvidos. Este é um argumento que pode ser utilizado pelas pessoas que não têm uma compreensão sobre o tema. O intuito da Justiça Restaurativa é que haja o diálogo e a responsabilização pelos atos realizados e que a vítima seja participante ativa neste processo. Diferente do que ocorre no modelo de justiça criminal, no qual a vítima é totalmente excluída.

Sendo assim, é necessário observar que, para realização de círculos de Justiça Restaurativa, antes de se colocar o autor do fato e a mulher em situação de violência frente-a-frente, não deve haver relações desiguais de poder. Para tanto é importante a realização de pré-círculos, com ambas as partes, e que sejam abordados temas como: masculinidades; construção social de gênero; relações de gênero; violências contra as mulheres; papéis sociais de gênero, entre outros.

Outro procedimento relevante, seria o atendimento, prévio e posterior, das partes, por equipes técnicas compostas por psicólogas/os e assistentes sociais.

É necessário, ainda, o preparo dos facilitadores quanto ao conhecimento das construções sociais de gênero, pois, estes fazem parte desta sociedade em que homens e mulheres são tratados de forma desigual e exercem relações assimétricas de poder. Sendo assim, diante de um possível despreparo, corre-se o risco de incorrer no erro de provocar a vitimização secundária com as mulheres que participarão dos círculos.

Faz-se necessário compreender que, dentro das relações violentas, há um padrão de comportamento que se repete e que chamamos de “Ciclo da Violência”, de acordo com estudo realizado pela psicóloga Lenore Walker, este ciclo é dividido em três fases, sendo elas, “o aumento da tensão entre o agressor e a vítima”; na segunda fase ocorre a liberação da tensão por meio de violências mais intensas sobre a mulher, sendo este o momento em que a mulher busca ajuda para romper com a situação de violência; já na terceira fase, que chamamos de “Lua-de-mel”, há o perdão do autor da violência, a partir de demonstrações de arrependimento e promessas de mudança, e, posteriormente, este ciclo volta a se repetir. Porém, conforme ele avança, a violência se intensifica e os intervalos entre uma fase e outra diminuem, podendo resultar em feminicídio. (PINHEIRO, 2020). Diante deste padrão é necessário avaliar a realização dos círculos para que não contribua para que a mulher permaneça neste ciclo sofrendo violência e correndo risco de morte.

Ainda “Não se pode perder de vista que as circunstâncias que rodeiam os crimes integrados em um ambiente de violência doméstica e familiar contra a mulher são muito peculiares, visto trata-se de um fato criminoso eivado de elementos psicológicos e relacionais” (BIANCHINI, 2017, p. 179). Sendo assim, destacamos, mais uma vez, a complexidade destas situações por se darem dentro de relacionamentos e estarem envoltas em jogos de poder, colocando a vítima em situação de fragilidade e dependência com relação ao autor da violência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões abordadas considera-se que a Justiça Restaurativa não deve ser aplicada em todos os casos de violência doméstica, deve haver uma avaliação minuciosa de cada caso.

É necessário haver um equilíbrio de poder entre as partes, o preparo dos facilitadores com relação à construção social de gênero para que não haja vitimização secundária e a articulação com serviços que contem com equipes técnicas que possam atender, prévia e posteriormente, as partes envolvidas.

A Justiça Restaurativa pode ser um importante instrumento para tratar da violência contra as mulheres, o qual vai além da visão punitivista e apresenta a possibilidade de provocar mudanças concretas na forma de se relacionar em sociedade.

As questões abordadas no texto são uma provocação para reflexão e para o futuro aprofundamento desta relevante proposta de intervenção, que é a Justiça Restaurativa, no problema social da violência contra as mulheres que é crescente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice. Aplicação da Justiça Restaurativa para crimes que envolvem violência de gênero contra a mulher. In: VALOIS, Luiz Carlos; SANTANA, Selma; MATOS, Taysa; ESPIÑERA, Bruno. **Justiça Restaurativa**. Editora D'Placido, 2017. p. 173-194.

BRASIL, **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Brasília, 2006.

CORREIA, Thaise Carvalho. A Justiça Restaurativa aplicada a violência doméstica contra a mulher. In: VALOIS, Luiz Carlos; SANTANA, Selma; MATOS, Taysa; ESPIÑERA, Bruno. **Justiça Restaurativa**. Editora D'Placido, 2017. p. 77-104.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In.:STELLA, R. (org.) **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Disponível em: «https://www.researchgate.net/profile/Jefferson_Drezett/publication/265336500_Violencia_contra_a_mulher_adolescentejovem/links/5408fc370cf2718acd3cfae5/Violenciacontra-a-mulher-adolescente-jovem.pdf#page=61. Acesso em: 04/09/2021.

PINHEIRO, FERNANDA BRUNA FEITOZA. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER: a armadilha do ciclo da violência**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Tabosa de Almeida CARUARU, 2020. Disponível em:http://200-98-14654.clouduol.com.br/bitstream/123456789/2694/1/VIOLENCIA%20DOMESTICA%20CONTRA%20MULHER.pdf. Acesso em: 04/09/2021.

UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA: JUSTIÇA RESTAURATIVA E VIOLÊCIA DOMESTICA CONTRA A MULHER

SUTIL, ELIANA J. SANTOS[126]
ROSAS, Patricia Manente Melhem[127]
CORSO, Etiene Rabel[3]

RESUMO: A violência doméstica contra mulher é um tema atual e bastante discutido, esse tipo de violência pode resultar em prejuízos físicos, psicológicos emocionais Entre outros. Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica desenvolvida com base científica; a coleta de dados se deu por meio de material digital durante o mês de agosto do ano de 2021, como resultado identificou-se fatores e algumas das contribuições da Justiça Restaurativa na temática violência doméstica contra a mulher. conclui-se que os objetivos foram alcançados, e que a justiça restaurativa é opção de caminho para a resolução de demandas de violência domestica contra a mulher.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Violência doméstica. Mulher.

1 INTRODUÇÃO

A realização do presente trabalho tem como objeto apresentar uma reflexão sobre as contribuições da justiça restaurativa na temática violência contra a mulher, uma vez que o tema em tela é de extrema relevância para a sociedade, pois é um assunto emergente e atual, que demanda discussões e reflexões, entendendo que as vias judiciais tradicionais abrangem apenas as questões jurídicas, e não fatores sociais que abarcam os conflitos que são relevantes para sua resolução efetiva.

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica. A coleta de dados aconteceu por meio de material digital, durante o mês de agosto do ano de 2021, usando as bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico, foram selecionados artigos que relacionassem os temas justiça restaurativa e violência doméstica contra a mulher. Foram utilizados os seguintes descritores “justiça restaurativa”, “violência doméstica”, “mulher”. Foram incluídos artigos que continham as expressões buscadas no título, palavras-chaves ou no resumo, de forma clara a relacionar as temáticas da pesquisa.

A justiça restaurativa se apresenta como uma possibilidade, um caminho alternativo dentro dessa demanda, pois esta se preocupa, como o próprio nome diz,

[126] Psicóloga, bolsista. Projeto NUMAPE, Universidade Estadual do Centro Oeste
[127] Orientadora. Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do Projeto Jr Lab do Centro Universitário Campo Real.
[3]Assistente Social. Mestra em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro Oeste.

em restaurar o sentimento dos indivíduos envolvidos num determinado caso, bem como proporcionar um processo de reflexão com ações que busquem a conscientização e responsabilização de seus atos, para sua volta à sociedade. (LOPES, et al.2020)

Sendo assim, discutir Justiça Restaurativa e violência doméstica e/ou contra a mulher, implica destacar a importância da proteção para a vítima. Bem como, refletir sobre a complexidade do tema, que requer o envolvimento da mulher, agressor, família, comunidade e principalmente órgãos de proteção envolvidos no atendimento. Destacando que por meio da prática de programas, projetos e experiências de práticas restaurativas em casos de violência doméstica é possível apresentar resultados bastante significativos às partes evolvidas no conflito. (JUNIOR, PEREIRA, 2020).

Sendo assim destaca-se que a justiça restaurativa tem muito a contribuir como uma solução paralela à violência e à criminalidade, apresentando uma nova perspectiva de justiça que não a punitiva, portanto, contribuindo com a vítima, familiares, agressor, sistema judiciário e com a sociedade.

2 DESENVOLVIMENTO

No decorrer da história, as necessidades das mulheres foram entendidas a partir da logica das necessidades dos homens, de modo que suas demandas eram colocadas a margem, dentro de um regime que aspirava uma aplicação universal dos direitos humanos, mas com uma legislação escrita por homens e para protege-los na grande maioria das vezes, de modo que quando mulheres sofriam algum tipo de violência dentro do campo doméstico não era entendido como violação de direitos, mas como uma situação corriqueira e que devia ser resolvida dentro dos limites do ambiente privado, da família. Então por muito tempo a mulher foi negligenciada nas suas necessidades específicas simplesmente por ser mulher (CRENSHAW,2002).

Então, entre tantos avanços no que tange às demandas das mulheres, a Lei Maria da Penha, finalmente uma legislação específica para a proteção da mulher, que vem para suprir as demandas em relação a violências de gênero, conquistada por meio de muitas lutas. Ela apresenta vários direitos que operam na prevenção e repressão da violência contra mulher, como a adoção de medidas protetivas às mulheres em situação de risco de morte, um atendimento diferenciado a mulher, por meio das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. (LOPES, et al.2020).

Em meio aos avanços no que tange a legislação que ampara as mulheres, notadamente a Lei Maria da Penha, como o expoente neste sentido, podemos compreender a Justiça Restaurativa como uma importante ferramenta de reparação de danos e como uma grande aliada da legislação protetiva a mulher, sente sentido:

> Em paralelo a Lei Maria da Penha, a mulher também conta com a justiça restaurativa, servindo como meio alternativo para resoluções de conflitos. Essa por sua vez concede à mulher a dignidade de ser ouvida não a subtraindo o direito de se expressar e participar ativamente junto ao agressor para minimização dos danos a si causados. A justiça restaurativa dentro da violência doméstica e familiar permite à mulher a chance de opinar, servindo como peça fundamental na introdução da justiça contra o agressor, ao invés de deixar na mão do estado toda responsabilidade de replicar o que já não funciona há anos no Brasil, o sistema prisional. No contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, a justiça restaurativa além de contribuir para redução de encarceramentos, por parte de suas ações, objetiva a produção do sentimento real de justiça por todos envolvidos, vítima-agressor, uma vez que ambos decidem participar voluntariamente do processo, assim, desenvolvendo a melhor solução para o momento a qual se faz por sentenciado. É importante enaltecer que esse tipo de justiça leva em consideração a subjetividade da mulher, escutando-a e valorizando (LOPES, et al.2020, p.103)

Mas a lei, bem como a justiça tradicional não tem sido suficiente para frear a violência contra mulher, de modo que deve-se pensar em alternativas, assim a justiça restaurativa se mostra como um caminho possível .No Brasil, quando ocorre um crime o julgamento ocorre por meio do modelo tradicional de Justiça, que parte da premissa que o crime é um ato contra a sociedade (Estado) e tem como culpado apenas o sujeito infrator, assim a prática do sistema tradicional desencoraja a conciliação e não impulsiona o encontro pessoal entre as partes, de modo que ambos, vítima e agressor não tem um lugar de fala. Sendo assim, a sentença judicial abrange apenas as questões jurídicas e não fatores sociais que abarcam os conflitos e que são relevantes para sua resolução efetiva, enquanto a justiça restaurativa, propõe uma reflexão e responsabilização, contribuindo por meio de um modelo mais humanizado e capaz de combater elevados índices de reincidência criminal (LOPES, et al.2020).

> O surgimento da Justiça Restaurativa como modelo jurídico alternativo visa coibir crimes de violência doméstica contra mulher por meio do direito ao diálogo entre as partes envolvidas, podendo ser realizada a reintegração do ofensor, a reparação dos danos, ou de outras formas de reestabelecer a paz social interrompida pelo delito. O sistema jurídico retributivo e o restaurativo podem coexistir, sendo necessário que cada caso seja analisado criteriosamente, levando em consideração as circunstâncias peculiares, os papéis da vítima e do infrator frente à situação conflituosa, cabendo a necessária aplicação da lei penal. Nesse novo modelo de justiça, vítima, ofensor e sociedade são os protagonistas na busca de solução para o conflito.

> Permeada pelos princípios da sensibilidade e cordialidade, a justiça restaurativa traz em seu bojo um modelo reformador de aplicar o direito, deixando de lado a velha forma de aplicação da pena, tendo em vista a elevação da taxa de criminalidade na sociedade contemporânea (JUNIOR, PEREIRA, 2020, p.04)

Em paralelo a Lei Maria da Penha, a justiça concede à mulher a dignidade de ser ouvida não a subtraindo o direito de se expressar e participar ativamente junto ao agressor para minimização dos danos a si causados. A justiça restaurativa dentro da violência doméstica e familiar permite à mulher a chance de opinar, servindo como peça fundamental na introdução da justiça contra o agressor, ao invés de deixar na mão do estado toda responsabilidade de replicar o que já não funciona há anos no Brasil, o sistema prisional. No contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, a justiça restaurativa além de contribuir para redução de encarceramentos, por parte de suas ações, objetiva a produção do sentimento real de justiça por todos envolvidos, vítima-agressor, uma vez que ambos decidem participar voluntariamente do processo, assim, desenvolvendo a melhor solução para o momento a qual se faz por sentenciado. É importante enaltecer que esse tipo de justiça leva em consideração a subjetividade da mulher, escutando-a e valorizando.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que os objetivos foram alcançados, pois foi possível apresentara e discutir a aplicação da Justiça restaurativa na temática violência contra a mulher bem como os benefícios e diferencial desse tipo de resolução de conflito. Considerando o pequeno número de publicações encontradas durante esta pesquisa, é válido incentivar o desenvolvimento de novas investigações e produções científicas sobre o tema.

4 REFERÊNCIA

JUNIOR, V. S. A; PEREIRA, C. M. M. aplicação da Justiça Restaurativa na resolução de conflitos envolvendo crimes de violência doméstica contra mulher: a desconstituição da cultura do modelo penal positivista**.** Revista âmbito Jurídico. 2020. https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal

LOPES, A. P., da Silva, J. M. A., Ferreira, M. M., & dos Santos, V. M. Justiça Restaurativa e Violência Domestica e Familiar Contra a Mulher. *Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - ALAGOAS*, *6*(2), 95. 2020. https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/8764.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 10, n.1, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf

VITIMAS: O QUE QUEREM?

TRETNER, Liticia[128]
ROSAS, Patricia Manente Melhem[129]

RESUMO: O presente trabalho é fruto do Grupo de Estudos Jr Lab e tem por objeto as vozes das mulheres vítimas de violência doméstica, assim como o que elas querem que aconteça com os responsáveis. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, com pesquisa em artigos, livros, sites, etc. Através da pesquisa foi possível perceber que a justiça atual não está satisfazendo o desejo da grande parte das vítimas, como também não está dando uma prevenção ou ressocialização ao indivíduo que ás pratica.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Conflitos. Vitimas. Justiça Restaurativa.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente percebemos uma grande insensibilidade em relação aos crimes envolvendo violência doméstica contra mulher, a partir daí levantou-se a seguinte pergunta, o que as vítimas querem que aconteça com seus agressores? A justiça tradicional enraizada desde os séculos passados, criada sob o patriarcado, está realmente preparado para atender o desejo das mulheres? A presente pesquisa se justifica através da necessidade de dar voz e ouvir as mulheres que sofrem essa violência e através da justiça restaurativa poder empoderar a mulher vítima e conscientizar o agressor do que ele fez, quais as consequências que aquilo causa na vida da mulher, de seus filhos e até o convívio da sociedade.

2 DESENVOLVIMENTO

A justiça restaurativa é um método auto compositivo em que as próprias partes resolvem os seus conflitos. Através de círculos de paz, conferências restaurativas etc. A partir daí podemos começar a analisar a situação apresentada, como será possível que as mulheres vítimas de violência doméstica e seus agressores possam resolver seus conflitos? Em busca da resposta analisaremos os seguintes dados apresentados por Alice Bianchini, que apresenta uma pesquisa realizada pela secretaria de assuntos legislativos do ministério da justiça e IPEA em 2015 o qual

[128] Acadêmica de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real
[129] Orientadora, Doutora em Ciências Sociais Aplicadas, Pró reitora Acadêmica do Centro Universitário Campo Real

demonstra que 80% das mulheres não quer que os agressores sejam presos e apenas 20% acredita que a solução seria o agressor responder por uma pena privativa de liberdade (BIANCHINI, 2017, p.180).

Os dados demonstram que a necessidade de uma nova justiça é necessária, haja vista o grande número de homens que voltam a praticar os mesmos atos. A partir de então surge a justiça restaurativa que foi delineada pela resolução 225/2016 do CNJ, a qual dispõe como a justiça restaurativa deve ser aplicada. A partir desse modo podemos desmitificar vários mitos que ocorrem em torno da justiça restaurativa entre elas as de que o agressor não será punido, que seria apenas um modo de despenalizar o agressor, porém segundo Howard Zehr:

> Há evidências (em anedotas do meio legal) que confirmam que a maioria dos ofensores que frequentou uma câmara restaurativa acha isso mais árduo e sofrido do que os processos de sentenças da Corte, onde eles podem deixar seu advogado falar e refugiar-se no silêncio, nada mudar sobre o modo como conduzem suas vidas ou vêem os outros. (Howard Zehr, Ano, p. 4).

Assim percebemos, que os agressores são colocados frente a frente com a vítima, e ouvem o que as vítimas sentiram e sofreram e o que esperam, assim como os autores devem eles mesmos contarem o que aconteceu, não podendo utilizar o direito ao silêncio expresso no artigo 5º inciso LXIII da Constituição federal, e nem se utilizar das palavras de seu advogado para lhe defender.

2.1 A MULHER E SUA HISTÓRIA

Atualmente o Brasil está vivendo um salto em relação a medidas que buscam a melhor proteção da mulher, entre elas podemos citar a lei 11.340/2006 conhecida como lei Maria da Penha, que prevê medidas de coibição e erradicação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Mas o que percebemos a partir dessa lei é que ela foi criada para proteger a mulher, mas em muitos casos o que percebemos há um contraditório entre o que elas querem e o que a lei prevê, um exemplo muito visível é a questão do afastamento do lar, sendo que muitas vezes essas mulheres têm filhos com os agressores e simplesmente não querem se afastar de seus conjugues.

A partir daí observamos que a lei foi criada para protege-las e poder prevenir novos delitos por parte do agressor, mas isso não acaba acontecendo, pois o agressor é preso, depois é solto e volta a conviver com a mulher voltando há agredi-la. Nesse

sentido a mulher muitas vezes tem a esperança de que o agressor pare com a violência e conviva harmoniosamente com a família, o que demonstra que essa lei não traz a ressocialização que é tão almejada pelas mulheres e pela sociedade, pois se esse homem passar pela justiça restaurativa ele vai entender o que fez e provavelmente não cometera novas agressões.

2.2 A JUSTIÇA RESTAURATIVA E SEU PAPEL

A justiça restaurativa busca o diálogo entre as partes, para que consigam resolver seus problemas, o principal objeto da justiça restaurativa é as consequências do crime e as relações sociais que podem ser afetadas por ele, desenvolvendo um diálogo entre as partes, tendo uma participação ativa das partes, para que explicitem o que sentem, o que querem, e principalmente o que aquela situação causou nela.

A justiça restaurativa é regida por vários princípios, sendo dois deles que agem no núcleo da solução dos problemas envolvendo violência doméstica contra a mulher, que é o voluntarismo em que as partes por livre e espontânea vontade participam do encontro restaurativo e o outro a celeridade, onde há uma busca mais rápida para a solução do problema, além de trazer consequências positivas para o Estado, entre elas a diminuição da reincidência e diminuição de conflitos.

2.3 A JUSTIÇA RESTAURATIVA E APLICAÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Diante de todo o contexto analisado podemos citar alguns lugares em que a justiça restaurativa é aplicada em casos de violência doméstica como na Alemanha e França, por exemplo, mas essa aplicação não vem ocorrendo apenas internacionalmente, no Brasil um dos exemplos de aplicação é na Bahia, no Largo do Tanque, onde na fase preliminar no juizado especial criminal é dada a oportunidade do autor e vitima se encontrarem para serem realizadas as práticas restaurativas para a solução do problema (CORREIA, Thaize de Carvalho, A justiça restaurativa aplicada a violência doméstica contra a mulher, O papel da justiça restaurativa e seus valores integradores, 2017, p.88).

Apesar de ser um grande começo há muito o que ser feito para que a justiça restaurativa se espalhe por todo o Brasil, com a resolução n.225, de 2016 do CNJ

houve uma maior divulgação do que é, e como seria aplicada dando ao judiciário uma maior amplitude para resolução de conflitos, mas ainda é preciso um impulso por parte dos poderes judiciário, executivo e legislativo, só então a sociedade passara a conhece-la melhor e sua implantação se tornará mais recorrente.

2.4 UM POUCO DE VOZES OUVIDAS

Na Noruega temos uma justiça onde as partes são ouvidas, e é utilizado alguns princípios da justiça restaurativa para sua aplicação, lá as prisões não possuem grades reforçadas, os detentos são tratados com respeito e cada um é ouvido, nessas prisões eles tem acesso há facas, motosserras e demais utensílios, pois devem trabalhar, e cultivar o que vão comer, além de se tiverem algum conflito, são colocados frente a frente para que suas diferenças sejam resolvidas. Mas como isso é possível? Isso é possível porque na Noruega as pessoas são tratadas o mais perto da realidade possível, conforme explica BREGMAN, “Se tratarmos as pessoas como lixo, elas serão lixo. Se as tratarmos como seres humanos, vão se comportar como seres humanos.”(BREGMAN, Rutger, Ano, p. 312).

Assim como a sociedade, se tornara com mais sensação de segurança, dando oportunidade para os infratores, o que hoje não acontece na sociedade atual, onde os indivíduos na grande maioria são tratados com discriminação, e desprezo, voltado a reincidir cometendo novos delitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto percebemos que a grande parte das mulheres vítimas de violência doméstica entende de que a pena privativa de liberdade não possui grande efeito, haja vista que os agressores voltam a praticar os delitos, fazendo novas vítimas, e até mesmo voltando a praticar contra as mesmas não sessando os conflitos entre as partes. É possível verificar também que várias mulheres apesar de sofrerem a violência ainda continuam convivendo com seus companheiros, o que demonstra uma grande vulnerabilidade, haja vista que o sistema atual não promove a ressocialização e ainda devolve para a sociedade um indivíduo que na grande maioria das vezes prática um delito mais grave do que o primeiro, em virtude disto, é necessário uma

nova justiça para a ressocialização desses indivíduos, assim como uma atenção ao que a vítima realmente quer que aconteça com o agressor.

Em busca disso é necessário que o judiciário se comprometa com o que as vítimas realmente desejam, e não apenas deixar que cada parte esteja com seu advogado deixando-os a par de tudo, é preciso que as partes que estejam dispostas a passar pela justiça restaurativa sejam respeitas e ouvidas e que a justiça restaurativa seja capaz de como na Noruega, promover o desenvolvimento do pais, a segurança da sociedade, e também o grande exemplo da justiça restaurativa aplicada na Bahia seja um impulso para se espalhar por todo o Brasil, afinal, depois que aquele, então detento sair da prisão será um vizinho de alguém e que conviverá em sociedade, e que deverá voltar com o convívio do dia a dia com espírito de ordem e ressocialização, e aquele indivíduo que até mesmo não foi conduzido para a prisão intenda o que fez, e que não volte a delinquir.

4. REFERÊNCIAS

VALOIS, Luiz, Carlos, SANTANA, Selma, Matos, Taysa, Espineira, Bruno, Direito Civil, **A justiça restaurativa aplicada a violência doméstica contra a mulher,** O papel da justiça restaurativa e seus valores integradores-Belo Horizonte: Editora: D´Placido,2017.

BREGMAN, Rutger, **Humanidade**: uma história de otimismo do homem- São Paulo:Planeta,2021.

MCCOLD, Paul, WACHTEL, Ted**, Em Busca de um Paradigma**: Uma Teoria de Justiça Restaurativa- Rio de Janeiro: Editora: Restorative Practices,2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.1988. Disponível em: <Constituição (planalto.gov.br)>. Acesso em: 31 agos. 2021.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Justiça Restaurativa (tjgo.jus.br)> Acesso em: 12 set.2021. http://jij.tjrs.jus.br/doc/justica-restaurativa/O-QUE-A-JUSTICA-RESTAURATIVA-NAO-E.pdf > Acesso em: 14 set.2021.

A IMPORTÂNCIA DA CONCILIAÇÃO NO MEIO FAMILIAR

DONA, Myrella Kathrina Ferreira[130]
FAGGION, Igor[131]

RESUMO: O trabalho aponta a importância da tentativa de conciliação na Vara de Família. Mostrando o que é conciliação, qual seu objetivo e como deve ser feita de maneira adequada. Demonstrará também a importância do conhecimento dos envolvidos no processo sobre as fases processuais e o peso da confiança em seus procuradores dentro do processo. Finalizado com uma exposição dos fatos e exibindo qual a consequência da não tentativa de autocomposição para o judiciário.

Palavras-chave: Conciliação; Autocomposição; Família; Procuradores; Processo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo ressalvar a importância da tentativa de autocomposição para resolução de lides dentro do processo da Vara de Família. Trata-se de um processo de sensibilização das partes, no qual se busca a abertura para um diálogo pautado nos interesses das partes de forma pacífica como meio de estimular a autocomposição. Criando uma percepção das vantagens e benefícios refletidos no processo litigioso e em suas vidas.

Por conseguinte, o objetivo do presente trabalho é informar os procuradores e as partes do processo sobre a importância da conciliação, visando o bem das partes e a diminuição do risco de injustiça, caso o processo prossiga para um julgamento com sentença judicial proferida unilateralmente por um juiz.

Para tanto, será feita uma análise de bibliografias, artigos, leis, portais e estatísticas fornecidas pelo próprio CEJUSC Guarapuava a fim de apresentar os conceitos de conciliação e mediação, bem como seus principais métodos autocompositivos, demonstrando qual o objetivo e sua importância para a resolução de conflitos. Será demostrado como a utilização de técnicas especifica para a gestão de conflitos pode favorecer a resolução de conflitos e, consequentemente, colaborar com a celeridade da prestação jurisdicional de maneira segura e satisfatória aos envolvidos em processos litigiosos.

2 DESENVOLVIMENTO

---

[130]Acadêmica do 6° período do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.
[131] Orientador, professor de Processo Civil, do Centro Universitário Campo Real.

Desde o inicio jurídico no Brasil, o judiciário vem buscando novas técnicas e métodos para um andamento rápido e eficaz dos processos que tramitam em juízo, um desses métodos atualmente é a conciliação que ganhou fora legislativa com o Projeto de Lei n° 4.827 em 1998. Tem por objetivo principal fazer as partes de um processo chegarem a um consenso sobre os pontos de conflito que apresentaram. A resolução de n° 125 do CNJ abriu caminho para a instituição de uma “Politica Nacional de tratamentos dos Conflitos”, tendo como plano a disseminação de uma “cultura de paz”, em comparação com à “cultura da sentença”, que caracteriza o perfil litigante na sociedade brasileira.

O ambiente da Vara de Família, por sua natureza, possui assuntos relacionados a alimentos, partilha, divórcios, reconhecimento de paternidade ou maternidade entre outros processos na mesma linha processual, e a conciliação tem um grande peso nessas classes processuais, pois versam sobre questões pessoais, que estão ligadas diretamente a questões emocionais, sendo assim, percebe-se que o auxilio de um terceiro na relação pode ser o divisor de águas para resolver a lide.

Deste modo, deve-se primeiramente analisar as questões psicológicas do ser humano, pois somente após entender como as emoções ou humores funcionam que se pode chegar ao entendimento da importância da conciliação.

Fato notório que ontologicamente o homem é movido por emoções, sensações, humores, sentimentos e sentidos. Esses fatores acabam por interferir na maneira como se relaciona em sociedade. Seguindo esse raciocínio, compreende-se que no meio familiar às emoções são essenciais, pois todos os sentimentos são demonstrados conjuntamente. Por isso, quando uma relação se quebra, o vínculo pode demorar para se recompor, ainda mais se esse conflito virar um processo perante o juízo. Waters (2008) identificou que a raiva tem grande influencia nas decisões da mesma forma que o afeto positivo, gerando estimativas positivas, ou seja, o ressentimento das partes uma com as outras pode afetar o julgamento sobre o problema a ser discutido.

O Poder Jurídico por ter este conhecimento, decidiu elaborar etapas para uma melhor solução dentro do processo, então se possui duas tentativas de composição amigável e consensual entre as partes com auxílio de um mediador, sendo a primeira nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) e segunda na audiência de conciliação dentro da própria Vara de Família.

Em ambas as oportunidades são verificadas negociações assistidas ou facilitadas por um terceiro imparcial e especialista no assunto, ou seja, uma autocomposição indireta. Sem um auxilio adequado para a mediação o resultado poderia ser ineficaz, gerando perda de tempo e dinheiro para o judiciário, resultando em uma sobrecarga de processos, obtendo consequentemente a demora processual.

As audiências do CEJUSC são regadas pelos métodos de conciliação e mediação abrangendo os setores pré-processuais, processuais e setores de cidadania, tendo também como objetivo secundário o atendimento e a orientação aos cidadãos que possuem dúvidas e questões jurídicas. Sua formação conta com conciliadores, facilitadores, coordenadores todos com capacidade cognitiva para realizarem as conciliações de maneira eficiente. Em Guarapuava, o CEJUSC teve uma porcentagem média de 70% no segundo semestre de 2020 e 61% primeiro semestre de 2021 de eficácia em audiências com conciliação com acordos totais e parciais, mesmo com a conturbação da pandemia as porcentagens foram satisfatórias. Sendo assim, menos da metade dos processos seguiram em frente sobrecarregando o judiciário.

A conciliação judicial se inicial quando ocorre um pedido de solução do problema na justiça, assim, o próprio juiz ou um conciliador treinado possui a oportunidade de manejar a audiência possibilitando um acordo. A conciliação é considerada a melhor forma de resolução de conflitos, devido a ser rápida, barata, eficaz e pacifica. Com a ajuda do facilitador e das partes, será definida a melhor solução para os problemas existentes, sempre assegurando que o controle de decisão ficará para as partes envolvidas diretamente na lide, evitando o risco de aparente injustiça que é comumente proferido no meio social quando se fala em Poder Judiciário, afinal o poder de decidir não fica para o Juiz, um terceiro fora da relação, ela fica para as partes.

A conciliação possui princípios como a independência das partes, a imparcialidade do mediador ou conciliador, a autonomia da vontade das partes, decisão informada e confidencialidade dos assuntos e propostas tratadas na audiência. Sendo assim o a Lei n° 13.140/2015 dispõe:

> Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia. (LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015.).

Sendo assim, na audiência de conciliação é necessário estar aberto para opções, propostas e divergências para a realização de acordos. O conciliador não poderá decidir pelas partes, ele deverá apenas mediar a situação e propor ideias para resolver o conflito, pertencendo as partes a decisão final. Dentro desta fase um problema existente é o procurador da parte autora ou ré não sanar as dúvidas de seu cliente sobre o processo, ocorrendo uma corrosão maior e desconfiança de um acordo sem um juiz presente no momento da composição. É de extrema importância que os procuradores das partes orientem seus clientes a respeito das possibilidades existentes, pois a ignorância pode levar a um desgaste físico e psicológico para as partes dentro do processo, ocorrendo então uma negativa sobre as propostas por estarem com suas emoções abaladas.

O não aceite de conciliação por uma orientação inadequada poderá afetar o judiciário em seu andamento processual, gerando pautas de audiências longas, deixando a celeridade processual de lado e como consequência prejudicando as partes por conta da demora de resposta do judiciário.

Os patronos dos polos do processo devem estar abertos para as conciliações e não somente visar o ganho futuro, pois caso relutantes em colaborar com a resolução do conflito, a mediação será inviável. Deve-se sempre levar em consideração a confiança depositada pelos clientes em seus representantes, e em seu julgamento do que é melhor ou benéfico, pois nesse momento a graduação tem grande peso para o indivíduo leigo.

Então se deve compreender que a persistência em um acordo entre as partes é seguro, pois a decisão proferida por juiz por meio de sentença poderá vir a ser arriscada e desagradar muito um dos lados do problema, mas vale ressaltar como disposto no artigo 2°, §2° da Lei n° 13.140/2015, ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação, mantendo fiel a autonomia das partes envolvidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta breve exposição, pretende-se chamar a atenção para a problemática do desinteresse em conciliações no meio familiar e quais os impactos que essa relutância pode fornecer para o judiciário e para as partes envolvidas na lide. É exequível pensar-se que a solução pacifica sempre será o melhor meio para a

resolução dos conflitos, e que os procuradores das partes devem pensar no bem de seus clientes e aos envolvidos no processo.

O objetivo será demonstrar que com a autocomposição as partes dentro do processo podem encontrar uma resposta mais adequada para a solução do problema, pois quem está dentro da situação sabe melhor o que é a realidade dos fatos do que quem está de fora somente analisando provas. Sendo assim com a melhor compreensão do que é conciliação e possibilidade em realiza-la o setor jurídico ficará menos sobrecarregado, conseguindo cumprir com a celeridade processual com os demais processos existentes, e o acordo celebrado com composição entre as partes será mais efetivo e benéfico para os envolvidos.

4 REFERÊNCIAS

CEJUSC. TJPR. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/conciliacaomediacao?p_p_id=101_INSTANCE_jYEM8Cph62hF&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column1&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&a_page_anchor=54680446>. Acesso em: 30 de ago. 2021.

DJE/CNJ nº 219/2010, de 01/12/2010, p.2-14 e republicada no **DJE/CNJ nº 39/2011, de 01/03/2011**, p. 2-15. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>. Acesso em: 08 de ago. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA-GERAL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**. LEI Nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em: 8 ago. 2021.

SALLES, Carlos Alberto de. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem.** 4° Edicação. Editora Forense. p. 352. Rio de Janeiro, 2021.

SCAVONE JR, Luiz Antonio. **Arbitragem - mediação conciliação e negociação.** 9° Edicação. Editora Forense. p. 360. Rio de Janeiro, 2019.

WATERS, Erika A.. **Sentir-se bem, sentir-se mal e sentir-se em risco: uma revisão da influência do afeto incidental nas estimativas de probabilidade de riscos à saúde e eventos de vida**. Journal of Risk Research, V. 11, n. 5, p. 569-595, 2008.

HOBBES E LOCKE: LIBERDADES INDIVIDUAIS

TAUSCHER, Rafael Gutelvil[132]
HORST, Luiz Eduardo [133]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa [134]

RESUMO: John Locke e Thomas Hobbes são dois contratualistas, ou seja, não acreditam em um enviado divino, mas sim de um contrato de mútuo consentimento dos súditos para sair do estado de natureza. Ambos com interpretações contrárias. Locke em seu Estado liberal e Hobbes, num Estado absoluto. Distinguiremos as teses, a concepção de estado, governo civil e poder.

Palavras-chave: Contrato. Estado civil. Natureza. Governo. Liberdades Individuais.

1 INTRODUÇÃO

Thomas Hobbes e John Locke são conhecidos pelos seus tratados politícos, as suas convicções eram impactantes ao olhos do Estado vigente. Viveram um período conturbado da história, com derrubadas e ascensões de reis, disputas entre religiosos e protestantes, além da luta do parlamento inglês pela autonomia perante a monarquia. Nesse quesito, as teses de Locke e Hobbes são contrárias e raramente se anuem. O primeiro defendia, mais liberdade politíca, religiosa e econômica. Já Hobbes, entende o poder do Estado ilimitado, negando as liberdades individuais dos súditos.

Ambos tem uma preocupação em comum, a ordem civil e o fim das guerras politíco/religiosas que assombravam a Inglaterra e a Europa. Partindo dessa preocupação, idealizaram o homem fora da sociedade, em um estado de natureza, onde nascem livres e iguais. Mas, para sair desse estado a racionalidade e a paixão estão presentes, como são contratualistas, ou seja, há um contrato entre os súditos, onde teram de limitar seus direitos naturais por convivência em sociedade. Essa concepção do homem na natureza é conflitante entre os autores, assim, a formação das sociedades civis será distinta, como o governo, as autoridades e o poder.

Tendo em vista, pretende-se explicar e expor as suas idéias, tanto no estado de natureza, o contrato social e a formação da sociedade civil, entre os dois autores. Uma

---

[132] Acadêmico de Direito; 6° período; Turma A; Noturno; Centro Universitário Campo Real;

[133] Orientador e Professor em História (2012) e Mestrado (2018), pela Universidade do Centro-Oeste do Paraná.

[134] Co-orientadora e Professora de Direito Constitucional, pelo Centro Universitário Campo Real.

concepeção de liberdades individuais atualmente com comparação a Constituição Federal com os contratualistas.

Uma concepeção de liberdades individuais atualmente com comparação a Constituição Federal com os contratualistas.

2 DESENVOLVIMENTO

O estado de natureza idealizado pelo Hobbes é um estado que todos os homens são iguais e consciente dessa igualdade: tendo as mesmas faculdades intelectuais, instituída pela experiência e pela força corporal. Essa igualdade não é vantajosa, pois o mais fraco tem condição de matar o mais forte, enquanto está dormindo. O intelecto é limitado por suas experiências. Levando a “guerra de todos contra todos”.

Para Locke, os homens nascem livres e iguais, concordando com Hobbes. Porém, o estado de natureza é harmônico, havendo paz e corcondância. Influenciado pela doutrina liberal, caracterizada pelo direito intrínseco á propriedade privada. O estado de natureza de Locke (apud Weffort, Francisco, 2001, pág.91);

> [...] O estado de natureza tem lei de natureza a governá-lo e que todos submete; e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que apenas consultem que sendo todos iguais e independentes, nenhum deve prejudicar a outrem na vida, na saúde, na liberdade e nas posses.

Os direitos naturais para Locke são: á vida, liberdade e os bens. A propriedade no começo é limitada pela força de trabalho, exercida na terra. Depois, é ilimitada, substutuída pela acumulação de riquezas ou capital. Diferentemente de Hobbes, onde não existe propriedade privada no estado natural.

Segundo a Constutuição Federal de 1988, em seu art. 5°, é assegurado a todos os brasileiros natos ou naturalizados o direito á vida, á liberdade, á igualdade, á segurança e á propriedade. Locke, em seu livro: Dois Tratados sobre um governo civil, descorre sobre o tema da propriedade privada ser um direito natural, previsto desde do estado natural, qual ainda não existia Estado. Ele consagra esse entendimento, sendo um direito fundamental a todo ser humano.

Há três passos para a discórdia: competição, desconfiança e a glória. A competição gera, segundo Hobbes (apud, Weffort, 2001, pág. 55) “ Portanto se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossivel ser gozada por ambos, eles se tornam-se inimigos”. Partir disso, lucra-se, porque ambos vão fazer de

tudo para ter objeto desejado e status por ter conquistado. Levando inveja e gerando mais conflitos. Assim, gera desconfiança, porque todos estão preocupados com a sua segurança, com medo de ser atacado a qualquer momento. A glória vem de ter vencido todas essas dificuldades que o estado o submeteu, dando uma reputação por ter conquistado a sobrevivência. Contudo, os homens constroem guerra a todo momento, no estado de natureza de Hobbes.

Como os homens não são perfeitos, movidos pelos interesses, não havendo leis e autoridade. Com medo da violação de seus bens, mutuamente os indivíduos na sociedade, concordaram em formar uma sociedade civil. Preservando seus direitos pré-existentes.

Perrot, descreve a distinção entre público e o privado durante a Revolução Francesa. Como um processo de desestatização do Estado, qual era robusto, controlador e monárquico e imperialista, para um Estado liberal com livre concorrência, governo liberal, com participação popular em seus plebiscitos. Ao mesmo tempo, proclama direitos individuais, qual o direito á segurança se faz presente com o habeas corpus.

Segundo Hobbes, os homens com a sua própria racionalidade irão buscar acabar com os problemas: de segurança, medo de uma morte violenta, uma vida solitária, emprutecida e curta, instituídas pela natureza. Sendo assim, a conservação da vida foi primordial para instaurar uma sociedade civil. O Estado instituído em Hobbes:

> Diz-se que um Estado foi instituído quando uma multidão de homens concordam e pactuam, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembléia de homem seja atribuída pela maioria direito de representar a pessoa de todos (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tendo os que votaram a favor dele como que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem, tal como fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes dos homens.

Partir desse pacto, a sociedade existirá, porque haverá leis, autoridades e poder. A tese de Thomas defende um Estado absolutista e forte. O poder será ilimitado para gerar medo, controlando todos na sociedade. Os súditos submetidos a essa autoridade perderam suas liberdades que antes existiam no estado de natureza, para preservar á vida, transferindo seus direitos naturais: á vida, liberdade, igualdade, propriedade e a felicidade, serão destinados ao soberano decidir o seu futuro.

A forma de governo será decida pelo povo, partir disso será constituída a tripartição dos três poderes: legistativo, executivo e judiciário, proposto por Montesquie. O poder legislativo terá direito, para Locke (apud, Weffort, 2001, pg. 101).

> [...] primeiro tem de governar por meios estabelecidos e promulgados, que não poderão variar em casos particulares, instituindo a mesma regra para ricos e pobres, para favorito na corte ou camponeses no arado; segundo, tais leis não devem ser estabelecidas a qualquer fim senão ao povo; terceiro não deve lançar impostos sobre a propriedades do povo sem o consentimento deste.[...]

O executivo tem a função de executar as leis elaboradas pelo legislativo. Responsável pela manutenção da paz, dar segurança ao seu povo, de ameaças internas e externas. E o judiciário de julgar as leis criadas. Harmonicamente os três poderes trabalhando juntos e um fiscalizando o outro, uma divisão, limitando o poder. Quando um poder comandar os demais, haverá destruição dessa sociedade, porque teremos um tirano, que fará só as suas vontades. Assim, os indivíduos terão de derrubar e retornar ao seu estado de natureza.

A igualdade é o começo da desigualdade dos homens, levando a “guerra de todos contra todos”. A liberdade para Hobbes é ilusória e utópica, porque é uma forma de manipular e alienar o homem a manter o sistema vigente. Em sua análise só há uma liberdade ao homem, quando o soberano não cumprir a sua parte e não conseguir proteger á vida dos súditos. Assim, voltando a retomar as seus direitos naturais e desobedecer a autoridade do Estado. Propriedade inexiste no estado de natureza. O controle dela será feita pelo soberano e dividirá da forma que bem entender. A felicidade é o que todos os homens buscam, pois é a natureza do homem.

Ainda, com a proteção da propriedade privada o crime de inviolabilidade do domicílio, previsto no art. 184 do Código Penal francês. Com a ascensão da burguesia ao poder, a desigualdade social ainda impera na Revolução Francesa. Segundo Hobsbawm, em seu livro: A Era das Revoluções, destaca a desigualdade entre os burgueses e a classe trabalhadora, qual não tinha espaço para desfrutar dos espetáculos culturais da época. Sendo muitos artistas perseguidos durante o século XVIII, pela sua crítica ao Estado totalitário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores pensaram as suas teses em qual seria o melhor Estado ser gerido. Ambos temiam a desordem civil e a ruína do Estado. Mas tinham soluções, Hobbes

partia do estado de natureza era um caos. O antídoto era um governo civil autoritário, com o poder de decisão na mão de um indivíduo de um soberano. Já Locke, parte de um estado de paz, onde o governante é instituído para conservar os direitos pré-existentes, não deixando violar á propriedade (vida, liberdade e bens). O magistrado irá julgar aquele que violar esses direitos, nem o próprio governante poderá infringir se o fizer, entra em guerra com todos, podendo ser desposto e punido por eles.

Locke faz referência ao direito de propriedade ser um direito fundamental, previsto por ele, desde do estado natural, atualmente previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988. Perrot, distingue o público do privado, fazendo alusão a Revolução Francesa, que inicia o seu processo de desestatização, instaurando um Estado e governo liberal. Já Hobsbawm destaca a desigualdade entre os proletariados e a burguesia, qual eram privados dos espetáculos culturais, ainda faz menção as perseguições que faziam aos artistas.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14. Agos. 2021.

HOBBES, Thommas**. Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 2004.(C. Os Pensadores).

HOBSBAWM, Eric. **Era das Revoluções.** Disponível em: A ERA DAS REVOLUCOES 1.pdf. Acesso em: 14. Agos.2021.

PERROT, Michelle. **História da Vida Privada.** Disponível em: micelle perrot1.pdf.
Wellfort, Francisco.**Os Clássicos da Politíca.** 1 Vol. São Paulo: Ática, 2001.

O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO DECORRENTE DA PANDEMIA DA COVID-19

GODOI, Jaqueline[135]
LIMA, Leandra[136]
PLATZGUMER, Vinicius[137]
MAZUREHEN, Sandro Roberto[138]

RESUMO: O estudo seguinte foi realizado com base na situação alarmante em que se encontra a Violência Doméstica e o Feminicídio durante a Pandemia do COVID-19. Ao debater sobre o tema, é possível observar que o crescimento nas porcentagens é resultado do Isolamento Social, que como consequência gera dificuldades financeiras e propicia o desequilíbrio emocional, a limitação dos convívios sociais também aumenta o risco de ocorrerem agressões e Feminicídio devido ao alto nível de estresse acumulado diante dos problemas cotidianos enfrentados em tempos de crise.

Palavras-chave: Família. Homicídio. Quarentena. Violência de Gênero. Saúde Mental.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é mostrar o impacto que causou o isolamento social no aumento da violência contra a mulher, desde agressão psicológica como o mais grave do crime cometido contra a mulher, o Feminicídio. Com dados levantados de diversos estados do Brasil. A abordagem de pesquisa adotada foi de caráter qualitativo visando a comparação entre alguns Estados do Brasil.

No início do ano de 2020, o Brasil sofreu um grande impacto quando foi decretado uma Pandemia em decorrência ao novo CoronaVírus, com isso a recomendação da OMS (Organização Mundial da Saúde) foi que toda a população ficasse em casa, a caráter de conter a disseminação do vírus. Com isso inúmeras mulheres ficaram ainda mais expostas aos seus agressores, por muitas vezes conviver com eles. No ano de 2020, houve um aumento significativo, de 1.9% a mais

[135] GODOI, Jaqueline
[136] LIMA, Leandra
[137] PLATZGUMER, Vinicius
[138] Coorientador. Meste em]estudos Linguísticos. UFPR. Docente do Centro Umiversitário Campo Real

que em 2019, chegando a 648 casos no primeiro semestre do ano passado, os dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

2 DESENVOLVIMENTO

O feminicídio em decorrência da violência doméstica e familiar, não são apenas problemas da atualidade, mas, durante o isolamento e o aumento significativo nos casos, esse tema foi ganhando destaque nos noticiários brasileiros. Apenas em março de 2020, de acordo com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), entre os dias 1˚ e 16 de março, o número de ligações para o Disque 100 e Ligue 180 foi de 3.045, somando 829 denúncias registradas, representando a média diária. Já no período entre os dias 17 e 25, as ligações chegaram a 3,303 e as denúncias a 978, aumentando assim a média diária total, no mês todo teve um crescimento de 18% nas denúncias registradas. Portanto, pode-se afirmar precisamente que o isolamento social é um dos maiores motivos desse acréscimo nos dados de Feminicídio e Violência Doméstica e Familiar.

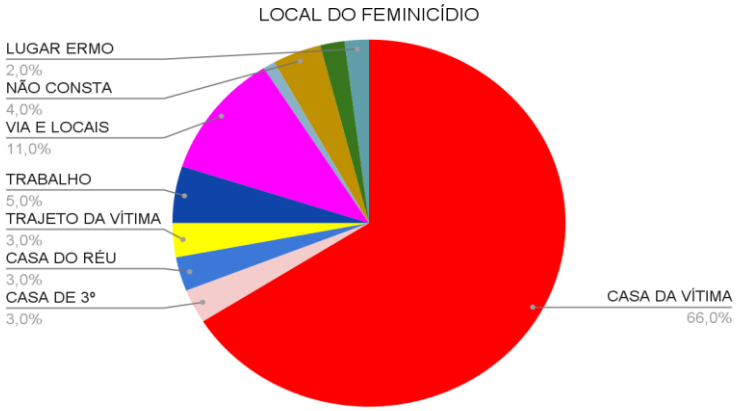
> Segundo a estudiosa Saffioti (1994), a violência atinge todas as classes sociais, independente de etnia, raça, idade, religião ou estrato social. Não se furta, entretanto, da seguinte ponderação: “É óbvio que as classes abastadas dispõem de muitos recursos, políticos e econômicos, para ocultar a violência doméstica”. (SAFFIOTI, 1994, p. 168).

Quando se trata do Feminicídio, os dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que houve um aumento alarmante de 46% em São Paulo, 100% no estado do Acre e intrigantes 300% de aumento no Rio Grande do Norte e 400% no Mato Grosso, essa comparação de dados foi realizada através de dados do mês de março de 2019 e março de 2020. Segundo informações fornecidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no intervalo de janeiro a agosto de 2020, o Estado com maior índice de feminicídio foi o estado de São Paulo com 79 casos, na sequência Minas Gerais com 64 casos e seguido da Bahia em 3º lugar com 49 casos.

> A Lei 13.104/2015 instituiu a figura do *feminicídio*, que nada mais é do que homicídio qualificado, quando a vítima é mulher. Portanto, acrescentou-se o inciso VI ao art. 121, § 2o, do Código Penal, afirmando ser qualificado o crime quando praticado o crime “contra a mulher por razões da condição do sexo feminino”. (**NUCCI**, 2015, s/p).

De acordo com um texto jornalístico divulgado no Portal Brasil de Fato, em 10/10/2020, no período da Pandemia, seguida pela quarentena, entre os meses de março e agosto (2020), uma mulher foi morta a cada 9 horas no Brasil, uma média de 3 mulheres por dia. É aterrorizante ver a situação em que se encontram muitas mulheres, na maioria das vezes convivendo o dia todo ao lado de seu agressor, sendo agredida e sem conseguir se defender ou acionar as autoridades competentes.

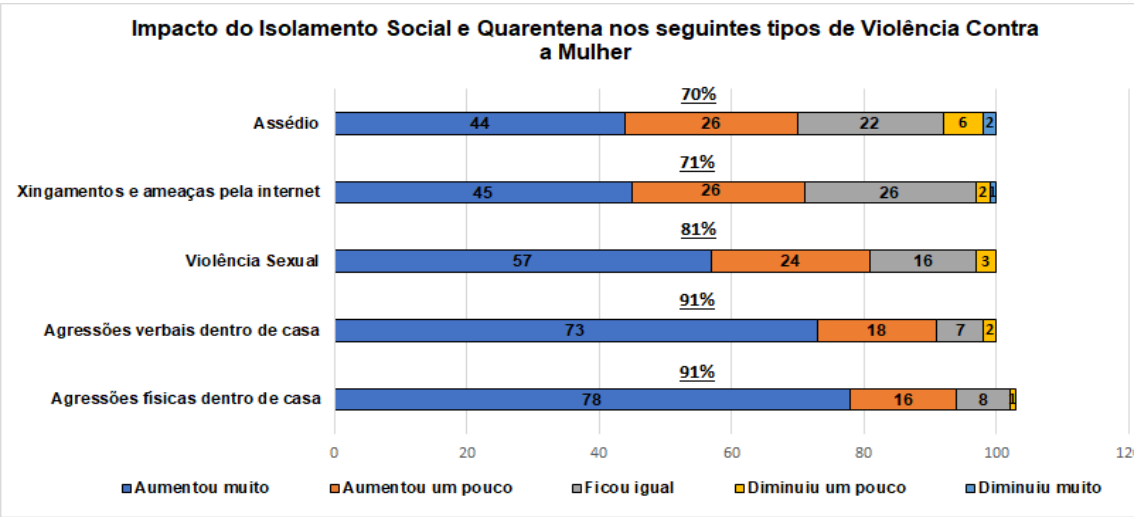
Figura 1: Locais onde acontece o Feminicídio e suas respectivas porcentagens:



Fonte: Baseado em dados do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), 2017

Conforme os dados recolhidos pelo MPSP, os locais em que mais acontece o Feminicídio é na própria residência da vítima. Dos entrevistados para essa pesquisa, 87% afirmam que a quarentena foi a causa do aumento significativo nos dados.

Figura 2: Gráfico demonstrativo em relação às porcentagens de violência doméstica no Brasil:



Baseado em: Instituto Patrícia Galvão - Dados & Fontes [Acesso em 01/09/2021]

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se o quão necessário é todos aceitarem a igualdade de gênero, o histórico de violência contra a mulher vêm de muitas gerações. O Estado precisa urgentemente de planos emergenciais para garantir a proteção das mulheres.

4 REFERÊNCIAS

Brasil. Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena [Internet]. Brasil: **Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); 2020** [acesso em 27 de agosto de 2021]. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena

Brasília. Lei Maria da Penha n° 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União,** Brasília, 8 de agosto de 2006, pág. nº 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

BITTAR, Paula. Lei do Feminicídio faz cinco anos. **Câmara dos Deputados.** 2019 Lei do Feminicídio faz cinco anos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/643729-lei-do-feminicidio-faz-cinco-anos/>

ABUDE, Kátia. O Impacto da Pandemia no Brasil, em 2020, na Incidência da Violência Doméstica contra Mulher, em Especial, o Feminicídio. **Âmbito Jurídico.** 2021. Disponível em: <O Impacto da Pandemia no Brasil, em 2020, na Incidência da Violência Doméstica contra Mulher, em Especial, o Feminicídio>.

LIMA, Renata. Novos desafios decorrentes do Covid-19: Combate à violência contra a mulher e contra a criança no mundo é urgente! Parte II. **Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo ESA/OABSP.** 2020. Disponível em: <https://esaoabsp.edu.br/Artigo?Art=243>.

Fórum Nacional de Segurança Pública. Violência Doméstica Durante a Pandemia de Covid-19. **Núcleo de Estatísticas e Gestão Estratégica/TJAC; COMESP/TJSP**. São Paulo. v. 3. n. 17. p. 5, abr 2020. [acesso em: 01/09/2021] Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena

BOND, Letycia. Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante a pandemia. **Agência Brasil.** 2020. [Acesso em: 01/09/2021]. Disponível em:

https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO NA LGPD

PATTO, Mariana Sgrott[139]
PACASSA, Kelen Daiane Ramos de Siqueira[140]
PLATZGUMER, Vinicius[141]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[142]

RESUMO: Este resumo expandido, na forma de pesquisa bibliográfica, tem como objeto de estudo o surgimento do consentimento livre e esclarecido atrelado à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para se aplicar este conceito em pesquisas e tratamentos que envolvam seres humanos, sem a pretensão de esgotar o tema mas sim, fazer uma reflexão inicial.

Palavras-chave: Consentimento livre. LGPD. Bioética. Autonomia Pessoal. Projeto de Pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado sobre o consentimento livre e esclarecido atrelado à LGPD nos dias atuais é de suma relevância. Pois, nesses tempos em que o mau uso de dados pessoais se torna um ato constante, é justificável o surgimento desta Lei. No que tange à pesquisa científica com seres humanos ou mesmo experiências médicas e/ou tratamentos, é importante recordar que o conceito de um consentimento por parte do paciente, para tais pesquisas não existia até pouco tempo. Tal qual, não existiam leis que fundamentassem o tema, como explica Jadoski *et al.* (2017).

Desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, a relação médico-paciente está em constante evolução. Como citam Junior e Guimarães (2003), antigamente, através do exame físico do paciente o médico coletava as informações e obtinha o diagnóstico, havia então, um cuidado e um envolvimento do fator humano para a conclusão deste. Quando ocorreu a II Guerra Mundial, alguns médicos nazistas, nos campos de concentração, negligenciaram os preceitos do juramento de Hipócrates (séc. V a. C.), desumanizando a conduta médica com seus experimentos que não respeitavam a integridade e a dignidade do paciente. Devido aos abusos, houve o julgamento desses médicos e a criação do Código de Nuremberg. Observou-

[139] Estudante de Direito no Centro Universitário Campo Real, bacharela em Design de Moda pela Unicesumar, Pós graduada em Docência no Ensino Superior pela Unicesumar.
[140] Estudante de Direito no Centro Universitário Campo Real, bacharela em Administração de Empresas pela UCEFF-SC.
[141] Professor Especialista do Centro Universitário Campo Real.
[142] Coorientador. Meste em]estudos Linguísticos. UFPR. Docente do Centro Umiversitário Campo Real

se, então, a necessidade de mudança na forma de comunicação entre médicos e pacientes a fim de que esse relacionamento trouxesse benefícios, fosse benevolente e principalmente respeitasse a vontade daquele que recebe cuidados.

O presente trabalho consiste em correlacionar os documentos criados para a proteção do consentimento livre do paciente, com a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados de número 13.709 de 14 de agosto de 2018. Para tal, foram utilizados artigos, textos de trabalhos científicos e o código de Nuremberg de 1948.

2 DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa bibliográfica de caráter exploratório traz um tratamento dos dados de maneira qualitativa. A ciência foi muito importante para o desenvolvimento da humanidade. Todavia, é relevante destacar que através dela também foram perpetrados alguns testes que protagonizaram momentos bárbaros e cruéis aos seres humanos. Segundo Vieira (2019), nos anos de 1920 o exército soviético percebeu que havia algo muito mais perigoso do que a bala. Foi, então, que se iniciaram as pesquisas biológicas. Depois disso, vários experimentos foram feitos a fim de criar agentes que fossem realmente letais para os inimigos. Alguns experimentos obtiveram evidência por seu requinte de crueldade, como por exemplo os japoneses infectavam seus prisioneiros com várias doenças, outros eram colocados em câmaras frias até morrerem congelados. Tudo isso para testar os limites humanos. Na Segunda Guerra Mundial, médicos nazistas submeteram as pessoas, quase como se fossem animais a diversas experiências e atrocidades. Outro experimento que teve características cruéis foi a lavagem cerebral, feita por um psiquiatra chamado Ewen Cameron, onde o paciente ficava com fones de ouvido por horas ouvindo frases repetidas. Assim, mais um desastre da “ciência”.

Essa série de relatos foi o que contribuiu para que a desumanização da conduta médica chegasse até onde chegou: na perda da ética do médico em relação ao paciente e na falta de respeito e autonomia deste, trazendo à tona, então, os preceitos do Juramento de Hipócrates (século V a.C). Conforme Jadoski *et al.* (2017), a partir daí, vários debates foram referendados em torno desse assunto. Nos pós II guerra aconteceu o julgamento de vinte e três médicos e colaboradores por um Tribunal Militar Internacional que levou o nome de “o julgamento dos doutores”. Além das penalidades impostas, foram criados dez conceitos para a condução de experimentos

em humanos e que foi denominado como o Código de Nuremberg. Este por sua vez, foi fundamental para unificar a ética hipocrática e a proteção dos direitos humanos. E, posteriormente surge a Declaração de Genebra (1948) que se baseou nos princípios da beneficência, não maleficência, autonomia do paciente e a doutrina do consentimento livre e esclarecido.

E nos dias atuais será que o direito do paciente e o seu consentimento são realmente respeitados? Segundo Jadoski *et al.* (2017), ainda ocorrem pesquisas e experimentos que afrontam as regras de segurança do paciente e violam o consentimento livre e esclarecido. Por mais que as mudanças ao longo do tempo tenham sido relevantes, somente no século XXI os protocolos para os projetos de pesquisa ficaram melhor definidos. Recentemente no Brasil, mais precisamente no ano de 2018, foi criada uma lei que visa zelar pela segurança das atividades que utilizam dados pessoais em pesquisas científicas e também identifica quais direitos as pessoas têm sobre seus dados.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais de nº 13.709 do dia 14 de agosto de 2018 (LGPD) (BRASÍLIA, 2018), não é uma lei aplicada apenas à proteção de dados e informações pessoais que circulam na internet. Mas, é uma ferramenta importantíssima e que assegura que toda informação pessoal seja respeitada e utilizada de maneira responsável.

Segundo Fiocruz (2021) é um dado pessoal qualquer informação associada a uma pessoa, seja dado de saúde, cadastro etc. O dado pessoal não é uma informação que obrigatoriamente deve ser mantida em segredo. Muitas vezes ele pode se tornar até público. Mas, ao se tratar de pesquisas e experimentos envolvendo seres humanos, a utilização dos dados do paciente é regulada pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Então, foi necessário, segundo estudo da Fiocruz, uma junção de conceitos éticos e um aprimoramento no conjunto de regras que permitissem às pessoas administrarem essa exposição de seus dados para que não trouxesse prejuízos e assim não fossem expostas indevidamente.

O princípio básico da LGPD é: o dado é pessoal e intransferível e só pode ser usado com a devida autorização do cedente, podendo este questionar informações erradas e até mesmo suspender o uso desses dados. A partir de agosto de 2021 o não cumprimento dessa medida pode acarretar punições financeiras a empresas ou pesquisadores e até mesmo suspensão e proibição de utilização de dados pessoais (DENDASCK e TOZZI, 2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É papel fundamental do médico o conhecimento de todos os conceitos de direitos que envolvem o paciente e que preservem a dignidade, a segurança e o bem-estar do mesmo. Assim como também o uso de dados, seja para pesquisa, para desenvolvimento tecnológico ou para fins de inovação, precisam estar em constante aprimoramento e tomando sempre os cuidados necessários a fim de proteger a autonomia das pessoas. As experiências inescrupulosas que aconteceram no passado, só não se repetirão se, constantemente forem discutidos os códigos éticos e transportados a uma visão global e a um diálogo harmonioso objetivando a segurança jurídica e o respeito ao consentimento livre do paciente.

4 REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm >. Acesso em 11. Set. 2021.

FIOCRUZ, Campus Virtual. Curso de Ciência aberta. Série 2, Curso 2, Aula 6. **Direito de acesso à informação e proteção de dados pessoais**. Disponível em: <https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/ciencia-aberta/serie2/curso2/aula6.html>. Acesso em 04. Set. 2021.

DENDASCK, Carla; TOZZI, José Alberto. **Lei LGPD - Os impactos e Perigos na Coleta de dados - Pesquisa Acadêmica**. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=Uh9uXguyqzo&feature=share>. Acesso em 09. Set. 2021.

JADOSKI, R.; MOSTARDEIRO, S. R.; EXTERKOETTER, J. D´AVILA; GRISARD, N., & HOELLER, A. A. **O consentimento livre e esclarecido: do código de Nuremberg às normas brasileiras vigentes**. VITTALLE - Revista De Ciências Da Saúde, v.*29, n* 2, p.116–126, 2017. https://doi.org/10.14295/vittalle.v29i2.7080

JÚNIOR, Pierre Góis do Nascimento; GUIMARAES, Teresinha Maria de Macêdo. **A relação médico-paciente e seus aspectos psicodinâmicos**. Bioética nº 11 de 27-11-2003 Page 101. Disponível em: <https://revistabioetica.cfm.org.br/>. Acesso em 04. Set. 2021.

VIEIRA, Nathan. **Os experimentos científicos mais perturbadores da história da humanidade**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/ciencia/os-experimentos-cientificos-mais-perturbadores-da-historia-da-humanidade-145437/> Acesso em 08. Set. 2021.

DIREITOS HUMANOS: DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS EM ESTADO DE AMEAÇA

MIERJAM, Josilene Greti de Lima;[143]
MIERJAM, Paulo Augusto.[144]

RESUMO: O presente trabalho visa analisar a função do Direito e da Ética na sociedade tendo como base os Direitos Humanos na modernidade líquida de Bauman. O método utilizado foi uma abordagem usando de elementos históricos e sociais para demonstrar a evolução axiológica e sua influência no Direito. O que se tem como fato necessário é apresentar um percurso histórico rápido dos Direitos Humanos e ainda, considerar a relativização de limites graves éticos e jurídicos que estão sendo postos a prova e o futuro dos formados na área do Direito.

1 INTRODUÇÃO

O panorama político desta segunda década do século XXI é tão inesperado quanto assustador. O momento é de profunda crise do capitalismo global, de falta de políticas efetivas de controle de uma crise ambiental sem precedentes, e é marcado pelo desgaste inédito das formas da democracia representativa. Este contexto, que mostra pela urgência de enfrentamento do retrocesso político representado pela ascensão de uma direita conservadora, traz também a surpresa com as novas linguagens políticas marcadas pelo ativismo midiático, mais afeitas à lógica insurgente do que revolucionária, que explodem a partir de 2013, ano que é marcado por manifestações movidas pelas redes sociais.

Tudo leva a repensar nossas práticas, sejam elas políticas ou teóricas e no Direito é algo mais expressivo e necessário devido à ótica de que este nos coloca resguardados por regras e normas da Carta Magna de 1988, que já desde seu artigo 1º reafirma fundamentos como a soberania, a cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Ao longo

[143] Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. Especialista em Educação no Campo pela UFFS – Universidade Federal Fronteira Sul. Graduanda em Direito pela Faculdade Campo Real de Guarapuava. Secretária de Indústria, Comércio e Turismo – Prefeitura de Virmond/Pr. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre o Feminicídio pela Faculdade Campo Real de Guarapuava.

[144] Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. Pedagogo Graduado em Pedagogia, Docência e Gestão Educacional pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. Tecnólogo em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Graduando em Direito pela Faculdade Campo Real de Guarapuava. Gestor de Convênios e Técnico Agrícola do Governo de Virmond/PR. Pesquisador do Grupo de Estudos GETEH/Unicentro/PR. Pesquisador do Grupo de Estudos sobre o Feminicídio pela Faculdade Campo Real de Guarapuava.

da constituição, encontra-se no artigo 5.º o direito à vida, à privacidade, à igualdade, à liberdade, além de outros, conhecidos como direitos fundamentais, que podem ser divididos entre direitos individuais, coletivos, difusos e de grupos, e nesta mesma seara temos os Direitos Humanos.

2 OS DIREITOS HUMANOS

O mundo organizado após 50 anos de guerra cria em 1948 a Declaração Universal dos Direitos do homem e do cidadão, texto esse sendo condição para que os países possam compor o quadro de nações signatárias da Organização das Nações Unidas ONU, que conta hoje com aproximadamente 200 países que estabelecem a declaração universal dos direitos humanos como parte de sua crença e valores universais, dentre eles o Brasil que ratificou o documento na assembleia de 1948.

Nossa Constituição estrutura-se sobre cláusulas fundantes intituladas de cláusulas pétreas, cuja a característica é a imutabilidade, dentre essas cláusulas, podemos mencionar que somos uma democracia representativa federativa com direitos fundamentais, tendentes à paz e ao desenvolvimento pleno das pessoas e, que as forças armadas se comportam dentro de uma democracia e são dirigidas pelo executivo.

Há muitas semelhanças sobre o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos humanos e da Constituição Brasileira de 1988, dentre elas, podemos salientar princípios como:

- Igualdade e fraternidade;
- Dignidade humana;
- Liberdade;
- Justiça e segurança;
- Proteção legal dos direitos;
- Paz e solidariedade universal;
- Estado democrático;
- Direitos sociais e individuais;
- Bem-estar.

Tanto na declaração universal dos direitos humanos quanto na Constituição Federal do Brasil, o ideal maior é o de uma sociedade justa e fraterna, pluralista e sem preconceitos de qualquer espécie; de uma sociedade fundada na harmonia social e no compromisso com a solução pacífica de problemas sociais, conflitos e contradições.

Uma vez que participamos dessa declaração expressa, não podemos ignorar o fato de que nos dias atuais há vários discursos propagados em mídias sociais que são considerados antidemocráticos, pois, além de serem de cunho violento, com palavras como “Intervenção”, e “Invasão ao STF”, evidenciam uma necessária pedagogia das futuras gerações no âmbito de todas as formações, mas em especial na dos formados em Direito, que não podem se furtar ao entendimento daquilo que é o Direito Humano Fundamental e o Direito expresso em Lei, não podemos mais somente distribuir um conteúdo com conhecimento científico, mas que este se torne segundo Norberto Bobbio em *A Era dos Direitos*, um conhecimento ligado ao desenvolvimento da civilização.

Poderíamos aqui mais uma vez tentar fundamentar os direitos humanos, refletir as múltiplas noções do que vem a ser o homem sua natureza e constituição. Mas, já não é mais disso que se trata, pois, concordamos com Bobbio (1982, p. 25) quando diz que “O problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos humanos não é mais de fundamentá-los e sim de protegê-los. ” Não tratamos mais do caráter filosófico ou histórico, mas sim do caráter político e este se revela um problema que se traduz na seguinte indagação: como evitar que direitos humanos sejam violados, negados e/ou ignorados? Isso não quer dizer que o problema referente a fundamentação esteja resolvido, muito longe disso nem que essa questão deixou de ter importância, mas que o assunto Direitos Humanos deve ir além dos conceitos elencados na academia.

> Creio que uma discussão sobre os direitos humanos deve hoje levar em conta, para não correr o risco de se tornar acadêmica, todas as dificuldades procedimentais e substantivas, as quais me referi brevemente. A efetivação de uma maior proteção dos direitos do homem está ligada ao desenvolvimento global da civilização humana. E um problema que não pode ser isolado, sob pena, não digo de não resolvê-lo, mas de sequer compreendê-lo em sua real dimensão. Quem o isola já o perdeu. (BOBBIO, 1992, p. 25).

3 CONSIDERAÇÕES

Como se sabe os princípios de democracia e direitos humanos são os fundamentos mais firmes para o progresso humano neste século. Conforme as próprias palavras de Barak Obama ex-presidente dos Estados Unidos em seu discurso final nas Nações Unidas, em setembro de 2016. Obama ressaltou com razão que, “A maioria dos humanos nunca usufruiu de maior paz e prosperidade do que sob a égide da ordem liberal do início do século XXI. Pela primeira vez na história, doenças infecciosas matam menos que idade avançada, fome mata menos que obesidade e violência mata menos que acidentes”. (OBAMA, 2016).

É nítido que nos tempos atuais a dignidade (fundamento maior dos Direitos Humanos) como valor incondicional, incomensurável, insubstituível e que não admite equivalente tem sido colo9cado em xeque por um ideário político que torna todo o diálogo, todo o conflito de ideias e toda a oposição de discurso como indigno. O que temos acompanhado é uma era com direitos sendo retirados e uma era populista, que traz novas reações a direitos conquistados. Hoje todos os que possuem uma opinião ou seja, todos acabam tendo maneira de torna-la pública, se a opinião há cem anos era fruto de um grande referencial de opiniões um intelectual um político, hoje ela é universal. A diferença é que as pessoas têm dificuldades em conceber que, além da opinião existe o argumento. Temos que entender há diferenças e que estas diferenças tornam o planeta melhor e isso é o que chamamos hoje de tolerância ativa, (não há tolerância passiva e nem intolerância ativa). Deve-se defender o que se acredita dentro dos limites da ética da moral e da lei. Porém, não se deve tolerar a intolerância, a violência e a discriminação, temos o direito de ser/pensar diferente, diferentemente uns dos outros, mas isto não pode ser relativizado. Porque há limites graves éticos e jurídicos, e dentro desses limites, continuamos seres humanos iguais em dignidade e essa é uma das coisas importantes para entendermos a vida dentro da diferença, a vida dentro da diversidade.

Destarte, na atual situação e, tendo em vista a importância das relações sociais, bem como das posições e conflitos existentes no Brasil, é imprescindível uma análise reflexiva sobre as questões que giram em torno da Democracia juntamente com a fundamentação e legitimação do ordenamento jurídico, balizados pelos limites da dignidade prerrogada pelos Direitos Humanos. Podemos concluir que para a condução de uma sociedade na atual conjuntura política, econômica e social, é de

extrema importância que o Direito se torne mais ainda protagonista de uma condução de mudanças sociais significativas no sentido da humanização, para que no futuro não tão distante possamos ver os poderes se respeitando e tendo a função comum entre eles, o bem coletivo do povo.

Desta forma, torna-se imprescindível que na formação dos discentes da área do Direito, esta seja fortemente munida de conhecimentos que vão para além de normas e regras de caráter técnico do Direito, é fundamental ao advogado, este conter em si todo o aporte relativo a defesa da humanidade em sentido *Latu* e da mesma forma inaceitável eticamente, moralmente, socialmente, politicamente que operadores da área do direito carreguem sobre si após formados toda a sorte de enfermidades relacionadas a promoção da desumanização.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna,1984.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

O CICLO DA VIOLÊNCIA E A NEGAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS PARA PESSOAS TRANSEXUAIS: UM ESTUDO SOBRE A TRANSFOBIA

ANNIES, Eduarda Carolina[145]
HORST, Luiz Eduardo[146]

RESUMO: A violência contra as pessoas trans é algo presente na sociedade atual, mas que é pouco abordado ou discutido dentro e fora da Academia. Isso se deve a diversos motivos como, por exemplo, a marginalização e invisibilização dessas pessoas, dificultando seu ingresso delas em lugares de poder e com voz para mudar a realidade. O presente trabalho tem por objetivo estudar o ciclo de violência da transfobia e a negação de direitos fundamentais para essa comunidade, a partir de uma revisão de literatura sobre o tema.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Ciclo da Violência. Transfobia.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal é um marco para a garantia dos direitos fundamentais e o retorno ao governo democrático. Todavia, apesar de ter sido promulgada em 15 de janeiro de 1988, ainda hoje várias minorias sociais são invisibilizadas, mesmo com a proteção constitucional. Dentre essas, existem as pessoas transexuais, travestis, transgêneras ou qualquer outra manifestação que diverge das “normas sexuais rígidas” (ZERBINATI; BRUNS, 2019, p. 1) impostas e que se diferenciam do conceito “homem” e “mulher” socialmente criado.

Marginalizadas desde o começo da vida por serem diferentes do padrão estabelecido pela sociedade patriarcal e heteronormativa, essas pessoas não têm voz dentro da coletividade. Diante disso, ocasiona-se uma grande dificuldade em garantir seus direitos constitucionalmente previstos, em virtude de raramente conseguirem lugares em posições de poder, seja na política, na Academia ou em outros espaços de luta e movimento social. Isso se deve, principalmente, ao ciclo da violência existente na vida da pessoa trans.

Segundo pesquisa realizada pela ONG Transgender Europe (TGEU), englobando os 21 países da América Central e do Sul, nos anos de 2008 a 2011, o

---

[145] Graduanda em Direito. 10º período. Centro Universitário Campo Real.
[146] Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Professor no Centro Universitário Campo Real

Brasil foi o país que totalizou o maior número de assassinatos de pessoas trans, frutos do ódio perpetuado contra essas pessoas. Além disso, a expectativa de vida das pessoas transsexuais é de 35 anos e isso se dá, justamente, pelos altos índices de violência contra essa comunidade.

Diante disso, o presente trabalho, a partir de uma revisão de literatura, tem por objetivo compreender como a negação de direitos fundamentais corrobora para a perpetuação do ciclo da violência (transfobia) para pessoas transexuais e que culminam na agressão física ou morte precoce.

2 A TRANSFOBIA COMO FORMA DE NEGAÇÃO À DIREITOS FUNDAMENTAIS

2.1 IDENTIDADE DE GÊNERO E TRANSEXUALIDADE

Desde os primórdios das relações sociais houve uma categorização de pessoas que, consequentemente, mudavam sua visão do mundo e a forma como seriam educados. É a partir disso que advém a conceituação de “homem” e “mulher” dentro da sociedade que surgiu a partir da percepção das diferenças biológicas.

É algo tão fortemente construído e tão veementemente repetido que é difícil dissociar essa perspectiva. Isso se tornou o modelo comum, sendo até designado, de acordo com seu gênero, seu papel dentro da sociedade. Nesse sentido, o homem faz o papel de guardião, o que o levou para posições de poder. Já as mulheres foram subjugadas e colocadas em um papel de submissão que tenta-se mudar até hoje. Nas palavras de Anjos (2000, p. 275):

> Entender as relações de gênero como fundadas em categorizações presentes em toda a ordem social, permite compreender não somente a posição das mulheres, em particular, como subordinada, mas também a relação entre sexualidade e poder.

São essas conexões que discriminam todas as pessoas que fogem do padrão cisgênero e heteronormativo. Dessa forma, os indivíduos à margem dessa ordem social acabam sendo esmagados pelo sistema e hierarquias.

Agora dentro das identidades de gênero encontra-se a transexualidade que é quando uma pessoa não se identifica com o sexo biológico, ou seja, há uma contradição entre seu sexo e seu gênero. Esses indivíduos relatam haver um estranhamento entre o que sentem, sua anatomia, mais especificamente as genitálias,

como se estivessem no corpo “errado” e aquilo que é esperado culturalmente e socialmente.

Todavia, o indivíduo trans nem sempre se identifica com esse binarismo de gênero, ou seja, só poder escolher entre o feminino ou masculino no sentido de que “[...] ser homem implica em não ser mulher, em rejeitar todo e qualquer marcador identitário inscrito no universo feminino” (REIS; PINHO, 2016, p.11). Dessa forma, existem os trans não-binários, pessoas que não se identificam com nenhum desses dois polos socialmente aceitos. Nesse sentido, o sexo biológico é tão variável quanto o gênero, ou seja, entre o masculino e o feminino existem diversas manifestações, sendo essas consideradas as não-binárias.

2.2 O CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANSEXUAIS

A transfobia é a violência empregada contra as pessoas transexuais, justamente por conta da sua condição de não pertencimento ao corpo de origem. Essa violência se materializa tanto com agressões físicas quanto a marginalização da comunidade, a negação de direitos fundamentais e o preconceito institucional, que impedem essas pessoas de viverem uma vida digna.

> O trabalho é importante, porque vivemos numa sociedade capitalista. Se não tivermos dinheiro não comemos, não moramos, não fazemos nada. As pessoas nos julgam muito pela questão da prostituição. Tem esse tabu em cima das trans e travestis mas, na maioria das vezes, quando essas pessoas procuram a prostituição é porque essa é a única forma de sobreviverem. Tem a questão da família também. Muitas foram expulsas de casa, da escola ou deixaram de estudar por causa da transfobia. Eu acredito na autonomia corporal, autonomia das pessoas. A gente precisa de outras oportunidades, trabalhar aonde a gente quiser - Bruna Leonardo (UFJF Notícias, 2018).

No relato acima, demonstra-se o ciclo da violência em todas as áreas da vida da pessoa trans. Como pode-se perceber, esses discursos violentos se materializam tão logo na escola e em casa durante a infância e a adolescência, ou seja, tudo começa em lugares que deveriam promover o acolhimento e que se tornam zonas perigosas, com preconceitos sendo perpetrados. Dessa forma, muitas pessoas trans são expulsas de casa e, por ser um ambiente extremamente hostil, também abandonam os estudos (FONSECA, 2018).

É com essa evasão escolar combinado com a transfobia em todos os outros espaços sociais que impede as pessoas trans de conseguirem um emprego formal,

precisando trabalhar com a prostituição para sobreviver. Conforme os dados disponibilizados pelo ANTRA no dossiê de 2017, 90% das pessoas trans e travestis recorrem a essa fonte de renda. Além disso, é com o trabalho nas ruas que um grande número de, principalmente, mulheres trans são mortas ou sofrem agressões físicas gravíssimas. Segundo as informações do ANTRA, das mortes ocorridas desde 2017, entre 65% a 75% são de mulheres trans ou travestis que trabalhavam com a prostituição.

Outrossim, é a classe trans que mais sofre com “crimes de ódio” ou seja, “motivados por preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido” (JESUS, 2013, p. 113), o que é possível perceber pela forma brutal com que são mortas:

> Marroni levou 18 facadas. Samilly foi baleada, assim como Gaby. Hérica morreu de tanto apanhar e ser jogada do alto de um viaduto. Depois de agredida com murros, pedradas e pauladas, Dandara levou dois tiros. (SENADO, 2017).

Nessa reportagem, mostram-se os requintes de crueldade em que essa parte da população é morta. Isso se deve, na sua grande maioria, por conta da aversão e preconceito enraizado contra a comunidade trans.

Esses comportamentos transfóbicos alteram a realidade de quem vivencia. Essa comunidade está totalmente à margem da sociedade, com poucas vozes para clamar por direitos e políticas públicas eficazes para acolhimento e como forma de mudança dessas tristes estatísticas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas trans sofrem transfobia constantemente desde o seu nascimento e o descobrimento do seu estranhamento quanto ao seu sexo biológico e as perfomáticas construídas de cada gênero. Por meio desse trabalho foi possível demonstrar a negação dos direitos fundamentais às pessoas trans, desde o seu direito ao estudo, o não acolhimento em trabalhos formais e até mesmo a inexistência de políticas públicas eficientes para combater a transfobia.

Conclui-se, então, que a marginalização das pessoas trans é algo presente na sociedade até hoje, mesmo com a previsão constitucional. Esse ciclo de violência precisa ser encerrado de forma urgente, uma vez que, a cada ano, aumenta o número

de pessoas dessa comunidade sendo assassinadas e sem qualquer perspectiva de ter uma vida digna como prediz a legislação.

4 REFERÊNCIAS

ANJOS, Gabriele dos. **Identidade sexual e identidade de gênero:** subversões e permanências. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a11.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ANTRA]. **Dossiê**: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil. Bruna G. Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs.). Brasília: Distrito Drag, 2020. Disponível em: https://antrabrasil.org/assassinatos/. Disponível em: 01 out. 2021.

FONSECA, Jordana Viana Carvalho. **Corpos (In)desejáveis:** O fenômeno da Transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as. 2018. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12361/1/21376938.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**. v.16, n. 2, p.101-123, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio. Acesso em 02 out. 2021.

REIS, Neilson dos; PINHO, Raquel. **Gêneros não-binários:** Identidades, expressões e educação, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/302066200_GENEROS_NAO-BINARIOS_IDENTIDADES_EXPRESSOES_E_EDUCACAO. Acesso em: 01 out. 2021.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência. **Revista Periódicus**. Salvador, v. 2, n. 11, p. 195-216, mai./out. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28425. Acesso em: 01 out. 2021.

Visibilidade trans: relatos de resistência e anseio por mudanças. UFJF Notícias, 2018. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2018/01/29/visibilidade-trans-relatos-de-resistencia-e-anseio-por-mudancas/. Acesso em 05 out. 2021.

O IMPACTO DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO SOBRE AS FACÇÕES CRIMINOSAS

SANTOS, Bianca Martins dos[147]
BUGS, Gabrielle Alves[148]
HORST, Luiz Eduardo[3]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[4]

RESUMO: O presente trabalho, de cunho bibliográfico, consiste em demonstrar a relação entre o Regime Disciplinar Diferenciado e as organizações criminosas. Apresentando assim um possível método de isolamento absoluto do preso em regime fechado, e suas consequências sobre o indivíduo em particular e sobre a organização em geral, no que diz respeito a prevenir possíveis articulações das facções e, ao mesmo tempo, manter a integridade do preso prevista na Constituição.
Palavras-chave: Ascensão. Unidades Prisionais. Interno. Dignidade Humana.

1 INTRODUÇÃO

Há muitos anos o Brasil vivencia a chamada Guerra às Drogas, guerra esta que teve seu marco nos anos 1912 quando o país aderiu a Conferência Internacional de Ópio, um tratado que visava proibir e controlar a fabricação, importação, venda, distribuição e exportação de drogas. Fato é que, desde o surgimento da Guerra às Drogas, desencadeou-se no país uma série de problemas em torno da Saúde e da Segurança Pública, que tem como maior rival as organizações criminosas.

Apesar de não existir um levantamento oficial, o Ministério de Segurança estimava no ano de 2018 a existência de no mínimo 37 facções criminosas atuando em todos os estados brasileiros. Dentre elas, destacam-se (nesta ordem): o PCC- Primeiro Comando da Capital, o CV- Comando Vermelho e a FDN- Família do Norte, que atuam dentro e fora das unidades prisionais. A problemática em torno dessas organizações envolve pesquisadores, profissionais das diversas áreas, agentes da Segurança e da Saúde Pública, entre muitos outros e, consequentemente, divide

[147] Graduanda do curso de Direito, do Centro Universitário Campo Real,1º período (dir-biancasanto@camporeal.edu.br)
[148] Graduanda do curso de Direito, do Centro Universitário Campo Real, 1º período (dir-gabriellebugs@camporeal.edu.br)

opiniões nas principais questões: ‘’como acabar com as facções criminosas no Brasil?’’, e ‘’isto é possível?’’. (TRISOTTO, 2018)

Diante disso, o presente trabalho pretende demonstrar as diferentes teses em torno da tentativa de acabar com a atuação das facções criminosas dentro das unidades prisionais, onde se encontram os principais ‘’mandantes’’ dos crimes cometidos por elas, dando ênfase ao Primeiro Comando da Capital (devido tamanha proporção da organização). Alguns agentes defendem a ideia de que o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), disposto no art.52 da Lei de Execução Penal, para alguns membros seria a solução do presente problema, entretanto, há quem defenda que tal medida, além de não apresentar eficácia, viola a integridade do preso e os Direitos Humanos.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho bibliográfico baseou-se em artigos já publicados e entrevistas de anos anteriores em torno da discussão do método RDD. A segregação dos internos faccionados por meio do Regime Disciplinar Diferenciado, disposto no artigo 52 da Lei de Execução Penal (LEP), é um método existente como sanção disciplinar ou medida cautelar que tem como objetivo enfraquecer as atividades criminosas das facções, que é defendida, principalmente, pelo Procurador de Justiça Márcio Sérgio Christino.

Christino acredita que o RDD poderia trazer resultados positivos se houvesse uma estrutura adequada nas unidades prisionais. Em entrevista ao site de notícias BBC Brasil, o Procurador reforça a ideia que o isolamento dos líderes enfraqueceria a capacidade do PCC de articular seus crimes, pois dessa forma os mandantes e subordinados perderiam o contato e haveria uma dissipação da organização. Outrossim, para ele o Regime Disciplinar Diferenciado deveria ser um método onde o interno em questão cumprisse 100% de sua pena, e não em um prazo máximo de 360 dias, como já é previsto pela LEP. (KAWAGUTI, 2017)

Entretanto, esse cenário de expansão das unidades prisionais já foi vivenciado no Brasil, quando o PCC ainda se tratava de um pequeno grupo atuando somente dentro das cadeias. Segundo Feltran (2018), a ascensão da facção se deu justamente por essa medida, quando o Governo em uma tentativa de separar os membros e

enfraquecê-los, somente os disseminou e os fortaleceu por todo o país dentro e fora das cadeias.

Também em adverso à opinião de Sergio Christino, em entrevista ao site BBC Brasil, a antropóloga Karina Biondi (2017) diz que a facção se quer tem líderes para serem isolados, pois o Primeiro Comando da Capital trata-se de um ideal de vida de presos contra o Sistema (carcerário), e não de uma organização criminosa com “mandantes e subordinados’’. (FAGUNDEZ, 2017)

Além de Biondi, outros pesquisadores que também se mostraram contrários ao RDD, afirmam que ele é inconstitucional, pois fere o “Art.5 inciso XLIX- é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral’’, e também o princípio da dignidade humana. Um representante deste pensamento seria o Jurista e escritor Roberto Lyra, que diz que o isolamento social do interno gera no indivíduo insensibilidade e vingança, ao invés de gerar arrependimento mediante seus crimes, fazendo com que impeça sua ressocialização.

O Regime Disciplinar Diferenciado não tem sido somente objeto de estudo da área criminal, mas também de outras áreas como a Psicologia, uma vez que gera danos psicológicos ao preso. Méndez (2015) também demonstra total descontentação no que se diz respeito ao RDD, alegando que:

> [...] a prática do regime de isolamento pode elevar o risco de danos e efeitos psicológicos nocivos, causados pelo isolamento, suficientemente grave para equivaler a tratamento cruel, desumano, e degradante, ou até mesmo tortura, e, portanto, deve ser proibido. (MÉNDEZ, 2015, p. 11)

Em dado oficial da INFOPEN no ano de 2019 o Brasil registrava um total de 748.009 presos nos mais diferentes tipos de regime, sendo destes 362.547 em regime fechado, e não se obtém dados oficiais que demonstrem quantos internos cumprem pena em Regime Disciplinar Diferenciado. (INFOPEN, 2019)

No ano de 2019, Marco Willians Herbas Camacho, popularmente conhecido como Marcola, foi designado a cumprir sua pena em RDD pela 9° vez. Ele foi preso no ano de 1986 e condenado a 330 anos de prisão, indicado como maior líder do PCC, se tornando o maior exemplo de interno cumprindo este regime atualmente. (ARCOVERDE, 2019).

No entanto, mesmo Marco sendo considerado um mandante do crime organizado (PCC) e tendo cumprido grande parte de sua pena em isolamento, não há indícios de que tal medida foi eficaz no combate ao crime organizado, constando que no ano de 2006 estimava-se 120 mil integrantes atuando dentro dos presídios, e mais tardar no ano de 2019 estimava-se 130 mil membros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da falta de eficácia que esse modo de isolamento tem apresentado sobre o combate às organizações criminosas, mostra- se também como um método cruel ao preso e (in)constitucional, pois gera atrito com os Direitos Humanos. Em alguns países como Itália e Espanha o RDD foi banido, justamente pelo fato dos internos que passaram por este regime, em sua grande maioria, terem necessitado de acompanhamento psicológico posteriormente, devido aos traumas neles gerados.

4 REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Léo. ‘’Transferido para presídio federal, Marcola ficará preso em regime diferenciado pela 9º vez’’. **GloboNews, 2019**. Disponível em: < http://shorturl.at/cluwW >. Acesso em: 04 set. 2021.

BERGAMIN, Beatriz. O PCC e as facções criminosas. **POLITIZE!**. 2019. Disponível em:< http://shorturl.at/nBJX2 >. Acesso em: 04 set. 2021.

CONSELHO Regional de Psicologia SP. **PARECER DO CRP SP SOBRE O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD).** Disponível em: < http://shorturl.at/gjmpG >. Acesso em: 04 set. 2021.

COSTA, Amanda Maciel. **Regime Disciplinar Diferenciado: aspectos históricos e críticos**. DireitoNet. 2013. Disponível em: < https://shorturl.at/rPQ4 >. Acesso em: 04 set. 2021.

FAGUNDEZ, Ingrid. PCC não precisa de líderes para acontecer, diz autora de livro sobre a facção. **BBC BRASIL**, 2017. Disponível em: < https://shorturl.at/ntHLY >. Acesso em: 22 ago. 2021.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: Uma história do PCC. 1° edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HISTÓRIA do combate às drogas no Brasil. **Em discussão**, 2011. Disponível em: < https://shorturl.at/itwT2 >. Acesso em: 27 ago. 2021.

INCISO XLIX do Artigo 5 da Constituição Federal de 1988. **JusBrasil.** Disponível em: < https://shorturl.at/qyKS7 >. Acesso 04 set. 2021.

KAEAGUTI, Luis. Para desarticular facções, é preciso endurecer o isolamento de líderes, diz procurador de São Paulo. **BBC BRASIL**, 2017. Disponível em:< https://shorturl.at/opDEU >. Acesso em: 22 ago. 2021.

PRADO, Rodrigo Murad. **Entenda como funciona o Regime Disciplinar Diferenciado.** JUSBRASIL**,** 2017. Disponível em: < https://shorturl.at/diIV1 > . Acesso em: 04 set. 2021.

PRESOS em unidades prisionais no Brasil: período de julho a dezembro de 2019. **INFOPEM**. Disponível em: < http://shorturl.at/hryS0 >. Acesso 04 set. 2021.

RODAS, Sérgio. "Aumento da repressão ao tráfico de drogas reduziria número de presos".**Consultor Jurídico**, 2017. Disponível em: < https://shorturl.at/lvzB0 >. Acesso em: 23 ago. 2021.

.

TRISOTTO, Fernanda. ‘’Crime Organizado: conheça as facções que Moro terá de enfrentar como ministro’’. **GAZETA DO POVO**, 2018. Disponível em: < https://shorturl.at/elxAL >. Acesso: 27 ago. 2021.

OS IMPACTOS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SOFRERAM VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E AS MEDIDAS PROTETIVAS E DE AMPARO ÀS VÍTIMAS

VAZ, Thainá Rampon
MACEDO, Valéria Dupcki
PEDROSO, Gabriele Fracaro
ROSAS, Rudy Heitor
MAZURECHEN, Sandro Roberto

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o impacto psicológico e físico em crianças e adolescentes que sofreram violência psicológica, física e sexual dentro da família e a maneira como a lei ampara-os nessa situação. Visando demonstrar um arcabouço informativo relacionando a violência contra o jovem, a reação desse quando exposto a ela e como, quando e porque a legislação intervém em auxílio a ele. Para a pesquisa, foram utilizados livros, artigos e leis objetivando obter as respostas procuradas, concluindo que a proximidade familiar facilita a agressão e a estende a toda infância e adolescência, caso não haja intervenção.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar. Legislação. Crianças e adolescentes. Impactos psicológicos. Impactos físicos.

1 INTRODUÇÃO

Os impactos físicos e psicológicos em crianças e adolescentes que sofreram violência intrafamiliar e medidas protetivas e de amparo para esses indivíduos é um tema relevante no âmbito psicológico e jurídico. Ambas as esferas são essenciais para a existência de harmonia social. Portanto, tal tema deve ser estudado profundamente, a fim de compreender os diferentes atos violentos empregados aos jovens e crianças por entes familiares e leis relacionadas a esses atos.

Outrossim, a violência impede o pleno desenvolvimento do jovem e da criança, causando-lhe impactos e privando-os de direitos. Visto isso, esse déficit deve ser compensado por meio de garantias excepcionais direcionadas a dar base e apoio à não maleficência e ao progresso físico e psicológico aos que se encontram na juventude.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho, de cunho básico e qualitativo, tem como objetivo expor os impactos físicos e psicológicos em crianças e adolescentes que sofreram a violência intrafamiliar e as medidas protetivas e de amparo em favor desses

indivíduos, por meio de uma pesquisa bibliográfica e exploratória. Deste modo, esta pesquisa bibliográfica possibilitou um estudo mais aprofundado do assunto e suas repercussões, permitindo uma compreensão mais abrangente do assunto.

Segundo Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), a violência é considerada o uso da força física, de forma real ou em ameaça e intencional, contra a si próprio, contra outra pessoa ou grupo, que tenha como resultado ou possibilidade de ocorrer uma lesão, dano psicológico e morte. É influenciada pela cultura, contexto, lugar, realidade, valores e padrões sociais (CASIQUE & FUREGATO, 2006).

Para Magro e Senra (2014, p. 01)

> A violência é um fenômeno complexo, caracterizado pela desigualdade de poder relativa ao gênero, sexualidade e às instituições sociais. Entre as diversas manifestações do fenômeno, a violência intrafamiliar pode acontecer dentro e fora de casa, por qualquer membro da família que esteja em relação desigual de poder com a vítima, expressa em pelo menos quatro tipos mais visíveis, que são: física, psicológica, sexual e negligência.

Contudo, a violência intrafamiliar envolve um agressor, que pode ser: pai, mãe, irmão, tio, algum dos avós, entre outros; que através do vínculo afetivo e do poder que exerce sobre a criança (menino ou menina) irá agredi-lo. Por ser uma violência que ocorre em ambiente familiar, muitas vezes se torna difícil identificar o agressor, o que acaba deixando as vítimas em uma situação de vulnerabilidade.

Ademais, Araújo (2002, p. 02) expõe que “existe uma probabilidade de ocorrência maior de violência intrafamiliar entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio e tem maior interação com a vítima”. Tal probabilidade é concretizada no Brasil, pois de acordo com dados do primeiro semestre de 2021 do Disque 100, um dos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 81% dos casos de violência contra a criança e o adolescente ocorrem dentro de casa, sendo mais de 93% das denúncias (30.570), contra a integridade física ou psíquica da vítima.

Essa violência pode se apresentar de diversas formas, das quais um sintoma ou sinal isolado deve ser conversado com olhares críticos, com o objetivo de identificar os problemas, sejam eles de ordem física, sexual ou emocional. Assim, deve ser procurada uma ligação com o relato das vítimas e dos familiares ou pessoas que fazem parte do seu convívio familiar.

Toda a violência sofrida pela criança ou adolescente acarreta em consequências físicas e psicológicas, que comprometem sua capacidade de desenvolvimento enquanto indivíduo, convívio social, funções cognitivas e relacionamento com outras pessoas. Segundo Azevedo e Guerra (2001, p.15),

> Se caracteriza como violência, todo ato ou omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, por outro lado, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

De acordo com o Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. A legislação brasileira garante a proteção às crianças e adolescentes, e mesmo assim seus direitos fundamentais continuam a ser violados. Dessa forma, o governo brasileiro precisa agir, e não ocupar uma posição silenciosa diante da violação contra os direitos infanto-juvenis, tendo como iniciativa de amparo para essa população o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tem o compromisso de amparar a denúncia e estabelecer princípios para o enfrentamento da violência intrafamiliar, sendo um importante instrumento no combate à violência infantil, uma vez que possibilita à criança proteção e acesso aos direitos garantidos previsto em lei.

É necessário para garantia de fato dos direitos à população infanto-juvenil que as políticas públicas de prevenção atuem juntamente com a participação do governo federal, estadual e municipal, bem como de qualquer instituição pública ou privada, além da sociedade civil. Vale ressaltar o Projeto que cria a Lei Henry Borel, que analisado pelo Senado refere que essa atuação de prevenção a violência intrafamiliar só será eficiente se ocorrer de modo organizado, com a formação de uma rede de combate à violência que reitere estratégias de prevenção em nível primário, secundário e terciário.

Segundo Victoria Lidchi (2010), autora do livro “Maus tratos e proteção de crianças e adolescentes”, explica que as políticas públicas de prevenção podem ser aplicadas em três níveis, sendo eles: primário, secundário e terciário. O primário envolve esforços no sentido de impedir que a violência aconteça, por meio de programas educacionais. A prevenção secundária destina-se às famílias nas quais é

verificada a presença de fatores de risco para a prática do abuso, como alcoolismo e desemprego. Por último, o terceiro nível diz respeito às políticas que visam diminuir as consequências provocadas pelos episódios de violência, tanto em relação à criança quanto aos demais entes familiares.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante dos aspectos conflitantes relativos à violência contra a criança e o adolescente, é visto a problemática da maleficência ao desenvolvimento dos mesmos, e, diante disso, torna-se indiscutível a criação e o cumprimento de leis que visem, através da educação, criar cidadãos conscientes de seus direitos e de outrens; por meio da mitigação de fatores de risco nas famílias, desenvolver um ambiente seguro; e a partir das punições a quem pratica a violência: retirar jovens dos cuidados de incapazes de prover o seu pleno desenvolvimento.

4 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**. Maringá. v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/. Acesso em: 12 set. 2021

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. **Mania de bater:** a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Editora iglu, 2001. 393 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Brasília, DF 2008.

CASIQUE, L. C. e FUREGATO, A. R. F. Violência contra a mulher: reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 6, novembro-dezembro 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000600018. Disponível em: https://www.scielo.br/. Acesso em: 02 set. 2021.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C.G. e LEAL, N. S. B. Violência Doméstica contra a Mulher: Realidades Representações Sociais. **Psicologia e Sociedade**. João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 307-314. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000600018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHNt9s/. Acesso em: 02 set. 2021.

LIDCHI, V. **Maus tratos e proteção de crianças e adolescentes.** Rio de janeiro, editora Instituto Noos, 2010. 183 p.

MAGRO, T. O.; SENRA, L. Xr. **Consequências psicológicas em crianças expostas à violência doméstica.** 2014. Trabalho de Curso. (Graduação em Psicologia) Faculdade de Minas - FAMINAS (Brasil), 2014. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos. Acesso em: 02 set. 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa.** Governo Federal. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos. Acesso em: 12 set. 2021.

SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA: PRISÃO PROVISÓRIA

BUGS, Allanys Alves
MOREIRA, Nínive Federle

RESUMO: Captamos os principais problemas acarretados do encarceramento em massa no Brasil, analisamos suas causas e consequências e por fim, os comparamos com o princípio da Dignidade Humana, que está presente no artigo primeiro, inciso III da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Superlotação carcerária. Falhas de Execução Penal. Direito Penal. Constituição Federal de 1988.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo apresentar os principais problemas que contribuem para a superlotação carcerária no Brasil e as contradições que esses problemas implicam em alguns dos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988.

Nota-se na grande maioria dos presídios do país, problemas que se repetem com frequência, sejam eles estruturais ou institucionais.

Ao analisar a Constituição Federal de 1988, constata-se que a mesma garante ao réu assistência jurídica, material, a saúde, educacional, social e religiosa. No entanto, percebe-se que o atual sistema prisional encontra-se corrompido e em uma situação alarmante ao ver que tais direitos básicos são desprezados.

2 O SISTEMA

O Sistema Prisional Brasileiro vem sofrendo com a superlotação carcerária há muitos anos, e o estado é o grande responsável por tal fato vir ocorrendo até os dias de hoje. Em relação a população prisional, é de grande relevância destacarmos as atuais estatísticas sobre a população que compõe o sistema carcerário do Brasil. Atualmente o sistema brasileiro é constituído por mais de 90% de pessoas do sexo masculino e pouco mais de 8% do sexo feminino, sendo 64% de negros, 35% de brancos e 1% amarelo.

O Brasil é o terceiro país que mais encarcera no mundo, atualmente o número de presidiários no sistema prisional ultrapassa 773 mil, o dobro do número de vagas nas penitenciárias e carceragens de delegacias do país, informa o Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias). Esse número é extremamente alto , pois nosso país não tem estrutura prisional adequada para abrigar tantas pessoas dentro do sistema, sem que sejam violados os direitos básicos, previstos constitucionalmente.

2.1 ENCARCERAMENTO EM MASSA

O presente cenário que o sistema prisional brasileiro se encontra está em constante crescimento populacional, em razão de que nosso país vem encarcerando em massa desnecessariamente desprezando as garantias constitucionais previstas. Em relação à distribuição dos crimes no sistema federal, o tráfico de drogas comporta 30% dos registros, enquanto os roubos e furtos chegam a 22% e os homicídios 16%, é visto que o tráfico comporta o maior número de ações criminosas no país, por conta disso foi aprovada uma lei de despenalização do porte de drogas para consumo em 2006 com a Lei de Drogas (nº 11.343) do Código Penal, que prescreve "medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências", entretanto, a falta de objetividade da legislação causou efeitos contrários ao desejado.

Ainda segundo o Infopen, o número de presos por tráfico de drogas no Brasil aumentou de 31 mil para 138 mil de 2006 a 2013, gerando assim um aumento de 339%. Tal lei levava como critério uma soma de fatores para ser considerado crime, como a quantidade de droga apreendida, o local que se desenvolveu as ações e as circunstâncias sociais e pessoais do indivíduo flagrado, além dos antecedentes criminais. Ocorre que, por conta dos fatores supracitados, se tornou mais comum que indivíduos flagrados com aproximadamente 1,5g de maconha, por exemplo, fossem levados à prisão pelo crime de tráfico de drogas.

Por conta da ineficiência da lei de drogas criada em 2006, algumas alterações foram feitas e aprovadas pelo Senado em 5 de junho de 2019, o art. 33, § 1º, IV foi incluído na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) por meio da Lei 13.964/2019 (Lei Anticrime). Mesmo diante de tais mudanças, o Sistema Prisional Brasileiro continua

congestionado devido às prisões desnecessárias que vem ocorrendo, gerando assim um encarceramento em massa.

2.2 PRISÃO PROVISÓRIA

Em primeiro lugar, devemos levar em consideração o número de presos provisórios que estão dentro do sistema, no presente momento cerca de 34% da população carcerária ainda não foi condenada e cumpre pena provisória, esses dados são preocupantes visto que se encontram com privação de liberdade, sem nem ao menos ter uma sentença condenatória para fins de cumprimento de pena.

As prisões preventivas podem ocorrer em conseguinte as medidas cautelares, que de acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, estão subdivididos em: medidas cautelares patrimoniais e medidas cautelares pessoais.

As medidas cautelares patrimoniais são usadas com a finalidade de assegurar uma possível reparação de dano, que atinge o patrimônio do acusado. Já as medidas cautelares pessoais, acabam se dividindo ainda em prisão em flagrante, prisão temporária e prisão preventiva, e têm como objetivo a proteção da sociedade.

As medidas cautelares existem como uma alternativa de medida a ser tomada antes de decretar prisão do acusado. O que na prática, colabora ainda mais com o encarceramento em massa no país. De acordo com a Lei nº 5349 de 3 de novembro de 1967. Art. 312: “A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes da autoria.”

Portanto, para que não houvesse contradições com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo em conta que o acusado sofre prisão antes mesmo de ser declarado culpado, seria adequado que o Estado ficasse sujeito a esse risco, para que ao final do processo, não tivesse tirado a liberdade de uma pessoa inocente. Levando em consideração ainda que, esse possível risco a ser corrido pelo Estado, seria ainda menos impactante para a sociedade do que a anulação de um de um dos direitos fundamentais do indivíduo, a liberdade.

Partindo do pressuposto que as medidas cautelares deveriam ser aplicadas gradativamente a partir do momento que fossem provadas inúteis, pode-se considerar a prisão preventiva como ultima ratio, ou seja, última medida a ser adotada devido a sua extremidade.

A teoria do Labeling Approach, ou seja, a teoria do etiquetamento, nos apresenta que a sociedade atribui rótulos aos indivíduos. É importante ressaltar que, pessoas que passam pelo sistema prisional, que tem suas condutas criminalizadas, têm atribuído a si, um rótulo difícil de se desfazer. Por conta dos preconceitos da sociedade à respeito dos mesmos, observa-se grande dificuldade de reinserção social, o que contribui para que a pessoa volte a cometer delitos até mesmo para fins de sobrevivência.

Deve-se considerar ainda, a hipótese de que esse encarceramento em massa daqueles que ainda não foram devidamente julgados, pode gerar uma revolta que a longo prazo, pode acarretar em uma organização criminosa maior e mais difícil de ser combatida. Apresentar de forma sucinta os materiais e métodos utilizados, tais como: método empregado, população e amostra, técnicas, instrumentos e procedimentos de coleta de dados e procedimentos de análise.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente buscava expor fatos a respeito do Sistema Prisional Brasileiro, relatando brevemente condições precárias encontradas na grande maioria dos presídios do país, que acabam por contrariar de forma extrema e preocupante, alguns dos direitos fundamentais do indivíduo que são previstos constitucionalmente.

Reunimos estudos constitucionais, sociais, criminológicos e estatísticos para formulação do presente estudo, com finalidade de deixar nítido a gravidade do problema de superlotação carcerária e de como isso reflete não apenas no indivíduo atingido, como na sociedade como um todo.

É de importância destacar ainda que, a prisão preventiva e provisória são também fatores contribuintes para o congestionamento do sistema jurídico e lotação das prisões. Por serem medidas que se fazem por existir para fins de segurança e emergência, ou ainda, de maneira já citada, como fator de “ultima ratio”, ele deveria ser demasiadamente menos frequente. Esse fator contribuiria para melhor garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos, com a discriminação social causada pelos estigmas impregnados á aqueles que passam pelo sistema, e ainda, aliviaria os presídios.

4.REFERÊNCIAS

BRASIL tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios. Conjur,22 de agosto de 2019. Disponível em: <Brasil tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LEI Nº 13.840 de 5 de junho de 2019.Gov.br, 06 de junho de 2019. Disponível em: LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019 - LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019 - DOU. Acesso em : 30 mar. 2021.

MEDIDAS cautelares diversas da prisão.Jus, janeiro de 2020. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/78955/medidas-cautelares-diversas-da-prisao. Acesso em: 31 mar. 2021.

PRESIDÊNCIA da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, Artigo 282. Planalto, [s.d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.403%2C%20DE%204%20DE%20MAIO%20DE%202011.&text=Altera%20dispositivos%20do%20Decreto%2DLei,cautelares%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

PRESIDÊNCIA da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei nº 5.349, de 3 de novembro de 1967, Artigo 312. Planalto, [s.d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/l5349.htm#:~:text=da%20autoridade%20policial.-,Art.,e%20ind%C3%ADcios%20suficientes%20da%20autoria. Acesso em 30 de mar. de 2021.

SENADO aprova projeto que altera política nacional sobre drogas.Senado Federal,15 de maio de 2019. Disponível em : Senado aprova projeto que altera política nacional sobre drogas. Acesso em: 31 mar. 2021.

SOB lei espanhola, 69% dos presos por tráfico no Brasil estariam livres. CartaCapital,24 de julho de 2015. Disponível em: Sob lei espanhola, 69% dos presos por tráfico no Brasil estariam livres - CartaCapital. Acesso em : 30 mar. 2021.

AS INTERFACES ENTRE O CONTROLE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MEIO A PANDEMIA COVID-19 BRASILEIRA

SANTOS, Fernanda[149]
SILVA, Thamara[150]
VIEIRA, Maria Fernanda[151]
HORST, Luiz Eduardo[4]

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade trazer discussões a respeito do conceito de controle social em âmbito brasileiro, diante a pandemia Covid-19, de modo analítico e organizado, com definições necessárias, fornecendo conceituações de políticas públicas e seus sentidos diante ao controle social. Busca-se uma compreensão do tema e um entendimento da importância do mesmo, sua abrangência comporta todos os canais (formais e informais) e ações empreendidas pela sociedade para ampliar o desenvolvimento do poder local e das demais escalas, bem como a atuação do Estado no ciclo das políticas públicas.

Palavras-chave: Controle Social. Políticas Públicas. Abrangência.

1 INTRODUÇÃO

O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela. O conceito de controle social nasce como ciência junto a Sociologia. Segundo Mannheim (1971, p. 178) controle social é o “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”. Trata-se de mecanismos de intervenção de uma sociedade ou grupo social, submetendo os indivíduos a se comportarem de maneira desejável, de acordo com um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados.

Desta forma, a justificativa deste estudo está em prol de uma consolidação dos sentidos atribuídos à terminologia de Controle Social especificamente na área de direito social e saúde pública. Considerando que a temática possui significações diversificadas e carece de uma definição conceitual, bem como de uma busca e sintetização por meio de pesquisas bibliográficas. O presente trabalho desenvolve questões relacionadas com as contribuições da área de políticas públicas para entender a pandemia de Covid-19 no Brasil, o governo e seus sistemas de controle social em âmbito da saúde, partindo de decisões sobre a vida e a morte de indivíduos.

[149] Estudante. Direito, 2° Período, Faculdade Campo Real.
[150] Estudante. Direito, 2° Período, Faculdade Campo Real.
[151] Estudante. Direito, 2° Período, Faculdade Campo Real.
[4] Orientador, professor de Sociologia do Direito do Curso de Direito, Faculdade Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 AS CONCEPÇÕES DE CONTROLE SOCIAL

Consoante as ideias, o controle social é o "conjunto de mecanismos e sanções sociais que pretendem submeter o indivíduo aos modelos e normas comunitários". (SHECAIRA, 2004, p. 56). Assim, revela-se "através da família, da educação, da medicina, da religião, dos partidos políticos, dos meios massivos de comunicação, da atividade artística, da investigação científica etc" (ZAFFARONI, 2011, p. 63). Para Martins (1989, p. 9) "não se deve confundir, portanto, controle com opressão", pois quando não há possibilidades para haver controle, surge o descontrole. Sobre a segunda hipótese, entende-se que

> De fato, o controle é um aspecto fundamental da vida do Estado e da sociedade. Onde quer que haja objetivos a serem alcançados, padrões a serem respeitados, regras a serem obedecidas, condições a serem satisfeitas; onde quer que a ação individual supere o egocentrismo infantil para tornar-se ação socialmente significativa; onde quer, enfim, que haja interação civilizada, existe a necessidade de um fluxo permanente e sistemático de operações de controle. Se essa necessidade não é atendida, temos o descontrole e, consequentemente, torna-se baixo o grau de governabilidade. (MARTINS, 1989, p.8).

Dentre outras classificações, tal controle pode-se subdividir em formal e informal. No que diz respeito à esfera formal, pode-se afirmar que corresponde às sanções sociais que pretendem garantir a dominação do indivíduo a modelos e normas comuns, representando a autoridade estatal na regulação de conflitos sociais, tornando-se, a violação de certos controles em consequências negativas. Por outro lado, o controle informal compreende as normas de condutas sociais, reconhecidas e compartilhadas em uma sociedade, sendo mutável, transitório e espontâneo, tratando-se de características de pequenos grupos sociais, todavia, também se manifesta nas sociedades modernas, especificamente, é exercido através da religião, família, cultura e colegas de trabalho. (SABADELL, 2002, p. 133).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL EM MEIO A PANDEMIA COVID-19

O estudo das políticas públicas se introduz, hoje, em esforços para compreender o papel do Estado na sociedade contemporânea. Ou seja, observar as

diferentes formas de interações, relações e dinâmicas entre Estado e sociedade. Diante a ideia:

> [...] a ação do Estado pode ser considerada como o lugar privilegiado em que as sociedades modernas, enquanto sociedades complexas, vão colocar o problema crucial de sua relação com o mundo através da construção de paradigmas ou de referenciais, sendo que este conjunto de matrizes cognitivas e normativas intelectuais determina, ao mesmo tempo, os instrumentos graças aos quais as sociedades agem sobre elas mesmas e os espaços de sentido no interior das quais os grupos sociais vão interagir. (MULLER; SUREL, 2004, p. 11).

As expressões como “política” e “políticas públicas” comportam variadas significações. No entanto, se há algo comum a elas, é pontualmente o seu caráter polissêmico. (MULLER; SUREL, 2004, p. 13). No Brasil, o campo de políticas públicas se expandiu com a organização do Movimento da Reforma Sanitária que uniu movimentos sociais, intelectuais e partidos de esquerda na luta contra a ditadura com vistas à mudança para um sistema nacional de saúde universal, público, descentralizado e de qualidade.(MENDES, 1994, p.310).

A presença do Sistema Único de Saúde (SUS) na perspectiva do controle social foi um dos eixos dos debates da VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. Sendo a participação institucionalizada na Lei 8.142/90, todavia definida como “o conjunto de intervenções que as diferentes forças sociais realizam para influenciar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas para o setor saúde” (Machado, 1987, p. 299). O controle social é apontado como um dos princípios alimentadores da reformulação do sistema nacional de saúde e como via imprescindível para a sua democratização.

Na análise da experiência brasileira, a própria existência de uma política pública nacional de combate à pandemia é questionável a depender do conceito utilizado, pois apenas parecem indicar a existência de uma série de ações isoladas e desarticuladas, não de uma política pública planejada, definida, implementada e monitorada. (NETTO; MOTTA, 2021). A pandemia tem colocado à prova o sistema federativo brasileiro em razão da deficiente coordenação e da postura de confronto adotada pelo Executivo Federal em relação a governadores e prefeitos que aderem às recomendações científicas especializadas em saúde, em especial de controle social, por meio de medidas de isolamento social, uso de máscaras de proteção e restrição ao funcionamento de atividades econômicas e sociais. (NETTO; MOTTA, 2021). O Art 167-D da Emenda Constitucional n°109, de 15 de março de 2021, vem com o propósito de enfrentar as consequências sociais e econômicas, com vigências

restritas à sua duração. Esse artigo permite ao Governo Federal pagar, em 2021, um novo auxílio emergencial para a população mais afetada pela pandemia.

Em 30 de junho de 2021 o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro sancionou a Lei 14.179, onde estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e para aliviar impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19. Essas leis foram criadas para ajudar a população brasileira a passar por essas dificuldades que a pandemia trouxe, e que afetam milhões de brasileiros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou desenvolver uma sistematização conceitual das diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o controle social, especificamente na área de saúde em meio a pandemia Covid-19 brasileira. O presente trabalho, apresentou de maneira específica realizar um levantamento de pesquisas bibliográficas que versam sobre controle social, nas bases de dados pré-selecionadas. Buscou-se sistematizar abordagens de Controle Social, incluídas no âmbito da saúde de forma a contribuir com o aprimoramento dos conceitos no delineamento de pesquisas futuras.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Art. 1° da Lei 8.142.** 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>. Acesso em: 8 de set. de 2021.

BRASIL. **Lei 14.179.** 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14179.htm>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

BRASIL. **Art 167-D da Emenda Constitucional n°109**. 2021. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

MACHADO, F. de A. Participação social em saúde. **Anais da VIII Conferência Nacional de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 1987.

MANNHEIM, K. **Sociologia Sistemática**: uma introdução ao estudo de sociologia. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1971, p. 178.

MARTINS, C. E. Governabilidade e controles. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989, v. 23, p. 8-9.

MARQUES, E; SOUZA, C. (2016), “Políticas públicas no Brasil: avanços recentes e agenda para o futuro”. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria S. (Orgs.). **A ciência política no Brasil**: 1960-2015. Rio de Janeiro: FGV Editora; ABCP.

MENDES, E. V. **Distrito Sanitário**: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. 2.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994, p. 310.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004, p. 11-13.

NETTO, J. F; MOTTA, F. Políticas públicas e pandemia: o papel da política. **Jota. info,** 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/politicas-publicas-e-pandemia-o-papel-da-politica-14062021>. Acesso em: 7 de set. de 2021.

SABADELL, A. L. **Manual de sociologia jurídica:** introdução a uma leitura externa do direito. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 133.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 56.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de direito penal brasileiro** : volume 1 : parte geral. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 56.

FALTA DE TEMPO? DE QUEM?

BOLFE, Gracy[152]
CARDOSO, Laertes
DOTTO, Carla Maria
ZAMPIER, Bruno[153]

RESUMO: Este trabalho tem como objeto de estudo o ECA como garantidor do direito à educação e sua não efetivação quanto às famílias, cujo principal objetivo é pesquisar os principais motivos do pouco acompanhamento da vida escolar, por parte dos pais, dos alunos do Colégio Estadual Cívico Militar Manoel Ribas, de Guarapuava – PR, quando estes ingressam no Ensino Médio. Portanto, o que queremos com essa pesquisa é realizar um levantamento dos motivos dessa falta de acompanhamento na vida escolar de seus filhos, com a hipótese de pesquisa, quais as sanções sofridas pelos pais ou responsáveis.

Palavras-chave: Direito. Educação. ECA. Família. Sanções.

1 INTRODUÇÃO

Iniciaremos este trabalho mencionando que a educação é considerada um direito fundamental e por isso, garantido pela Constituição Federal em seu art. 6º, concomitante ao art. 205 que garante que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, em conjunto com a sociedade, bem como no art. 227 que reforça o direito à educação da criança, adolescente e jovens, sendo esta uma das prioridades, caso contrário visto como negligência por parte dos responsáveis.

Também contextualizando o direito à educação, analisaremos o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que traz em seu art. 53 os direitos assegurados a este público e os deveres de seus responsáveis.

Por último, realizaremos um levantamento dos principais motivos citados pelos pais à escola para justificar a falta de acompanhamento na vida escolar dos alunos de Ensino Médio, bem como as consequências ocasionadas e as possíveis medidas a serem tomadas pela escola quanto à negligência por parte das famílias.

Este tema, nos leva a problematizar o porquê, com o ingresso do aluno no Ensino Médio, o acompanhamento da vida escolar por parte dos pais e/ou responsáveis diminui consideravelmente?

---

[152] Acadêmicos, 6º período do Curso de Direito, do Centro Universitário Campo Real.
[2] Orientador, Professor de Direito Penal - Parte especial II, do centro Universitário Campo Real.

Este trabalho tem como problema de pesquisa a ser respondido, quais os motivos da diminuição do acompanhamento da vida escolar dos alunos de Ensino Médio e quais as sanções aplicadas aos pais nesses casos? Sendo nossa hipótese de pesquisa, de que para o abandono da vida escolar de crianças e adolescentes é possível aplicar sanções que variam de advertência até a suspensão ou destituição do pátrio poder familiar, conforme art. 129 CP.

Utilizaremos a pesquisa bibliográfica e utilizaremos os seguintes materiais: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil, Código Penal, artigos da Secretaria Estadual de Educação do Paraná e dados do Sere Web.

2 EDUCAÇÃO – UM DIREITO FUNDAMENTAL

Na Constituição Federal de 1988, no Capítulo I, art. 6º, a educação é mencionada como um direito social, como uma das formas de assegurar ao cidadão o mínimo de condições para ter uma vida digna.

O art. 205 da CF nos diz que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo a educação direito de todos, entendemos que todas as pessoas podem exigir do Estado o direito à prática educativa, senda essa uma exigência que todo cidadão pode fazer em seu favor.

Já no art. 227 da CF, a educação dentre outras prioridades, é citada como dever da família, da sociedade e do Estado. Nesse caso, o direito à educação não é apenas assegurado a criança e ao adolescente, ele deve ser prioridade absoluta, considerada como negligência a quem de responsabilidade se opuser.

De acordo com a CF, o Estado e os gestores escolares não são os únicos responsáveis pela evasão escolar, mas também a família e a sociedade em geral. A família realizando sua parte no acompanhamento escolar dos filhos, enfim, das crianças e adolescentes que estão sob sua responsabilidade, de forma a fazer cumprir o que diz o art. 227 e a sociedade como promovedora dos direitos das crianças e adolescentes, em casos daquelas que sofrem maus tratos, abusos sexuais, ou até

mesmo daquelas crianças que ficam expostas à situações não pertinentes à sua idade, ajudando de forma a denunciar aos órgãos competentes.

A pesquisa bibliográfica e estatística aqui utilizada visa embasar o pouco acompanhamento, por parte dos pais, dos alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Cívico Militar Manoel Ribas, ocasionando um alto índice de faltas e baixo rendimento escolar, resultando em muitos casos de evasão escolar.

3 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA E A EDUCAÇÃO

A Lei Federal 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do adolescente - ECA, é a lei que dispõe sobre a proteção integral a esses, sendo considerada criança, pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade. O ECA está dividido em 5 direitos fundamentais, sendo o IV - Direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Percebe-se que a educação, portanto, é uma das políticas preferenciais da lei, que embora mal interpretada por muitas pessoas leigas, é uma forma de conter as negligências promovidas contra as crianças e adolescentes e importante ferramenta de trabalho para os profissionais da educação em suas ações pedagógicas. É também um instrumento que garante as políticas públicas necessárias à infância e à juventude em situações de risco e vulnerabilidade social.

Da mesma forma que o ECA, em seu art. 53, I, garante igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, também estipula direitos, em seu art. 54, I, como a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Prefeituras, governos estaduais e governo federal devem promover a política social básica da Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96 determina que cabe à União estabelecer uma política nacional de educação. No caso do Estado do Paraná, o Ensino fundamental – anos finais e Ensino Médio é assumido pela rede estadual e a Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais pelos municípios.

4 ENSINO MÉDIO E A FALTA DE ACOMPANHAMENTO PELOS PAIS

Ao ingressar no Ensino Médio, estando os alunos em sua maioria com 15 anos de idade, muitos pais os “emancipam” em sua vida escolar. Fato este que tem ocasionado

muitas reprovações e evasões, principalmente na 1ª série. Tomemos como base o ano de 2020 no referido colégio, onde 70[154] (setenta) alunos ingressaram na 1ª série e 16 (dezesseis) deles desistiram no decorrer do 1º trimestre.

Como causas da falta de acompanhamento dos pais, a equipe gestora e os professores nos relataram ser as principais causas: os fatores econômicos, o ingresso no mercado de trabalho, em sua maioria para complementar a renda familiar; a constituição de famílias por parte das alunas; outro fator é a questão de muitos alunos serem filhos de pais separados, o que em muitos casos interfere na educação escolar, pois os pais constituem nova família e deixam de acompanhar a vida escolar de seus filhos e em outros casos os pais ainda pensam que o ensino médio não é um nível de escolaridade importante na vida dos filhos, ocorrendo uma repetição de histórias vividas por eles mesmos.

O Código Civil brasileiro nos deixa claro em seu art. **1.**634:

> Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:
> I - dirigir-lhes a criação e a educação.

Observamos que o direito à educação está garantido, da mesma forma que a família tem obrigação de matricular e acompanhar seus filhos menores, na educação escolar.

Uma das mais relevantes informações diz respeito às sanções sofridas pelos pais ou responsáveis que não matriculam ou não realizam o acompanhamento da vida escolar do menor, onde muitos não têm conhecimento dessas informações.

O não cumprimento dos deveres de educar e criar os filhos pode implicar crime de abandono intelectual, conforme art. 246 CP, “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar”. Entende-se por dever de educação matricular o menor na rede regular de ensino, conforme diz o art. 55 do ECA.

A pena para esses casos de crime é de detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

O descumprimento dos deveres relacionados à educação dos filhos também se apresenta com medidas previstas no artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo a mais grave a destituição do pátrio poder, “poder familiar”.

*Fonte: Sistema Estadual de Registro Escolar – Sere Web.

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

VII - advertência;

VIII - perda da guarda;

IX - destituição da tutela;

X - suspensão ou destituição do pátrio poder familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do abandono escolar é um tema recorrente, que sempre preocupou educadores do país inteiro. No Paraná, embora tenhamos avançado muito nessa questão, precisamos nos conscientizar que esse é um assunto que diz respeito a todos e não somente às escolas, visando a melhoria dos índices educacionais.

Estabelecer ações que possam combater o problema, envolvendo as famílias e a sociedade de forma a refletir a importância da educação na vida de cada um, bem como repensar a prática docente são reflexões sobre uma possível e maior interação do aluno com a escola.

Sendo assim, o que percebemos é que muitos são prejudicados devido á toda essa ineficácia da família, da sociedade, do Estado e por que não arriscar dizer, do sistema educacional? O que não podemos é fingir que está tudo bem e continuar da forma que está.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**. 2016. Disponível em: <link>. Acesso em: 31 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº9394/96. Brasília. MEC, 1996.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988/ obra coletiva de autoria d a Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – 37. Ed. Atual. E ampl. – São Paulo: Saraiva, 2005.

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=767

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm

https://www.sere.pr.gov.br/sere/

IBAMA NA AMAZÔNIA LEGAL – A VISÃO DOS SERVIDORES NO OFICIO N° 384/2019/SUPES – TO SOBRE O DESMATAMENTO E AUMENTO DAS QUEIMADAS.

PEREIRA, Naianne Santos[155]
HORST, Luiz Eduardo[156]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar as manifestações dos servidores do IBAMA frente às novas instruções do Oficio Nº 384/2019/SupesTo; demonstrando normativo o novo regulamento com as finalidades de diminuir os desmatamentos e as queimadas na Amazônia, ação esta que trouxe grande inquietude e insatisfação destes para com o oficio.

Palavras-chave: Queimadas. Desmatamento, Injustiça.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo mostra que o Oficio n°384/2019/SUPES-TO direcionado aos servidores, é um marco negativo para imagem ambiental do Brasil. Em 26 de agosto de 2019, a Superintendência do IBAMA no Estado do Tocantins, publicou uma carta aberta dirigida a Eduardo Fortunato Bim. Presidente do instituto do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis – IBAMA. Informando propostas que os servidores desta acham fundamentais para solucionar a atual crise ambiental, político-econômica instalada,que hoje em 2020 tem sido divulgado na taxa do INPE de 34% nos últimos 12 meses, referente ao período de agosto de 2019, sendo a segunda alta consecutiva nos primeiros dois anos de governo do presidente Bolsonaro.

2 DESENVOLVIMENTO

De acordo com o oficio, as infrações ambientais que vem ocorrendo no ano de 2019, acontecem em razão da falta de comprometimento em que os órgãos federais vêm atuando e amenizando os problemas da natureza. Em comparação com os anos de 2004 a 2012 as políticas públicas conseguiram significativamente reduzir em 80 % o desmatamento da Amazônia.

Em face disso, todos os servidores que assinam a presente carta declaram que estão com suas atividades paralisadas pelas próprias autarquias, IBAMA e ICMBio,

[155]Acadêmica do primeiro período do Curso de Direito, do Centro Universitário Campo Real.
[156]Professor do colegiado de Direito do Centro Universitário Campo Real, mestre em história.

que não providenciaram os meios necessários junto aos sistemas e equipamentos de trabalho disponíveis para o exercício da atividade de fiscalização ambiental federal, analise e preparação para julgamento de processos de apuração de infração ambientais'' diz trecho do oficio.

> (...) Mesmo que o agente constante a infração em flagrante, este não deverá lavrar a multa ou qualquer outro termo e sim emitir um relatório, sendo que não há prazo para emissão da analise deste relatório pela autoridade hierarquicamente superior'', denunciam os servidores.[157](MORENO, 2019).

A nova regra cria a figura de uma espécie de censor de irrestrita discricionariedade, que devera validar e comprovar toda sanção ambiental feita pelos fiscais, com probabilidade de não obter prazo na conclusão de processos, criando assim um ambiente de insegurança jurídica e administrativa para todos os envolvidos nesse rito. A medidas de implementação das mudanças não foram aplicadas internamente dificultando o sistema corporativo que não esta pronta para o processamento da nova burocracia.

Mesmo sem formas de trabalho adequado, os servidores recém-instruídos a nova normativa continuaram no sistema antigo, seguindo o rito processual das práticas anteriores. Os mesmos relatam que não irão retornar enquanto a fiscalização e as administrações dos órgãos competentes não se adequarem as normas. Eles reivindicam também que os cargos a serem ocupados sejam de funcionários de carreira e de especialistas em meio ambiente com autonomia financeira administrativa dos Institutos.

Eles lutam pelo fim da ingerência no desempenho das atribuições legais, poder político e ambiental. E apesar de reconhecerem a importância do apoio das Forças Armadas na segurança das operações os servidores pedem a revogação do decreto de Garantia da Lei e da Ordem que autoriza militares ao combate do desmatamento e querem que o IBAMA assuma a estratégia e seleção de alvos para a ação de defesa ambiental, os servidores também pleiteiam a realização imediata de concursos públicos.

---

[157]MORENO, Ana Carolina. Em carta aberta, servidores do IBAMA listam medidas para impedir 'colapso da gestão ambiental federal'. Disponível em:<https://g1.globo.com>. Publicado em: 26 agostos 2019.

A também o questionamento de que em Julho do ano passado, 600 servidores do IBAMA publicaram carta aberta dirigida ao vice Presidente Hamilton Mourão, que comanda o Conselho da Amazônia, pedindo que medidas fossem tomadas para se frear o aumento do desmatamento. Em manifestação técnica ao Presidente do Conselho Nacional da Amazônia, se é apresentado preocupações com o aumento do desmatamento e queimadas na Amazônia, pedem também que os cargos ocupados apenas sejam pelos funcionários da carreira especialista em meio ambiente, querem ainda o cumprimento da autonomia financeira e administrativa do Instituto, e o fim do que consideram ingerência no desempenho de suas atribuições legais, principalmente ao que diz respeito poder político. Mesmo reconhecendo a importância das Forças Armadas á segurança das operações, eles pedem a revogação do decreto de Garantia da Lei e da Ordem, que autoriza o uso dos militares no combate ao desmatamento.

Os servidores pleiteiam também a realização imediata de concurso público para preencher os cargos vagos. Com os desmontes das políticas e estrutura de proteção e cobrança de providencias dos responsáveis, os servidores reiteram o conteúdo da carta de anos anteriores, onde destacam medidas que deveriam ter sido tomadas de maneira urgente para conter o avanço do desmatamento e das queimadas. Mais próprios servidores afirmam que as medidas sugeridas foram ignoradas pelas autoridades.

E isso já tinha sido alertado anteriormente em dia 26 de agosto de 2019, com o propósito de evitar colapso na gestão federal ambiental, alertando que a queda de 24% no numero de fiscais do órgão entre 2018 e 2019 são causados por estímulos ao cometimento de crimes ambientais dentro e fora da Amazônia, a carta por eles escrita, traz seis sugestões de medidas ‘’ de caráter emergencial’’ para tirar do papel a medida de ‘’tolerância zero’’ prometida na sexta 23 pelo presidente Jair Bolsonaro, e impedir o risco de esvaziamento desse discurso.

O discurso contraria a estas medidas que promovem a dissuasão do crime ambiental cria um clima de insegurança, desconfiança e desmotivação entre os fiscais, o que tem contribuído para a diminuição do uso dessas medidas e consequente para o atual aumento do crime ambiental. No mesmo, sentido, a correta divulgação das ações institucionais na proteção ambiental desestimula o cometimento de crimes ambientais’’ dizem servidores na carta.

Mesmo com o posicionamento imposto diante de medidas que reduzem a autonomia e a capacidade de atuação institucional, agravasse o cenário de altas taxas de desmatamento e degradação, incêndios florestais, por ausência de medidas efetivas para a retomada da relevância estratégica do IBAMA, apontando para o colapso da gestão ambiental federal e estimulando o cometimento de crimes ambientais.

Atualmente, desde que Jair Bolsonaro (sem partido) assumiu a Presidência da Republica, em Janeiro de 2019, a área ambiental do governo já perdeu quase 10% dos servidores. Em 1º de Janeiro de 2019, os três órgãos tinham ao todo 5.794 servidores ativos. Hoje, esse número é de 5.216 – uma redução de 9,97%, ou 578 servidores a menos.” [158].

Com o quadro de funcionários reduzidos antes do inicio do governo Bolsonaro, a nova diminuição contribuiu para prejudicar ainda mais a aplicação da política ambiental brasileira, como não houve concurso, não foram repostos muitos dos que se aposentaram ou pediram pra sair.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos esses problemas descritos levam a conclusão de que é de extrema importância rever projetos, ofícios e cartas que não trazem eficácia no que realmente importa, o desmatamento que como o próprio nome sugere, significa retirar a cobertura vegetal original, provocando conseqüências como o desequilíbrio ecológico colocando o ecossistema em risco, prejudicando as espécies da fauna na região que perdem seus habitats a medida que as áreas são devastadas, espécies de animais e vegetais ameaçados de extinção, alem de impactar atividades econômicas, como a agricultura, pesca e pecuária, favorecendo o empobrecimento do solo.

Tudo isso é visto e assim consideração os que estão mais próximos da realidade, valorizando, e procurando ver de que forma atuar com mecanismo realmente eficaz.

4 REFERÊNCIAS

[158]SHALDERS, André. Com Bolsonaro, Área Ambiental do Governo já perdeu 10% dos servidores. Disponível em: Da BBC News Brasil em Brasília. Publicado em: 5 fevereiro 2021

MODELLI,Laís. **Servidores do IBAMA denunciam que fiscalização ambiental está paralisada após decisão de Salles**. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Publicado em: 20 abril 2021.

MORENO, Ana Carolina. **Em carta aberta, servidores do IBAMA listam medidas para impedir 'colapso da gestão ambiental federal'**. Disponível em:<https://g1.globo.com>. Publicado em: 26 agosto 2019.

PASSOS, Gésio. **Em carta mais de 600 servidores do ibama pedem controle do desmatamento na Amazônia**. Disponível em:< https://agenciabrasil.ebc.com.br >. Publicado em: 27 julho 2020.

SANTINS, Raphael. *Carta aberta ao presidente do IBAMA e a sociedade brasileira por servidores especialistas em Meio Ambiente*. Disponível em: <https://sul21.com.br> Publicado em: 20 abril 2021

A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE FRENTE À PANDEMIA COVID-19.

LOTOSKI, Lismara Fernanda [159]
LUZ, Gabrielly da[160]
OLENKA, Dircelia Terezinha[161]
RIBAS, Raphael de Paula[162]

RESUMO: Esta pesquisa tem como foco a análise e compreensão da Organização Mundial da Saúde (OMS), vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU) e as suas principais atribuições. Diante da pandemia na qual estamos vivendo atualmente pelo vírus SARS-CoV-2 (coronavírus), o estudo também busca analisar a atuação desta agência vinculada a todos seus Estados Membros, demonstrando a importância da sua participação como órgão internacional buscando a prevenção e propagação do vírus.

Palavras-chave: Organização Mundial da Saúde. Coronavírus. Regulamento Sanitário Internacional.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado se refere à atuação da Organização Mundial da Saúde (OMS), como agência de âmbito internacional, diante da pandemia da COVID-19 em todos países do mundo. Assim, será discorrido sobre a Constituição da Organização Mundial da Saúde e suas atribuições, relacionado a emergência da pandemia.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental através de artigos e revistas referentes ao tema abordado. Assim, foram analisados os materiais referentes ao tema abordado para se chegar à análise esperada.

2 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E SUAS ATRIBUIÇÕES

O presente estudo decorre da Organização Mundial da Saúde (OMS), como uma agência subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU),

---

159 Acadêmica de Direito, 3º período, Centro Universitário Campo Real.
160 Acadêmica de Direito, 3º período, Centro Universitário Campo Real.
161 Acadêmica de Direito, 3º período, Centro Universitário Campo Real.
162 Orientador. Advogado, mestrando em Ciências Sociais aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professor do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava - Paraná

especializada para assuntos relacionados à saúde internacional. Tem a sua sede em Genebra, na Suíça, e possui diretor-geral que exerce o cargo desde julho de 2017 e reúne 194 Estados-membros.

Viu-se a necessidade de criar um órgão específico para trabalhar de forma diversificada na área da saúde. Hoje, este órgão representa mais de 150 nacionalidades em 147 países e quase 9.000 mil profissionais para o desenvolvimento voltado à saúde.

A OMS tem como principal objetivo desenvolver o nível de saúde no planeta, tratando a saúde não apenas em seu sentido de evitar enfermidades, mas no próprio estado de bem-estar físico, mental e social para toda população. (ALMEIDA, 2020)

Ao acompanhar as principais funções da referida agência, de acordo com o Art. 2º da Constituição da OMS (1946), estas podem ser sintetizadas nas posições de colaboração, estabelecendo padrões internacionais no que se refere à saúde, auxiliando os Estados na melhora dos seus serviços de saúde, padronizando a nomenclatura de doenças e também auxiliando de forma material direta, se consentido pelo Estado.

Em todos os casos, a OMS não possui seus mecanismos próprios para investigar e coletar informações em cada país, observando a grande relevância na cooperação dos Estados Membros. (ALMEIDA, 2020)

Devido a preocupação de seus integrantes em manter o bom estado de saúde das pessoas em todo o mundo, sempre buscando ideias inovadoras e trabalhando com desenvolvimento em prol das instituições médicas e também alertando sobre os principais problemas que podem atingir a população.

3 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E A PANDEMIA PELO COVID-19

No ano de 2020 foi declarada a pandemia pela contaminação da população pelo vírus Coronavírus. Entre as diversas formas de transmissão do SARS-CoV-2 (coronavírus) destacam-se as pequenas gotículas produzidas durante as conversas, tosses e espirros, e o contato próximo entre indivíduos. (CDC, 2020 apud SOUTO, 2020, p. 13)

A primeira Conferência Sanitária Internacional, ocorreu em Paris no ano de 1851, voltada à harmonização de regras adotadas para prevenir a expansão de

epidemias no continente europeu, a exemplo da adoção de quarentenas para o combate à cólera. Essa foi a primeira de uma série de 14 Conferências Sanitárias Internacionais.

No entanto, como linha de atuação incisiva na pandemia da COVID-19, a Constituição da OMS, pelo Art. 21º, institui as Assembleia Mundial de Saúde como órgão deliberativo, que permite a emissão de regulamentos, dentre eles estabelecer "medidas sanitárias e de quarentena e outros procedimentos destinados a evitar a propagação internacional de doenças". (Constituição da OMS, art. 21, "a", 1946)

Assim, entende-se que a Assembleia:

> […] possui o poder de criar normas por maioria dos membros presentes e votantes, sendo possível que um Estado demonstre seu desacordo. O mecanismo de tomada de decisão no âmbito dos órgãos decisórios da OMS é, portanto, eminentemente técnico. (ALMEIDA, 2020)

Além disso, a OMS instituiu o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) que refere-se ao tratamento de pandemias, e assim como a Constituição da OMS, está vinculado a todos os Estados-Membros, sem incorporar a ordem jurídica vigente do país para entrar em vigor. (ALMEIDA, 2020)

O RSI, no entanto, tem como objetivo a prevenção, proteção e controle de crises sanitárias. Nesse sentido, transformou um instrumento principal capaz de regular as crises sanitárias com dimensão internacional, como Covid-19 e também crises anteriores como o ébola na República Democrática do Congo. (ALMEIDA, 2020).

No entanto, cabe a Organização Mundial da Saúde, diante da contaminação desta doença:

> [...] orientar aos seus Estados-membros no sentido de que devem assumir suas responsabilidades, com a organização dos setores de vigilância em saúde interna, buscando medidas adequadas, incluindo o desenvolvimento das capacidades de saúde pública e dos dispositivos legais e administrativos necessários, além de providenciar inspeção sistemática e atividades de controle em aeroportos internacionais, portos e passagens de fronteiras terrestres, designadas para prevenir a propagação internacional de doenças. (FLÔR E BEZERRA, 2020 apud CORREA et. al., 2021, p. 106)

Assim, torna-se essencial a presença, participação e colaboração por parte dos Estados Membros vinculados à OMS em todas ações e orientações realizadas pela agência internacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste estudo, é possível compreender que a Organização Mundial da Saúde não é uma agência sanitária de fiscalização, onde não exerce o poder de polícia ou sancionatório para com os Estados, como por exemplo a ANVISA e outros equivalentes atuam. (SOUZA, 2020)

A OMS, no entanto, tem o objetivo de melhorar o nível de saúde, contando com a colaboração das estruturas governamentais e com as repartições de competências locais. (SOUZA, 2020)

É possível compreender, através da análise dos dados, “é indiscutivelmente a principal instituição capaz de tratar das consequências da pandemia Covid-19, sobretudo em razão de suas capacidades técnicas no assunto”. (ALMEIDA, 2020)

As orientações da OMS têm importante contribuição para os Estados Membros, visando a busca de um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças e enfermidades a serem curadas. Também tem papel relevante na criação de mecanismos de orientação e regulação de crises sanitárias, como a pandemia pelo Coronavírus.

4 REFERÊNCIAS

Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) – 1946. USP. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organização- Mundial-da-Saúde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html> Acesso em: 11/09/2021.

CORRÊA, Breno de Oliveira. ALENCAR, Lais Paiva. SALLES, Mariana. MENDES, Michelli Leite. A Contribuição Do Direito Internacional Como Resposta Aos Problemas Gerados Pela Covid-19. v. 13 n. 1 (2021): **Jornal Eletrônico das FIVJ** - Janeiro a Junho de 2021.

SOUTO, Xênia Macedo. COVID-19: aspectos gerais e implicações globais. RECITAL -**Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara**, v. 2, n. 1, Minas Gerais, 2020.

SOUZA, Rafael Soares. **Qual o valor jurídico das recomendações da Organização Mundial de Saúde?** Revista Consultor Jurídico, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-27/direito-pos-graduacao-qual-valor-juridico-recomendacoes-oms-pandemia> Acesso em: 11/09/2021.

SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E A CONVENÇÃO DE HAIA NO BRASIL E CORÉIA DO SUL

PEREIRA DA CRUZ, André Luiz[163]
FALAVINHA MARCON, João Paulo[164]
PLATZGUMER, Vinicius[165]
MAZUERECHEN, Sandro Roberto[166]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo expor as legislações do Brasil e Coréia do Sul em casos de subtração internacional de crianças. Utilizando-se da Convenção de Haia de 1980, e das leis em vigor em ambos os países, a Coreia do Sul caracteriza-se pela rápida evolução da legislação, ao se alinhar com os objetivos da convenção, enquanto o Brasil por sua vez, busca a resolução dos casos de maneira pacífica, e que a garantia de proteção do tutelado deve ser soberana.

Palavras-chave: Direito. Guarda. Jurisdição. Tratado.

1 INTRODUÇÃO

Para Rezek (2013), um tratado é todo acordo formal, desenvolvido entre sujeitos de direito internacional público e destinado a produzir efeitos jurídicos. A importância que tais tratados trazem exige-se o formato escrito, não se limitando apenas ao verbal, sendo assim, ele é um espelho da vontade dos Estados, organizações internacionais e um símbolo do grande interesse comum. Esses tratados iniciam-se por meio de preâmbulo, que complementado com anexos, anunciam objetivos, indicam razões e motivos que determinam tais manutenções.

A subtração internacional de crianças, também chamada de sequestro internacional infantil, ocorre quando um dos pais ou responsável retira a criança do seu país de origem sem um consentimento bilateral. Embora o Brasil tenha adotado a tradução da Convenção para "sequestro internacional de crianças", não dirige exatamente ao sequestro como é conhecido no Direito Penal. Trata-se, na verdade, de um deslocamento ilegal da criança de seu país ou a sua retenção indevida em

[163] Estudante de Direito do primeiro semestre, Centro Universitário Campo Real.
[164] Orientador na área de Direito Internacional, Centro Universitário Campo Real.
[165] Coorientador na área de Direito Internacional, Centro Universitário Campo Real.
[166] Coorientador. Meste em]estudos Linguísticos. UFPR. Docente do Centro Umiversitário Campo Real

outro local que não o da sua residência habitual. No inglês, utilizou-se o termo "abduction", que significa o traslado ilícito de uma pessoa, no caso uma criança, para outro país mediante o uso de força ou fraude.

Com o desejo de proteger a criança de efeitos que possam ser prejudiciais aos seus direitos básicos, a Convenção de Haia, realizada em 25 de outubro de 1980, propôs, no plano internacional, o estabelecimento de procedimentos que garantam o retorno do indivíduo ao estado de origem, e o direito de visita. De acordo com o HCCH (2019), o tratado conta com 92 países signatários, sendo os mais recentes a Jamaica (2017), Japão (2014), Cazaquistão e Coreia do Sul (2013). Dessa forma, faz-se necessário uma abordagem acadêmica a respeito do Brasil e Coréia, para analisar medidas tomadas pelos dois países no âmbito da convenção.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa de caráter exploratório e qualitativo, pretende, a partir do resumo de assunto, apresentar os objetivos da Convenção de Haia de 1980 no Brasil e Coreia do Sul e expor medidas a serem tomadas. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica inclui diversos autores da área do direito internacional, para realizar uma abordagem a respeito do tema, em ambos os países e suas respectivas jurisdições.

2.2 BRASIL

Na Convenção de Haia, estabeleceram-se alguns procedimentos, nos quais os estados integrantes assumiram o compromisso de elaborar legislações que coincidissem com as propostas da convenção. As legislações do sequestro internacional infantil entraram em vigor no Brasil dia 1º de janeiro de 2000, e a promulgação do decreto no dia 14 de abril do mesmo ano. Pelo Brasil, as seguintes disposições foram adotadas no âmbito da convenção, de incorporar todas as medidas apropriadas que visem assegurar a concretização do tratado, sendo considerado retenção ilícita de uma criança quando violado o direito de guarda ou quando esse direito é assegurado no momento da transferência.

> A Convenção lida, na realidade, com dois grandes objetivos: o retorno da criança e o respeito ao direito de guarda e de visita. Mas na prática, o que prevalece na Convenção é o desejo de garantir o restabelecimento da situação alterada pela ação do sequestrador. (PÉREZ-VERA, 1980. P. 4-5, apud MPPR, 1990).

A convenção aplica-se a qualquer criança que resida num estado contratante, e torna-se ineficaz no momento em que atinge 16 anos de idade, quando recebe-se o direito de escolha de residência. Entretanto, segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, é dado o status de criança no Brasil, até 12 anos de idade, embora nos casos de subtração, faça-se valer a idade descrita no tratado. O direito de guarda compreenderá o direito de decidir sobre o lugar de residência do tutelado, o livre arbítrio de levar uma criança, por um período limitado, para um lugar diferente de sua residência habitual. No que diz respeito ao direito de visita, deve ser promovido de maneira pacífica, bem como todas as condições indispensáveis ao exercício desse direito, pois entende-se que o interesse da criança em ter pleno convívio com seus pais é de suma importância.

As autoridades devem colaborar entre si para promover as medidas de localizar o tutelado transferido ou retido ilicitamente, evitar danos à criança, assegurar a entrega voluntária ou facilitar uma solução amigável, realizar quando possível a troca de informações referentes à situação social, e assegurar um retorno protegido do indivíduo. Deve-se alertar, no entanto, as autoridades competentes de que a tendência em se tentar manter a criança, especialmente quando brasileira, em nossa jurisdição, por entender que aqui ela teria melhor ambiente para a sua educação deve ser repelida ou, pelo menos, evitada, o que se deve analisar é o interesse maior da criança, que é o fim perseguido pela Convenção. Qualquer cidadão pode comunicar a Autoridade Central do Estado de residência habitual da criança, caso sinta que ela tenha sido transferida ou retida em violação ao seu direito de guarda, esta Autoridade Central no âmbito Brasileiro é o Ministério da Justiça.

2.3 COREIA DO SUL

Exceto pelo caso no qual uma mãe Vietnamita levou seu filho para o Vietnã sem o consentimento de seu marido - pai da criança, colocando em risco seu direito à guarda, não havia casos conhecidos em larga escala de sequestro internacional infantil que chamasse a atenção da população Sul Coreana. Entretanto, dado o

aumento de casamentos biculturais envolvendo Coreanos, e o aumento dos índices de divórcios, era esperado que as subtrações em breve poderiam tornar-se um problema a ser enfrentado pela sociedade Coreana. Por este motivo, em dezembro de 2012, a Coreia aderiu à Convenção de Haia, tornando- se o octogésimo nono país contratante (SUK, 2014).

A legislação da subtração internacional de crianças na Coreia, é ainda considerada uma área em desenvolvimento, por conta dos atritos do direito penal e do direito de família, embora esteja rapidamente evoluindo, as leis locais são necessárias para se examinar com as interações da jurisdição de guarda. Nos últimos anos, nota-se um aumento significativo de crianças nascidas de casamentos de mães estrangeiras e pais coreanos, e por consequência, o tribunal também testemunha ações judiciais crescentes em busca de apoio infantil contra pais nativos. "A Coreia foi muito lenta na adesão à Convenção, devido a necessidade de revisar as leis para cumprir certos mandados do tratado" (HAYES, 2013, s/p).

Um indivíduo cujo direito de custódia sob a convenção for violado, como resultado de uma remoção ou retenção ilícita de uma criança para/ou na República Coreana, pode apresentar ao tribunal competente uma petição solicitando o retorno da criança. O tribunal de família de Seul terá a jurisdição exclusiva sobre casos que envolvam o retorno do tutelado. Segundo o site Law Viewer (2012), quando uma pessoa é obrigada a fazer uma devolução da criança, por meio de uma sentença judicial, e não cumprir tal obrigação, o tribunal pode aplicar uma multa de até dez milhões de wons, e caso não cumpra por um período de 30 dias, o Estado pode ordenar a detenção por até 30 dias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coréia entrou tímida nas propostas da Convenção de Haia**,** embora que ao longo dos anos se destacou pela rápida evolução, enquanto no Brasil não houve a necessidade de grandes esforços quanto à adaptação. A contratação de advogados com experiência em subtração internacional infantil, com a assistência do Ministério da justiça do país no qual a criança foi retida ilicitamente, se faz necessária para localizar o seu paradeiro, assim como facilitar processos judiciais e garantir um retorno seguro à criança. O advogado deve registrar o caso para o retorno do tutelado ao

Tribunal da família de Seul ou à Vara de família no âmbito Brasileiro. O principal ponto do processo, em ambos os países, é agir rapidamente, pois os requisitos de tempo no que diz respeito à convenção, são extremamente curtos. Portanto, profissionais com experiência desempenham um melhor papel na aplicação e interpretação deste tratado.

4 REFERÊNCIAS

HAYES. International Child Abduction in Korea: Removing a Child Back to the Country of Residence of the Custodial Parent via the Korean Courts Explained**. The Korean Law Blog**. 2 de Jul. de 2021. Disponível em: shorturl.at/beDST. Acesso em 6 de Set. 2021.

HAYES. Korea Child Abduction Law Explained. **The Korean Law Blog**. 12 de Mar. de 2018. Disponível em: shorturl.at/gosBO. Acesso em 6 de Set. 2021.

HCCH - Hague Conference on Private International Law. **Status table:** Members of the Organisation. 2019. Disponível em: shorturl.at/01249. Acesso em 6 de Set. 2021.

LAW Viewer. **Act On The Implementation of The Hague Child Abduction Convention**. 11 de Dez. 2012. Disponível em: shorturl.at/ftOP3. Acesso em 3 de Set. 2021.

MPPR - Ministério público do paraná. **Convenção de Haia**: Sequestro internacional de crianças (1990). Disponível em: shorturl.at/aJPQ2. Acesso em 13 de Set. 2021.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público:** Curso Elementar**.** 17. ed. [S. l.]: Saraiva. 2013.

SUK, KWANG HYUN. Korea's Accession to the Hague Child Abduction Convention. **Family Law Quarterly**, v. 48, n. 2, p. 267–282, 2014. Disponível em: shorturl.at/vKLPV. Acesso em 30 Ago. 2021.

TRATADOS INTERNACIONAIS

OKIPNY, Halana[167]

ANDRADE, Jailson Silva[168]

RIBAS, Raphael de Paula[169]

RESUMO: O trabalho propõe uma reflexão acerca de quão o importante é o Direito Internacional e os Tratados Internacionais. O surgimento do Direito Internacional, bem como as relações entre os Estados e as Organizações Internacionais. A entrada em vigor de um tratado no ordenamento jurídico nacional deve obedecer a determinados procedimentos internos, os quais são estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, bem como deve seguir determinadas fases internacionais.

Palavras-chave: Tratado Internacional. Direito Internacional. Princípios Gerais do Direito.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Internacional existe desde que nos consideramos como seres humanos, uma vez que os conflitos interpessoais sempre existiram. O Direito Internacional surgiu no momento da assinatura do Tratado de Westfalia, em 1648 na Idade Moderna a partir da Independência de Suíça e Holanda. Embora alguns juristas apenas o reconheçam a partir da Paz de Vestfália, no qual já se considerava na antiguidade as relações exteriores, como comércio e tratados. (MEDEIROS, 2019, p.2)

O Direito Internacional é responsavel pela melhoria das interações entre as pessoas e atores do Direito Internacional, sempre relacionado no respeito à soberania. Mas para que isso aconteça, o Direito Internacional precisa que todos os atuantes colaborem para que assim, todos trabalhem em harmonia e exerção a sua função. (MEDEIROS, 2019, p.3). Alguns dos principais princípios do Direito Internacional constituem as diretrizes reguladoras e ficam dirigidos ao comportamento que permeiam essas relações, como solução pacífica de controvérsias, igualdade

[167] Acadêmica do 3º período do Centro Universitário Campo Real

[168] Acadêmico do 3º período do Centro Universitário Campo Real

[169] Orientador. Advogado, mestrando em Ciências Sociais aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professor do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, Guarapuava - Paraná

soberana dos Estados e o dever de cooperação dos Estados. Os costumes e princípios gerais do Direito são fontes ainda, determinadas pela Corte Internacional de Justiça. (MEDEIROS, 2019).

2 DESENVOLVIMENTO

O Direto Internacional encontra-se subdividido em dois grandes eixos que seriam de espécie pública e/ou privada. O Direito Internacional Público tem como intuito de manter uma relação estável, saudável e de respeito a autodeterminação dos países. Já o Direito Internacional Privado tem como finalidade qual legislação deve ser aplicada em determinados conflitos do interesse privado, sejam eles na área do Direito Penal, crime, Direito da Família, divórcio e abertura de sucessão.

O Direito Internacional público trata especificamente das relações jurídicas (direitos e deveres), já o Direito Internacional privado trata da aplicação de leis civis, comerciais ou penais de um Estado sobre particulares (pessoas físicas ou jurídicas) de outro Estado. Existem duas correntes que cercam esses dois eixos e determinam suas diferenças, na de Direito público são dadas de forma cogente e no Direito privado de maneira mais permissiva, construindo assim o Direito Público, figurando parte do Estado.

Os princípios que norteiam esses dois elos de Direito, segundo NOVO (2018, p 6):

> O Direito Internacional Público tem como missão o estabelecimento de uma norma jurídica internacional, ou seja, o respeito à soberania dos Estados, aos indivíduos e às suas peculiaridades. Por isso, muitos tratados e convenções são realizados, sempre com o propósito de aproximar os Estados.
> O Direito Internacional Privado tem como propósito indicar leis que regulem contratos firmados entre indivíduos de países diferentes, como também adoções ocorridas entre pais e crianças de nacionalidades diferentes, sequestros internacionais, e outras relações da área trabalhista, familiar, contratual ou comercial que necessitem do poder jurídico.

O principal sujeito do Direito Internacional é a entidade jurídica que goza dos direitos e deveres previstos pelo Direito Internacional com capacidade de atuar na esfera internacional para exercê-los. Como Estados, Santa Sé, Organizações Internacionais e os Indivíduos. Fazem parte como meios de organização.

Conforme art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ), de 1920, são fontes do Direito Internacional: “as convenções internacionais, os costumes

internacionais e os princípios gerais do Direito. A doutrina e a jurisprudência são meios auxiliares, não constituindo fontes em sentido técnico". (NOVO, 2018, p. 8)

Princípios gerais do Direito: apesar de difícil identificação são fontes autônomas. A própria "pacta sunt servanda", a boa-fé e outras são exemplos. O Direito moderno passa a depender cada vez mais dos princípios. São modernamente classificados como fontes secundárias do Direito das Gentes. O fato de estarem previstos em tratados não tira sua característica de princípios. (NOVO, 2018, p. 8).

Desta forma, não ficando restritos, mas sim associados ao Direito Internacional público e privado, quando se considera possíveis soluções.

> Analogia e equidade: são soluções eficientes para enfrentar o problema da falta de norma. Podem ser colocadas como formas de complementação do sistema jurídico. Analogia: é a aplicação a determinada situação de fato de uma norma jurídica feita para ser aplicada a um caso parecido ou semelhante. Equidade: ocorre nos casos em que a norma não existe ou nos casos em que ela existe, mas não é eficaz para solucionar coerentemente o caso "sub judice". OBS.: art. 38, § 2º, do Estatuto da CIJ – a aplicação da equidade (*ex aequo et bono*) pela CIJ depende de anuência expressa dos Estados envolvidos em um litígio. (NOVO, 2018).

Dentre esses princípios são celebrados os Tratados Internacionais que são um instrumento necessário para equilíbrio entre as nações, que na maioria das vezes depende da harmonia de expectativas. (FERNANDES, 2019).

Este se faz necessário, pois na maioria das vezes na sociedade existem conflitos entre os indivíduos e as nações, uma vez que se fez necessário a criação de formas de solução para os mesmos. Desde os tempos primórdios, onde eram comercializados bens, edificação de obras e até mesmo nas guerras.

O Tratado Internacional prioriza no tratado internacional na formalização de um pacto que é celerado entre países ou grupos étnicos, no propósito de instituir paz e o equilíbrio econômico, utilizado ainda em organizações de atividades comerciais, com estabelecimento de regras. (FERNANDES, 2019).

Tudo se iniciou por volta de 1618 e 1648 onde na Europa, ocorreu a Guerra dos Trinta Anos, motivada inicialmente por disputas entre católicos e protestantes, expandindo-se para outros conflitos de interesse como domínio político e expansão de territórios. Após aproximadamente, oito milhões de mortes o esforço de guerra passou a ser visto como um custo extremamente alto as nações, desejando assim a paz. (FERNANDES, 2019).

Sua função principal tem como princípio ordenar o entendimento entre as partes envolvidas, impondo uma regra de conduta obrigatória para os Estados signatários. (FERNANDES, *et all* CHALES ROUSSEAU, 2019).

Desta forma, representando o conjunto de leis que regem o país. Os tratados internacionais passam por quatro fases: De negociação e assinatura; Aprovação parlamentar de cada nação; Ratificação ou adesão ao texto e por último Decreto Oficial do Estado. No Brasil qualquer autoridade pode assinar um ato internacional, desde que tenha recebido carta de plenos poderes do Presidente da República. (FERNANDES, 2019)

Quando falamos de teorias, a teoria dualista prega o direito Internacional e o Direito Interno sendo dois sistemas jurídicos distintos e independentes, regulando o último as relações entre os Estados e, por conseguinte, não originando obrigação para os indivíduos. (NOVO, 2019, p.7)

Já os quóruns ficam restritos ao número mínimo de parlamentares que devem se manifestar a respeito de determinada matéria para que esta seja aprovada. Exemplificamos os dois tipos existentes: Maioria simples, que é o quórum de aprovação para as matérias em geral e o quórum qualificado, restringe-se ao quórum superior, ao de maioria simples, sendo de 2/3 membros da Casa Legislativa; 3/5 e/ou maioria dos membros da Casa Legislativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, considera-se o quão amplo é a área do Direito Internacional, bem como as ramificações que o mesmo tomou no decorrer de sua historicidade, desta forma podemos afirmar que todo indivíduo está em constante envolvimento direta ou indiretamente com o Direito Internacional e que sua historicidade sofreu grandes e fortes influencias internacionais, fatores que contribuíram com seu desenvolvimento bem como do bem social e judicial dos Estados e toda esfera em âmbito nacional e internacional, promovendo uma equidade e o desenvolvimento até os dias atuais, no favorecimento de um bem comum a todos.

4 REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Rafael. **Direito Internacional**: teoria e conceitos. Publicado em 4 de novembro de 2019. Acesso em: 11 de setembro de 2021. Disponível em: https://blog.grancursosonline.com.br/direito-internacional/

NOVO. Benigno Núñez. **O Direito Internacional**. Publicado em Jus, 12/2018. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/70769/o-direito-internacional. Acesso 13 de setembro de 2021.

NOGUEIRA. Camila. **O que é Direito Internacional**. FICR. Faculdade Católica Imaculada Conceição. 2021. Disponível em: https://inscricaoficr.catolica.edu.br/blog/direito-internacional. Acesso em 13 de setembro de 2021.

FERNANDES. Gide José. **Tratados Internacionais**: O que são, tipos e como funcionam. FIA. Fundação Instituto de Administração. Publicado em 7 de fevereiro de 2019. Acesso em 14 de setembro de 2021.

NOVO. Benigno Núñez. **O Supremo Tribunal Federal se posicionou no sentido da aplicação da Teoria Dualista Moderna**. Teoria Monista e dualista. Jus.com.br. Publicado em 09/2019. Acesso em 14 de setembro de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL. **A voz da cidadania**. O que é e quais os tipos de quórum. Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/perguntas-frequentes/processo-legislativo-projeto-de-lei-tramita%C3%A7%C3%A3o-qu%C3%B3rum-vota%C3%A7%C3%A3o/o-que-%C3%A9-e-quais Acesso em 14 de setembro de 2021.

A NECESSIDADE OU NÃO DE PREQUESTIONAMENTO EXPRESSO PERANTE O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GAVASSO, Gian[170]
FAGGION, Igor[171]

RESUMO: Considerando as disposições previstas no artigo 1.025 do CPC, bem como considerando os princípios do esgotamento das vias recursais, e supressão de Instância, o Superior Tribunal de Justiça inclui no Juízo de Admissibilidade do Recurso Especial, a análise do instituto do prequestionamento. Entretanto, a (des) necessidade de verificação expressa da norma violada por muitas vezes é relativizada pelo STJ. Portanto, em uma análise bibliográfica e jurisprudencial, busca-se expor brevemente sobre a singularidade do prequestionamento expresso, e sua aplicabilidade perante o Superior Tribunal de Justiça.

Palavras-chave: Implícito. Expresso. Jurisprudência. Prequestionamento. STJ.

1 INTRODUÇÃO

A admissibilidade do Recurso Especial está condicionada ao cumprimento de alguns requisitos, dentre eles, o prequestionamento, que significa que a matéria federal deve ter sido questionada no Tribunal *aquo* antes de ser remetido ao STJ. A título de sabedoria, cumpre informar que existem diversos tipos de prequestionamento, tais como: explícito, implícito e ficto.

O contido no art. 1.025 do CPC nos mostra que o prequestionamento deve haver para que se possibilite que o recurso seja analisado pelo Tribunal Superior, para que esteja comprovado que o Tribunal *aquo* teve oportunidade de manifestar-se, de modo que sua ausência pode ser sanada com a oposição de embargos de declaração.

O tema em questão é de relativa complexidade, visto que não é amplamente abordado, não havendo de prontidão, materiais objetivos. Tendo como objetivo apresentar uma resposta satisfatória, a pesquisa se desenvolverá com base na bibliografia, extraída da biblioteca online do Centro Universitário Campo Real, utilizada como fonte esclarecedora, e jurisprudência, encontrada no site de buscas do STJ, utilizada como fonte primária para responder diretamente o problema em tela.

Dessa forma, será brevemente será explicado sobre o referido instituto, sendo que nesta oportunidade será abordado o atual entendimento do STJ acerca da necessidade ou não de prequestionamento expresso.

---

[170] Acadêmico do Curso de Direito, 8º Período, Centro Universitário Campo Real.
[171] Graduado em Direito pela Faculdade Campo Real (2010), Advogado, Juiz Leigo e Professor.

2 DESENVOLVIMENTO

O prequestionamento é um ponto essencial à interposição do Recurso Especial. Tal instituto, de acordo com a doutrina, conceitua-se pela necessidade de debater a matéria federal no Tribunal *aquo*, ou seja, a matéria suscitada em REsp deve ter sido ventilada no Tribunal onde foi proferido o acórdão recorrido. (LOURENÇO; 2021).

Versando ainda sobre o Doutrinador supracitado, o prequestionamento implícito ocorre quando, por mais que não esteja explicitamente escrito o dispositivo legal violado, o mero pronunciamento e discussão acerca do tema que trata a norma federal ventilada, estaria “questionada” a matéria. (LOURENÇO; 2021).

Agora, com o novo CPC, o prequestionamento é admissível amplamente, pois quando a matéria federal deveria ter sido analisada pelo Juízo, que não o fez, a mera oposição de embargos de declaração é capaz de conferir ao STJ o poder de julgar a matéria, sem necessidade de anulação do julgamento.

> O Código de 2015, a meu ver corretamente, volta ao regime do prequestionamento implícito, que poupa ao recorrente a árdua via de primeiro obter a anulação do julgamento dos embargos declaratórios para depois tentar obter o reexame da violação da Constituição ou da lei federal, estabelecendo no artigo 1.025 que, para fins de prequestionamento, consideram-se incluídas no acórdão as questões suscitadas nos embargos de declaração inadmitidos ou rejeitados, desde que o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça entendam que sobre elas tenha incidido erro, omissão, contradição ou obscuridade, não suprida em razão da rejeição dos embargos de declaração. Ou seja, a interposição dos embargos de declaração continua necessária para fins de prequestionamento. Se neles a questão não for apreciada e a instância superior entender que deveria ter sido, esta a examinará como fundamento do recurso extraordinário ou especial. (GRECO; 2015).

Neste passo, percebe-se que o prequestionamento é requisito para interposição de recurso especial. A doutrina entende como dispensável a exigência da presença expressa do dispositivo violado, bastando a questão federal ser discutida, não sendo necessário “textos de lei” ditos contrariados. (CARNEIRO; 2011).

Ante o exposto verifica-se que a doutrina é fonte esclarecedora do tema, e que concorda e incentiva a aplicabilidade do prequestionamento implícito, pois torna célere a análise do recurso, sendo desnecessário o prequestionamento expresso.

Neste julgamento ocorrido em 2016, percebe-se que foi desnecessário o prequestionamento expresso, que por sua vez, caracteriza o prequestionamento implícito, vejamos:

> RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973) E BANCÁRIO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. NÃO CONFIGURAÇÃO. TESE EXPRESSAMENTE REFUTADA PELO TRIBUNAL "A QUO". **DESNECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO EXPRESSO DA MATÉRIA RECURSAL**. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DOS JUROS. IMPRESCINDIBILIDADE DE PACTUAÇÃO EXPRESSA PARA QUE SE POSSA SER COBRADA. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (...) "Destarte, a violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil não se caracteriza com o fato do Tribunal não ter se manifestado sobre este ou aquele ponto, não tenha indicado expressamente o dispositivo legal em que esteja fundamentado (importante lembrar que não se exige o prequestionamento expresso da matéria recursal para a admissão do recurso especial, sendo imprescindível apenas que os temas pertinentes aos artigos legais tenham sido apreciados, o chamado prequestionamento implícito), mas sim quando demonstrada a existência de omissão relevante à solução do caso." (...) (STJ, 2016, sem grifos no original).

A seguir veremos um trecho do voto de um julgamento ocorrido já em 2019, onde também manteve a aplicabilidade do prequestionamento implícito:

> (...) "Destarte, a violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil não se caracteriza com o fato do Tribunal não ter se manifestado sobre este ou aquele ponto, não tenha indicado expressamente o dispositivo legal em que esteja fundamentado (importante lembrar que não se exige o prequestionamento expresso da matéria recursal para a admissão do recurso especial, sendo imprescindível apenas que os temas pertinentes aos artigos legais tenham sido apreciados, o chamado prequestionamento implícito), mas sim quando demonstrada a existência de omissão relevante à solução do caso." (...) (STJ, 2019, sem grifos no original).

O que salta aos olhos, é que e o atual entendimento perdura desde o Código de Processo Civil de 1973, e assim segue:

> AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSO PENAL MILITAR. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE POR FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. ALEGADA AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA QUANTO AO ART. 54 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR - CPPM. INOCORRÊNCIA. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. POSSIBILIDADE**. SUPOSTO CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA DE CIVIL PRATICADO POR POLICIAL MILITAR. EXCLUDENTES DE ILICITUDE: LEGÍTIMA DEFESA DE TERCEIROS E ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. ARQUIVAMENTO DE OFÍCIO PELA JUSTIÇA CASTRENSE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA JULGAMENTO DA CAUSA. REMESSA À JUSTIÇA COMUM. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. **1. A jurisprudência desta Corte admite o chamado prequestionamento implícito, ou seja, aquele que ocorre quando há o efetivo debate da matéria, embora não haja expressa menção aos dispositivos legais apontados como violados.** 2. É entendimento jurisprudencial pacífico neste Superior Tribunal de Justiça - STJ de que a competência para o julgamento dos delitos de homicídios contra civis praticados por policiais militares em serviço, ainda que verificadas as excludentes de ilicitude de legítima defesa e do estrito cumprimento do dever

> legal, é da Justiça Comum, não cabendo ao Juízo Militar, de ofício, a determinação do arquivamento do inquérito penal militar. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ, 2020, sem grifos no original).

No caso acima, verifica-se que a suposta falta de prequestionamento expresso foi ventilada pelo recorrente em sede de AgRg no Resp, ocorre que o STJ entendeu que o tema foi suscitado no Juízo aquo. Vejamos mais alguns exemplares:

> AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA, DE PLANO, NÃO CONHECER DO APELO EXTREMO.INSURGÊNCIA DA AUTORA. 1. A ausência de enfrentamento da matéria inserta nos dispositivos apontados como violados pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento. Incidência da Súmula 211 do STJ.1.1. In casu, deixou a parte recorrente de apontar, nas razões do apelo extremo, a violação do artigo 1.022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.**1.2. Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos dispositivos tidos por violados, desde que as teses debatidas no apelo nobre sejam expressamente discutidas no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese.**2.O Tribunal a quo, com base no conjunto fático e probatório carreado aos autos, entendeu que o episódio narrado nos autos não gerou dano moral indenizável. A alteração de tais conclusões demanda a incursão nas questões de fato e de prova dos autos, inadmissível por esta via especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. Precedentes.3.Agravo interno desprovido. (STJ, 2020, sem grifos no original).

> AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C CANCELAMENTO DE REGISTRO, REINTEGRAÇÃO DE POSSE E COBRANÇA. TUTELA DE EVIDÊNCIA. DEFERIMENTO. INSURGÊNCIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 283 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211 DO STJ. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: ?É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.? 2**. Para que se configure o prequestionamento da matéria, ainda que implícito, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal** (Súm. 211/STJ e 282/STF). 3. O exame da pretensão recursal exigiria o revolvimento e a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo v. acórdão recorrido, reinterpretação de cláusula contratual, situação que faz incidir os enunciados de Súmula 5 e 7 do STJ. 4. Agravo interno não provido. (STJ, 2021, sem grifos no original)

A jurisprudência do STJ nos mostra que a referida cognição sobre a matéria persiste há tempos, e a ausência expressa da norma violada não é motivo para não conhecimento do recurso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, percebe-se que na doutrina o prequestionamento implícito é muito bem visto e aplicável, pois traz agilidade na tramitação do recurso. Constata-se ainda que o entendimento do STJ é consolidado, quanto ao prequestionamento implícito e sua plena aplicabilidade.

4 REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Athos Gustavo. **Recurso Especial, Agravos e Agravo Interno**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense. 2011.

GRECO, Leonardo. **Instituições de Processo Civil – Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais.** Volume III. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Forense LTDA, 2015.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo Civil Sistematizado**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense LTDA, 2021.

STJ. 3ª Turma. **REsp nº1.452.532 – PR**. Ministro Paulo de Tarso Sanserverino, julgado em 11.05.2016, DJe 19.05.2016.

STJ. 3ª Turma. **AgInt nos EDcl no REsp 1697378/MG**. Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019.

STJ. 5ª Turma. **AgRg no REsp 1830756/SP**. Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK julgado em 23/06/2020, DJe 29/06/2020.

STJ. 5ª Turma. **AgInt no AREsp 1711642/SP**. Rel. Ministro MARCO BUZZI. Julgado em 30/11/2020, DJe 04/12/2020.

STJ. 4ª Turma, **AgInt no REsp 1914038/MT**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. Julgado em 16/08/2021, DJe 24/08/2021.

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

CORREA, Francelize[172]
ANTONIUCCI, Daniele[173]
ROSAS, Rudy Heitor[174]

RESUMO: O estudo legislativo e doutrinário deste trabalho repousa na análise e reflexão de umas das maiores inovações legislativas trazidas pela vigência do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Procurou-se através de uma pesquisa bibliográfica, apontar a importância do referido instituto, bem como explicitar as principais características e particularidades dessa nova modalidade de justiça penal negociada no Brasil. Para isto recorremos à legislação específica, à doutrina, e à jurisprudência, além de considerações a luz de revisões bibliográficas sobre o tema.

Palavras-chave: Acordo de Não Persecução Penal. ANPP. Ministério Público.

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, após a vigência da Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), a justiça negociada na área criminal vem ganhando força e espaços ainda maiores no Brasil.

Pela grande sobrecarga de trabalho do judiciário e principalmente dos órgãos de persecução penal, especialmente o Ministério Público, é que a tempos o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) trouxe a necessidade da “imprescindível agilização da investigação e promoção de sua efetividade” (CNMP, 2017).

Diante dessa necessidade a Lei n. 13.964/19 efetivou no ordenamento brasileiro através da inserção o artigo 28-A no Código de Processo Penal (CPP), o Acordo de Não Persecução Penal, instituto que até então era apenas regulado pela Resolução nº 181, de 07 de agosto de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, e que foi posteriormente alterada pela Resolução 183, de 24 de janeiro de 2018, deste mesmo órgão, que “dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público”.

Enquanto Resolução, essa modalidade de acordo foi criada visando contemplar o princípio da eficiência pelo qual pauta-se a administração pública, porém, ele foi fortemente criticado no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente

[172]Acadêmica do Curso de Direito, 7° Período, do Centro Universitário Campo Real.
[173]Acadêmica do Curso de Direito, 7° Período, do Centro Universitário Campo Real.
[174]Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor do Centro Universitário Campo Real.

pela crítica de determinados autores à sua inconstitucionalidade e afronta a determinados princípios.

Nesse sentido, o objetivo é analisar o instituto do ANPP, após sua inserção expressa em nosso ordenamento jurídico, bem como seus requisitos e demais particularidades pertinentes à persecução penal no cenário de uma justiça penal negociada, tecendo breves considerações introdutórias a respeito dessa temática.

2 DESENVOLVIMENTO

Na busca por uma maior efetividade e celeridade no que se refere à tramitações processuais penais e por uma ampliação de hipóteses de inserção de justiça negociada, a celebração de acordos em matéria penal, notadamente para os crimes de baixa e média lesividade, promove sem dúvidas uma perceptível redução na duração do processo, proporcionando maior celeridade na resolução de casos menos graves, sem prejuízo aos direitos e garantias do investigado.

Além disso, há estudos que demostram a grande economia de recursos públicos, e a possibilidade uma melhor gestão financeira e mais consciente do Ministério Público e do Poder Judiciário, quando se ocupa de efetivar a justiça consensual.

Michelotto e Oliveira (2020, p.58) nos lembram que é importante mencionar desde logo que:

> (...) o acordo com o Ministério Público não se trata de instrumento recente na legislação brasileira. A Lei n°9.099/95, dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê nos artigos 60 e 61 a transação penal para as infrações de menor potencial ofensivo e no artigo 80 a suspensão condicional do processo para crimes em que a pena mínima for igual ou inferior a um ano (...). A despeito dessas outras figuras acima citadas, o acordo de não persecução penal, agora incluído no ordenamento jurídico pela Lei 13.964/2019, é novo instituto do direito penal negocial, que amplia profundamente as possibilidades anteriormente existentes de realização de acordos com as autoridades públicas – em especial o Ministério Público – antes de haver acusação formal quanto à pratica de crimes.

O ANPP que se encontrava somente previsto na Resolução n. 181 do CNMP, ganhou com a Lei n. 13.964/19, um respaldo ainda maior, excluindo de cena argumentos contrários à sua validade, e que na grande maioria eram calcados em discussões sobre a possível inconstitucionalidade deste instituto. Contudo com a inserção do artigo 28-A, do CPP, o pacote anticrime o consubstanciou em instrumento

de consenso previsto expressamente no ordenamento pátrio passível de ser aplicado para a fase investigatória.

Esta modalidade de acordo perpassa por diversas particulares expressamente delineadas nos mais de dez parágrafos existentes a este artigo acrescentado no CPP, e segundo Eugenio Pacelli (2021, p. 136) este acordo:

> (...) se restringe aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos e confessados pelo agente, e deverá ser proposto caso o Ministério Público entenda ser necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime (art. 28-A). Embora se veja certa margem de discricionariedade no juízo quanto ao ser necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, a legislação brasileira ainda não avançou para um modelo de legalidade na persecução penal. No entanto, reservou-se ao juiz o controle de voluntariedade do acordo, para o que deverá ser designada audiência específica para tal finalidade. Esse campo oferece contornos mais seguros para a respectiva apreciação. Não é o que ocorre, porém, com o disposto no mesmo art. 28-A, § 5º, que atribui ao juiz o poder de rejeitar o acordo, quando considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições impostas no ajuste.

Nesse contexto o ANPP, consiste basicamente em ser um negócio jurídico que prescinde de homologação judicial, através do qual o Ministério Público, propõe uma solução consensual em favor do acusado, oferecendo-lhe a não apresentação da denúncia, desde que ele admita, formal e circunstanciadamente, a prática da infração penal e cumpra as condições acordadas, trata-se, portanto, de uma verdadeira exceção ao princípio da obrigatoriedade da ação penal.

Basicamente os requisitos para a propositura objetiva pelo Ministério Público de um ANPP são de acordo com o art. 28-A do CPP:

> Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente (...).

No que se refere as condições acima aludidas o dispositivo penal é abrangente, trazendo algumas hipóteses, mas tornando o rol meramente exemplificativo, podendo “cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada” (Art. 28-A CPP).

Trata-se, portanto, de um instituto totalmente inovador, cuja análise e compreensão demanda da interpretação dos fundamentos que justificam sua adoção

no ordenamento jurídico pátrio, mesmo que mitigando um princípio essencial do processo penal.

Cumpre apontarmos também a natureza jurídica desse acordo, e que segundo Rodrigo Cabral (2021, p.56), “a natureza jurídica do instituto pode ser vista a partir de duas perspectivas. Uma consistente na natureza jurídica do próprio acordo e outra verificando qual é a natureza jurídica das condições assumidas no bojo do ANPP”.

No que se refere a natureza jurídica, ele é basicamente um negócio jurídico extraprocessual que veicula em si uma política criminal do Ministério Público, em que se considera o acordo de vontades entre as partes (Ministério Público e Investigado) a ser firmado em regra durante a fase pré processual. Já em relação as condições assumidas no ANPP, estas possuem natureza jurídica de obrigação negocial, consubstanciada em equivalência a natureza funcional da pena.

Além disso cumpre apontarmos a grande crítica doutrina em relação a essa natureza jurídica do ANPP, pois, em não se tratando de uma persecução penal, mas sim, de um acordo formulado anteriormente a tal, não há o que se falar em pena, mas sim em condições, portanto, também em hipótese alguma haveria possibilidade de qualquer tipo de detração penal, caso o investigado cumpra apenas parte do acordo.

Assevera-se ainda a crítica de que se não há pena e sim condições, houve um equívoco do legislador em determinar a fiscalização do cumprimento do acordo as Varas de Execuções Penais. Contudo essas e demais críticas são ainda objetos de maiores pesquisas, pois perpassam inúmeros estudos doutrinários e jurisprudências acerca dos fatos, cabendo aqui apenas nossos apontamentos iniciais a um instituto que está promovendo uma grade inovação na justiça penal brasileira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão trazida neste trabalho, buscou tecer aspectos introdutórios ao estudo do ANPP, principalmente no cenário de um grande avanço na ressignificação do Direito Penal Negocial no Brasil.

Esse instituto pode ser convencionalmente caracterizado como um instrumento de resolução consensual do processo penal, e assevera-se ainda que majoritariamente entende-se que o ANPP não tem pressupostos de natureza penal, e, portanto, não se configura pena, mas sim condições. Nesse contexto poderá

beneficiar-se desse acordo, o acusado que preencher os requisitos individualizados e anteriores a persecução penal.

Ademais, por se tratar de uma inovação, há muito o que se analisar em relação a legislação, doutrina, e jurisprudência sobretudo, pelas inúmeras críticas que vem sendo apontadas a esse instituto. Contudo há que se analisar, os benefícios e as vantagens que esse instrumento de consenso vem trazendo a sociedade brasileira, sem que se deixe de lado a necessidade da reprovação de todo e qualquer delito.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm Acesso em: 01 ago 2021.

CABRAL, Rodrigo Leite F. **Manual do Acordo de Não Persecução Penal – A Luz da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime).** 2.ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

CNMP. **Resolução n° 181 de 07 de agosto de 2017**. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5277 Acesso em: 07 ago 2021.

_____. **Resolução n° 183 de 24 de janeiro de 2018**. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-183.pdf Acesso em: 07 ago 2021.

MICHELOTTO, Mariana N. OLIVEIRA, Marlus H. Arns de. **Acordo de Não Persecução Penal.** Revista Da Ordem, Publicação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Paraná, N°68, março de 2020, p.58

PACELLI, Eugênio. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR

BUFOLISKI, Andressa Cardoso[175]
SELL, Elizabete Nizer[176]

RESUMO: Por meio de pesquisas bibliográficas de renomados autores que desenvolvem sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar o conflito entre o direito à convivência familiar e à destituição do poder familiar, onde ocorre o afastamento do seio familiar da criança ou do adolescente, além da forma que esse tema é abordado pela doutrina e a legislação, que tratam a destituição do poder familiar como *ultima ratio*, nos casos em que as ações dos genitores mostram-se incompatíveis com o melhor interesse da criança ou adolescente.

Palavras-chave: Criança e adolescente. Convivência familiar. Destituição. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o menor de idade deixa de ser visto como um objeto jurídico e passa a ser considerado como uma pessoa em desenvolvimento sujeito de direito e deveres.

Nesse sentido, tanto a Constituição Federal como o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem a doutrina de proteção integral e o melhor interesse da criança e do adolescente.

Entre os direitos auferidos, para garantir o desenvolvimento saudável da criança ou adolescente está o direito ao convívio familiar e comunitário, que garante o direito à convivência com sua família de origem e com a comunidade social em que está inserido.

Quando ocorre a destituição do poder familiar dos genitores em relação aos filhos normalmente há o afastamento da família, violando este direito à convivência familiar.

Através da análise de obras doutrinárias, jurisprudências e da própria legislação busca-se identificar em que casos isto ocorre e o qual o motivo da destituição mesmo com a violação do direito a convivência familiar.

---

[175] Acadêmica do curso de Direito, 8 º período B, Centro Universitário Campo Real
[176] Professora orientadora, Mestre pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Professora de Direito Civil do Centro Universitário Campo Real.

Trata-se de tema de extrema relevância, tendo em vista pertencer aos direitos indisponíveis relativos as crianças e adolescentes, que possuem assegurada a doutrina de proteção integral, sendo dever tanto da família como da sociedade e do Estado assegurar o correto cumprimento desses direitos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O DIREITO A CONVIVÊNCIA FAMILIAR

O direito à convivência familiar é assegurado às crianças e adolescentes pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 227 prevê:

> **Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990 reforça esse conceito, como forma de efetivar a doutrina da proteção integral e do melhor interesse das crianças e adolescentes, tendo em vista que se tratam de pessoas em desenvolvimento, sujeitos à direitos e deveres. Desta forma, a convivência familiar pode ser definida como:

> Destarte, podemos conceituar a convivência familiar como o direito fundamental de toda a pessoa humana de viver junto à família de origem, em ambiente de afeto e de cuidados mútuos, configurando-se como um direito vital quando tratar-se de pessoa em desenvolvimento (criança e adolescente) (AMIN et al., 2019, p. 161).

Cabe ressaltar que com a evolução na definição de família nos últimos anos, houve a expansão do conceito de família natural além do destaque aos laços de afinidade (AMIN et al., 2019).

Assim, trata-se de direito fundamental da criança ou adolescente de permanecer junto a sua família, que tem o dever, junto com o Estado e a sociedade, de propiciar o saudável desenvolvimento do menor, assegurando o correto cumprimento de seus direitos.

2.2 PODER FAMILIAR

O Capítulo V do Código Civil traz entre seus artigos 1630 e 1638 as disposições gerais e relativas ao exercício, suspensão e extinção do Poder Familiar que pode ser definido como:

> Trata-se de prerrogativa ou autoridade que se exerce em relação à outra pessoa, de exercício obrigatório, sob pena de perda ou suspensão.
> São inerentes ao poder familiar os deveres de guarda, sustento e educação, bem como o de cumprir ou fazer cumprir determinações judiciais, conforme reza o art. 22 do Estatuto (ROSSATO; LÉPORE e CUNHA, 2019, p. 171).

Conforme predispõe o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente o Poder Familiar é exercido por ambos os pais, em igualdade.

Pode-se observar que além de uma prerrogativa o Poder Familiar trata-se também de um dever inerente aos responsáveis pela criança ou adolescente, que devem zelar pelo melhor interesse da criança ou adolescente, e seu descumprimento pode gerar sanções civis e penais, bem como causar a suspensão ou a destituição do Poder Familiar (ZAPATER, 2019).

2.3 A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram a proteção integral e o melhor interesse da criança e do adolescente.

Cabe à família, à sociedade e ao Estado garantir a efetivação desses direitos, sendo que seu descumprimento é passível de sanção, entre as sanções cabíveis no caso de violação dos direitos da criança e do adolescente está a ação de destituição do poder familiar.

Nesse sentido, quando as ações dos genitores se mostram incompatíveis com o interesse da criança ou adolescente pode ocorrer a privação do Poder Familiar exercido sobre os filhos (DI MAURO, 2017).

Essa privação pode ser apenas temporária, referente a todos ou apenas parte dos poderes inerentes nos casos de suspensão do poder familiar, com as hipóteses definidas no artigo 1.637 do Código Civil, sendo elas no caso do pai ou a mãe abusarem de sua autoridade, faltarem aos seus deveres, arruinarem o bem dos filhos ou serem condenados por sentença irrecorrível com pena superior a dois anos de prisão (DI MAURO, 2017).

Os casos mais graves de inadimplemento dos deveres inerente ao Poder familiar, previstos no artigo 1.638 do Código Civil, dão causa à destituição, onde ocorre a perda do poder familiar, em regra, de forma permanente, quando os genitores castigarem imoderadamente o filho, o deixarem em abandono, praticarem atos contrários à moral ou bons costumes, reiterarem as faltas que dão causa a suspensão, entregarem o filho para fins de adoção ou praticarem os crimes previstos no parágrafo único do artigo 1.638 do Código Civil contra descendente ou o outro titular do poder familiar.

Nestes casos quando o outro genitor da criança ou adolescente tiver falecido, for desconhecido ou também tiver seu poder familiar destituído a criança ou adolescente terá um tutor nomeado ou será incluída em programa de colocação familiar, nos moldes do artigo 1934 do Código Civil.

2.4 CONVIVÊNCIA FAMILIAR x DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR

A destituição do Poder Familiar ocorre apenas com a sentença judicial transitada em julgado, como último recurso, quando outros meios não bastam para assegurar a integridade do menor (ZAPATER, 2019).

Nesse sentido o legislador assegura diversas ocasiões que, por si só, não acarretam a destituição como é o caso de condenação criminal ou a falta de recursos financeiros dos genitores, conforme previsão do artigo 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

> Diante do previsto no art. 23 do ECA, acima examinado, torna-se evidente a intenção do legislador de somente possibilitar a destituição do poder familiar da família natural quando os genitores efetivamente oferecem risco à integridade física e/ou psíquica da criança ou adolescente, que não possa ser dirimido pela inclusão da família em programas de apoio social (ZAPATER, 2019, p. 107).

Verifica-se, assim, que a destituição só ocorre em casos extremos, como última alternativa a assegurar o melhor interesse do menor.

A convivência familiar apesar de se tratar de direito fundamental importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente não é um direito absoluto e pode entrar em conflito com outros, como no caso da destituição em que é priorizado o melhor interesse da criança e do adolescente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi possível compreender melhor o direito à convivência familiar da criança e do adolescente, o conceito atual de poder familiar e a ação de destituição desse poder, verificando-se como a legislação e a doutrina priorizam a proteção integral e o melhor interesse da criança e do adolescente.

Apesar da convivência familiar se configurar como direito fundamental conclui-se que é possível a ação de destituição do poder familiar, mesmo com o afastamento do menor de sua família natural nos casos em que as ações dos genitores se mostram incompatíveis com o interesse da criança ou do adolescente, pois prioriza-se o melhor interesse da criança ou do adolescente à convivência familiar, como forma de assegurar o desenvolvimento saudável do infante.

4 REFERÊNCIAS

AMIN, Andréa Rodrigues et al. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 12 ed. São Paulo: Saraiva educação, 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 27 de ago. de 2021.

BRASIL. **Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 27 de ago. de 2021.

BRASIL. **Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm> Acesso em: 27 de ago. de 2021.

DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimento civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogerio Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei 8.069/90 – comentado artigo por artigo. 11 ed. São Paulo: Saraiva educação, 2019.

ZAPATER, Maíra. **Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva educação, 2019.

SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA: PRISÃO PROVISÓRIA

BUGS, Allanys Alves
MOREIRA, Nínive Federle

RESUMO: Captamos os principais problemas acarretados do encarceramento em massa no Brasil, analisamos suas causas e consequências e por fim, os comparamos com o princípio da Dignidade Humana, que está presente no artigo primeiro, inciso III da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Superlotação carcerária. Falhas de Execução Penal. Direito Penal. Constituição Federal de 1988.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo apresentar os principais problemas que contribuem para a superlotação carcerária no Brasil e as contradições que esses problemas implicam em alguns dos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988.

Nota-se na grande maioria dos presídios do país, problemas que se repetem com frequência, sejam eles estruturais ou institucionais.

Ao analisar a Constituição Federal de 1988, constata-se que a mesma garante ao réu assistência jurídica, material, a saúde, educacional, social e religiosa. No entanto, percebe-se que o atual sistema prisional encontra-se corrompido e em uma situação alarmante ao ver que tais direitos básicos são desprezados.

2. O SISTEMA

O Sistema Prisional Brasileiro vem sofrendo com a superlotação carcerária há muitos anos, e o estado é o grande responsável por tal fato vir ocorrendo até os dias de hoje. Em relação a população prisional, é de grande relevância destacarmos as atuais estatísticas sobre a população que compõe o sistema carcerário do Brasil. Atualmente o sistema brasileiro é constituído por mais de 90% de pessoas do sexo masculino e pouco mais de 8% do sexo feminino, sendo 64% de negros, 35% de brancos e 1% amarelo.

O Brasil é o terceiro país que mais encarcera no mundo, atualmente o número de presidiários no sistema prisional ultrapassa 773 mil, o dobro do número de

vagas nas penitenciárias e carceragens de delegacias do país, informa o Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias). Esse número é extremamente alto , pois nosso país não tem estrutura prisional adequada para abrigar tantas pessoas dentro do sistema, sem que sejam violados os direitos básicos, previstos constitucionalmente.

2.1 ENCARCERAMENTO EM MASSA

O presente cenário que o sistema prisional brasileiro se encontra está em constante crescimento populacional, em razão de que nosso país vem encarcerando em massa desnecessariamente desprezando as garantias constitucionais previstas. Em relação à distribuição dos crimes no sistema federal, o tráfico de drogas comporta 30% dos registros, enquanto os roubos e furtos chegam a 22% e os homicídios 16%, é visto que o tráfico comporta o maior número de ações criminosas no país, por conta disso foi aprovada uma lei de despenalização do porte de drogas para consumo em 2006 com a Lei de Drogas (nº 11.343) do Código Penal, que prescreve "medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências", entretanto, a falta de objetividade da legislação causou efeitos contrários ao desejado.

Ainda segundo o Infopen, o número de presos por tráfico de drogas no Brasil aumentou de 31 mil para 138 mil de 2006 a 2013, gerando assim um aumento de 339%. Tal lei levava como critério uma soma de fatores para ser considerado crime, como a quantidade de droga apreendida, o local que se desenvolveu as ações e as circunstâncias sociais e pessoais do indivíduo flagrado, além dos antecedentes criminais. Ocorre que, por conta dos fatores supracitados, se tornou mais comum que indivíduos flagrados com aproximadamente 1,5g de maconha, por exemplo, fossem levados à prisão pelo crime de tráfico de drogas.

Por conta da ineficiência da lei de drogas criada em 2006, algumas alterações foram feitas e aprovadas pelo Senado em 5 de junho de 2019, o art. 33, § 1º, IV foi incluído na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) por meio da Lei 13.964/2019 (Lei Anticrime). Mesmo diante de tais mudanças, o Sistema Prisional Brasileiro continua congestionado devido às prisões desnecessárias que vem ocorrendo, gerando assim um encarceramento em massa.

2.2 PRISÃO PROVISÓRIA

Em primeiro lugar, devemos levar em consideração o número de presos provisórios que estão dentro do sistema, no presente momento cerca de 34% da população carcerária ainda não foi condenada e cumpre pena provisória, esses dados são preocupantes visto que se encontram com privação de liberdade, sem nem ao menos ter uma sentença condenatória para fins de cumprimento de pena.

As prisões preventivas podem ocorrer em conseguinte as medidas cautelares, que de acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, estão subdivididos em: medidas cautelares patrimoniais e medidas cautelares pessoais.

As medidas cautelares patrimoniais são usadas com a finalidade de assegurar uma possível reparação de dano, que atinge o patrimônio do acusado. Já as medidas cautelares pessoais, acabam se dividindo ainda em prisão em flagrante, prisão temporária e prisão preventiva, e têm como objetivo a proteção da sociedade.

As medidas cautelares existem como uma alternativa de medida a ser tomada antes de decretar prisão do acusado. O que na prática, colabora ainda mais com o encarceramento em massa no país. De acordo com a Lei nº 5349 de 3 de novembro de 1967. Art. 312: “A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes da autoria.”

Portanto, para que não houvesse contradições com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo em conta que o acusado sofre prisão antes mesmo de ser declarado culpado, seria adequado que o Estado ficasse sujeito a esse risco, para que ao final do processo, não tivesse tirado a liberdade de uma pessoa inocente. Levando em consideração ainda que, esse possível risco a ser corrido pelo Estado, seria ainda menos impactante para a sociedade do que a anulação de um de um dos direitos fundamentais do indivíduo, a liberdade.

Partindo do pressuposto que as medidas cautelares deveriam ser aplicadas gradativamente a partir do momento que fossem provadas inúteis, pode-se considerar a prisão preventiva como ultima ratio, ou seja, última medida a ser adotada devido a sua extremidade.

A teoria do Labeling Approach, ou seja, a teoria do etiquetamento, nos apresenta que a sociedade atribui rótulos aos indivíduos. É importante ressaltar que, pessoas que passam pelo sistema prisional, que tem suas condutas criminalizadas,

têm atribuído a si, um rótulo difícil de se desfazer. Por conta dos preconceitos da sociedade à respeito dos mesmos, observa-se grande dificuldade de reinserção social, o que contribui para que a pessoa volte a cometer delitos até mesmo para fins de sobrevivência.

Deve-se considerar ainda, a hipótese de que esse encarceramento em massa daqueles que ainda não foram devidamente julgados, pode gerar uma revolta que a longo prazo, pode acarretar em uma organização criminosa maior e mais difícil de ser combatida. Apresentar de forma sucinta os materiais e métodos utilizados, tais como: método empregado, população e amostra, técnicas, instrumentos e procedimentos de coleta de dados e procedimentos de análise.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente buscava expor fatos a respeito do Sistema Prisional Brasileiro, relatando brevemente condições precárias encontradas na grande maioria dos presídios do país, que acabam por contrariar de forma extrema e preocupante, alguns dos direitos fundamentais do indivíduo que são previstos constitucionalmente.

Reunimos estudos constitucionais, sociais, criminológicos e estatísticos para formulação do presente estudo, com finalidade de deixar nítido a gravidade do problema de superlotação carcerária e de como isso reflete não apenas no indivíduo atingido, como na sociedade como um todo.

É de importância destacar ainda que, a prisão preventiva e provisória são também fatores contribuintes para o congestionamento do sistema jurídico e lotação das prisões. Por serem medidas que se fazem por existir para fins de segurança e emergência, ou ainda, de maneira já citada, como fator de “ultima ratio”, ele deveria ser demasiadamente menos frequente. Esse fator contribuiria para melhor garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos, com a discriminação social causada pelos estigmas impregnados á aqueles que passam pelo sistema, e ainda, aliviaria os presídios.

4.REFERÊNCIAS

BRASIL tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios. Conjur,22 de agosto de 2019. Disponível em: <Brasil tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LEI Nº 13.840 de 5 de junho de 2019.Gov.br, 06 de junho de 2019. Disponível em: LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019 - LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019 - DOU. Acesso em : 30 mar. 2021.

MEDIDAS cautelares diversas da prisão.Jus, janeiro de 2020. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/78955/medidas-cautelares-diversas-da-prisao. Acesso em: 31 mar. 2021.

PRESIDÊNCIA da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, Artigo 282. Planalto, [s.d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.403%2C%20DE%204%20DE%20MAIO%20DE%202011.&text=Altera%20dispositivos%20do%20Decreto%2DLei,cautelares%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

PRESIDÊNCIA da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei nº 5.349, de 3 de novembro de 1967, Artigo 312. Planalto, [s.d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/l5349.htm#:~:text=da%20autoridade%20policial.-,Art.,e%20ind%C3%ADcios%20suficientes%20da%20autoria. Acesso em 30 de mar. de 2021.

SENADO aprova projeto que altera política nacional sobre drogas.Senado Federal,15 de maio de 2019. Disponível em : Senado aprova projeto que altera política nacional sobre drogas. Acesso em: 31 mar. 2021.

SOB lei espanhola, 69% dos presos por tráfico no Brasil estariam livres. CartaCapital,24 de julho de 2015. Disponível em: Sob lei espanhola, 69% dos presos por tráfico no Brasil estariam livres - CartaCapital. Acesso em : 30 mar. 2021.

CRISE CARCERÁRIA BRASILEIRA.

SANTOS, João Pedro Bonini dos[177]

LIMA, Pedro Harthur Soares de[178]

ROSAS, Rudy Heitor[179]

RESUMO: A realidade vigente sobre mais de 860 mil brasileiros detidos em nosso país está se tornando cada vez mais visível para toda a sociedade brasileira. Visto isso, se faz necessário este trabalho, para que ajude a reconhecer os problemas apresentados. Desde a má gerência dos presídios, junto com sua abundante população carcerária ligada a quase inexistente infraestrutura de presídios, e comparando-os com os sistemas de prisão-modelo. Tem como objetivo a conscientização e suas várias iniciativas para a melhora do sistema carcerário brasileiro.

Palavras-chave: População Prisional. Crise Carcerária. Prisioneiro. Inserção social. Superpopulação.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento vertiginoso da população prisional e a grande deficiência de vagas é um fato nítido na atual sociedade brasileira, em 2020, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o país teve uma alta e chegou a atingir 860 mil presos em todos os regimes, onde 43% dos indivíduos não foram julgados e contando com mais de 361.469 mandatos de prisão.

Justifica-se o estudo da população carcerária por falta de esforços dos governos dos estados, e a falta de estrutura e condição de vida dos detentos, onde criação de novas unidades prisionais não deve ser o único fator analisado pelo governo e sim apenas mais um fator num leque imenso, onde deve se estudar e melhorar a gestão dos sistemas penitenciários estaduais, melhorando a qualidade e buscar uma estratégia para mudança. A situação desumana de um detento em más condições de vida leva a acreditar que com isso o número de reincidência criminal segue aumentando.

Objetivando tal estudo para provar e convencer que o sistema carcerário no brasil é precário, falho e mísero como um todo, demonstrando possíveis meios

[177] Autor. Acadêmico do curso de Direito, Segundo Período, Centro Universitário Campo Real.
[178] Autor. Acadêmico do curso de Direito, Segundo Período, Centro Universitário Campo Real.
[179] Orientador. Professor da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito do Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.

coerentes para a melhoria do mesmo. Este estudo terá dados, relatos e situações do tal sistema, onde busca-se uma direção para o caos que é o sistema do cárcere.

2 PRESÍDIO COMO SISTEMA VIOLENTO

É importante destacar que a prisão tem evoluído para dar aos presidiários seus direitos, embora seja um instrumento de punição, bem como um instrumento de reintegração do indivíduo em todos os níveis. Parte desses direitos inclui a possibilidade de escolher e frequentar atividades e ações de educação e formação profissional, bem como o acesso ao trabalho. Porém, a ideia do interior de um presídio ainda é, para quem está no exterior, algo que gera algumas apreensões. Além disso, a sociedade busca se distanciar dessa realidade, exigindo apenas sua segurança do presídio, ou seja, a própria sociedade pede, de alguma forma, que o presídio seja um espaço fechado para o exterior, dando a percepção de que quando os indivíduos transgressores estão fechados, a sociedade está mais protegida e livre de perigos. A verdade é que a sociedade rotula negativamente os indivíduos que têm comportamentos desviantes e os penaliza de uma forma que prejudica sua reintegração "O objetivo da Reinserção é a autonomia, no sentido do indivíduo adquirir a capacidade, a liberdade e ao direito de se autodeterminar" (CARVALHO, 2007). Porém, mesmo após o cumprimento da pena instituída e o consequente pagamento de sua dívida para com a sociedade, o indivíduo não se livra do rótulo, o que torna mais complicada ainda sua inserção na sociedade. Mas é importante não esquecer que estes fazem parte da sociedade em que vivemos e, como tal, têm os mesmos direitos que qualquer outro cidadão.

Os principais problemas no sistema prisional brasileiro são: superpopulação carcerária, presídios sem as mínimas condições de higiene, programas de trabalho e assistência ao apenado, controle dos presídios por facções criminosas, mistura de presos provisórios (sem julgamento) com presos já condenados, ausência de classificação e separação dos presos por delitos cometidos, além de lentidão na análise dos processos de progressão de regime prisional. Especialistas apontam que políticas eficientes de acesso ao trabalho e educação nos presídios são uma forma eficaz de combater a reincidência no crime. Mas faltam investimentos nessa área. No Brasil, a porcentagem de presos que atendem atividades educacionais é de apenas 11%. E só 25% dos presos brasileiros realizam

algum tipo de trabalho interno ou externo (INFOPEN 2019). Um dos modelos elogiados é o da APAC (Associação de Proteção e Amparo aos Condenados), que funciona em três dezenas de unidades prisionais de Minas Gerais e no Espírito Santo, na Apac, os presos ficam em contato constante com suas famílias e comunidade e aprendem novas profissões. O modelo tem uma forte ligação com a religião cristã – fato criticado por alguns especialistas. Suas características principais são proporcionar aos presos contato constante com suas famílias e comunidade, ensinar a eles novas profissões como a carpintaria e o artesanato, e não usar agentes penitenciários armados na segurança. Uma das principais vantagens do sistema é a baixa taxa de reincidência dos detentos no crime – entre 8% e 15%, nos presídios comuns ela pode chegar a 70%, de acordo com a entidade (KAWAGUTI, 2017).

Mas para que o modelo dê certo, os presos (dos regimes fechado e semiaberto) que participam dele são cuidadosamente selecionados. Detentos com histórico de violência e desobediência, além de líderes de facções criminosas, geralmente não têm acesso a essas unidades. Mesmo assim, o índice de fugas ainda seria maior que o do sistema penitenciário comum. O modelo da Apac é interessante e funciona muito bem para os presos menos perigosos já que eles são a grande maioria. A educação prisional favorece a reintegração do indivíduo na sociedade. Segundo levantamento do próprio CNJ, só três em cada dez condenados receberam penas alternativas. Para o ministro Dias Toffoli, Presidente do CNJ, as novas diretrizes representam “uma saída para o caos”

> É essencial que essas pessoas contem suas histórias para a sociedade e contribuam para a construção de políticas públicas efetivas. Ao mesmo tempo, a luta pelo desencarceramento é constante e diversa em cada região do país, necessitando de estratégias locais, a maior parte das pessoas presas está detida por crimes patrimoniais ou crimes praticados sem violência. São pessoas que poderiam ser responsabilizadas de maneira mais eficiente e menos custosa. (TOFFOLI, 2015).

Porém, em uma sociedade na qual 57% da população defende a afirmação “bandido bom é bandido morto”, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, métodos de ressocialização e humanização do preso soam como regalias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso desenvolver programas educacionais no sistema penitenciário que visem alfabetizar e construir a cidadania dos presos. A conscientização deve ser

uma das maneiras para a transformação do mundo dos presos, pois através da ação-reflexão é que formaremos novos cidadãos. Cabe ao poder público e a sociedade em geral se preocuparem e se comprometerem com a educação.

A função do sistema público, várias iniciativas poderiam ser tomadas, como a revisão de todo o modelo prisional, todavia, toda e qualquer reforma que se possa pensar, passa, no momento atual, pela necessidade de geração de maior número de vagas carcerárias, porém, simples aumento de vagas, não é a resposta a todas as demandas, é cogente, que os presídios tenham estruturas, capazes de abrigar seus detentos, maiores e finalidades melhores. Quanto à visão da sociedade, ressalta-se a necessidade de uma mudança de cultura, com uma visão mais humana, pois estamos falando de cidadãos que o estado cessa a liberdade, não a dignidade.

Nesse sentido, é necessário considerar que a ressocialização é uma ação desafiadora para o país e os detidos, pois as tentativas de ressocialização no ambiente prisional mostram que a obsolescência, superlotação, descaso, são algumas das violações que o sistema prisional tem sofrido, contribuindo para a reincidência. Como todos sabemos, há exceções para todas as regras, mas esta abordagem agressiva mostra as desvantagens dos ataques à ressocialização. De acordo com a doutrina utilizada como referência neste estudo, esse entendimento de humanidade é possível haver uma ressocialização por meio de um sistema não violento como as prisões-modelo tipo Apac, onde o preso é tratado como um ser humano para sua reintegração na sociedade de forma rápida e não danosa psicologicamente ao preso.

4 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Salo de, **Manual de Boas Práticas em Reinserção**. (1º caderno), Enquadramento Teórico. IDT, Lisboa, 2007.

DULLIUS, Anádio. **Análise do sistema prisional brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/analise-do-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 26 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

ZAMITH JUNIOR, Carlos. **Lugar de bandido é na cadeia**. Será? Disponível em: <http://www.diariodeumjuiz.com/?p=2229>; Acesso em: 26 mar. 2021.

Soluções possíveis para a crise do sistema prisional do Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/como-melhorar-a-crise-do-sistema-prisional-do-brasil/>. Acesso em 27 mar. 2021.

Dados sobre a população carcerária do Brasil são atualizados. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados>. Acesso em 25 mar. 2021.

População carcerária no Brasil aumenta e número chega a 860 mil. 2020. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/2126520-populacao-carceraria-no-brasil-aumenta-e-numero-chega-a-860-mil>. Acesso em 25 mar. 2021

Presídios sem polícia, uma utopia real no Brasil. 2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/24/politica/1503582779_209546.html>. Acesso em 25 mar. 2021

DA PREVISÃO LEGAL DO VOTO

PLETSCH, Fabio Pletsch[180]

RESUMO: Aborda-se neste trabalho, as possibilidades do exercício do voto do cidadão, sua previsão e quais as características do voto, descrevendo sobre os direitos políticos, soberania popular, sufrágio universal e seu respectivo respaldo legal, com pesquisa de bibliografias pertinentes. Elucida-se o estudo sobre a legalidade do voto, abordando sobre sua previsão, bem como as singularidades que envolvem o direito ao voto.

Palavras-chave: Voto. Soberania. Sufrágio

1 INTRODUÇÃO

De suma importância no cenário atual do pais, os direitos políticos e a forma de manifestação do cidadão são direitos que almejam uma maior abordagem no campo social, onde verifica-se a necessidade de abordar as formalidades legais sobre o voto, discorrendo sobre sua previsão legal, onde há o estudo de dispositivos legais que tragam respaldo em relação ao direito ao voto, em continuidade com o assunto estuda-se sobre a importância de direitos políticos e quais seus impactos perante a elegibilidade do sujeito.

Elucida-se sobre o direito ao sufrágio universal e a soberania popular discorrendo sobre a importância e necessidade destes institutos. Com o uso de pesquisas bibliográficas busca demonstrar a importância do tema para o conhecimento da população sobre o contexto de cenário político.

2 DESENVOLVIMENTO

A Constituição assegura ao povo o direito de participar nas decisões políticas do estado, por meio do modelo de estado democrático, há a possibilidade de o povo opinar nas decisões políticas do estado, sendo assim, todos possuem direitos políticos.

Os direitos políticos possuem quatro modalidades de gozo desses direitos, sendo elas, segundo Uadi Lammêgo Bulos, divididas em dois tópicos: o primeiro

[180] Qualificação. Na qualificação o acadêmico deve indicar o curso, o período e a Instituição de Ensino. As informações devem ser separadas por vírgula.

refere-se à modalidade de exercício que se subdivide em direitos políticos ativos que, estão ligados diretamente a capacidade eleitoral ativa, onde, os titulares desse direito comprovaram os requisitos perante a Justiça Eleitoral e são portadores do título de eleitor, ou seja, tem o direito de votar em eleições pois preencheram os requisitos de alistabilidade. A segunda modalidade diz respeito ao direito de ser votado, estando preenchidas as condições legais e constitucionais de elegibilidade, sendo os direitos políticos passivos. O segundo tópico refere-se a modo de participação no processo eleitoral que, são os direitos políticos positivos e negativos. Os diretos políticos positivos que, se desdobra em várias espécies que asseguram o direito de participação do povo no processo político eleitoral, abordando a capacidade eleitoral ativa e passiva configurando dessa forma o direito ao sufrágio.

Já os direitos políticos negativos incidirão em casos excepcionais, pela regra do prevalecimento total do gozo dos direitos políticos. São exceções que privam o cidadão de participar do processo eleitoral através da perda definitiva ou da suspensão dos direitos políticos, são classificados como negativos por negarem ao cidadão o direito de votar e ser votado a depender do grau de restrição previsto na Constituição Federal. Com isso, o cidadão não pode eleger, ser eleito exercer função pública ou exercer atividade político-partidária, ou seja, tem conexão direta com as inelegibilidades. (BULOS, 2017, p. 514)

Ante a previsão do artigo 14 da Constituição Republicana Federativa do Brasil, o qual diz: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”. (BRASIL, 1988)

Entende-se por soberania a o máximo do poder extraída da soma dos atributos de cada indivíduo, encarregado de escolher os seus representantes no governo através do sufrágio universal e do voto direito, secreto e igualitário. Com isso, entende-se que o povo é detentor do poder de escolher aqueles que irão representá-los durante o mandato eletivo. (BULOS, 2017, p. 515)

O sufrágio universal é o direto que todo o cidadão tem de votar e ser votado, ou seja, a aprovação dos eleitores aquele candidato que concorre a um cargo eletivo para que estes garantam a estabilidade do Estado Democrático de Direito. Tal feito só é possível graças a democracia, o regime de governo adotada no Brasil, onde, pode-se entender como o Poder do povo e para o povo.

A Constituição Federal em seu texto não trata de conceituar os termos democracia e estado democrático, deixando a cargo da doutrina estabelecer conceitos

para tais termos. Inicialmente, para compreensão, cabe apontar o que é Estado. Existindo vários conceitos de diversos autores sobre o tema, Dalmo de Abreu Dallari destaca que é uma “ordem jurídica soberana, que tem por fim o bem comum de um povo situado em um determinado território”. (DALLARI, 2011, p. 122)

A Constituição Federal de 1988 traz no caput do artigo primeiro ”A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito”. Preliminarmente, cabe destacar a diferença entre estado de direito e estado democrático de direito, nas palavras de Alexandre de Moraes:

> O Estado de Direito caracteriza-se por apresentar as seguintes premissas: (1) primazia da lei, (2) sistema hierárquico de normas que preserva a segurança jurídica e que se concretiza na diferente natureza das distintas normas e em seu correspondente âmbito de validade; (3) observância obrigatória da legalidade pela administração pública; (4) separação de poderes como garantia da liberdade ou controle de possíveis abusos; (5) reconhecimento da personalidade jurídica do Estado, que mantém relações jurídicas com os cidadãos; (6) reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais incorporados à ordem constitucional; (7) em alguns casos, a existência de controle de constitucionalidade das leis como garantia ante o despotismo do Legislativo. (MORAES, 2018, p. 39)

O autor também destaca que Estado Democrático de direito:

> Significa que o Estado se rege por normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo, bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais é proclamado, por exemplo, no caput do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, que adotou, igualmente, em seu parágrafo único, o denominado princípio democrático. (MORAES, 2018, p. 40)

O termo democracia é apresentado na Constituição como o regime de governo, ou seja, um governo democrático onde a população tem voz sobre a escolha de seus representantes. É um poder do povo destinado ao povo, é a possibilidade de escolher, por meio do voto, quem serão seus representantes nos poderes Executivo e Legislativo nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal. Em síntese, é a possibilidade de agir conforme seus ideais e expor suas ideias.

A democracia se divide em direta e indireta (ou representativa). Democracia direta decorre diretamente da soberania popular, na qual, o povo, diretamente, toma uma decisão política, tendo seus instrumentos com respaldo na Constituição Federal, sendo eles, referendo, plebiscito e iniciativa popular. Referendo

é uma forma de consulta popular, forma de consultar a população a respeito de um determinado tema. Ocorre após, depois, que o ato/lei já foi criado. A população vai até as urnas para ratificar/concordar. Um exemplo que ocorreu no Brasil foi o referendo que ocorreu para a manifestação da população sobre a comercialização de armas de fogo e de munição no território nacional. Plebiscito é uma forma de consulta popular, forma de consultar a população a respeito de um determinado tema. É feita de forma prévia, anterior. A população vai autorizar a tomada da decisão. A iniciativa popular é uma possibilidade de o povo iniciar um projeto de lei, um processo legislativo. Possui alguns requisitos constitucionais, sendo eles: Aprovação (assinatura) de 1% (um por cento) do eleitorado nacional dividido em pelo menos 5 (cinco) estados da federação e em cada um dos estados não pode haver menos de 3/10% (três décimos por cento) de representação. (BULOS, 2017, p. 516-518)

A democracia Indireta ou representativa é exercida por meio de representantes eleitos, na qual eles tomam escolhas pela população que os elegeu nos termos da Constituição Federal. A Constituição Brasileira adotou a democracia semidireta ou participativa que conjuga elementos da democracia direta e da indireta.

Importância destes termos para o processo eleitoral se dá quando, dentro de uma ordem jurídica soberana há um povo, que seguindo a Constituição de sociedade, toma suas decisões por meio da democracia escolhendo um representante para tomar as decisões em seu nome. Com isto se traz a necessidade de haver uma forma de o povo decidir sobre seus governantes, existindo a opção de escolha, a critério da maioria, dentre diversos nomes possíveis para o determinado cargo eletivo. Há uma ideia de que a escolha, dentro de um processo de eleição de um governante, deva ser soberana divergindo sobre o que acontece nas escolhas da população. Não é a vontade de todos e sim a vontade da maioria conforme as porcentagens de votos exigidas para cada cargo eletivo.

O termo popular, “onde há fumaça, há fogo” se emprega como uma exemplificação do voto, pois, havendo uma previsão legal existem requisitos a serem cumpridos. Inicialmente, entende-se que o voto é o exercício do sufrágio, onde, sem o voto o sufrágio não se concretiza. O voto, conforme a redação constitucional, é direto sendo assim, é uma escola individual e independente do eleitor não havendo assim, interferência de terceiros. É secreto, onde é emitido por sigilo sem interferência alheia na qual, são adotados critérios próprios de autenticidade. O direito ao voto é igual para todos, não havendo a possibilidade de se votar mais de uma vez no mesmo candidato

causando reflexo direto com o princípio da isonomia, trazendo a mesma importância política para cada cidadão. Assim como o alistamento eleitoral, o voto é obrigatório aos maiores de 18 anos. Uadi Lammêgo Bulos ressalta que:

> É importante que se compreenda o espírito do voto obrigatório. Ele não significa uma restrição à liberdade do voto. O seu objetivo é compelir o eleitor a comparecer a zona eleitoral para manifestar uma preferência. Esta, por sua vez, dentro de uma concepção democrática, é livre e soberana, resumindo-se na utilização da urna eletrônica e, finalmente, na assinatura na folha individual de votação. (BULOS, 2017, p. 519)

Há uma exceção para a obrigatoriedade do voto, sendo, o voto facultativo. Onde, o descumprimento deste ato não gerará qualquer sanção jurídica par aquele que não o emite. Havendo esta hipótese, o eleitor não ficará privado de benefícios oriundos dos direitos políticos. São casos de voto facultativo, os analfabetos, podendo este alistar-se e votar se quiser, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e os menores de dezoito anos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do poder atribuído ao povo pela Constituição Federal, o poder de escolher seus representantes no âmbito do executivo e do legislativo, os eleitores aptos a realizarem esta escolha, usufruem do poder constitucionalmente previsto e visam conduzir ao cargo eletivo o candidato que melhor atende a seus interesses.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 17 mai. 2020

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 1892.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. – 32. ed. rev. e atual. até a EC nº 91, de 18 de fevereiro de 2016 – São Paulo: Atlas, 2016..

JUVENTUDE E POLÍTICA

LIMA, Pedro Harthur Soares de[181]

RESUMO: O presente trabalho é referente sobre as relações entre juventude e política, objetiva-se com ele trazer para o meio acadêmico informações e suscitar o debate acerca do assunto. Para se chegar as explanações feitas, foi utilizado de pesquisa bibliográfica através da plataforma Scielo.org. Chegou-se a considerações em relação aos jovens e à política como a falta do sentimento de representação dos jovens pelas instituições democráticas, mas a disponibilidade de participação em pautas pontuais.

Palavras-chave: Juventude. Política. Movimentos Sociais. Espaço.

1 INTRODUÇÃO

De forma geral, esta pesquisa trata sobre a relação entre a juventude e a política, como os jovens se comportam frente a ela, sua importância para sociedade e discute sobre os espaços e ambientes que os jovens têm para participarem da política. Trata-se dos afastamentos e aproximações que há entre eles.

Discussões recentes feitas sobre o tema mostram uma tendência cada vez maior dos jovens de se afastarem da política partidária e como eles não se sentem representados dentro dela ou pelas instituições democráticas. A participação e a atuação da juventude na política, seja ela partidária ou não, é essencial para a democracia, os jovens formam uma grande parcela da sociedade que merece visibilidade e representatividade e tem muito a contribuir politicamente e socialmente. É necessário análise e discussão desse tema que é tão importante para a construção de um país e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Objetiva-se fazer explanações e fomentar o debate do meio acadêmico sobre o tema, e sua relevância. Questionar se existe espaço suficiente para que aconteça de forma saudável e proveitosa a participação e atuação dos jovens e se há compreensão por parte da sociedade.

Para tanto foi feita uma pesquisa bibliográfica para tratar aqui de um resumo de assunto, o ambiente de pesquisa utilizado foi a plataforma Scielo.org, de onde foi retirado a maior parte das referências utilizadas. Foram acompanhados

[181] Autor, acadêmico, Curso de Direito, 2° Período, Centro Universitário Campo Real.

autores como Kimi Tomizaki, Marcelo Daniliauskas, Olívia Cristina Perez e Bruno Mello Souza.

2 DESENVOLVIMENTO

Apesar do estudo sobre as relações entre os jovens e a política não ser novidade, pode-se dizer que a produção no Brasil ainda é bem modesta. (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018). Não pode-se, ao tratar do assunto, ignorar alguns fatos ocorridos no ocidente na última década como uma crise estrutural no capitalismo, um alongamento da escolarização das novas gerações contrastando com as reduzidas possibilidades de inserção profissional e um comportamento da população em geral de descontentamento e descrença quanto à eficiência da democracia representativa, o afastamento é marcado, principalmente, pelo aumento da taxa de abstenção nas eleições (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

É evidente também que há relação do neoliberalismo com a forma como o Estado e a política estão sendo encarados, com o Estado não sendo mais visto como realizador do comum (PEREZ; SOUZA, 2020). Para além disso, os jovens da atualidade estão à sombra dos movimentos estudantis que lutaram contra a ditadura e isso redundou num discurso generalizado pela sociedade de que os jovens estão muito mais individualistas e desinteressados pela política, muito em razão também do crescimento das ideologias neoliberais (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Ao longo do século XX pode-se retirar duas concepções de espectro analítico sobre os jovens, uma que os considerava como “motor de mudanças” e outra como “potencialmente perigosos ou ameaçadores”. A partir dos anos 1960 estudos tendem a associar os jovens a ideais políticos transformadores e utópicos, muito em razão da participação dos estudantes na luta contra a ditadura militar, essa marcante atuação incorreu numa concepção de que seria típico dos jovens frente à política, levando o entendimento do desinteresse e do individualismo deles na atualidade (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018). Em 1968 os jovens e os estudantes do movimento estudantil tiveram papel central num momento de contestação, não apenas nacional, mas mundial (MÜLLER, 2021)

A instituição familiar tem um importante papel na formação política dos indivíduos, mas na juventude pode ser quando essa instituição mais é colocada à

prova, devido à formação de relações interpessoais entre amigos e colegas, na escola, na igreja, em redes associativas ou pelos desafios macrossociais aos quais os jovens estão inseridos, no contexto político, econômico, cultural (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

O doutor em sociologia, docente e pesquisador Antonio Teixeira de Barros tem um posicionamento diferente de outros autores como Kimi Tomizaki e Marcelo Daniliauskas ao dizer que devido à idade o interesse dos jovens é menor pela política, mas com o passar do tempo ganha maturidade e passa a se envolver mais devido às relações pessoais (BARROS, 2018). Já para alguns autores, o “olhar adulto” sobre essa relação dos jovens com a política muitas vezes leva a desconsiderar a vivência e os desafios do cotidiano juvenil e sua capacidade de articulação e de organização própria de participação política (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Pesquisas empíricas e o debate teórico mais recente apontam que menos do que apáticos e desinteressados pela política, os jovens estão desiludidos com a “política tradicional” e com as instituições, por conhecer e reprovar suas práticas, o que implica em uma descrença com as eleições, com os partidos e com os homens políticos desestimulando o engajamento nas organizações políticas (partidos, sindicatos, movimento estudantil) (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018). Isso pode ser confirmado em uma pesquisa realizada em 2014 pelo Instituto Data Popular[182] com 3500 jovens brasileiros que tinham entre 16 e 33 anos, onde se constatou que uma fatia bastante expressiva, mais especificamente 59%, desses jovens acreditavam que a política do País estaria melhor se não existissem partidos políticos.

Ainda os autores apontam a necessidade de que a análise sobre a participação política dos jovens seja acompanhada com as condições efetivas e os espaços reais para esse engajamento. Se há estímulos por parte da sociedade, do Estado, da escola e da família para que isso ocorra, se realmente são criados ambientes e situações para exercício e aprendizagem da vida coletiva e da participação social. Ressaltando também que falar de juventude significa falar de juventudes, levando em conta as determinadas condições sociais, econômicas, culturais, religiosas, geográficas e de gênero. (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

[182] Informação retirada da revista Isto É, disponível em: https://istoe.com.br/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA/, acesso: 13 set. 2021.

Além de tudo, pesquisas apontam que os jovens estão motivados para participarem de mobilizações pontuais, com temas concretos e práticos, um “engajamento fluído” objetivando resultados imediatos. E, apesar de minoritários, os jovens que militam para movimentos considerados de esquerda ou direita não podem ser ignorados, mesmo por sua capacidade de mobilização, influência e transformação e apontar outras modalidades de engajamento juvenil como as artísticas, esportivas e religiosas. (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018). Aponta-se a preferência do jovem por políticas imediatas, muito em razão de suas relações sociais e de seus interesses (BARROS, 2018)

Como exemplo podemos colocar os coletivos universitários Os trabalhos existentes mostram algumas de suas características como informalidade, pautas múltiplas e pontuais, fluidez, horizontalidade e presença nas mídias digitais. Esses coletivos também se afirmam apartidários e expressam descrença com a política tradicional, com os políticos e os partidos (PEREZ; SOUZA, 2020).

Os coletivos universitários possuem bandeiras pontuais e diversas, com os maiores destaques sendo o feminismo, a defesa dos direitos e LGBT+, a luta contra o racismo, etc (PEREZ; SOUZA, 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em tudo que foi evidenciado através dos trabalhos de outros autores, pode-se e deve-se ressaltar ainda mais alguns pontos importantíssimos e que devem ancorar o debate e os estudos que são e que ainda serão feitos sobre o tema, a relação entre a juventude e a política.

Primeiro a definição de que um olhar “adulto” sobre essa relação não interfira no real sentido dela, há de se concordar que os jovens não só podem como têm suas características e formas próprias de participarem, debaterem, se mobilizarem e se articularem politicamente e suas particularidades não devem ser consideradas imaturas, apenas próprias.

Muito menos, deve-se olhar sob um viés de que seus engajamentos políticos são errados ou incapazes de promover mudanças e causar impactos, a criatividade do jovem e suas particularidades de sua relação com a política devem ser respeitadas e compreendidas pela sociedade como legítimas e capazes. Ressalta-se ainda que

menos do que apáticos os jovens não se sentem representados pela forma como as atuais instituições políticas formais e partidárias os compreendem e isso diz muito sobre o afastamento deles da política partidária.

A criação de mais ambientes confortáveis aos jovens para que eles se expressem e se manifestem politicamente, esses lugares devem ser ampliados em conjunto entre diversas instituições sociais, desde a família, a escola, a faculdade, o trabalho, o círculo de amigos, círculo cultural, até propriamente na política partidária. Pois certamente a falta desses espaços somada com encarar a participação deles como imatura e incapaz no lugar de encarar como própria e com a falta de representatividade nos meios formais servem para a sensação de que eles não têm interesse pela política, quando na realidade eles podem estar sendo silenciados.

4 REFERÊNCIAS

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas**. Pro-Posições [**online]. 2018, v. 29, n. 1, pp. 214-238. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0126 > Acesso em: 15 mai. 2021.

PEREZ, Olívia; SOUZA, Bruno. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa [online**]. 2020, v. 46, e217820. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217820> Acesso em: 20 mai. 2021.

BARROS, Antonio. Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. **Sociedade e Estado** [online]. 2018, v. 33, n. 3, pp. 849-886. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201833030009 > Acesso em: 20 mai. 2021.

MÜLLER, Angélica. O "acontecimento 1968" brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. **Revista de História** (São Paulo) [online]. 2021, n. 180, a03920. Disponível em: < https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.168586 > Acesso em: 24 jun. 2021

RODRIGUES, Alan. O que os jovens pensam sobre a política. **Isto É.** 2014. Disponível em:<https://istoe.com.br/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA/ > Acesso em 13 set. 2021

VISÃO DOS GESTORES COM BASE NA VOLATILIDADE E INCERTEZA SOB A ÓTICA DO AMBIENTE VUCA NO MERCADO DE *COMMODITIES* EM GUARAPUAVA-PR EM PERÍODO PANDÊMICO

HOPKO, EMANUELLE Andrade[183]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes[184]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar o panorama de ações e formalização de práticas empresariais de acordo com a advento da pandemia e do isolamento social, e se houve o aumento de Volatilidade e das Incertezas nas empresas e indústrias de *commodities* de Guarapuava-PR. Através destas informações é possível analisar quais estratégias as empresas colocaram em prática no curto período para sobreviverem. Como delineamento metodológico, foram entrevistados gestores de duas empresas de *commodities*, com relação às percepções ambientais sobre essas duas variáveis do ambiente VUCA, utilizando-se de perguntas abertas e análise de conteúdo qualitativo.

Palavras-chave: Volatilidade. Incerteza. Estratégia. Autoconhecimento. VUCA.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade já vivenciou diversos momentos sombrios, em decorrência de pandemias, que acarretaram grandes crises mundiais e retrocessos econômicos (TROI, QUINTILIO, 2020). No começo do século XX um vírus ainda desconhecido começava a aterrorizar a África e Europa, contaminando milhares de pessoas, onde cerca de 100 milhões infelizmente vieram a óbito.

A origem da pandemia do COVID-19 ocorreu na China em 2019, caracterizada pelo rápido poder de disseminação do vírus, foi necessário apenas alguns meses para que se espalhasse pelo mundo. Segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS, 2021), o Brasil já teria ultrapassado no primeiro trimestre de 2021 o número de 13.673.507 casos e 361.884 mortes, agravando a crise sanitária no país e tornando um epicentro de descontrole epidemiológico.

O cenário atual em decorrência da pandemia pode ser caracterizado por uma série de mudanças e rupturas no qual pode-se notar o quão necessário é o uso da estratégia. Através de dados (SEBRAE, 2020) os setores mais afetados foram os

---

[183] Acadêmica do 6º período de Administração do Centro Universitário Campo Real.

[184] Professor Orientador, Mestre em Desenvolvimento Regional (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PPGDR-PB), Mestre em Engenharia de Produção (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PPGEP-PG).

ramos de turismo e atividades físicas, que tiveram uma queda de 94% a 97% em seu faturamento.

Até o começo dos anos 2000 os empresários brasileiros descartavam o planejamento estratégico, mas a imprevisibilidade existe, e é preciso tomar ciência dela. Uma estratégia bem elaborada aliada a inovação permite rápida adaptação a cenários caóticos (WEBER, FERNANDES, 2007).

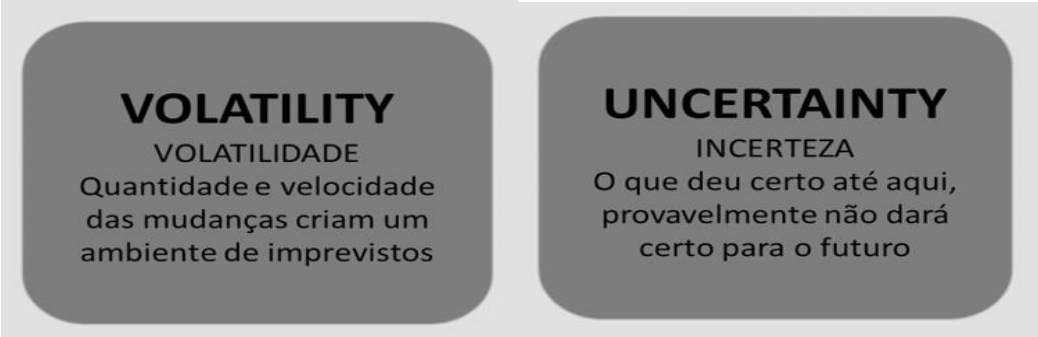
Tendo em vista esse cenário, o objetivo central do artigo consiste em avaliar o panorama das indústrias de médio e grande porte de commodities de Guarapuava-PR, levando em conta o período antecedente e durante o período pandêmico de 2020-2021, diante das características VUCA: com base na *Volatility* (Volatilidade), *Uncertainty* (Incerteza).

2 DESENVOLVIMENTO

O surgimento do ambiente VUCA ocorreu logo após o fim da guerra fria (1947-1991), é nesse momento que entra em cena a globalização e o capitalismo, ocorrendo um remodelamento da economia global. O *U.S. Army War College* foi o primeiro a utilizar esse termo para narrar os acontecimentos desse período (ABRAHAM, 2019). Ainda segundo Lawrence (2013) as siglas em inglês que formam o termo VUCA são: *Volatility, Uncertainty, Complexity, Ambiguity,* essas palavras descrevem como foi o período anárquico pós-guerra, que ao decorrer dos anos acabou se tornando banal, que está presente atualmente.

As definições de cada termo separadamente do VU, encontram-se na Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Aspectos principais de Volatilidade e Incerteza



Fonte: Carreira Vuca (2021)

As informações foram coletadas por meio de um questionário com 2 perguntas com base na Volatilidade e Incerteza, respectivamente, uma pergunta para cada variável. Essas indagações se propuseram a relatar o impacto da pandemia nos anos de 2020 e 2021.

A criação do questionário foi realizada na plataforma online Google Forms®, gratuita e disponível de forma virtual. Os respondentes escolhidos para responder a pesquisa foram gestores das empresas e indústrias de *commodities* de Guarapuava- PR. São empresas de médio e grande porte dos segmentos de Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados (correspondente à Empresa A) e Implementos Agrícolas (correspondente à Empresa B). Com base na Volatilidade, foi elaborada a seguinte pergunta, representada pela Figura 1:

Figura 2 - Quanto, em percentual, você acredita que melhorou/piorou a empresa no geral, nesses 02 últimos anos? Por que? (*Volatility*)

RESPOSTA EMPRESA A: Melhorou 20 % , aumentou o faturamento.
RESPOSTA EMPRESA B: Devido a pandemia Covid-19, a empresa tem passado por alguns momentos delicados nestes últimos dois anos(2020/2021). No entanto, considerando um cenário excluindo este gargalo, pode-se considerar que a empresa comparada ao período anterior (2018/2019) teve uma melhora significativa, onde no final de 2018 inovou nos seus processos, migrando para uma clientela nova. Desta forma, nos últimos dois anos tivemos um aumento em 2,5% no faturamento bruto, em torno de 12 milhões de reais a mais no ano.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao verificar as respostas e confrontá-las com o contexto e caracterização de Volatilidade, é possível perceber que requer de a liderança antecipar e reagir à velocidade dessa mudança. Como o homem sozinho possui racionalidade limitada perante ambientes complexos e voláteis (BAZERMAN E MOORE, 2010) a grande volatilidade de mudanças em pouco tempo também nos apresenta um problema. A espécie humana evoluiu gradualmente ao longo do tempo e de forma relativamente linear, em ambientes onde causa e efeitos eram correlacionáveis e previsíveis.

Consequentemente, isso foi parte íntegra do 13 desenvolvimento de muitas das coisas que construímos, tanto em teoria (resultado do um pensamento tradicional mecanicista, aquele onde as coisas são racionais, previsíveis e controláveis, existindo a premissa básica de estabilidade e ordem) (LIENING, 2013)

Figura 3- Com base nos últimos dois anos você tem clareza nos objetivos e investimentos a curto e longo prazo? (*Uncertainty*)

RESPOSTA EMPRESA A: Sim.
RESPOSTA EMPRESA B: Sim. Nossos objetivos nos últimos dois anos e para os próximos é manter-se ativamente no mercado, onde nossos investimentos estão sendo na forma de renovação da frota de veículos operacionais (caminhões/carretas/siders/silos), nos adaptando ao que o mercado exige, buscando prestar nosso serviço com qualidade e eficiência.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os princípios de incerteza, podem ser vistos diante da análise e podem ser confrontadas as informações imediatas são necessárias para tomada de decisão para ser o mais assertivo mesmo sem ter total certezas (incerteza) ou uma direção clara. Com base na resposta da empresa A e B “Com o aumento da volatilidade do ambiente, é cada vez mais difícil prever o futuro.

Enquanto no passado os modelos de regressão estatística eram capazes de prever o futuro, hoje torna-se cada vez mais difícil extrapolar desenvolvimentos futuros e vinculá-los a uma distribuição de probabilidade. A incerteza também pode ser descrita como falta de clareza para avaliar adequadamente uma situação para identificar desafios e oportunidades (KAIL, 2010 apud MACK et. al., 2016, p. 6): 16

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas nota-se que a Volatilidade e Incerteza ocorrem a variação de ambiente e consequentemente, de ações para melhoria organizacional tem se mostrado cada vez mais pertinente aos cenários de mudanças (ELKINGTON, 2017).

Quando considerado um momento pandêmico ou de recessão, as necessidades de análise se tornam aprofundadas e prioritariamente expostas aos gestores e envolvidos. Com base nessa pesquisa foi analisado CA que será relatado em outro artigo com base no VISÃO DOS GESTORES COM BASE NA VOLATILIDADE E INCERTEZA SOB A ÓTICA DO AMBIENTE VUCA NO MERCADO DE *COMMODITIES* EM GUARAPUAVA-PR EM PERÍODO PANDÊMICO. Vivemos em um mundo conectado, mas instável, onde a estabilidade é a fase passageira, a instabilidade é a norma e a complexidade está se acumulando. Nosso mundo, como a pilha de areia, é volátil - as coisas mudam, mudam rapidamente e por razões além

do nosso controle. É incerto - ganhar convicção sobre os resultados futuros é cada vez mais desafiador" (CASEY JR., 2017, p. 2)

4 REFERÊNCIAS

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Painel COVID**. Acesso em: 13 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 08 Ago. 2021.

ELKINGTON, Rob *et al*. **Visionary Leadership in a Turbulent World**: thriving in the new VUCA context. Uk: Emerald Publishing Limited, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Desemprego recua para 13,9% no 4º tri**: mas taxa média do ano é a maior desde 2012. 2020. Elaborada por: Alerrandre Barros. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30130-desemprego-recua-para-13-9-no-quarto-trimestre-mas-e-o-maior-para-o-ano-desde-2012>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas. Pesquisa de Impacto Setorial. 2021. Acesso em: 22. mar. 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/pesquisas-de-impacto-setorial,4ade7b9840a51710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 14 Set. 2021.

WEBER, Wilson; FERNANDES Polo, Edison A Imprecisão na Administração Estratégica: uma Abordagem Baseada no Pensamento Complexo. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 9, n. 24, maio-agosto, p. 75-90, 2007.

VISÃO DOS GESTORES E COLABORADORES COM BASE NA COMPLEXIDADE E AMBIGUIDADE SOB A ÓTICA DO AMBIENTE VUCA NO MERCADO DE *COMMODITIES* EM GUARAPUAVA-PR EM PERÍODO PANDÊMICO

HOPKO, EMANUELLE ANDRADE[185]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes[186]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar o panorama de ações e formalização de práticas empresariais de acordo com a advento da pandemia e do isolamento social, e se houve o aumento de Complexidade e da Ambiguidade nas empresas e indústrias de *commodities* de Guarapuava-PR. Através destas informações é possível analisar quais estratégias as empresas colocaram em prática no curto período para sobreviverem. Como delineamento metodológico, foram entrevistados gestores de duas empresas de *commodities*, com relação às percepções ambientais sobre essas duas variáveis do ambiente VUCA, utilizando-se de perguntas abertas e análise de conteúdo qualitativo.

Palavras-chave: Complexidade. Ambiguidade. Estratégia. Autoconhecimento. VUCA.

1 INTRODUÇÃO

O cenário atual em decorrência da pandemia pode ser caracterizado por uma série de mudanças e rupturas no qual pode-se notar o quão necessário é o uso da estratégia. Através de dados (SEBRAE, 2020) os setores mais afetados foram os ramos de turismo e atividades físicas, que tiveram uma queda de 94% a 97% em seu faturamento. Até o começo dos anos 2000 os empresários brasileiros descartavam o planejamento estratégico, mas a imprevisibilidade existe, e é preciso tomar ciência dela. Uma estratégia bem elaborada aliada a inovação permite rápida adaptação a cenários caóticos (WEBER, FERNANDES, 2007).

Cada autor possui uma visão do conceito de estratégia única, como, na análise de Porter (1999) por sua abrangência, o conceito de estratégia apresenta um paradoxo, pois exige a integração de uma série de teorias e enfoques, o que impede o completo registro de seus conceitos e abordagens. Dependendo do contexto empregado, a estratégia pode ter o significado de políticas, objetivos, táticas, metas e

---

[185] Acadêmica do 6º período de Administração do Centro Universitário Campo Real.

[186] Professor Orientador, Mestre em Desenvolvimento Regional (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PPGDR-PB), Mestre em Engenharia de Produção (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PPGEP-PG).

programas, numa tentativa de exprimir os conceitos necessários para defini-la (MINTZBERG; QUINN, 2000).

Tendo em vista esse cenário, o objetivo central do artigo consiste em avaliar o panorama das pequenas empresas de Guarapuava-PR, levando em conta o período antecedente e durante o período pandêmico de 2020-2021, diante das características VUCA: *Complexity* (Complexibilidade) e *Ambiguity* (Ambiguidade).

2 DESENVOLVIMENTO

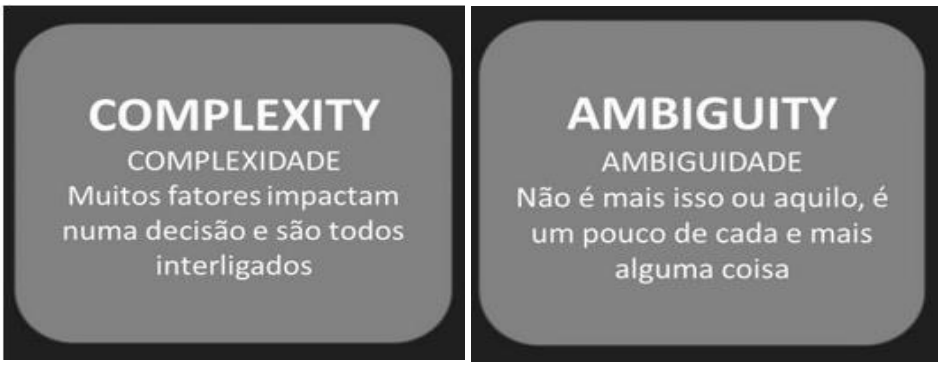
A busca pelo conhecimento sempre esteve intrínseca no ser humano, nos princípios da humanidade utilizavam mitos para tentar entender a realidade que viviam, com o decorrer dos séculos se transformou em pesquisas, artigos científicos e investigações cada vez mais aprofundadas e necessárias (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009).

Richardson (2017) explana que há uma diferença entre método e metodologia, ambas as palavras derivam do grego *méthodos*, mas não possuem o mesmo significado. Método são os mecanismos utilizados para alcançar um propósito final, já a Metodologia é a validação e análise dos procedimentos aplicados (GIL, 2017).

Segundo Lawrence (2013) as siglas em inglês que formam o termo VUCA são: *Volatility, Uncertainty, Complexity, Ambiguity,* essas palavras descrevem como foi o período anárquico pós-guerra, que ao decorrer dos anos acabou se tornando banal, que está presente atualmente.

As definições de cada termo separadamente do CA, encontram-se na Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Aspectos principais de Complexibilidade e Ambiguidade



Fonte: Carreira Vuca (2021)

As informações foram coletadas por meio de um questionário com 2 perguntas com base na Complexidade e Ambiguidade, respectivamente, uma pergunta para cada variável. Essas indagações se propuseram a relatar o impacto da pandemia nos anos de 2020 e 2021.

A criação do questionário foi realizada na plataforma online Google Formulários ®, gratuita e disponível de forma virtual. Os respondentes escolhidos para responder a pesquisa foram gestores das empresas e indústrias de *commodities* de Guarapuava- PR. Com base na Complexidade, foi elaborada a seguinte pergunta:

Figura 2- Quais as principais barreiras que impediram você de tomar decisões nos últimos dois anos? Por que? (*Complexity*)

RESPOSTA EMPRESA A: Baixa margem. Concorrência acirrada
RESPOSTA EMPRESA B: Pandemia Covid-19. Infelizmente devido a pandemia o mercado se tornou instável e complexo, sendo necessário muita cautela em qualquer decisão.

Fontes: Dados da Pesquisa (2021).

Ao verificar as respostas e confrontá-las com o contexto. Entretanto, para poder tomar uma decisão racional em um ambiente turbulento como o mundo VUCA, é necessária informação, mas informação precisa e rápida o suficiente para não perder valor e deixar de fazer sentido (SILVA, 2010).

É necessária a utilização de Sistemas de Informações Gerenciais capazes de lidar com o volume de informações que o ambiente de negócio hoje está sujeito. Como o homem sozinho possui racionalidade limitada perante ambientes complexos e voláteis (BAZERMAN; MOORE, 2010), sistemas de análise de dados em tempo real ajudam na tomada de decisão sem grande perda do valor da informação.

Bazerman e Moore ainda refletem que empresas e organizações estão enfrentando um aumento contínuo de mudanças e desafios intensos, disruptivos, frequentes em velocidades cada vez maiores.

Figura 3: Você tem dados formalizados ou sólidos para prevenir ou evitar repetições de problemas encontrados nesses últimos dois anos? (*Ambiguity*)

RESPOSTA EMPRESA A: Sim, embora fatores de mercado momentâneos sejam variáveis incontroláveis, mesmo com ótimo banco de dados.
RESPOSTA EMPRESA B: Infelizmente não temos dados na forma sólida.

Fontes: Dados da Pesquisa (2021)

Com base na resposta da empresa A e B, em contraste com a imprecisão que caracteriza uma situação por falta de clareza, na ambiguidade são permitidas interpretações específicas e distintas.

No mundo corporativo, as decisões de negócios tornam-se cada vez mais ambíguas, já que muitas vezes há mais de uma solução possível para um problema e não há um processo analítico para decidir qual opção deve ser escolhida. Se alguém perguntar a diferentes pessoas pela avaliação de uma situação específica e planos de ação, obter-se-ia respostas diferentes que seriam igualmente válidas (MACK et. al. 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas nota-se que a Complexidade e a Ambiguidade ocorrem a variação de ambiente e consequentemente, de ações para melhoria organizacional tem se mostrado cada vez mais pertinente aos cenários de mudanças (ELKINGTON, 2017).

Por isso o ambiente VUCA tem grande importância nas estratégias das empresas “[...] é complexo - nunca podemos conhecer a interação das múltiplas variáveis que devemos considerar, muito menos como integrá-las efetivamente. É ambíguo - os mesmos dados podem render interpretações múltiplas e frequentemente concorrentes” (CASEY JR., 2017, p. 2).

Com base nessa pesquisa foi analisado as variáveis V.U. (Volatilidade e Incerteza) que será relatado em outro artigo com base na visão dos gestores diante da Volatilidade e Incerteza sob a ótica do ambiente VUCA no mercado de commodities em Guarapuava-PR em período pandêmico.

4 REFERÊNCIAS

BAZERMAN, Max H.; MOORE, Don. **Processo Decisório**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CASEY Jr., George William. **Leading in a VUCA World**. Nova Iorque, Estados Unidos da América, 2017.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **CE – Impactos Coronavírus**. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/impactos-coronavirus/>. Acesso em: 12. Abr. 2021.

LAWRENCE, Kirk. **Developing leaders in a VUCA environment**. Carolina do Norte, Estados Unidos da América: Kenan-Flager Business School (University of North Carolina), 2013.

MACK, Oliver; KHARE, Anshuman; KRÄMER, Andreas; BURGARTZ, Thomas. **Managing in a VUCA World.** [S.L.]: Springer, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas. Pesquisa de Impacto Setorial. 2021. Acesso em: 22. mar. 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/pesquisas-de-impacto-setorial,4ade7b9840a51710VgnVCM1000004c00210aRCRD>.

SILVA, Lucas Leão da. A Influência da Estratégia Corporativa na Criação de Valor: um estudo de caso dos diários associados em Minas Gerais. 2010. 128 f. **Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Administração**, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Fundação Dom Cabra, Belo Horizonte, 2010.

O PAPEL DA PERÍCIA CONTÁBIL DURANTE A PANDEMIA

MONTIBELLER, Diego Henrique Wolf[187]
SANTOS, Dhyogo Domingos Vilela dos[188]

RESUMO: Esse resumo extensivo busca mostrar o papel da perícia contábil e a sua importância durante a pandemia que começou no ano de 2020 e continua no ano de 2021. Será utilizado para explicação desse papel e a importância, sites, livros e revistas online. Com a pesquisa feita, foi constatado que a perícia contábil teve que se ajustar ao novo modo de trabalho e foi importante durante a pandemia, para verificar se as empresas estavam dentro das normas, pois existem empresas que estavam se beneficiando de maneira imprópria de projetos e leis que foram divulgadas durante a pandemia.

Palavras-chave: Perícia contábil, fraude, verificação, pandemia.

1 INTRODUÇÃO

Durante o período de pandemia, a perícia contábil teve grande importância dentro da pandemia que se iniciou no ano de 2020 e continua em 2021, pois com a criação e mudanças de leis e normas, as empresas começaram a diminuir a fiscalização interna e se beneficiar de forma indevida com a criação dessas leis.

O perito contador teve que se ajustar de forma célere as novas normas que foram criadas, pois cabe ao perito contador verificar se a empresa a qual ele está verificando está dentro das normas corretas.

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar de que forma a perícia contábil exerceu um trabalho importante durante a pandemia.

2 DESENVOLVIMENTO

Conforme a NBC TP 01 (R1), de 19 de março de 2020:

> A perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente. (Brasil. Norma Brasileira de Contabilidade. 2020. Disponível em <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01(R1).pdf>, acesso

[187] Acadêmico de Ciências Contábeis, regularmente matriculado no 6º Período, Centro Universitário Campo Real.

[188] Professor Orientador do curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Campo Real.

em 30 set. 2021).

A perícia contábil teve um papel importante durante a pandemia, pois cabe a ela verificar se as empresas que o perito contador está verificando estão dentro das normas impostas pelo governo. Cabe ressaltar, que a perícia contábil teve que se ajustar de maneira tempestiva, onde a cada momento saia uma norma diferente, e a cabia ao perito contador analisar tal norma e colocá-la em prática.

Houve muitas empresas que tiveram que realizar corte de gastos, pois a pandemia, além de afetar o funcionamento das empresas, afetou o financeiro de muitas empresas, e para esse corte de gastos, muitas delas tiveram que realizar cortes de funções onde não geravam receitas, que foram as áreas de auditoria interna e a área de compliance.

Esse cortes realizados na área de compliance e de auditoria, deixaram as empresas 'míopes', onde não se tinha uma fiscalização correta na empresa, assim dando brechas para fraudes e erros nas informações contábeis.

As empresas tiveram dificuldade para realizar a falência e a recuperação judicial, pois com a pandemia, as normas para realizar o processo ficaram mais rígidas. Com o aumento da exigência para realizar a falência ou a recuperação judicial, muitas empresas acabaram não conseguindo realizar o processo por falta de requisitos mínimos para realizar tal processo.

Com esse fatores, é ai que a perícia contábil entra em ação. A perícia contábil atuou a fim de verificar a veracidade dos fatos, onde, em alguns casos, foi constatado fraudes em balanços e demonstrações contábeis, onde apresentavam valores distintos com a realidade.

Nesta aspecto desta-se o trabalho de perito contábil que atua como controle interno na gestão de risco e na governança eficaz.A adoção desta medidas auxilia da diminuição dos riscos de fraudes e em uma maior transparência nos necócios empresariais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a perícia contábil teve um papel fundamental durante a pandemia, pois com as novas normas e leis que eram criadas, os peritos tiveram que se ajustar a essas novas normas. Com a diminuição da fiscalização interna, as

empresas começaram a fraudar relatórios contábeis e cabia ao perito contador, por meio de documentos cedidos pela justiça, verificar a veracidade das informações passadas.

Fica evidenciado desta forma a importância do perito e de um controle interno eficiente que assegure boas práticas de gestão e mitigue as ocasiões de erros e/ou fraudes.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Norma Brasileira de Contabilidade**. 2020. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01(R1).pdf>. Acesso em: 30 set. de 2021.

Kiyohara, Jefferson. Pandemia: Controle de impactos e riscos de fraude e corrupção. **Rede Jornal Contábil**, 2020. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/controle-de-impactos-e-riscos-de-fraude-corrupção/>. Acesso em: 30 set. de 2021.

Agência de notícias SNEWS. Perito contábil: uma profissão que em tempos de epidemia do coronavírus exige ainda mais seus profissionais. Station News Sorocaba, 2020. Disponível em: <https://snewssorocaba.com.br/2020/07/25/comotrabalha-um-perito-contabil-durante-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 30 set. de 2021.

JACINTHO, G.C.; SERER, S.; GOMES, S.S.; VIANA, F. O combate à corrupção em tempos de pandemia e o papel do perito. **Revista ANEFAC**, 2020. Disponível em: <https://revistaanefac.com/edicao/202/governanca-2-202/>. Acesso em: 30 set. de 2021.

JÚNIOR, Ubirajara de Barros. Empresas agonizam na pandemia. **Rede Jornal Contábil**, 2020. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/empresasagonizam-na-pandemia/>. Acesso em: 30 set. de 2021.

Autor Desconhecido. Perícia contábil: Como foi a atuação da área durante o ano de 2020. Rede Jornal Contábil, 2020. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/pericia-contabil-como-foi-a-atuacao-da-areadurante-o-ano-de-2020/>. Acesso em: 30 set. de 2021.

ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO PSICANÁLITICO

ALMEIDA, Lays Amanda[189]

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo discutir o abuso sexual a partir da teoria e prática psicanalítica e propor questionamentos acerca do manejo da psicanálise na compreensão do impacto do abuso sobre o desenvolvimento psíquico do indivíduo. A problemática do abuso sexual encontra lugar de estudo na psicanálise desde questões como a histeria. O estudo também tem como proposta discutir noções de trauma na psicanálise e compreender que o mesmo surge como resposta há uma problemática que atravessa elementos isolados do psiquismo do sujeito.

Palavras-chave: Abuso Sexual. Psicanálise. Trauma. Infância. Complexo de édipo.

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual em linhas gerais se conceitua como tipo de agressão que envolve crianças ou adolescentes em que parte de um agente que esteja em estágio de desenvolvimento mais adiantado e/ou de mais poder, e tem como finalidade estimula-la ou utiliza-la para obter prazer sexual (PIMENTEL e ARAUJO, 2006). O fenômeno do abuso sexual estima-se que ocorre em 83% em situações intrafamiliares, caracterizando-se também como incesto. Outro fator importante a se considerar, é que boa parte das famílias que evidenciam casos de abuso sexual permanecem em silêncio. Apesar do número de casos ainda ser assustador, há uma deformidade nos dados, dado o fato de que os casos intrafamiliares ocorrem geralmente com crianças e adolescentes de 12 e 18 anos que são inviabilizadas pelos próprios familiares (FINKELHOR 1994). Os efeitos do abuso sexual para com a vítima ocasionam sequelas físicas e psicológicas. A partir desse ponto, discute-se a dinâmica traumática, ou seja, conjunção das consequências do impacto psíquico nas situações de abuso sexual – o mesmo corresponde a falta de apoio e manejo de responder a uma situação de medo e culpa adequadamente em função de uma sucessão de acontecimentos que provocam a então desorganização psíquica. Diante do exposto, trata-se do tema principal desse trabalho, o abuso sexual por um viés psicanalítico,

[189] Qualificação. Na qualificação o acadêmico deve indicar o curso, o período e a Instituição de Ensino. As informações devem ser separadas por vírgula.

em que se pretende realizar uma articulação edípica que se constitui como uma importante ferramenta para o entendimento do trauma e do abuso.

O início do estudo foi executado com pesquisas bibliográficas baseadas no livro três ensaios sobre a teoria da sexualidade de Sigmund Freud. Também foi realizada uma análise preliminar sobre o tema de pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

O abuso sexual para a psicanálise ocupa um lugar da teoria freudiana que se reconhece como a teoria da sedução. Resumidamente, os estudiosos freudianos da época acreditavam que a criança era seduzida de forma passiva por um adulto, mas com o passar do tempo, outros estudiosos freudianos encontraram possíveis respostas a respeito do trauma e o abuso sexual na teoria do complexo de édipo, abrindo possibilidade de entendimento do mesmo. Freud em três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905), compreendia a pedofilia como um desvio relacionado ao objeto sexual. A perversão é situada no campo do complexo de Édipo (FREUD 1919/1971). Isso se dá ao fato de que na teoria edípica, na infância, existe uma fantasia inconsciente de cunho erótico, voltada para genitor do sexo oposto, devendo ser recalcada e resolvida no desenrolar do Édipo. A psicanálise compreende que a concretização desses desejos, sejam eles agressivos ou sexuais, causaria para o indivíduo o sentimento de não existência como unidade psíquica independente, pois o complexo de édipo é importante para a organização psíquica do indivíduo, mas quando há um desvio de desejo (concretizado), isso se torna extremamente traumático - a partir desse ponto busca-se então compreender o processo do trauma. É importante compreender o desenvolvimento do conceito de trauma através do viés psicanalítico. Na teoria freudiana, a essência da situação traumática estaria diretamente ligada à experiência de desamparo por parte do ego diante de um excesso de excitação, ou seja, no abuso infantil, o trauma estaria carregado de memórias traumáticas associadas às fantasias sexuais agressivas desse período e, quanto mais precocemente ocorrer o abuso, mais sintomática será a resposta do sujeito em função da incapacidade do ego de organizar a experiência traumática. Fato é que a formação do édipo, o abuso sexual e o trauma em linhas gerais se correlacionam, e nessa mesma ordem ocorre. O complexo de édipo é importante para a estruturação da personalidade e do ego. O trauma é a resposta do desvio que ocorre

a partir do abuso sexual - violação do corpo e da vontade do indivíduo, que infringe a condição psíquica da criança e/ou adolescente.

Afinal, por que compreender noções de trauma e abuso pode ser importante? Bem, crianças vítimas de experiências de abuso sexual lidam com vários sentimentos, dentre eles o ódio, a raiva e ambivalência que geram um funcionamento psíquico marcado pelo temor da ameaça constante à estrutura psíquica, compreender isso é importante no processo terapêutico, a contribuição da psicanálise é de fato essencial como ferramenta terapêutica para o trabalho clínico nas situações envolvendo abuso sexual.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, considerando percurso das linhas teóricas da psicanálise, entende-se que a contribuição da psicanálise se constitui como uma importante ferramenta terapêutica para o trabalho clínico nas situações envolvendo abuso sexual. Dito isso, o desenvolvimento teórico da psicanálise, principalmente a compreensão da formação da estrutura psíquica do indivíduo - complexo de édipo, se mostra bastante essencial para a avaliação dos processos psíquicos das demandas trazidas até o psicólogo e/ou psicanalista. Tanto no campo clínico como teórico, compreender e buscar manejos das experiências traumáticas do paciente, colabora de forma significativa para o desenvolvimento social mais saudável, oferecendo aquilo de mais significativo da ação terapêutica psicanalítica, a escuta e o oferecimento de interpretações subjetivas do sujeito.

4 REFERÊNCIAS

FREUD, S.. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade: aberrações sexuais**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. VII 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.128-162.

Pimentel, A. (2005). **Nutrição psicológica: desenvolvimento emocional e social**. São Paulo:

Summus. Finkelhor, D. **The international epidemiology of child sexual abuse**. Child Abuse & Neglect, v.18, p.409-17, 1994.

A HISTERIA NA CONTEMPORANEIDADE: UM FENÔMENO AINDA PRESENTE E HODIERNAMENTE NEGLIGENCIADO

ANDREGHETTO JUNIOR, Lirio Antonio[190]
LIMA, Guilherme Almeida[191]
OLIVEIRA, Marcelo de[192]

RESUMO: O presente resumo busca esclarecer a etiologia da histeria e a abolição da sua nomenclatura dos manuais diagnósticos na contemporaneidade, que *post hoc* culminaram no esquecimento da mesma. Para tanto, é feito um recorte histórico desde o início do emprego de tal nomenclatura, até sua extinção no presente. Há uma breve menção aos sintomas que podem surgir na histeria, e também como classificam-se tais sintomas após as atualizações nosológicas, inclusive explicitando o porquê foi um lapso para a gnose do fenômeno. Tal trabalho é transpassado pela psicanálise, e tem como seu principal referencial os teóricos: Freud, Breuer, Charcot, e Dalgalarrondo.

Palavras-chave: Psicanálise. Histeria. Contemporaneidade. Conversão.

1. INTRODUÇÃO

É preciso entender o porquê a supressão da palavra histeria [sem cautela] tornou-se um impasse no tratamento e na compreensão desta psicopatologia hodiernamente. Este trabalho justifica-se por falar do fenômeno histérico, algo pouco compreendido, para assim, destruir a estigmatização que assombra aos histéricos, por meio da informação; e além disso, oferecer melhor compreensão aos profissionais de saúde que se depararem com toda a maestria da sintomatologia que oferecem os histéricos, visto que muitas vezes tais pacientes em sofrimento psíquico são negligenciados, vilipendiados e emudecidos, muitas vezes desistindo de um atendimento psicológico por conta de seu histórico de abusos sofridos em instituições de atenção primária, que ao invés de um acolhimento humanizado, lhe oferecem a rejeição dura, fria e “institucionalizada”.

2. DESENVOLVIMENTO

---

[190] Graduando de psicologia do sexto período, Centro Universitário Campo Real.

[191] Psicanalista. Psicólogo pelo Centro Universitário Campo Real. Pedagogo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Mestrando em Filosofia - PUCPR.

[192] Mestre em Filosofia, professor coordenador do curso de psicologia do Centro Universitário Campo Real.

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados estudos bibliográficos em livros com e sem enfoque psicanalítico, bem como um artigo científico da base de dados Scielo.

2.1 A HISTERIA: DOS PRIMÓRDIOS À CONTEMPORANEIDADE

A nomenclatura "Histeria", enquanto psicopatologia, surge na Grécia Antiga com Hipócrates, que acreditava que as neuroses advinham de disfunções do aparelho sexual feminino. Do grego *ὑστέρα* [transcrito *Hystéra, Histeron ou Hyster*] significa matriz/útero. (FREUD, 1886; LEITE, 2012)

Ao longo da História – e principalmente na Idade Média – as Histéricas eram lançadas à fogueira, ou exorcizadas, pois nelas se depositava o estigma daquilo que é maquiavélico, denominadas de bruxas. Disto surge o "*Malleus maleficarum*", o martelo das bruxas: um manual criado com o apoio da Igreja católica, que ajudava a identificar, interrogar, punir, expurgar e matar os acusados de bruxaria. Ao longo dos anos, porém, da disputa entre a Igreja e a Ciência pela "posse" da Histeria, em suma, venceu o saber médico. Ainda assim, as Histéricas [e os histéricos] somente tiveram voz com o advento de Charcot, em Salpêtrière, que se dispôs a estudar o quê muitas vezes era considerada simulação e exagero pela sociedade Médica. (FREUD, 1886; BREUER & FREUD, 1893/1895; FARIAS, 1993; SAGAN, 1995)

2.2. FREUD E A HISTERIA

Sigmund Freud com seu interesse pela histeria acabou por criar uma nova ciência, a psicanálise; além de uma forma de investigação/método de trabalho, que orienta muitas abordagens da psicologia, a associação livre. Freud fora atraído por Charcot à Salpêtrière [em Paris] e lá se instalou como médico auxiliar. Ao lado de Charcot descobriu o aparecimento da histeria em homens, pondo fim à ideia de que tal patologia só se encontrava nas mulheres. Deveras, o discurso de Freud não foi acolhido de bom grado quando relatou a sociedade dos médicos de Viena, aquilo que aprendera com Charcot. (FREUD, 1925/2004; FREUD, 1886-99/1969)

> Um velho cirurgião exclamou ao ouvir-me: "mas, como pode V. Sa. Sustentar tamanhos disparates? *Hysteron (*sic) quer dizer "útero". Como pode, portanto, um homem ser Histérico? [...] finalmente encontrei, fora do hospital, um caso

> clássico de hemianestesia histérica num sujeito masculino e pude apresentá-lo e demonstrá-lo ante a "sociedade dos médicos". Desta vez, tiveram de se render ante a evidência, mas depois se desinteressaram da questão. (FREUD, 1925/2004 p.25)

Freud conhece o Dr. Josef Breuer, um médico prestigiado em Viena, e deste contato surge o comunicado de um caso de histeria que Breuer teria obtido êxito terapêutico. Breuer lhe detalha as suas observações e os métodos que empregou para penetrar profundamente na motivação e no significado de toda sintomatologia histérica, a saber, seu método mais usual era: induzir o paciente a um sono hipnótico profundo. Juntos publicaram o livro "Estudos sobre a histeria". (FREUD, 1925/2004)

> [...] Porém, habitualmente, cada sintoma não constituía o resíduo de uma única cena "traumática", mas o resultado da adição de numerosas situações análogas. Quando, depois, na hipnose, a paciente recordava alucinatoriamente a citada situação e realizava *a posteriori* os atos psíquicos antes reprimidos, dando livre curso ao afeto correspondente, o sintoma desaparecia completamente. Com este processo, Breuer conseguiu, após um longo e penoso trabalho, libertar a enferma de todos os seus sintomas. (FREUD, 1925/2004, p.31, grifo do autor)

2.2.1 A constituição do sintoma e sua etiologia

Em estudos sobre a histeria Freud teoriza que o quê se converte em dor corporal é aquilo que poderia e aplicar-se-ia normalmente como dor psíquica, que quando somatizada se extingue da consciência. Este "o quê" corresponde a traumas que não foram suficientemente ab-reagidos, ou porque não puderam, ou pelo estado psíquico do sujeito, o sintoma histérico surge em sintonia com a atuação da repressão (mecanismo de defesa egóico), de modo que o corpo fala aquilo que não foi dito. Desta forma, encontrando um significado, e consequentemente, um significante para a expressão deste "o quê" o paciente poderia reviver tal experiência, dando um novo rumo [por meio da linguagem] ao afeto repreendido, resultando naquilo que foi chamado de método catártico. (FREUD 1925, 1886/1996; FREUD & BREUER, 1893-1895/2016)

> [...] A evolução dos distúrbios histéricos muitas vezes exige uma espécie de incubação, ou melhor, um período de latência [neste período podem surgir novos traumas que são sedimentados sobre o primeiro, dificultando o acesso a este], durante o qual a causa desencadeante continua atuando no inconsciente. Assim, é raro que uma paralisia histérica apareça imediatamente depois de um trauma; as pessoas envolvidas num acidente de trem, por exemplo, são totalmente capazes de movimentar-se após o trauma e vão para casa incólumes; somente alguns dias ou semanas depois é que

> se produzem os fenômenos que levam a conjectura de uma “concussão na medula”. (FREUD,1886-99/1996, p.89, grifo do autor)

Pouco depois da publicação do livro, Breuer abandona o tratamento das doenças nervosas e Freud segue sozinho em suas investigações. Em sua prática clínica Freud descobre as roupagens da Histeria, e nota que a mesma é passível de uma plasticidade sintomatológica abundante, em seus estudos de caso relata mais de 35 sintomas entre seus pacientes, entre eles: Convulsões, movimentos da atetose, tiques, perturbações: olfativas, auditivas, cinestésicas, visuais; dissociação de consciência, entre outros. (FREUD 1925, 1886-99/1996; FREUD & BREUER, 1893-1895/2016)

2.3 A ABOLIÇÃO DA NOMENCLATURA

Com o advento das últimas edições do DSM e do CID, extinguiu-se quase que por completo a nomenclatura Histeria, e sua sintomatologia foi fragmentada e desmembrada entre algumas subclassificações, e estas em mais subdivisões.

> No passado, de uma forma ou de outra, todos os transtornos dissociativos e conversivos tendiam a ser agrupados no grande capítulo da *histeria* ou *neurose histérica.* [...] Subdividiam-se os quadros histéricos em três grandes subgrupos: **histeria de conversão** ou conversiva (que corresponde ao atual transtorno conversivo no DSM-5), **histeria dissociativa** (que corresponde ao atual, “transtorno dissociativo”) e **forma mista de histeria** (com conversão e dissociação). (DALGALARRONDO, 2019, p.370, grifo do autor)

Com as atualizações, a Histeria encontra-se da seguinte forma:

> Os transtornos conversivos e os dissociativos são denominados e agrupados de forma diferente no DSM-5 e na CID-11. **No DSM-5**, eles são separados e situados em dois capítulos diferentes: o de **transtornos dissociativos** de um lado**,** e o de **transtornos de sintomas somáticos**, de outro, estando neste último, alojados os **transtornos conversivos**. A **CID-11** coloca todos os **transtornos conversivos e dissociativos** em um capítulo único, denominado **“transtornos dissociativos**”. (DALGALARRONDO, 2019, p.371, grifo nosso)

A cisão mais conflituosa, foi a divisão da patologia em um plano “cartesiano”, separando aquilo que seria da mente, e aquilo que seria do corpo, ignorando o fato de mente e corpo serem indissociáveis. (DALGALARRONDO, 2019; LEITE 2012)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que com as atualizações dos manuais diagnósticos, acabou-se a possibilidade da compreensão do fenômeno histérico, que é uma patologia que se consagra através de simbologias e linguagem. O significado e o significante foram desagregados, o que restou, foi a incompreensibilidade fenomênica dessa voluptuosa psicopatologia. Novas alterações se fazem necessárias.

4 REFERÊNCIAS

CLARET, Martin. **Freud por ele mesmo.** São Paulo: Martin Claret, 2004. 200 p.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais** – 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. 520 p.

FARIAS, Francisco R. de; **Histeria e psicanálise: o discurso histérico e o desejo de Freud**. [prefácio de Carlos Eduardo Leal Vianna Soares]. Rio de Janeiro: RevinteR ,1993. 179 p.

FREUD, Sigmund; BREUER, Josef; **Estudos sobre a histeria**. São Paulo: Companhia das Letras. Volume 2. 2016. 448 p.

FREUD, Sigmund. **Publicações pré psicanalíticas e esboços inéditos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume I).

LEITE, Sonia. **Histeria de conversão: algumas questões sobre o corpo na psicanálise.** Tempo psicanal., Rio de Janeiro , v. 44, n. 1, p. 83-102, jun. 2012 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382012000100006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 27 agosto 2021

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no fim do túnel**. São Paulo; Ed. Companhia de Bolso; 2020. 509 p.

AMEAÇAS POLÍTICAS À PSICOLOGIA NO BRASIL

VARGAS, Fagner Fernandes

RESUMO: Esse texto busca falar sobre a relação da psicologia com a política brasileira recente, de modo a apresentar os riscos à psicologia como ciência e profissão, e também as possibilidades referentes a influência deste campo para sociedade e como deve ocorrer uma reflexão crítica sobre o trabalho psicológico na atualidade brasileira.

Palavras-chave: Psicologia. Política. Democracia.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vive uma situação política complexa que ameaça o exercício correto da psicologia enquanto ciência e profissão. Psicologia e política são inseparáveis, porém é importante que a psicologia não deixe que isto afete seus princípios éticos, algo que já ocorreu anteriormente, como é dito por Lionço (2017):

> [...] em momentos históricos anteriores ao compromisso com a ética democrática e com os direitos humanos, a Psicologia produziu narrativas coniventes com a naturalização das desigualdades sociais e atribuição de anormalidade a grupos sociais historicamente estigmatizados e/ou minoritários diante de um contexto de hegemonia moral.

Frente aos fatos é visto a importância que se cultive um olhar crítico sobre o posicionamento adotado pela psicologia, assim como a memória de como princípios puderem ser deturpados no passado. Lionço (2017), afirma que:

> A Psicologia como ciência é reconhecida em sua diversidade epistemológica, cabendo considerações críticas sobre o processo histórico de revisão de pressupostos éticos e epistemológicos das teorias psicológicas para o cumprimento do compromisso social da Psicologia com a ética democrática e a defesa e proteção dos direitos humanos e sociais.

A psicologia em sua essência é uma ciência humanizadora e que busca defender uma sociedade mais igualitária, mas para que continue coerente a isso é necessário que compreenda-se sua atual situação e intervenha-se nela por meio de suas ações, que também são políticas. Tal relação pode ser observada pela postura dos seus órgãos regulamentadores, como afirmam Hur & Lacerda (2017):

> [...] constata-se que o CFP assume posicionamento e práticas que visam a produção de uma sociedade mais igualitária, justa e democrática e, por conseguinte, com menor sofrimento psicossocial. Portanto, pode-se afirmar que suas ações são eminentemente políticas.

veremos adiante que alguns fatores da política atual brasileira, ameaçam a manutenção dos princípios éticos da psicologia.

2 DESENVOLVIMENTO

Um dos elementos que ameaçam as condições democráticas é o fundamentalismo religioso, que surge nos dias de hoje como uma reação as situações históricas e políticas que almejam o reconhecimento da diversidade moral, cultural e das possibilidades diversas de subjetivação da humanidade (Lionço, 2017).

Uma das maneiras pelas quais o fundamentalismo religioso afeta a psicologia, é a maneira como se estruturam os argumentos que estes se utilizam para defender seus pontos e propostas. O fundamentalismo religioso muitas vezes não se expõe abertamente, como afirma Lionço (2017) "Pode-se compreender que o manto de cientificidade é a principal estratégia argumentativa adotada por fundamentalistas religiosos nas disputas políticas, inclusive na ofensiva contra a Psicologia".

Outro ponto a ressaltar é o do momento em que se encontra o Brasil, que se trata de um momento onde há uma grande proliferação de pânico moral, causadas por polêmicas muitas vezes atreladas a visões equivocadas sobre questões de direitos humanos, como direitos sexuais e reprodutivos (Natividade, & Oliveira, 2009; Vital, & Lopes, 2013). Essa situação acaba, como afirma Lionço (2015) "tendendo à criminalização dos movimentos sociais e incitação do ódio contra ativistas feministas e LGBT".

Ao olharmos para os temas colocados em cheque por meio de tais ações políticas questionáveis, é impossível negar a proximidade da psicologia os mesmos, logo é presumível que para manter-se de acordo com seus compromissos éticos a psicologia deve agir de maneira ativa na defesa a igualdade, dos diretos humanos e também da ciência como um meio livre de influências religiosas e interesses para compreensão de tais assuntos.

Algumas ações políticas já foram realizadas pelo CRP, representando um movimento muito importante para evidenciar o posicionamento da psicologia. No ano eleitoral de 2014, o CRP/SP (apud Lionço, 2017) publicou a “Carta dos Conselhos Regionais de Psicologia à População Brasileira: Psicologia, laicidade e discurso

religioso nas eleições". Porém, para que uma autonomia consistente seja estabelecida é necessária a manutenção constante de um posicionamento forte.

3 CONCLUSÃO

A psicologia como entidade incluí todas as suas práticas e obviamente todos os seus profissionais, logo é importante que exista uma consciência de pertencimento a essa comunidade, que poderia ser trabalhada, dentre outras, na graduação por meio de estabelecimento da reflexão crítica da política como um pilar. De tal maneira, a concordância com os compromissos éticos e sociais da psicologia poderia ganhar força e reconhecimento, criando uma barreira moral protegendo os princípios da psicologia e aumentando a efetividade de sua ação em seus compromissos sociais.

E importante que os profissionais tomem consciência de seus deveres para com a psicologia. É necessário que estes estejam sempre atentos e críticos à situação atual do país e sua relação com a psicologia, produzindo de maneira dinâmica os ajustes necessários e aprimoramentos nos discursos utilizados que não estejam de acordos com a ética da psicologia (Lionço, 2017).

REFERÊNCIAS

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP/SP. (2014). **Psicologia, laicidade, espiritualidade, religião e os saberes tradicionais:** referências básicas para a atuação profissional. São Paulo, SP: o autor.

Hur, Domenico Uhng e Lacerda, Fernando Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada1 1 Apoio: CNPq e Capes. . **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2017, v. 37, n. spe [Acessado 20 Setembro 2021] , pp. 28-43. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703020002017>. ISSN 1982-3703. https://doi.org/10.1590/1982-3703020002017.

Lionço, Tatiana Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil. Psicologia: **Ciência e Profissão [online**]. 2017, v. 37, n. spe [Acessado 20 Setembro 2021] , pp. 208-223. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703160002017>. ISSN 1982-3703. https://doi.org/10.1590/1982-3703160002017.

Lionço, T. (2015). **Laicidade, gênero, sexualidade e fundamentalismo cristão no Brasil**. In Plataforma DHESCA. Relatorias em direitos humanos 2012-2014 (pp. 21-33). Curitiba, PR: Terra de Direitos.

Natividade, M., & Oliveira, L. (2009). Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, (2), 121-161. Recuperado de http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/445

Vital, C., & Lopes, P. V. L. (2013). **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll

CONFIGURAÇÃO FAMILIAR COM ÊNFASE NA INFÂNCIA

SANTOS, Thalia Antunes[193]

RESUMO: O presente trabalho, de ordem exploratória e qualitativa, busca elucidar o leitor do papel desempenhado pela família e suas relações, com enfoque na formação psicossocial do ser infantil. A luz das teorias de figuras influentes na psicologia; abordando os mais diversos cenários e configurações, desde as relações de casais héterosexuais, até as relações homoafetivas e a adoção; ou ainda a função familiar sendo desempenhada por profissionais da área do acolhimento social. Concluindo-se assim, o quão importante o desígnio familiar, principalmente a função “mãe”, virá a ser para a vida do sujeito.

Palavras-chave: psicossocial. homoafetividade. adoção. psicanálise.

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, estão em pauta e em constante evidência assuntos relacionados ao termo "criança", e isso é um fato incontestável. Áries (1986) foi o pioneiro na discussão de uma nova percepção científica sobre o que realmente seria esse “estado infantil" no mundo moderno. Apontando a importância de compreender a criança a partir das suas necessidades e da sua idade, levando-se em conta que até então elas eram vistas como “adultos em miniatura”.

Até mesmo as pinturas da época, desconheciam a infância de certa forma. Um bom exemplo disso encontra-se em uma miniatura otoniana do século XI, na qual o tema está no evangelho em que jesus Cristo diz que “se deixe vir a ele as criancinhas”, e o miniaturista põe em volta do mesmo oito adultos com tamanhos reduzidos, com quase nenhuma diferença de traços (ARIÉS,1986). E ademais, apenas na era moderna, através dos trabalhos de Freud e Rousseau exploram-se novos paradigmas acerca da particularidade infantil (SOUZA; FRANCISCHINI 2017).

A problemática observa-se nos resultados dessas ações impensadas. Ademais que, nascia assim uma cadeia cultural com evolução, relativamente lenta, passando esses métodos negligentes adiante, formando adultos ansiosos,

[193] Graduanda do segundo período do curso de psicologia; centro universitário Campo real. (psi_thaliasantos@camporeal.edu.br)

depressivos, com traumas inconscientes que, por conseguinte, criam seus filhos com os mesmos sintomas, quase que como uma patologia genética.

A proposta aqui será permear entre autores e suas teorias, utilizando-as como um referencial. Seja em famílias biológicas; adotivas; em relacionamentos hétero ou homoafetivos; em casas de apoio social ou qualquer outra instituição, toda criança necessita de uma rede de apoio; de um grupo que a reconheça como semelhante e a insira na sociedade. Visto que, para Winnicott (1971), a evolução saudável de um sujeito estaria intrínseco a uma “mãe suficientemente boa”, e sendo de notoriedade o papel da mãe como uma função que pode ser desempenhada por sujeitos variados e de maneiras variadas, se torna possível partir desse ponto.

2 DESENVOLVIMENTO.

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Para tanto, será oportuno utilizar de algumas teorias, correspondentes a responsáveis por instituir novas dinâmicas e reflexões. Fazendo-se uso também de artigos e materiais digitais pautados nos mesmos ideais. Abrangem-se aí, outros fatores, tais como: a adoção por homossexuais e o papel dos pais quanto a sexualidade, segundo a psicanálise.

2.2 O LEGADO DE FREUD E ROUSSEAU

Em primeiro plano, destaca-se que: para a psicanálise, o sujeito é infantil, além de uma fase cronológica e que para essa vertente não há um ser moldado por fases independentes. A criança freudiana não corresponde a um ideal, principalmente pelo papel da sexualidade como grande influência; para este pensador a criança agiria através das pulsões e caberia ao adulto refreá-la. Além de tudo, não trata-se de um indivíduo aguardando apenas fases, finalizando-as, como se sua vida pudesse ser tomada como um recorte. Pelo contrário, tudo estaria conectado, visto que a vida psíquica identificava-se como uma construção de todo o tempo vivido pelo sujeito, e por essa razão, todos os momentos deveriam ser levados em conta no momento em que se fizesse necessário chegar a raiz de uma patologia diagnosticada. Já para

Rousseau, as idéias de Freud seriam conflitantes, pois ele via na infância uma tríade entre razão, natureza e liberdade; cabendo ao adulto trazer a criança à razão, que para Freud já estaria nela, por meio do entendimento da liberdade e seus limites.(SOUZA; FRANCISCHINI, 2017).

2.3 A MATERNIDADE EM RELAÇÕES HOMOAFETIVAS

É de simples entendimento a noção da palavra “mãe” em lares heterosexuais: A mulher que gesta e cuida do seu filho. No entanto, para que se compreenda melhor o assunto a ser abordado, é necessário pensar na mesma, não como um título, mas como uma função: a função de maternar. Por essa razão, torna-se importante evidenciar que embora mãe e pai sejam funções que podem ser identificadas com os progenitores, isso não consta como regra, para a sorte de muitos, pois se assim fosse não haveria aparato nenhum aos órfãos (FORBES.J ,2011).

A partir desse conceito, abre-se o pensamento para pensar na situação das crianças que não contam com esse respaldo vindo de um título biológico. Aqui é possível trazer à tona, novamente, Winnicott (1971) e a sua proposta de “mãe suficientemente boa” e o desenvolvimento do ser psicossocial. Todas as crianças precisam de alguém para desempenhar essa função maternal, sendo essa uma relação sólida ou não, e realmente, a problemática se encontra aqui.

Feldman (2020) trata de dados importantíssimos para essa questão. Através do seu trabalho documentado, pode concluir que a ocitocina, que até aquele momento era vista como um hormônio feminino, também estava presente nos pais, apresentando-se em nível proporcional ao envolvimento do pai com a criação do seu filho, podendo ser até mesmo igual aos níveis da mãe. Além de uma ativação que ocorre em uma área primitiva do cérebro, no momento do nascimento, chamada amígdala, que em casos de pais homossexuais também ocorre, provando mais uma vez a maternidade como uma função não obrigatoriamente de desígnio feminino.

2.4 PAPEL DOS PAIS NA SEXUALIDADE

Ainda, segundo a psicanálise, a sexualidade estaria presente desde o momento em que nascemos, nos acompanhando até o momento da nossa morte. (COSTA; OLIVEIRA 2011). Embora, o que esperava-se que fosse compreendido através da teoria psicossexual, estivesse ligada a outro campo:

> A fim de entender sobre sexualidade infantil torna-se importante primeiramente compreender a diferença existente entre "sexo" e "sexualidade". Enquanto o Sexo é entendido a partir do biológico, remetendo-se a ideia de gênero, feminino e masculino, a sexualidade vai além das partes do corpo, constituindo-se como uma característica que está estabelecida e está presente na cultura e história do homem. (COSTA; OLIVEIRA 2011. Pg 3.)

Dentro dos seus estudos, pensa-se na vida humana escalada em 4 fases: oral; anal; fálica e genital. Além de que, o papel dos pais seria de extrema importância, uma vez que a criança ao despertar para a fase genital, deveria estar em uma posição capaz de fazer uso de uma bagagem das outras fases, para que pudesse assim, entender seu corpo e suas pulsões. Porém, havia aí um percalço que deveria se fazer consciente:

> A razão da negligência que alguns pais e professores apresentam em relação a sexualidade da criança pode ser entendida, em parte devido a sua própria criação e a um fenômeno psíquico chamado de amnésia infantil, que na maioria das pessoas acaba por ocultar as recordações dos primeiros anos da infância. A amnésia infantil, segundo Freud (2006), é um fenômeno psíquico que ocorre na maioria das pessoas, levando ao esquecimento parcial ou total das lembranças que o indivíduo trazia de seus primeiros seis anos de vida ou em alguns casos chegando a atingir os oito anos de sua infância (COSTA;OLIVEIRA 2011. Pg 5.)

A amnésia infantil, para Freud (2006) estaria intimamente ligada a função do ego de reprimir, o que para a configuração adulta poderia gerar desconforto ou vergonha.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste, busca-se debater sobre o impacto da família na vida do indivíduo, através do viés infantil. Prova-se que o vínculo precisa existir e abordam-se importantes conceitos. Além de há ainda, uma grande quantidade de material a ser

explorado. Não obtêm-se como meta resolver de forma interina, esse conflito. Mas causar alguma reflexão, já seria de grande impacto.

4. REFERENCIAS

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro. 2. Ed. Guanabara, 1986. 279 pg.

SOUZA, Karina Carvalho Veras. FRANCISCHINI, Rosangela. A díade adulto/criança em Rousseau e Freud e suas ressonâncias na clínica psicanalítica infantil contemporânea. **Cad. Psicanál. (CPRJ).** v. 39, n. 37, p. 135-150, jul./dez. 2017.

WINNICOTT,Donald Woods. **O brincar & a realidade.** Rio de Janeiro. Imago. 1971. 244 pg.

Netflix. **Babies | Love | FULL EPISODE | Netflix.** 1 video (47 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YOv5jDFtvsI . Acesso em: 7 de set. 2021

FORBES, Jorge. Admirável novo pai. **Revista Lola.** São Paulo. Abril. Pg.2. Setembro. 2011. Disponivel em: https://www.jorgeforbes.com.br/br/artigos/o-admiravel-novo-pai.html

COSTA, Elis Regina. OLIVEIRA, Kênia Eliane. A sexualidade segundo a teoria psicanalítica Freudiana e o papel dos pais neste processo. **Revista eletrônica do curso de pedagogia do Campus Jataí- UFG.** Itinerarius Reflectionis, [S. l.], v. 7, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/rir.v2i11.1239. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20332. Acesso em: 7 set. 2021.

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria,** Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos. 1901-1905. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII. Imago Editora. 2006. Rio de Janeiro

INFLUÊNCIA SOCIAL EM CASOS DE SUICÍDIOS: UMA VISÃO SOCIOLÓGICA E PSICANALÍTICA

LICHINSKI, Ediane[194]
LIMA, Guilherme Almeida de[2]

RESUMO: O presente escrito tem por objetivo discutir as influências da sociedade em casos de suicídio, além de estudar a visão de alguns autores, da sociologia "Émile Durkheim" e da psicanálise "Sigmund Freud e Jacques Lacan" com relação a esse fenômeno. O estudo apresenta a ação das pessoas em conformidade com o ritmo e padrões exigidos do cotidiano, apontando as consequências desse comportamento social, consequências essas que veremos aqui como depressão e angústia ou melancolia a depender do autor citado.

Palavras-chave: Suicídio. Sociedade. Subjetividade.

1 INTRODUÇÃO

A depressão é considerada o mal do século, porém não é tão levada a sério como deveria, já que provém de uma particularidade individual. Diversos são os fatores que desencadeiam esse mal que muitas das vezes acaba resultando em atos de suicídio, ou passagem ao ato no compreendimento da Psicanálise. Portanto, este estudo apresenta algumas das contribuições do meio em que estamos inseridos e nas causas que levam a afetar a saúde mental do ser humano.

A escolha do referencial teórico deu-se pela genialidade e objetividade do sociólogo Émile Durkheim em sua obra sobre suicídio (2000). Endossado por seu estudo na mente humana o pai da psicanálise Sigmund Freud e seu seguidor Jacques Lacan se fazem necessários no andamento dessa problemática do suicídio, para que possamos explorar a ação do outro e os atravessamentos dessas ações na subjetividade dos indivíduos, ou seja, essa ligação entre sociedade e indivíduo.

Segundo Durkheim, o suicídio não é um fator individual, mas sim, social decorrente de uma crise moral, para ele não são apenas motivações individuais que interferem no ato do suicídio, pois os suicídios são, ano após ano, constantes, assim sendo, existem fatores sociais que auxiliam e acrescentam em tais atos, por isso a

[194] Aluna do 6º período de Psicologia. Centro universitário Campo Real. E-mail: psi-edianesimao@camporeal.edu.br

[2] Professor no Centro Universitário Campo Real. Psicanalista. Psicólogo e Pedagogo. Mestrando em Filosofia – PUCPR. Prof_guilhermelima@camporeal.edu.br

importância que cada vez mais os profissionais de saúde mental aperfeiçoem-se e aprofundem-se nos estudos e pesquisas na área afim de, uma intervenção preventiva em pacientes com características suicidas.

2 DESENVOLVIMENTO

Ainda que se considere o ato suicida e suas motivações como algo especifico do indivíduo, sendo ele rapidamente esquecido pela sociedade, que aparenta não ter nenhuma influência relacionada ao ato, ou mesmo poder influenciar de modo a evitar que esses fenômenos ocorram, é importante pensar, mesmo que nas entrelinhas, a participação da sociedade, que o tempo todo atinge a formação do ser humano.

De acordo com Durkheim (2000, P.381) os homens se matam em decorrência de algum desgosto ou frustração, porém só isso não explica o aumento nas taxas de suicídio, mas sim uma combinação de circunstâncias, que na grande maioria das vezes se remete a sua moral ou imagem diante aos demais, classe social, divórcio, sexualidade, desemprego, entre outros, são fatores que geram a frustação, porém a pressão para haver um encaixe dos indivíduos em determinados grupos, considerados corretos e necessários, desencadeia mesmo que inconsciente a sensação de fracasso e perda que são condições que acarretam a depressão.

No caso relatado por Freud em “A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher” (1920/1969), podemos observar a ação do outro como ponto inicial para despertar a melancolia na jovem, que age em decorrência da ação do outro, nesse caso o olhar de desaprovação expressado por seu pai, juntamente com o rompimento por parte de sua parceira, através de estímulos do inconsciente, chamado no conceito Freudiano de pulsão que seria o representante psíquico dos estímulos que provém do interior do corpo, a jovem arremete-se contra um muro, na tentativa de suicídio.

> A jovem não se preocupava quanto a aparecer acompanhada da dama em ruas frequentadas de sua cidade. Certo dia, em companhia da dama, o pai passa pela mesma rua, o que não era evitado pela jovem, com olhar expressando ira. Da mesma feita, a dama se enraivece com a situação e rompe o caso que se dava entre as duas. (FREUD 1920/1969, p. 160).

Lacan faz duas distinções sobre a narração da angústia, “o mundo, o lugar onde o real se comprime, e, do outro lado, a cena do Outro, onde o homem como sujeito tem de se constituir, tem de assumir um lugar como portador da fala,” (LACAN

1963-1960, P. 130), pode aqui ser observado que na teoria Lacaniana o mundo é um espaço de regras e limitações, mesmo quando se assume o lugar de fala, é preciso estar adequado ao bom-mocismo. Pouco se profere o impacto da relação entre a ação do indivíduo e o meio social, como desencadeante de transtornos psíquicos, que levam ao suicídio. Porém, mesmo que comumente esse tema seja trabalhado em seus recortes substanciados, sempre haverá lacunas nas causas desse fenômeno, chamado por Freud de autodestruição, já Lacan chama de passagem ao ato.

Nessa perspectiva podemos observar que o suicídio tanto para a psicanálise, quanto para a sociologia tem em comum a influência do coletivo, apesar de Freud considerar o suicida como aquele egoísta, ou seja, a relação do Eu e seus objetos e Durkheim considerar como fato social, as pesquisas desses teóricos são condizentes, em relação á participação do outro, contudo as conclusões tomadas serem em aspectos diversos é importante salientar que a ação do meio se encontra em ambos os estudos.

> Quando consciência, em vez de permanecerem isoladas umas das outras, se agrupam e se combinam, há alguma coisa que muda no mundo. Portanto, é natural que essa mudança produza outras, que essa novidade engendre outras novidades, que apareçam fenômenos cujas propriedades características não se encontrem nos elementos de que eles se compõem. (DURKHEIM. 2000 p, 400).

Segundo o autor pensamentos coletivos são formadores da sociedade, dentro da sociedade, existem a divisão de grupos com pensamentos distintos, a subjetividade do indivíduo se altera no decorrer de sua formação, no entanto adaptar-se ao meio pode ser uma dificuldade perante seus enfrentamentos, as lacunas existentes na compreensão do que levaria ao suicídio, se dá pelo mistério existente na problemática de quem enfrenta essa angústia, que advêm da pressão social, formada por padrões, exigências, julgamentos, rejeições dentre outros fatores que tendem a se expandir sobre o comportamento do indivíduo, que pode não se encontrar nesses modelos oferecidos, vindo á adoecer mentalmente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os resultados do estudo aqui apresentado, pode-se observar que o suicídio ainda passa despercebido ou ignorado pela sociedade, no sentido de ser considerado um fator singular do indivíduo, fazendo com que os casos depressivos

tenham pouco auxílio, pois a minoria busca ajuda por sentirem medo de um julgamento mais severo acerca de sua condição, infelizmente a influência social atravessa o ser humano de diversas formas e em cada um afeta de modo diferente. A boa relação do indivíduo com o meio ofusca a percepção de que nem todos são iguais e que ter características suicidas é uma condição interna, entretanto, o externo contribui consideravelmente para a conclusão do ato.

O desdobramento de Freud, Lacan e Durkheim no aspecto suicida entrelaça a mente, o meio social e a ação do outro nos fazendo questionar os benefícios e malefícios dessa adaptação em determinado grupo, o quanto nosso psiquismo está preparado acompanhar o excesso de paradigmas, principalmente com a aceleração da contemporaneidade, onde o agir sobre o meio é automático e cada vez se considera menos as limitações do ser humano.

Uma série de ações conjuntas deve ser tomada afim de prevenir o ato extremo, por exemplo: ainda pouco é estudado por pesquisadores sobre a influência da sociedade em casos de suicídio, delimitando sempre a outras situações. A psicologia deve acolher esse tema e amparar a sociedade de modo a buscar cada vez mais desvendar os mistérios dessa problemática, contribuindo com a prevenção do suicídio e a diminuição da influência social nos casos de depressão.

REFERÊNCIAS

BRUNHARI, M. C.; DARRIBA, V. A. O suicídio como questão: melancolia e passagem ao ato. **Psicologia Clínica**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 197-213, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-56652014000100013.

DURKHEIN, E. O suicidio. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 275p.

FREUD, S. (1969). **A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher**. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).

LACAN, J. O seminário a angustia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, 1901-1981. 185 p.

MATERNIDADE: UM CONCEITO AMBÍGUO

FERREIRA, Aline de L. Gritten[1]
SCHOTTEN, Kassia R. Stock[1]
SILVA, Neuriza de F. Martins da[1]
LIMA, Guilherme de Almeida de[2]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[3]

RESUMO: Durante muito tempo a maternidade esteve no cerne feminino como uma imposição social e instinto biológico, diferente da atualidade, onde a mulher empreende seu poder de escolha. A presente pesquisa buscou expor as principais ideias da autora Elisabeth Badinter, descritas no livro “O Conflito: A mulher e a mãe", relacionando com pensamentos de outros autores acerca do assunto. O trabalho problematiza o conceito de maternidade e propõe uma reflexão à sociedade, em especial as mulheres que anseiam ou não se tornarem mães.

Palavras-chave: Maternidade. Escolha. Instinto. Ambivalência. Identidade

1 INTRODUÇÃO

A maternidade sofreu transformações históricas moldadas pela evolução da sociedade ao longo dos tempos. A ideia biológica e instintiva perdurou por centenas de anos, apesar dos avanços sociais e intelectuais acerca do assunto, ainda assim, em pleno século XXI, muitas mulheres sofrem retaliações ao optar por não contribuir com a continuidade da espécie, sendo vistas como egoístas e problemáticas.

Vários autores afirmam que a libertação das mulheres resultante do direito reprodutivo e a invenção da pílula anticoncepcional abriu um leque de possibilidades, podendo conciliar uma vida sexualmente ativa, sem a obrigatoriedade de ser mãe. Nesse novo contexto, instaura-se uma ambivalência no conceito materno, conforme afirma Badinter (2011), atrofiando a compreensão biológica instintiva do materno, moldando uma nova identidade assumida pela mulher, que passou de passiva para um ser desejante e com poder de escolha.

O objetivo desta pesquisa, que tem como ponto de partida o livro O

---

[1] Alunas do 2º período de Psicologia, Centro Universitário Campo Real. E-mail: psi-alinegritten@camporeal.edu.br; psi-kassiaschotten@camporeal.edu.br e psi-neurizasilva@camporeal.edu.br.
[2] Professor orientador. Psicólogo pelo Centro Universitário Campo Real. Pedagogo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Mestrando em Filosofia - PUCPR. E-mail: prof_guilhermelima@camporeal.edu.br
[3] Professor coorientador. Mestre em Estudos Linguísticos (UFPR). Docente do Centro Universitário Campo Real. E-mail: prof_sandromazurechen@camporeal.edu.br.

Conflito: A mulher e a mãe de Elisabeth Badinter, é trazer uma reflexão sobre o significado da maternidade para a mulher no contemporâneo, abordando fatos fundamentais que contribuíram para moldar o “ser” mulher e o “ser” mãe ao longo das últimas décadas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico, tem objetivo exploratório, e sua abordagem é qualitativa. A coleta de dados foi realizada através de busca em bibliotecas acadêmicas virtuais e livros físicos, tendo como embasamento o pensamento de cinco autores, sendo a autora principal a Filósofa Elisabeth Badinter e seu livro “O Conflito: A mulher e a mãe”, agregando as ideias dos demais estudiosos como complemento teórico.

2.2 LIBERTAÇÃO SEXUAL E MATERNIDADE

Antes de 1970, a criança era o resultado esperado do casamento, as mulheres aptas a engravidar não se questionavam, apenas cumpriam seus deveres religiosos e de manutenção da espécie, inferindo a maternidade como algo instintivo. O desejo de ser mãe era generalizado, como uma herança do cérebro reptiliano que determina o propósito de vida da mulher: a procriação (BADINTER, 2011). Dessa forma, a partir do momento em que as mulheres passaram a ter direito sobre o próprio corpo, conquistado por meio das lutas dos movimentos feministas dos anos 60 e 70, não gestar um filho passou a ser uma opção, assim como adiar a maternidade em prol de conquistas pessoais e profissionais, conforme Hooks (2020). Para Badinter (2011), o uso de contraceptivo pela maioria das mulheres deixou nítida a ambivalência materna, desvitalizando a explicação biológica e instintiva.

A autora Hooks (2020) assevera que, no ápice da revolução sexual, a liberdade para amar livremente defrontou as mulheres com a gravidez indesejada, o que trouxe a necessidade de métodos contraceptivos seguros e eficientes, e levou à reivindicação do direito ao aborto de forma legalizada. A eficácia da pílula anticoncepcional, apesar de não ser totalmente segura, foi sinônimo de liberdade para muitas mulheres, que usavam com frequência o aborto ilegal como preceito para

controle de natalidade em caso de gravidez não planejada, resultando muitas vezes em tragédias (HOOKS, 2020).

2.3 MATERNIDADE PARA ALÉM DE UMA ESCOLHA

Diante de outras formas de se afirmar como mulher na sociedade, a opção por se tornar mãe pode conflitar com a busca da plenitude pessoal, gerando questionamentos sobre como conciliar uma carreira profissional com a criação de um filho, ou ainda que aspectos autônomos terão que ser deixados de lado em prol da criança. Se a escolha aumenta o senso de obrigação, uma vez que a maternidade se instaure por opção, a mulher passa a “dever tudo” ao invés de “querer tudo” implicando em uma dívida infinita para com o filho. A capacidade altruísta e de investimento de cada mulher é o que define se a maternidade será um obstáculo ou uma realização, a escolha então, não é garantia para um melhor desempenho materno, conforme cita Badinter (2011).

Badinter (2011) também relaciona a crise econômica de 1990, a qual reconduziu várias mulheres de volta ao lar, a uma revolução silenciosa que aconteceu de forma despercebida e modificou o conceito de maternidade sem quaisquer balbúrdias. A maternidade retoma seu lugar de primeiro plano na vida de mulheres, que diante de um emprego mal pago em sem estabilidade, a viam como um valor mais seguro e consolador. De certa forma, essa revolução foi uma involução que recolocou a maternidade, dessa vez com um conceito modificado, no cerne feminino. Atualmente, no século XXI, o cenário é outro, a mulher pode tanto aderir à maternidade, como recusar ou ainda negociar, porém, quando intensifica uma de suas reivindicações, a chance de colidir com as demais aumenta, dificultando a consonância entre a mulher e a mãe.

Segundo Wagner (2011), os atributos biológicos que permitem à mulher conceber, gestar e parir foi visto pelas estudiosas feministas como a causa da naturalização da ideia coletiva sobre a capacidade de cada mulher ser mãe, dando origem ao mito que define a mulher como portadora de um instinto materno. No entanto, mesmo diante de tantos caminhos e objetivos possíveis, a vinculação da feminilidade e maternidade somado à pressão do “relógio biológico” torna-se um pesadelo para muitas mulheres. Dessa forma, o individualismo feminino, fruto dos impulsos do aumento de nível educacional, profissional e poder de escolha, torna as

mulheres mais questionadoras e conscientes, inclusive dentro de suas relações conjugais, onde exercem cada vez mais o gerenciamento e a diversificação de suas primazias. “Com isso passaram também a questionar a naturalização do ciclo evolutivo vital, que preconiza a seguinte ordem: nascer, crescer, casar e multiplicar-se” (WAGNER *et al*, 2011, p. 48).

2.4 A DUPLA IDENTIDADE DA MÃE

Badinter (2011) reitera que, diante da possibilidade de ter independência, asserção profissional e uma vida conjugal e social efetiva, a qual se contrapõe ao desejo da experiência materna, regada pelo amor e alegria que uma criança pode trazer, a maioria das mulheres ocidentais, a princípio, podem escolher entre seus interesses de mulher e o desejo de ser mãe, ao mesmo tempo que almejam os dois. “Para alcançar esse ideal, ela tem filhos mais tarde e em menor número. Porém, desde o nascimento do primeiro, elas se veem na posição de negociadora de sua dupla identidade” (BADINTER, 2011, s/p).

Badinter (2011) converge que esta negociação está longe de ser bem sucedida, uma vez que nos dois extremos as exigências são grandes, a idealização da boa mãe, por hora se torna massacrante, colide violentamente com as obrigações profissionais. Conforme variam as necessidades da criança, assim como as demandas profissionais, a negociação evolui por um caminho suscetível a contradições. A continência da dupla identidade da mãe torna-se frágil e instável perante as provações conflituosas, diante das quais tanto a mulher quanto a mãe sentem-se da mesma forma perdedoras, um confronto que muitas não querem ter que enfrentar.

Alguns teóricos acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o autor Hall (2011) descreve essa corrente de pensamento como a constituição de uma “crise das identidades modernas”, resultantes das transformações estruturais na sociedade no final do século XX. “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p.43). Tais processos levam ao questionamento sobre a própria modernidade está sendo remodelada, e o que é designado como pós moderno, também é “pós”

acerca de qualquer convicção essencialista ou fixa de identidade, consoante Hall (2011).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases teóricas utilizadas para esta pesquisa, possibilitaram uma reflexão acerca das transformações históricas e sociais do conceito materno ao longo das últimas décadas, bem como pontuou onde estão as raízes conflituosas que fazem da maternidade um conceito ambíguo, podendo ser tão prazerosa quanto é penosa. Dessa forma, se faz necessário que a mulher pondere seu desejo materno, com suas ambições profissionais e pessoais antes de ceder a ânsia de tornar-se mãe, criando consciência dos possíveis conflitos que surgirão, a depender de sua escolha.

4 REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **O conflito:** a mulher e a mãe.1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 196.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. Cap 1, p. 7-14.

HOOKS, B. Nosso corpo, nosso ser: direitos reprodutivos. In: HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução de Bhuvi Libanio.13 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. cap 5, p. 49-55.

MERCER, K. **Welcome to the jungle**. In Rutherford, J. (org). Identity. Londres: Lawrence and Wishart, 1990, p. 210.

WAGNER, A. *et al.* Sobre as motivações para a conjugalidade. In: WAGNER, A *et al*. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea**. Artmed Editora S.A. Porto Alegre, 2011, p.34-48.

O HUMOR E O LUTO NA PSICANÁLISE: UM RECORTE DE SEMELHANÇAS

SPINARDI, Gabriela C.[195]
SANTOS, Emanuelle M. A. dos[196]
MUZZOLON, Tauana[197]
LIMA, Guilherme A. de[198]

RESUMO: Este paper tem como objetivo compreender o humor e o luto, na biografia de Sigmund Freud. A um passo, busca identificar as suas semelhanças perante ao campo clínico da psicanálise. O processo metodológico fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica de livros de Freud, Morais e Souza e tem como escopo a elaboração de um entrelaçamento metodológico entre o humor e o luto na psicanálise. Enquanto resultados, evidencia-se que o humor e o luto, dentro da visão psicanalítica, possuem elementos semelhantes de negação da realidade.

Palavras-chave: Psicanálise. Humor. Luto. Freud.

1 INTRODUÇÃO

O humor, de acordo com a psicanálise Freudiana, é uma estratégia do inconsciente para fazer com que o indivíduo reduza o sofrimento da realidade. Por meio do gozar através da linguagem, internalizada e externalizada, ocorre a transferência da percepção das palavras, resultando na conjuntura do indivíduo da verdade, onde seus sentimentos inconscientes de sofrimento vêm à tona em forma de brincadeira. O indivíduo se utiliza do humor para mascarar a realidade, para obter algum prazer da afetividade não correspondida por seus conflitos emocionais.

De outro modo, o luto também se apresenta como um estado emocional que também pode trazer conflitos emocionais para o indivíduo. No luto o indivíduo passa por um processo lento de aceitação, e no meio do caminho desse processo o mesmo pode acabar encontrando artifícios para dispersar e prolongar o processo, rejeitando-o. O luto, dentro da visão psicanalítica freudiana, tem como objetivo o desapego da libido conectada de um objeto do ente querido. O processo terapêutico psicanalítico

---

[195] Mestranda em Educação na Universidade Estadual do Centro-Oeste; Cursando o 6º período de Psicologia no Centro Universitário Campo Real. Licenciada em Arte; Licenciada em Letras; Licenciada em Pedagogia; Especialização em Ensino Lúdico.
[196] Cursando o 6º período de Psicologia no Centro Universitário Campo Real.
[197] Cursando o 6º período de Psicologia no Centro Universitário Campo Real.
[198] Orientador professor no Centro Universitário Campo Real. Psicólogo e Pedagogo. Mestrando em Filosofia - PUCPR.

pode auxiliar os indivíduos que passam pelo luto, mas esse processo não tem um período estipulado, cada indivíduo passa no seu próprio tempo.

O objetivo deste trabalho é encontrar as parecenças do humor e o luto na visão psicanalítica de Sigmund Freud e compreender como a psicanálise evidencia esses estados emocionais.

2 DESENVOLVIMENTO

A psicanálise se constituiu, no intervalo de 1893 a 1905, onde suas bases estão presentes na obra de Freud no ano de 1905. A estrutura da psicanálise Freudiana como: “[...] inconsciente, aparelho psíquico, defesa, pulsão, objeto, sintoma, interpretação e transferência [...]” (MORAIS, p. 115, 2008) foram definidas. E no século XX, Freud começou a estudar a lógica do inconsciente, afirmando que ela não está ligada apenas nos sonhos e sintomas, ela se faz presente também na vida cotidiana, nos atos falhos, chistes, práticas religiosas e nas artes (MORAIS, p. 115, 2008).

A psicanálise tem por objetivo chegar no conflito emocional através da livre-associação, para ambos os tipos de neurose, Freud indicava tratamento psíquico, a atuação por meio de falas terapêuticas, ou seja, a “psicoterapia”. No início a psicoterapia e a psicanálise eram idênticas. Mas alguns elementos ganharam destaque nas Psicoterapias Freudianas como: o humor, o riso, os chistes, sonhos, atos falhos, dentre outros.

Dentre esses elementos iremos compreender o humor dentro da visão psicanalítica de Freud. Assim, para falarmos de humor, que consiste em uma forma inteligente de lidar com a dor e o sofrimento do próprio indivíduo e ainda tirar prazer disso. Freud considerava o humor um grande atalho para a psicoterapia, pois acreditava que o indivíduo através de brincadeiras e do “faz de conta” a verdade poderia ser dita, em que talvez em algum outro momento, de uma forma mais séria, não seria dita pelo paciente, uma ‘’mentirinha’’ poderia ser a maneira de uma verdade ser anunciada (MORAES, p. 115, 2008).

A partir disso, ao mesmo tempo em que o indivíduo assiste, ele participa de sua própria divisão e condição sexuada. Portanto se fosse abrangida de maneira formal ou séria, perderia-se a parte humorística, voltando a ser um saber doloroso e sério para com o paciente, onde o mesmo poderia criar uma barreira de resistência ao

Psicoterapeuta. Freud acreditava que, através do humor, desafiando uma linguagem real e um próprio não-sentido fosse mais fácil chegar à verdade.

A Psicanálise considera o humor um dom valioso, uma forma de aliviar as dores da existência, podendo divertir-se no universo das representações. É por meio da linguagem, onde ocorre um deslocamento do sentido das palavras permitindo que o indivíduo ri-se de si mesmo e mostre que toda verdade é incompleta, afirmando o seu desejo contra a pulsão da morte que o habita.

“O humor é um meio de obter prazer, apesar dos afetos dolorosos que interferem com ele; atua como um substitutivo para a liberação destes afetos, coloca-se no lugar deles [...]” (FREUD, p. 257, 1905). O humor traz prazer ao indivíduo, que advém de uma contenção do afeto, resultando na liberação desse afeto que não acontece (FREUD, p. 257, 1905). Através do humor todo o poder constituído passa a ser gozado, onde as religiões, as teorias e ideologias se mostram frágeis, além dos princípios do prazer triunfarem sobre os princípios da realidade, realizando os desejos e contrapondo-se sobre a pulsão da morte no campo da saúde psíquica, produzindo efeito simbólico.

Freud apresentou, em 1917 no livro “Luto e Melancolia”, a noção de luto como “a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc” (FREUD, p.128, 1917). Isso significa que a perda e a relação de afeto com o ente querido gera de uma forma dolorosa o desinteresse pelo que é do mundo externo (FREUD, p.128, 1917).

Na fase do luto, a autoestima do indivíduo não é afetada, por isso muitas vezes pode ser confundido com a melancolia, mas vale lembrar que a melancolia apresenta um perda de forma inconsciente já o luto se apresenta de forma consciente. No consciente a pessoa sabe que o ente querido não está presente na sua realidade, mas continua se restringindo da dedicação ao luto.

O luto nunca deve ser considerado como um estado patológico e nem indicado algum tratamento médico, pois confiamos que essa fase será superada após certo tempo, visto que “é um processo demorado, de lento progresso” (FREUD, p.140, 1917) e mesmo o indivíduo passando pelo sentimento da dor, essa situação dolorosa passa com o tempo, e cada indivíduo tem seu próprio tempo (FREUD, p.188, 1917). O indivíduo que está passando pelo luto não necessariamente deve seguir uma determinada sequência, pois a fundamentação do inconsciente é apresentada de

diversas formas, mesmo que as análises das queixas do luto apresentadas sempre sejam iguais.

O luto, para psicanálise Freudiana, é uma característica “singular”, pois pode ser vivenciado de diferentes formas, sendo assim envolvendo perdas referentes à "morte propriamente dita, ou perdas subjetivas” (SOUZA & PONTES, p.70, 2016). O luto é um processo doloroso, caracterizado pelo desprendimento da libido de seus objetos ou entes queridos (FREUD, p.188, 1917). Freud afirma que os indivíduos se apegam a objetos amados e que mesmo após a perda, permanecem na nossa psique, deste modo, o ser humano não gosta de abandonar uma posição libidinal, mesmo quando já encontrado um substituto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O indivíduo se utiliza do humor para reduzir os sentimentos dolorosos, aproveitando-o como fuga. Essa fuga é aproveitada com o objetivo de liberar os afetos não recebidos por meio da liberação desses afetos com o outro, proporcionando que o indivíduo se coloque no lugar da pessoa que recebe esses afetos. Em medida de aproximação, a passagem do luto é um sentimento doloroso e o indivíduo que se utiliza do humor mascara esse sentimento doloroso. No luto temos a presença da passagem do desprendimento da libido presente em objetos, assim o luto é sobre abandonar o que se tem apego libidinal que lembre o ente querido, e esse desapego material gera sofrimento.

Dentro da compreensão psicanalítica freudiana do humor e do luto, entra em evidência a similaridade da fuga da realidade. Nos dois estados emocionais o indivíduo precisa passar por sentimentos dolorosos e o primeiro passo para o seu avanço clínico é a sua aceitação. No humor o indivíduo que possui um déficit de afeto transpassa esse sentimento para o prazer que o humor lhe traz, por meio da geração de atenção do outro e o fazer prazer ao outro. Já no luto, o indivíduo precisa se desapegar dos objetos que lhe trazem. Assim, compreendemos que no Humor o indivíduo quer suprimir o prazer que lhe foi/é negado e no luto o indivíduo deve se afastar dos objetos que lhe trazem prazer.

4 REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. In:_. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas, op. cit., p.258. 1905. v. VIII.

FREUD, Sigmund [1917]. **Luto e Melancolia** (Sigmund Freud Obras Completas, pp. 127-144). Brasil: Companhia das Letras.

MORAIS, Marília Brandão Lemos. Humor e psicanálise. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte , n. 31, p. 114-124, out. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 set. 2021.

SOUZA, Andressa Mayara Silva; PONTES, Suely Aires. As diversas faces da perda: o luto para a psicanálise. **Analytica**, São João del Rei , v. 5, n. 9, p. 69-85, dez. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972016000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 set. 2021.

O LUTO NA PANDEMIA

WOLFF, Angelita Ap.[199]
SOARES,Eliane Ap. Haas[200]
BORBA, Rodolfo Pereira de[201]
LIMA,Guilherme Almeida de[202]

RESUMO: O presente resumo, tem como objetivo descrever a dor e o sofrimento dos parentes enlutados de vítimas da contaminação pela COVID-19. Como a experiência do luto na perda dos entes queridos, reconhecendo a falta dos rituais fúnebres e refletindo sobre os sentimentos dos enlutados buscando outras alternativas para o processo de despedida. E como isso afetou diretamente a vida social, não só o luto na morte mas na subjetividade dos indivíduos que perderam a individualidade durante a pandemia.

Palavras-chave: Luto. Pandemia. Subjetividade.

1 INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, houve no mundo o aparecimento de um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, cujo início se deu na China. O vírus é responsável por causar uma doença complexa ao ser humano, segundo o Ministério da Saúde, tratando de uma alta capacidade de transmissão, por conta disso, rapidamente, inúmeras pessoas passaram a contraí-lo em diversos países. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, constatou em 11 de março de 2020, que se tratava de uma pandemia.

Com o aumento significativo da doença, iniciou-se as prevenções para evitar o alastramento do vírus e prevenir que mais pessoas se contaminassem, isto nos dias atuais também. Diante da realidade vivida pelos humanos na pandemia, como por exemplo, o isolamento, fez com que os indivíduos ficassem por muito tempo em casa, desse modo, afetando a saúde mental.

Além do mais, as mortes que até hoje são contabilizadas todos os dias, afetam a saúde psíquica do indivíduo que acompanha notícias ou principalmente aquele que vivenciou a doença ou a perda de um ente querido.

---

[199] Acadêmica do 6º período, do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.
[200] Acadêmica do 6º período, do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.
[201] Acadêmico do 6º período, do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.
[202] Professor Orientador do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

O presente trabalho tentará expor a vivência do luto pela retirada da sua subjetividade durante o isolamento, o luto enfrentado perante a doença, como o diagnóstico, a ida do paciente até a UTI, o luto dos familiares durante o processo de cura e o luto vivido pela morte.

"O luto, via de regra, é a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal...", assim Freud nos apresenta o luto, em seu livro "Luto e melancolia" (FREUD, 1915/2011, p. 48).

É válido ressaltar que o luto não nos diz somente da morte, e sim da subjetividade, a pandemia tirou de todos os indivíduos o direito de circular, as reuniões em família, as condições do trabalho, a mudança do espaço físico para o espaço remoto, tirou o convívio social e também deu à eles a mudança drástica de lidar com a morte.

2 DESENVOLVIMENTO

O segundo é o de que a pessoa enlutada vivencia uma "ambiguidade fundamental entre presença e ausência, entre o presente e o passado" (Fuchs, 2018, p. 44), entre o habitar um mundo ainda compartilhado com a pessoa amada e no qual ela sobrevive, e o habitar um mundo transformado e ainda estranho, onde a pessoa amada se encontra doente e mais estranho ainda, habitar o mundo onde a pessoa amada não se encontra mais. Essa ambiguidade pode se manifestar em uma dolorosa oscilação entre reconhecimento e negação da perda. Em "Luto e melancolia", Freud (1915/2011, p.49) descreve essa oscilação entre presença e ausência:

> [...] a prova de realidade mostrou que o objeto amado já não existe mais e agora exige que toda a libido seja retirada de suas ligações com esse objeto. Contra isso se levanta uma compreensível oposição [...] Essa oposição pode ser tão intensa que ocorre um afastamento da realidade e uma adesão ao objeto por meio de uma psicose alucinatória de desejo. O normal é que vença o respeito à realidade. Mas sua incumbência não pode ser imediatamente atendida. Ela será cumprida pouco a pouco com grande dispêndio de tempo e de energia de investimento, e enquanto isso a existência do objeto de investimento é psiquicamente prolongada.

A partir desse pressuposto da negação e da perda do que era vivido e a partir do momento do comunicado que de que a pandemia havia se instaurado na sociedade, todos foram surpreendidos com a notícia e todo o isolamento já criado para que a vida de certa forma, continuasse "normal", entretanto, em casa e não mais fora desse contexto. e ao mesmo tempo retiraram muitas coisas da vida do indivíduo, a subjetividade e a vida. Muitos passaram a viver em isolamento sozinhos, outros

ficaram presos em países diferentes dos seus familiares, além disso, empregos foram perdidos, locais de trabalho passaram a ser a sala de estar de casa. A subjetividade, a individualidade de cada um foi perdida e/ou modificada.

Sendo assim, o ser humano tem uma tendência natural, que surge da sua necessidade de segurança e proteção de estabelecer fortes laços afetivos com os outros e quando estes laços são ameaçados ou rompidos emergem fortes reações emocionais (Roque, 2009).

Portanto, as políticas de distanciamento social e as redes de segurança inadequadas neste período de isolamento, em maior medida, experiências de dor e sofrimento dos parentes, desde o diagnóstico aos sintomas leves, moderados ou graves, precisando, para este último, uma intervenção profissional, acabam vulnerabilizando ainda mais a família.

Ademais, a partir do tratamento com o internamento deste paciente na UTI, a família lida com o luto, todo humano sente um vazio quando perde um parente ou uma pessoa próxima, não exatamente na morte, mas sim pelo afastamento também. Por isso, quando a morte é pela COVID-19, a dor e o sofrimento se tornam muito mais insuportáveis pelo afastamento precoce e pela falta de despedida no último dia.

Conforme o número de infecções e mortes aumentavam, o ritual fúnebre foi modificado, a despedida passou a não existir mais. Os rituais são capazes de trazer conforto, tranquilidade, auxílio na aceitação da morte e na recuperação da família, bem como cura pessoal e redefinição de vínculos. Assim, participar de rituais significativos propicia que o enlutado possa elaborar o seu luto e construir significados em uma nova vida sem a pessoa falecida. Em meio a um contexto pandêmico, existe a restrição ou a privação dessa despedida, acreditando tornar o luto dos sobreviventes um pouco mais complicado.

A morte é solitária e ao mesmo tempo um conjunto, no hospital estão os corpos adoecidos e os mortos, a família durante a pandemia, ficou vagando, um momento de solitude para todos que acompanharam a doença de um ente querido. Em “Sobre a morte e o morrer”, Kluber-Ross (1985, p. 19), escreve de forma breve e sucinta a morte e seus aspectos:

> Há muitas razões para se fugir de encarar a morte calmamente. Uma das mais importantes é que, hoje em dia, morrer é triste demais sob vários aspectos, sobretudo é muito solitário, muito mecânico e desumano. Às vezes, é até mesmo difícil determinar tecnicamente a hora exata em que se deu a morte.

Desse modo é visto que a morte sempre foi difícil, mas nos dias de hoje após a pandemia do vírus SARS-CoV-2, percebeu-se a angústia da família esperando a notícia e ao mesmo tempo ouvindo nos jornais as mortes de todos os dias, as quais ocorrem até hoje devido o vírus.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 trouxe mudanças drásticas nas circunstâncias que cercam a morte e o luto, deixando, só no Brasil, centenas de milhares de pessoas em condições adversas para a elaboração da perda de seus entes queridos e em risco de desenvolverem formas mais persistentes de sofrimento mental.

Deste modo, para que toda essa ajuda possa ser levada a cabo será essencial um maior aprofundamento do processo de luto, em geral, e deste tipo de perda na ausência de corpo, em particular, estabelecendo as respectivas diferenças para que possamos ir de encontro às necessidades proporcionando um acompanhamento especializado e adequado às diferentes situações.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia para pessoas que perdem um ente querido em tempos de coronavírus (COVID-19).** [Christiana Metzker, trad.]; Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC); Rede de Apoio às Famílias e Memorial das Vítimas de Covid-19 no Brasil; Segura a Onda - Brasil Contra a Covid-19. -2020. https://seguraaonda.com.br/wpcontent/uploads/2020/05/guia-vitimas-final.pdf.

CARDOSO, E. A. O. et al. **Efeitos da supressão de rituais fúnebres durante a pandemia de COVID-19 em familiares enlutados. Revista Latino-Americana de Enfermagem**, n. 28, e3361, 2020.

Freud, S. **Luto e melancolia**. Tradução de Marilene Carone.São Paulo, SP, 2011.

Fuchs, T **Presence in Absence**. The Ambiguous Phenomenology of Grief. Phenomenology and the Cognitive Sciences, 17, 43-63, 2018.

Kubler-Ross E. **Sobre a morte e o morrer**. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes; 1985.

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Protocolo de manejo clínico do coronavírus (COVID-19) na atenção primária da saúde**. [Internet]. Brasília: Secretaria de Atenção Primária à Saúde; 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/20/20200318-ProtocoloManejo-ver002.pdf>.

Organização Pan-Americana da Saúde. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). [Internet]. Brasília;2020. Disponível em:<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>.

Rodrigues Nascimento A, de A. Rezende Abrahão B, Kelly Brito da Silva B, Santiago Swerts L, Ellen Silva Gomes L, Teixeira Lima Alves M, Luzia Rodrigues da Silva N. **Rituais de despedida no contexto da pandemia da covid-19**.Cadernos ESP [Internet]. 22º de julho de 2020 [citado 01 de setembro de 2021];14(1):80-5. Disponível em: //cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/384

Roque, Ana Rita, Lapa Esteves, Maria. **O processo do luto na ausência do corpo**. International Journal of Developmental and Educational Psychology. 2009, Citado em 8 de Setembro de 2021]. ISSN: 0214-9877. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=349832320067.

SUBJETIVIDADE E PODER: AS INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO CORPO INFANTIL DO SÉCULO XXI

LICHINSKI, Ediane[203]
LIMA, Guilherme Almeida de [2]

RESUMO: O presente escrito tem por objetivo discutir as influências da família na construção da subjetividade das crianças. O texto apresenta a criança como-corpo-objeto, um corpo que, conforme a compreensão foucaultiana, não é apenas um composto orgânico, mas sim um constructo social, um corpo dócil, passível de domesticação. E a família se apresenta como um agente que exerce poder e contribui na construção deste corpo.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Família. Subjetividade. Corpo infantil.

1 INTRODUÇÃO

A subjetividade é construída no decorrer da vida do indivíduo. Com as relações sociais estabelecidas dentro dos grupos em que se relaciona, o ser humano troca experiências, se constrói e contribui com a formação de outros indivíduos. Uma importante parte da sociedade na vida do indivíduo é a família. A qual tem uma significativa responsabilidade na vida do sujeito, principalmente, nos seus primeiros anos.

É com a família que a criança terá as primeiras experiências vitais e fortes influências em sua subjetividade. A criança, não tendo condições de agir por conta própria em prol de si mesma, tem a família como seu principal alicerce. E a família, em especial aqueles que desempenham o papel de pai e/ou mãe, sendo fruto de um meio social, agirá sobre a criança conforme seus princípios ideológicos.

A criança, sendo um ser que está em uma fase inicial de um longo processo de construção, terá suas primeiras influências no seio familiar e ali se dará início à construção de sua subjetividade. A criança assume o papel de um corpo-objeto, o qual será moldado, inicialmente, de acordo com os princípios da sua família.

A família desempenha um papel de poder sobre aquele corpo-objeto. Regido por normas políticas, econômicas, sociais, a família exercerá domínio sobre

[203] Graduanda no 6º semestre em Psicologia pela Universidade Campo Real. E-mail: psi-edianesimao@camporeal.edu.br

[2] Professor no Centro Universitário Campo Real. Psicanalista. Psicólogo e Pedagogo. Mestrando em Filosofia – PUCPR. Prof_guilhermelima@camporeal.edu.br

aquele corpo que começa a ser moldado.

Considerando o que fora exposto, este trabalho tem como objetivo apresentar algumas influências da família na construção da subjetividade do indivíduo, tendo como base a pesquisa bibliográfica.

2 DESENVOLVIMENTO

Ainda que se considere que a subjetividade é algo amplo e complexo, ela pode ser definida como aquilo que está relacionado às particularidades do indivíduo. Porém, ela não pode ser entendida como algo amplamente particular que não sofre influência do meio. De acordo com Silva (2009), embora a subjetividade refira-se ao que é único e singular do sujeito, não retira o fato de sua gênese estar nas relações sociais estabelecidas pelo indivíduo. Sendo assim, a construção da subjetividade de um indivíduo é um processo constante que ocorre durante toda a sua vida. A partir das influências do meio social, a personalidade é moldada. Sendo uma parte deste meio social, a família apresenta uma contribuição fundamental na construção da subjetividade do indivíduo.

Antes mesmo do nascimento, a família já atua sobre o ser que está para nascer. O nome é escolhido, as roupas e os brinquedos são adquiridos pensando na criança, planos relacionados à educação, ao futuro daquele novo sujeito são feitos. Após o nascimento, durante alguns anos, a família tomará inúmeras atitudes em prol de aquele ser. Ainda que a criança manifeste seus desejos desde cedo, a família é quem decidirá se eles serão acatados, incentivados ou reprimidos. A família, portanto, estará influenciando significativamente na subjetividade daquele ser, exercendo um poder sobre ele e disciplinando-o.

A família, portanto, exerce poder sobre a criança e a criança é, então, um *corpo- objeto* na perspectiva foucaultiana, para a qual o corpo não é entendido como puramente biológico, mas, sim, social. Pois deixa de manifestar-se, apenas, conforme a sua própria natureza para atuar conforme as ordens sociais que lhe são designadas, atendendo a anseios políticos e econômicos. Dentre essas ordens estão as relacionadas às vestimentas, aos cuidados com a saúde, à educação, a atuação social. Nos parágrafos seguintes, será apresentado um pouco de cada uma delas, fazendo uma aproximação entre algumas práticas comuns na sociedade atual e com as práticas de alguns séculos atrás identificadas pelo historiador francês

Philippe Ariès.

Um dos cuidados que os pais têm com os filhos é distingui-los de acordo com o seu gênero. Portanto, antes mesmo do nascimento já há um cuidado em se adquirir vestimentas e outros adereços que sejam condizentes com o sexo da criança, procurando aproximá-lo dos costumes dos pais. E, a partir do nascimento, este cuidado continua e se estende por toda a sua infância. Mesmo quando aquele indivíduo já manifesta suas próprias vontade, confrontando muitas vezes com a vontade da família, a família pode relutar e tentar impor a sua opinião.

Um manual de civilidade do século XVII, que possuía um grande público, *Le Galatée*, já orientava como os indivíduos deveriam se vestir. Ariès (1981, p.249) expõe que, de acordo com o manual: “Um homem deve aproximar-se o mais possível da maneira de vestir-se dos outros cidadãos e deixar-se guiar pelo costume”. Uma situação que não foge muito da sociedade atual, tendo em vista que é comum que os pais incentivem seus filhos a vestirem-se de acordo com as vontades deles (dos pais) e, em muitas ocasiões vistam seus filhos com roupas que imitam as dos adultos.

Outro fator presente na vida do indivíduo é a educação. Em relação á educação informal, ou seja, os ensinamentos colocados pela família, relacionados aos costumes, às boas maneiras, à moral. O qual, geralmente, tem como intuito tornar a criança um bom cidadão para a sociedade. Relativo a esta educação estão ás práticas religiosas, tendo em vista que a família insere a religião na vida das crianças com o intuito de dar a elas um bom direcionamento na vida. De acordo com Ariès (1981), no século XVIII estabeleceu-se uma religião para as crianças e uma devoção foi dada exclusivamente a elas: a do anjo da guarda. A figura do anjo da guarda é comum em diversas religiões cristãs e essa é uma maneira de ligar as crianças à religião dos pais.

> Os cuidados com a saúde da criança também compete à família. É a família quem busca medidas que tratem ou previnam possíveis doenças que possam acometer as crianças. “A longa campanha a respeito da inoculação e da vacinação se insere no movimento que procurou cercar as crianças de cuidados médicos, tendo a família a responsabilidade moral e, pelo menos, uma parte do encargo econômico.” (FOUCAULT, 1979, p. 111).

É importante ressaltar que, para Foucault, o poder exercido pela família sobre as crianças não parte dela. Há um conjunto de relações que se estabelecem sobre os indivíduos.

> São certamente mantidas, e com poucas alterações, as relações de submissão e o sistema de signos que elas exigem, mas elas devem estar regidas, doravante, por todo um conjunto de que se impõe tanto aos pais quanto aos filhos: obrigações de ordem física (cuidados, contatos, higiene, limpeza, proximidade atenta); amamentação das crianças pelas mães; preocupação com um vestuário sadio; exercícios físicos para assegurar o bom desenvolvimento do organismo: corpo a corpo permanente e coercitivo entre os adultos e as crianças.(FOUCAULT, 1979, p. 110).

Portanto, a criança é um corpo-objeto que, historicamente, vem sendo trabalhado, moldado conforme os mecanismos econômicos e sociais, principalmente, por meio da família. Desde sociedades mais antigas até os dias atuais as crianças tem sua subjetividade construída pelo poder hierárquico da família.

3 CONCLUSÃO

Percebe-se que há um sistema político e econômico que atua de diversas formas sobre os indivíduos, inclusive sobre as famílias e este influencia diretamente na construção da subjetividade das crianças.

A criança enquanto um corpo-objeto que, vulnerável ao poder hierárquico que a família detém, ainda não tem capacidade de relutar contra o que a ela é imposto, tem sua subjetividade moldada, seus valores éticos e morais estão ajustados para a convivência em sociedade, porém seu constructo se mantém em movimento.

Constata-se que desde antigamente, baseando-se no século XVI, XVII até o século atual, a condição de poder dos pais sobre as crianças se mantém praticamente a mesma, mudam as constituições, as particularidades de cada época, mas em qualquer situação da história a criança não deixa de ser um corpo-objeto, corpo este que a sociedade exige de seus tutores um desenvolvimento representativo a ponto de ser aprovado nesse meio.

4 REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade** *e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural* Psic. da Ed., São Paulo, 28, 1º sem. de 2009, pp. 169-195 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n28/v28a10.pdf Acesso em 02 JUN 2019

UMA ANÁLISE DO LUGAR DE FALA NA PSICOLOGIA FEMINISTA

DE LIMA, Julia Cristina Ferreira [204]

PADILHA, Ketlyn Larsson Meurer[205]

DOS SANTOS, Ana Bela[206]

DE OLIVEIRA, Marcelo[207]

RESUMO: Sabe-se que a linguagem é um instrumento nato da psicanálise, pois nossas vivências estão muito para esse lugar. Diante dessa observação, neste trabalho daremos ênfase para um viés específico que é o lugar de fala na psicologia feminista. Primeiramente pretendemos trazer o que está para este lugar e qual é sua relação com o feminismo, desenrolando os dois termos. Visualizando então, o que esse movimento trouxe de contribuições para o seu público alvo e possibilitando através da Psicologia Feminista observar o grande destaque no direito de cada mulher e o espaço que esse grupo tem dentro do contexto da sociedade.

Palavras-chave: Mulheres. Psicanálise. Fala. Psicologia. Feminismo.

1 INTRODUÇÃO

O lugar de fala é um conceito que tem por principal objetivo permitir que as diversas pluralidades e singularidades de grupos historicamente silenciados, venham a lutar pela reconstrução do direito de estar e aparecer na sociedade em que estão inseridos, porém para permitir um recorte, nesse trabalho, iremos nos concentrar apenas no lugar de fala presente nos movimentos feministas. O que conduziu a realização desse trabalho foi o desejo de possibilitar um olhar mais empático para com as vozes silenciadas e permitir que suas totalidades sejam aqui expostas. Sendo que na contemporaneidade e com a existência de tantos meios de comunicação, ficou mais fácil a disseminação de ideias diversas, o que dá ênfase e gera empoderamento para vozes que anseiam ser escutadas, possibilitando que a ideia se torne engajada e pela grande maioria aceita. Pois o feminismo é sem sobra de dúvidas um movimento essencial que viabiliza passar a libertação dos padrões patriarcais, que, graças ao seu lugar de voz, ganhou um grande reconhecimento.

Esta pesquisa tem como foco analisar como se dá o lugar de fala dentro da psicologia feminista, foi utilizado como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica,

[204] Psicologia, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[205] Psicologia, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[206] Professora Orientadora, Centro Universitário Campo Real.
[207] Professor Orientador, Centro Universitário Campo Real.

uma vez que os dados foram obtidos por artigos e documentos em seu desenvolvimento. Para tal pesquisa foram utilizados como plataforma de dados: (a) sciELO – feminismo, lugar de fala, contexto social, psicologia.

É como parte de um total que iremos apontar os principais tópicos que rodeiam o tema escolhido. Entende-se que a falta de um lugar de fala para mulheres é um fenômeno social que necessita de intervenção multidisciplinar, pois, o mesmo é consequência de um histórico ancestral construído socialmente, onde as relações hierárquicas eram organizadas em papéis bem determinados, o que em decorrência permitia que apenas alguns grupos tivessem lugares de fala e principalmente de vivencia e existência social privativos e exclusivos. Segundo Silva e Miranda (2002) apud Oliveira e Cassab (2014, p. 2) o movimento feminista surge com “a intenção de romper com a ordem patriarcal, denunciando a desigualdade entre homens e mulheres e buscando direitos igualitários e mais humanos.” e a psicologia feminina vem logo em seguida, promover uma visão mais compreensiva da mulher, que permite acima de tudo, um espaço para empoderamento e lugar de existência, assim como uma luta para a defesa constante dos diretos femininos, que há tempos vem sendo discutidos.

2 DESENVOLVIMENTO

Nos dias atuais e pensando no contexto do feminismo, podemos enfatizar o grande mérito que este obteve conquistando um lugar importantíssimo dentro da sociedade, lembrando, que esse mérito levou décadas para ser construído, eclodindo no início do século 20 na América do Norte, tendo um enorme resultado positivo na América Latina. As mulheres começaram a engajar mais o pensamento na igualdade de gênero e começaram a criar uma ambição por seu próprio lugar de fala. (ALMEIDA, 1998).

Sabe-se que a psicanálise nasce do entendimento da necessidade de permitir ao paciente/cliente/usuário um lugar de fala com associações livres que possibilitam o processo psíquico e movimentar-se entre sua origem (inconsciente) e ser verbalizado. De acordo com Longo (2006, p. 20) o estudo das associações livres começou a ser entendido em sua totalidade logo após uma paciente histérica de Freud lhe pedir que a deixasse falar “em vez de hipnotizá-la, ela convocou uma escuta por parte de Freud e nele encontrou acolhida na palavra.” ou seja, a psicanálise nasceu de alguém que se propôs a falar, e de alguém que se propôs a escutar.

Segundo Leila Longo, os fenômenos simbólicos os quais encontramos na linguagem são “fundamentais à vida do espírito e estão relacionados ao inconsciente — a extraordinária revelação de Freud”. Ainda segundo a autora, entende-se que a “realidade se expressa na palavra e só existe na medida em que se possa dizê-la.” (2006, p. 7).

Podemos pensar, que tudo na vida gira em torno da linguagem, é algo que está amparado na vida de todos, e é através da mesma que obtém-se organização e sentido aos diversos significantes e significados que adquire-se ao longo da vida e que somente recebem seu devido entendimento quando o sujeito permite o enlaçamento de suas subjetividades com a subjetividade do outro que se encontra a todo tempo em sua frente. Processo que só é possível quando há de existir um lugar de fala para todas aquelas vozes que foram um dia silenciadas. Diante desta questão entende-se que a comunicação e a disponibilidade desse lugar de fala, aqui exclusivamente para mulheres, favorece o estimulo de capacidades empáticas, que abrem espaço para compreender melhor a realidade do outro, mas também a nossa própria.

Direcionando o nosso pensamento brevemente ao lugar de fala e o que seria determinado contexto, podemos relaciona-lo tanto para termos de linguagem (senso comum) como de comunicação, dando lugar a certos grupos, como por exemplo negros e comunidade LGBTQIA+, que as vezes são minimizados pela grande sociedade e direcionando nesse momento conforme nosso tema as pessoas do gênero feminino, mulheres. Indivíduos que ainda consequentemente carregam um peso hierárquico do passado, sofrendo opressões e desigualdades até hoje em comparação ao sexo oposto. Pensando no que se caracteriza empoderamento, várias mulheres criaram essa voz com o auxílio do feminismo, aonde se viram capazes de ser quem quiserem diante do mundo e a sociedade. Refletindo que, dentro dos movimentos indenitários como no mencionado, podemos associar que apenas o sujeito em sofrimento, que fala por si, é o único protagonista responsável por aquele lugar que está lutando para construir.

Refletir sobre este, seria o mesmo que pensássemos em um lugar de resposta, daqueles que corajosamente se sentiram impulsionados e inspirados por estes movimentos, como o feminismo, fazendo assim com que suas vozes fossem

ouvidas, tendo uma maior legitimidade para transpor sobre aquilo que lhes causa sofrimento. Para Chagas, 2018:

> Essa compreensão, que fundamenta toda a ideia de "lugar de fala", revela uma relação diretamente proporcional entre "ser ouvido" e o poder. Não é por acaso, portanto, a noção amplamente difundida em movimentos identitários de que "dar voz" (e, por consequência, conferir auto- representação) aos oprimidos é sinônimo de "empoderamento".

Como sabemos o feminismo é um movimento social que possui ênfase na sociedade, pois como dito, foi através dele que as mulheres lutaram para receberem seu devido respeito e acesso a um lugar de fala que define a cada dia sua devida posição no mundo, sem ser silenciada pelos outros. Essa revolução feminista rompeu com as condições estruturais que mantinham as mulheres silenciadas e possibilitou como dito pela autora Clarissa Pinkola Estés (1992, p. 20) "um insight penetrante uma chama da vida apaixonada".

Quando se é mulher, tudo é político e é como parte de um total que a psicologia feminista se insere no centro desse contexto histórico para promover um melhor entendimento e separação do individual e social, um lugar de fala e acolhimento das vozes silenciadas, apoio as oprimidas, um lugar de empoderamento e preservação da coragem e força. A ideia de relacionar o lugar de fala na psicologia feminista é uma ferramenta útil de "demarcação de espaços e identidades, contribuindo para a própria difusão da diversidade, incorporando dizeres outrora silenciados, auxiliando na inclusão social." (SALGADO E ANTONIO, 2018, p. 574).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grandes grupos, por muitas vezes, tendem a excluir e não possibilitar um lugar digno para aqueles que estão minimizados por suas vivencias, indivíduos que graças a suas próprias batalhas estão conseguindo conquistar lugares de grandes direitos dentro de seus contextos, quebrando rupturas e paradigmas que há muito tempo existem, como enfatizado ao longo deste, o feminismo.

A contemporaneidade nos trouxe o privilegio das mídias, o que possibilitou ainda mais a repercussão e o saber de um movimento que é forte e dotado de significantes, que merecia ser aberto e dono de um lugar grandioso, composto do que entendemos por linguagem e passando a ser compreendido por um número maior de pessoas. Dessa forma tornando-se efetivo um lugar não só de fala, mas o lugar do movimento feminista na sociedade.

Do que se viu, podemos dizer que o lugar de fala na psicologia feminista promove inclusão social, coragem e força para continuar lutando para que os direitos básicos e fundamentais sejam respeitados e que além de tudo as mulheres estejam presentes e demostrem toda a totalidade das mesmas que foram silenciadas anteriormente, pois, entende-se que ao proporcionar o lugar de fala para as vozes, promove-se não só um acolhimento humanizado para aquele ser humano biopsicossocial que se faz inteiro em nossa frente, utilizando das mais diversas formas de linguagem/comunicação, também possibilitando a “disputa” afetiva do ser e estar presente no contexto que está inserido.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane. "As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania." *Revista brasileira de estudos pedagógicos* 81.197 (2021).

CHAGAS, Juary. O “lugar de fala” nos movimentos: pressupostos teóricos pós-modernos, materialização prática fragmentária. **Anais do xvi encontro nacional de pesquisadores em serviço social**, v. 16, n. 1, 2018.

ESTÉS, Clarissa Pinkola; BARCELOS, Waldeia. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. 1994.

LONGO, Leila. Linguagem e psicanálise. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SALGADO, Luciana Salazar; ANTONIO, Gatti Marcio. Considerações sobre o sintagma “lugar de fala”: um operador de vozes empoderadas?. **Discurso & Sociedad**, n. 3, p. 565-580, 2018.

A RELAÇÃO ENTRE ESPIRITUALIDADE, RELIGIOSIDADE E QUALIDADE DE VIDA SOB UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA

YAMAZAKI, Angelo Telli[208]
BONETTI, Marcos Francisco[209]

RESUMO: O presente trabalho pretende refletir sobre a relação entre religiosidade/espiritualidade e qualidade de vida, inicialmente conceitualizando aqueles termos e em seguida descrevendo aspectos que determinam relações positivas e negativas com a esta. Por fim, tratar-se-á da importância do reconhecimento dos assuntos religiosos e da espiritualidade nas esferas individual e coletiva, além da capacitação do profissional de Psicologia para manejá-los.

Palavras-chave: religiosidade. espiritualidade. qualidade de vida. psicologia.

1 INTRODUÇÃO

Apesar do interesse da humanidade desde seus primórdios por assuntos espirituais e religiosos, as primeiras investigações científicas sobre o tema enquanto aspecto individual subjetivo são historicamente recentes. As atuais pesquisas e produções acadêmicas relacionadas têm se enriquecido graças a autores como Harold G. Koenig, que apresentam análises autênticas, livres de visões polarizadas ou pragmáticas, e fogem da visão mecanicista/racionalista da contemporaneidade contestada por Melo, Sampaio, Souza et al. (2015).

Koenig (2001, apud PERES, SIMÃO e NASELLO, 2007) conceitua religião como “[...] um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos projetados para auxiliar a proximidade do indivíduo com o sagrado e/ou transcendente” e espiritualidade como “[...] uma busca pessoal de respostas sobre o significado da vida e o relacionamento com o sagrado e/ou transcendente”.

Pode-se visualizar o impacto da religiosidade/espiritualidade sobre os indivíduos na pesquisa "Datafolha" publicada pelo Jornal “Folha de São Paulo” em 2020[3], que apontou que somente 10% dos brasileiros não declaram religião e apenas outros 1% se declaram ateus. Peres et al. (2007), referindo-se à religião em psicoterapia, alegam que aquela “[...] constitui uma parte importante da cultura, dos

---

[208] Acadêmico de Psicologia, 4° Período, Centro Universitário Campo Real. (psi-angeloyamazaki@camporeal.edu.br)
[209] Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e professor de Humanidades no Centro Universitário Campo Real. (prof_marcosbonetti@camporeal.edu.br
[3] Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml

princípios e dos valores utilizados pelos clientes para dar forma a julgamentos e ao processamento de informações."

Considerando a importância do tema aos sujeitos (e portanto ao cliente/paciente em psicoterapia), este resumo expandido faz uma revisão bibliográfica sobre religiosidade/espiritualidade em relação à qualidade de vida num viés da Psicologia, baseando-se em artigos de periódicos disponíveis *on-line*.

2 RELIGIÃO E ESPIRITUALIDADE NA PSIQUE DO SUJEITO

Além da carga simbólica relacionada a diferentes tipos de fé e crenças, observável nas mais diversas culturas, um "novo" ponto de vista essencial, distinto do estudo somente em escala sociológica tem emergido: a observação dos efeitos da religião em escala individual. Tratando-se da relação saúde mental *versus* religiosidade e espiritualidade, vários estudos têm apontado uma correlação entre os níveis destas últimas e níveis de qualidade de vida. Apesar de na maioria das vezes essas relações serem positivas (apontando provável atuação benéfica sobre o indivíduo), eventualmente aparecem como negativas, especificamente no caso da religiosidade (MELO et al., 2015).

Esta discrepância entre os efeitos da religiosidade é associada por Moreira-Almeida, Neto e Koenig (2006) aos conceitos de Gordon Allport (1967) de "Orientação Intrínseca" e "Orientação Extrínseca". Na religiosidade *intrínseca*, o interesse do indivíduo na religião está na fé enquanto motivação e propósito subjetivo, e outros interesses, por mais básicos que sejam, tornam-se secundários e são integrados e harmonizados entre si na medida do possível; enquanto que na *extrínseca* as necessidades supridas pela religião no indivíduo são outras, mais voltadas a uma utilidade própria (como segurança, poder e aprovação social). Para Moreira-Almeida et al. (2006) a orientação *intrínseca* está associada a uma personalidade saudável e à saúde mental, enquanto a *extrínseca* está associada a dogmatismo, preconceito, medo da morte e ansiedade.

Apesar da abrangência destes conceitos, ainda é necessário que se faça uma análise mais pormenorizada destas contradições, levando em conta estudos quantitativos como os revisados por Melo et al. (2015) e os relacionando à carga teórica. A seguir, apresentar-se-á um esboço de tal debate.

2.1 FATOR GERADOR DE SUBJETIVIDADE E BEM-ESTAR

Os valores e crenças pessoais, sejam mais ou menos determinados por padrões coletivos, são a óptica através da qual os indivíduos analisam e julgam seu meio. Nesta dinâmica a espiritualidade e a religião são frequentemente constituintes da visão de mundo dos sujeitos. Sobre seus efeitos observáveis, múltiplas revisões bibliográficas estabelecem uma relação positiva entre espiritualidade, religiosidade e qualidade de vida, partindo do constatado por centenas de estudos (PERES et al. 2007; MOREIRA-ALMEIDA et al., 2006; MELO et al., 2015). É válido notar que Murakami e Campos (2012, apud PERES et al., 2007) colocam que a espiritualidade não apresenta necessariamente um sistema regulamentado de fé ou metafísicas, mas essencialmente um “sentimento íntimo existencial”.

Entre os efeitos postulados como saudáveis da religião e da espiritualidade destaca-se a capacidade de enfrentamento a adversidades. Astin e Keen (2006) relacionam a espiritualidade à "equanimidade" (posicionamento resiliente do indivíduo em situações estressantes ou de sofrimento, sustentado por uma perspectiva além do problema). Os autores também pontuam que altos níveis de equanimidade estão associados a auto-estima e altruísmo. Segundo Carone e Barone (2001, apud PERES et al., 2007), crenças subjetivas individuais podem fornecer ordem e compreensão de situações de sofrimento imprevisíveis e caóticas.

Beyer (1997 apud KNOBLAUCH, 2008)**,** ainda identifica na espiritualidade um benefício alheio à religião: o *holismo*, definido como a capacidade de integrar diversas áreas da vida, a princípio separadas pelo instrumentalismo e, portanto, apaziguar conflitos psíquicos individuais, gerando harmonia interna.

Apesar do caráter abstrato (embora verificado em análises estatísticas) destes conceitos, suas implicações tornam-se mais “palpáveis” no olhar da neurociência. Nesse sentido, Peres et al. (2007) citam os estudos de Kreamer et al. (2005), que mostram a importância da subjetividade no manejo de sofrimento psíquico; Kandel et al. (2000, p. 34)**,** que mostram o impacto da experiência subjetiva na rede neural; e Metzger (1974) que compreende a percepção subjetiva das experiências como possível determinante da reação do sujeito a um estímulo.

2.2 FATOR REPRESSOR E PATOLOGIZANTE

Há autores que alegam existir na religião um efeito patologizante e repressor da sexualidade e das expressões individuais (MEDEIROS, 2010, apud MELO et al., 2015) De fato, a revisão bibliográfica de Rocha e Fleck (2004) citada por Melo et al**.** (2015) sugere que apesar de, em geral, existir relação positiva entre qualidade de vida e religiosidade/espiritualidade, em 25% dos casos o contrário ocorre. Melo et al.(2015) observam que em alguns casos negativos, os indivíduos buscam a religião como meio de melhorar suas condições, e a não correspondência desta expectativa gera frustração, e que o mal-estar também pode ser gerado pela inibição da individualidade vinda de dogmatismos. Segundo Peres, et al. (2007), "[...] os efeitos negativos da religião estão no exercício para manter a conformidade e a promoção de um controle externo". Moreira-Almeida et al. (2006) pontuam que a religião pode ser rígida e inflexível, agravar sintomas psiquiátricos e causar obsessões e desilusões associadas a um "pensamento místico" (atitude passiva ao esperar intervenção divina, associar eventos desagradáveis ao diabo, projetar a culpa no divino, etc). Estes autores também observam que embora pacientes possam ter um bom relacionamento com a religião, podem ter pontos de vista religiosos psicóticos, depressivos ou ansiosos que podem causar inclusive resistência ao tratamento**.**

É importante observar que segundo Troeltsch (1992, apud KNOBLAUCH, 2008), a espiritualidade autêntica resulta em individuação e destradicionalização, ao contrário do efeito dogmático restritivo exposto acima.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na discussão realizada nos parágrafos acima, pode-se concluir que religião e a espiritualidade podem proporcionar paz, autoconfiança, autoestima e senso de propósito aos indivíduos; porém, podem trazer culpa, dúvidas, ansiedade e depressão através de autocríticas obsessivas (MOREIRA-ALMEIDA, 2006).

Mesmo diante de todos os componentes culturais e sociais que provém das crenças espirituais e religiosas e de sua influência no indivíduo, ainda há hesitações e bloqueios por parte de algumas abordagens da Psicologia em lidar com elas como sendo componente da esfera psíquica. Persiste o problema notado por Lukoff et al. (1992, apud MOREIRA-ALMEIDA et al., 2006) de que psicólogos não recebem em sua formação instrução ou treinamento adequados para lidar com o tema em clínica. Observa-se, portanto, a necessidade de formar profissionais em saúde mental

capacitados e informados acerca da multidimensionalidade das práticas espirituais e religiosas, bem como um olhar sem “tabus” sobre o assunto, que abranja suas problemáticas e riquezas subjetivas, para além de uma visão mecanicista.

4 REFERÊNCIAS

MELO, Cynthia de Freitas; SAMPAIO, Israel Silva Sampaio; SOUZA, Deborah Leite de Abreu; PINTO, Nilberto dos Santos. Correlação entre religiosidade, espiritualidade e qualidade de vida: uma revisão de literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 15, n. 2, p. 447-464, 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844504002.pdf. Acesso em: 4 set. 2021.

PERES, Julio Fernando Prieto; SIMÃO, Manoel José Pereira; NASELLO, Antonia Gladys. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Arch. Clin. Psychiatry**, São Paulo, Brasil v. 34, n. 1, p. 136-145, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rpc/a/YFghx4LyPBm6vVMH78Z4h8J/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 set. 2021.

MOREIRA-ALMEIDA, Alexander; NETO, Francisco Lotufo; KOENIG, Harold G. Religiousness and mental health: a review. **Braz. J. Psychiatry**, [s. l.], v. 28, n. 3, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/v6WPG8DFL5ND3gc4bmhsPRF/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 4 set. 2021.

ASTIN, Alexander W.; KEEN, James P. Equanimity and Spirituality. **Religion & Education**, Cedar Falls, Estados Unidos, v. 33, n. 2, p. 39-46, 2006. Disponível em: https://spirituality.ucla.edu/docs/academic-articles/Astin_Keen.pdf. Acesso em: 4 set. 2021.

KNOBLAUCH, Hubert. Spirituality and Popular Religion in Europe. **Social Compass**, Berlim, Alemanha, v. 55, n. 2, p. 140-153, 2008. Disponível em: https://www.depositonce.tu-berlin.de/bitstream/11303/8888/1/Knoblauch_2008.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A PERPETUAÇÃO DA CULTURA MACHISTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

GALVÃO, Ana Carolina[210]

BOIKO, Gabriele[211]

DOS SANTOS, Ana Bela[212]

RESUMO: O presente trabalho propõe uma discussão sobre o tema "Violência Contra a Mulher", a fim de problematizar a influência da cultura machista na vida de homens e mulheres. Para a realização da pesquisa, utilizou-se o método de revisão bibliográfica. A partir desta revisão, foram encontradas diversas questões que estão envolvidas em uma ocorrência de agressão contra a mulher, tornando-se possível discorrer sobre o assunto e investigar formas de se reduzir os índices da violência de gênero.

Palavras-chave: Machismo. Mulher. Psicologia. Violência.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a problemática da violência contra a mulher e a influência da cultura machista na vida de pessoas do sexo masculino e do sexo feminino. O tema foi escolhido devido ao aumento dos casos de violência contra a mulher em tempos de pandemia, sendo que os índices dessa violência estão alarmantes. Só em 2020, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram registradas 105.821 denúncias de agressão a indivíduos do sexo feminino. A fim de diminuir estes números, o país construiu algumas estratégias, incluindo uma legislação específica sobre o tema, que é composta, principalmente, pela Lei Maria da Penha (lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) e pela Lei do Feminicídio (lei nº 13.104, de 9 de março de 2015).

---

[1]Acadêmica do curso de Psicologia, 7º período, Centro Universitário Campo Real.

[2]Acadêmica do curso de Psicologia, 7º período, Centro Universitário Campo Real.

[3]Professora de Temas Transversais em Psicologia, Psicóloga, Geógrafa e Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, na qual acontece um estudo sobre o material existente acerca do tema. Para a realização deste, foi feita uma busca a partir das palavras-chave: “mulher”, “machismo”, “Psicologia” e “violência”, em plataformas digitais, sendo que, entre os documentos escolhidos, estão as “Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em programas de atenção à mulher em situação de violência”, elaboradas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

2. DESENVOLVIMENTO

Quando a espécie humana começou a habitar o planeta, cerca de dois milhões de anos atrás, não era necessário o uso de força física para a sobrevivência, pois as sociedades possuíam como cultura a coleta e a caça de pequenos animais. Sendo assim, não havia divisão de trabalho entre homens e mulheres, o masculino e o feminino governavam juntos. Nesta época, as mulheres eram consideradas seres sagrados, pois ajudavam na fertilidade da terra e dos animais, além de serem capazes de dar a vida a outro ser. Nestes grupos, considerados matricêntricos, quase não existiam guerras, pois não havia pressão para conquistar novos territórios (MURARO, 2015). Porém, segundo o mesmo autor, isso mudou com a escassez da coleta, sendo necessário partir para a caça de animais de grande porte, onde a força física passou a ser fundamental, mas foi com o desenvolvimento da agricultura que se iniciou a supremacia masculina.

Desta forma, as sociedades se tornam patriarcais, onde as mulheres e os mais jovens passam a ser subordinados ao “poder do pai”. Além disso, as mulheres passaram a ter sua sexualidade controlada pelo homem, ficando restritas ao domínio doméstico, contribuindo com um sistema de dependência e controle, perdendo qualquer decisão sobre o domínio público, que fica totalmente reservado ao homem, fortalecendo o sistema de dominação, poder e violência (STEARNS 2007).

Faz-se necessário percorrer, também, sobre a construção da ideologia do machismo por trás do discurso de dominação, seguindo três correntes teóricas apresentadas por Santos e Izumino (2005): a primeira é chamada de dominação masculina, onde as desigualdades e a violência contra a mulher são justificadas por ela ser considerada inferior ao homem. A segunda corrente é a da dominação patriarcal, onde a exploração econômica beneficia apenas o homem.

E, por fim, a última corrente é conhecida como dominação versus vitimização, onde, muitas vezes, por medo, as mulheres reproduzem e reforçam os papéis de gênero, se colocando em posição de fragilidade, com o objetivo de obter proteção. Neste contexto, geralmente, a violência funciona como ferramenta de comunicação entre o casal (SANTOS; IZUMINO, 2005).

A partir dessas três correntes, é possível perceber a força do machismo por trás do discurso de dominação, onde a violência representa o ponto principal da afirmação da virilidade e da superioridade do homem, que reflete o medo da perda do objeto social e sexual. Nesse sentido, Guimarães e Pedrosa (2017), citados por Balbinotti (2018), ressaltam que uma ação violenta está direcionada à destruição ou ao ataque da subjetividade do outro e surge no momento em que o sujeito sente que está perdendo seu poder ou se depara com sua impotência, ou seja, a violência tem como objetivo atingir a subjetividade, a afetividade e o pensamento daquele que sofre a violência. E, como trazem Narvaz e Koller (2006), citados por Balbinotti (2018), ainda que não se possam reduzir ao patriarcado todas as formas de violência contra as mulheres, é neste que tem o seu nascedouro.

Esta ideologia tem representado o modelo dominante da família brasileira, desde a época da colonização, sendo que o Estado, também como uma expressão do patriarcalismo, somente passou a intervir nas relações privadas recentemente. Portanto, é no meio familiar que a violência de gênero tem se apresentado da maneira mais cruel e persistente, sendo sustentada por valores culturais machistas e patriarcais, que acabam por justificar comportamentos de dominação e poder sobre a mulher.

O Brasil apresenta altos índices de violência contra mulher, o que pode trazer diversas consequências para a vítima, como abuso de álcool/drogas, sentimentos de incapacidade, insegurança, impotência e desvalorização de si mesma, fragilização das relações sociais decorrentes de isolamento, estados constantes de tristeza, ansiedade e medo, doenças crônicas ou sérios danos ao organismo, depressão, transtorno do pânico e estresse pós-traumático, além do fato de que a violência sexual também expõe as mulheres ao risco de contrair DSTs e de engravidar indesejadamente (CREPOP, 2013).

Ainda segundo o documento “Referências técnicas para atuação de psicólogas em programas de atenção à mulher em situação de violência”, produzido pelo CREPOP, em 2013, a violência contra mulher ocorre devido a uma problemática estrutural, que é a cultura machista. Entretanto, os impactos do machismo não caem apenas sobre as mulheres, mas também sobre os próprios homens, de modo que eles acabam sendo prejudicados por esse pensamento cuja fantasia central é que o homem deve ser poderoso, onipotente, viril, conquistador, não expressar fragilidade/emotividade, delegar o autocuidado à mulher e ser competitivo (UNICAMP, 2018). Tais exigências são difíceis de serem cumpridas, levando o homem a se sentir inseguro e impotente. Estes sentimentos, ainda conforme a matéria do Centro de Saúde da Comunidade da Unicamp, podem ser negados e liberados por meio da violência, visto que tal comportamento possui o objetivo de “reequilibrar o sistema psíquico através de uma experiência instantânea de triunfo”, buscando, assim, recuperar a autoconfiança.

Além disso, a cultura de construção da masculinidade estimula a violência nos indivíduos do sexo masculino desde a infância, visto que alguns dos brinquedos socialmente endereçados aos meninos são armas, soldados, campos de batalha, tanques de guerra e etc., sem contar jogos de tiro ou de outros conteúdos violentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta rigidez dos papéis sociais pode impedir que os homens vivenciem suas verdadeiras identidades e fazer com que eles somente reproduzam aquilo que lhes foi ensinado durante suas vidas. Sendo assim, conforme o documento do CREPOP (2013), proporcionar espaços de escuta, acolhimento e problematização de comportamentos machistas, tanto com homens que foram autores de violência contra mulher, quanto com aqueles que não foram, se constitui como um mecanismo importante de combate à violência de gênero, visto que busca debater a origem da situação-problema, que é o comportamento violento apresentado por indivíduos do sexo masculino.

4 REFERÊNCIAS

BALBINOTTI, Izabele. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO EXPRESSÃO DO PATRIARCADO E DO MACHISMO. **Revista da ESMESC**, Santa Catarina, v.25, n31, p.239-264, 2018. Disponível em: DOI: http://dx.doi.org/10.14295/revistadaesmesc.v25i31. p 239. Acesso em: 8 abr. 2021.

CENTRO DE SAÚDE DA COMUNIDADE - UNICAMP. **HOMENS X VIOLÊNCIA**. Disponível em: https://www.cecom.unicamp.br/homens-x-violencia/. Acesso em: 9 abr. 2021.

G1. **Brasil teve 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020; pandemia é fator, diz Damares**. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/07/brasil-teve-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020-pandemia-e-fator-diz-damares.ghtml. Acesso em: 8 abr. 2021.

IZUMINO, Wânia Pasinato; SANTOS, Cecília Macdowell. **Violência contra as mulheres e violência de gênero no Brasil.** Revista Estudios Interdisciplinários de America Latina y El Caribe. Israel: Universidade de TelAviv, v. 1, n. 16, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1408/viol%C3%AAncia_contra_as_mulheres.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 abr. 2021.

MURARO, Rose Marie. Introdução. KRAEMER, Heinrich; SPRENGE, James. **O martelo das feiticeiras.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

PSICOLOGIA, C, F, d; **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em programas de atenção à mulher em situação de violência**. 1 Ed. Brasília: André Almeida, 2013. p. 12 – 117.

STEARNS, Peter. **História das relações de gênero.** São Paulo: Contexto, 2007.

ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: UMA VISÃO PSICANALÍTICA DA ADAPTAÇÃO ESCOLAR

ECKERT, Suliane Aparecida[213]
NASCIMENTO, Willian da Cruz[214]
LIMA, Guilherme Almeida de[215]

RESUMO: Este resumo tem como tema a adaptação escolar de alunos diagnosticados com altas habilidades e superdotação. O objetivo é compreender o contexto atual e fazer uma análise a partir da teoria psicanalítica sobre o atual cenário escolar em que eles se encontram, destacando os esforços dos envolvidos para o desenvolvimento destes alunos. Como resultado observa-se que ainda há muito que ser feito para que os alunos tenham um ambiente escolar adaptado e para que os profissionais envolvidos tenham meios para tornar isso possivel.

Palavras-chave: Altas Habilidades. Superdotação. Psicanálise. Adaptação Escolar

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo busca descrever o atual cenário escolar onde alunos que possuem diagnóstico de altas habilidades estão inseridos e como o corpo docente os recebem em função deste diagnóstico. Este trabalho se justifica uma vez que é possível perceber que existe um grande vão entre o que é desejado e o que realmente acontece. Esta diferença faz com que alunos com altas habilidades se sintam desmotivados e acabem por ser considerados alunos com maiores dificuldades, o que vai de encontro com o diagnóstico de altas habilidades. A principal razão para que este cenário se apresente é a visão de que alunos com altas habilidades possuem algo de extraordinário, e se espere dele muito mais do que ele pode oferecer.

As escolas estão recebendo alunos diagnosticados com altas habilidades sem o preparo necessário, surgindo, assim, grandes dificuldades para inserir este aluno nas atividades preparadas para a turma, isto se deve a falta de preparo do corpo docente.

[213] Acadêmica do curso de Psicologia, 6º Período. Centro Universitário Campo Real.
[214] Acadêmico do curso de Psicologia, 6º Período. Centro Universitário Campo Real.
[215] Orientados, Professor da Disciplina Projeto Integrador, Curso de Psicologia, Centro Universitário Campo Real.

Contudo, neste momento, o presente resumo se limitará a descrever o cenário educacional onde o aluno com altas habilidades está inserido. Para isto, será identificadas as ações inclusivas já existentes no sistema educacional para que se possa descrever as principais dificuldades de inclusão para o aluno e então identificar as principais dificuldades de inclusão para o sistema de ensino.

Para este trabalho utilizou-se, exclusivamente, de estudos teóricos em livros e artigos científicos da base de dados SciELO.

2. O DESENVOLVIMENTO INFANTIL PARA A PSICANÁLISE

Na infância as crianças possuem um ego ainda incipiente, pouco estruturado, isso faz com que sua fantasia torne-se mais acessível em sua maioria persecutória. Melanine Klein nomeia como esquizo-paranóide nessa vertente, o corpo da mãe será tomado pela própria criança como objeto de seu interesse

A pulsão epstemofilica não é criada pela libido, mas sim pelo sadismo arcaico, com o qual a criança ataca e ao mesmo tempo conhece o corpo da mãe

Os ataques sádicos dirigidos a mãe entende posteriormente da figura paterna, sendo que a criança tem a fantasia de que ambos sejam despedaçados, que faz com que a criança tenha certa ansiedade, pois a criança sente punida por ambos os pais.

Para a criança isso é uma coisa boa, pois passando por essa ansiedade ela consegue diferenciar o lado externo do interno, ou seja, o lúdico do real, isso faz com que a criança tenha novos objetivos, e esses novos objetivos tornam-se ansiógenos, estabelecendo um processo constante de novas equiparações que formam a base do simbolismo e do interesse em novos objetivos.

> Coloca que o processo de simbolização permite o deslocamento da libido para outros objetos e atividades ligadas ao instinto de conservação e lhe empresta um componente prazeroso. Desse modo, tarefas ou atividades que em si mesmas não tinham tonalidade prazerosa, passam a tê-la, permitindo de modo socialmente aceito a descarga disfarçada de uma energia cujos fins estavam socialmente proibido (KLEIN, 1923 aput Sanada, 2001, p. 14)

3 ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E O SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO

Para Renzulli (2004, p. 82) existem dois tipos de superdotação: a acadêmica e a produtivo-criativa, a primeira está relacionada com a facilidade de aprendizado, já a segunda com a produção de algo novo. A superdotação acadêmica é mais comumente relatada pois é observada com maior facilidade pelos que acompanham a criança no cotidiano, seja no âmbito escolar, familiar ou em comunidade. Já a produtivo-criativa necessita de uma observação mais aprofundada e de liberdade e incentivo à criança no seu processo criativo. Este último pode ter em seu grupo crianças com baixo desempenho acadêmico e supressão de sua superdotação.

A Lei 9394/96, alterada pela Lei 12796/13 prevê direitos aos alunos com AH/SD: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com [...]altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Em 2007 o Ministério da Educação lançava quatro volumes de livros didáticos-pedagógicos para orientar aos professores e às famílias dos alunos com AH/SD. Onde Fleith (2007, p. 53) instrui educadores o processo de identificação de alunos com Ah/SD, devendo este processo contar com uma equipe interdisciplinar “com os profissionais das áreas de Educação, de Psicologia e outras envolvidas de forma direta ou indireta com a Educação Especial” (FLEITH, 2007,p. 60). Instrui os educadores às praticas educacionais para estes alunos, reforçando que ao isolar o aluno pode acarretar problemas emocionais (FLEITH,2007, p. 71). Elencando uma lista com as principais práticas a serem adotadas:

> Reconhecer as amplas diferenças individuais e aheterogeneidade do grupo, incluindo sempre alguma instrução individualizada; Evitar a completa segregação, dando oportunidade aos alunos para uma convivência escolar com outros de diferentes habilidades; Selecionar professores bem qualificados, que devem estar constantemente atualizados quanto às pesquisas, formas de avaliação e propostas curriculares específicas para esses alunos; Encorajar o desenvolvimento em várias áreas, além da intelectual; Manter a comunicação tanto entre os diversos professores, como entre professores e pais.(FLEITH, 2007, p.72)

A pedagogia ideal seria uma classe com vários graus de capacidade entre os alunos, e o professor ter a capacidade de trabalhar o mesmo assunto de forma que todos compreendesse (FLEITH, 2007, p.72)

3.1 ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E A REALIDADE DENTRO DA ESCOLA

Na teoria podemos perceber que o ensino está preparado para receber alunos com AH/SD, porém na prática ainda há muito a se fazer. Conclui Veiga, Grade e Gronchoski (2011, p.31), após estudar casos de alunos com AH/SD em escola de ensino fundamental regular, existe muita dificuldade para que estes alunos se sintam incluídos no sistema de ensino. Para os professores existe a falta de acesso ao aluno, que os definem como introspectivos e não respondentes ás atividades propostas, para os alunos em questão há falha no método usado pelo professor regente, já os colegas apontam dificuldade de socialização. Os autores ressaltam a falha no sistema de ensino:

> Observou-se com caráter preocupante e até emergencial a falta de diretrizes e suporte no tratamento de sucesso à educação inclusiva e de direito de todos. As intervenções da equipe pedagógica escolar existem e são necessárias, no entanto, são insuficientes diante do contexto de uma educação que se almeja e de uma educação da forma como se apresenta hoje. (VEIGA, GRADE E GRONCHOSKI, 2011, P. 31)

A pesquisa aponta um índice preocupante, onde 69% dos professores não mudam em nada sua metodologia após receber um aluno com AH/SD, alguns deles apenas oferecem atividades extras isoladas.Apenas 25% dos docentes buscam informações, alternativas e métodos de auxilio educacional, e o fazem por iniciativa própria. (VEIGA, GRADE E GRONCHOSKI, 2011, P.32)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos estudos aqui apresentados percebeu-se que existe a preocupação do Ministério da Educação em fazer a inclusão dos alunos com Altas habilidades/superdotação no ensino regular. Este possui lei e diretrizes muito bem definidas, manuais bem elaborados e na teoria tudo muito bem descrito.

Porém na prática percebe-se que existe uma distância considerável entre o ideal e o real. Esta distância se dá pela falta de investimento em treinamento, preparo prático e incentivo aos professores, para que eles se sintam motivados a reinventa-se em sala de aula e modificar os métodos ineficazes em classes com alunos com AH/SD.

5. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sonia Maria Lourenço de, METTRAU, Marsyl Bulkool. (2010). **Altas habilidades/superdotação: mitos e dilemas docentes na indicação para o atendimento.** *Psicologia: ciência e profissão*, *30*(1), 32-45. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 29 de agosto de 2021.

BRASIL**. Lei nº 9394/96**, atualizada em 2015, com redação dada pela Lei nº 12.796/13 altera a legislação federal. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil. Brasília, 5abril 2013. Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

FLEITH, Denise de Souza (org) **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: volume 1: orientação a professores** / organização: Denise de Souza Fleith. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/par/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091755988/12679-a-construcao-de-praticas-educacionais-para-alunos-com-altas-habilidadessuperdotacao. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

RENZULLI, Joseph S. **O que é esta coisa chamada Superdotação, e como desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos.** Educação [en linea]. 2004, XXVII (52), 75-131. ISSN: 0101-465X. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84805205. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

SANADA, Elizabeth. **Superdotação e psicanálise – Uma questão de desejo.** Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22082006-112243/publico/SuperdotacaoePsicanalise.pdf. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

VEIGA, Elizabeth Carvalho da; GRANDE, Diogo; GROCHOSKI, Simone. **As relações entre o aluno com altas habilidades/superdotação e o professor no ensino. Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 31, n. 72, nov. 2017. ISSN 1980-5942. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19751 Acesso em: 29 de agosto de 2021.

NOMOFOBIA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

ANDREKOWICZ, Isabele de Fátima[216]
KLUSKOVSKI, Crislene[217]
OLIVEIRA, Marcelo de

RESUMO: Por meio de uma pesquisa qualitativa, serão apresentados os riscos e consequências do uso em excesso dos aparelhos eletrônicos na infância, ocasionando uma fobia recente, que cresce ao longo dos últimos anos tanto quanto os avanços tecnológicos, e não mostra sinais de regressão. Estimou-se no decorrer desta pesquisa que aproximadamente 38% dos adolescentes não se imaginam vivendo um dia sem o uso do seu dispositivo móvel (Instituição de Pesquisa YouGov - UK), causando uma dependência que pode afetar desde o desenvolvimento cognitivo do usuário até suas relações sócio afetivas. Além disso, a nomofobia tem se mostrado um desencadeante para outras patologias correlacionadas, como a ansiedade, depressão, insônia, entre outras. Qualificados os sintomas e as consequências do uso exacerbado de eletrônicos, é necessário recorrer a prevenção de tal fobia, utilizando aparelhos como o celular, de modo consciente, a fim de que esta problemática seja superado e os números reduzidos.

Palavras-chave: Nomofobia. Sintomas psicológicos. Celular. Eletrônicos.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que uma fobia, por si só, é considerada um medo irracional. Assim, a nomofobia, palavra esta que deriva de uma composição em inglês de: no (sem-não), mobile (móvel), phone (telefone) e phobia (fobia) = sem telemóvel, de acordo com Pereira (2013) é o termo utilizado para descrever um medo irracional de ficar ou inutilizar um dispositivo móvel, desencadeando desconforto, ansiedade, pavor, angústia, insegurança, entre outros sintomas psicológicos em seus usuários.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, este trabalho tem o objetivo de alertar a comunidade dos males que esse medo irracional traz, em especial a infância.

Essa dependência tecnológica tem crescido muito, principalmente entre as crianças e os adolescentes, uma vez que a inserção do dispositivo móvel, embora não tão recente assim, passou a tomar proporções cada vez maiores com o avanço da tecnologia. Tal modernização impactou as novas gerações que já nasceram fazendo poses para fotos e virando “celebridades”, ainda que bebês, nas redes sociais. Por consequência, viver sem um celular passou a ser encarado como algo “pré-histórico”,

[216] Discente do Curso de Psicologia do quinto período do Centro Universitário Campo Real.
[217] Discente do Curso de Psicologia do quinto período do Centro Universitário Campo Real.
[3] Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

“das cavernas”, “de outro mundo”, e cada vez mais pessoas aderiram a esta tecnologia. Estudos da instituição de pesquisa YouGov, Reino Unido (2008) que envolveu 2.163 pessoas constatou que 58% dos homens e 47% das mulheres sofrem com nomofobia, enquanto 9% se sentiam estressados quando seus aparelhos estavam desligados ou recarregando.

Observa-se, portanto, que a nomofobia atinge a todos os países industrializados, gerando impactos graves em todas as áreas da nossa vida social. Ter o celular em mãos passou a ser obsessão. É preciso ligar, curtir, compartilhar, postar, enviar, gravar, jogar ou simplesmente apagar fotos, aplicativos ou aquele status ultrapassado. Ou seja, é preciso despender muitas e muitas horas com o celular em mãos.

Todavia, a terceira Lei de Newton é clara: “para toda ação há sempre uma reação oposta e de igual intensidade”. Isso significa que, apesar do avanço da tecnologia sempre estar no topo das prioridades políticas e se mostrar, cada vez mais, importante nos ramos da ciência, da educação e do comércio, é importante ressaltar que as consequências estão exigindo atenção de igual relevância quanto.

A população está adoecendo e nem sabe. Inúmeras crianças e adolescentes já são dependentes e sofrem de nomofobia. Contudo, conforme estudos de Maziero e Oliveira (2016), apesar da nomofobia não estar inclusa no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), estudiosos da área tem discutido por causa de seus efeitos e problemas psicopatológicos decorrentes do mau uso tecnológico.

2 DESENVOLVIMENTO

Para a consecução do presente estudo, priorizamos o método qualitativo segundo Minayo, onde buscamos apresentar uma pesquisa com base em um assunto pouco conhecido e estudado até então, pois, conforme nos ensina:

> Este tipo de método procura “desvelar” processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final, proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno estudado. (Minayo, 2010).

Assim, sobre um enfoque qualitativo, apresentamos as consequências já destacadas pelo uso excessivo de aparelhos eletrônicos bem como os alertas frente a nomofobia entre crianças e adolescentes. Visto que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são crianças, aquelas em idade até 12 anos incompletos e, são adolescentes aqueles entre 12 até 18 anos de idade, conforme o art. 2º da Lei 8069/90.

Desta forma, há que ressaltar que, nos dias atuais, muitas crianças desde o colo da mãe já tem acesso ao dispositivo móvel e assim, criam um vínculo interativo ou de entretenimento facilmente cativadas pelo conteúdo infantil. Neste passo, por meio do estudo desenvolvido por Piaget sobre o desenvolvimento infantil, a criança em determinado estágio acaba por reproduzir as ações apresentadas por um adulto.

Sendo assim, ao ver um adulto utilizando dispositivo móvel, a criança tende a imita-la de modo que ao observar este comportamento o adulto tende a romantizar e ceder o aparelho a criança cada vez mais. Por sua vez, a criança cresce motivada a usar o dispositivo como uma ferramenta do cotidiano, ou seja, o objeto de desejo da criança passa a ser palpável e o medo de abster-se deste passa a crescer irracionalmente alimentado como uma fobia.

Ato contínuo, em um adolescente, a fobia tende a tomar proporções maiores, visto que o uso demasiado do dispositivo móvel e a dependência de aceitação social, segundo Knobel e a síndrome da adolescência normal:

> Há um processo de superidentificação em massa, onde todos se identificam com cada um. Às vezes, o processo é tão intenso que a separação do grupo parece quase impossível e o indivíduo pertence mais ao grupo de coetâneos do que ao grupo familiar. Não se pode separar da turma nem de seus caprichos ou modas. Por isso, inclina-se às regras do grupo, em relação a modas, vestimenta, costumes, preferências de todos os tipos, etc.
> (KNOBEL, 1970, p. 36/37).

Tal referência demonstra que o adolescente está sujeito a preencher uma lacuna social imposta pela sociedade, o que viabiliza o acesso prático e rápido ao dispositivo móvel e seus aplicativos de cunho sociais e demais aplicativos de entretenimento.

A criança, por outro lado, é instigada por seus próprios responsáveis a utilizar o dispositivo móvel a fim de permanecer entretida com jogos e vídeos enquanto os mesmos ocupam-se de outros afazeres ou até mesmo de outros aparelhos para

que não precisem se preocupar em demasia com a ocupação da criança, vez que sabem exatamente onde ela está e acreditam saber o que está acessando.

Desta forma, é imprescindível estar atento ao conteúdo acessado bem como ao tempo despendido no uso de aparelhos eletrônicos como anteriormente citado. Além disso, Vygotsky também nos ensina que:

> A brincadeira, mesmo sendo livre e não estruturada, possui regras [...] Uma criança que brinca de ser a mamãe com suas bonecas assume comportamentos e posturas pré-estabelecidas pelo seu conhecimento de figura materna [...] O brincar é essencial para o desenvolvimento cognitivo da criança, pois os processos de simbolização e de representação a levam ao pensamento abstrato [...] A brincadeira vai de uma situação inicial, onde o papel e a cena imaginária são explícitas e as regras latentes, para uma situação em que as regras são explícitas e o papel e a cena imaginária latentes. (Vygotsky, 1991).

Podemos observar que os dispositivos móveis tem ocupado o tempo e a preferência das crianças nos dias de hoje, ou seja, ao invés de brincar e trabalhar a coordenação motora e o desenvolvimento cognitivo, o que exige concentração e dedicação, ela prefere se ocupar de algo mais prático e fácil, prejudicando assim seu próprio desenvolvimento saudável.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, buscou-se demonstrar a importância do estudo desta fobia, apesar de as pesquisas e intervenções ainda serem discretas mesmo sendo notoriamente corriqueira e presente na sociedade.

Objetivou-se elencar a conscientização da população para o uso de dispositivos móveis em demasia atualmente e a valorização do avanço das pesquisas relacionadas a esta fobia.

4 REFERÊNCIAS

PEREIRA, Cláudia. **Nomofobia – A doença Moderna**. 2013. Disponível em: <https://oficinadepsicologia.com/nomofobia-a-doenca-moderna/>. Acesso em: 08 de abril 2020.

FERNANDES, Lyerka Kallyane Ramos. **Método De Pesquisa Qualitativa: Usos e Possibilidades.** Psicologado, [S.l.]. 2014. Disponível em <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/introducao/metodo-de-pesquisa-qualitativa-usos-e-possibilidades>. Acesso em 13 Abr 2020.

PAIVA, M. N. M.; COSTA, J. S. **A influência da Tecnologia na Infância: Desenvolvimento ou ameaça?**. 2015. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>. Acesso em 07 de abr. 2020.

BAME, Yael. **38% dos adolescentes pensam que não poderiam durar nem um dia sem o smartphone**. 2017. Disponível em: <https://today.yougov.com/topics/technology/articles-reports/2017/06/05/38-teens-think-they-couldnt-last-even-day-without->. Acesso em 07 de abr. 2020.

BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069. Acesso em 07 de jun. 2020

FERNANDES, Lyerka Kallyane Ramos. **Método De Pesquisa Qualitativa: Usos e Possibilidades.** Psicologado, [S.l.]. (2014). Disponível em https://psicologado.com.br/psicologia-geral/introducao/metodo-de-pesquisa-qualitativa-usos-e-possibilidades . Acesso em 7 Jun 2020.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. **Educação Infantil: Pra que te quero?**. Artmed Editora. 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XB50O9zOZTQC&oi=fnd&pg=PA27&dq=piaget+desenvolvimento+infantil&ots=QApy2JIpK9&sig=kSEdyRARVkL1sKk51Xm2eAJT1vk#v=onepage&q=piaget%20desenvolvimento%20infantil&f=false. Acesso em 07 de jun. 2020

O CAMPO DOS AFETOS NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL

PENTEADO, Camila Slociak[218]
GARTNER, Giselle P. S. Martins[219]
LIMA, Guilherme Almeida[220]

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é abordar os afetos, dentro da perspectiva freudiana, e como estes estão presentes no processo de desenvolvimento do sujeito, em cada fase, introduzindo a criança na ordem simbólica. Entende-se que os sujeitos são sensíveis à afetividade de diferentes modos, e o afeto pode se transformar e deslocar, manifestando-se sob o corpo psíquico bem como no corpo físico. Atravessando esses tantos territórios abertos pela pesquisa, em artigos científicos e bibliográficos, constatamos a pertinência dos afetos em todas as dimensões da constituição como seres humanos, desejantes da satisfação de suas pulsões.

Palavras-chave: Afeto. Desenvolvimento. Corpo. Freud. Psicanálise.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, surgiu diante das inquietações sobre a temática envolvida quanto a compreensão do afeto como essencial no desenvolvimento humano. A partir de discussões acadêmicas percebeu-se a importância de se possibilitar maior entendimento sobre o tema em questão, a partir de diferentes fontes bibliográficas.

Deste modo, este estudo tem por objetivo evidenciar as considerações da teoria freudiana e suas fases de desenvolvimento psicossexual interligando-se ao afeto, demonstrando que o corpo é o lugar dos afetos, sendo nele o início das percepções e experiências posteriormente nomeadas, ou seja, sua corporeidade.

2 DESENVOLVIMENTO

Ainda que o campo dos afetos não seja compreendido em sua totalidade, sabe-se que desde os estudos freudianos acerca das histéricas, este assunto vem tomando proporções e se tornando imprescindível para as entender as relações humanas e os fenômenos relacionados à corporeidade.

---

[218] Acadêmica do 6° período em Psicologia, pelo Centro Universitário Campo Real.
[219] Psicopedagoga, Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Unicentro, acadêmica do 6° período em Psicologia pelo Centro Universitário Campo Real.
[220] Professor no Centro universitário Campo real. psicólogo e Pedagogo. Mestrando em Filosofia-PUCPR.

Neste contexto, é relevante considerar que na teoria freudiana, um estado de tensão causa excitação corporal, e têm-se então a fonte de pulsão, e esta se manifesta em duas ordens: do afeto e da representação, ainda que não estejam necessariamente interligadas. Sob este ponto de vista aponta-se que:

> O afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e de suas variações. Proveniente da terminologia alemã, o termo exprime estados afetivos penosos ou desagradáveis, vagos ou qualificados que se apresentam sob forma de descarga maciça (LAPLANCHE, 1983, p. 34).

Em um primeiro momento a ideia que se tem é de que ao se falar em afeto apenas emoções de cunho afável são preponderantes, entretanto ao compreender melhor a elaboração da concepção de afeto por Freud, entende-se que o sujeito se relaciona a exigência de satisfação da pulsão sexual, a qual em determinados momentos pode se fazer também por diferentes estímulos.

> Contudo, estamos em contato, na clínica atual, com angústias difusas, complexidades afetivas e formas extremas de sofrimento, onde o medo, o desamparo, o ressentimento, o ódio, a vergonha, o tédio, dentre outros afetos, expressam-se de forma contundente. (PENNA, 2017, p. 15.)

Vale ressaltar que o afeto faz parte de todas as fases de desenvolvimento psicossexual do ser humano. Sendo assim, conhecer este desenvolvimento se faz necessário, visto ser nele que tanto o afeto como a pulsão se fazem presentes. Freud (1905) descreve que a vida de uma pessoa era construída em torno de tensão e prazer e toda a tensão se devia ao acúmulo de libido, e que todo o prazer era decorrente da descarga deste.

Desta forma, para ele, o desenvolvimento da personalidade humana se dá pela forma que a energia sexual do id se acumula e é descarregada, isso conforme a pessoa amadurece biologicamente. Enfatizou também que os primeiros cinco anos de vida são cruciais para a formação da personalidade adulta.

As fases do desenvolvimento psicossexual segundo Freud (2016), são 5 estágios: oral, anal, fálico, latência e genital. Cada fase representa a pulsão em uma área do corpo, sendo que conforme a pessoa vai crescendo certas áreas se tornam mais importantes, reconhecidas como fonte de prazer e de frustração. Todas as cinco fases são vivenciadas pelas pessoas, e se estas passarem por todas com êxito, uma

personalidade saudável é o resultado, entretanto caso isso não ocorra, podem existir fixações em diferentes momentos.

Fixações podem ser entendidas como um foco persistente em um estágio, onde a pessoa acaba por desenvolver diferentes manifestações referentes ao mesmo. As fases são apresentadas em intervalos de idade, entretanto, vale ressaltar que isso é uma média e que cada pessoa leva um tempo diferente perpassando por ela de forma individual de acordo com suas vivências.

Desta forma, conforme Freud (2016), as fases podem ser explicadas da seguinte maneira:

Fase oral: De 0 a 2 anos é compreendida com sua pulsão na boca, fase em que, a criança sente prazer ao alimentar-se, chorar, reconhecer o mundo por meio dos lábios e língua. Neste período o sentimento de conforto e proteção são desenvolvidos. Caso a fixação ocorra neste processo, a pessoa pode utilizar-se de alimentação compulsiva, cigarro e bebida para aliviar sua ansiedade.

Fase Anal para Freud (2016) vai de 2 a 3 anos de idade é quando sua pulsão é no ânus, seu desenvolvimento se dá com o controle esfincteriano da bexiga e do intestino, sendo um momento importante de independência e autonomia. Caso a fixação ocorra, normalmente são pessoas muito controladoras ou com baixíssimo potencial controlador de sua própria vida. Tem características mais hostis e inícios masoquistas.

Freud (2016), aponta que a Fase Fálica, dos 3 aos 7 anos de idade, os genitais são onde a pulsão ocorre, neste momento tanto o complexo de Édipo quanto a angústia de castração são descritos. Neste momento a rivalidade é desenvolvida e caso a fixação aconteça, agressividade, passividade e sedução são os requisitos, assim como possível interesse sexual por pessoas mais velhas como substituição paterna ou materna.

A fase de latência segundo Freud (2016) vai dos 7 anos até a puberdade, onde a pulsão está na libido suprimida, quando o ego e o superego emergem. Neste ponto o desenvolvimento social, assim como a criação de laços e convivência em sociedade tomam formas.

Na teoria apresentada por Freud (2016) a Fase genital se organiza da puberdade até o fim da vida, é quando realmente o desenvolvimento e desejo de relação sexual ocorrem, a vagina e o falo são os pontos de pulsão, a identificação sexual passa por transformações biológicas, emocionais, psíquicas e sociais.

Corroborando com a importância de se considerar cada fase e suas pulsões Freud (2016, p. 110) aponta que, "(...) é preciso supor que já na infância se realiza, com frequência ou com regularidade, uma escolha de objeto que apresentamos como característica da fase de desenvolvimento(...)", ou seja, pode-se exemplificar o entrelaçamento entre a mãe e o bebê, onde o objeto de afeto da criança, diferente do seu próprio corpo, acaba por se dar no momento da amamentação. Assim, é notório que o afeto é possibilitado de diferentes formas, variados meios e objetos, algo essencial a ser considerado em sua diversidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das revisões teóricas pode-se perceber que as diferentes perspectivas no campo do afeto proporcionam olhares importantes para que cada vez mais discussões acerca do tema se façam presentes nos campos acadêmicos. Algo que inicialmente parece ser simplista e até mesmo recebe um olhar romantizado, acaba por se colocar, neste contexto, como protagonista no desenvolvimento humano.

Considerar o afeto como essencial, é uma das maneiras de se posicionar não apenas quanto a linha psicanalítica, mas de maneira a englobar o ser humano de forma integral em suas percepções. Os sujeitos são envoltos por fatores afetivos constantemente, os quais influenciam à sua maneira de atuar no mundo. Estar para a afetividade é, de certa forma, uma maneira de consumir e ser consumido.

Afetos extremos no recorte do corpo social acabam por provocar empasses de socialização, ocorrendo uma concentração que abre caminhos para o radicalismo e fundamentalismo. Desta forma, a pesquisa se apresenta de suma importância para possibilitar a continuidade das investigações e viabilizando maiores estudos que contemplem toda a esfera do tema em questão.

4 REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. **Obras completas**: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (" O caso Dora)" e outros textos (1901-1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 401 p. 6 v. Tradução de: Paulo César de Souza.

LAPANCHE, Jean; PONTALIS, Jean. **Vocabulário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

PENNA, Carla. O campo dos afetos: fontes de sofrimento, fontes de reconhecimento. dimensões pessoais e coletivas. **Caderno de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 37, p. 11-27, dez. 2017. Semestral.

O DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL DA CRIANÇA DE 2 A 5 ANOS

COUTINHO, Ana Laura[221]
EDLING, Isabela Maria[222]
DE LIMA, Guilherme Almeida[223]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a importância de se compreender o desenvolvimento infantil e identificar a fase de desenvolvimento psicossexual da criança de acordo com Sigmund Freud e como esse fenômeno influencia em sua aprendizagem, analisando as dificuldades no período de latência. A presente pesquisa possui caráter bibliográfico, a pesquisa na base de dados SciElo e em livros e artigos que tratam do tema. Verificou-se a partir destes estudos que a criança desenvolve-se através de um processo gradativo e que é influenciado pelo mundo a sua volta e as pessoas de seu convívio.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Criança. Transferência. Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo busca promover o estudo sobre o desenvolvimento de crianças, de 2 a 5 anos de idade, dando ênfase no seu desenvolvimento psicossexual, na transferência e no seu processo de aprendizagem. Este trabalho se faz relevante uma vez que entende-se que a transferência é fundamental para a aprendizagem, visto que Lacan fala sobre a aprendizagem sustentar-se na suposição de que o Outro sabe o que me falta, ou seja, o chamado Sujeito Suposto Saber.

Ademais, o processo de desenvolvimento possui grande importância no processo de aprendizagem, dado que a criança investe toda sua energia nas atividades escolares e nas suas relações sociais, dessa forma, a transferência é simultânea ao período de escolarização. Visa-se problematizar a relação do processo de aprendizagem com o desenvolvimento psicossexual da criança, suas dificuldades e constatar a importância da transferência e essas relações.

Não obstante, o presente resumo se limitará em verificar em quais fases do desenvolvimento psicossexual, incluindo fase oral, fase anal, fase fálica, fase genital

[221] Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real. Email: psi-isabelaedling@camporeal.edu.br
[222] Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real. Email: psi-anacoutinho@camporeal.edu.br
[223] Professor no Centro Universitário Campo Real. Psicólogo e Pedagogo. Mestrando em Filosofia - PUCPR. Email: prof_guilhermelima@camporeal.edu.br

e período de latência, a criança sente maior dificuldade, ou então, possui uma maior habilidade no seu processo de aprendizagem.

2. O PROCESSO DE APRENDIZAGEM INFANTIL

"Todo o desenvolvimento é produto de várias formas de interação de influências externas e internas." (BEE, 2011, p. 488).

O desenvolvimento é marcado por fatores hereditários e do meio, com a interação ocorrida entre ambos. "Verifica-se que ocorre uma crescente melhoria na sua aprendizagem, permitindo melhor exploração do ambiente, com utilização de movimentos e percepções mais sofisticadas.

Segundo Piaget (1971), a criança é capaz de se adaptar ao mundo a sua volta de maneira mais satisfatórias. Piaget (1971) via o indivíduo com dois pensamentos: aprendizagem e desenvolvimento. Embora a aprendizagem para este autor seja de extrema importância, visou-se estudar o desenvolvimento da criança de 2 a 5 anos o qual acredita-se ser o verdadeiro aprendizado.

Na visão piagetiana, há uma fase denominada inteligência simbólica, a qual se desenvolve no período da pré-escola, onde a criança é capaz de se comunicar com clareza e se utiliza de símbolos mentais para representar objetos internos para si mesmos.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Desde então, ela vem abrangendo os mais diversos tipos de educação. Quando se trata de educação infantil a LDB retrata no Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

2.1 FASES DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL DA CRIANÇA

Freud coloca a personalidade sendo desenvolvida ao decorrer da infância, a partir do desenvolvimento psicossexual e formada por três grandes sistemas, sendo eles: Id, Ego e Superego. ID, o sistema original da personalidade, onde se encontram os instintos e o princípio do prazer. O Ego entende-se como princípio da realidade, o

controle. O último sistema, Superego, é a força moral da personalidade, o que busca a perfeição.

Em cada fase do desenvolvimento o sujeito deve aprender a resolver certos problemas específicos, a sociedade e a cultura possuem grande influência, porém é com os pais que o desenvolvimento irá acontecer. Freud frisa a importância que a sexualidade infantil possui para o desenvolvimento.

"A criança possui desde o princípio, o instinto e as atividades sexuais. Ela os traz consigo para o mundo, e deles provêm, através de uma evolução rica de etapas, a chamada sexualidade normal do adulto. Não são difíceis de observar as manifestações da atividade sexual infantil; pelo contrário, para deixa-las passar despercebidas e incompreendidas é que é preciso certa arte." (FREUD, 1974, p.39-40).

A fase oral é marcada pela sucção, o seio da mãe se torna objeto de satisfação e a sucção será o objeto parcial do prazer. Na fase anal, a criança adquire o controle dos esfíncteres, os cuidadores são o alvo de afeto, pois o desenlaçamento nesta fase depende do estimulo dos pais. A fase fálica volta-se ao órgão sexual, as crianças acreditam que tanto meninas quanto meninos possuem um pênis, então surgem as diferenças entre o feminino e masculino, nesta fase manifesta-se o complexo de Édipo, onde o menino apresenta atração pela mãe e tem o pai como rival, a menina por sua vez apresenta atração pelo pai e tem a mãe como rival. A fase de latência é caracterizada pela diminuição de fantasias inconscientes, relacionadas a sexualidade. Por fim, a fase genital, onde a atenção será desviada para o prazer ligado ao órgão genital.

As fases do desenvolvimento psicossexual são de extrema importância para a construção da subjetividade do indivíduo.

2.2 TRANSFERÊNCIA EM SALA DE AULA

"O termo transferência não é próprio do vocabulário psicanalítico. Utilizado em inúmeros campos, implica sempre uma idéia de deslocamento, de transporte, de substituição de um lugar por outro, sem que essa operação afete a integridade do objeto." (Roudinesco e Plon, 1944, p.767)

A relação entre aluno e professor, dentro de uma sala de aula não é distinta do ambiente familiar, pois, o professor é de certa forma, aquele que porta o saber. Por

consequência, a criança equipara a posição do professor à mesma de seu pai, aquele que detém o controle da situação.

De acordo com o desenvolvimento psicossexual, a criança inicia suas atividades escolares enquanto atravessa o período de latência, onde o complexo de Édipo ainda se faz presente e a criança, assim sendo, coloca o professor como substituto para sua fantasia e desejo.

A transferência pode ocorrer em diversas situações, não apenas no âmbito escolar, mas como por exemplo na psicoterapia. Entretanto, o analista interpreta a transferência, de outro modo, o professor não, ele faz proveito e a utiliza para transmitir o saber, para que haja ensinamento de forma satisfatória.

"É difícil dizer se o que exerceu mais influência sobre nós e teve importância maior foi a nossa preocupação pelas ciências que nos eram ensinadas, ou pela personalidade de nossos mestres" (FREUD, 1996, p. 248).

Freud faz uma análise da relação professor-aluno, o ensino satisfatório e os sentimentos conflitantes. Com tal característica a relação parental, onde há um sujeito que detém o saber, necessita de respeito e torna-se referência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, concluiu-se que quando fala-se de desenvolvimento infantil, há vários aspectos que podem determinar o nível de desenvolvimento. Trata-se de um processo gradativo, de várias fases. É preciso respeitar o seu tempo uma vez que a criança é um ser único e não é a idade que os define.

O profissional da área deve estar sempre atento as necessidades da criança, realizando um trabalho planejado, focado, e realizando a troca entre professor/aluno, visando a melhoria na qualidade de ensino, e para o desenvolvimento da criança.

Para isso, a parceria e cumplicidade entre escola e família são de total importância, pois é justamente esses fatores que vão tornar válido todo o trabalho desenvolvido na Educação Infantil.

4. REFERÊNCIAS

BEE, HELEN; BOYD, DENISE. **A criança em desenvolvimento**. 12 ed. Local de publicação: Houston Community College. Artmed. 2011.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996. Disponível em <https://www.cpt.com.br/ldb/lei-de- diretrizes-e-bases-da-educacao-completa-interativa-e-atualizada>. Acesso em: 08 agosto. 2021

DESSEN, M.A.; POLONIA, A.C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia (Ribeirão Preto) vol.17 no.36 Ribeirão Preto Jan./Apr. 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003>. Acesso em: 10. Agosto. 2021.

AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira do. **Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade: um texto perdido em suas sucessivas edições**. Psicol. USP, São Paulo , v. 6, n. 2, p. 63-84, 1995 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771995000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 set. 2021.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Editora: Imago. Edição obras completas de Sigmund Freud (Volume V). 1996.

BERGMANN, Suélen. **Implicações do período de latência no processo de aprendizagem.** UNIJUÍ. DHE. SANTA ROSA. p 1-29. Dezembro. 2018. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5809/Su%C3%A9len%20Bergmann.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em 7 set. 2021.

BUCK, Marina Bertone; SANTOS, José Wellington dos. **A Transferência em sala de aula.** Revista científica eletrônica de Psicologia. Ano VII. Número 13. Novembro. 2009. Disponível em: < http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NEMFQLP7yQITDCm_2013-5-13-14-52-58.pdf>. Acesso em 7 set. 2021.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Editora: Zahar. 1998.

O TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL (TDC) SOB O VIÉS DA PSICANÁLISE

BELLIN, Anna Karolyne Komar[224]
KIRSTEN, Maria Gabriella de Souza[225]
MACEDO, Mirian do Amaral[226]
LIMA, Guilherme Almeida de[4]

RESUMO: Este resumo expandido visa discorrer sobre o Transtorno Dismórfico Corporal (TDC) pelo viés da psicanálise, falando sobre a complexidade do corpo e como este pode ser entendido nesta abordagem, problematizando a influência da cultura na criação de um Eu ideal por vezes, inalcançável, gerador de angústias e sofrimento nos sujeitos que por ela são influenciados e influenciam.

Palavras-chave: Transtorno Disfórmico Corporal, Corpo, Imagem, Psicanálise.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente em nossa sociedade é comum vermos pessoas atrás do corpo perfeito e em constante mudança com o mesmo para estar nos padrões que nos são impostos. Cada pessoa busca formas de mudança que acha melhor, outras desenvolvem distúrbios alimentares por não saberem lidar com tudo isso. O Transtorno Disfórmico Corporal é um distúrbio de imagem que pode atingir indivíduos de qualquer faixa etária, mas acaba sendo mais comum em adolescentes e jovens adultos por terem mais acesso às redes sociais.

A teoria psicanalítica pode ser utilizada para analisar diversos momentos e situações da vida dos sujeitos, tendo aqui seu foco na fala sobre o corpo, sua construção, formação, algo necessário para se discutir, tendo em vista o cenário em que se está inserido, mudanças estéticas, padrões, aceitação, e demais contextos.

Para a elaboração do presente resumo foi utilizado de pesquisa bibliográfica em artigos científicos da base de dados Scielo, bem como de livros digitais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O CORPO PARA A PSICANÁLISE

[224] Acadêmica do curso de Psicologia, 6º Período. Centro Universitário Campo Real
[225] Acadêmica do curso de Psicologia, 6º Período. Centro Universitário Campo Real
[226] Acadêmica do curso de Psicologia, 6º Período. Centro Universitário Campo Real
[4] Professor no Centro Universitário Campo Real. Psicólogo e Pedagogo. Mestrando em Filosofia - PUCPR.

O corpo, na visão psicanalítica, pode aparecer com diferentes conceitos que podem variar devido a forma como está sendo analisado. Não podendo ser visto apenas como corpo biológico ou erógeno, mas como um conjunto de todas as suas definições.

> Assoun (1995), por seu lado, postula que não se pode tratar o corpo como um conceito psicanalítico específico. Para o autor, em Freud, o corpo aparece como *Körper* (corpo real, objeto material e visível que ocupa um espaço e pode ser designado por uma certa coesão anatômica), como *Leib* (corpo captado na sua própria substância viva, o que não deixa de ter uma conotação metafísica: não é somente um corpo, mas o Corpo, princípio de vida e de individuação) e como *Soma* (corpo somático [*somatisches*], adjetivo que permite evitar os efeitos dos dois outros substantivos, descrevendo os processos determinados que se organizam segundo uma racionalidade própria).(ASSOUN apud LAZZARINI e VIANNA, 2006, p.242.)

A noção de corpo é bastante complexa: ao nascermos, não temos bem demarcado a diferenciação entre Eu-Outro, por vezes entendendo esse Outro como uma extensão de nós mesmos. Com o início do Narcisismo primário, após o estágio do Autoerotismo, o sujeito, ainda criança, começa a se identificar e/ou diferenciar desse Outro e constituir-se por meio do investimento libidinal, que sai do sujeito, passa pelo Outro e retorna ao sujeito de origem. (Freud, 1914)

Aos poucos, a criança vai criando uma imagem mental de si mesmo, utilizando o Outro como um espelho nesse processo e constituindo-se como singular, ainda que continue dependendo desse olhar do outro para se afirmar, ser aprovado, existir no social, no qual se insere como sujeito de ação por intermédio da linguagem.

2.2 O QUE É O TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL

O Transtorno Dismórfico Corporal (TDC), de acordo com o DSM-V se caracteriza pela insatisfação e preocupação excessiva em relação a aparência e a sua imagem corporal, a qual gera neste indivíduo um sofrimento muito grande, fazendo com que o mesmo busque a realização de diversos procedimentos estéticos, cirurgias e tratamentos. Muitas vezes esta insatisfação é com pequenos defeitos, que podem ser imperceptíveis para as outras pessoas, mas aos olhos deste indivíduo possui uma enorme dimensão.

A origem deste transtorno se dá por fatores genéticos e neuroquímicos, sociais e traumas na infância e adolescência. Segundo alguns estudos realizados pela Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro (UERJ), pessoas com características ansiosas, perfeccionistas, tristes, inseguras, baixa autoestima,

introspectivas, obsessivas e com tendência à solidão estão mais suscetíveis a desenvolver este transtorno.

2.3 O TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL (TDC) SOB O VIÉS DA PSICANÁLISE

Na infância, nos constituímos como sujeitos por meio de nossa relação com o outro. Dentro da psicanálise, o processo de identificação/diferenciação que ocorre nesse período depende, necessariamente, do Narcisismo, função fundamental na construção do Eu e para a manutenção de um psiquismo saudável, onde o Eu é tomado como o objeto de amor, de investimento libidinal. (Freud apud Garcia-Roza, 2009).

O Eu é formado não somente de um corpo orgânico, mas também de um corpo simbólico, erógeno, que é construído na relação Eu-Outro por meio da pulsão, tendo esse Outro uma função de espelho. Pulsão, diz Freud citado por Garcia-Roza (2009, p. 116) é " um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático". É por meio dela que se torna possível relacionar aspectos orgânicos e simbólicos, e inserir-se no mundo por meio da linguagem.

Nesse processo de identificação, onde nos diferenciamos do outro e vamos aos poucos nos construindo psiquicamente, podem-se destacar dois conceitos: o de imagem corporal e o de esquema corporal.

Wallon**,** citado por Pinto (2010, p. 24) postula que:

> O esquema corporal não é "um dado inicial, nem uma entidade biológica ou psíquica", mas uma construção [...] Estudar a gênese do esquema corporal na criança é indagar-se como a criança chega "à representação mais ou menos global, específica e diferenciada de seu corpo próprio" [...] Esta aquisição é importante. "É um elemento básico indispensável à construção da personalidade da criança [...] É o resultado e a condição de legítimas relações entre o indivíduo e o seu meio" (WALLON apud LE CAMUS, 1986, p. 37).

Esquema corporal seria então esse "saber sem precisar dizer", pré-consciente, sobre o próprio corpo e suas partes, que é construído com o passar do tempo e sofre modificações, permitindo ao sujeito se relacionar com o ambiente e seus componentes por meio da integração sensorial: é a "imagem no espelho".

Imagem corporal, por sua vez, é a representação mental, inconsciente, que temos de nós mesmos, a qual começa a ser formada desde que é desejada por outros, seu grupo primitivo: ela vem antes mesmo da noção de esquema.

Sobre a imagem corporal, Pinto (2010, p. 25) escreve:

> Trata-se de uma memória “inconsciente” de uma vivência relacional. É, a cada momento, a memória inconsciente de todas as relações vividas. Estrutura-se pelo investimento libidinal, sendo passível de construção e desconstrução. A imagem que temos do nosso corpo constitui-se a partir do momento em que este corpo passa a ser desejado e, também, a desejar. O início de cada um de nós acontece muito antes de nosso nascimento, pois já preexistimos nas fantasias e expectativas daqueles que nos geraram. A imagem corporal é essencialmente dialética, pois é constituída entre o próprio desejo e o desejo do outro.

A inter-relação entre imagem (simbólico) e esquema corporal (orgânico) permite ao sujeito se situar no mundo como um fenômeno e, mesmo sendo conceitos diferentes, certa sincronicidade entre ambos torna-se necessário para um equilíbrio do Eu. Porém, quando tais conceitos se desencontram, podem surgir certas disfunções psíquicas no sujeito, dentre elas o TDC.

Nos dias atuais vivemos o tabu da morte, da imperfeição, da falha: nos encontramos em um momento em que o individualismo é superestimulado, incentivando os sujeitos a se bastarem e a sempre buscar ser (ou parecer) o melhor, nos mais diversos âmbitos sociais. Isso vale também para o estereótipo de corpo ideal. Ao estabelecer tais padrões, por vezes absurdos, o ser humano depara-se com inúmeras limitações que estão fora de seu domínio e que esbarram nesse desejo de ser perfeito e aprovado perante o outro.

De acordo com Freud (1996) apud Souza ; Silva e Machado (2018, p. 8-9):

> [...] o homem é afetado por três vias de sofrimento ou mal estar as quais ele não tem controle absoluto que são as forças da natureza, o relacionamento com os outros e o próprio corpo. O homem não tem e nunca terá o domínio sobre a fragilidade de seu corpo, o corpo sofre alterações as quais o homem não tem controle, e isso torna o corpo uma fonte de sofrimento, como observamos em pessoas com Transtorno Dismórfico corporal.

Monteiro (2003) apud Souza; Silva e Machado (2018, p. 16) traz que:

> A teoria psicanalítica propõe que a origem desse transtorno surge do deslocamento inconsciente de conflitos sexuais ou emocionais, de sentimentos de inferioridade, timidez, insegurança e até culpa, associados a fatores socioculturais que podem afetar a imagem que a pessoa concebe de si mesma e de seu corpo

Diante disso, o TDC seria uma incompatibilidade entre o que o sujeito acredita ser um “defeito” no corpo e o que estaria para o real objetivo, resultando no desejo por parte do sujeito de "consertar" tal característica específica, o que acaba por trazer extrema angústia e sofrimento, uma vez que o ideal de Eu estabelecido mentalmente nunca é atingido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, pode-se concluir que a ideia de corpo pode assumir vários significados, tanto para a psicanálise como para cada sujeito. Sua construção passa inevitavelmente pelo social, o qual pode exercer pressões pela busca da “perfeição” que acabam por gerar extrema angústia nos sujeitos.

Mostra-se necessário mais estudos com a finalidade de entender como tais padrões sociais são construídos, como influencia a visão dos sujeitos sobre si mesmos, além de buscar por estratégias para que estes possam, ao mesmo tempo, constituir-se a partir desse outro e possuir liberdade para ser singular.

4. REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CONRADO, Luciana Archetti. **Transtorno Dismórfico corporal em dermatologia: diagnóstico, epidemiologia e aspectos clínicos.** An Bras Dermatol. 2009.

FREUD, S. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. Tradução: Paulo C. D. Souza. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GARCIA-ROSA, Luiz Alfredo, 1936 - **Freud e o inconsciente** / Luiz Alfredo Garcia-Roza. – 24.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LAZZARINI, Eliana Rigotto; VIANA, Terezinha de Camargo. **O corpo em psicanálise**. Psic.: Teor. e Pesq. pag 22 (2), Agosto. 2006.

PINTO, Valciria de Oliveira. **O corpo em movimento: um estudo sobre uma experiência corporal lúdica no cotidiano de uma escola pública de Belo Horizonte** / Valciria de Oliveira Pinto, 2010. 143 f. Orientadora: Lucia Helena Pena Pereira Dissertação (mestrado) – UFSJ. 1. Psicomotricidade Relacional. 2. Corporeidade. 3. Ludicidade. 4. Educação Escolar. I. Pereira, Lucia Helena Pena.. II. UFSJ III.

SOUZA, Daniela Messias Teixeira; SILVA, Renata Rodrigues; MACHADO, Vanessa Santos. **Transtorno Disfórmico Corporal sob olhar da psicanálise: um estudo de caso.** Faculdade DOCTUM da Serra. 2018.

ANÁLISE DE CUSTOS NA COMPOSIÇÃO DE ATIVIDADES DA CONSTRUÇÃO CIVIL UTILIZANDO AS TABELAS SINAPI E ORSE

MALESKI, Estefani Emanuele [227]
CHIMERES, Gleydson Garcia [228]
COSTA, Bárbara Pergher Dala [229]

RESUMO: Na pesquisa foram analisados os dados para composição de preços de alvenaria de vedação utilizando as tabelas SINAPI e ORSE com finalidade de quantificar e descobrir se há diferença na composição de valores e se estes impactam no orçamento final de uma obra. Sendo o orçamento uma etapa primordial com finalidade de planejamento de custos e mão de obra, ou seja, reúne informações físicas e financeiras da obra, sendo assim, determinado os custos envolvidos com a execução do projeto, antes mesmo de iniciar.

Palavras-chave: Análise. Composição. Impactam. Planejamento. Custos.

1 INTRODUÇÃO

Tem como objetivo de estudo analisar os custos na composição de atividades da construção civil, utilizando o SINAPI (Programa Nacional de Pesquisas de Custos e Índice na Construção Civil) e o ORSE (Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe) para verificar a existência de diferentes resultados no orçamento a partir da coleta de preços dos insumos pertencentes a serviços representativos.

O principal objetivo é comparar os custos fornecidos pelo SINAPI e o ORSE para verificar a variação dos orçamentos na composição de preços da atividade de alvenaria de vedação.

2 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Segundo Lopes e Jesus (2018), o orçamento responsável por expressar quais serão os custos para uma determinada obra ou empreendimento que pretende se construir ou reformar, sendo caracterizado por uma etapa de suma importância para tornar-se um projeto executável, sendo que o custo total da obra representa a

[227] Graduanda do Curso de Engenharia Civil, 6ª semestre, Centro Universitário Campo Real. (eng-estefanimaleski@camporeal.edu.br)
[228] Graduando do Curso de Engenharia Civil, 10ª semestre, Centro Universitário Campo Real. (eng-gleydsonchimeres@camporeal.edu.br)
[3] Docente Orientadora, Engenharia civil pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2013) (prof_barbaracosta@camporeal.edu.br)

competitividade e eficiência para sua sobrevivência, portanto, a orçamentação é uma etapa muito importante na construção civil.

Para Ferreira (2020) a metodologia para determinar os custos de uma obra é denominado orçamentação e o resultado deste processo corresponde ao orçamento, sendo assim, se torna indispensável à previsão dos custos, pois é significativo que o orçamento seja feito de forma responsável e justa, pois a preparação de forma correta de um orçamento garante que não se ocorra riscos em se colocar preços exageradamente elevados e fora da realidade de mercado, ou um preço que se torna insuficiente para cobrir os custos e imprevistos que possam ocorrer, com isso, um orçamento mal elaborado pode ocasionar prejuízos financeiros e resultar em obras paradas ou inacabadas.

> O processo de orçamentação se divide basicamente em três etapas, sendo o estudo das variáveis, composição de custos [...]. Na primeira etapa deve-se fazer um levantamento de todas as informações disponíveis sobre a construção e especificar todas as atividades necessárias para a execução da obra. Na segunda etapa, se deve calcular os quantitativos de insumos e serviços e os custos unitários de cada um, resultando nas composições de custo unitário, [...]. (FERREIRA, 2020, p. 14)

Para Ferreira (2020) a composição de custo unitário é o processo de cálculo de diferentes serviços que cingem uma obra durante suas etapas, sendo cada composição de custo unitário lista os insumos do serviço com seus respectivos índices e custos. “Existem vários bancos de dados como fonte oficial de referência de insumos e de custos de composição de serviços” (FERREIRA, 2020, p.14).

Uma das ferramentas à disposição para elaboração de orçamentos são o Sistema Nacional de Pesquisa de Índices e Custos da Construção Civil (SINAPI) onde é elabora pela Caixa Econômica Federal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE).

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

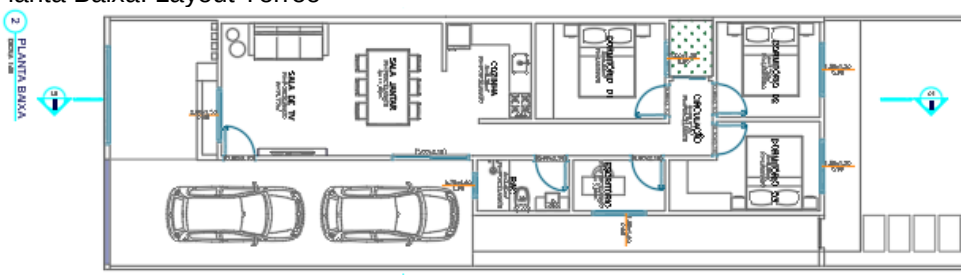
Para a elaboração do orçamento de alvenaria do trabalho em estudo foi utilizado uma residência unifamiliar classificada como padrão normal (R1-N) a partir da NBR 12721:2006, localizada na cidade de Guarapuava-Paraná.

O município de Guarapuava está localizado no interior do estado do Paraná a 256 Km da capital do Estado Curitiba.

A edificação em estudo possui uma área total construída de 156 m², elabora por própria autoria. A residência possui 1 (um) pavimento composto por 9 ambientes

que consistem em, uma suíte, um banheiro, dois dormitórios, closet, sala de estar, cozinha, escritório e garagem. A planta baixa é vista na figura 1.

Figura 1: Planta Baixa: Layout Térreo



Fonte: Autoria Própria (2021)

4. DESENVOLVIMENTO

Foram coletados os valores dos insumos para o serviço de alvenaria de vedação de bloco cerâmico vedação 9x19x24cm (espessura 9cm) com vãos de argamassa de assentamento com preparo manual, onde a composição do preço do junho/2021-1 conforme tabela 1.

Tabela 1 – Composição ORSE

Descrição da Composição	Unidade	Quantidade	Custo Unit.	Custo Total
BLOCO CERAMICO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 6 FUROS, DE 9 X 14 X 19 CM (L X A X C)	UN	37,7400	0,46	17,3604
TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X 7,5* CM	M	0,5800	5,19	3,0102
PINO DE ACO COM FURO, HASTE = 27 MM (ACAO DIRETA)	CENTO	0,0069	38,39	0,264891
ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	0,0106	555,63	5,889678
PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,7510	18,91	33,11141
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8760	15,3	13,4028

Fonte: Adaptado ORSE, 2021.

O mesmo foi feito com base na tabela de composição de custos do SINAPI 06/2021, é apresentado na tabela 2.

Tabela 2 – Composição SINAPI

Descrição da Composição	Unidade	Quantidade	Custo Unit.	Custo Total
BLOCO CERAMICO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 6 FUROS, DE 9 X 14 X 19 CM (L X A X C)	UN	37,2400	0,59	21,9716
TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X 7,5* CM	M	1,0900	4,52	4,9268
PINO DE ACO COM FURO, HASTE = 27 MM (ACAO DIRETA)	CENTO	0,0131	38,39	0,502909
ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	0,0106	362,29	3,840274
PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9270	24,51	47,23077
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9640	18,9	18,2196

Fonte: Adaptado SINAPI, 2021.

Nestas composições foi verificado que o SINAPI considera uma maior quantidade no custo unitário do material e da mão-de-obra. Dado isso na tabela 3 são

apresentados os valores e as variações dos custos referentes a mão-de-obra e material por m².

Tabela 3 – Comparação de valores por m²

COMPOSIÇÃO	SINAPI		ORSE		VARIAÇÃO ORSE - SINAPI	
	R$	%(1)	R$	%(1)	R$	%(2)
Material	47,14	48,764	37,49	51,342	-9,65	25,740
Mão-de-Obra	49,52	51,226	35,53	48,658	-13,99	39,375
Valor total	96,67	100,000	73,02	100,000	-23,64	32,388

Fonte: Autoria própria, 2021.

Notas:
% (1) Porcentagem no custo total
% (2) Porcentagem de aumento em relação ao ORSE

Comparando os dois referenciais SINAPI e ORSE foi verificado as variações de preços, onde houve uma diferença de 32,388%, tendo um custo de R$ 4675,69 conforme tabela 4.

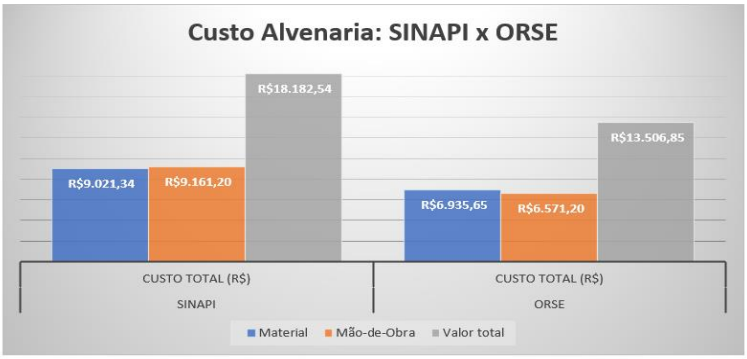
Tabela 4 – Comparação de valores totais

COMPOSIÇÃO	Quantidade (m²)	SINAPI		ORSE		DIFERENÇA ORSE - SINAPI
		Custo Unitário (R$)	Custo Total (R$)	Custo Unitário (R$)	Custo Total (R$)	R$
Material	185	48,764	9021,34	37,49	6935,65	-2085,69
Mão-de-Obra	185	49,52	9161,2	35,52	6571,2	-2590,00
Valor total	-	96,67	18182,54	73,02	13506,85	-4675,69

Fonte: Autoria própria, 2021.

Quando utilizado a tabela SINAPI o valor obtido para alvenaria de vedação foi de R$ 18.182,54 reais, enquanto com a tabela ORSE chegou no valor de R$13.506,85 reais, sendo uma diferença de R$4.675,69 reais, um aumento de 32,388% da tabela SINAPI em relação a tabela ORSE, no gráfico 1 está exposto como se comportaram os custos de materiais e serviços.

Gráfico 1 – Comparação dos Custos



Fonte: Autoria própria, 2021.

No gráfico 1 pode ser identificado que os custos de materiais e mão de obra orçado para alvenaria de vedação do SINAPI se sobressaem em relação ao ORSE, havendo uma diferença no custo total de 185 m² de alvenaria de vedação para o projeto em estudo.

4. CONCLUSÃO

A presente pesquisa objetivou analisar um orçamento de uma etapa de obra elaborado a partir das composições de custo unitário de dois diferentes bancos de dados com seus respectivos preços de referência.

Os resultados obtidos com a elaboração do orçamento com os referencias de composições demonstram que o orçamento para etapa de alvenaria com o referencial ORSE resultou no valor de R$13.506,85 e com o SINAPI um valor de R$18.182.54, o que representa que o SINAPI foi 32,388% mais caro que o ORSE.

O estudo permitiu verificar e observar que as maiores diferenças entre os dois referenciais em estudo se evidenciaram dos custos unitários do material e mão de obra, ou seja, na composição unitária dos serviços.

5. METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho é do tipo exploratória, pesquisa realizada quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo difícil a formulação e operacionalização de hipóteses (OLIVEIRA, 2018). Caracterizando-se também como quantitativa, sendo possível mensurar e quantificar os resultados obtidos por meio de cálculos e análises das características do projeto em estudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa foi possível verificar que para se efetuar um orçamento é necessário atenção e cuidado para escolher o melhor referencial de custos para elaboração do mesmo, como foi demonstrado, os referenciais podem impactar no resultado final do custo da obra.

7. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12721:** Avaliação de custos de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios edilícios. Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA. M. E. A. L. **Análise Comparativa de Orçamentos de Obras com os Referenciais de Composição TCPO e SINAPI: Estudo de Caso.** Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2020.

LOPES. M. C. L; JESUS. T. R. S. **Estudo Comparativo de Orçamentos do Programa SINAPI e o Software ORSE.** CESMAC, Maceió-AL, 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 7ª ed. Petrópolis. Vozes, 2018.

OS SOLOS E AS FUNDAÇÕES NA ENGENHARIA CIVIL

[230]CHAGAS, Bruno Beló[1]
JUNIOR, Volmar Wasem[2]
SANTOS, Leyne Kethlen[3]

RESUMO: As fundações e os solos são uma parte importante de uma estrutura pois são elas que garantem a estática da estrutura, elas são classificadas em fundações diretas (alicerce, sapata e radier e tubulão) e indiretas (estacas de madeira, metálica e de concreto), visando um conhecimento mais aprofundado sobre esse assunto visando a maior segurança para a estrutura, através de estudos de artigos científicos e TCC, dissertações e teses, irá, realizar diversos estudos afim de se concluir qual o tipo de solo mais recomendado para se executar cada tipo de fundação e assim evitar possíveis desabamentos da estrutura devido as fundações.

Palavras-chave: Fundações. Estrutura. Engenharia civil. Solos.

1. INTRODUÇÃO

O tipo de solo pode interferir na escolha da fundação, porque por exemplo se o solo for arenoso próximo ao litoral e a estrutura estiver com um tipo de fundação que se deteriore com a água ela terá uma probabilidade maior de desabar.

Segundo Felipe, “A aplicação de um tipo de fundação em uma construção chega a ser notória, pois são elas que transferem as cargas superiores para o subsolo, e a determinação da aplicação de cada tipo fundação depende da obra” (FELIPE, 2018, p. 1).

Desta forma, essa revisão pretende apresentar um entendimento melhor sobre as fundações e quais delas são recomendadas para um determinado tipo de solo para que assim a estrutura possa estar menos sujeita a esforços que podem provocar a sua queda.

2. DESENVOLVIMENTO

Os tópicos a seguir abordam a metodologia do trabalho e os resultados alcançados até o momento para o estudo realizado.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

[230] Acadêmico do curso de Engenharia Civil, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Acadêmico do curso de Engenharia Civil, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.
[3] Acadêmica do curso de Engenharia Civil, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.

A metodologia utilizada foi um trecho de um artigo científico sobre fundações do congresso nacional de pesquisa multidisciplinar e as fontes de consultas foram artigos científicos, TCC, dissertações e teses selecionadas a partir de endereços eletrônicos tais como o Google acadêmico e bibliotecas universitárias.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 FUNDAÇÕES DIRETAS RASAS

As fundações diretas rasas são aquelas que distribuem as cargas provenientes da edificação diretamente no solo predominantemente pela base da fundação. Esses tipos de fundações só devem ser utilizadas em solos com boa resistência em uma profundidade inferior à 3 metros.

4.1.1 Fundação em alicerce

Os alicerces são usados em obras de menor porte; distribui carga ao solo pela área de sua base que contorna a edificação; pode ser feita de vários materiais, como pedras, tijolos ou concreto; é um dos tipos de fundação mais antigos que existe, esse tipo de fundação é recomendada para terreno de solo argiloso. Segundo Ribeiro “os blocos e alicerces São classificados como fundações diretas e rasas e empregados normalmente em casos em que a carga em questão será relativamente pequena” (RIBEIRO, 2018, p. 25).

4.1.2 Fundação em sapata

Nas sapatas a distribuição das cargas é através da área da base; indicada para regiões onde o solo é estável e com boa resistência nas camadas superficiais como o argiloso; não pode ter nenhuma dimensão menor que 60 cm.

Segundo Melo “as sapatas são elementos de fundação superficial de concreto armado, dimensionado de modo que as tensões de tração produzidas no mesmo sejam resistidas pelo emprego da armadura, ao invés do concreto”. (MELO, 2018, p. 16).

4.1.3 Fundação em radier

A fundação em radier consiste em uma laje de concreto armado em contato direto com o terreno; utilizada para obras de pequeno porte; apresenta vantagens como a rapidez na execução; qualquer tabulação hidrossanitária ou elétrica deve ser assentada ante no solo sob o a fundação, recomendada em solo argiloso. Segundo Tizzotti “Elemento superficial que suporta a maioria, ou todas as cargas (pilares) de uma edificação, distribuindo as tensões nele aplicadas”. (TIZZOTI, 2014, p. 16).

4.2 FUNDAÇÕES DIRETAS PROFUNDAS

Fundações diretas profundas são aquelas que ultrapassam 2 metros de profundidade onde a camada de resistência do solo é mais profunda, são os tubulões e os caixões.

4.2.1 Fundação em tubulão

A fundação em tubulão transmite a carga da estrutura ao solo resistente através da base alargada; indicada para estruturas que apresentam carga elevada; pode ser do tipo “ céu aberto” ou “ar comprimido”, recomendada para solo argiloso. Segundo Lucas “O tubulão, é o elemento de fundação profunda cilíndrico em que, pelo menos na sua etapa final, há descida de operário” (LUCAS, 2017, p. 23).

4.3 FUNDAÇÕES INDIRETAS

As Fundações indiretas são aquelas em que o elemento de fundação transmite a carga da construção ao terreno pela base (resistência de ponta), por sua superfície lateral (resistência de fuste), ou pela combinação das duas e que, a profundidade de assentamento é superior ao dobro de sua menor dimensão em planta.

4.3.1 Fundação em estaca de madeira

A fundação em estaca de madeira pode ser cravada em solos mais resistentes mais profundos com auxílio de uma ponteira de aço; pode ser facilmente emendada; tem duração prolongada quando utilizada abaixo do nível d’ água; a cravação é geralmente executada por percussão em queda livre, recomendada para solo argiloso e solo arenoso.

> Segundo Miná “ Este sistema de fundação consiste em apoiar as vigas principais sobre estacas de madeira cravadas, que também servem de contrafortes de uma contenção, formada por tábuas, dispostas transversalmente. Este sistema deve prever a preservação de toda madeira usada na contenção e das estacas (pelo menos as que estiverem acima do lençol freático). É indicado para pontes de pequeno vão, de baixa intensidade de tráfego, que permitam desmontar toda a ponte para manutenção das estacas e do aterro de acesso” (MINÁ, 2005, p. 29).

4.3.2 Fundação em estaca de concreto

A fundação em estaca de concreto é cravada no terreno por percussão, prensagem e vibração; deve apresentar resistência compatível com os esforços decorrentes do transporte, manuseio e cravação. Pode ser em concreto armado ou protendido, vibrado ou centrifugado; a finalização da cravação se dá pela verificação da nega da estaca, recomendada para solo arenoso. Segundo Sinhorini "As estacas de concreto podem ser moldadas in loco ou pré-moldadas. As estacas moldadas in loco enquadram-se na categoria de estacas escavadas" (SINHORINI, 2017, p. 16).

4.3.3 Fundação em estaca metálica

A fundação em estaca metálica possui nível reduzido de vibração durante sua cravação; possibilita cravação em solos de difícil transposição; resiste a esforços elevados de tração e deflexão; pode receber tratamento à base de betume especial; facilidade de corte e emenda, recomendado para solo argiloso.

> Segundo Filho "as estacas metálicas podem ser cravadas em profundidades dificilmente atingíveis pelas estacas pré-moldadas de concreto, o que acaba possibilitando capacidade de carga maior, podendo-se utilizar, na maioria dos casos, a totalidade de sua capacidade de carga estrutural. Isso se deve as suas características de resistência à percussão sem que ocorra quebras durante a cravação" (FILHO, 2017, p. 34)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fundações do tipo alicerce, sapata, madeira, metálica e tubulão são recomendadas para solo argiloso, já a fundação do tipo estaca de madeira e concreto são indicadas para solo arenoso pois o solo arenoso é considerado mais firme do que o solo argiloso, a fundação em alicerce, e radier são utilizadas para construções de pequeno porte, já os outros tipos são utilizados para construções de médio a grande porte.

6. REFERÊNCIAS

FELIPE, José Maick Moreira. **Estudo dos tipos de fundações: sapatas.** 2018. Artigo do congresso nacional de pesquisa multidisciplinar. Centro Universitário de Mineiros, 2018. Disponível em http://unifimes.edu.br/ojs/index.php/coloquio/article/view/380.

FILHO, Dirney Cury. **Previsão da carga de ruptura de estacas metálicas submetidas a esforços de compressão em solo de diabásico da região de Campinas SP**. Dissertação (mestrado em engenharia civil) Universidade estadual de Campinas, 2017. Disponível em http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322030/1/CuryFilho_Dirney_m.pdf.

LUCAS, Thaís Macedo. **Fundação de pórtico de entrada de subestação: casos de estudo**. Monografia (graduação em engenharia civil). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em http://repositorio.pol.ufrj.br/monografias/monopoli10022719.pdf.

MELO, Antônio Airton de. **Desenvolvimento de uma planilha eletrônica voltado ao auxílio de projetos estruturais e geotécnicos de elementos de fundação do tipo sapatas**. Universidade Federal Rural do Semi – Árido, 2018. Disponível em http://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/3570/2/antonioAM_MONO.pdf.

MINÁ, Alexandre José Soares. **Estudo de estacas de madeira para fundações de pontes de madeira**. Tese (Doutorado em engenharia civil) Universidade de São Paulo, escola de engenharia de São Carlos, São Carlos, 2005.disponível em http://d1wqtxts7.cloudfront.net/45404219/Tese_2005_Doutorado_Alexandre_J_S_Mina_USP_Brasil-with-cover-page-v2.pdf.

RIBEIRO, Vinícius Ricardo. **Estudo aprofundado de casos reais de recalque diferencial em fundações**. 57 f. monografia (graduação em engenharia civil) – Universidade Estadual do Maranhão, 2019. Disponível em http://45.72.6.36/handle/123456789/1011.

SINHORINI, Gustavo André. **Estudo numérico da avaliação de integridade de estacas de concreto com o ensaio pile integrity test (PIT).** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2017. Disponível em http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/6423/2/estudonumericoestacasconcreto.pdf.

TIZZOTT, Rafael Malmann. **Comparação do custo-benefício entre dois tipos de fundações: sapata rígida e radier**. TCC (graduação em engenharia civil). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em http://C:/Users/nelso/Dowloads/TCC%20Rafael%20Mallman%20Tizott.pdf.

SISTEMAS DE AMORTECIMENTO EM ESTRUTURAS PREDIAIS

[231] CHAGAS, Bruno Beló[1]
JUNIOR, Volmar Wasem[2]
SANTOS, Leyne Kethlen[3]

RESUMO: Em países com alta probabilidade de ocorrer abalos sísmicos devido ao choque entre as placas tectônicas, as estruturas prediais podem acabar desabando e causando a morte da população, por isso é necessário um sistema de amortecimento para evitar desabamentos e morte dessas pessoas, visando a maior segurança à população através de estudos de artigos científicos e TCC, cálculos e estatísticas, a fim de conhecer os sistemas de amortecimento usados e saber como funcionam, irá se concluir qual o sistema de amortecimento será mais recomendado a ser utilizado em uma edificação brasileira caso o Brasil seja vítima de algum abalo sísmico.

Palavras-chave: Abalos sísmicos. Sistemas de amortecimento. Estruturas prediais. População. Segurança.

1. INTRODUÇÃO

Terremoto ou abalo sísmico é um movimento brusco e repentino do terreno resultante de um falhamento, portanto, a ruptura de uma rocha é o mecanismo pelo qual o terremoto é produzido.

> Segundo o professor do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Alexandre Uhlein, vulcões e terremotos são fenômenos geológicos caracterizados pelo choque ou afastamento de placas tectônicas subterrâneas e também pelo deslocamento de gases no interior da Terra.

Desta forma, essa revisão pretende descobrir os tipos de amortecimentos estruturais existentes para que assim possa encontrar uma alternativa para contribuir com a segurança das pessoas para caso ocorra um abalo sísmico no Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO

Os tópicos a seguir abordam a metodologia do trabalho e os resultados alcançados até o momento para o estudo realizado.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

[231] Acadêmico do curso de Engenharia Civil, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Acadêmico do curso de Engenharia Civil, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.
[3] Acadêmica do curso de Engenharia Civil, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.

A metodologia utilizada foi uma reportagem de jornal relatando o terremoto ocorrido no chile e as fontes de consulta foram artigos científicos, TCC, dissertações e reportagens selecionadas a partir de endereços eletrônicos tais como o Google acadêmico e bibliotecas universitárias.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 AMORTECIMENTO ESTRUTURA

É resultado da dispersão de energia mecânica causada devido ao movimento relativo entre componentes e por impacto ou contato intermitente nas articulações de um sistema mecânico ou estrutural. O comportamento da energia de dissipação depende do sistema mecânico em particular e por isso é difícil ter um modelo analítico generalizado. A energia é normalmente representada pelo modelo de Coulomb. Uma grande proporção da energia mecânica dissipada em edifícios, pontes, trilhos e muitas outras estruturas de engenharia civil e maquinários, como robôs e veículos, ocorre através do mecanismo de amortecimento estrutural. Segundo Teixeira “ o amortecimento estrutural, está associado a perdas de energia por atrito em juntas, parafusos e articulações semirrígidas” (TEIXEIRA, 2019, p.4).

4.1.1 Amortecimento fluídico

Este tipo de amortecimento corresponde a um componente mecânico movendo-se em um fluido. A força de arraste é expressa em função da densidade do fluido de uma constante da velocidade relativa. Segundo Teixeira “ o amortecimento fluídico ocorre por resistência ao arraste em meio fluídico, por exemplo, a conversão de energia cinética de um pêndulo em energia térmica para o ar” (TEIXEIRA, 2019, p.4).

4.3 AMORTECIMENTO INTERNO

Está associado aos defeitos de microestrutura, como por exemplo, contornos de grãos e impurezas, efeitos termoelásticos causados por gradientes locais de temperatura. Existem dois tipos diferentes de modelos que são o amortecimento viscoelástico e o amortecimento histerético. Segundo Filho “ o amortecimento interno é causado por fenômenos físicos intimamente relacionados com a estrutura do material” (FILHO, 2016, p.1)

4.3.1 Amortecimento viscoelástico

O movimento de um sistema pode ser descrito por equações diferenciais, baseadas na Lei de Newton, que envolvem parâmetros variáveis no tempo. Os sistemas podem também ser classificados de acordo com o número de graus de liberdade do movimento, ou seja, o número de coordenadas independentes para descrever o movimento. Segundo Fideles “ no amortecimento viscoelástico a força de amortecimento é proporcional a velocidade e acontece, por exemplo, quando da movimentação de um corpo em um meio fluído, por exemplo. Esse amortecimento também ocorre no solo por propagação de ondas” (FIDELES, 2018, p.18).

4.3.2 Amortecimento histerético

Quando um material é deformado, ele absorve e dissipa energia. O efeito deve-se ao atrito entre os internos, que deslizam ou escorregam enquanto as deformações ocorrem. Quando um corpo com amortecimento material é sujeito à vibração, o diagrama tensão-deformação mostra um ciclo de histerese. A área desse ciclo mostra a energia perdida por unidade de volume do corpo devido ao amortecimento. Este tipo de amortecimento interno é chamado de amortecimento histerético. Segundo Fideles “ o amortecimento histerético acontece devido ao fato de que quando os materiais são submetidos a tensões cíclicas, a relação tensão-deformação, quando dos ciclos de carregamento e descarregamento, segue caminhos diferentes. Esse amortecimento é o que ocorre na estrutura” (FIDELES, 2018, p.18).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas de amortecimento estrutural, que pode ser classificado em 3 formas interno, estrutural e fluídico, o estrutural como também conhecido como atrito seco, tem como resultado da distribuição de energia mecânica, e alguns momentos entram em contato uns com outros e assim reforçando a modelagem do atrito com o interno do sistema, o interno está relacionado com os defeitos de microestrutura, fluídico é amortecimento mais frequente para observação das vibrações, a resistência oferecida pelo fluido ao corpo em movimento.

6. REFERÊNCIAS

FIDELES, Helena Maria Reis. **Análise sísmica de estruturas de edifício considerando interação solo estrutura**. Monografia (graduação em engenharia civil) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em http://repositorio.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10001656.pdf.

TEIXEIRA, Paulo Sérgio. **Simulação matemática de sintetização de um sinal sonoro obtido através de um violão gianini**. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, n.39, p 41-51, abril 2019. Disponível em http://www,unifoa.edu.br/revistas.

FILHO, Zoroastro Fernandes**. Modelagem de rotores com elementos viscoelásticos incorporados**. (Programa de pós – Graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial), Faculdade SENAI CIMATEC, 2016, disponível em http://c:/Users/nelso/Dowloads/1977-Texto%20do%20artigo-5288-1-10-20160212.pdf.

RECICLAGEM DE MATERIAL UTILIZADO NA IMPRESSÃO 3D

SOUZA, Nelma Silva[232]
BEZERRA, Thiago Castro[233]

RESUMO: Esse trabalho apresenta uma proposta de uma revisão bibliográfica com foco de levantamento de dados acerca do reaproveitamento do material utilizado na impressão 3D (PLA). A metodologia utilizada foi a de revisão de artigos que explicam como ocorre o processo de impressão de objetos e o material utilizado, por fim proposto a construção de uma extrusora capaz de fazer a reciclagem da matéria prima utilizada na impressão e reaproveitamento gerando material para reiniciar a produção.

Palavras-chave: Impressora 3D, PLA, reaproveitamento, extrusora.

1. INTRODUÇÃO

Com a evolução e desenvolvimento tecnológico em alta, tornou-se necessário a busca e aperfeiçoamento de materiais e técnicas para ajudar na manutenção e algumas prevenções na área da saúde para pessoas e animais (ALVES, 2012). Os diversos estudos sobre esse tema permitiram facilidades na produção de substitutos para alguns órgãos e membros que perderam sua funcionalidade parcial ou total.

Com as novas tecnologias avançadas surgindo na indústria e a alta na busca por melhor qualidade de vida na área da prototipagem rápida é extremamente interessante (SELHORST, 2008). Um ponto de bastante interesse é a busca pelo menor custo benefício, onde na indústria se tem maior interesse em um material que seja altamente resistente, com matéria prima abundante, e que a sua produção tenha o menor custo possível.

A impressão 3D tem se mostrado bastante vantajosa com relação aos processos tradicionais de produção de próteses, no entanto ela também pode trabalhar como auxiliar em técnicas já existentes.

Como mencionado os custos de produção de um material são agentes fundamentais na hora de fabricação e inserção no mercado, porém no ramo da

[232] GRADUANDA DE ENGENHARIA MECÂNICA - 2º PERÍODO - CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL.
[233] GRADUADO EM ENGENHARIA MECÂNICA PELO IFRS - CAMPUS ERECHIM; MESTRE EM ENGENHARIA MECÂNICA PELA UTFPR - CAMPUS CURITIBA; ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PELO IFSC.

impressão 3D no Brasil se tem um gasto muito grande com o produto básico do processo (PLA – filamento para impressão 3D), pois o mesmo precisa ser importado o que torna seu custo mais alto do que se fosse produzido ou reaproveitado.

2. DESENVOLVIMENTO

A pesquisa bibliográfica baseou-se na busca de artigos científicos que fossem voltados a temas semelhantes ao objetivo deste trabalho. Após uma busca minuciosa sobre os dados existentes sobre a forma de uso do PLA, notou-se desperdício de material em caso de falha de impressão durante o processo, onde o mesmo deve ser interrompido (seja por picos de energia, falhas no sistema operante ou qualquer outro imprevisto que impossibilite a impressora de levar o processo até o final).

Quando algo desse tipo ocorre é perdido todo o material que estava sendo utilizado, e o mesmo é descartado sem nenhuma reutilização ou reaproveitamento, o que em termos de lucro ou próprio custo benefício não é interessante para nenhum tipo de processo realizado em indústrias.

A partir dessa busca se iniciou uma pesquisa em cima da ideia de construção de uma extrusora que realize o aproveitamento dos resíduos de PLA transformando os restos sólidos através do aquecimento na temperatura suficiente para que ocorra a fusão de modo que o mesmo possa ser inserido novamente em uma forma ou molde que possa restituir o formato inicial do produto para ser mandado para uma nova impressão.

A elaboração de uma estrutura ou uma máquina com a base de funcionamento de uma extrusora que fosse capaz de fazer esse reaproveitamento seria o passo inicial para a realização desse trabalho de reciclagem e garantindo o melhor aproveitamento de materiais já existentes e fornecendo uma nova perspectiva de trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho possibilitou a avaliação de um ramo bastante promissor da indústria da impressão 3D que tem se mostrado de grande interesse para auxílio na manutenção da qualidade de vida dos indivíduos. Fica proposto para desenvolvimentos futuros colocar em prática a construção desse novo produto que

seria uma máquina de reaproveitamento que beneficiaria de modo satisfatório as áreas da economia, do meio-ambiente e com aplicação direta na saúde.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, D.C.C. **Aspectos ergonômicos relevantes para a concepção de tecnologia assistiva: órteses de membros inferiores**. Braga: Universidade do Minho, 2012.

SELHORST, A. Jr. **Análise comparativa entre os processos de prototipagem rápida na concepção de novos produtos: um estudo de caso para determinação de processo mais indicado**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008.

ESTUDO DE CASO DE PATOLOGIA NA ENGENHARIA CIVIL

NOGUEIRA, Anderson Rafael (CUCR) [234]
RIBAS, Fabrício Caldas (CUCR) [235]
KOCZKODAI, Rodrigo (CUCR) [236]

RESUMO: Na pesquisa foram analisadas as patologias decorrentes em uma construção, um reservatório de água potável, identificado as causas e como pode ser corrigido ou evitado o aparecimento destas patologias, na presente obra, pois quando executado de forma incorreta ou decorrer de condições adversas do tempo pode ocorrer com mais frequência na construção civil, assim através desta pesquisa pode-se minimizar estes ocorrências com as boas práticas na obra.

Palavras-chave: patologia, eflorescência, carbonatação, fissuras e umidade.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Lima (2018), certamente já ouviu falar sobre patologia na construção civil, onde a palavra patologia vem do grego tem o significado de estudo das doenças, que ocorrem desvalorizando o imóvel e muitas vezes se torna caro o reparo é muito trabalhoso. As patologias são classificadas como as principais que mais ocorrem em obras, as trincas e fissuras que são fraturas lineares superficiais no reboco prejudicando a estética, a classificação conforme a espessura segue a norma NBR 9575:2003, que se classifica micro fissuras têm abertura inferior a 0,05 mm, fissuras têm aberturas com até 0,5 mm, estreitas e alongadas, trincas são mais profundas e mais evidentes, maiores de 0,5 mm e menores de 1,0 mm.

> Estudos indicam que em grandes variações de temperatura num mesmo dia, a dilatação em revestimentos externos (argamassas) chega a 0.01mm por metro linear para cada grau centígrado. Por este motivo, os revestimentos externos confeccionados por argamassas, sofrem violentas movimentações de dilatação e contração o que causa trincas e consequentemente infiltração. Logo, para regiões de grande variação de temperatura, a impermeabilidade

[234] Engenharia Civil, 8ª semestre, Centro Universitário Campo Real. (eng-andersonnogueira@camporeal.edu.br)
[235] Engenharia Civil, 8ª semestre, Centro Universitário Campo Real. (eng-fabricioribas@camporeal.edu.br)
[3] Engenharia Civil, 8ª semestre, Centro Universitário Campo Real. (eng-rodrigokoczkodai@camporeal.edu.br)
236

completa das argamassas só é alcançada com o uso de aditivos ou pinturas especiais (impermeabilização) (BUENO 2000).

Para Lima (2018), Rachaduras são maiores que as trincas e fissura onde até mesmo pode comprometer a edificação, a sua diferença que por ela pode até mesmo passar água, vento ou luz, onde pode ocorrer pela falta de manutenção da edificação ou até mesmo um erro no cálculo no projeto onde muitas vezes auxiliam na aparência desta patologia. A infiltração pode causar muitos estragos em uma parede. A carbonatação nas armaduras é causada na corrosão das armaduras decorrente a reações químicas, isto ocorre por, o aço não estar protegido do processo corrosivo, ocorre quando o aço não esta devidamente coberto, pelo concreto estando totalmente exposto, por falta de cobertura suficiente para evitar a corrosão.

Para Neves (2019), eflorescência uma mancha esbranquiçada escorrida em uma superfície, são depósitos cristalinos causados por uma reação química, Isso ocorre por o cimento conter hidróxido de cálcio e hidróxido de magnésio, que com contato com gás carbônico forma a cal livre chamada de carbonatação., “eflorescências nas alvenarias é a presença da cal livre em quaisquer substratos que levam cimento na composição, como argamassas de assentamento, de encunhamento lateral, reboco”. Neves (2019).

Tem como objetivo de estudo como identificar uma patologia, decorrente a falha na execução de um projeto, na utilização dos materiais e até mesmo os métodos construtivos, que foram utilizados incorretamente, que ocasionaram patologias na obra pesquisada, também apontando o tipo de patologia mais recorrente em algumas obras na construção civil, como a eflorescência a carbonatação, fissuras e umidade, que acabam diminuindo a vida útil da edificação, que desde o princípio o homem se preocupa em se proteger, desta forma constrói sua moradia e ao decorrer do tempo vem aprimorando seus métodos construtivos, aplicação de materiais, como eles se comportam e com seus acertos e erros vem aprimorando suas construções.

O principal objetivo é saber como ocorreu, e como pode ser corrigido, como se manifestou a patologia e seu mecanismo, como pode ser solucionada esta falha e quais materiais devem ser aplicados para diminuir o problema, ou até mesmo eliminar da obra.

2. METODOLOGIA

Com fins de clareza, os objetivos específicos deste artigo são: descrever, com base na literatura encontrada, as etapas de um planejamento, e os tipos de projeto, com base nessas etapas e nos métodos construtivos e como resolver seguindo suas etapas, para tal, se fez uso de pesquisa bibliográfica. Observando as etapas da pesquisa bibliográfica propostas por Gil (2002) os primeiros passos são: a escolha do tema, a delimitação do tema e a escolha do problema. Esse primeiro foi essencial para que este artigo desencadeasse seus debates. Em seguida se elaborou o plano de desenvolvimento da pesquisa, ou seja, se fez um planejamento das atividades referentes a essa primeira etapa. (GIL, 2002). A próxima etapa é de contato direto com o material de pesquisa, a identificação, e localização do material. Nessa etapa se utiliza meios de pesquisa, como indexadores on-line, livros e enciclopédias, buscando por artigos e textos relevantes ao trabalho.

3. RESULTADOS

Foram reconhecidas as patologias em uma obra executada para ser um reservatório de água potável, onde foram encontrados vários problemas na execução, na utilização dos materiais e métodos construtivos, que acabaram aparecendo alguns problemas na alvenaria, como a eflorescência a carbonatação e umidade. A falta de impermeabilização pode ser uma das principais características do aparecimento de tantos problemas.

Devido ao conceito de uso e desempenho de uma edificação da norma ABNT NBR 15575-1:2013 pensando neste conceito que uma obra tem tempo de vida de 50 anos conforme a norma de desempenho, buscando diminuir e eliminar, que possam resolver de maneira que corrija o falha ocorrente por eflorescência, carbonatação, fissuras e umidade.

Eflorescência: segundo a orientação no site da Votorantim em 2019 no Mapa da Obra para que não apareça deve ser utilizado impermeabilizante, para que evite o processo de eflorescência, que devido o excesso de água acaba causando a patologia, que formada por solução cristalina na cor branca em revestimentos, tetos e paredes, para evitar o aparecimento deve se utilizar cimento de maior resistência que possuem menor reserva alcalina, em função do alto teor de pozolana, o que acaba diminuindo as chances da eflorescência apareça. Caso já tenha aparecido deve se

limpar a superfície, com ácido acético em paredes ou fachadas, caso a piscina corrigir com dreno.

Carbonatação: segundo a orientação no site da Votorantim em 2019 no Mapa da Obra a carbonatação, ocorre no processo onde a armadura está tendo contato com água e ar, com uma possível falha na fase de montagem, no cobrimento ou até mesmo por uma trinca ou rachadura, onde a armadura fica exposta processo de carbonatação. Para resolver o processo de carbonatação deve ser retirada a camada de cobrimento, limpar a armadura e pintar com produto impermeabilizante, cobrir novamente a armadura que estava exposta.

Fissura: para Cassiano (2021), trincas e fissuras ou rachaduras são alívio de tensões entre duas partes de uma construção, por isso é bastante importante saber identificar e resolver o problema. Para trincas superficiais na alvenaria você precisará de um profissional que saiba usar uma tela sintética específica, e cobrir a fissura já preenchida para então passar massa corrida, cobrindo *a* tela e finalizar lixando ela, já quando trinca nas pinturas deve raspar bem local afetado limpar e passar massa corrida, logo após lixar a superfície e pintar, mais tanto as trincas quanto às fissura tem que ter certeza se o problema foi resolvido.

Umidade: pelo décor fácil deve saber a causa da umidade, qual sua origem para poder tratar de maneira que resolva o problema, normalmente ocorre por falta de conhecimento, nas técnicas construtivas onde deixa de usar produto impermeabilizante na viga baldrame, que acaba sendo transferida umidade do solo para as paredes, ou até mesmo o piso não utiliza camada de pedra, para ter uma camada que não permite a passagem de umidade para o piso e também utilização de produto impermeabilizante, e manter portas e janelas abertas para manter sempre bem ventilado, evitando aparecimento de mofo por excesso de umidade, quando o problema pode ser resolvido tem que remover a camada prejudicada pela umidade, limpar bem o local e recobrir como material impermeabilizado, antes da pintura passar camada de impermeabilizante na parede e após a secagem pintar novamente.

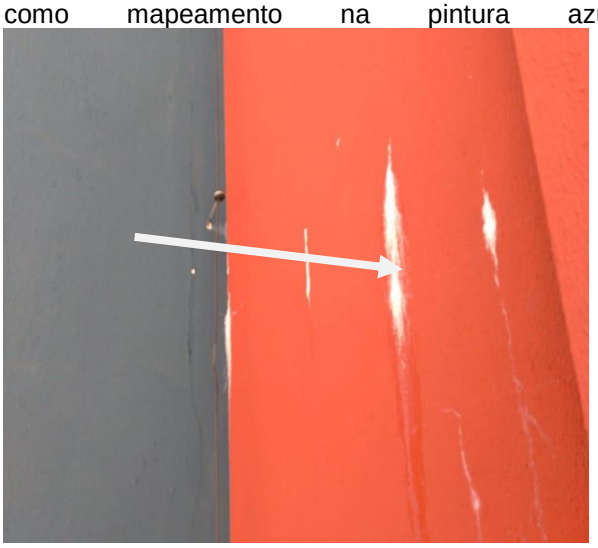
Imagem 05: Ponto com eflorescência e fissuras como mapeamento na pintura azul.

Imagem 02: Pontos com eflorescência e carbonatação e umidade falta de reboco e impermeabilização.

Fonte: Nogueira et al.

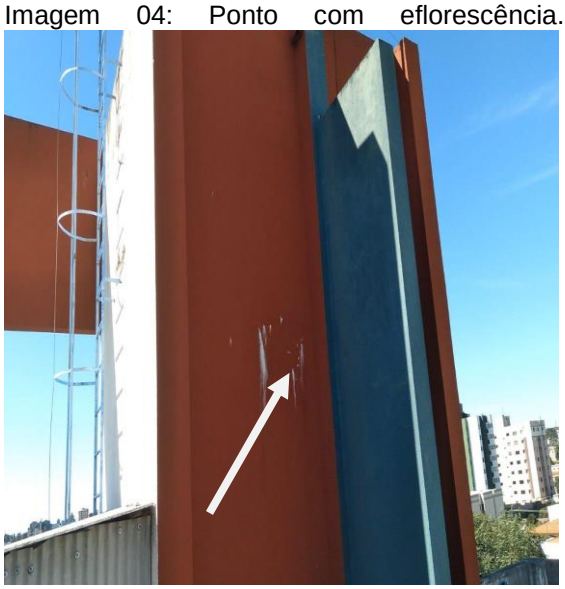
Fonte: Nogueira et al.

Imagem 03: Ponto com eflorescência e fissuras como mapeamento na pintura azul.



Fonte: Nogueira et al.

Imagem 04: Ponto com eflorescência.



Fonte: Nogueira et al.

Foram identificados vários problemas neste fechamento destas imagens do reservatório de água, tem várias patologias na mesma obra como eflorescência, carbonatação, fissuras e umidade que acabam deixando a fachada com uma aparência não muito agradável visualmente, por conter vários pontos de eflorescência e fissuras na parede que acabam abrindo espaço para que quando chova entre umidade e com isso acaba acelerando o processo de eflorescência, onde provavelmente acabará soltando a pintura, e até mesmo o reboco pelo excesso de umidade, na parte interna as paredes estão sem o revestimento nas paredes expostas e acabam absorvendo a umidade que passa pelas fissuras, passando para as vigas onde estão iniciando o processo de carbonatação, que pode danificar a armadura, podendo futuramente desenvolver problemas graves, para a estrutura, se não forem reparados os problemas apresentados.

5.CONCLUSÃO

Através da pesquisa aprimora o conhecimento de como desenvolver uma obra, conforme as metodologias de construção mais adequadas possíveis, com isso assegurar a segurança da edificação e sua vida útil para o proprietário sem causar nenhum transtorno para ambas as partes quanto o construtor e proprietário, com isso a importância da manutenção do imovel para melhorar tempo de vida do imovel evitando o aparecimento de patologias que acabam ficando com uma aparência não muito agradável e acaba desvalorizando o imovel onde quando o aparecimento de patologia e fácil de identificar pois normalmente ficam aparentes ai só saber classificar que tipo de patologia e como proceder para resolver de melhor maneira, e como isso aprimorar o conhecimento e ter segurança do que está fazendo e desenvolvendo conforme as normas brasileiras.

6.REFERÊNCIAS

SIENGE. 4 **Patologias na Construção Civil que você precisa conhecer**. 2018. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/4-patologias-na-construcao-civil/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BUENO, Carlos Frederico, 2000. **Tecnologia dos materiais de construção**. Disponível em: http://www.ufv.br/dea/ambiagro/arquivos/materiais_contrucao.pdf. Acesso em 31 de maio. 2021.

LAKATOS E MARCONI, Eva Maria e Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo. Atlas. 2003

GIL. Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo. Atlas, 2002.

O ENSINO DA ENGENHARIA CIVIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID - 19

SOUZA, Jaqueline[237]
TEIXEIRA, Raiany Ribeiro[238]
NASSAR, Ana Julia Portela[239]
COSTA, Bárbara Pergher Dala*

RESUMO: Para a elaboração deste artigo foi aplicado um questionário on-line, o qual buscou compreender a situação do ensino da Engenharia Civil durante a pandemia da Covid-19. Se utilizando de uma metodologia de levantamento, com resultados quantitativos, foram analisadas respostas de mais de 50 acadêmicos. Desse modo, os resultados obtidos expressam que o método de ensino mais utilizado foi o remoto, tendo uma adaptação boa ou regular pela grande maioria, e que metade desses acadêmicos consideraram o ensino durante a Pandemia como bom, mas ressaltam que o impacto desse período no futuro acadêmico e profissional, possa ser prejudicial.

Palavras-chave: Engenharia. Pandemia. Covid-19. Ensino. Adaptação.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), espalhou-se rapidamente pelo mundo, provocando mudanças em diferentes âmbitos sociais, principalmente na área da educação, como explica Oliveira e Chaves (2020). Os autores também afirmam que desde o começo do isolamento social os sistemas de ensinos passaram a ser basicamente remotos, essa transformação do ensino ocorreu na maior parte das instituições. E no Brasil, no mês de março de 2020, todas as faculdades do Brasil tiveram que suspender suas aulas, cursos e estágios devido ao vírus da Covid-19, afetando drasticamente a forma de ensino.

Com essa nova realidade estabelecida dentro do ensino brasileiro, as dificuldades começam a surgir no processo de readaptação de ensino-aprendizagem para muitos estudantes. Em uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), 67% dos alunos se queixam de dificuldades em estabelecer e organizar uma rotina diária de estudos, até as distrações que ocorrem dentro da moradia de cada um são um dos inúmeros pontos que dificultam a

[237] Graduanda do Curso de Engenharia Civil, 6º Período do centro Universitário Campo Real, eng-jaquelinedesouza@camporeal.edu.br.
[238] Graduanda do Curso de Engenharia Civil, 6º Período do centro Universitário Campo Real, eng-raianyteixeira@camporeal.edu.br.
[239] Graduanda do Curso de Engenharia Civil, 6º Período do centro Universitário Campo Real, eng-ananassar@camporeal.edu.br.
*Docente orientadora, Bacharelado em Engenharia Civil, Pós Graduada em Auditoria, Avaliações e Perícias de Engenharia, Centro Universitário Campo Real, prof_barbaracosta@camporeal.edu.br.

concentração durante o horário de estudo. Diferenças socioeconômicas podem gerar obstáculos no acesso às tecnologias, como a falta de um computador, celular ou mesmo o acesso à internet de qualidade.

Este estudo se mostra relevante ao analisar o impacto desse período no 6º curso que mais possui alunos no país, com cerca de 275 mil, segundo pesquisa feita no ano de 2019 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Analisando as respostas dos acadêmicos, de diferentes períodos e instituições, se questionou o ensino adotado, como foi a adaptação ao método remoto, a visão deles em relação às soluções que a instituição e os professores encontraram e, qual vai ser o impacto desse período no futuro dos acadêmicos e profissionais do ramo. Dessa forma, este estudo tem como objetivo levantar dados, mediante a um questionário online, sobre o ensino da Engenharia Civil durante a pandemia de Covid-19.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo Rondini, Pedro e Duarte (2020) o campo educacional foi um dos setores mais afetados pela pandemia do Covid-19, já que as atividades pedagógicas presenciais foram estagnadas e continuaram de forma remota por meio de plataformas online. Esta mudança precisou ser feita praticamente de um dia para o outro, consequentemente os professores precisaram transpor conteúdos e adaptar-se ao novo sistema sem ao menos uma preparação para este estilo de ensino. Assim, devemos considerar que o ensino EAD e o ensino remoto emergencial diferem um do outro, enquanto o primeiro desfruta de recursos e uma equipe multiprofissional preparada para ofertar as atividades pedagógicas o ensino emergencial devido à covid - 19 não detém este preparo.

O estudo da engenharia civil durante a pandemia pode ser definido como um momento crítico, essencialmente nos últimos anos da faculdade, posto que, é uma introdução da prática e cotidiano na vida do engenheiro que logo irá se formar, explicam Silva et al. (2020). Podemos observar que são vários os desafios no estudo a distância, o qual consequentemente venha desencadear alguns problemas na vida profissional. Assim, o objeto do presente estudo é apresentar e discutir os resultados de uma pesquisa online questionando alunos do primeiro ao último ano de engenharia civil o grau de satisfação com o ensino remoto emergencial,

adaptações dos docentes e da faculdade em que estão cursando o curso e por fim os impactos positivos e negativos do período de isolamento social.

2.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram coletados via questionário online (Google Forms), criado exclusivamente para esta pesquisa, a enquete possui 10 perguntas, sendo duas discursivas, uma de múltipla escolha e sete objetivas. Foi coletado respostas de cinquenta e oito acadêmicos de todos os períodos de engenharia civil, de diferentes instituições de ensino. Com esse estudo buscou-se entender a opinião desses alunos a respeito do ensino de Engenharia Civil durante a pandemia da Covid-19.

Dos cinquenta e oito alunos, 65,5% declararam que sua instituição optou pelo ensino híbrido (metodologia que combina o ensino remoto com o ensino presencial), e outros 27,6% afirmaram ter sido adotado o ensino remoto, o restante explicou que foi optado pelo presencial, ou até certo ponto híbrido e depois remoto. Como o ensino remoto foi o mais utilizado durante esse período, questionamos esses alunos sobre sua experiência com o método, as respostas sobre a adaptação podem ser observadas na figura 1.

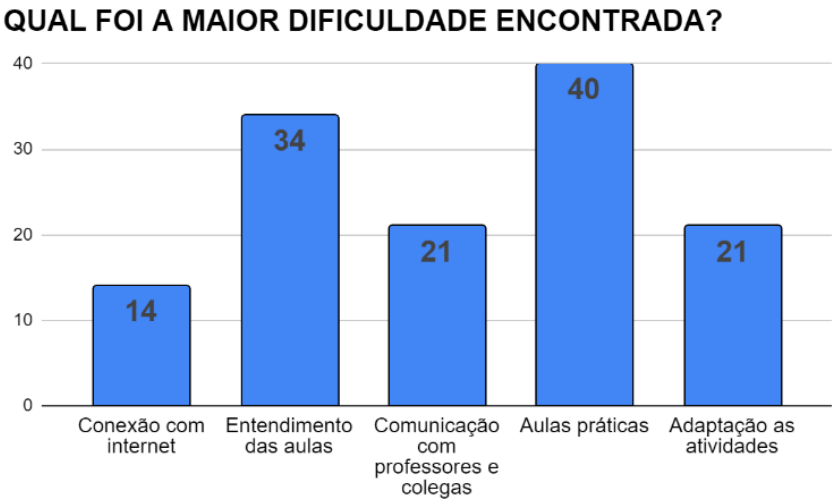
FIGURA 1 - Gráfico da questão sobre a adaptação ao método on-line

Fonte: Autoras, 2021.

Como pôde ser observado, 43,1% dos alunos declararam ter uma adaptação regular ao método, seguido por 32,8% com uma boa adaptação, 15,5% com uma adaptação ruim e apenas 8,6% conseguiram se adaptar de maneira ótima ao método.

Após essa pergunta, questionamos os acadêmicos sobre suas maiores dificuldades, as quais poderiam escolher mais de uma opção, e o resultado pode ser analisado na figura 2.

FIGURA 2 - Gráfico da questão sobre as dificuldades encontradas em relação ao ensino remoto

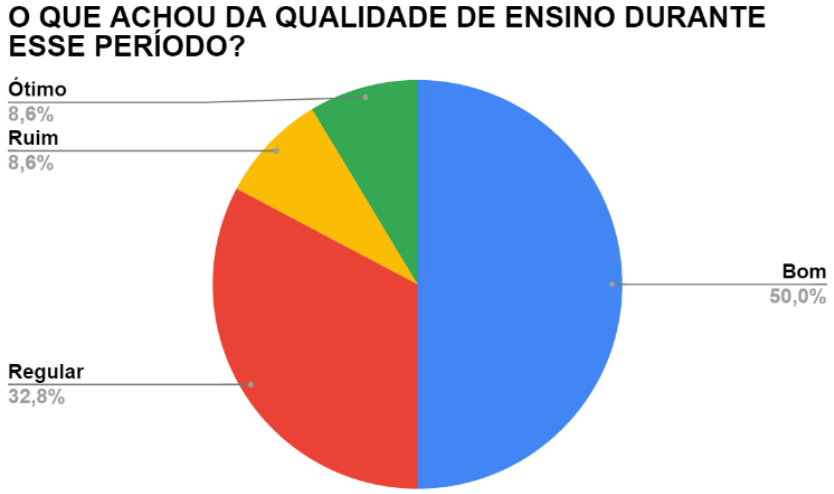


Fonte: Autoras, 2021.

Quanto às dificuldades encontradas, 40 alunos escolheram as aulas práticas como o principal empecilho desse período. O entendimento das aulas também foi uma dificuldade para 34 desses acadêmicos, seguido da comunicação com professores e colegas e adaptação às atividades, ambos com 21 alunos. A menor dificuldade, segundo essa pesquisa, foi a conexão com a internet, que teve 14 respostas.

A respeito do ensino da engenharia civil, de um modo geral, durante a pandemia de Covid-19, questionamos a qualidade do ensino e a adaptação da faculdade e professores. Sobre a qualidade do ensino, o resultado obtido pode ser visto na figura 3.

FIGURA 3 - Gráfico sobre a qualidade de ensino durante a pandemia de Covid-19



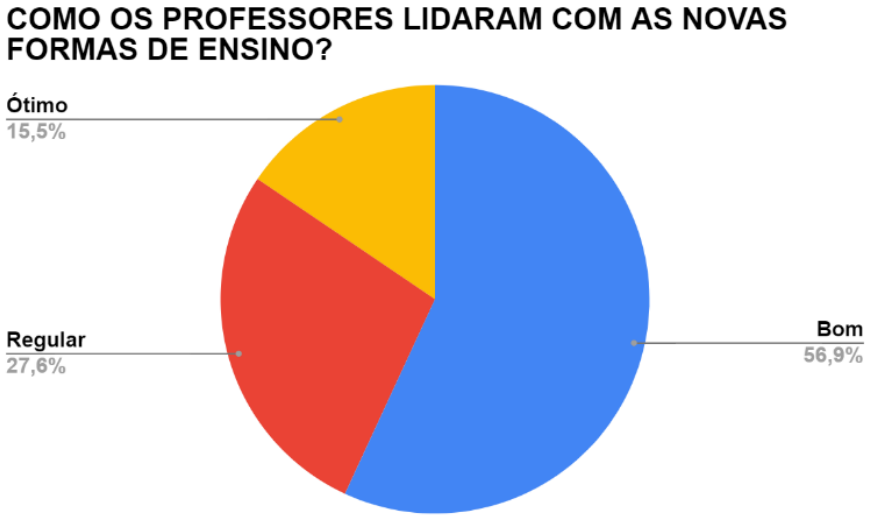
Fonte: Autoras, 2021.

É possível analisar que metade dos acadêmicos consideraram a qualidade como boa, 32,8% declararam ter sido regular, seguido por ruim e ótima, ambas com 5 respostas (8,6%). Sobre a adaptação da faculdade e dos professores, as respostas estão, respectivamente, nas figuras 4 e 5.

FIGURA 4 - Gráfico sobre a adaptação da faculdade durante a pandemia de Covid-19

Fonte: Autoras, 2021.

FIGURA 5 - Gráfico sobre a adaptação dos professores durante a pandemia de Covid-19



Fonte: Autoras, 2021.

Sobre a adaptação da faculdade, 58,6% consideraram como boa, 22,4% como regular, 17,2% como ótima e apenas 1,7% como ruim. Já sobre os professores, 56,9% dos alunos acreditam que a adaptação foi boa, 27,6% como regular e 15,5% como ótimas, nenhum aluno achou que a adaptação dos professores foi ruim.

Dessa forma, essa pesquisa mostrou que o método remoto foi o mais aderido entre as instituições de ensino, com uma adaptação boa ou regular pela grande maioria dos alunos, mas ainda apresentando uma porcentagem considerada de adaptações ruins (15,5%). De um modo geral, sobre o ensino da Engenharia Civil durante a pandemia de Covid-19, metade dos acadêmicos consideraram o ensino como bom, tendo uma boa adaptação das faculdades e professores - que segundo as respostas, não tiveram uma adaptação ruim.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 mudou drasticamente a realidade de todo mundo, do dia para a noite todas as instituições de ensino se viram obrigadas a fechar suas portas, exigindo uma adaptação de todos, e não foi diferente com a Engenharia. Se tratando de um curso com muitas aulas práticas, matérias de cálculo que exigem muita atenção, passar a ser realizada majoritariamente de forma remota, não foi fácil para ninguém, mesmo nesse cenário, os acadêmicos consideraram que o ensino foi bom, mas isso não anula suas apreensões em relação ao futuro de suas formações

acadêmicas e profissionais. Não há como vislumbrar o efeito que isso terá daqui para a frente, principalmente no ensino, mas com certeza ele não será como antes, mesmo que a faculdade, os professores e os alunos queiram retornar, será necessário mudar a estratégia, pois esse período trouxe muitas dificuldades, mas também trouxe novas formas de ensinar e aprender.

4 REFERÊNCIAS

BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. S. Covid-19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**. Bahia, v. 2, p. 01-11, 10 de maio de 2020.

OKUMURA, R. Durante a pandemia, 67% dos alunos têm dificuldade para organizar estudos online. **ESTADÃO**. São Paulo, 30 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, W. A.; CHAVES, S. N. Os desafios da gestão do ensino superior durante a pandemia da Covid-19: uma revisão bibliográfica. **Revista de Saúde - RSF**. Brasília, v. 8, n. 1, 2021. ISSN 2447-0309.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M; DUARTE, C. S. Pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. **Interfaces Científicas**. Aracaju, v. 10, n. 1, p. 41-57, 13 de julho de 2020.

SILVA, A. A. M. T.; ADORNO, A. L. C.; SILVA, A. D.; FELICIANO, A. C.; FERNANDES, C. E.; TOLEDO, E. M.; JÚNIOR, G. N. C.; JÚNIOR, J. S. B; PORFIRO, L. D.; CARDOSO, R. S. Relato de experiência no curso de Engenharia Civil em disciplinas de projetos durante a pandemia Covid-19. **Associação Educativa Evangélica - UniEvangélica**. Anápolis, v. 2, n. 2, 02 de outubro de 2020.

WANDERLEY, E. Veja os 10 cursos com mais alunos e como a busca mudou desde 2009. 23 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2020/10/4884238-os-10-cursos-com-mais-alunos-no-brasil-e-como-busca-de-universitarios-mudou-desde-2009.html>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

PERCEPÇÕES SOBRE ROBÓTICA EDUCACIONAL COMO METODOLOGIA DE ENSINO

LOPES, Kevim Marcondes[240]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[241]

RESUMO: A robótica tem como objetivo desenvolver agentes robóticos que possam realizar funções de alto nível. Neste artigo através de outros já existentes serão apresentados novos métodos deste novo tipo de aprendizagem que pode ser implantado em escolas. Foi utilizado para esta pesquisa a correlação do tema com outros artigos, além de uma pesquisa em campo. O principal resultado foi que este novo método ensinado será mais vantajoso, pois a nova geração aprende novas informações de maneira muito mais rápida. Segundo a entrevista conclui-se que este método de ensino será muito utilizado no futuro, buscando conhecimentos tecnológicos mais flexíveis

Palavras-chave: Educação. Robótica. Novas metodologias. Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

A Robótica vem adentrando a educação básica brasileira, em especial os cursos profissionalizantes, de modo crescente nos últimos anos (FERREIRA e VERDUN, 2016). Os robôs são projetados visando auxiliar o humano na realização de tarefas. Dentro desse contexto, encontra-se a reunião de diferenciados tipos de dispositivos robóticos, emergindo a robótica, tida como a ciência dos sistemas que interagem com o mundo real, com pouca ou mesmo nenhuma intervenção humana (MARTINS, 2006).

A robótica educacional, segundo (FERREIRA, 2017), pode ser tratada como altamente valorativa, já que esta estaria, contribuindo com o objetivo de formar jovens mais preparados para o mercado capitalista, os tornando muito mais competitivos, criativos, inovadores, e flexíveis com ideias mais amplas e desprendidas do convencional. Atualmente, a robótica traz uma gama de saberes para sua elaboração, desde a mecânica, a eletrônica, pneumática, hidráulica, as linguagens de

[240] Graduando em Engenharia Mecânica, 6 período, pelo Centro Universitário Campo Real (eng-kevimlopes@camporeal.edu.br).
[241] Professor Orientador. Mestre em Estudo Linguísticos – UFPR. Professor de Comunicação e Metodologia do Centro Universitário Campo Real (prof_sandromazurechen@camporeal.edu.br).

programação e a inteligência artificial, produzindo soluções ou criações para cada vez mais áreas diversificadas (FERREIRA , 2017). O aluno que tem contato com contato com a robótica educacional verá nesse método de aprendizado maneiras diversas de compreender o que lhe for passado, de modo que o aluno poderá ver na prática quase que instantaneamente qual a real aplicabilidade do conteúdo, como se ele já estivesse no campo de trabalho e recebesse uma missão.

O objetivo deste artigo é saber qual metodologia ativa nas escolas de robótica, que fazem com que os alunos mudem seus focos para o futuro, e consequentemente, verificar se esse método pode ser aplicado no ensino tradicional.

As análises são feitas a partir das ações de Varela e Alverez-Uria (1992), Walkerdine (1998), Biesta (2013) e Saraiva (2014). Neste artigo, procura-se obter a resposta para o seguinte questionamento: as competições de robótica educacional fazem com que mude o foco de ensino para aprendizagem?

2 DESENVOLVIMENTO

Utilizando-se, de diferentes artigos acadêmicos e também por meio de entrevista, esta pesquisa vem da natureza de trabalho científico original, com base em objetivos de forma exploratória e descritiva, juntamente com objetivos bibliográficos e de campo buscando analisar os efeitos obtidos por alunos que tem em sua grade de ensino a Robótica, que, segundo (FERREIRA, 2017), tiverem a oportunidade de experimentar desta matéria, que traz consigo uma forma diferente de aprendizado, utilizando como ponto x de fixação dos conteúdos a parte prática, contribuirá para uma formação mais concreta, que possa gerar no futuro pessoas mais competitivas e criativas, analisando também que a robótica desperta o conhecimento e raciocínio lógicos.

Esse resumo, descrito de forma qualitativa, seguindo as fundamentações de Marconi e Lakatos (2003), expõe dentro da Robótica Educacional, as inúmeras variáveis metodológicas de ensino, numa visão geral, buscam se aprimorar a partir de um mesmo ponto de partida, que é o aprendizado de forma prática, trás consigo, uma possível viabilidade de implantação deste sistema na rede pública de ensino. Porém, Lengel (2010) afirma em seu artigo que principalmente no aprendizado público, as instituições não estão preparadas para receber ou lecionar o ensino da

Robótica, já que os materiais necessários para a implantação da matéria, são de custos relativamente altos, e tendo em vista as condições socioeconômicas do país, e os grandes cortes em verbas públicas, não viabilizam este tipo de sistema.

Para um levantamento de dados mais relevante, esta pesquisa exigiu uma entrevista a campo na Escola Optimus Creative and Technology School localizada na cidade de Guarapuava, no interior do Paraná, onde a instituição aplica a Robótica em sua grade. Nesta, foram entrevistados alunos, que já provaram dos métodos de ensino tradicionais, a fim de saber quais suas opiniões com relação ao novo sistema, e se consideravam eficaz ou não. Durante esta entrevista, abordamos alunos de diferentes idades, consequentemente de diferentes séries da sua formação escolar, o que além dos artigos acadêmicos utilizados na pesquisa bibliográfica, nos ajuda a reforçar se esse método possa ser viável ou não.

O fato deste método ou ciência de ensino ser nova possibilita que esta seja interdisciplinar, como afirma Silva (2009), pois engloba diferentes áreas do saber , ajudando de forma eficaz, aos seus alunos abrangerem uma gama de matérias e estudos de uma só vez, visto que no ensino tradicional, cada área seria estudada de forma separada, o que resultaria em um estudo mais maçante e demorado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do estudo da robótica, e do método STEM nas escolas há múltiplas valências. Com isso haverá rupturas no método tradicional de ensino, conectando os alunos com coisas além da escola, deixando de ser algo maçante, e permeado para as diversas inovações tecnológicas que há de vir. A partir disso, com a implantação de novos métodos dentro da sala de aula, desde como são distribuídas até como serão aplicadas as funções aprendidas na aula haverá mudanças significativas, em busca de cérebros mais flexíveis.

Biesta (2013) destaca que a educação é um viés pelo setor econômico, porém corre-se o risco de que a prática da robótica educacional sobreponham a formação humanística por serem mais úteis à formação liberal.

Por um outro lado, Saraiva (2014) tem uma posição contrária à de Biesta (2013), que expõe em seu artigo, a passagem para a racionalidade governamental

exige mais do conhecimento adquirido na escola, onde a aplicabilidade é quase imediata.

Com isso, a metodologia seria totalmente aceita nas escolas, onde as aulas deixarão de ser “maçantes” e sim interativas, fará o aluno prestar mais atenção, que consequentemente trará melhores resultados, tanto no presente quanto no futuro.

4 REFERÊNCIAS

FERREIRA, Rodrigo Klassen. **Robôs Invadem a Escola**: A Robótica Educacional em Busca de Cérebros Flexíveis. 12f. Rio Grande do Sul. 2017.

FERREIRA, Rodrigo K.; VERDUN, Paola. **Políticas educacionais para a formação de empresários de si:** a convergência entre os Institutos Federais e o Programa de Educação Integral. In: XI ANPEd Sul, 2016. UFPR: Curitiba, PR. Disponível em: < http:// www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_RODRIGO-KLASSEN-FER REIR A-PAOLA-VERDUN.pdf>. Acesso em Outubro de 2018.

WALKERDINE, Valerie. **Uma análise foucaultiana da pedagogia construtivista**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Liberdade reguladas. Petrópolis: Vozes, 1998.

SARAIVA, Karla. A aliança biopolítica educação-trabalho. **Pro-Posições**, v. 25, n. 2, p. 139-156, maio/ago. 2014. Disponível em . Acesso em 10 ago. 2016.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, São Paulo, n. 6, p.68-96, 1992.

SILVA, Alzira Ferreira. RoboEduc: **Uma Metodologia de Aprendizado com Robótica Educacional**. 2009. 127f. Tese de doutorado - UFRN, Rio Grande do Norte, 2009.

BIESTA, Gert. **Para Além da Aprendizagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PRINCIPAIS TIPOS DE METODOLOGIAS DE ENSINO NO BRASIL. Disponível em: <https://posbarao.com.br/blog-da-pos/saiba-quais-sao-as-principais-metodologias-de-ensino-atuais-no-brasil/>. acesso em: 17 de Outubro de 2018.

MARTINS, Agenor. O que é Robótica. São Paulo, Editora Brasiliense, 2006

MARCONI, M. A ; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ERGONOMIA E A ABERTURA DE NOVAS EMPRESAS NO PAIS

CALDAS, Samuel[242]

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo central a análise e o estudo da importância da ergonomia num contexto onde todos os meses inúmeros novos CNPJ são registrados no país. Através da aplicação de um questionário foi possível observar que o nível de estresse e desgaste mental é frequente em ambientes de escritórios. Conclui-se que a ergonomia como um todo é de extrema importância e um dos pilares do novo ambiente empresarial para onde o país está migrando.

Palavras-chave: Ergonomia. Qualidade de Vida no Trabalho. Novos Ambientes de Trabalho. Normas Regulamentadoras.

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do boletim de mapa de empresas do governo brasileiro, no primeiro quadrimestre de 2021 foram abertas 1.392.758 empresas no país, representando um aumento de 17,3% em relação ao último quadrimestre de 2020. Concomitantemente com o aumento de abertura de empresas no país, cresce o número de novos funcionários e novos escritórios em funcionamento. Portanto assuntos relacionados ao bem estar e conforto dos colaboradores faz-se necessário e é de extrema importância para as organizações.

De acordo com Ferreira et al. (2017) “a ergonomia é a ciência do trabalho que estuda as intervenções entre os seres humanos e outros elementos do sistema, aplicando teorias, princípios, dados e métodos a projetos que busquem otimizar o bem estar humano e o desempenho global de sistemas”. Ou seja, seu objetivo é compreender e aperfeiçoar o contexto do homem no trabalho, através de normas que beneficiem ambas as partes, empresa e funcionário.

Segundo a Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO, 2013, p. 1), “a ergonomia (ou fatores humanos) é uma disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre os seres humanos e outros elementos ou sistemas, e à aplicação de teorias, princípios, dados e métodos a projetos a fim de otimizar o bem-estar humano [...]”. Portanto antes mesmo de pensarmos em alteração no ambiente de trabalho de uma organização, é necessário entender como a iteração do ser humano com o seu ambiente de trabalho acontece. Para isso a NR-17 torna-se

[242] Engenharia de Produção, 10º período, Centro Universitário Campo Real.

nosso guia. A NR-17 tem como por objetivo: estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

Diante dessa perspectiva, o objetivo geral é mostrar a importância da ergonomia e o nível de estresse em escritórios onde os trabalhadores ficam na maior parte de seu tempo sentados, em uma pesquisa feita em um escritório na cidade de Guarapuava.

2 DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa utilizou-se de análises quantitativas em um escritório de Guarapuava. O motivo da escolha do local foi pelo fato da empresa ter aberto há poucos meses. Foi aplicado um questionário anônimo com os colaboradores do escritório de maneira presencial, com o intuito de medir o nível de estresse dos trabalhadores sentados.

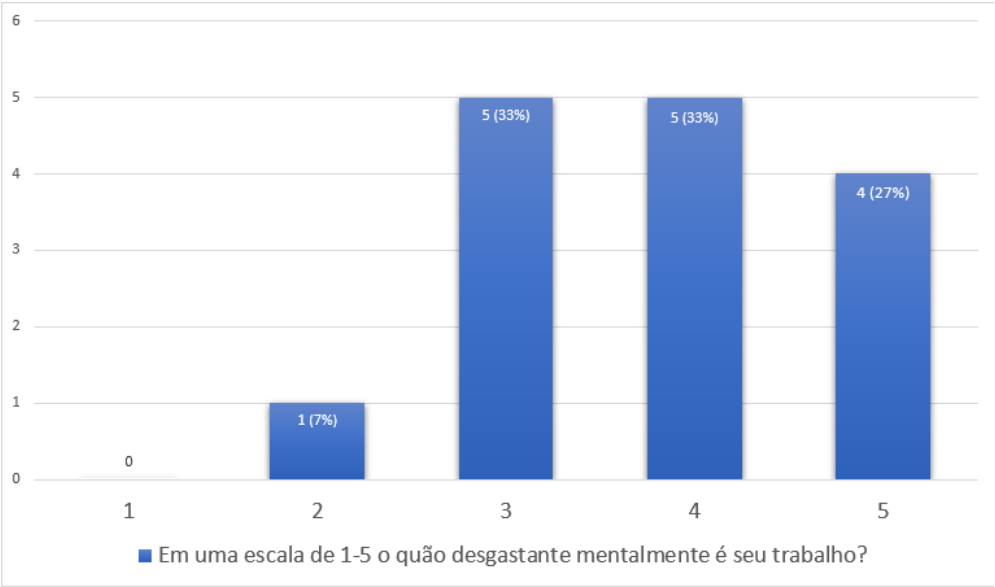


Figura 01

Portanto, observamos que se trata de um ambiente desgastante mentalmente. Claramente podemos concluir também que, se não gerenciado, o ambiente de trabalho pode gerar diversos danos mentais e corporais aos colaboradores devido ao estresse.

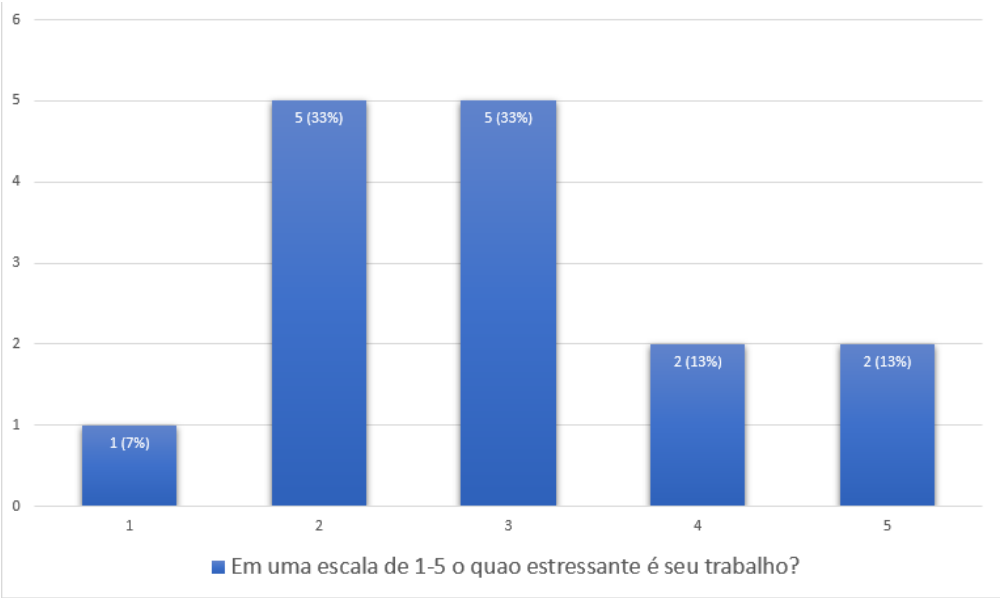


Figura 02

Os motivos que ocasionaram nos resultados apresentados podem ter sido gerados em razão de atividades monótonas e repetitivas, ou ainda exercícios que elevam a carga mental e necessitam de extrema atenção e desempenho mental.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, fica claro que de maneira geral, o país está crescendo em número de empresas abertas, e medidas devem ser tomadas para que o estudo e a conscientização da ergonomia estejam presentes em todos os empreendimentos, sejam eles novos ou não.

De acordo com a NR-17, “Para trabalho manual sentado ou que tenha de ser feito em pé deve ser permitir ao trabalhador variações posturais, com ajustes de fácil acionamento, de modo a prover espaço suficiente para seu conforto.”

Portanto, num cenário nacional onde todos os meses aumenta de maneira significativa o número de empresas abertas, a discussão e a conscientização geral em relação a postura e as condições ergonômicas de trabalho se mostram cada dia mais atuais e mais importantes.

4 REFERÊNCIAS

ABERGO. **O que é Ergonomia**. Disponível em: <http://www.abergo.org.br/internas.php?pg=o_que_e_ergonomia,>. Acesso em: 13 ago.2019.

MAPA DE EMPRESAS. Boletim do 1 quadrimestre de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-do-1o-quadrimestre-de-2021.pdf. Acesso em: 31 agosto 2021.

Ferreira, A. S., Merino, E. A. D., & de Figueiredo, L. F. G. (2017). Métodos utilizados na Ergonomia Organizacional: revisão de literatura. Human Factors in Design, 6(12), 058-078.

ESTUDO DOS PROCESSOS LOGÍSTICOS DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS EM UMA EMPRESA DE SANTA CATARINA

MACHADO, Ana Carolina[243]
MARON, Bruno de Andrade[244]

RESUMO: O Brasil encontra-se competitivo no mercado internacional, possibilitando a importação e a inserção de produtos no mercado com menor custo. Desta forma, a empresa do ramo de importação de Santa Catarina estudada importa um volume de produtos manufaturados da China com baixo custo revendendo no mercado com uma margem significativa. Assim, esta pesquisa objetivou analisar os procedimentos logísticos para a importação dessas mercadorias. Essa pesquisa possui embasamento teórico bibliográfico, seguido de uma pesquisa de campo descritiva contemplando os seguintes objetivos: apresentar o processo de importação para a apresentação de uma possível ferramenta para facilitar este processo.

Palavras-chave: Importação. Processos Logísticos. Porto Seco. Desembaraço Aduaneiro.

1 INTRODUÇÃO

A importância da realização correta dos processos logísticos para a importação de produtos no Brasil engloba diversas operações importantes em que as empresas do ramo devem seguir.

A complexidade e morosidade encontradas para realizar com êxito as operações do processo de importação dificulta a obtenção de sucesso de algumas empresas do ramo e até mesmo desestimula as que desejam fazer parte desse segmento. Referindo-se as mais complexas e importantes operações no processo logístico de importação temos a gestão financeira e o planejamento. Com relação ao planejamento de custos da mercadoria importada quando chega ao Brasil, a empresa importadora deve planejar diversas operações até que a carga saia do porto e chegue ao destino, que são de fundamental importância e devem ser realizadas de forma rigorosa. Um dos objetivos da empresa é reduzir os gastos com portos secos e também o período em que as mercadorias ficam no porto seco. Este é um processo muito importante da importação pois deve-se sempre prever a possibilidade de fatores

[243] Graduanda de Engenharia Mecânica no Centro Universitário Campo Real.
[244] Engenheiro de Produção, Engenheiro de segurança do Trabalho. Especialista MBA - Gestão estratégica de negócios, Especialistas em Docência no Ensino Superior. Professor no Centro Universitário do Campo Real.

negativos no trâmite da carga, como por exemplo atraso na liberação da mercadoria no Brasil quando chega no porto seco.

Esses processos são administrados pela empresa importadora que realiza todo esse planejamento e processo de forma manual, pois atualmente a empresa não possui nenhuma ferramenta que auxilie e automatize na realização desse processo.

Logo, a pesquisa demonstrará como a empresa realiza essas análises para definição do melhor modal de transporte dos produtos, aéreo ou marítimo e também como é realizada a escolha da melhor opção de Porto Seco (Estação Aduaneira Interior**,** EADI) para intermediar o trâmite e o desembaraço da mercadoria no Brasil. Para isso são feitas diversas analises e comparativos entre as melhores opções da região pois a escolha do melhor terminal é muito importante e reflete diretamente no valor final dos produtos importados.

Após a realização das pesquisas de Portos Secos e com base nos dados fornecidos pela empresa a presente pesquisa tem como objetivo identificar os aspectos que envolvem o processo logístico de importação, bem como descrever as suas operações para possível elaboração de uma ferramenta que facilite a escolha da melhor opção de porto seco. O estudo desses processos será baseado em uma empresa de importações localizada em Santa Catarina.

A ferramenta elaborada deve se basear nos parâmetros de custo e tempo que cada terminal disponibiliza. A ferramenta basicamente deverá ser alimentava com informações pertinentes a data da demanda do serviço, sendo o valor atual e também realizar uma média de tempo em que a carga permanece no terminal, para que assim seja possível realizar uma análise mais detalhada comparando todas as opções disponíveis e mostrando qual a opção que traz mais benefícios para a empresa, reduzindo o tempo e os custos da permanência da carga no terminal.

2 DESENVOLVIMENTO

O Brasil está crescendo cada vez mais na economia internacional. Isso fez com que o país explorasse mais áreas, tanto para compra de mercadorias quanto para sua venda. Um fator muito importante é a importação, que é considerada uma transação comercial muito importante para a economia de qualquer país, o que implica a necessidade de agilidade e velocidade em todas as etapas do seu processo, mostrando um ótimo desempenho na logística para realização. O desembaraço

aduaneiro de importação é um fator muito importante da importação, que demanda uma boa logística para que ocorra de maneira rápida e eficaz, para que não seja prejudicado por aspectos burocráticos. Logo, torna-se importante examinar a burocracia que envolve o processo de importação, isto porque para a realização da importação de um produto, ocorre a interação de diversos órgãos que dela participam, cada um com as suas interpretações variadas, bem como com seus respectivos procedimentos.

Vazquez (2003), considera o comércio exterior brasileiro, mesmo que carente de uma política operacional e administrativa que parametrize e que oriente sua evolução e seu crescimento de forma adequada, tem sido um dos sustentadores da economia em anos de recessão. A importação e exportação tem colaborado com eficácia para que o Produto Interno Bruto (PIB) voltasse a ter um crescimento positivo a partir do ano de 1993. Vazquez (2003), salienta que ao início do século XXI o Brasil tinha uma grande urgência de crescimento para atender à demanda reprimida de população.

Apesar de apresentar um bom desempenho nos últimos anos, o comércio exterior brasileiro ainda passa por alguns obstáculos que afetam intensamente a capacidade de competição da economia nacional. Pesada carga tributária, legislação trabalhista antiquada, gargalos logísticos, elevado custo de capital e força de trabalho insuficientemente qualificada são alguns dos itens que compõem o chamado Custo Brasil, constituindo as barreiras enfrentadas pelos empresários brasileiros que seguem no ramo da importação.

Uma das etapas mais importante no processo de importação é o processo de logística quando a mercadoria importada chega no Brasil, o que conta com carregamento, frete, armazenagem e desembaraço aduaneiro. Nos últimos anos o crescimento dos portos marítimos não aconteceu no mesmo ritmo do crescimento do comércio exterior no país, o que representa perda de dinheiro e, consequentemente, de competitividade para os importadores nacionais. Uma alternativa viável para melhorar essa situação seria o uso dos portos secos, os quais vêm ganhando cada vez mais espaço no território brasileiro

A empresa estudada para realizar essa pesquisa, esta situada numa área com diversas opções de Portos Secos. Sabendo que a escolha do Porto Seco nessa etapa do processo de importação afeta diretamente o valor final da mercadoria, sendo uma etapa muito importante, essa pesquisa visa mostrar a importância da realização de

importações, e a necessidade de uma ferramenta de qualidade para realizar a escolha correta do porto seco que será utilizado para intermediar a mercadoria no Brasil.

Hoje a empresa não conta com nenhuma ferramenta que ajude na comparação de valores e também do tempo que são utilizados nessa etapa em que a mercadoria chega ao porto seco. Pelo fato dessa pesquisa estar em fase de construção e elaboração dessa ferramenta, ainda estão sendo coletados dados e informações para conclusão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa é demonstrar como funciona o processo de importação no Brasil e qual a sua importância, destacando a importância de uma boa logística para realizar todas as etapas de importação da melhor forma. Sabendo que um dos principais processos da importação é a logística do produto ao chegar no Brasil e ser direcionado a portos secos, essa pesquisa ainda está em andamento e a elaboração da ferramenta para cálculo e comparação simultânea das melhores opções de portos secos disponíveis na região solicitada. Foram obtidos vários dados e informações relevantes para o andamento dessa pesquisa e conclusão da elaboração da ferramenta.

4 REFERÊNCIAS

BRITO, Roberta Brito; APTAF, Joyce Gonçalves; TROCCOLI, Irene Raguenet; MIRANDA, Mariana Salgado**. As burocracias inerentes ao processo de importação: o caso CMD Global Services.** Revista Negócios em Projeção. 2012. 2p.

CONEXOS, Consultoria e Sistemas. **Porto Seco: qual sua importância para o comércio exterior?.** 2018. Disponível em: https://blog.conexos.com.br/porto-seco-qual-sua-importancia-para-o-comercio-exterior/. Acesso em: 19 set. 2021.

LAFER, C. **Brasil: dilemas e desafios da política externa**. Estudos Avançados, vol.14, no.38, jan/abr, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103- 40142000000100014&script=sci_arttext. Acesso em 17 set. 2021.

MASSA Pesagem e Automação Industrial. **Terminal intermodal: entenda o que é e para que serve**. 2020. Disponível em: < https://massa.ind.br/terminal-intermodal/>. Acesso em: 01 set. 2021.

VAZQUEZ, L, J. **Comércio Exterior Brasileiro**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA PRODUÇÃO EM UMA INDÚSTRIA MADEIREIRA BASEADO NO ÍNDICE DE RENDIMENTO OPERACIONAL GLOBAL

KROMBAUER, Everton [245]
MARON, Bruno [246]
JHONATTAN, Trejo [247]

RESUMO: O foco do estudo é de um caso real de um grupo de Maquinas que trabalham em linha, em uma indústria madeireira com ênfase na aplicação dos indicadores GPT (Gestão de Postos de Trabalho) e IROG (Índice de Rendimento Operacional Global), seu impacto no desempenho da organização bem como o auxilio na tomada de decisão.

Palavras-chave: IROG. OEE. TEEP. Desempenho. Produção.

1 INTRODUÇÃO

Possuir controle dos dados de produção e visibilidade dos processos contribui muito na melhoria dos processos, facilitando as análises de cada centro de trabalho e seus custos. Se os processos estiverem interligados no sistema, desde o recebimento dos pedidos , compra de matéria prima e seus insumos, otimização de produção, processamento nos equipamentos, expedição e faturamento, isso tudo contribui para o monitoramento do processo produtivo (GARCIA, 2016)

O presente trabalho tem como objetivo implantar um sistema de coleta de dados no chão de fábrica, buscando melhorar o desempenho operacional e agilizar o processo de produção e o fluxo das informações geradas pelos equipamentos instalados no parque fabril de uma empresa do setor Madeireiro.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E METODOS

2.1.1 IROG

---

[1] Estudante de Engenharia de Produção no Centro Universitário Campo Real, (eng-evertonkrombauer@camporeal.edu.br).

[2] Engenheiro de Produção, Engenheiro de segurança do Trabalho. Especialista MBA - Gestão estratégica de negócios, Especialistas em Docência no Ensino Superior, (prof_brunomaron@camporeal.edu.br)

[247] Doutorando em Engenharia Mecânica e Manufatura – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (trejofranco@gmail.com)

Antunes (2011) afirma que através do cálculo e monitoramento constante da eficiência produtiva dos recursos, torna-se possível elaborar planos de ação visando solucionar os principais motivos de ineficiência dos sistemas produtivos. Em geral, os gestores não sabem determinar e distinguir com clareza a eficiência da utilização dos materiais/equipamentos, das pessoas etc. Neste sentido, este item propõe-se a explicitar o cálculo das eficiências nos sistemas produtivos. O IROG consiste em uma metodologia destinada a medir a performance e apontar melhorias nos postos de trabalho. Visa incrementar a utilização dos equipamentos, buscando a otimização dos mesmos, aumentando as suas capacidades por meio da melhoria contínua aplicada por meio de ações implantadas no dia-a-dia.

Em uma empresa industrial, a capacidade de um determinado equipamento (ou posto de trabalho) representa a oferta de tempo disponível para a execução da produção, encontrando-se relacionada à função operação. Esta capacidade, em unidade de tempo, pode ser genericamente representada pela Equação 1:

$$C = Tt \times \mu g \qquad (1)$$

onde:

C = capacidade do equipamento (t)

Tt = tempo total disponível para a produção (t)

μg = índice de rendimento operacional global do equipamento (adimensional)

O método de controle dos equipamentos “representa a razão entre o tempo de valor agregado, em termos de peças ou produtos (numerador), pelo tempo total disponível para se realizar a produção no equipamento (denominador)”, para isso pode ser calculado através da Equação 2.

$$\mu_{global} = \sum_{i=1}^{n} \frac{\left(\sum_{i=1}^{n} tp_i * q_i\right)_{peças\ boas}}{T} \qquad (2)$$

Onde:

i = item produzido até o limite n;

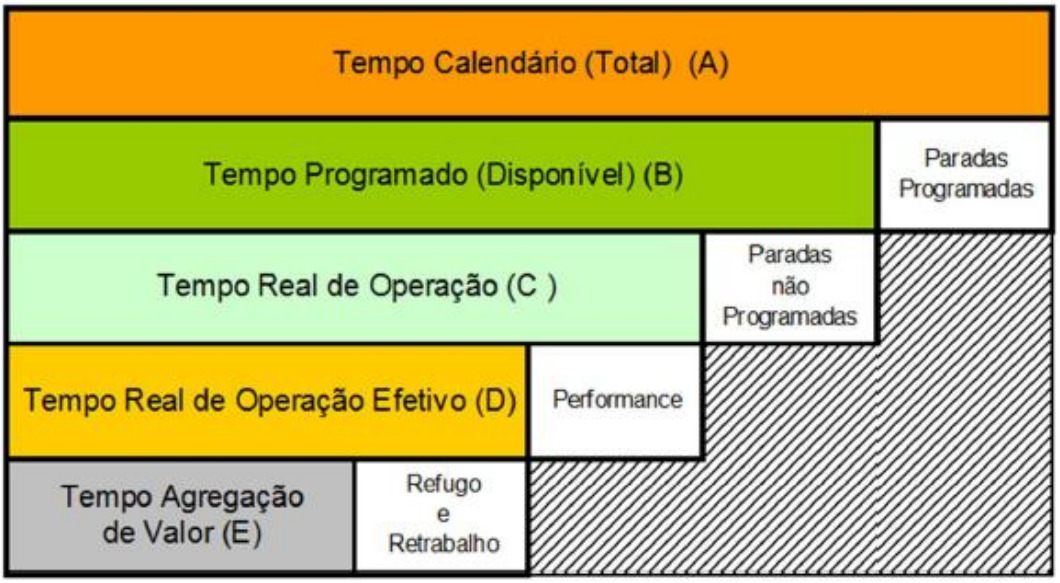
n = número de ocorrências do item i;

tp_i = indica o tempo de ciclo da peça i;

q_i = representa a quantidade de peças de qualidade produzidas;

T = o tempo disponível no equipamento (TEEP considera o tempo calendário e OEE o tempo disponível que é o calendário com as paradas programadas descontadas, conforme Figura 1).

Figura 1 - Relação entre tempo e índices de eficiência



Fonte: Uma revolução na produtividade (2013)

Antunes (2013) contextualiza que o cálculo do IROG pode ser aprofundado através do desdobramento da eficiência global em índices parciais. Esse desdobramento tem por finalidade facilitar o seu entendimento e identificar as principais causas das ineficiências observadas no posto de trabalho. Deste modo, o IROG pode ser calculado pela multiplicação dos índices de tempo operacional, performance operacional e produtos aprovados, conforme Equação 3.

$$\mu_{global} = \mu_1 * \mu_2 * \mu_3 \quad (3)$$

Onde:

µ global = Índice de Rendimento Operacional Global (IROG)

µ1 = Índice de tempo operacional - ITO;

µ2 = Índice de performance operacional - IPO;

µ3 = Índice de peças aprovadas – IPA.

μ_1 - Índice de Tempo Operacional (Disponibilidade): Este índice de disponibilidade representa o tempo total disponível do equipamento. Quanto menor for este valor, maior será o potencial de aumento de utilização da máquina, pois um baixo valor indica que o equipamento sofreu muitas paradas. A fórmula utilizada para determinação é apresentada pela Equação 4.

$$\mu_1 = \frac{T - \sum Tempo\ de\ Paradas\ Não\ Programadas}{T} \tag{4}$$

μ_2 - Índice de Desempenho Operacional (Performance): Aqui, avalia-se o desempenho da máquina e está ligado diretamente com a performance do equipamento e dos operadores, pode-se utilizar para fins de cálculo a Equação 4 ou a Equação 6.

$$\mu_2 = \frac{T - \sum Tempo\ de\ Paradas\ Não\ Programadas - \sum Queda\ de\ Velocidade}{T - \sum Tempo\ de\ Paradas\ Não\ Programadas} \tag{6}$$

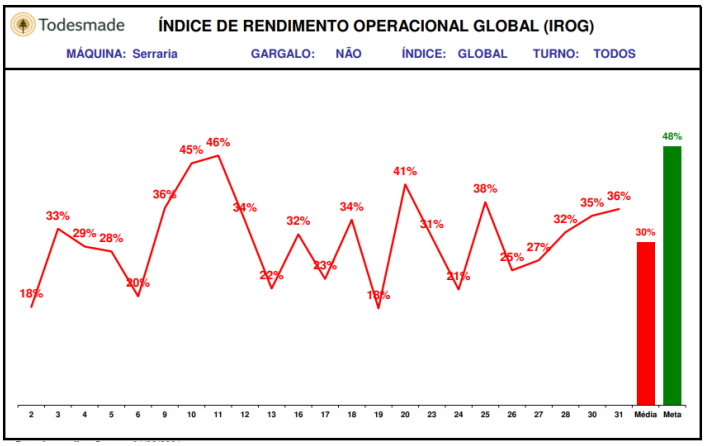
μ_3 - Índice de Produtos Aprovados (Qualidade): Está relacionado com a qualidade das peças produzidas, ou seja, ele promove uma comparação entre a quantidade de peças boas e a quantidade de peças rejeitadas, conforme Equação 5.

$$\mu_3 = \frac{\left(\sum_{i=1}^{n} tp_i * q_i\right)_{peças\ boas}}{\left(\sum_{i=1}^{n} tp_i * q_i\right)_{peças\ boas} + \left(\sum_{i=1}^{n} tp_i * q_i\right)_{peças\ retrabalhadas}} \tag{5}$$

2.2 APLICAÇÃO

Demonstrando a aplicação da ferramenta IROG na empresa em questão onde foram implantados µ1 e µ2 inicialmente. A figura 2 demonstra o resultado de um mês específico na empresa.

Figura 2 – Gráfico de IROG



Fonte: o autor

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos de um mês de produção Recomenda-se um plano de ação mais eficiente para que sejam corrigidas as grandes oscilações tanto na disponibilidade quanto no desempenho do equipamento.

4 REFERÊNCIAS

ANTUNES J, J.A.V. A.; Klippel, A. F.; Seidel, A.; Klippel, M. *Uma Revolução na Produtividade.* Grupo A, 2013. 9788565837927. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837927/. Acesso em: 2021 set. 20.

ANTUNES, J. **Sistemas de Produção**. Grupo A, 2011. 9788577802494. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577802494/. Acesso em: 2021 set. 20.

Jr., A. P.; Sampaio, C.A. C.; Fernandes, V. *Gestão Empresarial e Sustentabilidade*. Editora Manole, 2016. 9788520439135. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520439135/. Acesso em: 2021 set. 20.

IRRIGAÇÃO POR INUNDAÇÃO E DRENAGEM: A VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DA IRRIGAÇÃO EM VASOS DE FLORES E ERVAS AROMÁTICAS

CORREIA, Carolina[248]
MARON, Bruno de Andrade[249]

RESUMO: O coração desse projeto é a irrigação de plantas, tais como flores e ervas aromática, espera-se desse estudo em forma de projeto a diminuição de gastos desnecessários, a eliminação do desperdício de tempo, de água e de insumos, e o aumento do desenvolvimento da produção para a preservação da empresa no mercado consumidor. Dessa forma, um projeto de implantação de irrigação prático e eficiente será desenvolvido.

PALAVRAS-CHAVE: Economia, Irrigação, implantação.

1 INTRODUÇÃO

Existem indícios de que a irrigação era utilizada no Egito a 6000 a.c. as margens do Rio Nilo, já no Brasil a irrigação teve sua origem durante a colonização no cultivo de arroz usando o método de inundação. (AgroInsights, 2021).

A irrigação é fundamental para a produção de diversas culturas de plantas, usa uma técnica que visa a aplicação de agua no solo de modo artificial em quantidade, tempo e maneira adequada, lavando em consideração ao que a planta necessita.

Quando se fala em produção de plantas em vasos, logo se pensa sobre a irrigação, pois é um assunto com grande importância entre os produtores desse seguimento, uma vez que, a irrigação é fundamental ao processo de crescimento e desenvolvimento da planta. Além de pensar no desenvolvimento das plantas, é interessante pensar no bem-estar de quem está por trás desse processo, bem como otimizar os recursos gastos e empregados.

Ao observar os prós e os contras dos métodos de irrigação, surgiu a ideia de um projeto de implantação que vise a eficiência e a sustentabilidade, automatizando a irrigação, usando como método a irrigação por inundação com a tecnologia trazida pelo Holandes radicado no Brasil Jan de Wit, que consiste em uma

[248] Graduanda do 10 º período de Engenharia de Produção no Centro Universitário Campo Real.
[249] Graduado em Engenharia de Produção e Engenharia de Segurança do Trabalho. Especialista MBA – Gestão estratégica de negócios. Especialista em Docência no Ensino superior. Professor e orientador no Centro Universitário do Campo Real.

irrigação de baixo para cima, ou seja, iniciando pelas suas raízes das plantas e não mais pelas suas folhas e hastes.

2 IRRIGAÇÃO

2.1 IRRIGAÇÃO CONVENCIONAL

A empresa que servirá como estabelecimento para o desenvolvimento do projeto de implantação, um viveiro de flores e ervas aromáticas, ainda utiliza a forma mais convencional de irrigação como mostra a figura 1, a qual consiste no funcionário utilizar uma mangueira de jardim percorrendo os canteiros e molhando as plantas ao longo do caminho.

Figura 1- Sistema de irrigação por aspersão convencional

Fonte: Reviewbox (2020)

Esse processo até o presente momento tem a sua eficácia. Todavia não tem mostrado a eficiência necessária, pois acaba por prejudicar as folhas das plantas, que ao serem molhadas diariamente permanecem úmidas, deixando as plantas vulnerais a entrada de diversos tipos de fungos (Töfoli, J.G., e Domingues, R.J, 2018).

Ademais, compromete-se o bem-estar do funcionário, conforme Ceratto, Renan (2017): “Uma vez que, os movimentos contínuos e repetitivos ao longo do tempo acarretam um cansaço maior e dores musculares com maior intensidade e frequência, além do desperdício de água, de insumos e de tempo trabalhado. ”

A irrigação convencional como os outros métodos além de haver os problemas já ditos, causa uma perda de agua consideravel de até 50% por erro no momento de irrigar e pela evaporação (Agência Nacional de Águas (ANA)).

2.2 IRRIGAÇÃO POR INUNDAÇÃO E DRENAGEM ATUAL

Com a intenção de diminuir custos, eliminar o desperdício, pensar no bem-estar dos funcionários, ser eficiente e preservar a qualidade do produto final, o desenvolvimento do projeto de implantação se dará com base na necessidade em que o Viveiro de flores e ervas aromáticas, empresa localizada no Distrito de Entre rios-Guarapuava/PR se encontra no momento, tendo com o foco a irrigação de vasos de flores e ervas aromáticas.

A irrigação por inundação e drenagem atual em vasos de plantas é uma das tecnologias mais atuais no mundo, sua economia em água pode chegar a 75% em menos de um ano (Globo Rural, 2015).

Sem falar na diminuição do descarte de plantas que adquirem fungos por meio da umidade acumulada em suas folhas e na qualidade de vida que esse sistema de irrigação proporciona ao colaborador que pratica a atividade. Na figura 2 vemos o modelo de irrigação que a empresa Ecoflora Brasil utiliza, a qual servirá como inspiração para o projeto de implantação.

Figura 2- Sistema de irrigação por inundação

Fonte: Ecoflora (2018)

O Processo se dará por uma estrutura que ao acionar a bomba de agua inundará o local onde se encontram os vasos e manterá a agua no nível e tempo

desejado até que os vasos se irriguem, após a irrigação a agua voltará novamente para o recipiente passando por um filtro para que volte de forma limpa e assim poder repetir o processo sempre que necessário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os métodos de irrigação existentes no mercado embora cumpram ao que se propõem a fazer que é o de irrigar as plantas mantendo as sempre úmidas, não entregam um custo final favorável, pois usando os métodos de irrigação desatualizados ao final ainda teremos gastos, desperdícios e descartes.

Contudo, o projeto de implantação apresentado mostra que o método de irrigação mais indicado ao Viveiro de flores e ervas aromáticas é o de inundação e drenagem com a tecnologia atual, pois mostra que além de cumprir o seu papel, terá uma grande diminuição de gasto, procurará extinguir o descarte por doenças causadas por fungos que se proliferam na umidade, o desperdício de agua e de insumos, e manter a qualidade de vida dos funcionários e principalmente aumentar a qualidade de seus produtos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Carla. **Em Holambra produtor aposta na tecnologia para irrigar vasos**, Revista Globo Rural, 2015. Disponível em: https://revistagloborural.globo.com/Tecnologia-no-Campo/noticia/2015/09/em-holambra-produtor-aposta-na-tecnologia-para-irrigar-vasos.html . Acesso em: 12 de agosto de 2021.

CERATTO, Renan. **Economia no trabalho: seus benefícios e sua importância,** 2017. Disponível em: https://onsafety.com.br/ergonomia-no-trabalho-e-sua-importancia-nr-17/ . Acesso em: 09 de setembro de 2021.

CHAGAS, Samuel. **Melhores mangueiras,** 2020. Disponível em: https://www.reviewbox.com.br/mangueira-de-jardim/ . Acesso em: 09 de setembro de 2021

ECOFLORABRASIL, 2018. Disponível em: https://www.ecoflora.com.br/irrigacao-por-inundacao-dentro-da-estufa/. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

MONTEIRO, Alex. **Histórico da irrigação,** 2021. Dísponivel em: https://agroinsight.com.br/historico-da-irrigacao/ .Acesso em: 12 de agosto de 2021.

TÖFOLI, J.G., e DOMINGUES, R.J. **Doenças fúngicas**. Maringá: EDUEM, 2018, pg. 271-313.

MELHORIA NO FLUXO DE TRANSPORTE DE FARELO OBTENDO-SE REDUÇÃO DE CUSTOS PARA MANUTENÇÃO

LIBRELATO, Axl Felipe[250]
MARON, Bruno de Andrade[251]

RESUMO: O objetivo deste trabalho é estudar e entender o conceito de Lean Manufacturing, originado pelo Sistema Toyota de Produção, para realizar melhoria no fluxo de transporte de farelo obtendo-se redução de custos. Através da análise dos oito desperdícios estabelecidos pelo sistema de manufatura enxuta observou-se um processo e um movimento desnecessários. Dessa maneira, foi realizado um projeto para eliminar esses desperdícios e também calculado a redução de custos de energia e manutenção obtendo-se um valor aproximado de R$ 87.000,00 por ano. Portanto, pode-se notar a efetividade do sistema Toyota de Produção.

Palavras-chave: Lean Manufacturing. Farelo de soja. Melhoria. Desperdício.

1 INTRODUÇÃO

Por volta dos anos 2800 a.c. o grão de soja teve sua primeira aparição, sendo até considerado um grão sagrado como arroz, trigo, cevada e milheto. A partir de então o cultivo e exploração da soja foram crescendo e se intensificando, até que em meados do século XVIII ela foi sendo adotada como alimento, iniciando estudos do grão como matéria-prima para produção de óleo e nutriente animal. (EMBRAPA, [201-]; APROSOJA, [201-]).

Desde então, entre o século XVIII e o século XX, a produção de soja ficou restrita a China. Foi nas primeiras décadas de 1900 em que o mercado mundial começ ou a se interessar mais pelo produto. (EMBRAPA, [201-]).

Logo após, o Brasil começa a receber visibilidade nas estatísticas internacionais como produtor de soja, por volta de 1949. Por certo, essa visibilidade se tornou frequente, devido ao grande potencial do país para o cultivo do grão, já que no país foram encontradas excelentes condições para cultiva-lo. Por exemplo, o clima

[1] Graduando de Engenharia Mecânica no Centro Universitário Campo Real
[2] Engenheiro de Produção, Engenheiro de segurança do Trabalho. Especialista MBA - Gestão estratégica de negócios, Especialistas em Docência no Ensino Superior (Prof_brunomaron@camporeal.edu.br)

do país, o fato da cultura ser utilizada em sucessão ao trigo, podendo reaproveitar o mesmo local, maquinas e equipamentos. (BONATO, 1987).

Então em 1970 a indústria de óleo inicia um processo de ampliação no Brasil, com o mercado internacional exigindo maior demanda do produto. Dessa forma, esses fatores também foram responsáveis pelo avanço tecnológico na área, fazendo com que a soja se tornasse a principal cultura do agronegócio brasileiro. (APROSOJA, [20--]).

Certamente a soja tem papel muito importante na economia nacional, sendo responsável por quase 50% da produção interna de grãos (CONAB, 2021). Em nível global, o Brasil é o maior exportador e produtor do produto, deixando os Estados Unidos da América em segundo lugar (EMPRAPA, 2021). Também, do processo de esmagamento da soja são obtidos os principais derivados, óleo e farelo, dos quais o farelo é uma das principais matéria-prima para a fabricação de ração animal. (PINAZZA, 2007; HIRAKURI, LAZZAROTTO, 2014).

Tendo em vista os avanços na tecnologia, no desenvolvimento acelerado das indústrias e produções cada vez maiores, iniciaram-se também estudos para redução de custos e melhorias nos processos produtivos. Afinal, durante todo esse período também houveram crises e foi numa delas que começou o sistema Toyota de produção. (OHNO, 1997).

O sistema Toyota de produção consiste num método que visa a eliminação de desperdícios. Esse sistema possui como base dois pilares, são eles o just-in-time e a autonomação, essa última considerada como automação com toque humano. (OHNO, 1997).

Além disso foram definidos 7 tipos de desperdícios por Ohno, e acrescentado mais um por Womack e Jones. São eles a superprodução, a espera, o transporte, o excesso de processamento, estoques, movimento, peças defeituosas e talento. (WOMACK, JONES, 2004).

Por outro lado, o setor de manutenção é visto de forma negativa, pois aparentemente ele gera apenas custos. No entanto, estudos mostram que uma equipe de manutenção organizada e bem preparada podem agir com eficiência e impactar os lucros de forma que os custos são mínimos. (NEPOMUCENO, 2014).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo científico é estudar o fluxo de transporte de farelo atual da Cooperativa Agrária Agroindustrial, situada em

Guarapuava-PR, para que se possa otimizá-lo. Com base no sistema Toyota de produção deseja-se eliminar os desperdícios possíveis obtendo-se redução de custos.

2 DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa pode ser classificada como exploratória descritiva, sendo utilizada a abordagem indutiva e qualitativa. Foram realizadas análises de fluxogramas de processos da indústria de óleo e farelo, equipamentos utilizados na linha de produção e coleta de dados.

Além disso, foram realizados estudos bibliográficos a respeito do método Lean Manufacturing, também conhecido como sistema Toyota de Produção, visando entender os oito desperdícios, bem como foram feitas pesquisas de campo, para confirmação de análises e visualização real.

O principal alvo deste trabalho foi a linha de peletização, onde foram observados alguns equipamentos, como um transportador de corrente, no reprocesso de farelo após a extração do óleo da soja, duas roscas transportadoras de farelo e um elevador de canecas.

Através do sistema SAP, coletou-se os custos de manutenção dos equipamentos citados anteriormente e planilhados. Também, foram calculados os custos anuais de energia dos acionamentos desses maquinários, através da equação a seguir:

$$\text{Custo anual} = C \times ci \times P \qquad (1)$$

C = Custo médio do kWh [R$];

ci = Ciclo industrial [h];

P = Potência do motor [kW];

Tabela 1 – Potência dos motores

TAG	CV	KW
240ROS03A301	1,5	1,1
240ROS03A304	1,5	1,1
240ELE03A301	3	2,2
240TCR03C302	7,5	5,5

Fonte: Autoria própria, 2021.

Tabela 2 – Custo anual de energia dos equipamentos

custo kWh (R$)	0,54
ciclo industrial (h)	8160
custo ROS301 (R$)	4.847,04
custo ROS304 (R$)	4.847,04
custo ELE301 (R$)	9.694,08
custo TCR302 (R$)	24.235,20
custo total energia (R$)	**43.623,36**

Fonte: Autoria própria, 2021.

A tabela 1 fornece o valor da potência dos motores, em cavalos (cv) e quilowatt-hora (kWh). Em seguida, a tabela 2 mostra os custos para cada equipamento, utilizando a equação 1 e ao final concede a somatória dos custos dos quatro acionamentos.

Logo após o levantamento de dados, análises dos fluxogramas e cálculos de custos, pode-se observar que haviam alguns desperdícios na linha. Esses desperdícios foram classificados como desperdício de processo e movimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho científico visou estudar o fluxo de transporte de farelo em uma indústria de óleo e farelo, buscando entender o processo para que se possa aplicar o sistema Toyota de Produção, eliminando desperdícios e obtendo redução de custos.

Com base nos 8 desperdícios citados por Ohno, Womack e Jones, observou-se durante as análises um desperdício de processo e movimento. Isto é, há

um processo deficiente com etapa desnecessária e também movimento desnecessário.

Dessa maneira pode-se realizar a retirada de quatro equipamentos que são desnecessários no processo e por consequência causam movimentos desnecessários. Assim, por meio dos cálculos realizados, pode ser obtido uma redução anual nos custos de energia no valor de R$ 43.623,36 e os custos de manutenção anual geram um valor de R$ 42.810,96, logo somando-se a redução total de custos em R$ 86.434,32. Nesse sentido, nota-se a efetividade do sistema de manufatura enxuta.

4 REFERÊNCIAS

APROSOJA. **A Soja**. Brasília, [201-]. Disponível em: https://aprosojabrasil.com.br/a-soja/#:~:text=A%20origem%20do%20grão,alternativa%20ao%20abate%20de%20animais.&text=A%20adoção%20da%20soja%20como%20alimento%20é%20lenta%20no%20Ocidente. Acesso em: 08 ago. 2021

Bonato, Emídio Rizzo**. A soja no Brasil: história e estatística por Emídio Rizzo Bonato e Ana Lídia Variani Bonato**. Londrina, EMBRAPA-CNPSo, 1987. 61p. (EMBRAPA-CNPSo. Documentos, 21).

CONAB. **Colheita de soja tem início e produção deve atingir 133,7 milhões de toneladas.** Brasília, 2021. Disponível em: https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3788-colheita-de-soja-tem-inicio-e-producao-deve-atingir-133-7-milhoes-de-toneladas. Acesso em: 25 ago. 2021

EMBRAPA. **História da soja**. Brasília, [201-]. Disponível em: https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/historia. Acesso em: 08 ago. 2021

EMBRAPA. **Soja em números (safra 2020/21).** Brasília, 2021. Disponível em: https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos. Acesso em: 25 ago. 2021

HIRAKURI, M. H.; LAZZAROTTO, J. J. **O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro**. Londrina: Embrapa Soja, 2014. (Documentos Embrapa, 349)

NEPOMUCENO, Lauro Xavier. **Técnicas de manutenção preditiva-vol. 1**. Editora Blucher, 2014.

OHNO, T. **O Sistema Toyota de Produção – além da produção em larga escala**. Porto Alegre: Editora Bookman, 1997.

PINAZZA, L. A. (coord.). **Cadeia produtiva da soja**. Brasília: IICA, Mapa/SPA, 2007.

WOMACK, J.P.; JONES, D.T., 2004, **A Mentalidade Enxuta nas Empresas, 6 ed**. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda.

ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO COMO GESTOR DE TRÁFEGO PAGO

OLIVEIRA, Katiele Federle[252]
MARON, Bruno de Andrade[253]

RESUMO: A proposta desse trabalho é discorrer da importância de uma gestão de tráfego pago planejada, a qual visa ser uma boa estratégia para captar potenciais clientes, diante desse contexto destaca-se o Engenheiro de Produção uma vez que tem a capacidade de gestão estratégica e visa otimizar tempo e diminuir custos. O Facebook Ads foi a plataforma escolhida e o trabalho está sendo desenvolvido em uma loja de varejo na cidade de Guarapuava.

Palavras-chave: Tráfego pago. Engenheiro de Produção. Facebook Ads.

1 INTRODUÇÃO

No presente cenário mundial, com a pandemia do COVID-19, doença causada por Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave, que provoca infecção respiratória, transmitida por gotículas de saliva através de contato pessoal, ou até mesmo, por meio de objetos e superfícies contaminadas (Pereira et al., 2020), foi necessário tomar medidas para prevenção da mesma, entre as principais medidas adotadas se destaca o distanciamento social, visando evitar aglomerações.

Disposto a preservar a saúde da sociedade e continuar mantendo a economia ativa, as redes sociais tornaram-se importantes para o âmbito estudantil e trabalhista. As ferramentas online surgem como um novo meio de comunicação organizacional gerando valor para os negócios e atraindo o público alvo.

Com todo esse movimento de transformação, muitas empresas migraram para o digital, segundo Mercado & Consumo (2021) as redes sociais representaram um terço das vendas, os negócios online relataram aumento de 185% entre 2019 e 2020. Desta forma no intuito de obter sucesso e garantir a sobrevivência da organização, destaca-se a importância de acatar estratégias de publicidade online que se adaptam com as novas tecnologias e inovações do mercado segundo Azevedo (2021, p.14).

Uma das estratégias de marketing que se destaca é a utilização de tráfego pago, que para Souza (2020) “é a metodologia de investir em plataformas e sites que

[252] Graduando(a) de Engenharia de Produção no Centro, 10º período do Centro Universitário Campo Real.
[253] Graduado em Engenharia Produção, Engenharia de segurança do trabalho. Especialização em MBA- Gestão estratégica de negócios e em Docência no Ensino Superior. Professor no Centro Universitário do Campo Real.

mostram o conteúdo de forma destacada para os usuários. Entre as vantagens dessa estratégia estão a visibilidade rápida e a divulgação pontual." Ou seja, o tráfego pago são os conhecidos anúncios patrocinados em plataformas como Facebook Ads, Instagram Ads e Google Ads, que tem finalidade de atrair visitantes em uma rede social, "receber visitas em um site é uma das principais estratégias de marketing digital. Para quem está começando e precisa de visibilidade a curto prazo, o tráfego pago é uma excelente solução", (Lara, 2020). Para ele, o gestor de tráfego pago, especialista na área, deve conduzir de forma estratégica as campanhas de tráfego pago tornando além de visitantes da página, futuros clientes.

Posto isso o intuito desse artigo é demonstrar a importância do engenheiro de produção como gestor de tráfego pago já que o mesmo apresenta habilidades lógicas para analisar métricas e capacidade de planejamento, projeto e gerenciamento de sistemas, aliando os conhecimentos técnicos para a otimização de recursos, de tempo e diminuição de custos e serviços.

Para ser possível a análise, está sendo realizado um projeto em uma loja de varejo na cidade de Guarapuava-Pr, a fim de trazer mais seguidores para a rede social denominada Instagram e possivelmente mais clientes, a estratégia utilizada é de investimento em tráfego pago nas redes sociais com o uso do Facebook Ads.

2 DESENVOLVIMENTO

Grande parte das empresas, atualmente, com o intuito de reduzir custos e alcançar novos clientes com maior agilidade e rapidez, investiu em tecnologia, segundo Uema e Lazzari (2018, p 72) "A maioria das empresas, hoje, já pratica alguma forma de comércio eletrônico (e-commerce), seja para agilizar o processo de compras, seja para dar suporte aos clientes 24 horas por dia, seja para oferecer serviços de assistência técnica on-line, por exemplo". Com os meios de comunicação no qual a rapidez é um dos pré-requisitos, o mundo está conectado, desta forma observa-se o aumento na visibilidade das redes sociais e a redução nos bloqueios de entrada no comércio eletrônico dando base para o crescimento da criação de e-commerce relata Azevedo (2021, p.14).

Rondinelli (2021) explica que nos primeiros meses de 2021 foi efetuada 78,5 milhões de compras online, dando em um aumento de 57,4% em comparação a esse

mesmo período no ano de 2020, resultando em um faturamento de R$ 35,2 bilhões para o e-commerce brasileiro.

Com esse crescimento muitas empresas na disputa de conquistar mais seguidores, engajamento e/ou vendas através das redes sociais, aderiram o uso de tráfego pago que para Azevedo (2021, p.22) é um investimento financeiro em anúncios específicos que podem trazer resultados de forma mais ágil e eficiente, com o alinhamento certo de estratégias entre as metas da empresa e da campanha da mídia social, é capaz de atingir o propósito esperado com o menor custo e risco possível.

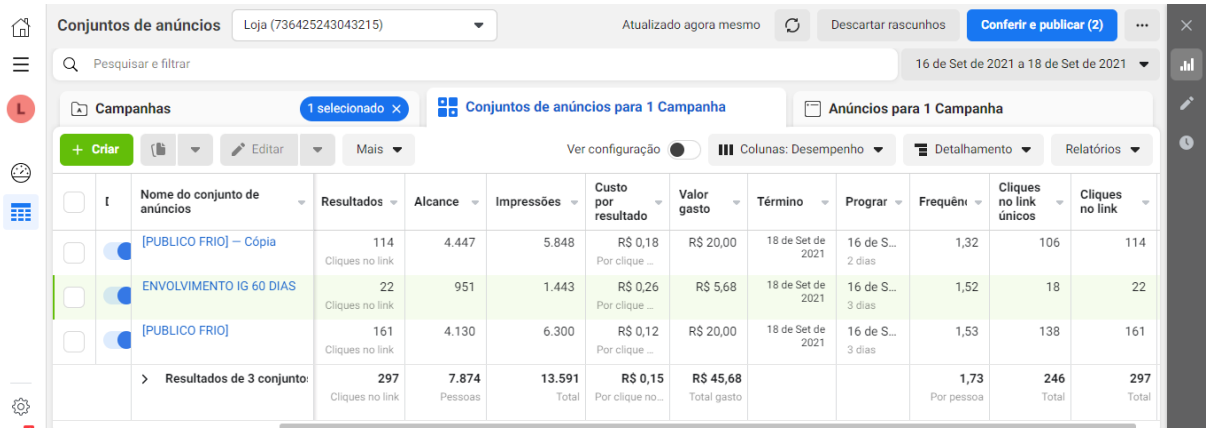
Para fazer a utilização dessa estratégia é necessário utilizar alguma plataforma de investimento de campanhas de anúncios, Publi (2021) comenta que “as redes sociais estão entre os sites mais visitados no mundo todo, por isso é praticamente impossível ignorá-las quando falamos em estratégia de marketing digital e em tráfego pago”. E Azevedo (2021, p.23) acrescenta.

> Hoje, o Facebook é a rede social mais utilizada, com cerca de 2,2 bilhões de usuários ativos no mundo, e 127 milhões de usuários ativos por mês no Brasil. Em termos de internet móvel no Brasil, segundo dados levantados pelo IBGE, cerca de 116 milhões de pessoas acessam a internet, dessas, 95% utilizam dispositivos móveis e 65% utilizam desktops” (AZEVEDO 2021, p.23).

Os autores concordam que uma das plataformas mais utilizada para gestão de tráfego pago é o Facebook Ads, pois é a plataforma que patrocina publicações dentro do Facebook e Instagram, e atinge aqueles usuários que não estão procurando sobre determinado assunto, mas já pesquisaram alguma vez algo relacionado e se tornam possíveis potenciais clientes.

A plataforma do Facebook Ads é dinâmica e fácil de se compreender, podemos analisar quanto foi gasto, qual o valor de cada clique, quantas impressões se obteve, quantas pessoas engajaram com a publicação e quantas vendas foram realizadas, conforme o objetivo da campanha.

A Figura 1 mostra uma campanha rodada do dia 16 a 18 de outubro de 2021, na Loja de Varejo que foi realizado o projeto, sendo possível a análise dos custos gastos e quais foram os resultados, sendo que o objetivo da campanha paga era engajamento para a plataforma do Instagram.



Nome do conjunto de anúncios	Resultados	Alcance	Impressões	Custo por resultado	Valor gasto	Término	Prograr	Frequên	Cliques no link únicos	Cliques no link
[PUBLICO FRIO] – Cópia	114 Cliques no link	4.447	5.848	R$ 0,18 Por clique ...	R$ 20,00	18 de Set de 2021	16 de S... 2 dias	1,32	106	114
ENVOLVIMENTO IG 60 DIAS	22 Cliques no link	951	1.443	R$ 0,26 Por clique ...	R$ 5,68	18 de Set de 2021	16 de S... 3 dias	1,52	18	22
[PUBLICO FRIO]	161 Cliques no link	4.130	6.300	R$ 0,12 Por clique ...	R$ 20,00	18 de Set de 2021	16 de S... 3 dias	1,53	138	161
Resultados de 3 conjunto:	297 Cliques no link	7.874 Pessoas	13.591 Total	R$ 0,15 Por clique no...	R$ 45,68 Total gasto			1,73 Por pessoa	246 Total	297 Total

Figura 1 – Dados coletado campanha 1 do dia 16 a 18 de outubro de 2021

O orçamento foi de R$60 para 3 dias, a principio foram duas publicações criadas, uma para pessoas que já tiveram engajamento com o Instagram nos últimos 60 dias e uma para público frio, ou seja, pessoas que ainda não conheciam a loja, sendo dividido o orçamento igualmente para as duas.

Após 24h da campanha estar ativa, notou-se que o anúncio para público frio estava tendo mais engajamento, por esse motivo, a campanha para pessoas em envolvimento de 60 dias foi desativada e a campanha de público frio foi duplicada.

A função de um gestor de tráfego é analisar as métricas, receber o material que deve ser divulgado, organizar a campanha e fazer comparativos, dentro do orçamento proposto. Disposto a isso, é possível notar que um Engenheiro de produção é um ótimo profissional para esse ramo, partindo do pressuposto que ele tem a competência de apresentar habilidades lógicas para analisar métricas e capacidade de planejamento obtendo o menor custo e otimizando o tempo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do projeto na prática foi possível analisar a diferença de uma campanha rodada por um profissional que monta estratégias e analisa métricas, e de uma pessoa que só coloca a campanha para rodar. Ainda mais quando é um Engenheiro de Produção que tem estudo para analise de métricas.

4 REFERÊNCIAS

MEIO & MENSAGEM, **Cenário atual acelera a transformação digital.** Disponível em https://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2020/03/24/cenario-atual-acelera-a-transformacao-digital.html Acesso em: 24/08/2021

GUIA DE CARREIRA, **Engenharia de Produção.** Disponível em https://www.guiadacarreira.com.br/carreira/o-que-faz-um-engenheiro-de-producao/ Acesso em: 25/08/2021.

BRITO, David Santos; MALHEIROS, Taís de Carvalho. **A importância das mídias sociais e das ferramentas gratuitas do google no mercado de e-commerce no Brasil para microempresas**. C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA, Ilhéus, n. 2, p. 1 – 18, nov. 2013.

PEREIRA, M. D.; OLIVEIRA, L. C. de; COSTA, C. F. T.; BEZERRA, C. M. de O.; PEREIRA, M. D.; SANTOS, C. K. A. dos; DANTAS, E. H. M. **A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e652974548, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4548. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4548. Acesso em: 31 ago. 2021.

AZEVEDO, Isis. **TRÁFEGO PAGO PARA E-COMMERCE NO FACEBOOK ADS: uma análise comparativa**. Universidade Federal Da Paraíba Centro De Ciências Humanas Letras E Artes Departamento De Mídias Digitais Curso De Comunicação Em Mídias Digitais, João pessoa 2021.

LARA, Ademir. **Google ADS essencial: Como gerar tráfego qualificado para seu site.** Evento Live PontoCOM, 2020. Disponível em: https://www.ufpr.br/portalufpr/eventos/evento-livepontocom-aborda-trafego-qualificado-no-marketing-digital-02-09-as-10h/ Acesso em: 14/09/2021.

SOUZA, Ivan. **Saiba agora como funciona o tráfego pago em agências.** Disponível em: https://rockcontent.com/br/blog/como-funciona-o-trafego-pago/ Acesso em: 14/09/2021.

RONDINELLI, Julia. **Primeiro trimestre de 2021: vendas no e-commerce têm alta de 57,4% em comparação ao mesmo período de 2020.** Disponível em: https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/primeiro-trimestre-de-2021-vendas-alta-de-57/ Acesso em: 16/09/2021.

UEMA, Evelin; LAZZARI, Claudio Parra. **O CRESCIMENTO DO E-COMMERCE NO BRASIL: ESTUDO DE CASO DO: "SUBMARINO".** Revista INTERAÇÃO | Ano II, número 2, 2º semestre de 2008 p. 69.

PUBLI, **TRÁFEGO PAGO, CONHEÇA TUDO SOBRE ESSA ESTRÁTEGIA.** Disponível em: https://www.publi.com.br/trafego-pago/ Acesso em: 19/09/2021.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

BORGES, Wanderlei[254]
MARON, Bruno[255]

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar e descrever os principais riscos e acidentes envolvendo a eletricidade, destacando o quanto é importante à prevenção de acidentes elétricos visando à redução destes, bem como poupar vidas. Com base em pesquisas bibliográficas, consulta da Norma Regulamentadora NR10, conceitos de Proteção de Sistemas Elétricos e estatísticas de acidentes envolvendo energia elétrica no Brasil, desenvolvendo desta forma, um material que possa ser utilizado para orientação e conscientização de engenheiros, técnicos e principalmente da população a qual faz o uso da mesma e que muitas vezes desconhecem ou ignoram os perigos existentes.

Palavras-chave: Acidentes elétricos**.** Norma regulamentadora NR10. Prevenção de acidentes**.**

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em fevereiro de 2021 a demanda de energia elétrica no Brasil teve alta de 1,1% comparado ao mesmo mês do ano anterior chagando a marca de 41.214 GWh. Nos últimos 12 meses o consumo acumulado foi de 475.909 GWh.

Segundo Castro (2018), temos muitos benefícios provenientes da energia elétrica ao longo dos anos, ela é o suporte para o avanço da ciência e da tecnologia, nos dias atuais seria impossível realizar nossas atividades sem o uso dos equipamentos elétricos. Mesmo com tanta importância, a eletricidade apresenta sérios riscos de acidentes e o agravante são as instalações executadas sem observação de norma e sem a proteção adequada.

De acordo com a Abracopel – Associação Brasileira de Conscientização para os perigos da eletricidade, o anuário estatístico de acidentes de origem elétrica em 2020 mostra um aumento em todos os dados apurados, destacando um cenário preocupante em nosso país. O choque elétrico é um dos grandes vilões em casos com óbitos, o desconhecimento dos riscos e até mesmo o descaso levam profissionais

[254] Graduando de Engenharia Elétrica, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[255] Graduado em Engenharia de Produção, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Especialista MBA – Gestão Estratégica de Negócios, Especialistas em Docência no Ensino Superior.

e pessoas leigas em eletricidade a desprezar os perigos e muitas vezes os acidentes são fatais.

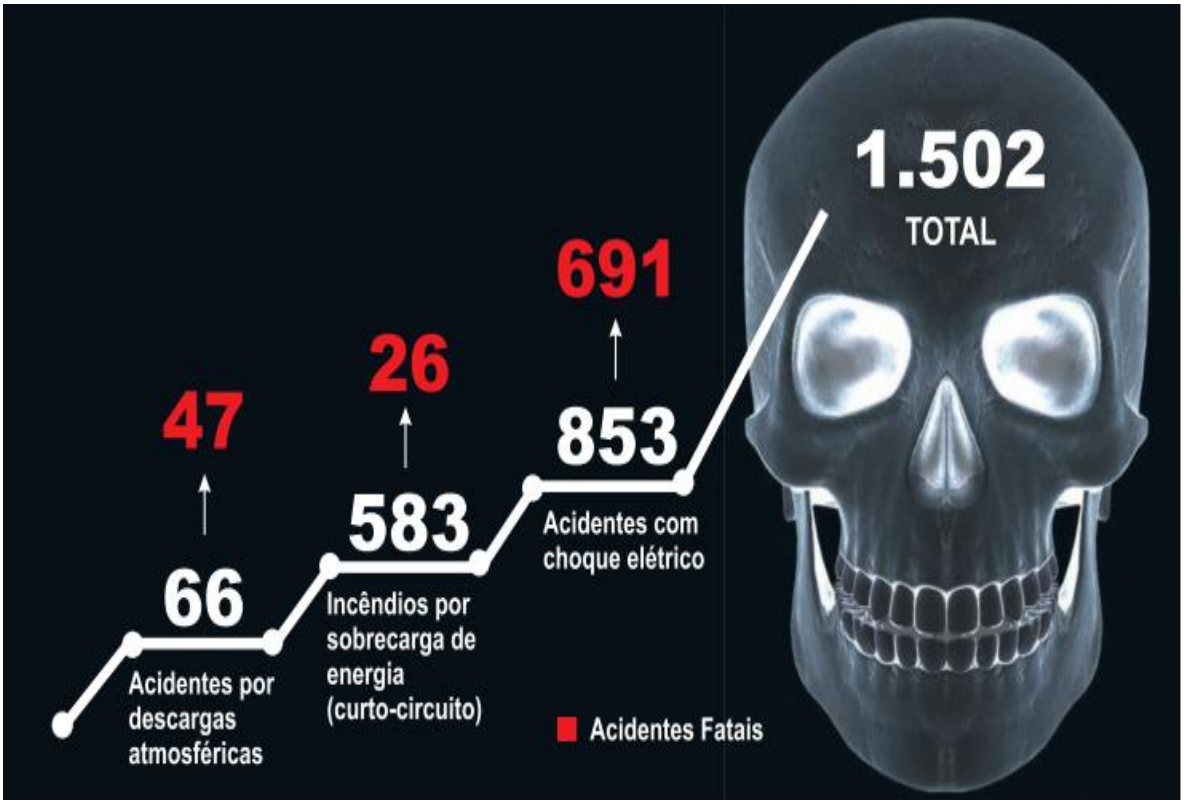
Pretendendo minimizar os riscos existentes, o Ministério do Trabalho, pela portaria 3.214, de 8 de junho de 1978 elaborou as normas regulamentadoras, destacando a NR 10 para este ramo de atividade, revisada em 2004 para suprir as lacunas entre os profissionais do ramo da eletricidade, normas, procedimentos, e equipamentos de segurança, tendo papel fundamental para a segurança do trabalho, trazendo importantes informações sobre os perigos e obrigatoriedades de normas e a capacitação dos profissionais que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos em serviços com eletricidade (Junior, 2016, p. 17).

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho fundamenta-se por meio de pesquisas de natureza qualitativa, classificada como bibliográfica, trazendo a compreensão de autores sobre o tema, partindo da seleção de bibliografias de referencia para o embasamento teórico dos principais conceitos sobre a prevenção de acidente nas instalações elétricas, identificando os riscos causados pela falta de segurança, verificação de legislação existente, descrever a real importância do cumprimento das normas regulamentadoras para as atividades relacionadas à eletricidade.

Conforme dados levantados pela Abracopel (2021), foram registrados 1502 acidentes envolvendo eletricidade em 2020, sendo 66 por descargas atmosféricas com 47 mortes, 583 incêndios por sobrecarga de energia (curto-circuito) com 26 óbitos e 853 por choque elétrico totalizando 691 vítimas fatais. Dispostos na figura 01 nota-se claramente a liderança no ranking por choques elétricos destacando que a eletricidade não está recebendo a devida atenção, muitas pessoas arriscam-se trabalhando por conta própria sem fazer o uso de normas e sistemas de proteção e acabam perdendo suas vidas.

Figura 01 – Acidentes e mortes envolvendo eletricidade em 2020.



Fonte: Abracopel (2021).

Segundo Niskier (2021), o choque elétrico ocorre de acordo com a intensidade e percurso da corrente pelo corpo da vítima, podendo ocasionar perda dos sentidos, asfixia, queimaduras, parada cardiorrespiratória devido à contração do musculo cardíaco e dos pulmões, podendo levar a vitima a morte. O corpo humano é mais frágil a corrente alternada do que a continua, ou seja, os acidentes são mais graves com correntes de baixa frequência intituladas industriais. Quando a corrente é igual ou superior a 9 mA, os choques se tornam mais potentes e perigosos.

> A batalha do Homem contra os acidentes apresenta um aspecto notável. Aparentemente, ele dispõe de recursos mais do que suficientes para evitá-los, pois o progresso cientifico e tecnológico criou métodos e dispositivos altamente sofisticados em vários campos da atuação humana, inclusive na prevenção de acidentes. Entretanto, o objetivo principal não tem sido atingido satisfatoriamente, e assistimos, perplexos e inermes, a perda de vidas e de integridade física. E, mais notável ainda, a quase totalidade das causas dos acidentes tem sido atribuídas a fatores humanos, ou seja, o próprio homem. (CARDELLA, 2016, p.9).

Conforme o autor, mesmo com normas regulamentadoras, sistemas de proteção elétricos e todas as medidas de prevenção de acidentes adotadas pelas empresas, o principal fator é falha humana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas nota-se claramente nossa dependência da energia elétrica, nos dias atuais ela é indispensável, com isso muitas empresas e o ministério do trabalho estão focados na prevenção dos acidentes envolvendo a eletricidade. Mas eles continuam acontecendo, o fator mais importante na prevenção destes acidentes são as pessoas, sejam funcionários de empresas do setor elétrico ou consumidores, os quais não estão dando a real atenção aos perigos que a eletricidade apresenta, e por descuido, pressa ou negligência acabam se acidentando. Para diminuir este cenário é necessário mais amor próprio, pensar nos familiares que aguardam sua chegada, antes de fazer qualquer atividade usar os equipamentos, sistemas de proteção, certificar que o procedimento é seguro, e assim, ao terminar o trabalho ter a sensação de missão cumprida e a certeza de voltar para casa do mesmo modo que saiu.

4 REFERÊNCIAS

ABRACOPEL. Anuário Estatístico Brasileiro dos Acidentes de Origem Elétrica: ano base 2020. São Paulo: ABRACOPEL, 2021.

CARDELLA, Benedito. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes, 2 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. 9788597008661. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008661/>. Acesso em: 16 set. 2021.

CASTRO. Bruno Albuquerque de. Segurança do trabalho em eletricidade. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

Consumo de eletricidade no Brasil em fevereiro de 2021. epe.gov.br, 2021. Disponível em:<https://www.epe.gov.br/pt/imprensa/noticias/resenha-mensal-o-consumo-de-eletricidade-no-brasil-em-fevereiro-de-2021-apresentou-avanco-de-1-1-em-relacao-ao-mesmo-mes-de-2020>. Acesso em 20, setembro de 2021.

JUNIOR, JRDS NR-10: Segurança em Eletricidade - Uma Visão Prática. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2016. 9788536518039. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536518039/>. Acesso em: 17 set. 2021.

NISKIER, Júlio. Manual de instalações elétricas. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. 350 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-216-2654-1.

NISKIER, Júlio. Instalações Elétricas. 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788521637400. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521637400/>. Acesso em: 16 set. 2021.

AVALIAÇÃO DA GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE *HORDEUM VULGARE* SUBMETIDAS AO ESTRESSE HÍDRICO

MACEDO, Edison Tiago Silva [256]
ZANLORENSI, Danilo [1]
PELEGRINI, Luciana Luiza [257]
REDIVO, Greice Daiane Rodrigues Gomes [2]

RESUMO: A espécie *Hordeum vulgare* (poaceae), é um cereal de inverno cultivado intensamente nos campos, tendo como principal finalidade a indústria cervejeira. O objetivo deste trabalho foi avaliar a influência e seus possíveis efeitos do estresse hídrico simulado em laboratório sob as sementes de *Hordeum vulgare*. O experimento foi conduzido no Laboratório de Bromatologia do Centro Universitário Campo Real, Paraná, Brasil. As sementes foram distribuídas em caixas do tipo gerbox, contendo duas folhas de papel filtro e vinte sementes em cada caixa. Nas folhas de papel foi adicionado 10 ml de cada solução osmótica preparada. As caixas foram colocadas em uma câmara de germinação à 25°C. Testou-se os seguintes potenciais osmóticos: 0,0; -0,2; -0,4; -0,8 MPa para PEG (6000). Foram realizadas 5 contagens das sementes germinadas dois dias após a montagem do experimento. Observou-se que o limite para germinação está entre -0,2 e -0,4 MPa para PEG.

Palavras-chave: Cevada. Potencial hídrico. Eclosão.

1 INTRODUÇÃO

A *Hordeum vulgare*, conhecida popularmente como cevada, tem sua origem no Oriente Médio. Atualmente o grão está ranqueado em quinto lugar entre os mais produzidos no mundo, após arroz, milho, trigo e soja. A média anual de produção beira 140 milhões de toneladas, concentradas principalmente nas regiões temperadas da Europa, Ásia e América do Norte (EMBRAPA, 2012). A cevada é considerada um cereal de inverno, de cultivo anual, onde seu colmo possui até um metro de altura, produzindo seus frutos em espiguetas. A época de semeadura na região Sul do Brasil, se inicia em meados de maio até o final de julho se adaptando melhor em solos bem drenados, profundos e bem estruturados, quando cultivada em solos arenosos, ácidos e mal drenados a produção tende a cair (EMBRAPA,2012).

Pode ser utilizada na alimentação humana na forma de malte, farinhas e flocos, podendo ser inserida na alimentação infantil ou panificação e ainda para fins terapêuticos. No Brasil, é consumida principalmente em forma de malte pelas indústrias cervejeiras, esse consumo é de 1,3 milhões de toneladas anualmente,

[256] Engenharia Agronômica, 8ª semestre, Centro Universitário Campo Real.(eng-edisonmacedo@camporeal.edu.br).
[257] Professor orientador- responsável, Centro Universitário Campo Real.(prof_lucianapelegrini@camporeal.edu.br).

enquanto a produção da safra 2017-2018 foi de 427,4 mil toneladas, surgindo uma necessidade de importação do grão para suprir a demanda nacional (IBGE, 2018).

O cultivo da cevada pode ser uma opção mais resistente que o trigo, que é muito sensível a alterações climáticas e tem um baixo valor no mercado, considerando o mercado garantido para o grão no cenário nacional (IBGE, 2018). A disponibilidade de água no solo afeta o rendimento da planta. “As aplicações de água durante o ciclo da cultura devem ser feitas de modo a cumprir as necessidades hídricas da diversas fases do desenvolvimento das plantas”, (GUERRA, 1995). A ocorrência de um estresse hídrico em qualquer estádio da cevada pode impactar diretamente na produção e nos teores de proteína.

Segundo Tunes et al. (2010), é essencial a inclusão de uma semente de alto vigor para germinar sob uma amplitude de condições externas, como disponibilidade de água, temperatura, oxigênio e salinidade. A água é um fator abiótico que interfere no processo germinativo das sementes. Pesquisas relacionadas à resposta germinativa de sementes em condições de estresses artificiais são ferramentas que permitem avaliar a capacidade de sobrevivência e adaptação das espécies em teste a se desenvolver em condições de estresses naturais (ALMEIDA et al., 2014).

De acordo com Pelegrini e colaboradores, o polietileno glicol (PEG), pode ser utilizado como solução aquosa de sacarose, para simular condições de déficit hídrico em laboratório. O PEG não causa toxidez, não penetra na célula e não é degradado, devido seu alto peso molecular.

O estresse hídrico afeta diretamente o processo de germinação, causando danos que podem ser reversíveis dependendo da capacidade de adaptação de cada espécie de planta. De acordo com a conclusão de Guerra,1995, a produção de grãos de cevada pode ser prejudicada pelo estresse hídrico em todos os estádios. Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar o comportamento da formação da semente de *Hordeum vulgare* submetida ao estresse hídrico.

O objetivo deste trabalho foi avaliar a germinação de sementes de cevada em situação de estresse hídrico, com o uso da solução aquosa PEG (6000), em diferentes concentrações.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O processo de análise ocorreu no laboratório do Centro Universitário Campo Real durante o período de maio de 2019. As sementes de *Hordeum Vulgare* foram

adquiridas na empresa Agrária, localizada no município de Guarapuava-PR. A pesagem das sementes foi realizada conforme o protocolo definido pelas Regras para análises de sementes (Brasil, 2009).

Em seguida foi realizado um teste prévio de germinação para constatar a presença de dormência nas sementes, contudo não houve necessidade de aplicar o tratamento de superação de dormência, sendo assim as sementes foram determinadas retirando as que apresentavam aspecto enrugado ou deteriorado. Em

Seguida as sementes foram submetidas à desinfestação com solução de hipoclorito de sódio comercial a 2% por 15 minutos e lavadas cinco vezes em água destilada.

Para a solução de polietileno glicol foram testados os seguintes potenciais osmóticos: -0,2; -0,4; -0,8 MPa e testemunha (água destilada). Para a preparação das soluções de polietileno glicol (PEG 6000) utilizou-se a tabela citada por Villela et al. (1991). As sementes foram dispostas em caixas plásticas do tipo gerbox (11 x 11 cm) contendo duas folhas de papel filtro e 10 ml da solução a ser testada. Foram distribuídas 20 sementes por gerbox, consistindo de 200 sementes por tratamento, em 10 repetições. Os gerboxes foram vedados com parafilme e colocados em câmaras de germinação, sob luz fria contínua (±450 Lux) à temperatura de 25±2 ºC. As sementes foram transferidas a cada dois dias para outros gerboxes contendo as soluções com as mesmas concentrações para manter constantes os potenciais osmóticos. O experimento foi finalizado sete dias após a montagem do mesmo. Ao final do teste, as sementes não germinadas das soluções com PEG 6000 foram lavadas e colocadas para germinar em substrato papel toalha, umedecidas com água destilada, para observação da continuidade do processo germinativo das mesmas. Para avaliação do efeito dos tratamentos sobre a germinação das sementes de *Hordeum Vulgare* foram realizadas as seguintes observações: porcentagem de sementes germinadas, índice de velocidade de germinação e tempo médio de germinação (expresso em dia). As observações citadas foram realizadas diariamente após o início da germinação.

A porcentagem de germinação (%G) foi representada pelo número total de sementes germinadas sob determinada condição experimental e foi calculada de acordo com Borghetti e Ferreira (2004), pela fórmula: $\%G=(\Sigma ni\ .N\text{-}1).100$, onde: Σni corresponde ao número total de sementes germinadas em relação ao número de sementes dispostas para germinar (N). O índice de velocidade de germinação (IVG)

foi determinado pela fórmula de Maguire (1962) citado por Borghetti e Ferreira (2004). IVG= G1 /N1 + G2 /N2 + Gn /Nn, onde: IVG: índice de velocidade de germinação. G1, G2, Gn é igual ao número de sementes germinadas na primeira, segunda e última contagem e N1 , N2 , Nn corresponde ao número de dias da semeadura da primeira, segunda e última contagem. O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado em esquema fatorial 1 x 4(agente osmótico x potenciais). As análises estatísticas foram realizadas com os dados originais, uma vez que os mesmos atenderam aos pressupostos de normalidade e homogeneidade de variâncias. Para análise da variância, empregou-se o teste F e quando este foi significativo, as comparações entre as médias dos tratamentos foram efetuadas pelo teste de Tukey, ao nível de 5 % de probabilidade (variáveis qualitativas) e por regressão polinomial (variáveis quantitativas), utilizando-se o programa computacional Assistat 7,6 Beta.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As sementes de *Hordeum vulgare* foram submetidas ao teste preliminar de germinação sendo que a primeira contagem de sementes germinadas foi realizada após o segundo dia a partir da instalação do experimento, nesse tempo observou-se a apresentação de emissão de radícula, não sendo necessário a aplicação de teste de superação de dormência. Segundo TUNES et al. (2009), na cevada, certo grau de dormência é desejável para impedir a germinação ainda na espiga, em particular em climas com possíveis períodos úmidos e chuvas frequentes durante a colheita. A expressão da dormência está relacionada com o ambiente e o comportamento da temperatura e das chuvas, durante períodos críticos na fase de maturação.

Na tabela abaixo, podemos observar o percentual de germinação para as diferentes soluções de potenciais osmóticos de PEG 6000, demonstrando que os tratamentos com água destilada (testemunha) (83,5%) e -0,2 MPa de PEG 6000 (86,8%) apresentaram um maior número de sementes germinadas em relação aos tratamentos de -0,4 e -0,8 MPa, pois estes ao serem expostos a potenciais mais elevados apresentaram menor índice de germinação devido ao agente osmótico PEG 6000, impedir a absorção de água pelos tecidos, prejudicando o início da germinação das sementes.

As taxas de germinação diminuíram em relação aos baixos potenciais osmóticos ou seja, as sementes apresentaram alta taxa de germinação até o potencial

-0.2 Mpa, este resultado foi superior à taxa de germinação da testemunha. Em T3 e T4, observou-se uma queda muito significativa na taxa de germinação, sendo tão baixas a ponto de inviabilizar a continuidade do cultivo.

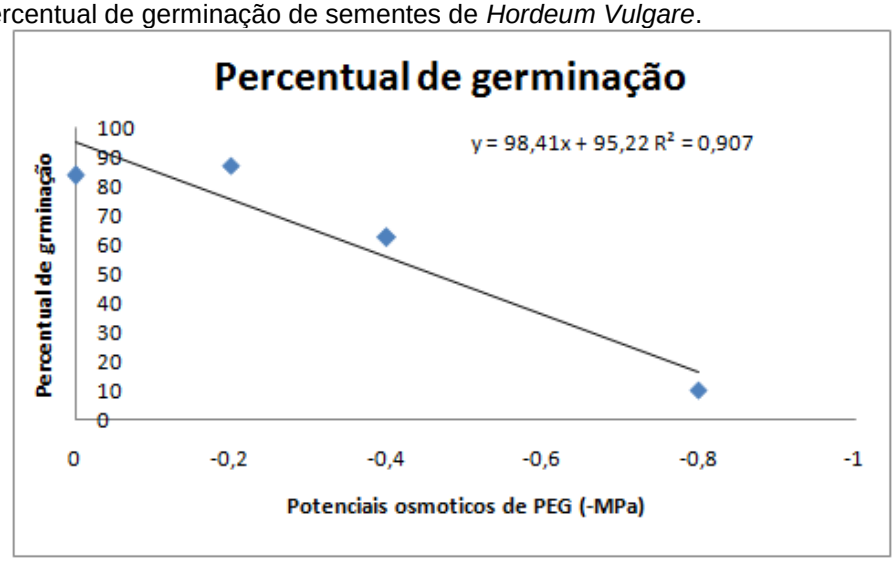
Tabela 1 – Médias de sementes *Hordeum vulgare* germinadas, percentual de germinação (%) e índice de velocidade de germinação (IVG).

Tratamentos	Número de sementes germinadas.	Germinação (%)	IVG
Testemunha	16,7 a	83,5 a	23,9 a
-0,2 MPa de PEG 6000	17,4 a	86,8 a	24,7 a
-0,4 MPa de PEG 6000	12,5 b	62,4 b	16,9 b
-0,8 MPa de PEG 6000	2,1 c	10,4 c	2,3 c

Médias seguidas de mesma letra na coluna não diferem estatisticamente pelo Teste de Tukey a 5% de probabilidade.

Quanto ao IVG nos resultados obtidos, observou-se que no potencial de -0,2 MPa de PEG 6000 foi maior que o verificado na testemunha, reduzindo com a diminuição do potenciais aplicados. Segundo FONSECA et al (2003), o excesso de umidade provoca um decréscimo na germinação, sendo que impede a penetração de oxigênio e age contra o metabolismo resultante.

Gráfico 1. Percentual de germinação de sementes de *Hordeum Vulgare*.



Segundo BARBERO et al. (2011), a disponibilidade de água influencia o metabolismo de plantas adultas, bem como a germinação e o desenvolvimento inicial da plântula, tardando-os ou impedindo-os. No campo, o solo nem sempre se encontra

em ambiente ótimo para a germinação das sementes, pois, quando acontece a deficiência hídrica, entende-se que o solo apresenta potenciais hídricos que dificultam a absorção da água essencial para a germinação. Por outro lado, em condições de ampla disponibilidade de água no solo, as sementes, principalmente as mais secas, podem absorver água depressa, acarretando rupturas em seus tecidos, com decorrentes prejuízos à germinação COELHO et al. (2010).

4. CONCLUSÃO

A espécie *Hordeum vulgare* é afetada pelo potencial osmótico negativo gerado pelo PEG 6000, considerando que os potenciais acima de -0,4 Mpa acarretam na diminuição do número de sementes germinadas, no índice de velocidade de germinação e na porcentagem de germinação.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P. N. et al. **Estresse hídrico e massa de sementes na germinação e crescimento de plântulas de Amburana cearensis (Allemão) A.C. Smith.** Revista Ciência Agronômica, v. 45, n. 4, p. 777-787, out-dez, 2014.

BARBERO, A.P. P.; BARROS F. et al. **Influência do déficit hídrico na germinação de sementes e no desenvolvimento inicial de três espécies de Pleurothallidinae (Orchidaceae)**. Revista Brasil. Bot., V.34, n.4, p.593-601, out.-dez. 2011.

BRASIL - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regras para análises de sementes**. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 399 p.

BORGHETTI, F.; FERREIRA, A. G. **Interpretação de resultados de germinação.** In: FERREIRA, A. G.; BORGHETTI, F. (Org.). Germinação do básico ao aplicado. Porto Alegre: Artmed. 2004, 209-222 p.

COELHO, D. L. M. AGOSTINI, E. A. T.; et al. **Estresse hídrico com diferentes osmóticos em sementes de feijão e expressão diferencial de proteínas durante a germinação.** Maringá, v. 32, n. 3, p. 491-499, 2010.

COMISSÃO DE PESQUISA DE CEVADA. **Indicações técnicas para produção de Cevada Cervejeira:safras 2001 e 2002.** Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2001.80p.

FONSECA, S. C. L.; PEREZ, S. J. G. A. **Ação do polietileno glicol na germinação de sementes de *Adenanthera pavonina* L. e o uso de poliaminas na atenuação do estresse hídrico sob diferentes temperaturas**. Revista Brasileira de Sementes, vol. 25, nº 1, p.1-6, 2003.

GUERRA, A. F. **Tensão de água no solo: efeito sobre a qualidade e produtividade dos grãos de cevada**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 30, n 2, p 245-254, fev. 1995.

PARADELLA, R. **Alternativa ao trigo, cevada ganha espaço no Sul e alcança projeta produção recorde**. Agência de Notícias IBGE, 2018. Disponívelem:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21413-alternativa-ao-trigo-cevada-ganha-espaco-no-sul-e-projeta-producao-recorde>. Acesso em: 29 mar. 2019.

PARMAR, M. T.; MOORE, R. P. **Carbavax 6000, mannitol and sodium chloride for simulating drought conditions in germination of corn (Zea mays L.) of strong and weak vigor.** Agronomy Journal, v. 60, n. 30, p. 192-195. 1968.

PELEGRINI, L.L. et al. **Efeito de estresse hídrico simulado com NACL, manitol e PEG (600) na germinação de sementes de Erythrina falcata Benth**. Ciência Florestal, Santa Maria, v. 23, n. 2, p. 511-519, abr.-jun., 2013.

SALISBURY, F. B.; ROSS C. W. **Plant physiolog**y. Califórnia: Wadsworth Publishing Company, 1992. 682 p.

TUNES, L.M. et al**. Tratamentos para superação da dormência em sementes de cevada.** Red de Revistas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**.** 2008.

VILLELA, F. A. et al. **Tabela de potencial osmótico em função da concentração de polietileno glicol 6.000 e da temperatura**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 26, n. 11/12, p. 1957-1968, nov./dez. 1991.
https://scielo.conicyt.cl/pdf/idesia/v29n3/art06.pdf

AVALIAÇÃO DOS DIAS DE EMERGÊNCIA NA CULTURA DO FEIJOEIRO SUBMETIDAS A DIFERENTES COBERTURAS DE SOLO

OLIVEIRA, Sabrina Nunes[258]
OLIVEIRA, Patrícia[259]
PONTAROLO, Daniel[3]

RESUMO: O plantio direto ao longo dos anos vem ocupando cada vez mais espaço e confirmando a cada safra sua eficiência trazendo resultados satisfatórios com aumento de produtividade pelos seus inúmeros benefícios ao solo, por essa razão o presente experimento buscou avaliar os dias de emergência da cultura do feijoeiro com diferentes tipos de cobertura de solo, sendo utilizadas três diferentes coberturas que são: palhada do feijoeiro, palhada do milho e palhada da aveia de verão e ainda a testemunha (sem cobertura) para possível avaliação se a palhada influencia na germinação e emergência de sementes da cultura do feijoeiro.

Palavras-chave: Feijoeiro. Cobertura. Solo.

1 INTRODUÇÃO

O feijoeiro-comum (*Phaseolus vulgaris L.)* originário da América do Sul faz parte da alimentação diária de muitas pessoas, de acordo com Posse (2018) et.al “o feijão constitui-se em uma das mais importantes fontes proteicas na dieta humana em países em desenvolvimento das regiões tropicais e subtropicais”.

Conforme Salvador (2018) ’’ a Região Sul é o principal polo produtor de feijão e respondeu na safra por 26,4% do total, e o Estado do Paraná lidera o ranking dos principais produtores nacionais, das três safras, a primeira foi a principal com 41% do total da produção, a segunda (39%) e a terceira (20%)’’.

Desse modo para ter bons resultados na produção é preciso tomar decisões importantes antes de fazer a semeadura a campo, segundo Silveira et.al (2015) “ a dinâmica dos fatores econômicos envolvidos sugere um acompanhamento constante dos diversos elementos componentes dos custos e das despesas para a cultura dessa leguminosa”.

Uma alternativa viável seria o plantio direto, segundo Silveira et.al (2015), “ esse sistema é considerado um componente importante de sistemas de produção agrícola sustentáveis, normalmente ocorre sobre a palhada da cultura anterior”, e ainda para Bortoli e Simonetti (2019) “a cobertura contribui na melhoria das características físicas, químicas, biológicas do solo e na manutenção da temperatura

[258] Engenharia Agronômica, 8° Período, Centro Universitário Campo Real.
[259]Profª Dr: Eliza Gralak, Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal).

e da umidade do mesmo. Presença de uma camada de palha sobre a superfície do solo poderá influenciar na germinação e/ou no desenvolvimento da cultura implantada em sucessão", por essa razão o objetivo desse experimento foi avaliar a quantidade de sementes que emergiram submetidas a diferentes tipos de palhada.

2 DESENVOLVIMENTO

O experimento foi realizado em Goioxim- PR 25º11'51,366'' S, 51°59'47,46'' W, altitude de 850, 4 com sementes de feijão preto comum crioulo da safra do ano de 2020.

As medidas dos canteiros foi de 1 m^2, totalizando 20 canteiros distribuídos em blocos ao acaso, com espaçamento entre eles de 0,50 m. O espaçamento utilizado entre linhas foi de 0,50 m e entre plantas de 0,10 m. A semeadura ocorreu com uma máquina manual sem adubo com regulagem de três sementes por "cova". Após a semeadura aconteceu à distribuição da palhada de cada tratamento.

Foram utilizados três tratamentos diferentes, sendo o Tratamento 1: solo com cobertura da palhada do feijoeiro. Tratamento 2: solo com cobertura da palhada da cultura do milho. Tratamento 3: solo com cobertura da palhada de aveia e por fim a testemunha: solo sem cobertura.

A semeadura ocorreu no dia 17 de Março, a avaliação aconteceu após 6 dias da semeadura através da contagem de plântulas de cada canteiro individualmente.

Foi observado que o tratamento 1 que corresponde a cobertura com palhada do feijoeiro, o qual apresentou diferença significativa com o melhor resultado no número de plântulas emergidas após 6 dias de plantio dentre as demais palhadas e a testemunha de acordo com o teste de Tukey a 5% de probabilidade de erro (tabela 1).

De acordo com Ferreira et. al (2013) "as gramíneas apresentam permanência de maior volume de palha devido à taxa de decomposição do material no campo, apresentam na época do florescimento, relação C/N e teores de lignina maiores, o que pode resultar em lenta mineralização ou disponibilidade de nutrientes da palhada" e ainda para Araújo et. al (2015) "a velocidade de decomposição dos resíduos culturais determina o tempo de permanência da cobertura morta na superfície do solo. Quanto mais rápida for a sua decomposição, maior será a velocidade de liberação dos nutrientes". Por outro lado, a relação C/N das leguminosas como o feijão de acordo com Menezes (2018) " possuí relação C/N baixa, apresentando decomposição rápida,

contribuindo para a fácil disponibilidade dos nutrientes para o solo e consequentemente para a cultura seguinte".

Em relação a testemunha que representa o plantio convencional o que apresentou a pior emergência das sementes se deve ao fato de que para Matias (2013) "o plantio direto melhora a qualidade do solo pela proteção do mesmo a radiação solar, diminui o impacto das gotas de chuva, dentre outros benefícios e cria um ambiente propicio para à ciclagem dos nutrientes por meio da decomposição desses restos vegetais".

Tabela 1: Influencia na porcentagem de emergência de plântulas de feijão submetidas a diferentes palhadas. Goioxim-PR. 2021.

TRATAMENTOS	**Emergência de plântulas (%)**
Palhada de feijão	37,20 a
Palhada de milho	25,40 b
Palhada de aveia	26,80 b
Sem cobertura	21,40 b
MÉDIA GERAL: 27, 70	
CV (%) = 19,92	

*Médias comparadas pelo teste de TUKEY a 5% de probabilidade de erro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura com palhada do feijoeiro, apresentou o melhor resultado no número de plântulas emergidas após 6 dias de plantio dentre as demais palhadas.

4 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. H. T. AMORIM, P. J. R. JANUÁRIO, B. D. MELO, F. V. ROCHA, R. R. P. MAIA, S. S. Decomposição da palhada de diferentes plantas de cobertura na Savana de Roraima. Disponível em: http://eventosolos.org.br/cbcs2015/arearestrita/arquivos/706.pdf. Acesso em 30 de Setembro de 2021 ás 20:12.

SILVEIRA, M. P. BRAZ, B. P. J. A. KLIEMANN, J. H. TAXAS DE DECOMPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE ESPÉCIES DE COBERTURA EM LATOSSOLO VERMELHO DISTROFÉRRICO. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/pat/article/view/2165/2116. Acesso em 01 de Março de 2021 ás 16:04.

POSSE, P. C. S. SOUZA, R. M. E. SILVA, G. M. FASOLO, M. L. SILVA, B. M. ROCHA, M. A. M. Informações técnicas para o cultivo do feijoeiro-comum na região central-brasileira: 2009 – 2011. Disponível em: https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/975/1/Livreto-Feijao-AINFO.pdf. Acesso em 11 de Março de 2021 ás 19:51.

SALVADOR, CARLOS ALBERTO. Feijão - Análise da Conjuntura Agropecuária Dezembro de 2018. Disponível: http://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/feijao_2019_v1.pdf. Acesso em 01 de Abril de 2021 ás 20:00.

SILVEIRA, M. A., S. M. TEIXEIRA, A. E. WANDER, W. P. CAMPOS. Produção de Feijão nos Sistemas de Plantio Direto e Convencional no Município de Água Fria de Goiás (GO), Março de 2015. Disponível: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/132673/1/aew8.pdf. Acesso em 01 de Abril às 19:10.

BORTOLI, L. A. SIMONETTI, M. A. P. Desenvolvimento inicial da soja sob o efeito da palhada de diferentes culturas. Disponível em: https://www.fag.edu.br/upload/revista/cultivando_o_saber/5dbc4a681c79e.pdf. Acesso em 03 de Abril de 2021 ás 22:08.

FERREIRA, A. C. COSTA, O. A. H. FRANÇA, N. SILVA, B. E. ANDRADE, J. C. V. NUNES, R. U. Produção de palhada de plantas de cobertura e rendimento do feijão em plantio direto. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pab/a/wcw3XMYhDHzcJs4mVXcmL8P/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 30 de Setembro de 2021 ás 20:04.

MATIAS, S. B. C. M. Decomposição de resíduos vegetais de plantas de cobertura e produtividade da cultura de milho. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105154/000739507.pdf;jsessionid=6708F389717241098CF085C3594D33FF?sequence=1. Acesso em 30 de Setembro de 2021 ás 20:25.

MENEZES, J. E. Alternações do nitrogênio e dos nutrientes em solo cultivado com plantas de cobertura e milho em sucessão. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/21201/1/2018_ElineJesusDeMenezes_tcc.pdf. Acesso em 30 de Setembro de 2021 ás 20:30.

FARMACODERMIA- REAÇÕES DE HIPERSENSIBILIDADE A DROGAS

BARBOSA, Rogério[260]
DALLE CORT, Alexandra Lana[1]
MELLO, Fernanda Cristina de[1]
RODRIGUES FRANÇA, Moana[261]

RESUMO: A farmacodermia é caracterizada por qualquer alteração na estrutura ou função na pele do animal que seja causa por fármacos, geralmente por antibióticos, que acabam induzindo erupções cutâneas na pele. Mesmo sendo rara em cães e gatos a farmacodermia está cada vez mais presente na rotina clínica, que se for diagnosticada rapidamente e com a suspensão do fármaco o quadro do animal já regride. O trabalho visa passar a epidemiologia desta doença, assim como seus mecanismos, patogenia e os métodos de diagnostico fazendo uma revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Fármacos. Erupções. Pele. Suspensão do Fármaco.

1 INTRODUÇÃO

A farmacodermia é definida por toda reação adversa que ocorre na pele por consequência do uso de fármacos (ALDAMA; GONDIM, 2005). As reações adversas dos fármacos têm caráter significativo na rotina médica tendo importância nos quadros de morbidade e mortalidade. Geralmente sua ocorrência está associada a hipersensibilidade, porém é definida como não alérgica já que não são provocadas por mecanismos imunológicos e sim pelos fármacos, dos quais os mais frequentes são os antibióticos e AINEs, anti-inflamatórios não esteroidais (ENSINA, et al., 2009).

Essas reações podem ser provocadas por qualquer fármaco, levando em conta que todo medicamento pode causar uma reação adversa e nem sempre a reação vai ser especifica daquele fármaco administrado (ROSSI, 2017). Entretanto há uma lista de medicamentos que podem causar as erupções, como sulfas, (principalmente as que são unidas a trimetoprima), penicilinas, cefalosporinas, levamizol e dietilcarbamazina. Os medicamentos podem causar reações como urticária, angioedema, anafilaxia, dermatite esfoliativa, e eritrodermia e geralmente são relacionadas com hipersensibilidade, entretanto não são causadas por mecanismos

[260]Acadêmico do curso Medicina Veterinária, 10° período, Centro universitário Campo Real.
[1] Acadêmico do curso Medicina Veterinária, 10° período, Centro universitário Campo Real.
[1] Acadêmico do curso Medicina Veterinária, 8° período, Centro universitário Campo Real.
[261]Doutora em Ciências, Centro Universitário Campo Real, prof_moanafranca@camporeal.edu.br

imunológicos, ou seja, não alérgicos e sem a participação do anticorpo IgE (SANTOS; ALESSI, 2010).

Esse trabalho tem como objetivo averiguar a epidemiologia e patogenia da farmacodermia também chamada de erupções cutâneas medicamentosas (ECM) uma vez que existem poucos estudos tanto na área humana como na veterinária dessa patologia que foi considerada rara, mas que atualmente vem sido diagnosticada frequentemente em animais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizados livros da biblioteca Professor Luiz Alberto Machado localizada no Centro Universitário Campo Real para a realização do trabalho assim como artigos de bases de dados online para o enriquecimento da revisão bibliográfica como scielo, birene e google acadêmico (palavras chaves para a pesquisa como: farmacodermia em animais, reação dérmica de medicamentos e erupções de pele por administração de fármacos), o período de pesquisa foi realizado nos meses de fevereiro a maio de 2019.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

2.2.1 EPIDEMIOLOGIA E PATOGENIA

A ECM pode ser confundida com quaisquer doenças dermatológicas. Na maioria dos casos, os animais recebem mais de um tipo de fármaco concomitantemente e há uma grande variedade de sinais clínicos. Esses fatores dificultam muito o diagnóstico do paciente, e pode levar a morte se o uso do medicamento não for suspendido (SANTOS; ALESSI, 2010).

Como supracitado a farmacodermia, ocorre por duas vias, uma que envolve mecanismos imunológicos e outra não imunológica (SANTOS; ALESSI, 2010). Dentre as respostas não imunologicamente mediadas as que mais ocorrem causando a ECM são dependentes da dose, associados a toxidade de pelos e pele causada por quimioterapia, e afecção da pele quando se tem o uso de corticosteroides e hormônios (ROSSI, 2017). Quando ocorre resposta imunológica imediata ou hipersensibilidades

os fenômenos são separados em grupos, I (resposta imunológica imediata) II, III e IV (resposta a hipersensibilidade). Na reação imediata do tipo I ocorre ligação do alérgeno com a IgE, com isso, ocorre degranulação de células que libera os mediadores químicos da resposta alérgica (histamina, leucotrienos e prostaglandinas). São esses mediadores inflamatórias que vão causar vaso dilatação na epiderme e aumento da vascularização. Esse primeiro mecanismo é responsável pela urticária, angioedema e anafilaxia, os dois principais tipos de fármacos que causam esse mecanismo são os antibióticos (principalmente a penicilina) e os medicamentos usados em anestesia. A manifestação do tipo II, difere da anterior pois o alérgeno se liga a vários tipos celulares como IgM, IgG e IgA linear. No mecanismo do grupo III, ocorre formação de complexos imunes circulantes e esses se aderem no endotélio causando danos e extravasamento de eritrócitos (ROSSI, 2017).

Os fenômenos mais comumente envolvidos na farmacodermia são os presentes na hipersensibilidade do tipo IV, que ocorrem por linfócitos (CD4 e CD8). Essa manifestação se caracteriza por uma resposta lenta chamada de retardada, que requer um período mais longo após a exposição ao antígeno para que ocorra a manifestação dos sinais clínicos. A principal célula efetora desse grupo é o macrófago, ou seja, por onde começa a reação imune, outros componentes são associados nesse mecanismo como participação de citocinas que ativam os linfócitos B e esses produzem IgE e IgA, causando o eczema (ROSSI, 2017).

2.3 DIAGNOSTICO

O principal método de diagnóstico é a dermatoscopia, que é um método não invasivo para verificar injurias na pele, ele permite a visualização com o aumento de dez vezes da área cutânea afetada. (FRANGE; ARRUDA; DALDON, 2009). A dermatoscopia surgiu como exame auxiliar *in vivo* para os casos de melanoma, doença que precisa ser diagnosticada rapidamente para melhor sucesso no tratamento (REZZE; SÁ; NEVES, 2006).

O aparelho consiste num instrumento ótico, portátil, que emite um feixe de luz na pele do animal, sendo colocado no ângulo de 20 graus. Antes de iniciar o exame deve ser aplicado um fluido entre a pele do animal e a lâmina do aparelho para eliminar reflexão e permitir uma visualização mais nítida, e consequentemente uma melhor análise das características dermatoscópicas (FRANGE; ARRUDA; DALDON, 2009).

Não existe uma predisposição etária ou sexual para farmacodermia nos cães e gatos, mas qualquer fármaco pode causar a reação. Dessa forma, a suspensão da administração do fármaco causador das lesões leva a melhora rápida do animal. A ECM também pode ocorrer em equinos e seus achados histopatológicos são diversos assim como sua apresentação clínica (SANTOS; ALESSI, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A farmacodermia ou ECM está ocorrendo com mais frequência na clínica, é uma patologia com várias possibilidades de manifestação e é desencadeada por vários sistemas do organismo. Ainda existem poucos estudos sobre esses casos, mas já sabem que eles estão presentes na rotina clínica e que podem levar a morte do paciente se o uso do fármaco que causou a reação alérgica não for suspendido.

4 REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. K. L; GONDIM, A. L. C. L. **Formas graves y mortales de las farmacodermias**: a propósito de 53 casos. Redaccion Medica, v.3, n.4, 2005

ENSINA, L. F.; FERNANDES, F. R.; GESU, G. D.; MALAMAN, M. F.; CHAVARRIA, M. L.; BERND, L. A. G. Reações de hipersensibilidade a medicamentos. **Rev. bras. alerg. imunopatol**. – Vol. 32, Nº 2, 2009

FRANGE, V. M.; ARRUDA, L. H.; DALDON, P.E. Dermatoscopia: importância para a prática clínica**. Rev. Ciênc. Méd**., Campinas, 18(4):209-215, jul./ago., 2009.

REZZE, G. G.; SÁ, B. C.; NEVES, R. I. **Dermoscopy: the pattern analysis.** Trabalho realizado no Hospital do Câncer de São Paulo – A.C.Camargo - São Paulo (SP), Brasil. An Bras Dermatol. 2006;(3):261-8.

ROSSI, Gabriela. **Aspectos clínicos e dermatológicos das farmacodermias.** Programa de pós-graduação em medicina: ciências médicas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Porto alegre: 2017.

SANTOS, R. L.; ALESSI, A. C. **Patologia veterinária.** São Paulo: Roca, 2010. 892 p., il. Inclui índice e bibliografia. ISBN 978-85-7241-898-0.

HIDROCEFALIA CANINA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

RODRIGUES, Maria Rita[262]
CASTRO, Gabriela[1]
SCHRAM, Patricia Terezinha[263]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[264]

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo a união de estudos e pensamentos, a fim de abordar a hidrocefalia em cães, sua definição, sintomas, diagnóstico, tratamento e terapêutica, bem como a importância da semiologia precoce nos casos encontrados na clínica de pequenos animais, possibilitando vir a ter um prognóstico favorável ao desenvolver da doença e seu tratamento.

Palavras-chave: Hidrocefalia. Canino. Neurologia.

1 INTRODUÇÃO

A hidrocefalia é uma anomalia que ocorre devido ao excesso de líquido cefalorraquidiano - LCR, podendo ser congênita ou adquirida (HOSKINS, 1993). O líquido cefalorraquidiano (LCR) é produzido pelos plexos coróides dos ventrículos, pelo revestimento ependimário desses e pelo espaço subaracnóideo em seus vasos (REKATE, 2009).

Este tipo de distúrbio é comum em animais jovens e de raças pequenas, com ampla lista de sinais clínicos, porém precisa de um diagnóstico precoce para se evitar possíveis atrofias do organismo. Embora muitas vezes acaba sendo facilmente confundida com demais problemas neurológicos. A abordagem exposta desperta o desejo do aprofundamento no tema, por meio da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

No geral, os problemas de patologias neurológicas acontecem com certa frequência na rotina da clínica médica veterinária, sendo a falta de conhecimento

[262] Acadêmica de Medicina Veterinária, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[263] Docente de Medicina Veterinária do Centro Universitário Campo Real.
[264] Mestre em Estudos Linguísticos (UFPR). Docente do Centro Universitário Campo Real.

sobre as técnicas de tratamento e a imprecisão do diagnóstico a principal causa do óbito e de lesões neurológicas permanentes em cães.

2.1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, na qual as fontes de consulta foram artigos científicos, sites e bibliotecas virtuais. A seguir, abordaremos os resultados dos estudos pesquisados. Inicialmente apresentando a doença, seus sinais clínicos e seu tratamento, e posteriormente, relatando casos de animais que apresentam a doença e suas evoluções perante aos diferentes tipos de tratamento.

2.2 DISCUSSÃO

De maneira geral as formas congênitas são relacionadas a uma desordem na eliminação do LCR que acaba se acumulando, ou problemas em sua absorção (ETTINGER, FELDMAN, 1997). Além disso, podem ter sua origem ainda na fase fetal, sendo em especial, casos de consanguinidade dos genitores, por ação teratogênica, assim como mau desenvolvimento do sistema nervoso (PRAIA *et al.,* 2021). A forma adquirida ocorre de maneira secundária devido a tumores, abscessos e doenças inflamatórias, e não é a mais comum no ramo da clínica veterinária (BOSS, 2019).

Entre as raças mais comuns de apresentarem esta patologia estão Maltês, Pug, LhasaApso, Lulu da Pommerânia, Buldog Inglês, Yorkshire Terrier, Chihuahua, Poodle Toy e Pequinês (ETTINGER, FELDMAN, 1997).

Os sinais clínicos variam dependendo do grau de elevação da pressão intracraniana (AMUDE *et al.*, 2013). Sendo possível a ocorrência de cegueira, andar em círculos, depressão sensorial e crises convulsivas (FERNANDEZ, BERNARDINI, 2010). Por meio de exame clínico e anamnese é realizado o diagnóstico da doença (AMUDE *et al*., 2013), podendo ter auxílio também de radiografia, ultrassonografia, ressonância magnética e tomografia computadorizada (BELOTTA, MACHADO, VULCANO, 2013).

Dependendo da causa primária, realiza-se o tratamento, que pode ser com a utilização de corticoides e diuréticos (CRIVELLENTI, BORIN-CRIVELLENTI, 2015). Aos pacientes que não respondem ao medicamento convencional podem receber doses de omeprazol (AMUDE *et al.*, 2013). Nos casos de tratamento cirúrgico realiza-

se a drenagem do LCR, por meio da colocação de um “shunt” que desvia o líquido cefalorraquidiano para a cavidade abdominal (CRIVELLENTI, BORIN-CRIVELLENTI, 2015).

Quando se decorre em casos de hidrocefalia, é possível que sejam realizadas medidas terapêuticas para que o paciente possa vir a ter qualidade de vida, embora em alguns casos o mais recomendado acabe sendo a eutanásia (LIMA *et al.*, 2017).

Entre uma dessas medidas pode citar-se o uso de diuréticos que auxiliam na redução do LCR e alguns tipos de glicocorticoides para a melhora da pressão intracraniana (TILLEY, SMITH JUNIOR, 2014).

Em 2016, um buldogue francês com hidrocefalia apresentou grande melhora no quadro clínico com tratamentos terapêuticos, como a hidroterapia e acupuntura (OESTREICHER, 2016).

De acordo com relato no site Shih Tzu Brasil, recentemente, em 2017, foi relatado um caso no qual uma shit-tzu que portava hidrocefalia congênita recebeu tratamento contínuo com gardenal e anti-inflamatórios, e passou a apresentar uma qualidade de vida quase normal, sendo notável que o diagnóstico precoce possibilitou que a paciente não viesse a ter lesões graves no crânio. Em 2021, notou-se uma facilidade de diagnóstico por meio de ultrassonografia transcraniana com o aparelho GE, modelo Loguiq. O que se torna relevante em relação ao custo benefício do exame geralmente perante aos demais (SILVA *et al.*, 2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hidrocefalia em cães pode vir a ter um prognóstico favorável se descoberta precocemente, sendo possível não a cura, mas a inibição de problemas neurológicos e fisiológicos devido à doença. Outro fato que vale a pena ressaltar é o uso de tratamentos alternativos que vêm apresentando bastante melhora na qualidade dos pacientes que apresentam essa patologia.

4 REFERÊNCIAS

AMUDE, A. M. *et al.* **Uso terapêutico da associação do omeprazol com corticóide em um cão com hidrocefalia não-responsiva ao tratamento convencional**. Londrina, v. 34, n. 2, p. 805-810, mar./abr. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274655715_Therapeutic_usage_of_omeprazole_and_corticoid_in_a_dog_with_hydrocephalus_unresponsive_to_conventional_therapy. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

BELOTTA, A. F.; MACHADO, V. M. V. ; VULCANO, L. C. **Diagnóstico da hidrocefalia em animais pela ultrassonografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética**. Veterinária e Zootecnia, v. 20, p. 2178-3764, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/141255/ISSN0102-5716-2013-20-01-33-41.pdf?sequence=1#:~:text=Tomografia%20computadorizada%20e%20resson%C3%A2ncia%20magn%C3%A9tica,-A%20maioria%20das&text=%C3%89%20de%20consenso%20geral%20que,pr%C3%B3pria%20causa%20da%20obstru%C3%A7%C3%A3o%20liqu%C3%B3rica. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

BOSS, O. **Água no Cérebro em Cães.** Pet Vet Love, 2019. Disponível em: https://www.petvetlove.com/agua-no-cerebro-em-caes/. Acesso em: 07 de setembro de 2021.

CRIVELLENTI, L.; BORIN-CRIVELLENTI, S. **Casos de rotina em Medicina Veterinária de pequenos animais.** 2. ed. São Paulo: Editora MedVet, 2015. p.840.

ETTINGER, S. J. ; FELDMAN, E. C. **Tratado de medicina interna veterinária: doenças do cão e do gato.** 1. ed. São Paulo: Manole, 1997.

FERNANDEZ, V. L.; BERNARDINI, M. **Neurologia em Cães e Gatos.** 1. ed. São Paulo: Editora MedVet, 2010. p. 450.

HOSKINS, J. D. **Pediatria veterinária: cães e gatos até seis meses de idade**. 1. ed. São Paulo: Manole, 1993. p. 610.

LIMA, R. M. *et al.* **Hidrocefalia Congênita em cão idoso**. PubVet, v. 11. n. 1, p. 5561, jan. 2017. Disponível em: https://www.pubvet.com.br/uploads/33fa4fcde372f40df029ac8c83c12b00.pdf Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

OESTREICHER, A. **Filhote de cão com hidrocefalia luta pela vida muito feliz. Portal do Dog,** 2016. Disponível em: https://www.portaldodog.com.br/cachorros/noticias/filhote-de-cao-com-hidrocefalialuta-pela-vida-muito-feliz/ Acesso em: 07 de setembro de 2021.

PRAIA, A. T. *et al*. **Hidrocefalia congênita em cão: relato de caso**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 3250-3259, Jan. 2021. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/22904/18383 Acesso em: 08 de setembro de 2021.

REKATE, H. L. **A contemporary definition and classification of hydrocephalus.** ScienceDirect**.** v. 16, n. 1, p. 9-15, Mar. 2009.

Revista Planeta pet. **Com hidrocefalia, Shih-Tzu responde a tratamento e completa 4 meses**. Shih Tzu Brasil. Disponível em: https://www.shihtzubrasill.com.br/2017/11/com-hidrocefalia-shih-tzu-responde.html Acesso em: 07 de setembro de 2021.

SILVA, A. B. *et al.* **Hidrocefalia canina diagnosticada através de ultrassonografia transcraniana: relato de caso**. PubVet, v. 15. n. 07. p. 1-4, jul. 2021. Disponível

em: https://www.pubvet.com.br/uploads/451d9d915689e797d9b5bdf9cc1d2135.pdf Acesso em: 07 de setembro de 2021.

TILLEY L. P ; SMITH JUNIOR F. W. K. **Consulta Veterinária em 5 minutos: espécie canina e felina**. 5. ed. São Paulo: Manole, 2014. p.1560.

RELATO DE CASO: TRATAMENTO DE DISPLASIA COXOFEMORAL (DCF) EM BOXER COM FISIOTERAPIA E MEDICINA ALTERNATIVA

BARBOSA, Rogério[265]
RODRIGUES FRANÇA, Moana[266]
CESCON, Larissa[267]

RESUMO: A displasia coxofemoral (DCF) é uma enfermidade que ocorre com mais frequência em cães de médio a grande porte, entretanto podendo ocorrer em equinos, felinos e até seres humanos. Trata-se de uma afecção ortopédica que afeta o crescimento da articulação coxofemoral e pode ser bilateral ou unilateral. As terapias são diversas podendo ser cirúrgicas na sua maneira convencional ou outras, com medicinas alternativas como moxabustão, fisioterapia e acupuntura. O atual trabalho tem como objetivo relatar o caso de DCF numa cadela Boxer Fêmea que não foi levada a cirurgia, mas submetida a tratamento clínico com uso de terapias alternativas.

Palavras-chave: Displasia Coxofemoral. Afecção ortopédica. Cirúrgicas. Terapias alternativas.

1 INTRODUÇÃO

A displasia coxofemoral (DCF) é uma enfermidade frequente em animais de médio a grande porte, ela é definida pela alteração nas regiões do fêmur no colo e cabeça, e no acetábulo parte do osso coxal do animal (ROCHA et. al. 2008). Alguns estudos dizem que é um fator hereditário de natureza poligênica, ou seja, vários genes participam dessa característica sendo assim sempre passada para a prole. Adicionalmente, outros estudos relatam que não há uma confirmação de qual é o gene que caracteriza a DCF, e que cruzamentos seletivos diminuem a incidência, mas não deixando de ocorrer, assim não podendo ser 100% hereditária (TORRES; ROCHA; e SILVA, 2001). Os sinais que a displasia pode levar o animal são variados, como claudicação (uni ou bilateral), andar bamboleante, dorso arqueado e peso voltado para os membros anteriores. Em casos mais graves o animal pode apresentar paresia voluntária em decorrência da dor aguda que a claudicação intermitente pode provocar (ROCHA et. al. 2008).

A fisioterapia veterinária começou a crescer a partir de 1995, já que os tutores e os profissionais começaram a dar mais importância para reabilitação dos

[265]Acadêmico do curso Medicina Veterinária, 8° período, Centro universitário Campo real.
[266]Doutora em Ciências, Centro Universitário Campo Real, prof_moanafranca@camporeal.edu.br
[267] Mestre em produção Vegetal, Unicentro- PR, lkcescon@hotmail.com

pacientes, principalmente no momento pós-cirúrgico, já que ela engloba a recuperação, prevenção e tratamento para que o animal volte rapidamente para o seu quadro fisiológico e também não deixando ser alterado e danificado novamente. Suas técnicas são diversas, podendo ser manual com exercícios para a musculatura, uso de categorias térmicas, massagem e alongamentos. Essas técnicas podem ser utilizadas na DCF além de várias outras (DALMASCENO, 2015).

A medicina convencional em alguns casos não trata da melhor maneira um grupo de pacientes e suas patologias, sendo assim a medicina complementar vem auxiliando e em alguns casos substituindo a terapia comum principalmente em casos crônicos (LOPES, 2010). Dentre essas temos a acupuntura que vem da medicina tradicional chinesa, que consiste em estimular pontos cutâneos com pequenas agulhas e essa terapia tem como objetivo excitar a região afetada, aumentar a capacidade de resistência, ação antálgica, ou seja, processo de diminuir possíveis dores e ação antiespasmódico (NOBRE e LUÍS, 2007). Juntamente com a terapia de acupuntura se costuma se unir a outra terapia que seria a moxabustão, a técnica consiste em tratar doenças crônicas com a utilização do calor por meio de um bastão, que dentro desse se tem uma erva chinesa chamada de Artemísia Vulgaris, ela é moída e pressionada para ficar dentro do bastão, após o bastão acesso se deve colocar próximo a lesão, geralmente em volta de vários pontos de acupuntura, tomando cuidado para não encostar na pele do animal evitando queimaduras. (NOBRE e LUÍS, 2007).

O trabalho tem como objetivo apresentar um relato de caso vivenciado num estágio orientado pela medicina veterinária Larissa Cescon, graduada em medicina veterinária pela universidade estadual do centro oeste, mestrado em produção vegetal e pós-graduada em reabilitação animal proprietária da Movipet, apresentando os resultados do tratamento com acupuntura e moxabustão para a enfermidade displasia coxofemoral.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 RELATO DE CASO

Foi solicitado atendimento veterinário a um animal da raça Boxer (Cristal). O cão começou a apresentar sinal clínico de claudicação, não apoiava bem os membros pélvicos, principalmente o direito, e a tutora que suspeitou de lesão no nervo ciático

após aplicação de midazolan, tendo uma atrofia muscular grave no membro direito e claudicava mesmo após o tratamento com esse fármaco por três semanas, porém com a realização da radiografia foi confirmada o diagnóstico de displasia coxofemoral identificando grau 5 da displasia coxofemoral considerado grave.

Figura1. Radiografia Ventro-Dorsal da região pélvica com ênfase na articulação coxofemoral

FONTE: CESCON (2019)

Foi identificado atrofia no membro inferior direito em decorrência da artrose articular na área coxofemoral, sendo identificada no membro esquerdo também, entretanto num grau mais baixo. A veterinária não encaminhou o animal para a cirurgia eletiva de um quadro de DCF, a colocefalectomia (secção da cabeça do fêmur), porque a cirurgia seria feita no membro pélvico direito, ocorrendo uma sobrecarga no membro pélvico esquerdo pós-cirurgia e o membro já está sendo afetado. Dessa maneira o tratamento teve como foco garantir analgesia para o paciente, garantindo estabilidade clínica, não ocorrendo piora no quadro e o preservando. Foram realizadas sessões de acupuntura juntamente com a moxabustão, e também com a técnica fisioterapêutica de cinesioterapia que é uma terapia do exercício, que pode ainda ser

ativa com os movimentos que o próprio animal faz e a passiva, onde os movimentos são feitos a partir de auxílio do veterinário ou do tutor, outras técnicas também foram utilizadas como laserterapia que garante renovação celular e estimula a quimiotaxia para a área da lesão e ultrassonografia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As técnicas e terapêuticas para tratamento de enfermidades vêm mudando e crescendo durante os anos e é necessária uma capacitação além da medicina convencional para que se possa dar o melhor tratamento e recuperação do animal assim favorecendo seu bem estar. Não se trata de excluir a medicina convencional e sim uni-la a medicina alternativa, não é sempre que os procedimentos cirúrgicos vão ser os melhores meios de tratamento, se deve avaliar a condição do paciente clinicamente e a medicina alternativa pode garantir uma bem estar em casos já muito avançados ou crônicos.

4 REFERÊNCIAS

DALMASCENO, Marcus Renan Serrão. **A fisioterapia como tratamento auxiliar para displasia coxofemoral em cães – Relato de Caso**. 2015 TCC (Graduação)- Curso de Medicina Veterinária, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília- DF, 2015.

LOPES, D.F. Terapias complementares usadas na Medicina Veterinária. **PUBVET**, Londrina, V. 4, N. 16, Ed. 121, Art. 818, 2010.

NOBRE, Foganholli, Josiane; e LUÍS, Filadelpho, André. Tratamento de distúrbios neuromusculares em cães com o uso da acupuntura. **Rev. Científica Eletrônica de Medicina Veterinária,** São Paulo, Ano V, n.9, julho. 2007, Periódicos Semestral. Disponível em<http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/hFKLA82FcU57G3D_2013-5-27-15-55-8.pdf>. Acesso em: 10 jul, 2020.

ROCHA, Fábio Perón Coelho; SILVA, Danilo; BENEDETTE; Marcelo Francischineli; et al. Displasia Coxofemoral em Cães. **Rev. Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**., São Paulo, Ano VI, n. 11, julho. 2008, Periódicos Semestral. Disponível em<http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/3w06cWeAcFaNErX_2013-6-14-10-15-11.pdf>. Acesso em: 10 fev,2020.

TORRES, R.C.S.; ROCHA, B.D.; SILVA, E.F.. Freqüência de displasia coxofemoral em cães da raça Labrador Retriever no Estado de Minas Gerais. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, Belo Horizonte , v. 53, n. 4, p. 1-3, Aug. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-09352001000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 10 June 2020

TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS (TAA) EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

PEREIRA, Elisa Maria[268]

SCHRAM, Patricia Terezinha[2]

RESUMO: A terapia assistida por animais (TAA) traz grandes benefícios às crianças com o transtorno espectro autista (TEA), os animais podem auxiliar, principalmente os cães como co-terapeutas no desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo. Este trabalho teve como estudo a adesão de ideias e pesquisas afim de relacionar positivamente os benefícios de laços entre homem e cão.

Palavras-chave: Terapia. Transtorno. Animais.

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual a terapia assistida por animais (TAA) em crianças com espectro autista, vem crescendo no Brasil e no mundo. Ela busca em propósito, promover a saúde física, mental e emocional do indivíduo. O transtorno do espectro autista (TEA) trata-se de um transtorno de desenvolvimento dominante caracterizado por déficits contínuos nas comunicações sociais e interações sociais, sendo as principais características o ser atraso anormal na fala quando criança falta de contato visual, e dificuldade em ter empatia. Dessa forma, com a introdução do animal junto a um indivíduo, e por meio do estímulo afetivo e físico (homem e animal), podem auxiliar o paciente a ter melhora em seu caso clínico. Essa revisão bibliográfica tem como objetivo demonstrar como o animal pode servir como co-terapeuta onde com a mesma ajuda, os pacientes podem evoluir em seu quadro físico, emocional ou social (DOS SANTOS *et al.*,2020).

2 DESENVOLVIMENTO

[268]Acadêmica de medicina veterinária, 2º período, Centro Universitário Campo Real.

[2] Docente de Medicina Veterinária, Centro Universitário Campo Real.

Os tópicos a seguir abordam a metodologia utilizada e os resultados alcançados até o momento.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde o estudo baseou-se em análises de artigos científicos e livros de bibliotecas universitárias e dados eletrônicos, tais como: scholar, google, literatura latino americana, scientific electronic library online e literatura norte americana. Mais adiante abordaremos os estudos e resultados pesquisados sobre como a terapia assistida por animais pode influenciar positivamente na vida de crianças com espectro autista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 TERAPIA ASSISTIDA E SUA INFLUÊNCIA

Segundo Potrich (2019) o transtorno de espectro autista (TEA) é considerado um transtorno de desenvolvimento dominante caracterizado por déficits na comunicação e interação social, padrões de comportamentos repetitivos, estereotipias, e interesse por atividade restritas. As principais características podem ser: atraso anormal na fala, quando criança, falta de contato visual e dificuldade em ter empatia. Estes indivíduos acabam cogitando que ações sociais diárias são desafiadoras, então acabam diminuindo a socialização com outras pessoas e evitam atividades compostas em grupos ou com outras pessoas, sendo que o grau destes comportamentos variam de indivíduo para indivíduo, podendo afetar mais ou menos sua funcionalidade (O'HAIRE *et al*., 2015).

> A terapia assistida por animais (TAA) data da década de 1960, nos Estados Unidos, com base no trabalho de Boris Levinson, que incluiu seu próprio cão na terapia com crianças. na década de 1970, o procedimento foi continuado por Samuel Corson e Elisabeth Corson, que o denominaram de "*pet therapy*". O modelo continuou a se desenvolver por todo o mundo, com a composição de diferentes áreas e campos de conhecimento, o que garantiu a ampliação dos seus princípios, fundamentos e terminologia. `` (Figueiredo, 2021, p. 2,).

Dessa forma, vários estudos têm indicado que os animais parecem estar em um mesmo nível de comunicação que as crianças com autismo, facilitando assim o contato e a interação entre ambos. Desse modo, muitos indivíduos com autismo têm

grande prejuízo em estabelecer e manter relacionamentos, e os animais podem atuar como um catalisador inicial para suportar interações sociais. Ou seja, os animais, mas principalmente os cães, estão aptos a perceber e interpretar sinais humanos, onde auxiliam na condução de diversas terapias e auxiliam em uma ampla gama de atividades educacionais e motivacionais, cujo objetivo é o melhoramento social, emocional ou cognitivo do paciente (CHELINI *et al*., 2016).

No livro fictício Hyde *et al*. (2020) retrata a história de uma menina chamada Angie e de sua irmã mais nova Sophie que tem um transtorno de espectro autista, o transtorno faz com que ela grite por horas até que ela conhece Rigby uma cachorra, e ao longo do livro nota-se com clareza, como a cachorra auxilia como uma co-terapeuta. Sophie começa a se comunicar com as palavras ´´eue`` para demonstrar que ela quer a presença da cachorra o que antes não havia comunicação. Sophie demonstra serenidade com a presença do animal e quando a mesma fica ausente ela retorna aos seus gritos.

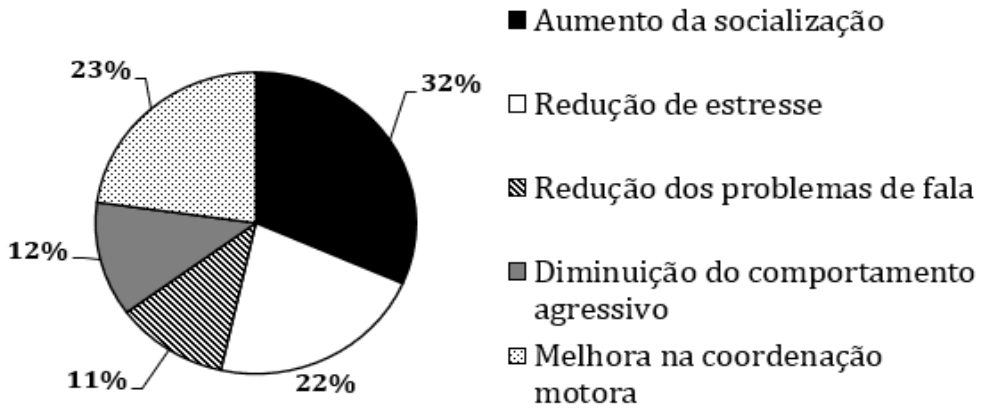
O contato com os animais pode reduzir o estresse e a ansiedade destes indivíduos, reduzindo até mesmo o risco de problemas de saúde. Assim, após o contato com o cão o indivíduo libera o hormônio ocitocina, que atualmente tem sido associado com o reconhecimento de apego, o que também diminui o cortisol, hormônio do estresse. A TAA é realizada por animais treinados e que atendem a critérios necessários para o tratamento, e, além disso, a equipe profissional responsável deve respeitar e zelar pelo bem estar do animal assistente onde o mesmo irá auxiliar o psicólogo a perceber o significado inconsciente que o cão tem para este paciente (BAMPI *et al*.,2021).

4.1.1 BENEFÍCIOS DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS

Segundo, Silva *et al*. (2018), a TAA pode beneficiar com a estimulação de exercícios, melhorando a mobilidade do paciente, sua estabilização arterial e a ausência ou esquecimento da dor além de estimulação da fala e bem estar. Ainda estimula a saúde mental, alívio da rotina do cotidiano, momentos de lazer e estímulos cognitivos referentes à memória. A intervenção do animal contribui para um melhor relacionamento onde o paciente demonstra espontaneidade das emoções.

5 VANTAGENS DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS

Figura 1: Benefícios provocados pela Terapia Assistida por Animais.



Fonte: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/terapia-com-animais

Segundo Andrade e Moraes (2021, p. 9), foi observado que a melhora na socialização foi mais relatada, seguido da melhora na coordenação motora, redução de estresse, diminuição do comportamento agressivo e por fim, na redução dos problemas de fala. Conclui-se então que a convivência com cães, ou outros animais, dão assistência para crianças com TEA, onde a mesma consegue expressar suas emoções e desenvolvimento social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, podemos incluir a terapia assistida por animais (TAA) no desenvolvimento terapêutico das crianças com transtorno do espectro autista (TEA), ampliando resultados favoráveis no aspecto do comportamento familiar e social da criança, onde de fato pode auxiliar na comunicação, emocional e cognitiva do paciente.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. M; MORAES, M. **Benefícios da terapia com animais em crianças com transtorno do espectro autista**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 01, Vol. 07, pp. 74-89. Janeiro de 2021. ISSN: 2448-0959, Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/terapia-com-animais, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/terapia-com-animais

BAMPI, J. K. **A terapia assistida por animais e crianças com transtorno do espectro autista**. 2021.

CHELINI, M.O; OTTA, M. E. **Terapia assistida por animais**. Editora Manole, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520459768/. Acesso em: 2021 set. 12.

FIGUEIREDO, M. O.; ALEGRETTI, A. L.; MAGALHÃES, L. **Terapia ocupacional assistida por cães: uma revisão de escopo da literatura brasileira**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional . 2021, v. 29. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2087. Acesso em 12 de setembro de 2021.

HYDE, C. R. **Para sempre vou te amar**. Itapevi – SP, 2020.

O'HAIRE, M. E. et al**. Animal-assisted intervention for autism spectrum disorder**. HABRI Central Briefs, v. 1, n. 6, p. 1-8, 2015.

POTRICH, T. **Intervenção assistida por animais no cotidiano de cuidado à criança com transtorno do espectro autista e sua família: contribuições para a promoção da saúde e a enfermagem**. 2019.

SANTOS, R. F, D et al. **Terapia Assistida por Animais (TAA) em crianças com transtorno do espectro autista atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial.** Research, Society and Development, v. 9, n. 9, 2020.

SILVA, A.D; SOUZA, L. I. M. A.; BERNARDY, M. **Os benefícios apresentados na utilização da terapia assistida por animais: revisão de literatura**. Revista Saúde e Desenvolvimento, v. 12, n. 10, p. 224-241, 2018.

TERAPIA COM CÉLULAS-TRONCO NO TRATAMENTO DE SEQUELAS DE CINOMOSE

BIANCO, Barbara Dala Rosa[269]
STREMEL, Helton Felipe[270]

RESUMO: A cinomose é uma enfermidade viral altamente contagiosa de distribuição mundial, acomete diversos sistemas, dentre eles o neurológico, podendo causar graves sequelas nos cães. O presente estudo bibliográfico tem como objetivo discorrer sobre efeitos das células-tronco no tratamento das sequelas causadas pela doença. A terapia é promissora, diversificando o tratamento e diminuindo as chances de eutanásia.

Palavras-chave: Células-tronco. Cinomose. Sequelas.

1 INTRODUÇÃO

A cinomose é uma doença endêmica e cosmopolita, sendo uma das mais importantes do âmbito clínico veterinário com alto índice de morbidade e mortalidade em cães, tem como reservatórios carnívoros, domésticos e selvagens. Comumente tendo sua disseminação em aglomerados de animais, as principais vias de transmissão são respiratórias, secreções corpóreas e fômites (GREENE, 2015).

A utilização de células tronco na medicina veterinária tem sido vista como algo promissor no tratamento de diversas patologias degenerativas. A afecção sistêmica apresenta manifestações digestivas, respiratórias, tegumentares e neurológicas, sendo a última degenerativa e de difícil recuperação com a terapêutica sintomática e cuidados de suporte (PINHEIRO *et al.,* 2016). O tratamento não efetivo da doença e sinais clínicos na maioria dos casos avançam para sequelas neurológicas irreversíveis não compatíveis com a vida como a encefalomielite, tendo o bem-estar comprometido em estado de sofrimento contínuo, sendo recomendado nesses casos a eutanásia. (GREENE, 2015).

Com o avanço da medicina veterinária surgem novas terapias e perspectivas para o tratamento de doenças degenerativas com células imunomoduladoras regenerativas, as células-tronco mesenquimais e embrionárias são uma ferramenta promissora para o sucesso de recuperação e regeneração de vários distúrbios (KIM, *et al.*, 2016).

[269] Medicina Veterinária, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[270] Médico Veterinário, MSc em Ciências Veterinárias, professor no Centro Universitário Campo Real. (prof_heltonstremel@camporeal.edu.br)

A presente revisão bibliográfica tem como objetivo aprofundar os conhecimentos e expor a importância do estudo das células-tronco para doenças inflamatórias, degenerativas, com alta morbidade que atuam no melhoramento de sequelas causadas pela cinomose.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, realizada com base em livros, revistas e artigos científicos, através de bibliotecas universitárias e bases de dados eletrônicos, como: Scientific Electronic Library Online e Genetics and Molecular Research. Em seguida apresentamos sobre a enfermidade viral cinomose, células-tronco, a terapia aplicada e seus resultados.

2.2 CINOMOSE CANINA

A cinomose é uma enfermidade causada por um RNA-vírus da família *Paramyxoviridae* e gênero *Morbillivirus*. A patogenicidade do vírus *Canine distemper* se dá a cães de todas as idades, com predileção a filhotes, animais não vacinados, e imunossuprimidos que tenham contato com o agente infeccioso (GREENE, 2015).

A propagação ocorre de cães acometidos que expelem o vírus por suas secreções corporais, como urina, fezes e fluidos respiratórios. A principal forma de contágio é pela via respiratória com gotículas infectadas. Em média após 7 dias do contato inicial os sintomas podem se apresentar de duas maneiras: Isolado sequencialmente com evolução gradativa ou simultâneos. Os sinais sistêmicos predispõem a infecções secundárias e quadros de gastroenterites, broncopneumonias, dermatites, conjuntivites e sinais neurológicos (GREENE, 2015).

O método clínico de diagnóstico é com base na anamnese, exames físicos e complementares, na maioria dos casos são presuntivos por se tratar de uma doença sintomatológica variável. Entretanto, existem diversos testes mais específicos para o diagnóstico da doença como sorológicos, histopatológicos, imunohistoquímicos, entre outros. A terapia de suporte é baseada nos sinais clínicos do paciente, de forma geral

envolve reidratação, antibioticoterapia de amplo espectro, antieméticos, anticonvulsivantes e soros hiperimunes (BYDLOWSKI *et al.,* 2009).

Após a viremia a afecção deixa danos sistêmicos e neurológicos, as sequelas com maior prevalência são a incoordenação motora, tetraplegia, ataxia, paresia, convulsões e de maior relevância a mioclonia, podendo ser de diferentes intensidades, desde leves ou até incompatíveis com a vida, quando as contrações musculares comprometem suas necessidades fisiológicas como o ato de comer e evacuar (GREENE, 2015).

Em casos mais graves o animal torna-se extremamente dependente do tutor para realização da maioria das atividades, tendo uma péssima qualidade de vida, a maneira de se viver após cinomose são tratamentos constantes sintomatológicos decorrentes das sequelas (GREENE, 2015).

O prognóstico de se utilizar apenas a prática convencional se mantém com prevalência elevada de sequelas e óbitos, sendo então de vital importância a associação de métodos não convencionais, como a utilização de células-tronco (PINHEIRO *et al.,* 2016).

2.3 CÉLULAS-TRONCO

As células-tronco do sangue foram as primeiras a serem descobertas em 1960, o que marcou o início das pesquisas. São células indiferenciadas ou pouco diferenciadas, são encontradas em tecidos e anexos embrionários como na medula óssea e sangue do cordão umbilical. Possuem o potencial de recompor tecidos danificados e auxiliar no tratamento de doenças. Podendo permanecer inertes até a fase adulta através da autorreplicação, ou diferenciação celular a partir da expressão de certos genes, se tornando células específicas. São classificadas em totipotentes, pluripotentes e multipotentes (GAGE, 2000).

2.4 TERAPIA COM CÉLULAS-TRONCO

Embora as pesquisas sobre células-tronco não sejam totalmente elucidadas, o progresso nas diversas técnicas de regeneração de órgãos e tecidos se dá a capacidade de diferenciação e auto renovação (GREENE, 2015). A terapia faz a especialização das células-tronco ocupando o lugar de células acometidas por

afecções, no âmbito veterinário vem sendo uma medida para o tratamento promissor da cinomose (KIM *et al.,* 2016).

A utilização de células-tronco mesenquimais na recuperação de sequelas da cinomose, é considerada experimental com prognóstico positivo por serem capazes de se direcionarem para tecidos lesados (KIM *et al.,* 2016).

2.5 PROGNÓSTICO

O prognóstico na condição aguda é reservado, mas a utilização de células-tronco no combate da cinomose até o presente momento demonstrou ser a mais segura para o tratamento das sequelas neurológicas (NERY *et al.,* 2012). Sendo um desafio o sucesso da técnica por ainda estar em estudo. A associação com tratamento convencionais de suporte à terapia, acupuntura e fisioterapia tem proporcionado uma remissão das sequelas causadas pela doença em cães promovendo uma melhor qualidade de vida (KIM, *et al.,* 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva terapêutica da utilização de células-tronco para o tratamento de sequelas da cinomose na medicina veterinária é promissora, a possibilidade de regenerar células acometidas por diversas enfermidades degenerativas vem diversificando o tratamento e a eutanásia deixando de ser uma opção corriqueira. Contudo se faz necessário mais estudos e compreensão das células-tronco se tratando de uma ciência em formação.

4 REFERÊNCIAS

BYDLOWSKI, S. P. *et al.* Características biológicas das células-tronco mesenquimais. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**. São Paulo, v. 31, n. 16, p. 25-35, Mai. 2009. DOI: 10.1590/S1516-84842009005000038. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbhh/a/qZ47zKnRRRhJnR6hzrMqGZk/?lang=pt. Acesso em: 8 ago. 2020.

GAGE, F. H. Mammalian neural stem cells. **Science**. Washington, v. 287, n. 54, p.1433-1438, Fev. 2000. DOI: 10.1126/science.287.5457.1433. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10688783/. Acesso em: 8 ago. 2020.

GREENE, C. E. **Doenças Infecciosas em Cães e Gatos**. 4. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Guanabara Koogan, 2015. p. 25-41.

KIM, D. *et al.* Comparison of tissue and fluid samples for the early detection of canine distemper virus in experimentally infected dogs. **The Journal of veterinary medical science**, Kangwon, v. 68, n. 8, p. 877-879, Set. 2016. DOI: 10.1292/jvms.68.877. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16953092/. Acesso em: 6 ago. 2020.

NERY, A. A. *et al*. Human mesenchymal stem cells: from immunophenotyping by flow cytometry to clinical applications. **International Society for Advancement of Cytometry**. São Paulo, v. 22, n. 2 p. 48-61, Out. 2012. DOI: 10.1002/cyto.a.22205. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/cyto.a.22205. Acesso em: 10 ago. 2020.

PINHEIRO, A. O. *et al.* Controversial results of therapy with mesenchymal stem cells in the acute phase of canine distemper disease. **Genetics and Molecular Research**. São Paulo, v. 15, n. 2. p. 1-14, Mar. 2016. DOI: 10.4238/gmr.15028310. Disponível em: https://www.geneticsmr.com/articles/6474. Acesso em: 6 ago. 2020.

TRATAMENTO DE DOENÇA DO DISCO INTERVERTEBRAL EM CÃO UTILIZANDO A FISIOTERAPIA COMO REABILITAÇÃO - RELATO DE CASO

MARTINS, Luana Amaral[271]

SILVA, Aline Aparecida[272]

RESUMO: A doença do disco intervertebral é causada quando há alterações degenerativas no disco intervertebral provocando dores e déficits neurológicos. Entre outros métodos de tratamento existente, a fisioterapia promove uma melhora no quadro clínico, minimiza a atrofia muscular, estimula a coordenação e diminui o uso de medicamentos anti-inflamatórios.

Palavras-chave: Degeneração.Condrodistrófica.Déficits neurológicos.

1. INTRODUÇÃO

Uma das doenças ocasionadas na coluna vertebral, é chamada de doença do disco intervertebral (DDIV). Ela causa alterações neurológicas, crônica e degenerativa. Podendo ocorrer em qualquer espécie animal, mas normalmente acomete cães de raças menores, denominado condrodistróficos, que apresentam característica de serem rebaixados, com coluna alongada e um desenvolvimento anormal da cartilagem. “Podendo desenvolver vários graus de dor nas costas e déficits neurológicos, que variam de leve paraparesia até paraplegia com ou sem perda de dor profunda” (CHAVES, *et al*., A. 2015, p. 2).

Esse trabalho tem como objetivo relatar o caso clínico de um paciente com hérnia de disco intervertebral e como a fisioterapia o ajudou na reabilitação, bem como revisar a literatura sobre o tema, a fim de compreendera doença.

2. DESENVOLVIMENTO

A coluna vertebral é formada pelo esqueleto axial onde está dividido em regiões: cervical, torácica, lombar, sacral e coccígea. As vértebras na sua porção cranial e caudal são ligadas por discos intervertebrais, composto por fibrocartilagem, exceto no espaço da primeira vértebra (C1) e segunda (C2), esses discos possuem uma variação de tamanho e espessura o que garante flexibilidade e absorção de choques, distribuindo as forças exercidas sobre a coluna (KÕNIG e LIEBICH, 2011).

[271] Acadêmica de Medicina Veterinária, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[272] Docente de Medicina Veterinária, Centro Universitário Campo Real.

O número de vértebras varia entre os mamíferos, o qual “cumprem funções diferentes e apresentam características próprias, todas elas compartilham uma estrutura básica” (KÕNIG e LIEBICH,2011, p. 128-129).

Cada disco intervertebral é composto por um núcleo pulposo, área gelatinosa que é envolta pelo anel fibroso e várias camadas espirais de fascículos fibrosos. Com essa disposição anatômica tem-se uma estabilidade do disco intervertebral e uma mobilidade reduzida entre as vértebras (SILVA, 2017).

> Com o passar dos anos, no entanto, os discos tendem a apresentar alterações degenerativas. A ocorrência mais comum é quando o núcleo pulposo, ele mesmo sob pressão contínua, pressiona o anel fibroso enfraquecido, resultando em protrusão ou hérnia de disco em direção do canal vertebral. Caso o anel fibroso se fragmente, pode haver prolapso do núcleo pulposo do canal vertebral, que pode forçar a medula espinhal ou comprimir nervos e vasos sanguíneos. (KÕNIG e LIEBICH, 2011, p. 128-129).

A doença do disco intervertebral causa alterações neurológicas, crônica e degenerativa. Podendo ocorrer em qualquer espécie animal, normalmente acomete cães de raças menores, denominado condrodistróficos que apresentam característica de serem rebaixados, a coluna alongada e um desenvolvimento anormal da cartilagem (SANTANA; SILVA, 2019). Podendo desenvolver vários graus de dor na coluna e déficits neurológicos (SILVA, 2017).

Pode ser classificada em degeneração condroide e a degeneração fibroide, sendo elas a extrusão de disco Hansen tipo I e a protrusão Hansen tipo II (SILVA, 2017). De acordo com Cruz e Santos (2017, p. 2271, apud QUINTANA, 2012, s.p.) a apresentação clínica é classificada de acordo com o local anatômico e a gravidade da lesão. Segundo Silva (2017, p. 17). “Os animais com extrusões discais frequentemente apresentam anomalias posturais como o desvio da cabeça, postura anormal do tronco, posicionamento inapropriado dos membros e redução ou aumento do tônus muscular.” Os pacientes acometidos por essa afecção de coluna apresentam sinais variáveis desde uma dor na palpação, arqueamento do dorso, hemiparesia, relutância em estender a cabeça, tetraplegia, ausência de percepção e propriocepção de dor profunda, ataxia, paresia ou paralisia, incontinência urinária (RAMALHO, *et al*.,2014).

O diagnóstico é baseado no histórico do animal, sinais clínicos, exame físico, neurológico, avaliação de marcha e através dos exames de imagem como radiografia, mielografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética, confirmando o diagnóstico clínico (SANTANA; SILVA, 2019).

Os tratamentos são variáveis e depende do quadro clínico e grau da patologia, geralmente o tratamento clínico consiste em repouso absoluto, manter o animal no espaço reduzido em uma gaiola com administração de anti-inflamatórios e analgésicos (SANTANA; SILVA, 2019).

Já os procedimentos cirúrgicos em casos que o paciente não responde ao tratamento clínico, tem por objetivo “aliviar a dor, descompressão, diminuir o edema, e prevenção de futuras extrusões” (Chaves, *et al*., 2015, p. 2), algumas técnicas são utilizadas como fenestração, alaminectomia, hemilaminectomia (SILVA, 2017).

Uns dos tratamentos conservadores é a fisioterapia, seu principal objetivo é aliviar a dor, pois é comprovado que a dor interfere no bem-estar dos pacientes e é capaz de causar imunossupressão, inapetência, caquexia ou pode conduzir à redução ou mesmo desuso dos membros (PORTELA, *et al*., 2010).

2.1. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi através de fontes de consulta a artigos científicos de dados a base eletrônica como Google acadêmico, biblioteca universitária, revisão bibliográfica e observação dos atendimentos durante a realização de estágio curricular.

2.2. RELATO DE CASO

Um cão da raça Shih-tzu, macho, quatro anos de idade, com peso corporal de 9,6 Kg, foi atendido, a queixa principal é que estava sem movimentar os membros pélvico, tutora relatou que há duas semanas foi manipulá-lo e ele tentou morder, começou a ter dificuldade para ficar em pé e subir na cama ou sofá.

Na primeira consulta foi prescrito anti-inflamatório e dipirona, mas não foi efetivo. No dia seguinte já não conseguia mais caminhar, apenas arrastava os membros pélvicos. Foi realizado uma sessão de acupuntura e após conseguiu ficar em pé e abanar a cauda, mas no dia seguinte piorou novamente ficando sem caminhar e já não conseguia urinar.

Na avaliação apresentou paraparesia em membros pélvicos, propriocepção ausente em membros pélvicos, reflexo flexor e patelar normal, tônus muscular normal, presença do reflexo perineal e tono da cauda, na palpação epaxial havia dor na região toracolombar, entre T3-L3, e possuía nocicepção em membros pélvicos e na cauda. Diagnóstico presuntivo de doença do disco intervertebral grau III.

O tratamento indicado foi repouso absoluto, anti-inflamatório, corticosteroide e Prednisona 10 mg / kg SID por sete dias, após foi realizado o desmame dos medicamentos anteriormente citados e foi adicionado ao tratamento o uso de Dipirona 10 gotas / kg, Complexo de Vitamina B, juntamente com as sessões de fisioterapia duas vezes por semana, inicialmente.

Após uma semana o paciente já estava caminhando bem e sem quedas, mas durante os dois meses de tratamento várias vezes apresentou piora no quadro. Durante a sessão de fisioterapia estava sem dores, realizou bem os exercícios com obstáculos, mas ainda apresentava leve déficit proprioceptivo, em outra sessão de fisioterapia a tutora relatou que ele estava mais apático, ficando mais deitado e com dificuldade para se levantar, apresentou desconforto na região cervical, entre C1-C5, foi realizado tratamento para controle da dor com o uso de TENS, que é a estimulação elétrica transcutânea do nervo, eletroterapia utilizada na reabilitação da coluna cervical. De acordo com Ramalho *et al*. (2014, p. 13, 14, apud PEDRO; MIKAIL, 2009, s.p.) “é indicado principalmente para o alívio da dor, pois pode promover boa analgesia e pode ser utilizado diariamente,” foram realizados mais dois atendimentos e o paciente apresentou melhora da dor cervical.

Três meses após o término do tratamento, o paciente retornou e foi realizada uma avaliação onde estava sem dor epaxial, apenas havia leve déficit proprioceptivo em membro pélvico direito, foi dado a alta fisioterapêutica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A doença do disco intervertebral é uma degeneração classificada como condroide ou fibroide, causando extrusão ou a protrusão do disco, desenvolvendo vários estágios de dor na coluna e déficits neurológicos.

Verificou-se que a fisioterapia veterinária é fundamental para o tratamento de hérnias de disco, pois tem mostrado benefícios na reabilitação dos animais, como a redução da dor e recuperação de lesões ortopédicas e pós-cirúrgicas, melhora da função e qualidade dos movimentos diminuindo a atrofia muscular, bem como reduz o uso de medicamentos e alterações neurológica através da recuperação dos tecidos nervosos lesionados promovendo bem-estar para os pacientes.

REFERÊNCIAS

CHAVES, R., FERANTI, J., CORRÊA, L., COPAT, B., POLIDORO, D., GORCZAK, R., LIBARDONI, R., E MAZZANTI, A. **Extrusão de disco intervertebral multifocal em cão**, Santa Maria, RS, 2015. Disponível em:<file:///E:/3ºperiodo%20vet/IC%20DDIV/01Extrusão%20de%20disco%20intervertebral%20multifocal%20em%20cão_%20PUBLICADO%>.Acesso em: 20 de abr. de 2020.

KONIG, Horst; LIEBICH, Hans. **Anatomia dos animais domésticos**. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PORTELA, J., VIANA, T., PACHECO, G., OLIVEIRA, R., ANDRADE, B. **O uso da fisioterapia no tratamento de lesões tendíneas em equinos atletas**, Faculdade Vértice Univertíx, Matipó, MG, 2019.

RAMALHO, F., Formenton, M., Isola, J., Joaquim,J. **Tratamento de doença de disco intervertebral em cão com fisioterapia e reabilitação veterinária: relato de caso**, Fisioterapia veterinária. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. Disponível em:<file:///C:/Users/OEM/Downloads/25561-Texto%20do%20artigo-37603-1-10-20150416%20(1).pdf>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

SANTANA, Rayanne; SILVA, Paulo. **Evolução clínica de um chow-chow com doença do disco intervertebral crônica após descompressão medular – relato de caso.** 2019. Disponível em: http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/3df4520cff132d6ded5d71a8e886e8d1.pdf. Acesso em: 20 de abr. de 2020

SILVA, Vanessa. **Fisioterapia como tratamento pós-cirúrgico de cães com hérnia de disco hansen tipo I**. Lume repositório digital, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/170423>. Acesso em: 24 de abr. de 2020.

TUMOR VENÉREO TRANSMISSÍVEL (TVT) – RELATO DE CASO

PASCHOAL COSTA, Ana Luiza[1]
MELLO, Fernanda Cristina de[273]
NASSAR, Bianca[1]
SCHWARZ, Patrícia Diana[274]

RESUMO: O Tumor Venéreo Transmissível (TVT) nada mais é do que uma neoplasia altamente contagiosa, e seu contágio ocorre pela monta natural entre animais com TVT, lambedura em órgãos e lesões, e contato com secreções de animais contaminados. Essa patologia acomete principalmente os órgãos genitais, mas pode acometer boca, cavidade oral, nariz e até mesmo a pele. Essa neoplasia pode ser notada tanto de forma microscópica quanto macroscópica, apresentando sinais clínicos e lesões evidentes e características da doença. O tratamento mais eficaz é feito com quimioterápicos, que apresentam grande ou total melhora do tumor.

Palavras-chave: Neoplasia. Canino. Vincristina. Quimioterápico.

1 INTRODUÇÃO

O tumor venéreo transmissível (TVT) teve a sua primeira teoria de que a enfermidade tinha sido originada à partir dos lobos e cães de raças asiáticas por volta de 200 a 2500 (a.C) (SANTOS; NAGASHIMA; MONTANHA, 2011).

A primeira descrição do TVT foi em 1904 por Sticker, que detalhou esta neoplasia e a caracterizou como um linfossarcoma, sendo então denominada de linfossarcoma de Sticker (SANTOS et al., 2008).

Segundo Souza et al. (2017) essa patologia tem como provável origem, células do sistema mononuclear fagocitário, como macrófagos e monócitos, sendo ele uma neoplasia contagiosa de células redondas e indiferenciadas, exclusiva de canídeos.

Uma das suas características seria o número e a morfologia dos seus cromossomos, já que o número normal de cromossomos em um cão é 78, e nas células do TVT geralmente há de 58 a 59 cromossomos, sendo de 13 a 17 metacêntricos e de 42 a 46 acrocêntricos (CARVALHO, 2010).

Essa neoplasia contagiosa ocorre espontaneamente, sendo comum em órgãos genitais. Sua transmissão é por implantação mecânica pela monta natural ou por lambeduras excessivas na área genital, que podem ocasionar lesões em nariz, boca, cavidade oral ou pele (SANTOS; NAGASHIMA; MONTANHA, 2011).

[273]Acadêmicas do 8° período, do curso de Medicina Veterinária, Centro Universitário Campo Real.
[274]Orientadora e docente do Curso de Medicina veterinária do Centro Universitário Campo Real.

A respeito de alterações macroscópicas, este tipo de tumor pode se apresentar como uma massa solitária ou de lesão múltipla, tendo as seguintes formas: couve-flor, pendular, nodular, papilar e multilobular (FERREIRA et al., 2010). Quanto ao aspecto das lesões, a neoplasia pode apresentar-se como carnuda e altamente vascularizada, sendo a lesão ulcerada e tendo consistência friável (SANTOS; NAGASHIMA; MONTANHA, 2011). Já no que tange alterações microscópicas, o TVT pode se apresentar de forma parecida às demais neoplasias de células redondas, que se assemelham à macrófagos. O núcleo, também possui forma arredondada com cromatina granular e dois nucléolos proeminentes. Outra notável característica desta patologia são as figuras mitóticas e as células inflamatórias (CARVALHO, 2010).

Embora ainda hajam controvérsias sobre a origem do Tumor Venéreo Transmissível, alguns autores acreditavam que esta neoplasia era uma causa secundária ou de algum agente infeccioso, ou até mesmo de uma malignidade do próprio organismo. Contudo, observou-se que não existem evidências de nenhum agente infeccioso nas células tumorais, e as células neoplásicas não pertencem ao organismo do próprio animal (MOURA et al., 2018).

Nas fêmeas, o aparecimento da neoplasia ocorre em grande parte na vagina e vulva, e com menos frequência em regiões extragenitais. Já nos machos, localiza-se principalmente no pênis e no prepúcio (SANTOS et al., 2008).

O diagnóstico desta patologia pode ser feito através de citologia, exame histopatológico e imunohistoquímico (MOURA et al., 2018). Dentre os sinais clínicos, observa-se desconforto e secreção sanguinolenta nos órgãos genitais, que podem persistir por semanas a meses, e geralmente são a causa das excessivas lambeduras no local (FERREIRA et al., 2010).

O tratamento é feito com o quimioterápico Sulfato de Vincristina, sendo administrado uma vez por semana, com a dose a ser calculada a partir do pesa do animal na data do procedimento. Apresenta baixa toxicidade e o tratamento é feito até a total regressão do tumor, podendo apresentar, durante o tratamento alguns efeitos colaterais, como alopecia, hipertensão, êmese, disúria, febre, convulsão, entre outros (CARVALHO, 2010).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho é um relato de caso, acompanhado pela alunas Ana Luiza Paschoal Costa e Fernanda Cristina de Mello, em estágio extracurricular, realizado no Consultório Veterinário PattyPet Shop, acompanhada pela médica veterinária Patricia Diana Schwarz responsável pelo atendimento.

Para a elaboração deste, foram feitas pesquisas em artigos científicos que abordaram especificamente o assunto de Tumor Venéreo Transmissível.

2.2 RELATO DE CASO

O animal já havia consultado previamente com a Médica Veterinária Patrícia Diana Schwarz, que constatou, após exame clínico e anamnese, que o caso se tratava, de fato, de um TVT. O animal retornou à clínica no dia 11 de agosto de 2020, e apresentava aumento de tamanho na região do pênis, mais especificamente no bulbo, com lesão característica de TVT: placas com “aspecto de couve-flor” (Figura 1.A). Notou-se também secreção sanguinolenta e constante lambedura do local. Não havia lesões no tronco, abdômen, focinho e demais partes do corpo. Ao retornar à clínica optou-se por fazer o tratamento quimioterápico, que é o de maior escolha e eficácia para esta patologia. Na primeira sessão, ocorrida no mesmo dia do retorno, inicialmente, foi administrado soro (Cloreto de Sódio) e após, foi adicionado Sulfato de Vincristina, um dos protocolos usados para quimioterapia. A dosagem, feita a partir de uma tabela específica para tratamento quimioterápico, na qual utiliza-se metragem corporal por conta do peso do animal, que era de 20,3 kg, sendo 0,75 m² a base do cálculo. A dose usada foi de 1 mg/1m². O procedimento finalizou após 10 minutos de soro e Sulfato de Vincristina.

Após uma semana, no dia 18/08/2020, o animal retornou à clínica para a segunda sessão de quimioterapia e acompanhamento do quadro. Notou-se que houve significativa regressão do tumor na área do bulbo, porém ainda com secreção sanguinolenta e dor à palpação no local (Figura 1.B). O animal foi pesado para análise de dose do quimioterápico, e apresentou emagrecimento no período de 7 dias da última sessão, apresentando 18,9 kg. Por conta do emagrecimento, a dose diminuiu para 0,7 ml. A administração do medicamento foi via endovenosa, no membro torácico direito. Foi feito exame clínico no animal, para avaliação de parâmetros, e estes foram os seguintes: 148 de frequência cardíaca, 48 de frequência respiratória, mucosas

normocoradas, tempo de preenchimento/perfusão dos capilares foi de 1, nenhum linfonodo reativo, escore de condição corporal 7,5/8 e temperatura retal de 38.8 ºC.

O animal retornou à clínica no dia 25/08/2020 para a realização da terceira sessão de quimioterapia e a melhora foi evidente (Figura 1.C). O tumor em região de bulbo regrediu notavelmente, sem secreção sanguinolenta e menos dor à palpação. O animal emagreceu apenas 300 g (de 18,9 kg para 16,6 kg) e foram administrados 0,6 ml, em membro torácico esquerdo para recuperação tecidual do direito, no qual foi feito em 18/08/2020. A médica veterinária optou por fazer mais duas sessões a fim de atingir o total desaparecimento do tumor.

No dia 31/08/2020 o cão Thor retornou à clínica para a realização da sua 4ª sessão de quimioterapia. À exposição do pênis foi possível notar que o animal já não apresentava tanta dor, porém o tumor não regrediu consideravelmente comparado ao último dia da sessão feita (Figura 1.D). O animal emagreceu e a tutora relatou que isso se deu pela falta de apetite, o que pode ser efeito colateral do quimioterápico que vem sendo aplicado. O animal pesou 17,7 kg. O Sulfato de Vincristina foi administrado no membro torácico direito. Devido à perda de apetite e consequente perda de peso, a médica veterinária optou por suspender o tratamento por 15 dias, para que o animal se recupere e ganhe peso novamente. A dose administrada foi de 0,67 ml. Foi realizado um hemograma para acompanhamento, e o resultado não demonstrou alterações significativas.

Infelizmente, 7 dias após a última sessão de quimioterapia, feita no dia 31/08/2020, o animal veio a óbito, porém ainda de causa incerta. Apesar disso, o tratamento quimioterápico com Sulfato de Vincristina continua sendo o mais escolhido e eficaz para o Tumor Venéreo Transmissível.

Figura 1: Evolução do relato de caso, o animal apresentava tumor venéreo transmissível (TVT), na parte do bulbo do pênis.

Fonte: arquivo pessoal (2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tumor Venéreo Transmissível, apesar de ser um tumor agressivo e altamente contagioso, é passível de tratamento e cura. Com o tratamento de maior escolha e eficácia para essa patologia, é possível obter resultados satisfatórios e que garantam maior qualidade de vida ao animal. No caso relatado acima, infelizmente o animal veio à óbito após 7 dias da 4ª sessão de quimioterapia, porém de causa ainda incerta. Apesar disso, o tratamento com Sulfato de Vincristina ainda é, de fato, o mais ideal para esta neoplasia.

4 REFERÊNCIAS

CARVALHO, C. M. **Tumor venéreo transmissível canino com enfoque nos diversos tratamentos.** – Botucatu, 2010.

FERREIRA, C. G. T.; ARAÚJO, E. S.; TOMAZ, K. L. R.; REIS, P. F. C. C. Tumor venéreo transmissível canino (TVTC): Revisão de literatura. **PUBVET**, Londrina, V. 4, N. 14, Ed. 119, Art. 803, 2010.

MOURA, A. L.; JORGE, S. M.; ALENCAR, E. C.; JUNIOR, J. A. S.; SILVA, I. N. G. Abordagem Clínica E Laboratorial De Tumor Venéreo Transmissível (TVT) Em Uma Cadela Prenhe.**Ciência Animal**, 28(2): 104-112, 2018.

SANTOS, D. E.; SILVA, D. T.; TOLEDO-PINTO, E. A.; LOT, R. F. E. Tumor Venéreo Transmissível (TVT): Revisão De Literatura. **Revista Científica Eletônica De Medicina Veterinária** - Issn: 1679-7353, 2008.

SANTOS, D. E.; NAGASHIMA, J. C.; MONTANHA, F. P. Tumor Venéreo Transmissível (Tvt) - Revisão De Literatura TransmissibleVeneral Tumor (TVT) – Review. **Revista Científica Eletrônica De Medicina Veterinária** – Issn*:* 1679-7353, 2011.

SOUZA, M. D. C.; ALMEIDA, B. K. A.; NEVES, L. O. N.; COSTA, R.F.; PIRES, D. A. A.; MOURA, M. M. A. Tumor Venéreo Trasmissível Cutâneo Canino: Relato De Caso. **Revista Bionorte**,v. 6, S1, dez. 2017.

A FERTILIZAÇÃO IN VITRO APLICADA A BOVINOCULTURA

OLIVEIRA, Nunes Camila[275]
LOURES, Yasmin Renata[276]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[3]

RESUMO: Nos últimos anos, tem se notado o aumento pela procura de métodos e técnicas reprodutivas que visam melhorar o produto de origem animal, a FIV tem sido inserida cada vez mais dentro da bovinocultura justamente por proporcionar esse melhoramento, visto que essa técnica tem o potencial de apresentar um melhoramento genético e reprodutivo elevado em um curto período de tempo e quando associada a outras técnicas, pode-se obter uma taxa de sucesso ainda melhor, dessa forma é possível ter um maior aproveitamento e ganho genético e também um melhor desempenho zootécnico desses animais, garantindo assim uma maior eficiência na produção.

Palavras-chave: Biotecnologia. Reprodução. Fertilização. Bovinocultura. Genética.

1 INTRODUÇÃO

A bovinocultura é uma atividade brasileira que possui grande influência na economia do país e devido a isso, o Brasil tem um papel de destaque no comércio exterior quando se fala em exportação, produção e rebanho. Estima-se que o rebanho bovino no Brasil está próximo a 213 milhões de animais, revelando seu enorme potencial no setor agropecuário. No quarto bimestre do ano de 2019, 8.071.477 animais foram abatidos e pouco mais de meio milhão de animais vivos foram exportados (IBGE, 2019).

Diante disso, houve uma maior necessidade de elevar a produção e garantir que se forneça um produto com os parâmetros de qualidade desejada pelos consumidores e compradores. Portanto, a busca e o uso das biotecnologias da reprodução tornou-se necessário para que houvesse aumento da produtividade e, quando aliadas ao melhoramento genético e precocidade pudesse se obter bons resultados.

Uma das biotecnologias que já vem sendo bastante utilizada na bovinocultura é a fertilização in vitro (FIV), essa técnica consiste na aspiração dos oócitos dos folículos ovarianos de uma vaca doadora, estes oócitos serão fecundados

[275] Acadêmica de Medicina Veterinária vet-camilaoliveira@camporeal.edu.br; 6 período do Centro Universitário Campo.
[276] Acadêmica de Medicina Veterinária vet-renataloures@camporeal.edu.br; 6 período do Centro Universitário Campo.
[3]Professor do Centro Universitário Campo Real

em laboratório por espermatozoides testados e capacitados para a produção de embriões. Após esse processo, os embriões obtidos são transferidos para uma fêmea receptora. O presente trabalho teve como objetivo apresentar e descrever o processo da fertilização in vitro (FIV) na bovinocultura e dessa forma apresentar as vantagens desse processo.

2 DESENVOLVIMENTO

Para explicar de forma clara e objetiva o assunto abordado neste trabalho, utilizamos a revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa. Dessa forma, trata-se de um trabalho de cunho exploratório e qualitativo.

A fertilização é um importante processo resultante da união de dois gametas, masculino e feminino, esse processo é responsável pela restauração dos cromossomos somáticos e consequentemente dará origem ao desenvolvimento de um novo indivíduo (GORDON, 1994). Na bovinocultura, a FIV vem sendo utilizada com o propósito de obter um número maior de embriões, nascimentos e gestações de uma única fêmea doadora em um curto período de tempo, deste modo é possível acelerar a produção de animais de alto potencial genético, podendo ser indicada para fêmeas bovinas de diversas faixas etárias, desde bezerras a vacas que já não estão mais aptas para a utilização de técnicas tradicionais como Inseminação artificial, Inseminação artificial em tempo fixo e Transferência de embrião (TERVIT, 1996; GOODHAND *et al.,* 1999; MALARD *et al.,* 1999; TANEJA *et al.,* 2000).

A FIV também pode ser utilizada como um complemento a outras técnicas, como na TE, na qual os oócitos imaturos são recuperados do ovário da fêmea doadora, diferentemente da técnica em que são recuperados diretamente os embriões. Além disso, as fêmeas a serem utilizadas podem estar em diferentes idades e estado fisiológico reprodutivo, dessa forma é possível permitir a produção de embriões de fêmeas que já não se encontram mais aptas a produzi-los naturalmente (BUENO *et al.*, 2008).

Na fertilização *in vitro* (FIV), a união do óvulo e do espermatozoide ocorre em laboratório, dando origem a um embrião que posteriormente será transferido para a cavidade uterina da fêmea receptora. Esse processo divide-se em três etapas: Maturação *in vitro* (MIV), Fertilização *in vitro* (FIV) e Cultivo *in vitro* (CIV).

A MIV é a primeira etapa e consiste no processo de aspiração folicular transvaginal guiada por ultrassom, no qual o oócito é removido do interior do folículo ovariano. Os oócitos da doadora são acondicionados em placas de petri com meio de cultura e colocados na incubadora para que ocorra a maturação. São necessárias de 20 a 22 horas para que ocorra essa maturação, e após esse tempo os oócitos completam a maturação fazendo a expulsão do primeiro corpúsculo polar, estando pronto para fecundação (GARCIA *et al*., 2004).

A segunda etapa é a FIV, na qual os oócitos serão fecundados em laboratório por espermatozoides de touros testados para a produção de embriões. Ainda que os espermatozoides se encontrem em ótimas condições, isto é, boa mobilidade e com aparente morfologia normal, os espermatozoides ainda não são capazes de fecundar um oócito logo após a ejaculação. Somente quando se encontram no trato genital feminino é que os espermatozoides alcançam esta capacidade fecundante. Esse processo de adquirir capacidade fecundante é chamado de capacitação espermática (CHANG, 1951; AUSTIN, 1951).

Portanto, para que haja fecundação dos oócitos, é necessário que os espermatozoides sejam previamente capacitados, e para que isso ocorra faz-se necessário a utilização de agentes capacitores como o cálcio ionóforo e a heparina (Yang et al., 1993), para a capacitação de espermatozoides na FIV, o composto mais utilizado é a heparina, um composto pertencente à família dos glicosaminoglicanos (GONÇALVES; VISINTIN; OLIVEIRA, 2002).

A terceira e última etapa é a CIV, nessa fase ocorrerá o desenvolvimento do oócito fertilizado até o estágio de blastocisto. No 6º dia de cultivo, será avaliado o desenvolvimento embrionário *in vitro,* buscando visualizar a compactação dos blastômeros e a fase de início da formação da blastocele. Ao 7º dia é feita uma avaliação e seleção final dos embriões para que se faça a transferência a fresco para as fêmeas receptoras, ou então o congelamento dos embriões (GARCIA *et al*., 2004).

Entretanto, para que se tenha sucesso nesse processo, vários fatores como a avaliação das doadoras, receptoras e do macho, devem ser levados em consideração. É importante que se faça uma avaliação das características genéticas e zootécnicas dos animais a serem selecionados, é necessário a utilização da ultrassonografia para avaliar a capacidade da fêmea em produzir o oócitos, analisando tamanho, quantidade e dos folículos presentes no ovário. Segundo GONSALVES *et al.* (2002) a aspiração folicular transvaginal guiada por ultrassom é uma prática

bastante utilizada. Em fêmeas de alto valor zootécnico, os resultados podem atingir a marca de vinte e cinco produtos ao ano, ultrapassando os índices de TE.

Através dessa técnica, uma fêmea bovina pode produzir até 10 embriões, obtendo 50% de sucesso na taxa de fecundação. Enquanto a IATF produz apenas um bezerro ao ano e a TE produz apenas um bezerro ao mês, a FIV pode produzir um bezerro por semana. Este aprimoramento da produção comercial de embriões bovinos in vitro no Brasil e no mundo é uma biotecnologia empregada na produção de animais geneticamente superiores que privilegia fêmeas de alto valor genético ou casos de fêmeas inaptas a reprodução de forma natural, tais motivos podem ter causados por enfermidades do aparelho reprodutivo feminino (BUENO *et al.*, 2008).

Essa técnica possibilita a reposição de animais geneticamente superiores ao plantel, maximizando a quantidade de descendentes, acelerando o progresso genético dos rebanhos bovinos e diminuindo os intervalos de gerações entre os animais (VARAGO; MENDONÇA; LAGARES., 2008).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o constante aumento da procura por biotecnologias reprodutivas na bovinocultura e a importante posição que o Brasil ocupa nos setores de exportação e produção de carne bovina, é necessário a busca por biotecnologias que atendam as exigências dos países que importam produtos de origem animal. Ainda que a FIV apresente um alto custo, é cada vez mais necessário a inserção dessa biotecnologia na bovinocultura, visto que comparadas a outras técnicas reprodutivas, a FIV ainda apresenta mais vantagens, como a produção de vários bezerros ao ano, também é possível evitar o descarte precoce de uma fêmea com problemas reprodutivos, pois a FIV permite a recuperação dos oócitos desta fêmea.

4 REFERÊNCIAS

AUSTIN, C.R. Observations on the penetration of the sperm into the mammalian egg. **Australian Journal Of Science Research**, v 4, n.1, p 581, 1951.

BUENO, Atalina et. al., Produção In Vitro de Embriões Bovinos. **Revista Científica e Eletrônica de Medicina Veterinária**, 2008. Disponível em:

http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/pyqdj1dprseHFgW_2013-6-13-15-24-57.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

CHANG, M.C . Fertilizing capacity of spermatozoa deposited into the fallopian tube.**Nature**, v.168, n.1, p. 697-698, 1951.

GARCIA, J.M.; AVELINO, K.B.; VANTINI, R. **Estado da arte da fecundação in vitro em bovinos.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE REPRODUÇÃO ANIMAL APLICADA, 1, 2004, Londrina, PR. Anais… São Paulo: Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnica, Universidade de São Paulo, p. 223- 230, 2004.

GONÇALVES, P.B.D.; VISINTIN, J.A.; OLIVEIRA, M.A.L. Produção in vitro de embriões. In: **Biotécnicas Aplicadas à Reprodução Animal.** São Paulo: Livraria Varela, 2002, cap.10, p.195-226.

GOODHAND, K. L.; WATT, R. G.; STAINES, M.E. et al. In vivo recovery and in vitro embryo production from bovine donors aspirated at different frequencies or following FSH treatment. **Theriogenology**, v. 51, p. 951-961, 1999.

GORDON, I. R. Oocyte recovery and maturation. In: Laboratory Production of Cattle Embryos. Cab International. Wallingford. Oxon. UK., p.30 - 142, 1994

IBGE. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais,** 2019. Disponível em https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=bovinos Acesso em 28 de agosto de 2021.

MALARD, P.F; CORDEIRO, D.M; PEIXER, M.A.S; PEREIRA, D.C; MARQUES JUNIOR, A.P; RUMPL, R. Índice de recuperação, qualidade e potencial de desenvolvimento de ovócito de bezerros zebuínos de 2 a 4 meses de idade – resultados preliminares. **Arq. Fac. Vet. UFRGS**, v.27, p.256, 1999.

TANEJA, M.; BOLS, P.E.J.; VELDE, V. Development competence of juvenile calf oocytes in vitro and in vivo: influence of donor animal, variation and repeated gonadotrooin stimulation. **Bio. Reprod., Champaingn**, v. 62, p. 206-213, 2000

TERVIT, H. R. Laparoscopy/laparotomy oocyte recovery and juvenile breeding. **Anim. Reprod. Sci.**, v.42, p.227-238, 1996.

VARAGO, F.C.; MENDONÇA, L.F.; LAGARES, M.A. Produção in vitro de embriões bovinos: estado da arte e perspectiva de uma técnica em constante evolução. **Rev. Bras. Reprod. Anim**, Belo Horizonte, v. 36, p. 100-109, 2008.

PODODERMATITE CONTAGIOSA OVINA

MORAES, Mariana de Oliveira[277]
FRANÇA, Moana Rodrigues[278]

RESUMO: Causado pelo sinergismo das bactérias *Fusobacterium necrophorum* e *Dichelobacter nodosus* o foot rot é uma enfermidade que acomete ruminantes e tem grande relevância no rebanho ovino. Com recursos midiáticos, procurou-se relatar a etiologia, sinais clínicos, danos e controle/prevenção da pododermatite contagiosa na ovinocultura. Caracterizado como principal sinal clínico a claudicação e posteriormente um gradativo emagrecimento do animal infectado ocasionando perdas na qualidade produtiva e reprodutiva dos animais. Sendo de grande importância o conhecimento desta enfermidade para preveni-la, mantendo as propriedades livres da mesma.

Palavras-chave: Foot rot. Claudicação. *Dichelobacter nodosus*. Ovinocultura.

1 INTRODUÇÃO

Pododermatite contagiosa, também conhecida como “foot rot”, podridão de casco, pietin, pododermatite infecciosa é uma enfermidade que acometem ruminantes e tem grande incidência na ovinocultura (VERÍSSIMO, 2009). Doença causada pelo sinergismo das bactérias *Fusobacterium necrophorum* e *Dichelobacter nodosus* que se inserem no espaço interdigital do casco acarretando em inúmeros danos (LIMA. et al, 2010). O sinal clínico mais evidente e de grande relevância da enfermidade é a claudicação, patologia que afeta o sistema locomotor dos animais, impactando diretamente no bem-estar, na eficiência produtiva e reprodutiva e consequentemente na lucratividade da propriedade (GELASAKIS, 2019).

Implicando em grande impacto na ovinocultura, o foot rot é uma das enfermidades que mais prejudica o rebanho ovino com maior incidência no período de chuvas (outono e primavera) de cada região (BONINO et al, 2000) causando danos evidentes na fisiologia do animal, acarretando um excessivo emagrecimento pela dificuldade de locomoção do mesmo, apresentando assim influência negativa na produção de lã, carne e reprodução do rebanho (VERÍSSIMO, 2009). O presente trabalho tem por objetivo expor a etiologia, sinais clínicos, danos e controle/prevenção do “foot rot” na ovinocultura.

[277] Acadêmica de Medicina Veterinária, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[278] Doutora em Ciências, docente de Medicina Veterinária do Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Para que o resumo expandido se constituísse, a pesquisa baseou-se em dados bibliográficos, onde se realizou a leitura de livros presentes na biblioteca (virtual) do Centro Universitário Campo Real, dados obtidos de fontes científicas da internet e periódicos, onde se buscou temáticas que abordassem os fatores como etiologia, sinais clínicos, danos e prevenção/controle da enfermidade em questão.

2.2 DISCUSSÃO

Por se tratar de uma doença de grande incidência na ovinocultura, o foot rot causa perdas econômicas em alta escala na produção de carne, lã e no desenvolvimento produtivo e reprodutivo dos rebanhos (VERÍSSIMO, 2009).

Com etiologia bacteriana o foot rot é causado principalmente pelo sinergismo das bactérias *Dichelobacter nodosus* e *Fusobacterium necrophorum,* a última em questão tem aspecto baciliforme longa, sem ramificações, anaeróbica com formação de colônias de características pútrida e odor fétido ocasionado pela produção de ácidos graxos voláteis (LIMA et al, 2010). A mesma normalmente habita o trato digestivo dos animais ruminantes e é comumente isolada no meio externo como no solo e em fezes, inserindo-se no casco do ovino propiciando lesões na epiderme (BAGLEY, 1998). Através dessas lesões a bactéria baciliforme, gram-negativa, anaeróbica obrigatória, não esporulada, *D. nodosus*, penetra no casco atingindo a sua matriz germinativa permanecendo viável por um longo período dentro do casco. Sendo especificamente encontrada nos cascos dos ovinos, caprinos e bovinos. Já no ambiente externo, esse microrganismo permanece viável por curtos períodos tempo no solo, instalações e pastagens, pelo fato de não ter capacidade de entrar em processo de esporulação (RIBEIRO, 2010).

A umidade e a temperatura são um dos principais fatores de transmissão da *D. nodosus,* um solo com alta umidade e temperaturas entre 15°C – 20°C é o ambiente ideal para a proliferação da mesma (BAGLEY, 1998), assim tendo uma maior prevalência em períodos de chuvas e de temperaturas medianas relativamente entre as estações de outono e primavera (BONINO et al, 2000).

A manifestação dos sinais clínicos pode variar ao longo do tempo. No inicio há a inserção das bactérias que induzem inflamação na epiderme interdigital do casco provocando dor local e claudicação. O processo inflamatório é percebido quando

realizado o exame clinico detalhado, quando é possível notar que a pele da região interdigital permanece úmida e com edema. Posteriormente, apresenta-se mais nítido bem como a claudicação que se terna mais aparente (VERISSIMO, 2009). Ambas as patas podem ser afetas concomitantemente (BAGLEY, 1998), em casos mais severos de lesões em membros anteriores, é característico que os animais pastem ajoelhados o que leva a maceração do esterno aonde consequentemente vem adquirir miíase no local (RIBEIRO, 2010). Outros sinais clínicos relacionados a claudicação é emagrecimento progressivo do animal, tornando-os suscetíveis a outras doenças como verminoses a qual pode acarretar o óbito dos animais (VERISSIMO, 2009).

Os baixos índices reprodutivos e na produção de carne e lã, estão intimamente ligados ao foot rot. Problemáticas como parasitoses e o foot rot, contribuem para perdas extremas na produção, ocasionando altas taxas de mortalidade e baixa qualidade de produto (RIBEIRO, 2002). A reprodução é prejudicada principalmente quando os reprodutores são acometidos pela doença, geralmente nos membros posteriores, o que dificulta a monta do animal pela sensibilidade e dor nos membros lesionados. Já nas matrizes, em graus mais elevados de comprometimento dos membros, ocorre a impossibilidade de amamentar o cordeiro, por dificuldades de locomoção e de se manter em pé (VERISSIMO, 2009). A baixa nos índices produtivos estão ligados estritamente com a perda de peso pela dificuldade de forrageamento, o que acarreta na baixa qualidade da lã e produção de carne (MEDEROS, 2001).

Ao diagnosticar animais do rebanho infectados, o tratamento deve ser iniciado imediatamente. Por se tratar de uma doença de caráter contagioso, os animais positivos devem ser mantidos isolados dos demais animais evitando a disseminação pela propriedade (VERISSIMO, 2009). O tratamento se deve proceder com medicações locais recomendadas para antissepsia e desinfecção do mesmo, como pomadas, soluções líquidas repelentes e antibioticoterapia (BAGLEY, 1998), para a eficaz eliminação do agente contaminante se faz necessário o casqueamento e o pedilúvio periódico, primeiramente dos animais salubres e posteriormente dos animais contaminados. Em casos crônicos da doença, assume-se que os animais tenham predisposição genética para tal enfermidade, assim se torna a cabível o descarte dos mesmos (RIBEIRO, 2010).

O manejo profilático pode levar à erradicação desta enfermidade. A aquisição de novos animais na propriedade deve ser monitorada sendo realizados exames e mantendo os mesmos em um período de quarentena, durante esse período os

animais passam por pedilúvios antes de terem contato com o rebanho. Vacinar todo rebanho tem mostrado muita eficácia no controle do foot rot. A vacina em questão é fabricada com 7 sorogrupos da bactérias *D. nodosus* os de maiores incidências, de origem francesa o veículo oleoso da vacina é extremamente absorvível sem causar danos no tecido no animal, tendo comprovação de até 6 meses de alta titulação de anticorpos pós vacinação (VERISSIMO, 2009). Porem a vacinação ajuda a reduzir os níveis de infecção, no entanto não deixa os animais isentos de adquirir a enfermidade (BAGLEY, 1998). A mesma deve ocorrer de forma estratégica, sendo cabível o seu uso em épocas de possíveis incidências e surtos da doença (RIBEIRO, 2010).

A higienização adequada de locais como apriscos, corredores, bretes, demais locais onde os ovinos têm acesso e manejo de pastagens, juntamente com avaliação minuciosa e quarentena dos animais recém adquiridos, pédilúvios e casqueamento preventivo de todos os animais tem-se mostrado de grande eficiência para a prevenção e combate do foot rot (BAGLEY, 1998). A seleção genética dos animais é um grande cofator para a erradicação da enfermidade, sendo realizado o abate legal dos animais acometidos e a seleção dos mais resistentes ou menos susceptíveis (LOBO, R. N. B. *et al*, 2001, p22).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatado a importância desta enfermidade perante as perspectivas abordadas. Faz-se necessário demonstrar aos ovinocultores, os fatores de riscos e perdas que o foot rot traz para a produção. Salientando assim que os cuidados com o rebanho ovino se deve iniciar antes mesmo do surgimento da doença na propriedade, cabendo-se realizar manejo sanitário profilático, principalmente quando se trata de uma das doenças de alto contagio. Levando em questão o bem-estar dos animais, pois toda e qualquer doença deve ser prevenida e ou tratada visando o conforto e bem-estar de todos os animais. Conclui-se assim a grande importância da prevenção e seleção genética dos animais para uma futura erradicação desta enfermidade.

4 REFERÊNCIAS

BAGLEY. V. C, **Contagious foot rot – an update.** Extension Veterinarian Utah State University, 1998.

BONINO. J, CASARETTO. A. G. et al, ***Relevamiento epidemiológico* de *la prevalencia* de *Footrot* en *ovinos del Uruguay***. *Producción Ovina,* Uruguai, 2000.

FREITAS. B. C. A, QUIRINO. R. C, BASTOS. R, **Bem-estar de ovinos: Revisão,** PUBVET Medicina Veterinária e Zootecnia, v.11, n.1, p.18-29, Jan., 2017.

GELASAKIS. I. A, KALOGIANNI. I. A et al, **A etiology, risk factors, diagnosis and control of foot-related lameness in dairy sheep,** Animals. 2019.

LIMA, M. C. et al. **Etiologia da pododermatite ovina**. PUBVET, Londrina - PR, V. 4, N. 34, Ed. 139, Art. 942, 2010.

MEDEROS. A, FERREIRA. et al, **Evolucion de perdidas productivas debidas a foot rot en ovino,** FPTA 1084 SUL/INIA**,** Tacuarembó - Montevideo, 2001.

RIBEIRO. O. A. L, **Curso "controle de footrot (podridão dos cascos)"**. Instituto de Zootecnia, Nova Odessa – SP, 2010.

RIBEIRO. O. A. L, GREGORY, M. R. et al, **Prenhez em rebanhos ovinos do Rio Grande do Sul, Brasil**. Ciência Rural vol.32 no.4 Santa Maria Aug. 2002.

VERÍSSIMO. J. C, **Prevenção e controle de "Foot rot"**. Instituto de Zootecnia, Nova Odessa – SP, 2009.

LOBO, R. N. B, FACÓ, O et al, **Programa de Melhoramento Genético de Caprinos e Ovinos de Corte (GENECOC): Capacitação Gerencial de Usuários,** Embrapa-Sobral-CE, 2011, p22.

USO DE ÓLEOS ESSENCIAIS NA AVICULTURA

FACHINELO-JUNIOR, Edimar[279]
ALMEIDA, Jaine Fátima[1]
AMARAL, Thaynara Andrade[1]
MARQUES, Felipe Eduardo[280]

RESUMO: Considerando o assunto de grande relevância para a Medicina Veterinária, o objetivo deste trabalho foi caracterizar o uso de óleos essenciais na nutrição de aves. Óleos essenciais são antioxidantes e imunomoduladores, na fase de abate, frangos alimentados com óleos essenciais podem apresentar melhor ganho de peso, tem potencial regulador de flora intestinal, e são amplamente utilizados como substitutos aos antibióticos.

Palavras-chave: Nutrição. Atividade microbiana. Frango.

1 INTRODUÇÃO

Há milhares de anos, os óleos essenciais vêm sendo extraídos de plantas e usados na indústria de perfumes, cosméticos e fármacos de uso medicinal. São frações voláteis naturais, extraídos de plantas aromáticas que evaporam à temperatura ambiente (BOCHIO, 2019).

Óleos essenciais são aditivos fitogênicos, os quais têm efeito positivo na saúde e produção das aves. Os extratos são obtidos de plantas e submetidos a desidratação e consequentemente triturados, os efeitos são associados a princípios ativos e componentes químicos, conferindo a plantas medicinais a atividade terapêutica (FERNANDES et al., 2015).

Muitos são os compostos presentes nos extratos vegetais, no qual variam sua apresentação e funcionalidade, dentre os compostos, temos os óleos essenciais, as saponinas, substâncias picantes e amargas, mucilagem, flavonóides, entre outros. Esses elementos possuem ação isolada ou sinergia, e seu efeito varia de acordo com a forma de administração (FERNANDES et.al.,2015).

[279]Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária, 10° período, Centro Universitário Campo Real.
[280]Orientador e Médico Veterinário Especialista em Avicultura.

Os óleos essenciais são substâncias lipossolúveis, voláteis e de baixo peso molecular, atuam no metabolismo secundário das plantas. Apresentam diversas propriedades, atuando como promotores de crescimento, antibacterianos, anti-inflamatórios, antiparasitários, antioxidantes e imunomoduladores. E também estimulam a secreção de enzimas digestivas melhorando a motilidade intestinal, aumentando a digestibilidade e a absorção dos nutrientes (MATIAS, 2019).

A utilização de óleos essenciais substituindo promotores de crescimento na alimentação de aves visa à melhora da flora intestinal, e, consequentemente, o desempenho produtivo. Isso ocorre porque os óleos essenciais evitam que bactérias patogênicas se alojem na mucosa intestinal (FERNANDES et.al.,2015).

Considerando o assunto de grande relevância para diversas áreas da Medicina Veterinária, o objetivo deste trabalho foi caracterizar o uso de óleos essenciais em aves.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consiste de uma revisão de literatura especializada, realizada no mês de fevereiro de 2021. A pesquisa foi realizada a partir de consultas em livros e periódicos da Biblioteca do Centro Universitário Campo Real, bem como a partir de artigos científicos obtidos a partir de buscas nos bancos de dados, tais como: Scielo, Google Acadêmico.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Óleos essenciais são aditivos fitogênicos, os quais têm efeito positivo na saúde e produção das aves. Os extratos de plantas são normalmente usados em rações animais na forma de óleo–resina ou óleos essenciais. O óleo essencial é um líquido homogêneo composto de várias substâncias químicas (cujos componentes incluem hidrocarbonetos terpênicos, alcoóis simples, aldeídos, cetonas, fenóis, ésteres, ácidos orgânicos fixos, etc) e é extraído do método de destilação (RIZZO, 2008).

De forma geral, os óleos essenciais modificam a microbiota intestinal e reduzem a carga microbiana ao impedir a proliferação de bactérias, fungos, protozoários e vírus, melhoram a renovação do revestimento intestinal e evitam ataque de parasitas, permitindo o desenvolvimento de células mais saudáveis (BRUERTON, 2002).

Os princípios ativos dos aditivos fitogênicos pode influenciar a ação digestiva através de dois mecanismos: primeiro, é através da estimulação do fígado para aumentar a secreção da bílis, rica em ácidos biliares, essenciais para a digestão e absorção de gorduras; segundo mecanismo, estimulação das atividades enzimáticas responsável pela digestão. Esses mecanismos aceleram o processo digestivo provocando a diminuição do tempo de trânsito intestinal (PLATEL e SRINIVASAN, 2004).

Os óleos essenciais mais utilizados são oriundos do orégano, anis e citrus, óleos associados com ácido lático, compostos carvacrol e timol e a mamona.

Utilizando óleo essencial de mamona, foi observado a melhora no desempenho das aves (ganho de peso e conversão alimentar), essa melhora esta relacionada com as atividades antimicrobianas e anti-inflamatória dos óleos essenciais (BESS et al., 2012).

Os compostos de carvacrol e timol, agem sobre a membrana celular bacteriana impedindo sua divisão mitótica, provocando desidratação nas células e impedindo a sobrevivência das bactérias patogênicas (FUKAYAMA et al., 2005).

Segundo Jang et al., (2004), os óleos essenciais associados com ácido lático demonstrou um aumento acentuado na atividade enzimática digestível do pâncreas e na mucosa intestinal de frangos de corte, levando o aumento no desempenho.

Estudos realizados por Hong et.al., (2004), com óleos essenciais oriundo de orégano, anis e citrus, foi observado o aumento na altura das vilosidades na porção duodenal do intestino de frangos de corte alimentados com óleos essenciais em relação aos demais tratamentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de óleos essenciais como aditivo na dieta de aves, está tornando cada vez mais viável na avicultura, pois possibilita melhores resultados na criação, tanto de desempenho quanto de digestibilidade.

4 REFERÊNCIAS

BESS,A.S.;CROCKER, T.L.;RYDE,I.T.;MEYER,J.N. Mitochondrial dynamics and autophagy aid in removal of persistent mitochondrial DNA damage in *Caenorhabditis elegans*, **Nucleic Acids Research**, V. 40, Issue 16, 1 September 2012, p. 7916– 7931.

BOCHIO, V. **Óleo essencial e ácidos orgânicos na alimentação de frangos de corte: desempenho e qualidade intestinal.** / Vivielle Bochio - Dois Vizinhos, 2019. 50 f.: il.

FERNANDES et al. Aditivos fitogênicos na alimentação de frangos de corte: óleos essenciais e especiarias. **PubVet: Publicação em Medicina Veterinária e Zootecnia**. Maringá, v. 9, n. 12, p. 526-535, Dez., 2015.

FUKAYAMA, E. H.; BERTECHINI, A. G.; GERALDO, A.; KANJI KATO, R. SOLIS MURGAS, L. D. Extrato de Orégano como Aditivo em Rações para Frangos de Corte. **Revista Brasileira de Zootecnia,** v. 34, n. 6, p. 2316-2326, 2005.

HONG, N.H., XUAN, E.T.D.; TSUZUKI, H. TERAO, M. MATSUA, T.D. KHANH, 2004. Weed control of four higher plant species in paddy rice fields in Southeast Asia. **J. Agron. Crop Sci**., 190: 59-64.

JANG, I.S., O, Y.H., YANG, H.Y., HA, J.S., KIM, J.Y., Kim, J.Y., KANG, S.Y., YOO, D.H., NAN, D.S., KIM, D.H., LEE, C.Y., 2004. Influence of essential oil components on growth performance and the functional activity of the pancreas and small intestine in broiler chickens. Asian–Aust. **J. Anim. Sci**. 17 (3), 394–400.

MATIAS, C. F. Q. Óleos essenciais se apresentam como opção aos antibióticos promotores de crescimento na alimentação de aves de corte. **O Presente Rural**, 2019.

PLATEL, K., SRINIVASAN, K., 2004: Digestive stimulant action of spices: A myth or reality. Indian J. Med. Res. 119:167.–179.

RIZZO,P.V. **Misturas de extratos vegetais como alternativas ao uso de antibióticos meçhoradores do desempenho nas dietas de frangos de corte**. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz Queiros. Universidade de São Paulo, 69 p. 2008.

CENTRO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PAIOL DE TELHA EM ENTRE RIOS, GUARAPUAVA-PR

SANTOS, Lilian Kelly[281]
SOUZA, Gabriel Carvalho[2]
SOUZA, Iris Parada[3]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo entender e analisar a história do Quilombo Paiol de Telha localizado no Paraná, suas principais dificuldades e potencialidades a fim de propor um centro comunitário que colabore na amenização dos problemas enfrentados pelos habitantes, fortalecendo o espirito comunitário e a fomentar a economia local através de atividades já constituídas na comunidade, abrigando-as e potencializando através de um espaço físico arquitetônico.

Palavras-chave: Quilombo. Questão Agrária. Arquitetura sustentável. Centro Comunitário.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que historicamente os quilombos eram locais de refúgio de negros escravizados fugidos das fazendas no período de escravidão no Brasil, entre os séculos XVII e XVIII. Nesses espaços essas pessoas encontravam maneiras de sobreviver produzindo seus alimentos e vivendo de acordo com sua cultura, além disso esses quilombos se tornaram o foco de resistência contra o período de escravidão que durou mais de 300 anos, apesar do tempo ainda hoje essas comunidades quilombolas resistem contra a segregação, racismo e invisibilidade (CARARO A.; CARARO J.,2013, p.6).

Localizada no sul do Paraná na cidade de Guarapuava, a comunidade Quilombola Paiol de Telha/Núcleo assentamento é um exemplo dessa resistência, após anos de luta por reconhecimento e disputa de terra a comunidade foi congratulada pela fundação palmares como o primeiro território quilombola do Paraná. Apesar do reconhecimento, a comunidade ainda sofre com inúmeras dificuldades,

[281] Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, 10°. Período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Orientador Arquiteto e Urbanista, Mestre em Engenharia Urbana, Professor de Planejamento Urbano e Ateliê de Projetos no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.
[3] Coorientadora Arquiteta e Urbanista, Mestre em Paisagem da Cidade, Professora de Ateliê de Projeto e Conforto Ambiental no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.

entre elas a falta de amparo médico, dificuldade de locomoção, segregação, enfraquecimento da cultura, evasão de moradores, subsistência, entre outros.

Embora todas as dificuldades que enfrenta, a comunidade consegue se desenvolver economicamente através da agricultura com alguns produtos comercializados. Apresentam também uma grande produção de cultura, com a existência de coletivos artísticos de dança e música que promovem o fortalecimento de identidade cultural e promovem visitas guiadas apresentando a comunidade sua história e cultura.

Sendo assim o objetivo desse trabalho é propor um espaço físico arquitetônico que abrigue todas essas atividades já desenvolvidas pelos moradores suprindo suas necessidades, fortalecendo o espirito comunitário a cultura, seu desenvolvimento econômico e melhora da qualidade de vida. Portanto o espaço que melhor se encaixa ao programa demandado é um centro comunitário com flexibilidade para abrigar vários setores em um só local, além do foco nos próprios moradores, público alvo da proposta arquitetônica.

2 DESENVOLVIMENTO

A história do Quilombo Paiol de Telha tem início no ano de 1860 na região entre Guarapuava, Pinhão e Reserva do Iguaçu interior do Paraná onde Balbina Francisca de Siqueira Cortes deixa aos seus 13 escravos parte da sua fazenda como herança, denominada mais tarde como Invernada Paiol De Telha. No entanto, apesar do direito, o processo de aquisição de fato dessas terras gerou inúmeros conflitos entre os herdeiros, grileiros e colonos nos anos 1950, no qual suas terras foram tomadas e descendentes desses negros foram expulsos de forma arbitraria do seu local de subsistência. Apenas em 2005 após anos de luta pela terra a Fundação Palmares reconhece o local como comunidade quilombola, a 1° do paraná (FELIPE, 2016).

O território é divido em quatro núcleos em distintas localidades, inicialmente a soma das famílias dos quatro núcleos passava de 300. No entanto a área de intervenção desse projeto é a do núcleo assentamento localizada próxima a Colônia Socorro em Entre-rios. Segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria) atualmente existem 67 famílias cadastradas nesse núcleo. A

comunidade tem como principal atividade econômica a agricultura, as famílias plantam e comercializam o que produzem. Hoje existe uma iniciativa chamada ‘’produtos do paiol’’ que comercializa os alimentados produzidos na comunidade para toda a região de Guarapuava. Esta iniciativa, capitaneada por mulheres da comunidade, produz pães, queijos, hortaliças e até uma linha produtos veganos. Essa ação é de grande importância pois, além de gerar renda, incentiva o espírito comunitário e ensina às mulheres da comunidade sobre a produção desses alimentos.

Outra iniciativa muito importante para a comunidade foi a companhia de música e dança afro Kundun Balê que hoje é o “Paiol das Artes”, o projeto iniciado em 2008 foi muito significativo pois reafirmava a questão cultural da comunidade para com os jovens. Além disso, por receber uma remuneração, caracaterizava-se como um auxílio àss famílias e incentivava a fixação territorial desses jovens uma vez que um dos objetivos desse programa era amenizar a migração para o espaço urbano. (CARARO A.; CARARO J.,2013, p.10).

Juntamente a essas iniciativas a comunidade promove também visitas guiadas pelo quilombo para escolas ou faculdades. Essas visitas tiveram início como um projeto da Universidade Sem Fronteiras que concebeu a comunidade um curso de ecoturismo, assim os passeios oferecem, além do histórico cultural da comunidade, trilhas, consumo de comidas típicas, visitas a cachoeira do paiol, apresentações artísticas e oficinas de instrumentos de percussão e dança. Esse projeto é fundamental para a geração de renda para a comunidade, já que atualmente é cobrado uma taxa pelo passeio.

Desta maneira podemos identificar o potencial e a capacidade da comunidade de se reinventar e encontrar formas de se subsidiar e solucionar problemas, nunca deixando de lado a sua importância cultural e histórica. Analisando todos esses fatores o presente trabalho propõe um espaço físico arquitetônico no qual a comunidade possa desenvolver a produção dos produtos do Paiol, um espaço para ampliar a produção da sua cultura e um ambiente para visitantes que procuram entender e aprender mais sobre o quilombo, sendo este último fundamental para solucionar o problema da invisibilidade da comunidade. Portanto a proposta do Centro Comunitário se atrela a ideia de pertencimento identitário dessa comunidade e este espaço vem para fortalecer ainda mais esse sentimento, uma vez que:

> A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertencimento. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços

> identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação. (CARARO A.; CARARO J., 2013, p.3).

Na maioria dos centros comunitários espalhados pelo Brasil essa é uma das principais características: a de pertencimento para com a comunidade. No entanto, quando explorado esse tipo de espaço em uma comunidade quilombola, esse atributo vai além, pois carrega junto ao local físico uma história de resistência e de impasses conjuntos partilhados pelos moradores. Para além de tentar amenizar as dificuldades dos moradores do quilombo, o intuito do projeto é fortalecer a importância da produção coletiva de um espaço de resistência, de cultura, de alimentos entre outras.

Para que melhor atenda às necessidades da comunidade o Programa Arquitetônico do projeto estará dividido basicamente em 4 espaços, sendo: o da produção, no qual os moradores possam desenvolver a produção dos alimentos e seu armazenamento através de uma espécie de cozinha comunitária. O espaço cultural coletivo para receber os visitantes e salas para ensaios dos grupos de dança e música. Um espaço para aprendizado no qual possam ocorrer oficinas/cursos de especialização no que for mais pertinente para os moradores. E um espaço de gestão que possa abrigar um atendimento à saúde dos habitantes, salas de reunião e uma secretaria para melhor gerenciamento do espaço. Sendo assim todos esses ambientes citados além de suprir as necessidades dos habitantes potencializarão a sociabilização dos moradores.

Para viabilizar apropriadamente a construção desse espaço foram pesquisadas técnicas construtivas alternativas de bioconstrução que usam a terra como matéria prima. A técnica escolhida foi a taipa de pilão, uma vez que além da sua rica estética, a terra pode ser obtida do próprio terreno, não necessitando de mão de obra especializada e possibilitando assim que a comunidade participe do processo de execução. A opção por esse tipo de construção, além da viabilidade econômica e sustentabilidade, deu-se também devido à distância entre o quilombo e a centralidade comercial de Entre Rios, o que dificulta o transporte de materiais construtivos convencionais, conforme é possível ver na imagem 01. Todos esses elementos envolvidos na construção física ou não do Centro Comunitário estão estritamente

ligados a um fortalecimento da cultura local e o espirito comunitário da comunidade Quilombola Invernada Paiol De Telha.

Imagem 1: Distância do Paiol de Telha da Colônia Socorro, em Entre Rios

Fonte: Grifos dos autores sobre foto aérea do Google Earth (2021)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se a relevância do resgate da cultura e o enaltecimento da resistência e da luta dos quilombolas, não apenas dentro da comunidade, mas também de forma a contribuir para a formação de consciência cidadã em toda Guarapuava e Região a respeito das questões étnico raciais. Percebe-se dessa forma que o espaço arquitetônico de um Centro Comunitário projetado utilizando técnicas construtivas vernáculas e engajando a comunidade no processo do projeto e da sua construção vem fortalecer e sedimentar a cultura, a tradição e os ritos quilombolas, abrindo as portas da comunidade aos visitantes e promovendo integração social, senso de comunidade e desenvolvimento econômico e social.

4 REFERÊNCIAS

CARARO A. et al. Paiol de telhas: A saga de um quilombo no Paraná. Revista Ars Historica, Rio de Janeiro nº 6, ago./dez. 2013.

FELIPE, D. A. Patrimônio cultural negro no Paraná: lugares, celebrações e saberes. **Historiæ**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 117–134, 2016. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5587. Acesso em: 20 mai. 2021.